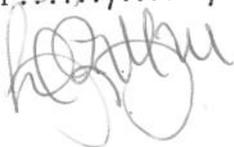


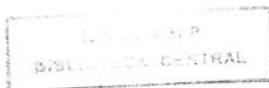
HEURÍSTICA FREUDIANA NO "PROJETO  
PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA"  
(Parte I)

Tese de Doutorado apresentada  
ao Departamento de Filosofia do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Esta-  
dual de Campinas, sob a orienta-  
ção do Prof. Dr. Luiz Roberto  
Monzani. t

Este exemplar corresponde à re-  
dação final da Tese defendida  
e aprovada pela Comissão Jul-  
gadora em 27./05./93.



Maio 1993



636+26

Para Carmen Rojas e Antonio Milidoni

*In memoriam*

Para Osvaldo, Roberto, Bruno e Pita

Para Fernando

## Agradecimentos

Desejo agradecer aqui, em primeiro lugar, ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani, tanto pela clareza de sua orientação, quanto pela confiança que em mim depositou e pelo seu respeito em matéria de pontos de vista. Sou também grata ao Prof. Dr. Osmyr Faria Gabbi Júnior, de quem aproveitei férteis e inúmeras sugestões de leitura do "Projeto" de Freud. Gostaria igualmente de agradecer àqueles que me estimularam na fase de idealização deste trabalho, dentre os quais quero lembrar especialmente os nomes dos professores Dr. Balthazar Barbosa Filho e Dr. Michel Maurice Debrun. Finalmente, quero expressar a minha gratidão, pela força emprestada, aos colegas e amigos Maria Eunice Quilici Gonzales, Célia Aparecida Tolentino, Elias Humberto Alves, Ana Maria Nogueira Machado, Marlene Ayres Urquiza, Roberto Markenson, Maria Izabel Leme Faleiros, Maria Carolina Matiazzo e João Azevedo Abreu.

Permaneço também muito grata a Amélia Aiko Takako Souto e a Nilza Galindo, que efetuaram com competência e dedicação afetuosa a digitação deste trabalho, sem esquecer tampouco o apoio financeiro que me fora emprestado pela CAPES, via P.I.C.D.

*“... eu queria apenas explicar a defesa, mas, quando reparei, estava explicando algo que pertence ao próprio núcleo da Natureza”.*

Sigmund Freud, carta 27 a Fliess, de 16/08/95.

*“Poetry is the subject of the poem,  
From this the poem issues and to  
this returns.”*

Wallace Stevens, *The man with  
the blue guitar.*

# Sumário

Introdução .....	1
Capítulo I - Modelos e Metáforas .....	32
Capítulo II - O “Modelo” de Psiquismo no “Projeto” .....	50
Capítulo III - Fungindo da Quantidade .....	75
1. O aparelho “ $\varphi\psi\omega$ ” .....	75
2. Evitar o desprazer, fugir da dor .....	98
Capítulo IV - Desejo e Defesa .....	109
Capítulo V - Sonho e Recalque .....	162
Capítulo VI - A “Psicologia Geral Normal” .....	206
Conclusão .....	288
1. Avaliação da hipótese do desajustamento entre os níveis de articulação do “Projeto” .....	288
2. Avaliação do “Projeto” da perspectiva das descobertas que nele teriam sido promovidas .....	293
3. Efetivação das exigências teóricas pré-“Projeto” .....	299
4. Heurístico, fundacional .....	303
Apêndice - Algumas Considerações sobre o Uso Freudiano da Distinção entre “representação” e “afeto” .....	305
Notas à Introdução .....	309
Notas ao Capítulo I .....	324
Notas ao Capítulo II .....	331
Notas ao Capítulo III .....	341
Notas ao Capítulo IV .....	360
Notas ao Capítulo V .....	378
Notas ao Capítulo VI .....	392
Notas à Conclusão .....	415
Referências Bibliográficas .....	417

## Introdução

Iremos ocupar-nos aqui de um dos textos teóricos de S. Freud, o “Projeto para uma Psicologia Científica” (1). Pretendemos encará-lo da perspectiva das descobertas que nele teriam sido promovidas, avaliando também o papel que às mesmas caberia na arquitetura do texto em seu conjunto. Em consonância com essa perspectiva, e apoiando-nos fundamentalmente numa análise da metodologia de construção teórica que é empregada no dito texto, tentaremos mostrar, ao longo destas páginas, como essa metodologia de construção teórica é também uma metodologia de descoberta teórica (o que nós chamaremos aqui, de maneira abreviada, uma “heurística”), e como da mesma vem emergir um novo modelo de ciência psicológica (o que nós julgamos ser a principal “descoberta” do “Projeto”). Mostrar, portanto, isto – e conseqüentemente demonstrar a procedência das hipóteses que estão aí subentendidas – será o máximo objetivo que nos dispomos a perseguir aqui, e em cuja consecução residirá o derradeiro sentido que terá para nós ocuparmos de “heurística freudiana no ‘Projeto para uma Psicologia Científica’”. Contaremos com o apoio – que será fundamental para a estruturação de nosso trabalho – de uma hipótese auxiliar, fruto de nossa leitura desse texto freudiano, e cuja procedência esperamos que possa também ficar demonstrada; entendemos que o que o “Projeto” visa essencialmente propor é um certo modelo de psicologia científica via a formulação de uma teoria geral dos processos psíquicos; haveria pois em jogo nesse texto dois níveis que julgamos ser preciso distinguir, embora os mesmos estejam de fato imbricados; de um lado, o nível da proposta (o da proposta de um certo tipo de ciência psicológica) e, de outro, o da construção teórica por cujo intermédio essa proposta procuraria efetivar-se. Trabalhando a partir de tal hipótese, seremos conduzidos a concluir que existiria um desajustamento entre esses níveis; veremos pois, no contexto de um tal desalinhamento, que os resultados da teoria construída ao longo do “Projeto”, longe de efetivar o modelo de ciência psicológica que fora idealizado no nível da proposta, serão antes responsáveis pela sua implosão. Mas veremos também como tal implosão dará

lugar àquilo que será, conforme vamos sustentar aqui, a grande “descoberta” do “Projeto”, balizando a emergência de um modelo de ciência psicológica completamente novo. Mostrar em que medida a proposta freudiana do “Projeto” teria sido falha irá adquirir assim – fazendo jus, talvez, à proposta ela própria pelo lado do avesso – o valor de estratégia central para alcançarmos o máximo objetivo que temos postulado para a nossa abordagem desse texto freudiano.

Teremos pela frente, todavia, objetivos em certa medida subsidiários, mas nem por isso de menor importância; eles dirão respeito, sobretudo, a uma tarefa de esclarecimento que deverá ser feita em cima daqueles elementos integrantes dos dois níveis que temos apontado como constitutivos do “Projeto”: o da teoria que aí está em construção, e o do modelo de ciência que é proposto. Antes de proceder, portanto, a articular qualquer jogo de planos entre esses elementos, julgamos ser preciso elucidar a sua natureza e especificidade. Daremos cumprimento a esta tarefa pela via de um labor exegético ao longo do “Projeto”, o que será por nós levado a cabo conforme a progressão linear que é adotada pelo texto em si mesmo. E isto porque entendemos – como esperamos oportunamente demonstrar – que a dita progressão não é arbitrária, pelo menos à luz daquela “heurística” que julgamos estar presente no “Projeto”. Mas façamos agora, de imediato, uma apresentação da dita obra.

O texto do “Projeto”, que fora redigido por Freud entre os meses de setembro e outubro de 1895, chegou até nós, leitores, da seguinte maneira: sob a forma de um manuscrito que não levava título, inacabado, e gozando aparentemente de pouco apreço por parte do próprio autor, que o sepultara definitivamente ao esquecimento pouco depois de tê-lo produzido, esse texto permaneceu por muitos anos nas mãos de W. Fliess, seu único destinatário previsto e o grande interlocutor e correspondente de Freud nos anos de gestação da psicanálise, num período que abarca aproximadamente uma extensão de quinze anos (1887-1902). Na primeira edição da dita obra, feita em língua alemã, no ano de 1950, foi-lhe atribuído o título de “Entwurf einer Psychologie”, e quatro anos mais tarde, J. Strachey, o tradutor e editor inglês

das obras psicológicas completas de Freud, iria por sua vez rebatizá-la com o nome de "Project for a Scientific Psychology" (2).

Mas Freud já tinha feito, se bem que de maneira alusiva, o seu próprio batismo dessa obra, dando da mesma o endereço certo: tratava-se de uma "Psicologia para neurologistas", como se pode ler na carta 23 a Fliess, de 27/04/95 (3). E foi essencialmente como um "documento neuropsicológico" – tomando a expressão em empréstimo a Pribram e Gill (4) – que estudiosos do pensamento freudiano avaliaram inicialmente o "Projeto", o que foi nomeadamente o caso de E. Jones, biógrafo de Freud, como veremos de maneira mais detalhada um pouco mais à frente (5).

O texto consta de três partes, a primeira correspondendo ao plano geral da obra, a segunda levando o nome de "Psicopatologia" (a única parte do texto, por sinal, que foi por Freud numerada), e a terceira estando destinada a tratar dos "processos  $\psi$  normais". Sabe-se, porém, da existência de uma quarta parte. Na carta 29 de Freud a Fliess, de 8/10/95, enviada conjuntamente com os dois cadernos em que tinha sido compilado o manuscrito, fazia-se alusão a um terceiro caderno, ainda incompleto, e relativo à "psicopatologia do recalque", assunto esse que era aí anunciado como sendo um assunto considerado "chave", e em cujo tratamento Freud tinha emperrado – como ele mesmo confessara – nutrido deste modo a suspeita de estar à frente de dificuldades que pareciam ser intransponíveis (6). Esse caderno nunca veio à luz, e ficamos assim sem essa quarta parte. Preencher essa lacuna conjecturalmente, a partir das três partes conhecidas e com o intuito de lograr uma articulação da obra em seu conjunto: eis aqui uma tarefa que a conjunção de mistério e esquecimento que parece pairar sobre o "Projeto" deixa em aberto para nós.

Para delinear-mos contudo acabadamente esta nossa proposta de trabalho, cabe-nos prestar maiores esclarecimentos no que tange à perspectiva de abordagem do texto em apreço, perspectiva essa que, como fora assinalado de início, põe a ênfase naquelas que seriam, desse texto, as principais descobertas, tanto em termos da metodologia de construção que nele é empregada, quanto no que concerne aos resultados que dela teriam emanado. Implemen-

tar esta abordagem não será, todavia, uma tarefa muito simples; será preciso manejar alguma conceituação de “descoberta” que, à maneira de chave de leitura, nos permita identificar, no texto em exame, aqueles elementos que confeririam a certas realizações nele presentes o estatuto das descobertas. Não se trata de uma chave de leitura qualquer; ela deverá possuir dois atributos (ou virtudes) capazes de jogar em perfeita combinação: de um lado, ela deverá ser adequada à própria racionalidade da construção freudiana do “Projeto”, que é uma racionalidade específica; do outro, ela terá de enxergar essa racionalidade no que a mesma tem de genérico para melhor capturá-la, o que significa enxergá-la à luz de sua forma abstrata ou daqueles princípios ou regras conforme os quais a construção teria se estruturado. Essa chave, contudo, não está dada, não existe de antemão. Será portanto preciso forjá-la – e esta será tarefa nossa (7) – e forjá-la perfazendo necessariamente um movimento de ida e volta entre as pistas que o texto nos fornece e algum esquema de natureza mais genérica. Esquema esse que deveremos resgatar naquela área do saber em que conceituações como a de “descoberta” são tematizadas em seus traços genéricos; em outras palavras, na filosofia da ciência. Só que iremos deparar-nos aí com uma especial dificuldade. Pareceria com efeito não haver – da perspectiva dessa área – nenhum outro meio para poder identificar eventuais descobertas científicas, senão o de recorrer a algum modelo ou padrão de “descoberta” pré-determinado. Um tal padrão estipularia assim aqueles caracteres que seriam próprios a essas descobertas permitindo, portanto, recortar das mesmas o domínio, e tornando desta forma possível a sua detecção. Não existe, todavia, uma maneira única de postular-se esse padrão, o que vai implicar para nós – e esta é a dificuldade a que aludíamos – em sabermos lidar com o fato dessa diversidade na nossa busca do elemento universalizante que a chave de leitura que queremos forjar está requerendo. A bem da verdade, a dificuldade que se coloca aqui perante nós é dupla; em primeiro lugar, esses padrões de descoberta que são postulados por diversos filósofos da ciência costumam ter, senão o caráter, pelo menos a força de uma lei, já que o que os mesmos fazem é fundamentalmente delinear aqueles traços ideais aos quais deverão se ajustar – de uma forma ou de outra – quaisquer

realizações em ciência que queiram ostentar o título de “descobertas” (8). E nós não queremos fazer uso deste procedimento para a nossa abordagem. Pretendemos antes fazer um uso operativo desses padrões, torná-los parte de nossa própria “heurística”, por assim dizer, para melhor elucidarmos os pontos que nos interessam no “Projeto” de Freud. Em segundo lugar, seremos forçados a realizar uma escolha a partir de tais padrões e a adotar algum (ou alguns) dentre eles de maneira não arbitrária. Isto será sanado, todavia, pelo caráter pragmático de nossa escolha, que irá encontrar sua plena justificativa no ajustamento do padrão ou dos padrões que forem porventura adotados aos dados fornecidos pelo “Projeto”. Mas examinemos um pouco a literatura a respeito do tema das descobertas, destacando alguns dos seus representantes.

Poder-se-ia sustentar – da perspectiva de um autor como N.R. Hanson – que, dado o estatuto problemático do ponto de partida de qualquer construção teórica, o próprio às descobertas seria a captação de um novo padrão conceitual (“Gestalt conceitual”) para explicar fenômenos considerados surpreendentes ou anômalos, os que em virtude do dito padrão tornar-se-iam inteligíveis ou não surpreendentes, destacando-se assim como essencial o enquadramento desses fenômenos dentro da nova “Gestalt conceitual” (9). Haveria também, no que tange aos aspectos lógico-metodológicos dessas descobertas, um certo tipo de inferência – a abdutiva ou peirceana – que seria nesta visão privilegiada, e isto por causa da aptidão a ela atribuída para apreender essas novas “Gestalten” (10). Em conexão ainda com tais aspectos lógico-metodológicos, Hanson irá afirmar, de maneira algo enfática, que a racionalidade própria às operações que se põem em marcha quando são processadas descobertas teria o estatuto de uma especial e verdadeira “lógica da descoberta” – cunhando com esse nome uma expressão que doravante tornar-se-ia clássica; em consonância com tal ponto de vista, desqualificará o autor todos aqueles que queiram enxergar essas operações como fazendo parte de um conjunto aleatório de felizes “palpites” (ou de “guesses”) por parte dos cientistas engajados nesses processamentos (11). Julgamos que a partir deste universo hansoniano não seria descabido pensar na possibilidade de existirem

relações que seriam orgânicas entre uma dada metodologia de descoberta e as construções teóricas que dela proviriam, o que implica de alguma maneira em afirmar que haveria uma espécie de transferência de racionalidade daquela metodologia para essas construções.

Do ponto de vista de um autor como S. Toulmin, que acha por bem enfatizar os aspectos construtivos das chamadas descobertas científicas, poder-se-ia concluir que o que caracteriza as ditas descobertas é o delineamento de novos métodos e técnicas de representação de um domínio de objetos que é em certo sentido familiar, técnicas essas que veiculariam modos de inferência específicos e que implicariam na adoção de um modelo novo ou uma nova maneira de considerar esses fenômenos. Assim, para tal concepção, novas técnicas e modelos formariam “o âmago das descobertas”, sendo destacada, como propriedade essencial desses modelos, a potencialidade que os mesmos possuiriam para “despregar” ou estender a sua força explicativa a novos campos do saber (12).

Em um plano mais propriamente semântico, foi também questionado, por T.S. Kuhn, se dever-se-ia entender por “descobertas” apenas aquelas novidades fundamentais que, na pesquisa científica, dizem respeito a certos e determinados fatos, reservando-se a categoria de “invenção” para novidades fundamentais que são concernentes às teorias; uma tal distinção pareceria ser, contudo, excessivamente artificial já que – pensa o autor – tanto as novidades fatuais quanto as teóricas estão entrelaçadas na descoberta científica, e isto de tal maneira que “o mundo do cientista” resultará ser sempre tanto “qualitativamente transformado” como “quantitativamente enriquecido” pelas “novidades fundamentais” relativas a fatos ou teorias (13).

A matéria é suficientemente vasta e precisamos consignar ainda uma outra questão que é freqüentemente discutida em conexão com o tema das descobertas, e a qual assumirá – como veremos oportunamente – uma importância toda especial para nosso trabalho: trata-se do estatuto particular e do privilégio relativo que possam ser outorgados a determinadas ferramentas heurísticas tais como modelos, analogias, metáforas. É bom frisar que a dita questão aparece quase sempre em um contexto polêmico no que tange à

racionalidade desses recursos, e ainda à necessidade de apelar para os mesmos no âmbito das descobertas científicas, sendo a noção de “modelo” a que suscita as mais variadas interpretações e aquela em relação à qual ficam caracterizadas de maneira conexa as outras noções (14).

Não entraremos aqui neste tipo de debate; tampouco pretendemos examinar essa problemática de maneira exaustiva – nem caberia, por outro lado, fazê-lo, no marco do presente trabalho. Sem embargo, dedicaremos um tratamento à parte a essa questão dos recursos heurísticos porque pensamos que a “heurística” presente no “Projeto” se liga de perto à construção, por parte de Freud, de um certo modelo ou metáfora do psiquismo, e o ponderar algumas conceituações existentes a respeito de modelos e de metáforas nos será, pensamos, de extrema utilidade. O critério de escolha dessas conceituações irá ser aqui, como no caso dos padrões de descoberta, um critério pragmático.

Um as últimas palavras merecem ser ditas, todavia, a respeito daqueles padrões ou conceituações paradigmáticas de “descoberta”. Embora o uso que venhamos fazer de certas conceituações oriundas da filosofia da ciência só encontre sua plena legitimação no trabalho que iremos efetuar a partir do material que nos será oferecido pelo texto do “Projeto” – na medida em que será aí, nesse terreno, que aquela chave (ou chaves) de leitura de que precisamos irá (ou irão) configurar-se na sua concretude e especificidade – gostaríamos no entanto de advertir que a maioria das hipóteses que temos colocado nesta “Introdução” foi fruto da manipulação de uma ou outra daquelas conceituações que arrolamos acima – sempre a par, claro está, com a leitura do texto do “Projeto” – de maneira que essa escolha pragmática de que falávamos tem sido, em linhas gerais, já realizada. Assim, a proposta de Toulmin tem-nos sido altamente esclarecedora, sobretudo com seu conceito de novas técnicas ou métodos de representação enquanto elementos centrais para caracterizar descobertas, e com a sua forma de abordar as teorias científicas em sua relação com os modelos, assunto este, todavia, do qual ainda não temos nos ocupado aqui. Dado que o débito que reconhecemos ter para com o dito autor é significativo, temos julgado necessário estender-nos um pouco mais na caracterização do seu pensamento, o que faremos no

capítulo primeiro deste trabalho. Temos também achado que a concepção de Hanson, na medida em que frisa o estatuto problemático do ponto de partida de qualquer descoberta teórica, apresenta o valor de um excelente complemento da visão anterior, sendo também que iremos tirar proveito daquela conseqüência que extraíramos a partir da proposta hansoniana, qual seja, a de considerar como possível que a racionalidade inerente a uma dada construção teórica que é tida como uma descoberta esteja embutida na racionalidade própria à metodologia de construção ou de descoberta teórica da qual ela resulta. Diríamos, finalmente, que as ponderações de Kuhn quanto ao necessário entrelaçamento – em qualquer processo de descoberta – de fatos e teorias que seriam da ordem daquelas “novidades” que se considera “fundamentais”, e o reconhecimento, por parte do mesmo autor, do componente de “invenção” como definitório das descobertas propriamente teóricas, contribuíram também para a nossa abordagem como instrumentos de grande valor elucidativo (15). Cabe advertir ainda que elementos das diversas teorizações que em matéria de descobertas tomaremos em empréstimo à filosofia da ciência poderão por nós ser aplicados a outros escritos freudianos além do “Projeto”, mas sempre sendo guiados pelo intuito de melhor esclarecermos questões inerentes a este último texto.

À maneira, pois, de subsídio para esta nossa abordagem do “Projeto”, e como já antecipamos, aprofundaremos, no Capítulo I deste trabalho, a concepção de Toulmin a respeito das descobertas científicas, ao passo que discutiremos algumas teorizações em torno de expedientes heurísticos tais como modelos e metáforas, o que será, de fato, a questão central desse capítulo. Destinaremos o Capítulo II à caracterização e descrição parcial do modelo (ou metáfora) do psiquismo que é apresentado no “Projeto”, pondo-se a ênfase na articulação dos princípios operativos desse modelo. No Capítulo III completaremos a descrição do modelo em apreço, que em sua feição definitiva conformar-se-á como um sistema neurônico composto de três sub-sistemas, e que será por Freud chamado de “aparelho ‘ $\varphi\psi\omega$ ’”. Ver-se-á também como o modo de funcionamento desse aparelho se torna inteligível à luz de certo jogo de tendências.

A partir daquelas que são as “vivências” estruturantes do aparelho em questão e que o configuram enquanto aparelho psíquico, chegaremos, no Capítulo IV, às noções centrais de “desejo” e “defesa”; isto será contextualizado no marco dos processos psíquicos “primários”, que serão caracterizados de maneira um tanto prototípica, como convém, por outro lado, a um aparelho psíquico do qual se estão traçando os primeiros contornos. Haverá também, por razões que serão oportunamente expostas, uma primeira incursão pelos processos psíquicos “secundários” ou processos de pensamento. O Capítulo V será dedicado aos processos psíquicos primários que têm lugar em um aparelho psíquico já plenamente desenvolvido, quais sejam, os sonhos e o recalque; todavia, será sobretudo ao tratarmos deste último que nos será possível exibir a plena racionalidade desse aparelho, e que nos será possível vê-lo, por assim dizer, no nível do seu funcionamento efetivo. No Capítulo VI serão retomados os processos secundários em conexão com a problemática da “normalidade”; esta será encarada fundamentalmente a partir de um contexto que é ao mesmo tempo prescritivo e biológico. Ganhará também especial relevo a discussão das articulações entre o normal e o patológico, o que nos conduzirá às primeiras conclusões sobre a estruturação do “Projeto” como um todo.

Finalmente, ficará por conta da nossa Conclusão a determinação do estatuto e da relevância epistemológicos do modelo do psiquismo que é construído no “Projeto”, o que implicará em exibir a derradeira articulação daquelas duas dimensões que assinalamos como constitutivas da obra em seu conjunto, a saber, a da proposta de um certo modelo de ciência psicológica, e a relativa à construção de uma teoria dos processos psíquicos. Decidiremos, por último, quanto ao sentido e alcance das descobertas que tenham sido detectadas no “Projeto”, e avaliaremos a montagem do texto à luz das ditas descobertas.

E agora, alguns esclarecimentos quanto às fontes freudianas utilizadas na confecção deste trabalho e quanto ao uso que iremos fazer das mesmas.

Os textos de S. Freud que manejaremos aqui foram lidos na “Standard Edition” (16) que, no caso do “Projeto”, foi cotejada com a edição alemã

de "Aus den Anfängen ..." (17), sendo que, para outros textos, o cotejo foi feito com a "Gesammelte Werke" (18). Temos colocado os títulos dos textos em português, seguindo nisto a versão da "Edição Standard Brasileira" (19), feita nos moldes da "Standard" inglesa. As citações contemplarão essas duas edições, fundamentalmente no caso do "Projeto", mas nos concederemos a licença de discutir os méritos da tradução oferecida pela edição inglesa (e ainda pela brasileira, em casos muito especiais) por ocasião de certos trechos ou expressões cuja ocorrência será oportunamente assinalada.

Cabe advertir ainda que temos nos utilizado, sobretudo para confrontar o texto do "Projeto", das edições espanhola (20) e argentina (21) das obras completas de S. Freud.

Pretendemos ainda, nesta Introdução, situar o "Projeto" no seu contexto de emergência e delinear o sentido geral do empreendimento que aí se tencionava levar a cabo. Efetuaremos, para tanto, uma sucinta apresentação desse contexto em seus aspectos teórico-problemáticos para delinear, a partir daí, as principais alternativas teóricas que estariam, a nosso entender, sendo por ele exigidas e das quais o "Projeto" erguer-se-ia em porta-voz. Tratar-se-á de uma tarefa que acometeremos tendo em conta outros escritos freudianos que não o "Projeto", reservando a nossa Conclusão para, à luz do dito texto, retomar essas inquisições e poder finalmente decidir em que sentido e em que medida essas alternativas teóricas foram efetivamente contempladas.

Podemos situar rapidamente o "Projeto" no conjunto da produção científica freudiana dizendo que se trata de uma obra que é anterior à fundação da Psicanálise enquanto tal, mas no entanto contemporânea das primeiras contribuições clínicas e teóricas de Freud rumo à constituição daquela ciência. Com efeito, do ponto de vista da técnica terapêutica, já despontavam as primeiras intuições do que posteriormente seria, junto com a interpretação dos sonhos, o derradeiro método da nova disciplina. Estamos nos referindo ao método da "livre associação"; é possível encontrar, no relato do caso de Frau Emmy von N., cujo tratamento tinha se desenvolvido entre 1888/89 ou

1889/90, as primeiras alusões ao valor da “conversação (...) aparentemente não-coagida e guiada pelo acaso” enquanto complemento da técnica hipnótica que, em sua feição breueriana – “método catártico” – ainda jogava o papel terapêutico central (22). O “método catártico”, aplicado pela primeira vez por J. Breuer no caso clínico conhecido por “Anna O.” (1880-82), (23), foi resultado de uma modificação introduzida na terapia hipnótica clássica, tal como esta tinha sido desenvolvida pela neuropatologia francesa (Charcot, Bernheim) no tratamento das histerias de origem traumática e onde não se registrava lesão orgânica (notadamente paralisias). Na perspectiva dessa escola, a hipnose era considerada uma técnica de cura que atuava por mera sugestão médica. A diferença essencial com o “método catártico” residia em que por intermédio deste último se procurava não apenas a remoção dos sintomas como também uma exploração de sua origem, e isto na forma de inquirições que, com essa finalidade, eram dirigidas pelo terapeuta a pacientes previamente hipnotizados. A origem desses sintomas era vista em uma descarga inadequada do conteúdo afetivo ligado à representação de um evento considerado traumático e que atuara como detonador do processo todo. Todavia, a geração dos sintomas com carácter de necessidade – isto é, a relação causal trauma/sintoma – ia depender do preenchimento de outra condição mais forte, como veremos mais à frente (24). Tinha se constatado, ademais, que a representação do evento traumático só irrompia na memória do paciente em estado de hipnose.

Na “Comunicação Preliminar”, subtítulo pelo qual tornou-se conhecido um artigo escrito por Freud em colaboração com Breuer, que veio à luz em 1893 com o título de “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Histéricos” (25), e que posteriormente, em abril de 1895, seria publicado na forma de primeiro capítulo da obra, também em parceria com Breuer, “Estudos sobre a Histeria” (26), a atuação do método catártico era descrita nos seguintes termos: “[pelo seu intermédio constatou-se que] cada sintoma histérico individual desaparecia imediata e definitivamente quando se conseguia despertar com toda a clareza a recordação do evento provocador, fazendo também emergir o afeto concomitante, e quando o paciente descrevia detalhadamente

esse evento, dando expressão verbal ao afeto" (27). Cabe salientar, outrossim, que o uso deste método só dizia respeito ao tratamento de neuroses – notadamente a histeria – cujo caráter era visto como ideogênico. Mas é por volta de 1892 que Freud dará passos decisivos em direção à metodologia terapêutica propriamente psicanalítica, ao substituir a hipnose pela chamada "técnica da pressão". Consistia esta em interrogar o paciente pela origem de seus sintomas em estado de plena consciência, ao tempo que uma leve pressão era exercida na sua testa a título de recurso sugestivo auxiliar. Esta mudança na terapia obedeceu a uma conjunção de dificuldades frente à hipnose tanto por parte de certos pacientes quanto por parte do próprio Freud. Mas, o que pôde parecer acidental, foi a mola propulsora de decisivas descobertas teóricas.

Na avaliação dessa inovação metodológica, feita de maneira sistemática em "A Psicoterapia da Histeria" (28), vemos Freud ir além da circunstância de alguns pacientes não serem hipnotizáveis (o que, no fundo, terminava sendo atribuído, mesmo que hipoteticamente, a uma falta de disposição por parte desses pacientes com relação à hipnose), para pôr em relevo surpreendentes teorizações derivadas a partir da nova técnica de cura. Tinha-se constatado, com efeito, na aplicação da dita terapia, que apesar dos pacientes mostrarem uma espécie de entrave em perseguir o fluxo associativo que pudesse levá-los à lembrança daquelas circunstâncias em que os sintomas teriam emergido – mesmo depois desses pacientes terem trazido à tona (às vezes espontaneamente) recordações que pareciam ter alguma ligação com essas circunstâncias, era possível todavia superar esse entrave pela via de uma tenaz insistência nas interrogações que estavam sendo efetuadas. Partindo pois desta constatação, Freud concluía que ele estava de fato tendo que vencer, com seu "trabalho psíquico", alguma "força psíquica" que, com toda segurança, devia estar presente em seus pacientes na forma de uma franca oposição à conscientização das representações envolvidas. Isto configurou-se, aos olhos dele próprio, como uma verdadeira descoberta: existiriam pois, por parte dos pacientes, resistências à conscientização das representações que eram precisamente as patogênicas (29). Mas Freud iria além desta "teoria"

– como fora por ele chamada –, marchando rumo àquilo que seria a inteiramente “nova compreensão” do assunto todo. Foi assim postulado que a “força” que “resiste” devia ser, sem dúvida, a mesma que tivera um papel na criação propriamente do sintoma (30). Como, porém, teria aí operado aquela força – de repente elevada a fator etiológico – e a que motivações ela obedeceria? A resposta já tinha sido dada em um texto anterior, sob a forma de uma nova teoria “inventada” por Freud, a saber, a por ele chamada “teoria da defesa”. Com efeito, essa nova teoria, com pretensões a elucidar a gênese de neuroses que, a exemplo da histeria, começam o seu processamento na esfera psíquica (31), tinha já registrado sua aparição em um breve artigo de 1894, “As Neuropsicoses de Defesa” (32). Sustentava-se aí que existiria, na origem de tais patologias, a deflagração de um processo defensivo (33), o qual consistiria em dissociar, de representações que em si mesmas eram de natureza penosa, quase que invariavelmente de conteúdo sexual, e tidas como incompatíveis pelo ego (34), o que seria sua “soma de excitação” ou “afeto” (35). Tratar-se-ia, pois, de produzir-se uma dissociação entre dois elementos, “representação” e “afeto”, que se considerava serem componentes de qualquer fenômeno psíquico (36). Essa dissociação implicaria assim no enfraquecimento da representação em causa e no desvio do afeto que lhe tinha sido subtraído. Tais elementos, por sua vez, sofreriam então diferentes destinos segundo o tipo de neurose que se estivesse processando, sendo que o destino comum às representações consistiria no seu afastamento da consciência (recalcamento) (37) e na constituição, pelo seu intermédio – mas já na qualidade de “traços mnêmicos” – do “núcleo de um segundo grupo psíquico” (38). Desta maneira, o estabelecimento das diferenças entre os distintos tipos de neuroses ficaria por conta do destino sofrido pelo afeto uma vez separado da representação. Seria assim inerente à histeria a transformação da soma de excitação em algo somático (“conversão”) (39), enquanto que, na neurose obsessiva, o afeto, obrigado a permanecer na esfera psíquica, ligar-se-ia a outras representações em si mesmas não incompatíveis mas que, graças a esta “falsa conexão”, tornar-se-iam representações obsessivas (40). Mas, de qualquer maneira, o certo é que na base da defesa encontrava-se sempre –

como fora atestado pela clínica – uma contradição ou um conflito entre o ego e representações do tipo das acima aludidas, de modo que a defesa ocorreria por causa da impotência do sujeito para poder resolver essa contradição através daquilo que seria um trabalho comum de pensamento (41), isto é, sem ter que recorrer ao recalque da representação intolerável.

A formulação da teoria da defesa iria constituir um verdadeiro ponto de ruptura no seio da constelação conceitual que Freud compartilhara com Breuer nos termos da “Comunicação Preliminar”. Recordemos o seu célebre lema: “Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (42) e vejamos, no texto, como tal “sofrimento” ficara nele caracterizado e de que “reminiscências”, em última instância, estava se falando: “... o trauma psíquico, ou mais precisamente a sua recordação, atua à maneira de um corpo estranho que continua a exercer uma ação eficaz e presente, a despeito de quão longo tenha sido o tempo transcorrido desde sua penetração” (43). Temos pois pela frente reminiscências que têm caráter patogênico. Este caráter patogênico era atribuído, “prima facie”, ao fato de tais reminiscências haverem-se furtado a um “trabalho normal de desgaste”, trabalho esse que, por sua vez, pressupunha a ocorrência, já de uma descarga adequada (“abreação”) dos afetos ligados à representação em causa (o que envolvia sempre a via motora), já de um trabalho de elaboração associativa, em que tal representação entraria em confronto com experiências que pudessem contradizê-la, sendo assim retificada à luz de outras representações, o que conduziria finalmente a uma espécie de expurgo desses afetos (44). Todavia, era preciso dar conta dos fatores que teriam impedido a realização de um trabalho normal de desgaste na histeria. E foi por essa trilha que a “Comunicação Preliminar” enveredara para a formulação da que seria sua hipótese etiológica central. Postulara-se assim como “base e condição ‘sine qua non’ ” para o desenvolvimento do caráter patogênico das representações em jogo o fato de as mesmas terem emergido a partir de estados anormais da consciência ou “estados hipnóides” (45). Tais representações, portadoras de um forte grau de intensidade, teriam ficado excluídas do resto da consciência, o que explicaria a impossibilidade de se efetuar em cima das mesmas um trabalho de elaboração associativa.

Cabe finalmente acrescentar que os referidos estados, cuja origem não fora – é preciso notar – satisfatoriamente esclarecida (46), e cujo fundamento último era de qualquer maneira atribuído a fatores constitucionais (47), eram vistos como responsáveis pela ocorrência de um fenômeno que se considerava típico da histeria: a divisão da consciência em duas partes, sendo uma “normal” e a outra contendo, à maneira de uma “segunda consciência” ou “condition seconde”, o material patogênico relativamente organizado através de nexos associativos (48). Constatase que, na sua teoria da defesa, Freud não mais verá os estados hipnóides enquanto “substrato” a partir do qual derivar-se-ia tal divisão da consciência; no novo esquema explicativo, ele irá colocar, na raiz dessa divisão, que é acompanhada da formação de “grupos psíquicos separados”, um “ato de vontade” por parte do sujeito, “cujo motivo pode ser especificado” (49).

Mas há uma outra novidade que não é de menor importância. À luz da descoberta, na sua prática clínica, de “resistências” por parte dos pacientes, vemos Freud dizer que a organização patogênica não irá de fato comportar-se com as características de um “corpo estranho”, mas antes como “uma infiltração”, a resistência sendo equiparada ao agente “infiltrante” (50). A organização patogênica toda (ou “grupo psíquico patógeno”) se apresenta agora como estando composta por “camadas”, verdadeiros “arquivos” de recordações que se dispõem concentricamente em direção a um “núcleo patógeno”, ficando assim arrumadas no sentido do menor ao maior grau da resistência oferecida à recordação do “evento ou processos de pensamento nos quais culminara o fator traumático”, sendo portanto o núcleo o lugar onde a resistência atingiria o seu máximo grau (51). Em virtude desta organização, as camadas exteriores do “grupo psíquico-patógeno”, tendo que vencer apenas leves resistências, perpassarão porções do que Freud chamará de “ego normal”, ao qual também pertencerão, de sorte que o limite entre ambos só poderá ser fixado “convencionalmente” na análise (52).

A consciência ficará assim caracterizada como um “desfiladeiro” que só deixará passar uma recordação de cada vez; caso a recordação encontre sérias dificuldades (fortes resistências) para prosseguir seu caminho em direção à

consciência, ela permanecerá “frente ao paciente” até que o vencimento da resistência permita ao mesmo acolhê-la na “área do seu ego” (53).

Pode-se dizer, em suma, que a descoberta, no nível da clínica, de resistências, e sua fundamentação teórica na hipótese da defesa, marcam a irrupção, na teoria freudiana, de uma perspectiva dinâmica na abordagem dos processos psicológicos. (Vimos que a defesa encontrava sua motivação ou sua razão de ser na necessidade de resolução de um *conflito*, e que a resistência fora caracterizada como uma “força psíquica”).

A partir daqui podemos ver que se abrem duas frentes problemáticas. Por um lado, será preciso inserir essa linguagem de “forças em luta” que remetem sempre, no fundo, para uma “comparação quantitativa” (54), dentro de um marco conceitual à luz do qual essa linguagem ganhe em determinação e especificidade. Constatamos que um primeiro passo nesse sentido já fora efetivamente dado quando Freud explicitara, no final de “As Neuropsicoses”, a hipótese de trabalho da qual fizera uso na sua exposição da teoria da defesa. Conforme a dita hipótese seria preciso distinguir, em todo processo psíquico, um fator quantitativo, uma “quota de afeto” ou “soma de excitação”, “que possui todas as características de uma quantidade (embora não se possuam os meios para medi-la); que é capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga e que se espalha sobre os traços-innêscos das representações mais ou menos como uma carga elétrica o faz sobre superfície de um corpo.

‘Tal hipótese, incidentalmente subjacente à teoria da ‘abreção’ na “ Comunicação Preliminar”, pode ser aplicada no mesmo sentido em que os físicos aplicam a hipótese de uma corrente de fluido elétrico. Ela se justifica provisoriamente pela sua utilidade em coordenar e explicar uma grande variedade de estados psíquicos” (55).

A introdução desta hipótese se encontra revestida de uma importância fundamental, já que implica de fato em pôr em marcha o que será “o ponto de vista econômico” em Psicanálise. Nos escritos metapsicológicos (1915) ele será caracterizado como “... a tentativa de seguir os destinos de quantidades de excitação e de chegar pelo menos a uma estimativa relativa de sua grandeza” (56).

No contexto dos anos '90, tal fator quantitativo é o responsável, na histeria, pelo "ímpeto para a conversão" (57) e, na neurose obsessiva, pelo "afeto incompreensivelmente forte" com que é suprida a anódina representação substituta o que, aos olhos de Freud, aparece como um fato "notável" ou surpreendente (58).

Embora a abordagem quantitativa dos distúrbios neuróticos remonte aos tempos da "Comunicação Preliminar", nos textos dessa época ela dizia respeito, fundamentalmente, a processos neurofisiológicos que tinham lugar no sistema nervoso concomitantemente (59) com a ocorrência de certos processos psíquicos, o que não é bem o caso em 1894, onde a hipótese quantitativa se refere *diretamente* às "funções psíquicas" (60) sem fazer qualquer referência explícita ao sistema nervoso.

Rastreando pois os antecedentes da hipótese quantitativa, vemos Freud dizer em "Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Histéricos: Uma Conferência" (61), conferência por ele pronunciada em janeiro de 1893 simultaneamente à publicação da 'Comunicação Preliminar', que "quando uma pessoa experimenta uma impressão psíquica, há um aumento no seu sistema nervoso de algo que, de momento, chamaremos de 'soma de excitação'" (62). E, conexamente, que "a preservação da saúde implica numa diminuição dessa soma de excitação", o que fica assegurado pela existência de "uma tendência, em cada indivíduo, a diminuir essa soma de excitação" (63). Afirmção esta que representa, com efeito, uma aproximação ao que posteriormente será conhecido como "princípio de constância" (64), já antecipado, aliás, em outros dois textos que integram a coletânea "Esboços para a 'Comunicação Preliminar' de 1893" (65). Assim, no manuscrito (A), "Carta a Joseph Breuer" (29/06/92) alude-se ao "teorema concernente à constância da soma de excitação" (66) como um dos pontos teóricos comuns a Freud e Breuer; e no Manuscrito C, "Sobre a Teoria dos Ataques Histéricos", tal teorema é enunciado nos seguintes termos: "O sistema nervoso tende a manter constante em suas relações funcionais algo que podemos descrever como a 'soma de excitação'. Ele efetiva esta pré-condição de saúde desfazendo-se de qualquer aumento de excitação pela via associativa ou, então, descarregando-o através

de uma reação motora adequada”(67).

Vê-se facilmente que no marco da teoria da defesa e da perspectiva dinâmica em que ela se coloca, a hipótese quantitativa está de fato jogando em outro nível, o do conflito entre representações e o ego, o que irá nos remeter, por sua vez para certo conjunto de interrogações:

– O que será esse fator quantitativo, que é paralelizado com uma “quota de afeto” ou “soma de excitação”, e que parece ser fundamental para o traçado dos caminhos do afeto no mecanismo defensivo? Em que sentido valeria a equivalência entre “quota de afeto” e “soma de excitação”?

– Qual o sentido das analogias físicas como “carga elétrica que se espalha”, “corrente de fluido elétrico”? Indicar talvez que se trata preferencialmente de uma quantidade fluente? Ou, de uma maneira que não exclui o anterior, estaria tentando-se apelar para o prestígio de conceitos oriundos da física para reforçar-se, por assim dizer, a cientificidade da hipótese?

– Qual o sentido da analogia com a física, agora em termos metodológicos, isto é, que dizem respeito à forma em que a dita ciência faz uso de suas hipóteses teóricas?

Seja como for, afirma-se que a hipótese se justifica, mesmo que provisoriamente, pela sua potência explicativa e pela sua aptidão para estabelecer conexões a nível fenomênico; pareceria, pois, que estaríamos frente a uma hipótese de nítido teor instrumental, que é capaz de preencher adequadamente suas funções (explicar, coordenar) manipulando o postulado fator quantitativo “como se” ele fosse, realmente, uma quantidade ... Quão longe, todavia, poderá ir a potência explicativa desta hipótese?

Consideremos agora a segunda frente problemática que se coloca a partir da descoberta da dimensão dinâmica na abordagem dos processos psicopatológicos. Ela diz respeito tanto ao estatuto do recalcado e do recalcante, quanto ao dos processos intervenientes no ato da defesa.

Respalhando-se no caráter confessional inerente à correspondência privada, vemos Freud dizer a Fliess na carta 18 (21/05/94), ao referir-se ao conflito que está na base da defesa: “o que se rechaça é sempre a sexualidade” (68). Esta forte afirmação contrasta com a prudência com que Freud tinha

abordado a questão da etiologia sexual das neuroses nos textos publicados até então. Onde ele vai mais longe, nesta problemática, é no artigo "As Neuropsicoses", ao caracterizar a vida sexual do paciente como "a fonte do afeto" nas neuroses obsessivas (69) e como "o chão" do qual emergem, com caráter prioritário, as representações incompatíveis no caso da histeria feminina (70). Mas feita imediatamente a ressalva, no primeiro caso, de que "teoricamente não é impossível que o afeto possa originar-se em outros campos" (71), para terminar logo oferecendo justificativas de tipo indutivo que não representam avanços reais na teoria. Com efeito, é indicado que na base do afeto penoso presente em todos os casos analisados de neurose obsessiva aparece comprometida a vida sexual do sujeito; como também pode-se constatar facilmente "que é precisamente a vida sexual que fornece as mais abundantes ocasiões para a emergência de representações incompatíveis" (72). Portanto, a sexualidade enquanto fator etiológico aparece aqui carecendo da necessidade e universalidade que esse "sempre", colocado na carta, inequivocamente lhe atribuíam. Cabe pois perguntar: é realmente a sexualidade uma condição necessária para que o recalque tenha lugar? Caso seja assim: em que termos?

Por outro lado, aquilo que recalca, isto é, que mantém fora da consciência as representações incompatíveis, prévia divisão dos componentes representativo e afetivo, é o ego. Mas, o que é esse ego? As vezes, embora não prioritariamente, ele parece identificar-se com o sujeito (73) que é, como já vimos, quem deflagra o processo através de um "ato de vontade" ou "tentativa de defesa" que parece ser mais ou menos consciente (74).

Vimos também que, embora para Freud parecia resultar clara a questão do destino do afeto na histeria, a coisa se lhe apresentava como enigmática no caso da neurose obsessiva. É possível resgatar do texto, como uma das razões para tal obscuridade, o fato de o mecanismo defensivo – exceto o seu ponto de partida, isto é, o ato de vontade do sujeito, e mesmo o recalque da representação sexual incompatível (75) – ser ele próprio não consciente. "A separação da representação sexual do seu afeto, e a ligação deste último a outra representação apropriada e não incompatível são processos que ocorrem sem consciência. Sua existência pode ser apenas presumida, mas não corrobora-

rada por qualquer análise clínico-psicológica. Quiçá seria mais correto dizer que tais processos não são em absoluto de natureza psíquica, que eles são processos físicos cujas conseqüências psíquicas se apresentam elas próprias como se o que é expresso pelos termos 'separação da representação do seu afeto' por um lado, e 'falsa conexão', pelo outro, tivesse realmente ocorrido" (76).

Há vários pontos que merecem aqui ser discutidos.

Em primeiro lugar, por que o recalçamento – que aqui é feito pelo "sujeito" – ficou fora do resto dos processos não conscientes? Só pode ser porque tal procedimento é efetuado num nível consciente ou mais ou menos consciente, embora nada seja dito a respeito ao longo de todo o texto. Resulta verdadeiramente estranho conceber o recalque a partir da consciência ao tempo que seus produtos, as representações recalçadas, formando o núcleo de um "grupo psíquico separado", mostram-se reticentes a tornar-se conscientes. Ainda mais, em termos da organização patogênica em "camadas" apresentada em "A Psicoterapia da Histeria", vemos que "quanto mais se aprofunda, [nessa organização, na terapia] tanto mais difícil se torna para o enfermo reconhecer as recordações emergentes, até tropeçar, já perto do nódulo, com recordações que ele nega mesmo ao reproduzi-las" (77).

Se nos atermos, por outro lado, à caracterização da resistência como sendo a mesma força psíquica que interveio na formação do sintoma, sendo que no curso da análise ela se opõe à emergência da representação recalçada, e isto de uma maneira que o paciente não percebe (78), chegamos então a uma situação quase paradoxal: a operância da mesma força é e não é consciente, a depender dos tempos dessa operação. Freud parece escapar dessa indesejável conseqüência quando diz que, na resistência: "o não saber do paciente é um 'não querer saber' " (79) já que este caráter volitivo conferiria à resistência um estatuto de "mais ou menos consciente".

De qualquer maneira, pensamos que Freud não tinha claro nem o estatuto da instância recalçante, nem o do ato de recalque, nem o da resistência. Mas recoloquemos estas questões de uma outra perspectiva.

Em conseqüência da concepção do material patogênico como disposto em

“camadas”, vimos que aquelas situadas na periferia perpassavam porções do “ego normal”, já que as resistências que as representações correspondentes tinham de vencer eram leves. Pareceria então que o problema de se atribuir às diversas “forças” postas em jogo pela teoria da defesa predicados tais como “consciente”, “mais ou menos consciente” e “não consciente” reduzir-se-ia, no fundo, a uma questão de atribuição de diferentes graus a essa força psíquica que é a resistência, o que implica em voltar novamente os olhos à hipótese quantitativa. Com efeito, uma boa elucidação desta última permitiria também, no limite, um traçado não arbitrário, na análise, entre o “grupo psíquico-patógeno” e o “ego normal”. Se isto for assim, poderemos então concluir que um conjunto de problemas relativos a “lugares” (uma questão tópica) dependeria de uma questão de “magnitudes de forças” (perspectiva econômica). Por esse viés, vemos assim a questão da quantidade ganhar um relevo de proporções insuspeitadas, sendo ponto de confluência de múltiplas interrogações. Fica de qualquer maneira um saldo estranho: como caracterizar processos na qualidade de “conscientes”, “mais ou menos conscientes”, e ainda “não conscientes”, a partir de considerações de tipo quantitativo?

Resta-nos agora examinar o estatuto dos processos intervenientes na defesa, o que faremos tomando como modelo a neurose obsessiva que é, pelo menos de maneira explícita, onde Freud se vê frente a uma questão enigmática. O elemento enigmático só aparecia de fato – como já consignamos – no ponto em que a representação sexual incompatível separava-se do afeto, e em que se colocava também a questão do destino deste último. Com efeito, os processos que aí se desenrolavam eram vistos como sendo não conscientes, o que tornava problemático seu próprio estatuto ontológico, já que nada garantia que tais processos fossem realmente processos psicológicos (80). O primeiro patamar do problema poderia, pois, ser posto da seguinte maneira:

– Como decidir qualquer coisa a respeito de processos que se furtam à consciência? Será que existe uma outra via metodológica de acesso além da fornecida pela clínica que, de qualquer maneira, inevitavelmente deve partir dos dados da consciência do paciente?

Novamente estamos às voltas com uma questão de natureza tópica na

sua origem: como chegar até lá, onde têm lugar esses processos que se nos esquivam mas são determinantes para definir um quadro clínico?

Em um segundo momento, poderíamos inquirir quanto às conseqüências da hipótese colocada no texto citado acima (81), em que se cogitava a possibilidade de que tais processos não fossem em absoluto de natureza psíquica e sim processos físicos.

Se aceitarmos essa hipótese como ponto de partida vários problemas surgirão:

1º – Como conceber satisfatoriamente, isto é, sem perda de coerência, um ato psicológico de defesa que apresentar-se-ia partido em duas esferas: uma, consciente, ou mais ou menos consciente, mas em todo caso psíquica, aquela que se constitui a partir de um ato de vontade do sujeito e do subsequente recalque, pelo ego, da representação incompatível, e outra não consciente, física, aquela em que se dissociam, “afeto” e “representação incompatível” e na qual têm lugar os mecanismos que definem o encaminhamento do afeto que é separado daquela representação?

Será que a defesa em seu conjunto operaria sucessivamente nestes dois planos? E novamente a questão tópica: se isto for assim, como delimitar sua fronteira?

2º – Se os processos em causa são físicos, como sustentar teoricamente a eficácia de uma terapia baseada no campo das significações ou da fala, como é próprio à “técnica da pressão”?

3º – Se a existência daqueles processos que seriam denotados pelos termos “separação da representação do seu afeto” e “falsa conexão” se nos furta e só pode ser apenas presumida, qualquer conjectura quanto a sua natureza poderá ser, a princípio, válida. Por que privilegiar então a possibilidade de que esses processos sejam de natureza física? Será pelo fato de os mesmos ocorrerem sem consciência? Mas então estaria pressupondo-se também uma identificação entre “psíquico” e “consciente”, o que não coadunaria com a postulação daquele “segundo grupo psíquico” cuja constituição é uma conseqüência do recalque e que, como se sabe, não é consciente.

Mas poderíamos também colocar a coisa em outros termos:

Quais seriam, para a hipótese em questão, as “conseqüências psíquicas” daqueles processos que ocorrem sem consciência e que seriam físicos? Nós entendemos que tais conseqüências só poderiam ser da ordem dos sintomas, isto é, da ordem fenomênica. Mas, se é para trabalhar com pressupostos realistas no nível dos fenômenos, e com pressupostos em certa medida convencionalistas no nível das hipóteses, não caberia então a possibilidade de inverter-se o esquema, assumir os processos em causa como psíquicos e tratá-los “como se” fossem físicos? A assunção de tais processos enquanto psíquicos não seria arbitrária, posto que, afinal, eles “teriam relações significativas com o material empírico”, como poderíamos dizer tomando a expressão em empréstimo ao Freud de “Pulsões e seus destinos” (82). Por outro lado, o fato de tratar esses processos “como se” fossem físicos harmonizar-se-ia melhor com o registro em que fora colocada a “hipótese quantitativa”, permitindo talvez colher novos frutos da aplicação da dita hipótese. (De fato, ela pareceu estar tratando o fator quantitativo presente em todo fenômeno psíquico “como se” fosse uma quantidade de ordem física).

Mas os problemas não terminam aqui.

Existe ainda um outro ponto obscuro com relação aos processos ocorrentes na neurose obsessiva, embora o mesmo não tenha sido registrado por Freud. Em conseqüência da separação do afeto da representação incompatível, resultara que a dita representação, “(...) enfraquecida, permanecia ainda na consciência, separada de toda associação” (83). De que maneira, poderíamos perguntar? No caso da histeria, já vimos que a representação recalçada, enquanto “traço mnésico”, formava o núcleo de um “segundo grupo psíquico”. Por que haveria de ser diferente na neurose obsessiva, se o mecanismo de recalçamento é o mesmo? Mas, qual é então o estatuto desse “traço mnésico”? Será que ele é também “mais ou menos consciente”?

Recapitulando o que foi tratado até aqui a propósito dos problemas que a teoria da defesa levaria em seu bojo, e à guisa de conclusão para estes assuntos, poderíamos dizer que vimos como, no seio de uma grande descoberta, instalaram-se enigmas que pareciam exigir a fundamentação da própria hipótese de base.

Vimos, com efeito, aparecer como enigmático o próprio mecanismo da defesa na neurose obsessiva, sendo portanto algo que devia ser explicado. Mas, para explicar o dito mecanismo, cuja problematicidade achamos lícito estender também para o caso da histeria (afinal, o que é precisamente esse “ímpeto para a conversão” para além de ele ser expressão de uma genérica predisposição para a doença? (84)), julgamos ser preciso decidir, pelo lado das “forças em conflito”, qual o papel que cabe, no caso, à sexualidade, na etiologia das neuroses de defesa, e elaborar também, já no nível dos fundamentos ou dos princípios, algo assim como uma teoria geral dos processos psíquicos, posto que só uma teoria dessa natureza poderia fornecer algum subsídio para determinar o estatuto ontológico dos processos intervenientes nas psiconeuroses e esclarecer em que sentido poder-se-ia falar dos mesmos como sendo conscientes, mais ou menos conscientes ou não conscientes. O que, por outro lado, teria necessariamente que levar em consideração as diversas dimensões que a teoria da defesa pôs em jogo: tópica, dinâmica e econômica.

Esta sucinta reconstrução das principais descobertas e novos problemas decorrentes das mesmas que antecederam a redação do “Projeto”, e o posterior apontamento de algumas alternativas teóricas cuja contemplação parecia estar sendo solicitada por aquele contexto, serão agora complementados com alguns comentários que têm como fonte principal a correspondência privada de Freud a Fliess durante esse período.

Vemos aí que “explicar a defesa” é, de modo confesso, a grande preocupação que Freud tinha em mente ao decidir embarcar na construção do “Projeto”, o que se encontra tematizado recorrentemente na seqüência das cartas 25 a 27 (85), escritas entre junho e agosto de 1895. Assim sendo, “explicar a defesa”, ou mais precisamente elucidar aqueles pontos obscuros e ainda enigmáticos que a recente teoria da defesa abrigava em seu seio (como poderíamos dizer à luz do quadro teórico/problemático acima delineado) apresentar-se-ia como sendo talvez a principal motivação que conduzira Freud a acometer a empresa do “Projeto”.

No entanto, é preciso sair à frente de uma concepção muito difundida, que

representa o ponto de vista mais tradicional entre os historiadores e críticos da Psicanálise e a qual, negligenciando em certa medida o peso e a originalidade daquela motivação oriunda da prática clínica, encarara o "Projeto" como sendo, em essência, mais uma tentativa, dentre aquelas que eram comuns na época, de conferir um estatuto científico à Psicologia, assentando-a sobre bases neurológicas. Este foi, notadamente, o ponto de vista de E. Jones, biógrafo de Freud (86). Assim, a crença de que a fisiologia do cérebro era a via mais promissora para poder impor-se "a lei e a ordem da ciência no aparente caos dos processos mentais" teria levado Freud, segundo Jones, a conceber a realização de uma obra como o "Projeto", empresa essa que, contudo, teria resultado ser um fogo fátuo, uma "ilusão", da qual Freud só iria ver-se livre um par de anos depois de redigido o manuscrito. Todavia, uma tal crença (ou "ilusão") teria estado profundamente enraizada no ideário fisicalista do qual o jovem Freud, o estudante de medicina, abrevara junto do seu mestre Brücke. Com efeito, tanto este quanto outros expoentes da escola de Helmholtz (87) tinham dedicado todos seus esforços em fazer extensivos os princípios básicos da química e, fundamentalmente da física, em que aqueles ficavam reduzidos, ao campo da fisiologia em geral, e da neurofisiologia em particular. E era altamente provável - nos adverte também Jones - que Freud tivesse alimentado a esperança, nascida sob a influência do pensamento herbartiano, via Meynert, de aplicar esses princípios ao campo dos fenômenos psicológicos (88).

Poderíamos acrescentar ainda - na linha de Jones - que essa abordagem físico-fisiológica do psicológico coadunar-se-ia, em Freud, com uma concepção determinista da vida psíquica, determinismo esse caracterizado, pelo próprio Jones, de uma maneira geral em termos de "crença no caráter universal da lei natural e firme descrença na existência de milagres ou de atos espontâneos ou sem causa" (89).

Em suma, poderíamos dizer, parafraseando Frank J. Sulloway (90), que a linha historiográfica mais tradicional dentro da Psicanálise (Jones, Kris, Bernfeld) vê a razão de ser do "Projeto" em uma "necessidade de neurologizar", algo assim - diríamos nós - como uma espécie de lealdade automática

aos hábitos que foram consagrados por uma determinada “Weltanschauung” científica (91).

Independentemente do valor desta interpretação, o certo é que Freud tinha batizado a psicologia do “Projeto” como uma “Psicologia para neurologistas” (92), e caber-nos-á portanto a tarefa de examinar nessa obra a forma que assumem as articulações entre o clínico (ou o psicológico, em termos mais gerais) e o neurológico (93).

Detenhamo-nos na análise do seguinte trecho pinçado da carta 24, de 25/05/95, também endereçada por Freud a Fliess (94):

“Um homem de minhas características não pode viver sem (...) uma paixão dominante, sem um tirano (...) Eu já encontrei, finalmente, esse tirano e agora não tenho limites para servir-lhe. Meu tirano é a psicologia. Há muito me sentia atraído, de longe, por ela. Só que agora, depois que me deparei com as neuroses, se tornou mais próxima. Vivo atormentado por duas ambições: primeiro, descobrir que forma terá a teoria do funcionamento psíquico se nela se aplicar um método de abordagem quantitativo, uma espécie de economia da energia nervosa, e, em segundo lugar, extrair da psicopatologia tudo o que puder ser útil à psicologia normal. Seria, de fato, impossível conceber uma noção geral satisfatória dos distúrbios neuropsicóticos, a não ser que se pudesse relacioná-la a pressupostos bem definidos sobre os processos psíquicos normais”.

Vejamos, em primeiro lugar, quem é o “tirano” de Freud. Trata-se de uma velha paixão. Porém, o que conferiu dominância e um caráter tangível a essa velha paixão foi o fato de Freud “ter deparado com as neuroses”.

A que “psicologia” haveria de conduzi-lo o estudo das neuroses?

Uma indagação sobre o sentido das duas “ambições” ali presentes nos fornecerá as mais variadas pistas.

Em que consiste, essencialmente, a primeira ambição? Ela é expressão literal da tentativa de construir uma teoria do funcionamento psíquico que seja resultado da aplicação de um método quantitativo. Tratava-se de um método já familiar a Freud porque, na forma de uma exigência de quantificação postulada em relação à energia nervosa, ele estava na base da síntese

fisicalista entre o físico e o fisiológico. A primeira ambição pretende também estender essa exigência ao campo do psicológico, para poder operar, quiçá, uma nova síntese no nível do psicofisiológico.

Enfocada deste ângulo, não podemos dizer portanto que tal ambição revele uma meta ou preocupação especificamente freudiana; pelo contrário, ela se inscreveria antes em um programa de confluências de pontos de vista dominantes no universo científico da época, apresentando-se como uma espécie de caixa de ressonância dos ecos de Helmholtz-Herbart (95).

Sem embargo, e atendendo a um outro aspecto presente nessa primeira ambição, devemos aperceber-nos de que Freud revela também não conhecer de antemão os resultados da aplicação, no novo domínio visado, do método em questão, já que “a forma que terá a teoria do funcionamento psíquico” em consequência de uma tal aplicação é algo que está para ser descoberto. Assim, dentro do velho quadro de referência vemos instalar-se uma inquietação cuja dimensão parece exceder os limites do dito quadro.

Deixemos por enquanto em suspenso estas questões para avançar no sentido da análise da segunda das duas ambições. À diferença da primeira, ela se coloca de início em um registro especificamente freudiano, decorrente do fato de Freud ter se deparado com as neuroses, e temos portanto que contar com a presença de um elemento novo.

Qual é o objetivo perseguido pela segunda ambição? Dito de uma maneira rápida e direta: relacionar o normal e o patológico. Mas, de onde poderia provir esta proposta que, se colocada apenas no marco da correspondência privada não deixa de ser desconcertante, tendo em vista que as preocupações e teorizações dominantes em Freud que eram matéria de conhecimento público diziam respeito, de maneira inequívoca, a fenômenos da ordem do psicopatológico?

Bastará contudo fazermos uma rápida referência a certos textos freudianos da época para verificarmos que o interesse por estabelecer ligações entre o normal e o patológico já tinha se colocado a partir do material oferecido pela clínica. Articulemos, pois, um par de tais textos.

Em “As Neuropsicoses”, depois de descritos os “processos psicofísicos”

(96) que têm lugar no ato de defesa próprio à histeria, Freud acha por bem acrescentar: “Uma vez formado, no ‘momento traumático’, o núcleo [do ‘segundo grupo psíquico’] ele poderá ser reforçado [em termos de afeto] em outros momentos (que poderíamos chamar de momentos auxiliares), sempre que a emergência de uma nova impressão do mesmo tipo consiga romper a barreira erigida pela vontade. Desta maneira, a representação que estava enfraquecida, alimentar-se-á com afeto novo, restabelecendo-se momentaneamente o laço associativo entre os dois grupos [psíquicos] até que uma posterior conversão estabeleça uma defesa” (97).

Em “Fräulein Elisabeth”, esta questão de uma “somação de traumas” (98) leva Freud a estabelecer relações de aproximação entre o comportamento de indivíduos histéricos e são já que, em ambos os casos, podemos inferir, permanecem na consciência (mesmo que nos histéricos seja fugazmente) representações cujo afeto, ainda não desviado, apresenta uma considerável magnitude (99). Nesses termos, a diferença entre doença e saúde será remediada a um fator quantitativo: “[isto é] ... à questão de quanta tensão afetiva deste tipo um organismo pode tolerar” (100).

Uma vez contextualizada a segunda das “ambições” que estamos considerando, cabe-nos voltar à análise do texto correspondente. Tínhamos dito, com efeito, que a dita ambição se podia expressar na vontade, por parte de Freud, de relacionar o normal com o patológico. Procedamos agora a inquirir: de que forma?

Uma possível resposta, desdobrada em três itens, poderia ser a seguinte:

1) Estabelecendo hipóteses básicas (“pressupostos bem definidos”) sobre os processos psíquicos normais: construindo, poderíamos dizer, algo assim como a “primeira psicologia geral freudiana”, como afirma Lacan em evidente alusão ao “Projeto”, ao fazer o recorte do que seria para ele “o primeiro esquema do campo analítico” (101).

2) Tornando inteligíveis os distúrbios neuropsicóticos à luz daqueles pressupostos básicos. Isto poderia querer significar: deduzindo das hipóteses básicas as conseqüências necessárias para estabelecer uma teoria geral das neuroses (“uma noção geral satisfatória dos distúrbios neuropsicóticos”).

3) Utilizando-se para isto dos conhecimentos adquiridos em outro domínio do saber também familiar a Freud, porém constituído de descobertas originais, qual seja, o campo da experiência clínica (“extrair da psicopatologia tudo o que puder ser útil...”).

A partir de uma articulação entre estes três elementos, poderíamos extrair, como uma conseqüência bastante plausível, a seguinte proposição: “Freud pretendia estabelecer uma relação de fundação entre o normal e o patológico, de tal maneira que o fundante seria uma espécie de ‘Psicologia Geral Normal’, e o fundado viria a ser uma ‘Teoria Geral das Neuroses’”. Todavia, e estabelecendo uma ponte com a primeira das duas ambições, poderíamos acrescentar que isso que se pretendia erigir em fundamento receberia, por sua vez, sua plena racionalidade, da aplicação de um método tal como o cogitado na primeira dessas ambições.

Mas, aquilo que estaria para ser fundado tem como domínio o psicopatológico, o qual aparece, por sua vez, como um valioso auxiliar para o fundante. Como interpretar isto aqui? Duas possibilidades, pelo menos em termos de sua maior abrangência, podem ser contempladas.

A) Considerar os resultados alcançados em matéria do psicopatológico como um ponto de partida cuja função residiria em colocar, para aquela “Psicologia Geral Normal”, teses que demandam justificativa e problemas que exigem solução, isto é, como um aporte que, a despeito do seu valor heurístico, de qualquer maneira permaneceria exterior com relação às hipóteses básicas da “Psicologia Geral”, já que a construção das ditas hipóteses repousaria, em última instância, em uma metodologia que opera na ordem do quantitativo-neuronal. Assim sendo, a conseqüência é conhecida: a relação de fundação conservaria sua direção nos termos já estabelecidos, isto é, de cima para baixo, fazendo convergir as duas ambições em uma única ambição que seria a de construir uma teoria físico-fisiológica dos processos psíquicos normais que pudesse fundar uma psicopatologia. Desta maneira, aquela “necessidade de neurologizar” articular-se-ia naturalmente também com os problemas e conceituações que direcionavam a atividade clínica de Freud nos anos 94-95.

Sem embargo, outra alternativa abrir-se-á se nós apontarmos uma outra

conseqüência que poderia resultar da “colaboração” do psicopatológico com relação às hipóteses daquela “Psicologia Geral Normal”:

B) Não seria o caso de que tal “colaboração” ou mediação operasse, no coração mesmo do método quantitativo, uma sorte de alteração tal, que permitisse representar-se ou “olhar” de um modo completamente diferente tanto os fenômenos psíquicos normais quanto os patológicos, promovendo uma espécie de “re-descoberta” dos mesmos? Ou, dito de outra maneira, não seria possível que a mediação do clínico introduzisse um outro tipo de racionalidade no nível do método fundamental? Deste ponto de vista, o “auxílio” do psicopatológico ganharia uma dimensão constitutiva com relação às hipóteses básicas, uma dimensão na qual o heurístico teria racionalidade plena.

Talvez seja desta última possibilidade que devemos esperar realmente os “novos” frutos e poderíamos conectá-la, nesse sentido, com aquela interrogação que a primeira das ambições deixara em aberto: o que é que poderia ser descoberto? Vemos assim essa pergunta ganhar um novo relevo, já que podemos dizer que por si própria, independentemente de qual seja a resposta, ela faz dessa primeira ambição algo mais do que uma reiteração automática de velhos esquemas e propósitos.

Voltando ainda à segunda das conseqüências que estávamos considerando, poderíamos nos perguntar como é que ficariam, caso ela suposta, tanto as relações de fundação já consagradas na outra linha de raciocínio, quanto sua expressão via a convergência apontada das duas ambições em uma.

Só poderíamos dizer que as relações de fundação, caso existissem, seriam talvez outras e que no momento não sabemos precisamente em que elas consistiriam. A rápida e tentadora conclusão de que as relações de fundação próprias à primeira alternativa mudariam simplesmente de direção aqui, indo portanto agora de baixo para acima, da ordem do clínico para a ordem do geral normal, resulta tão pouco plausível na base dos elementos de que dispomos, que só poderíamos colocá-la de maneira inteiramente conjectural.

Quanto à convergência de ambições, estamos em condições de antecipar o seguinte: caso ela continuasse a se manter, sustentar-se-ia agora sobre outro pivô: a ênfase se deslocaria da segunda das ambições, como referência central,

em direção à questão deixada em aberto pela primeira das ambições, via a mediação da clínica.

Mas deveremos, por enquanto, determo-nos aqui, já que qualquer resposta frente às alternativas apontadas a partir do nosso comentário da carta 24 só poderá ser oferecida, com algum fundamento, se atendermos à metodologia operante na construção teórica do “Projeto”.

# Capítulo I

## Modelos e Metáforas

A missão deste capítulo será desenvolver, conforme anunciamos na nossa “Introdução”, uma série de tópicos relativos a recursos heurísticos tais como modelos e metáforas, temática esta que julgamos ser relevante no que tange à clarificação dos aspectos formais inerentes ao tipo de construção teórica que é levada a cabo no “Projeto”. Nesse sentido, este capítulo terá um valor introdutório para a ulterior análise da metodologia operante naquela construção. A tarefa que temos assim pela frente, embora implique, em grande parte, em uma incursão pelo pensamento de autores ligados a área de filosofia da ciência, será contudo realizada tendo como ponto de partida elementos ou questões retirados do próprio “Projeto”. Começaremos pela consideração do trecho inaugural da dita obra, que serve de “Introdução” a sua Parte I ou “Plano Geral”, e no qual entendemos que se estabelece, logo de início, aquilo que será o princípio metodológico reitor da construção por cujo intermédio o “Projeto” pretende assentar as bases de um certo tipo de ciência psicológica. Transcreveremos esse trecho na íntegra:

“A finalidade deste projeto é fornecer uma psicologia [científico-naturalista]: isto é, [apresentar] os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição. Há duas idéias principais em jogo: [1] Conceber aquilo que distingue a atividade do repouso como Q, sujeita às leis gerais do movimento. [2] Supor como partículas materiais os neurônios.

‘N e Qn’ – Hoje em dia parecidos ensaios são freqüentes” (1).

Constata-se facilmente que o domínio do psiquismo é, para o “Projeto”, o dos processos psíquicos em geral e que o que se tenciona realizar é uma particular “apresentação” dos mesmos. Mas, que sentido outorgar à palavra “apresentação”? Será que ela reivindica para si o caráter de uma representação que funcionaria como um ícone (2), uma representação que coin-

cidiria, por assim dizer, com a literal apresentação da realidade representada, de maneira tal que os processos psíquicos identificar-se-iam ou fundir-se-iam com esses “estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis (ou neurônios)”? Assim sendo, a “apresentação” do “Projeto” teria o valor – como poder-se-ia sustentar, na linha de P. Ricoeur – de uma “representação real” (3). Ou então, para colocar a coisa mais matizada-mente, e efetuando aqui um movimento de ida e volta ao longo da obra freudiana, será que Freud está querendo falar, de uma maneira que precisamos descobrir, de “apresentação metapsicológica” (4), que é mais uma certa “maneira de representar” do que uma representação em sentido estrito? Finalmente: seria possível ver no “aparelho  $\varphi \psi \omega$ ” construído na primeira parte do “Projeto” (e em que consistirá, como veremos, a mentada “apresentação”) – onde “ $\varphi \psi \omega$ ” designa um sistema neurônico diferenciado em subsistemas, por onde circula uma certa quantidade de excitação e que é regido por certos princípios – uma versão antecipada e neurologicamente travestida da representação do “aparelho psíquico” da “Traumdeutung”, com o valor, portanto, de uma “representação figurada” (5) em que os processos psíquicos seriam tratados como se fossem “estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis”? Se este porventura for o caso, a mentada “apresentação” só terá um significado meramente analógico.

De qualquer maneira, seja qual for o significado desse “apresentar”, estamos sempre frente a um construto teórico que parece ter o estatuto de um “modelo”, ou quiçá de uma “metáfora”.

Cabe agora inquirir: em que sentido seria dado falar aqui de modelos ou de metáforas?

A partir das duas possibilidades de interpretação apontadas acima com relação ao caráter dessa singular “apresentação” do psiquismo que o “Projeto” se propõe a efetuar, isto é, considerando tal “apresentação” já em termos de uma “representação” (seja “real” ou “figurada”), já em termos de uma certa “maneira de representar” (ou de expor), é que iremos examinar agora algumas conceituações acerca de modelos e de metáforas que nos

permitam jogar melhor com essas alternativas (e suas possíveis nuances) em termos de modelos e de metáforas.

Começaremos estabelecendo algumas distinções de tipo semântico e conceitual, para focalizarmos depois nossa atenção em torno do pensamento de Max Black, autor esse que tomaremos como referência central, do lado dos “filósofos da ciência”, para tratarmos de questões concernentes a modelos e metáforas. Vejamos primeiramente qual o uso que pretendemos fazer do termo “representação”, no nível da temática deste capítulo. Entenderemos “representação”, de maneira geral, enquanto “cópia”, num sentido próximo ao que Mary Hesse adota na sua caracterização de “modelo” no seu artigo “The Function of Models: A Dialogue” (6). Desta maneira, “representação” valerá como “cópia imperfeita” de um original, ou melhor, como uma entidade semelhante a outra sob aspectos relevantes. A entrada em jogo do conceito de “semelhança” nessa caracterização de “representação” implica por si mesma na entrada em jogo de uma especial relação lógica que é a “relação de analogia”. Conforme conceituações desenvolvidas pela mesma autora ao longo de um outro artigo, “Material Analogy” (7), pode-se dizer que uma relação de analogia é algo que subentende uma relação de semelhança entre dois sistemas ou “análogos”, sendo que tal relação de semelhança abrangerá tanto identidades quanto diferenças entre os mesmos. Mas há uma importante distinção a ser feita. Se a relação de semelhança for estabelecida entre diversas propriedades de ambos os “análogos”, estar-se-á em presença de uma “analogia material”; mas, se o estabelecimento dessa relação for feito no nível da trama de relações ou estrutura desses “análogos”, a analogia em causa será “formal” (a qual pode ser equiparada à chamada “analogia por quarta proporcional”: A está para B, como C está para D). Pareceria, então, que se definirmos “representação” recorrendo à noção de analogia, a questão de sua iconicidade (isto é, da incorporação de certos traços do original que é representado) poder-se-á considerar ponto adquirido, e seu maior ou menor grau de “realismo” só dependerá de quais as semelhanças que se queira destacar (ora da ordem das propriedades – em cujo extremo teríamos uma “representação real” ou um “ícone puro” e, em níveis intermediários, o “modelo

enquanto cópia” hesseano, que se baseia fundamentalmente em analogias de tipo material (8) –, ora da ordem da trama de relações ou estrutura – onde esse grau de “realismo” tenderia a zero, por assim dizer, e teríamos uma “representação figurada” em estado puro). A partir da consideração desta última possibilidade, é que nós introduziremos a caracterização de “modelo analógico” oferecida por M. Black no seu artigo “Modelos e Arquétipos” (9). É preciso contudo advertir, antes de mais nada, que de todos os tipos de modelo examinados por Black ao longo desse artigo só nos interessará ter em conta apenas dois dentre eles: os modelos analógicos e os modelos teóricos, já que são estes os que o dito autor acha relevantes para a ciência empírica. E embora não apareça no texto uma caracterização geral de “modelo”, podemos resgatar – em prol da brevidade e da clareza – elementos mínimos comuns aos dois modelos mencionados acima; teríamos assim, em primeiro lugar, um domínio original (certo estado de coisas ou sistema visto como problemático), o qual se correlaciona de uma certa maneira e com uma finalidade determinada com um outro domínio que é em certo sentido familiar ou melhor conhecido; tal é o domínio do qual foi tirado o modelo ou domínio secundário. O objeto-modelo resultante ou o modelo propriamente dito dirá respeito ao domínio original através de certas regras de correlação e de tradução.

Vejamos agora como fica caracterizado o “modelo analógico”.

Por “modelo analógico” Black entende: “qualquer objeto material, sistema ou processo destinado a reproduzir da maneira mais fiel possível, em outro meio, a estrutura ou trama de relações do original”. (Um exemplo disto seriam os modelos hidráulicos de sistemas econômicos) (10).

A finalidade própria a este tipo de modelo é, pois, **REPRODUZIR** a estrutura do original; suas regras de correlação regerão o estabelecimento de uma correspondência bi-unívoca entre as relações incorporadas no modelo e as existentes no original; finalmente, as regras de tradução da terminologia aplicável ao modelo permitirão conservar, no domínio original, os valores veritativos existentes no domínio do modelo. Desta maneira, diz Black, o princípio reitor do modelo é o que os matemáticos chamam de “ISO-

MORFISMO”; nesse sentido, podemos considerar o modelo analógico como “icônico” respeito do original, mesmo que de uma maneira abstrata (11). Vale salientar que este tipo de modelo só fornece hipóteses plausíveis, mas não demonstrações (12). Com efeito, ao comparar, em outro momento de sua exposição, os modelos analógicos com os modelos teóricos, Black referir-se-á aos modelos analógicos em termos de “modelos imaginários” que não nos permitiriam “ver de que maneira, em última instância, as coisas funcionam” (13). Eles forneceria, portanto – poderíamos dizer – apenas simulações da maneira em que funcionam os processos que fazem parte do domínio original, mas não seriam capazes por si próprios de exibir esses processos no seu funcionamento efetivo. Todavia, um passo à frente com relação a esta vertente dos “como se” será dado por Black, como teremos oportunidade de constatar, na sua caracterização de “modelo teórico”. Mas, para tirarmos o devido proveito de tal conceituação, que julgamos ser extremamente rica do ponto de vista epistemológico, será preciso darmos um prévio rodeio pelo ponto de vista blackiano acerca das metáforas, tal como ele é desenvolvido, fundamentalmente, ao longo do artigo “A Metáfora” (14).

No seu tratamento da metáfora e, sobretudo, de um tipo especial de enfoque das metáforas que chama de “interativo”, Black reivindica o valor vigoroso e insubstituível do uso das metáforas em contextos filosóficos, o que supõe ir contra uma concepção que só vê na metáfora uma maneira elegante de “dizer uma coisa e referir-se a outra” (frase essa que sintetiza o que para o dito autor é a posição própria do enfoque que ele chama de “substitutivo”) (15). Para Black “o pensamento metafórico é um modo peculiar de conseguir-se uma penetração intelectual que não deve ser considerado como um substituto ornamental do pensamento direto” (16).

Em que consiste o pensamento metafórico quando considerado do ponto de vista do enfoque “interativo”?

Uma expressão metafórica é algo que põe em relação cognoscitiva e emotiva, de uma maneira simultânea, os pensamentos acerca de dois assuntos separados ou dois “sistemas de coisas” diferentes, de modo tal que o

significado da mesma resulta dessa interação e se revela como um significado novo (17).

Assim, a metáfora funciona “projetando”, sobre um assunto considerado principal, um “sistema de implicações” (ou de “tópicos acompanhantes” ou associados) característico de um outro assunto visto como subsidiário, e isto como um meio para selecionar, acentuar e organizar as relações pertencentes ao assunto principal num campo distinto. Neste sentido, a metáfora funciona como um filtro (18). Na página 49 do seu artigo “A Metáfora”, Black apresentará um exemplo bastante simples, mas que ilustra de maneira clara o que ele entende por “enfoque interativo”; temos aí a seguinte expressão metafórica: “O homem é um lobo”, e dois assuntos, “sistemas de coisas” ou “domínios”: o principal, o homem e o subsidiário, o lobo.

O “sistema de tópicos” relativos ao lobo conduzirá o leitor a construir outro sistema de implicações referentes ao assunto principal, organizando assim, de uma maneira nova, sua visão do homem. Contudo, adverte Black, “se bem é verdade que chamar um homem de lobo é colocá-lo sob uma luz especial, não devemos esquecer que a dita metáfora faz o lobo parecer também mais humano” (19).

Por outro lado, é preciso apontar que aqui está presente, de algum modo, a transferência analógica do vocabulário (20) próprio de um assunto para um outro; isto não significa, contudo, que este tipo de metáfora consista na apresentação de uma analogia ou semelhança subjacente; pelo contrário, é ela que de alguma maneira “cria” a dita semelhança (21). Assim, “... este emprego de um ‘assunto subsidiário’ para ajudar na penetração do ‘assunto principal’ é uma operação intelectual peculiar (...) que reclama que atendamos simultaneamente aos dois assuntos, mas que não é redutível a qualquer comparação entre eles” (22). O enunciado metafórico não pode ser substituído por uma comparação literal que lhe seria equivalente (que é o que acontece no enfoque da metáfora que Black chama de “comparativo”) (23); com outras palavras, não pode ser substituído por uma tradução literal sem que isto não implique na perda do seu conteúdo cognoscitivo. Assim, no exemplo acima, “O homem é um lobo”  $\neq$  “O homem é como o lobo”. A

paráfrase literal diria demasiado, acentuando as coisas de um modo indevido. Fracassaria, em suma, enquanto tradução (24).

Uma característica própria das metáforas interativas que poderia suscitar dúvidas quanto à seriedade de sua aplicação em contextos cognoscitivos seria o fato de que, realmente, “não existe nenhuma ‘razão’ simples e geral que possa dar conta dos deslocamentos de significado necessários; i.e., nenhuma razão plausível de que umas metáforas funcionem e outras falhem” (25): Assim, “Seria muito fácil sugerir ‘a analogia’ [enquanto razão]; porém, um estudo mais de perto nos faria ver que existem todo tipo de ‘razões’ para os deslocamentos de significado num dado contexto; e, às vezes, nenhuma razão” (26).

No entanto, as metáforas são extraordinariamente úteis pela sua potência para estabelecer novas vinculações entre diferentes significados e estados de coisas. Por esta razão, conclui Black – sem deixar de ser consciente do fato de as metáforas serem “perigosas” – privar-nos delas implicaria em renunciar de antemão a uma ferramenta heurística de extraordinário valor (27).

Passemos agora à questão dos modelos teóricos. Black não oferece uma definição propriamente dita deste tipo de modelo mas, tomando como caso paradigmático a história do éter nas teorizações de certos físicos de fins do século XIX (Clerk Maxwell, Lord Kelvin), procede por sucessivas aproximações até chegar a uma formulação bastante clara a respeito da natureza, condições de uso e critérios de avaliação desses modelos. Assim, a partir de uma reflexão desenvolvida em cima dos diferentes usos que foram feitos do éter como modelo teórico para representar o campo elétrico, Black terminará distinguindo entre um uso de modelos teóricos que faz desses modelos “ficções heurísticas”, e um outro uso dos mesmos que seria “existencial” (28). Esquematizemos rapidamente os itens que foram considerados para o estabelecimento dessa distinção, sempre a partir do exemplo proposto:

### Uso de modelos como

#### ficções heurísticas

- Considera-se o éter como uma entidade imaginária (um certo fluido incompressível), algo meramente conveniente para fins heurísticos.
- Pensa-se no domínio original – o campo elétrico – como se ele estivesse cheio de um meio material (i.e., o éter).
- Usa-se uma comparação remota, remanescente do símile e do argumento por analogia.
- No “como se” há uma descrença ontológica, cujo preço é a ausência de poder explicativo.

### Uso existencial de modelos

- Considera-se o éter como uma “matéria real”, com propriedades definidas.
- Entende-se que o campo elétrico seja tal meio.
- Opera-se uma identificação típica da metáfora.
- Quando arriscamos enunciados existenciais:
  - i) colhemos as vantagens de uma explicação
  - ii) em contrapartida: estamos expostos a autoenganar-nos com mitos (como o exemplifica a história posterior do éter).

A despeito dos riscos que o uso existencial de modelos possa envolver, Black o aponta como o próprio dos grandes teóricos da Física. Assim, conforme o parecer de Black, cientistas como Kelvin, Rutherford e Bohr, ao apresentar seus modelos, pensavam que descreviam o átomo “tal e como ele é”, o que significa que, em fazendo isto, eles “não operavam por analogia, senão através e por meio de uma analogia subjacente” (29).

Mas a especificidade dos modelos teóricos a respeito dos outros tipos de modelo reside no fato de que eles, propriamente falando, NÃO SE CONSTRÓEM, senão que basta serem DESCRITOS (30). “(...) mera descrição de uma estrutura imaginária, porém possível” (31). Afirmção essa um tanto enigmática que torna-se mais clara se se considera que “... os modelos teóricos – tanto no seu uso existencial quanto fictício – não estão construídos,

[em um sentido literal do termo “construir”]: a chave do método consiste em falar de uma certa maneira” (32).

Valeriam aqui as seguintes palavras de P. Ricoeur, a propósito da concepção de “modelo teórico” em Black: “O importante é que o modelo só tem as propriedades que lhe são atribuídas por convenção de linguagem, em ausência dos controles exercidos por uma construção real; isto é o que sublinha a diferença entre descrever e construir” (33).

Assim, seria plausível dizer – como fazem muitos autores, adverte Black – que o uso de modelos teóricos consiste em introduzir uma nova linguagem ou dialeto, sugerido por uma teoria conhecida, mas ampliado a um novo domínio de aplicação (34). Mas, para Black, uma tal proposta não deveria desconsiderar o fato de que o novo idioma “é sempre uma descrição de algum objeto ou sistema definido (o modelo mesmo), e que se existe uma mudança na forma de expressar-se, existe também a pretensa pintura (35) de um objeto ou sistema específico, que convida a ulteriores investigações” (36). Finalmente, os modelos teóricos ficariam caracterizados nos seguintes termos: frente a um campo de investigação problemático (o domínio original), os modelos teóricos consistiriam na descrição, via uma nova linguagem, de certas entidades (objetos, mecanismos, sistemas, estruturas) pertencentes a um domínio relativamente não problemático, que seria mais familiar ou estaria melhor organizado, (o domínio secundário), e isto com a finalidade de explicar fatos ou regularidades dados no domínio original, de entender melhor os termos básicos a ele aplicáveis, ou de ampliar e vincular com outras esferas o “corpus” de conhecimento e conjecturas concernentes a esse domínio (37).

Portanto, mesmo que se conceda que o modelo teórico consiste fundamentalmente na introdução de uma linguagem inteiramente nova, uma tal linguagem não seria contudo arbitrária, posto que a mesma seria usada para falar acerca de entidades oriundas de um domínio (pelo menos em parte) conhecido.

É preciso todavia sermos cômicos – alerta Black – de que “a liberdade de descrever tem seus próprios despenhadeiros: o inventor do modelo teórico (...) se encontra privado dos controles que impõe a tentativa de construção

real. É possível inclusive violar, de formas muito sutis, a elementar exigência de compatibilidade interna, enquanto não se disponha de confrontações [testes] independentes; e desta maneira torna-se uma coisa misteriosa o que se queira significar com a realidade do modelo” (38).

Um tal “mistério”, contudo, pode ser contornado se se observam algumas condições que Black considera essenciais para o uso de modelos teóricos.

Postula-se assim a necessidade de regras de tradução, explícitas ou implícitas, para verter enunciados acerca do domínio secundário a enunciados correspondentes do domínio original, como também a de regras de correlação por cujo intermédio as inferências realizadas a propósito de assunções feitas no domínio secundário sejam traduzidas e confrontadas (testadas) frente a dados conhecidos ou preditos do domínio original (39). Além do mais, frisa-se o fato de que uma boa “captação intuitiva” (“conhecimento figural” ou “Gestalt knowledge”) das potencialidades do modelo costuma ser requerida para que seja feito um bom uso do mesmo (40); por “captação intuitiva” do modelo Black entende “um manejo fácil de suas implicações e a capacidade para passar de um aspecto a outro [desse modelo]” (41). No entanto, tão logo haja possibilidades de tirar inferências “a vontade” a partir do modelo, esse seu caráter “imaginável” (ou “figural”) deixará de ser significativo (42).

Black avança, todavia, alguns critérios para avaliar as aptidões dos modelos teóricos.

Em termos gerais, um modelo frutífero é aquele que tem tal riqueza de implicações que sugere hipóteses e especulações novas no campo primário da investigação (43).

Mas, a condição básica para determinar a validade de um modelo é “comprovar a medida de seu isomorfismo com seu campo de aplicação”; desta maneira não temos precisão de apoiar-nos apenas “no critério pragmático de sua fertilidade para novas descobertas” (44). É pois no preenchimento dessa condição básica que residiria a racionalidade da transferência analógica de vocabulário efetuada do modelo para seu campo de aplicação (ou domínio original) (45). Assim: “As relações entre o ‘modelo descrito’ e seu original se

assemelham às existentes entre um modelo analógico e seu original: (...) em ambos a chave para entender a transação é a identidade de estrutura” (46). O que implica em afirmar, pensamos nós, que a fonte de racionalidade dos modelos teóricos é, em última instância, de tipo formal.

Juntando as peças deste quebra-cabeças todo, poderíamos finalmente caracterizar o que seja “MODELO DESCRITO” para Black nos seguintes termos: ele não seria uma representação do domínio original via um outro objeto (isto seria equivalente a “construção”) senão um método ou maneira de representar esse original que consiste em “falar de certa maneira” sobre as entidades do domínio secundário e cuja fonte de racionalidade é, em última instância, de tipo formal.

Apesar de que o estatuto do “descrever” pareceria ficar em certa medida aquém da opção entre um uso existencial ou fictício do modelo, pensamos que há em Black uma tendência a valorizar o uso existencial de modelos, àquele próprio “dos grandes teóricos da física”, e o único que nos possibilitaria, quicá, por contraposição aos outros tipos de modelo, ver “como, em última instância, as coisas funcionam”.

Chegou agora a vez de inquirir: será que o modelo funciona como um tipo mais geral de metáfora, como é o pensamento de muitos – segundo Black – que vêem no uso de modelos em ciência uma forma vicariante de suprir a ausência de uma linguagem apropriada (isto é, de uma linguagem que possa funcionar literalmente para dar conta do que seja o caso no domínio original)? (47). Se isto for assim, teremos que aceitar, como uma consequência natural, a necessária “metaforicidade” dos modelos.

Mas Black fará questão de manter uma justa distinção de planos entre modelos e metáforas, apesar de ele admitir a existência de uma série de semelhanças entre o uso de ambos expedientes, tais como as que são arroladas na página 234 do seu artigo “Modelos e Arquétipos”. Assim, tanto modelos quanto metáforas (“interativas”):

- i) requerem a transferência analógica de um vocabulário
- ii) revelam novas relações
- iii) são “tentativas de pôr conteúdos novos em recipientes velhos”.

No entanto, adverte Black, “a metáfora opera, na sua maior parte, com implicações de tópicos (só precisamos dos saberes proverbiais para que as metáforas sejam entendidas); pelo contrário, o modelo exige de quem o elabora o domínio prévio de uma teoria científica bem estabelecida”.

Para além desta diferença, pensamos que é sobretudo o preenchimento das condições de tradutibilidade e de isomorfismo por parte do modelo o que vem traçar uma linha demarcatória nítida entre modelos e metáforas. Uma boa metáfora sempre se explica por si própria.

Na trilha ainda de autores que trabalham na área de “filosofia da ciência”, complementaremos a visão de M. Black com o pensamento de S. Toulmin, de cuja relevância para o nosso entendimento de questões de natureza heurística em geral já temos falado na “Introdução” deste trabalho. Tal autor pode ser considerado representante – em termos de ser-lhe atribuído algum rótulo – de um certo tipo de “convencionalismo” de inspiração machiana, justamente pela sua pretensão de “salvar os fenômenos” ou de querer assegurar para as construções teóricas uma ancoragem nos mesmos (48). Contudo, o “convencionalismo” de Toulmin se revela melhor na sua concepção sobre a natureza das teorias científicas, “convencionalismo” esse que o leva a sustentar que as teorias, como os mapas, são métodos de representação da realidade e não autênticas descrições da mesma suscetíveis de serem avaliadas como “verdadeiras”, “falsas”, ou ainda “prováveis” (49).

Por outro lado, tais “métodos de representação”, de maneira semelhante ao que acontece com as “leis de projeção da cartografia”, repousam sobre decisões prévias e em certas medida convencionais (50), mostrando-se dependentes também do que o autor entende por “modelo”, como veremos oportunamente.

Consideremos pois como é que Toulmin aborda a questão dos modelos. É preciso salientar, logo de início, que a caracterização de “modelo” em Toulmin só adquire pleno sentido se abordada no contexto em que tal autor a situa, i.e., no contexto das chamadas “descobertas científicas”. O próprio a tais descobertas seria, para Toulmin, a realização de inferências nas quais “olha-se um fenômeno familiar de uma maneira nova” (51). E a

inferência em sentido contrário, que consistiria em olhar um novo fenômeno de uma maneira familiar – como fez Robinson Crusoe ao inferir a existência do “Homem Sexta-Feira” na ilha a partir da observação de pegadas humanas na areia – não constituiria propriamente uma descoberta; pelo contrário, interpretar uma inferência desse tipo como sendo uma descoberta seria cair em uma falácia que Toulmin batiza com o nome de “falácia do Homem Sexta-Feira” (52). A partir, pois, do primeiro tipo de inferência, novas questões colocar-se-iam, as quais só teriam sentido no novo contexto (53).

De um ponto de vista mais formal, é possível destacar dois componentes essenciais do que poderia ser chamado de “lógica da descoberta” toulmiana: a) a existência de novas técnicas de representação para dados fenômenos (o que permitiria realizar certas inferências que não seriam, em todo caso, dedutivas (54); b) a existência de uma nova maneira de considerar os fenômenos em apreço e de compreender por que eles são como são (55), qual seja, a existência de modelos que se constituem, eles próprios, em matriz de inteligibilidade para aquelas técnicas (56). Portanto vemos que, da perspectiva de Toulmin, não é possível caracterizar “modelo” dissociando-o de uma técnica de representação que permite realizar certas inferências. De tais técnicas de representação (já se trate de traçado de raios ou de equações (57)) pode-se dizer que elas são “pictóricas” mas não no sentido usual da palavra ou num sentido que o homem comum possa avaliar como de “traçado de semelhanças”. O que as ditas técnicas fornecem é em todo caso uma “pintura de um estado de coisas”; ou, com outras palavras, “elas mostram, (...) dentro de um variado rol de circunstâncias e com alto grau de precisão que fenômenos devem ser esperados” (58). Falando um tanto metaforicamente, podemos dizer que elas “pintam” (ou recortam) o escopo de uma teoria, a que fica de tal modo na sua dependência que, sem elas, não nos dirá nada ou será desorientadora. Mas o mesmo deve então aplicar-se, em algum sentido, aos modelos (59).

Com base nesta exposição certamente sucinta do pensamento de Toulmin acerca de modelos, estabeleceremos algumas interrelações entre os diversos elementos apontados por último para extrair daí uma visão que possa

expressar, de maneira condensada, a interação desses elementos no conceito de “modelo” toulmiano.

Ainda de maneira prévia, destacaremos dois aspectos à luz dos quais é possível considerar a interrelação entre os conceitos de “modelo” e de “técnica de representação”.

O primeiro deles diz respeito à distinção relativa entre esses conceitos, e tenciona ressaltar o fato de que tal distinção opera fundamentalmente em nível formal, querendo dizer com isto que se trata de dois elementos discerníveis porém não separáveis.

O segundo dos aspectos a ser considerado tem a ver com as funções que são atribuídas a esses dois componentes da “lógica da descoberta” toulmiana. Com efeito, só se pode apontar uma única função que seria exclusiva dos “modelos”: a de operar como uma “matriz de inteligibilidade” para as inferências que têm lugar quando uma determinada “técnica de representação” é usada. No mais, suas funções são as mesmas que as das “técnicas de representação” a que estão indissolivelmente associados, i.e., “pictóricas” no sentido já visto, tencionando ao recorte de escopo de uma teoria e desta maneira dando conta, simultaneamente, de um conjunto de fenômenos.

A partir destas premissas propomos que seja dado falar em “modelo”, dentro da visão toulmiana, em um sentido equivalente ao de “método de representação”, desde que convenhamos em usar a palavra “método” de uma maneira ampla que possa abraçar tanto “as maneiras de considerar um conjunto de fenômenos e de compreender por que eles são como são”, quanto “as técnicas de representação desses fenômenos”. Nesta proposta estamos jogando com uma distinção entre “método” e “técnica” (expressões que Toulmin usa como frouxamente equivalentes) de maneira tal que o método incorporaria em si, por assim dizer, o “logos” da técnica.

Poderíamos agora inquirir quanto ao valor que assumiriam os modelos nesta perspectiva de abordagem. Embora a aceitabilidade de um modelo se justifique em primeira instância “pela maneira como ele nos ajuda a representar, explicar e predizer” os fenômenos sob investigação, sendo que sua fertilidade para propor novas sugestões e hipóteses é algo que só poderá

ser detectado no andamento mesmo da pesquisa, esta última é contudo, para Toulmin, sua característica essencial. Com efeito, é em virtude dessa propriedade que os modelos são algo diferente de “ficções teóricas” ou “simples metáforas”, porque precisamente “é sua sugestividade, sua despregabilidade, o que faz de um bom modelo algo mais do que uma simples metáfora” (60).

Evidentemente, Toulmin utiliza-se de um conceito de metáfora pré-blackiano, próprio do chamado “enfoque substitutivo”.

As metáforas apresentam-se conseqüentemente à maneira de um “como se” que carece de força explicativa (ou que só proporciona uma explicação débil e restrita). Quanto aos modelos, eles também exprimem um “como se”, mas dotado de potência explicativa (i.e., eles explicam não só de uma maneira adequada para certos propósitos como também “despregável”).

E agora, umas últimas palavras no que tange às relações entre modelo e teoria. Em certo sentido, a linha divisória entre “modelo” e “teoria” é tênue em Toulmin; o modelo possui, à maneira de um coadjuvante, funções que são próprias da teoria (“explicar”/“predizer”); por outro lado, a dependência da “teoria” com relação ao “modelo” é algo que Toulmin enfatiza de maneira clara. Mas ambos, “modelo” e “teoria”, têm o mesmo estatuto lógico, e é sobretudo neste sentido que suas diferenças se diluem. Com efeito, os modelos, como as teorias (e mesmo os mapas) são “métodos de representação” (61) de um conjunto de fenômenos. Eles não são “descrições” porque o plano destas é o de enunciados proferidos com pretensão à verdade (i.e., é proposicional). E o fim último dos modelos, como das teorias, fica aquém da verdade, tratando-se no caso somente de expedientes que permitem realizar inferências que são adequadas para certos propósitos. Tampouco seriam eles “construções” ou “representações” de algum gênero, porque o plano destas é o das denotações ou referências e os modelos não apontam, estritamente falando, para nada (a não ser para um conjunto de possíveis relações entre fenômenos). Eles são tão somente métodos de representação que permitem realizar certas inferências, e nisso reside sua verdadeira essência.

Daremos por encerrado este Capítulo indicando mais uma fonte a ser por nós utilizada no tratamento de questões relativas a modelos e metáforas,

que se inscreve, porém, no marco de uma tradição de pensamento bem diferente daquela em que podem ser situados os autores já contemplados (a saber, aquela tradição que em filosofia da ciência é conhecida com o nome de “filosofia analítica”), e que poderia ser chamada – tomando a expressão em empréstimo a P.L. Assoun – de “epistemologia freudiana” (62). Resgataremos assim certos elementos da proposta que a respeito da construção de conceitos especificamente psicanalíticos é esboçada por J. Laplanche na “Introdução” de “Vie et mort en psychanalyse” (63), e que é desenvolvida plenamente pelo mesmo autor em um artigo anexo à dita obra com o nome de “Dérivation des entités psychanalytiques” (64). Considera Laplanche, de uma maneira geral, que o processo de produção de conceitos especificamente psicanalíticos deve ser visto como uma particular forma de “derivação metáforo-metonímica”, onde a gênese do conceito (ou do termo em que o mesmo se exprime) seria também a gênese da “entidade” psicanalítica correspondente (ele toma como casos paradigmáticos os conceitos de “traumatismo psíquico” e de “eu”, cujo tratamento, via a visão laplanchiana, será por nós oportunamente aproveitado). Por “derivação” deve-se entender aqui o traçado da “história” ou da gênese desses conceitos ou termos. Isto se faz premente, segundo Laplanche, no caso da terminologia psicanalítica, a qual se caracteriza, de maneira paradoxal, por ser em si mesma uma terminologia específica, e por apresentar, simultaneamente, um caráter emprestado ou “derivado”. Assim, “todos os termos da psicanálise têm uma acepção original, ligada de maneira precisa ao corpo da doutrina. Mas, ao mesmo tempo, (...) é fácil ver que sua origem remete para [outros] domínios mais ou menos conexos, dentre os quais a psicologia está longe de ser a fonte privilegiada: ciências da natureza, biologia, economia, medicina ...” (65).

Vejamos agora o significado da postulada “derivação metáforo-metonímica”, que o autor caracteriza discriminando o significado de cada uma das operações envolvidas nessa derivação.

Assim, a “derivação metafórica” de um dado conceito consistiria na “transposição, por semelhança, e para um campo separado mas estruturado como análogo”, de um certo elemento pertencente a outro campo teórico

ou conceitual; no caso da “derivação metonímica” teríamos uma “extensão por continuidade, na passagem insensível de um campo para outro campo conexo” do elemento de ponto de partida (66).

Traçar, então, a história ou a gênese de um conceito psicanalítico é descrever sua derivação “metáforo-metonímica” – já que ambos, “metáfora” e “metonímia”, são procedimentos de constituição de conceitos entre os quais (como logo veremos) não faz sentido optar; mas, de qualquer maneira, é preciso atentar para o fato de que a dita derivação “vai além de uma derivação puramente nocional e toca o estatuto científico das realidades visadas” (67), ou seja, que a derivação do conceito é também a derivação da “entidade” correspondente.

Com efeito, quando Laplanche empreende a caracterização do tipo de gênese inerente a esse modo de “derivação”, coloca três alternativas possíveis situadas em três níveis de aproximação crescente com relação ao “real”; temos assim: a) uma gênese de tipo puramente nominal; b) uma gênese de estatuto (a primeira vista, como se verá logo), intermediário, qual seja, a gênese de um “modelo”; c) a gênese de “seres”, “entidades” ou “instâncias” (68).

A derivação “metáforo-metonímica” corresponderia assim ao terceiro dos níveis apontados.

Que valor atribuir ao “modelo” no pensamento freudiano – inquirer Laplanche – dado que Freud se utiliza freqüentemente sobretudo de modelos biológicos?

Traçando então um paralelo com o uso de modelos na física, Laplanche dirá: “... aqueles primeiros cientistas que descreveram a eletricidade como uma corrente deram, nesse domínio e para sempre, uma forma à ciência” (69). E se mesmo nas ciências da natureza essa adesão aos modelos não deveria ser recusada em nome da “formalização” – pensa Laplanche – a questão se coloca ainda de maneira mais radical no campo das ciências humanas, onde quiçá o “modelo” tenha “uma função estruturante não ultrapassável” (70).

Relembra então Laplanche a importância que reveste, na obra de

Freud, a noção de “Vorbild”, que é traduzida ao francês, conforme o caso, como “modelo”, ou como “protótipo”, e vê nessa ambigüidade da tradução um reflexo do fato de o “modelo teórico” ser, ao mesmo tempo, o primeiro exemplar numa série de fenômenos reais (como fica ilustrado pelo sono enquanto “Vorbild” dos estados narcísicos ou pelo luto como “Vorbild” da melancolia) (71).

Dentro desta perspectiva, talvez seja mais fácil entender agora por que Laplanche coloca o “modelo” como um tipo de gênese aparentemente intermediária entre a puramente nominal e a real, e também por que ele fala de uma derivação “metáforo-metonímica”, recusando-se a ter que optar em princípio por qualquer um desses “modos de derivação”. Na medida em que se trata, em ambos os “modos”, de derivação de entidades (e não de simples figuras de retórica) ambos confeririam à entidade derivada o mesmo peso de realidade, a despeito de que a metáfora “seja amiúde desvalorizada na medida em que se vê nela uma maneira de pensar marcada pelo ‘como se’ correspondente a uma atitude filosófica pragmatista”, e a despeito de que se possa pensar, conseqüentemente, que “a continuidade metonímica” seria a verdadeira salvaguarda da “homogeneidade e peso igual de realidade encobertos nos avatares do conceito” (72).

Por outro lado, é frisado que a emergência de tais conceitos não se dá linearmente senão conforme um processo “dialético”, numa marcha e contra-marcha de contradições que “são ao mesmo tempo do objeto e do conceito” (73). Afirmção esta que – mesmo que não se assumam plenamente os compromissos filosóficos que estão por trás da mesma, ou mesmo que se restrinja o âmbito de sua aplicação a determinados conceitos psicanalíticos (74) – em todo caso nos alerta para não descartarmos de antemão a presença de um núcleo racional na maneira por vezes “ambígua” com que Freud formula certos conceitos (75), ambigüidade essa que, seja sinal ou não de um procedimento dialético “*stricto sensu*”, não deve ser irresponsavelmente confundida com uma mera imprecisão ou nebulosidade no nível do discurso.

## Capítulo II

### O “Modelo” do Psiquismo no “Projeto”

Vimos, no início do capítulo anterior, que a finalidade explícita do “Projeto” era a de fornecer uma psicologia “científico-naturalista”, e que o encaminhamento que se pretendia imprimir a essa proposta passava por uma certa “apresentação” dos processos psíquicos. Indagamos então pelo significado dessa “apresentação”, e várias linhas de interpretação se abriram para nós, tornando-se deste modo evidente que o estatuto epistemológico da mesma era algo que requeria uma cuidadosa investigação, e que estávamos portanto diante de uma questão que parecia ser não muito simples. Consideramos seguidamente alguns pontos de vista a respeito de recursos heurísticos tais como modelos e metáforas, com a finalidade de munirmo-nos de algumas ferramentas metodológicas que nos facilitassem o acesso para o tratamento dessa questão. Finalmente, entraremos agora em matéria, por assim dizer, e tentaremos caracterizar, de uma maneira que será por enquanto aproximativa e genérica, o tipo de apresentação do psiquismo que é oferecida no “Projeto”, exibindo da mesma os componentes estruturais essenciais, e apoiando-nos para tanto em uma elucidação das estratégias de construção que foram empregadas. Nosso ponto de partida será uma análise tanto da “Introdução” quanto das Seções 1 e 2 da Parte I do “Projeto” para, em um segundo momento, tomar em consideração certas teses que são desenvolvidas nas Seções 3, 4 e 5 da mesma Parte I.

Vamos supor, como hipótese de trabalho, que aquela “apresentação” tem o caráter de um “modelo”, nos termos daquela conceituação genérica de “modelo” que delineamos tendo como marco de referência a proposta de M. Black (1).

Assim, da leitura da “Introdução” é possível inferir:

– Em primeiro lugar, que aquilo em que consiste o “domínio do modelo” e que poderíamos chamar de sua “ontologia” – i.e., as entidades me-

diante as quais ele irá apresentar os processos psíquicos (o “domínio original”) – mostra-se constituída por partículas materiais especificadas como “neurônios” (2). Isto significa também, em outro nível, que o “domínio secundário” ou o domínio do qual foi tirado o modelo é, numa primeira aproximação, o do neurológico.

– Em segundo lugar, que tais neurônios, ou melhor, os seus estados, deverão ser encarados como “quantitativamente determinados” (3), o que introduz um outro componente no “domínio do modelo” – o do quantitativo –, e abre um espaço no nível do “domínio secundário” que deverá ser preenchido por alguma outra coisa, agora da ordem da quantidade.

– E, por último, que o que poder-se-ia chamar de linguagem do modelo constará de dois termos básicos, “Q” e “N” (4). Apesar de que o texto não fornece propriamente definições dos mesmos – salvo uma única definição de “Q” em termos muito abstratos, como logo veremos – haverá no entanto uma tentativa de caracterizá-los pelo recurso ao que Freud chamará de “teoremas principais” que, conseqüentemente, funcionarão também como definições contextuais daqueles termos básicos. Todavia, não é de maneira alguma evidente, no texto, qual o significado inequívoco que se está querendo outorgar a esses termos básicos. Portanto, caber-nos-á efetuar uma tarefa de elucidação a esse respeito.

Pode-se dizer, com relação a “Q”, que o texto se move em três diferentes níveis. Assim, na “Introdução”, vemos “Q” definida como “aquilo que distingue a atividade do repouso, (...) sujeita às leis gerais do movimento” (5). Se nós considerarmos que “atividade” (A) e “repouso” (R) são “estados de coisas”, então deveremos entender “Q” como um princípio diferenciador desses estados. Isto acarreta algumas conseqüências:

- i) “Q” não é uma coisa, algo físico
- ii) “Q” não é um estado de coisas
- iii) “Q”  $\neq$  “A” e “Q”  $\neq$  “R”
- iv) Portanto: Se “AQR” (6), então “A  $\neq$  R”.

Assim, neste primeiro nível, certamente abstrato, de conceituação de “Q”, este se nos mostra como um termo relacional a cuja luz devem ser entendidas

as diferenças entre certos estados de coisas ("A" e "R"). Todavia, trata-se de um termo que carece de uma especificidade maior quanto às "coisas" a que esses estados diriam respeito.

Podemos avançar então, a respeito de "Q", que estamos frente a um "termo teórico", de estatuto metapsicológico (7) e não descritivo, e que se nós nos guiarmos pelas regras metodológicas expostas por Freud na introdução a "Pulsões e seus destinos" (8) não poderemos deixar de ver na definição apontada para esse termo o embrião de um "conceito fundamental" que participaria por isso mesmo da natureza das "convenções".

Para passar ao segundo nível de conceituação de "Q" deveremos atender ao que na Seção 1 chama-se de "A concepção quantitativa" e que aparece na qualidade de "Primeiro Teorema Principal". Vejamos o que é dito a respeito dessa "concepção":

"Deriva-se diretamente de observações clinico-patológicas, sobretudo das relativas a representações excessivamente intensas - na histeria e nas obsessões, nas quais, como veremos, a característica quantitativa surge com mais clareza do que seria normal. Processos como a estimulação, substituição, conversão e descarga, que tiveram de ser descritos ali (em conexão com esses distúrbios), sugerem diretamente a concepção da excitação neuronal como quantidade em estado fluente. Não parecia ilícito tentar generalizar o que se comprovou ali" (9).

Este trecho contém vários pontos que merecem ser analisados.

1) A "concepção" em questão está dizendo respeito, de maneira explícita, aos neurônios (ou melhor, a um dos seus estados, o de "excitação"). E o "Primeiro Teorema Principal" postula a concepção dessa excitação como "quantidade em estado fluente". Todavia, se nós encararmos a coisa em termos do constructo teórico (ou do "modelo" do psiquismo) que está sendo delineado, caberá, então a possibilidade de que essa "concepção" diga também respeito aos processos psíquicos em geral, via as entidades que os estariam "apresentando", isto é, os neurônios. Assim sendo, esse processos poderiam por sua vez ser concebidos enquanto perpassados, por assim dizer, por uma quantidade em estado fluente. Será que a "generalização" aludida pelo texto

(a partir da experiência clínica) permitiria uma tal extrapolação? E caso seja assim, em que termos?

2) A concepção quantitativa “deriva-se de observações clinico-patológicas”: temos aqui uma indicação do que parece ser um outro domínio do qual o modelo foi tirado, ou um segundo domínio secundário, qual seja, o da experiência clínica (ou domínio do psicopatológico, entendido, claro está, tanto no nível dos processos dessa ordem, quanto no nível de sua exploração e terapia). Mas é preciso, em todo caso, frisar o fato de que o que foi tirado aqui desse domínio não fora tão-somente uma “característica quantitativa” senão também uma “concepção quantitativa”, i.e., um ponto de vista teórico/metodológico.

3) Na “concepção da excitação neuronal como quantidade em estado fluente”, oriunda do que foi comprovado em certos processos descritos com relação aos distúrbios neuropsicóticos, há uma transposição de uma “característica quantitativa” exibida por “representações” para o âmbito da “excitação neuronal”.

Qual a operação que está na base dessa transposição?, que bem poderia ter o caráter de uma operação de derivação “metáforo-metonímica”, à la Laplanche?

Qualquer que seja a resposta, ela só poderá surgir da elucidação daquele elemento que é o resultado da mentada transposição, qual seja: “quantidade em estado fluente”. Com efeito, Freud tinha assinalado, em seu artigo “As Neuropsicoses”, um fenômeno surpreendente que acontecia em relação aos dois elementos básicos elucidados na clínica das neuroses, a saber, representação e afeto. Este fenômeno, tal como antecipamos na “Introdução” deste trabalho, consistia na dissociação que se operava entre ambos elementos e no fato de os mesmos houverem de sofrer vicissitudes próprias, uma vez produzida essa dissociação (10). Pensamos que é sobretudo desse afeto, que separado das representações circula a caminho de diferentes destinos (conversão, deslocamento, transformação), que surgirá a idéia de uma “Q” fluente.

Por outro lado, relembremos também que no final do mesmo artigo Freud

escrevera, a propósito da por ele chamada “hipótese de trabalho”:

“Nas funções psíquicas, há razão para distinguir alguma coisa (quantum de afeto, soma de excitação) que possui todas as características de uma quantidade (embora não se possuam os meios para medi-la); que é capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga (...)” (11).

O que dizer a propósito da equivalência a primeira vista traçada entre “quantum de afeto” e “soma de excitação” para designar alguma coisa que possui as características de uma quantidade?

Voltemos nossa atenção para duas importantes conceituações a esse respeito feitas por J. Strachey e A. Green.

No “Apêndice” ao terceiro volume da “Standard Edition”, (pp. 66-68), J. Strachey formula um conjunto de considerações a propósito dos usos das expressões “quota de afeto”/“afeto” e “soma de excitação”/“excitação”, ao longo de uma série de textos freudianos julgados relevantes para essa matéria. Destacaremos algumas de suas conclusões que achamos de interesse para a nossa análise:

1º) Freud não teria usado como sinônimos os termos “afeto” e “excitação”. Via de regra, assinala Strachey, Freud usa o termo “afeto” para significar “sentimento” ou “emoção”; por sua parte, a palavra “excitação” é um dentre os vários termos usados por Freud para descrever uma certa “energia de investimento”, e que no “Projeto” é chamada simplesmente de “quantidade”.

2º) Mesmo entendendo-se por “afeto” uma qualidade subjetiva, o termo está sempre associado em Freud a processos neurofisiológicos, sendo uma prova disto o fato de a afetividade manifestar-se essencialmente na descarga motora, como se pode ver claramente na terceira seção do artigo sobre “O Inconsciente” (1915), S. E., XIV, 178, onde o afeto “corresponde a processos de descarga cujas manifestações finais são percebidas como sensações” (Empfindungen).

3º) Mesmo a despeito de Freud ter usado como sinônimas as expressões “quota de afeto” e “soma de excitação”, e ainda “afeto” e “soma de excitação”, como é o caso em “As Neuropsicoses” (12), é provavelmente correto supor que Freud tenha considerado “quota de afeto” não como equivalente de

“soma de excitação”, senão como uma manifestação particular desta última. Tendo-se em conta o fato – argumenta Strachey – de que o “afeto” aparece sempre envolvido nos casos de histeria e de neurose obsessiva com os quais Freud se defrontara nos seus primeiros trabalhos clínicos, deve-se ver aí a razão pela qual ele tendera a descrever aquela “quantidade deslocável” mais em termos de uma “quota de afeto” do que em termos de uma “excitação”, sendo notável a persistência desse hábito mesmo nos artigos metapsicológicos.

Por sua parte, A. Green (13) parece avançar em uma direção semelhante, embora no marco de um conjunto de outras ponderações que não excluem considerações de tipo filológico ou semântico. Só reteremos deste autor aqueles comentários que não impliquem a entrada em jogo de categorias metapsicológicas muito afastadas do nível em que se desenvolve o “Projeto”, pelo menos nestas primeiras seções. Aponta Green, em primeiro lugar, que a palavra “afeto” (“Affect”) é usada por Freud de maneira alternada com as expressões “Empfindung” e “Gefühl”, cujas traduções [ao inglês] são respectivamente “sensação, emoção” e “sentimento, emoção”. Assim, conclui Green, “afeto” deve ser entendido como um termo categorial (metapsicológico e não descritivo) que agrupa todos os aspectos subjetivos qualitativos da vida emocional em sentido amplo (emoções, sentimentos, paixões). Em segundo lugar, é preciso distinguir o significado da palavra “afeto” sozinha, que remete para uma qualidade subjetiva, do significado da expressão “quota de afeto”, que designa o aspecto propriamente econômico do fenômeno. Por outro lado, Green considera também que não é correto identificar “quota de afeto” com “energia de investimento”, a qual se refere apenas à quantidade de energia posta em jogo em uma dada operação e que não está necessariamente acompanhada de afeto.

Das considerações precedentes podemos antecipar, à maneira de uma primeira conclusão, que o afeto quantitativamente determinado ou “quantum de afeto” – seja ele entendido como uma forma de manifestação de uma “soma de excitação”, ou seja visto como “o aspecto quantitativo energético ligado ao aspecto qualitativo subjetivo (do afeto)” – quando dissociado do componente representativo, tem a propriedade de ser deslocável, fluente, e que

é essa propriedade do quantitativo (a fluência) o que se transpõe, no “Projeto”, da ordem do psicopatológico para a ordem do neuronal. Ou, falando com mais propriedade, poderíamos dizer que aquilo que se transpõe é justamente a fluência de um certo “quantum”: qual seja, do “quantum” desse afeto que se encontra dissociado de sua representação.

Para termos acesso ao terceiro nível em que “Q” pode ser caracterizado, é preciso que passemos antes a abordar o estatuto de “N”.

Na Seção 2 da Parte I do “Projeto” é introduzido um “Segundo Teorema Principal” com o título de “A Teoria dos Neurônios”. Veremos que “N” adquirirá uma dupla significação conforme a fizermos entrar em relação já com um ou outro dos dois “teoremas principais”.

Tendo-se em conta o “Segundo Teorema Principal”, podemos dizer que “N” designa aquilo que temos caracterizado como fazendo parte da ontologia do modelo, quais sejam, os neurônios, e isto à luz das recentes descobertas histológicas da época.

Assim, conforme a “Teoria dos Neurônios” o sistema nervoso compõe-se de neurônios (14):

- distintos, porém homogêneos em sua estrutura;
- que se mantêm em contato mediante uma substância estranha;
- que terminam uns sobre outros como se fosse sobre pedaços de tecido estranho, pedaços de tecido esses nos quais se acham estabelecidas determinadas vias de condução, de maneira tal que os neurônios recebem estímulos através dos processos celulares, dendritos, e deles se descarregam através de um cilindro-eixo, ou axônio;

- que possuem inúmeras ramificações de vários calibres.

Embora os neurônios sejam homogêneos em sua estrutura, eles apresentam-se dicotomicamente como sendo sensoriais e motores, conforme recebam ou descarreguem quantidade (15). Na medida em que cada neurônio isolado apresenta também essa dicotomia de estrutura sensório-motriz, recebendo quantidades através dos dendritos (que são inúmeros) e descarregando-as através de um axônio (que é único), pode-se dizer que cada um desses neurônios constitui “um modelo do sistema nervoso central” (16).

Combinando a teoria dos neurônios com a teoria da “Qn”, dirá Freud, “chegamos à noção de um neurônio catexizado (17), cheio de determinada Qn’, que em outras circunstâncias pode estar vazio” (18). Assistimos aqui de fato a uma espécie de “materialização” de “Q”, que agora parece apontar para uma coisa física, por assim dizer, “sujeita às leis gerais do movimento” (19), ou para algo que é capaz de ocupar, preencher, investir, desinvestir, enfim, os neurônios; isto é, para algo que circula entre eles. Quer dizer então que a “ontologia” do modelo expandiu-se para abarcar também quantidades. Este é o terceiro nível em que devemos interpretar “Q”.

Juntando assim todos os elementos que entraram em consideração aqui a propósito de “Q”, podemos finalmente dizer que se trata de um termo teórico que denota simultaneamente e em diferentes níveis:

- um princípio de diferenciação de natureza relacional;
- algo fluente (como sugerido pelo afeto quando dissociado da representação);
- uma quantidade, isto é:
  - i) uma coisa física (“sujeita às leis gerais do movimento”); e por isso mesmo da ordem de magnitude das quantidades do mundo externo (seja ela qual for);
  - ii) um estado neurofisiológico, o de “excitação neuronal”; e por isso mesmo da ordem de magnitude intercelular (seja ela qual for).

À luz deste apanhado todo seria possível especificar melhor o primeiro nível de “Q”; este último jogaria, com efeito, como parâmetro das diferenças entre os estados daquelas partículas materiais que são os neurônios. Estados esses que oscilariam por assim dizer, entre o “cheio” e o “vazio”.

Ainda a propósito de “Q”, julgamos ser preciso sair à frente de uma interpretação do mesmo que só vê nele uma expressão metafórica (no sentido de “simples metáfora” substitutiva). Trata-se da leitura feita por P. Ricoeur no seu ensaio sobre Freud, na parte dedicada à análise do “Projeto”. Assim, como prova do caráter metafórico de “Q” se aduz: “Nenhuma medida é enunciada: fala-se apenas de quantidade ‘relativamente fraca’ ou de ‘grande quantidade’ ou de ‘quantidade excessiva’. Mas não há qualquer lei numérica dizendo respeito a essa quantidade. Curiosa quantidade, na verdade!” (20).

Apoiando-nos em considerações feitas por Laplanche a propósito de sua

avaliação da filiação fechneriana em Freud, poderíamos contestar o ponto de vista de Ricoeur dizendo que aquele não tentara sequer medir “Q” porque para fazê-lo deveria ter-se encaminhado pela via da psicofísica fechneriana que relaciona, numa função matemática precisa, dois tipos heterogêneos de “quanta” (como fica expresso na “lei psicofísica” de Fechner: “a sensação cresce como o logaritmo da excitação”). Segundo Laplanche, Freud teria rechaçado a proposta fechneriana, referindo-se desde o início a um só tipo de quantidade, já que tudo do que ele precisava era de “um quantum de energia psíquica materialmente separável, suscetível de circular” (21).

Por outro lado, rejeitamos também a solução que finalmente oferece Ricoeur a propósito do caráter “enigmático” e “metafórico” de “Q” quando, em seus comentários sobre o artigo metapsicológico freudiano “Recalque” (1915), ele conclui, a respeito da quantidade que fora dissociada da representação em virtude do recalque:

“[ela] só se faz notar e sentir em afetos que são como que ‘a expressão proporcional à sua quantidade’. (...) Eis aí a quantidade que nos embaraça desde o ‘Projeto’. Tínhamos razão de dizer que a quantidade depende, não da medida, mas do diagnóstico e da interpretação, pois, fora dos destinos de representação, só podemos apreendê-la em destinos de afeto” (22).

Pensamos que estas considerações não se aplicam com justeza a “Q” do “Projeto”, já que se bem a fluência que esse termo denota é tirada a partir da deslocabilidade do afeto num contexto clínico, ele denota algo mais do que a mera fluência do afeto, ele denota também a fluência de algo material, físico, ou neurofisiológico.

Voltando agora a “N”, desta vez em relação com o “Primeiro Teorema Principal”, lembremos que tínhamos destacado, a respeito da aí assentada “concepção da excitação neuronal como quantidade em estado fluente”, que na sua base havia uma transposição de uma “característica quantitativa” exibida por “representações” para o âmbito da “excitação neuronal”. Sus-tentaremos a hipótese de que nessa operação de transposição (colagem “metonímica”, por assim dizer, metaforização?) junto com aquela “característica

quantitativa” ter-se-ia “colado” também algum aspecto do elemento “representação” que presumimos pode ser definitório se encarado nos termos em que o assunto foi colocado por Brentano, mestre de Freud em filosofia.

Conforme o conceito de representação que é formulado por Brentano em “A Psicologia do ponto de vista empírico” (23), não se deve entender por representação aquilo que é representado, o objeto da representação, senão “o ato mesmo de representar”. E na medida em que esse ato é um ato psíquico e definido como tal em termos do seu caráter intencional, isto é, pela sua referência a conteúdos ou pela sua direção a objetos, pode-se dizer, dentro desse marco conceitual, que o representar é um apontar virtual para algo.

A partir destas considerações sustentaremos que, se devido à conexão de “N” com o “Segundo Teorema Principal” ele designa algo assim como um lugar físico (de natureza neuronal) por onde circula uma certa quantidade, será em virtude de sua conexão com o “Primeiro Teorema Principal” e pelo viés da “colagem” do elemento representacional que “N” designará algo assim como um lugar “tópico”, (o lugar de uma certa montagem neurológica de natureza especulativa). Esse lugar “tópico”, (valha a redundância), tiraria seu caráter virtual do especial estatuto da “representação” nos termos apontados acima.

Portanto, “N” será também um termo teórico, que exprime um embrionário “conceito fundamental” e não uma mera abreviatura para designar elementos empíricos. i.e., os neurônios. E se, nos termos da “epistemologia freudiana” presente em “Pulsões ...” nós atendermos para o caráter de “convenção” (ou de “ficção teórica”), desses “conceitos fundamentais”, então poderemos entender por que é que Freud, como veremos mais adiante, parece sentir-se completamente à vontade para especificar “N” “inventando” quantas classes de neurônios lhe forem necessárias.

Temos assim, como última conseqüência a ser tirada destas colocações todas, a seguinte: a “ontologia neuronal” será uma ontologia de qualquer maneira mista, já que o elemento “representação”, já implícita, já explicitamente (ao ponto de que, avançado já o texto do “Projeto”, ele parecerá quase que substituir os neurônios) encontrar-se-á sempre “colado” ao

elemento “neurônio”. Mas este milagre todo não é senão o resultado da aplicação da “concepção quantitativa” ou do método quantitativo de abordagem oriundo do domínio do psicopatológico.

Impõe-se, a esta altura de nossa exposição, fazermos um ponto de parada para efetuarmos uma primeira avaliação a respeito de nossa própria metodologia de trabalho, tal como viemos empregando-a neste segundo capítulo. Só iremos contemplar, contudo, o aspecto relativo ao potencial heurístico de tal metodologia, dado que ainda não contamos com resultados de sua aplicação que possam ser considerados como definitivos. E já que começamos jogando com a hipótese de que a “apresentação” do psiquismo do “Projeto” poderia ter o estatuto de um “modelo”, à la Black, desenvolvamos, mesmo que conjecturalmente, algumas conseqüências possíveis, dentro dessa linha de raciocínio, à luz do material que o “Projeto” tem nos oferecido.

Consideremos, em primeiro lugar, a seguinte alternativa: o “modelo” cujo domínio vimos estar constituído por quantidades e neurônios poderia ser, a princípio, um modelo teórico, no sentido de Black, onde uma linguagem criada por convenção, a de “Q” e “N”, linguagem essa não arbitrária porque “derivada” (metáforo-metonimicamente?) de domínios “familiares”, por assim dizer (os do psicopatológico e o do neurológico), serviria para “falar sobre” as entidades desses domínios (domínios esses constitutivos, como foi apontado, de uma espécie de “duplo domínio secundário”). E isto com a finalidade de tornar os processos que fazem parte do “domínio original”, quais sejam, os processos psíquicos em geral, “claros e livres de contradição” (que é, como sabemos, a finalidade que se atribui à mentada “apresentação” do “Projeto” na “Introdução” a sua Parte I). Desta maneira, a “apresentação” em causa funcionaria como um “modelo descrito”, ou uma certa “maneira de representar” o domínio original. Esse modelo poderia ser usado já com o valor de uma ficção heurística, já com um valor existencial. Neste último caso, as quantidades e neurônios comportar-se-iam com relação aos processos psíquicos, como vimos que o éter se comportara com relação ao campo elétrico, conforme o exemplo que fora apontado por Black (24). Isto é, haveria uma espécie de colagem entre os elementos do domínio do modelo e os proces-

sos que fazem parte do domínio original, colagem esta que teria sido operada através de uma analogia subjacente entre esses domínios e cuja explicitação ficaria por conta das regras de tradução e correlação. Mas, nesse caso, quais seriam as regras que serviriam de ponte entre o modelo e o domínio original e que garantiriam a cientificidade ou a racionalidade do modelo conforme entende Black? (25).

Caso fosse impossível, todavia, satisfazer uma tal exigência, haveria uma outra possibilidade a ser contemplada, ainda na esteira de Black: poderia ser o caso de que estivéssemos diante não de um modelo teórico e sim de uma metáfora interativa. Isto porque, de qualquer maneira, pretender-se-ia pôr em interação, através do construto teórico em questão, dois domínios diferentes (o “duplo domínio secundário” e o “domínio original”), interação essa que, para poder escapar da total arbitrariedade, deveria apoiar-se, em última instância, na via analógica. Mas esta só poderia ser trilhada por criação de uma semelhança entre esses domínios. (Afinal, que semelhança pré-existente haveria entre a fluência de um “quantum de afeto” e os neurônios, por um lado, e os processos psíquicos em geral, por outro?). O que realmente importaria, em todo caso, seria o fato de que a metáfora em questão implicaria, como o “modelo descrito”, na introdução de uma nova linguagem para falar acerca das entidades do domínio secundário, e que tal metáfora poderia funcionar de forma equivalente à de um modelo teórico (já em seu uso fictício ou existencial), com a pretensão de “revelar novas relações” e de “pôr conteúdos novos em recipientes velhos” (26), embora sendo prejudicado o preenchimento dos requisitos de tradutibilidade e de isomorfismo, próprios de um modelo teórico “stricto sensu” (27).

De qualquer maneira, seja qual for o estatuto epistemológico do construto teórico resultante da metodologia de construção empregada, tudo parece indicar que o mecanismo básico de construção do modelo ou da metáfora em questão repousaria em uma operação de “derivação metáforo-metonímica”, à la Laplanche. Mas ainda é cedo para tentar apostar qualquer resposta. E isto fundamentalmente porque a genérica apresentação do “modelo” do psiquismo do “Projeto” que foi oferecida, precisa ser completada pela in-

trodução de um componente que poderíamos chamar de princípio operacional desse modelo em virtude de ele ser indicador do seu modo de funcionamento. Tal princípio operacional ou "princípio de inércia neurônica" é o princípio da atividade neurônica em relação a "Q", e é enunciado da seguinte maneira, ainda na primeira seção da Parte I do "Projeto": "Os neurônios tendem a se desfazer de Q" (28).

Sobre que base repousa o dito princípio? Malgrado seu teor fisicalista, será preciso que o situemos no contexto biológico (29) em que ele aparece no "Projeto", tomando como ponto de partida o modo de operação do sistema nervoso em sua instância mais elementar, qual seja o "arco reflexo". Temos aí um elemento receptor, um elemento motor e uma descarga imediata e total equivalente à estimulação. Será que isso constitui, de alguma maneira, um tipo de comportamento que encontra sua expressão na "inércia neurônica"? A resposta é categoricamente negativa. Não é sobre o modelo do arco reflexo que está calcado o "princípio de inércia neurônica". Pelo contrário, é esse princípio que explica a estrutura, o desenvolvimento e as funções do sistema nervoso:

"[O princípio] (...) explica a dicotomia estrutural dos neurônios em motores e sensoriais, como um dispositivo destinado a neutralizar a recepção de Qn' através de sua descarga (...) o princípio fornece o motivo para o movimento reflexo" (30).

De qualquer maneira, o texto autoriza a inferir que um sistema nervoso que tem a nível elementar a estrutura descrita acima, a tem para se manter livre de estímulos. E essa sua descarga representa a função primária do sistema nervoso, como é apontado por Freud nessa mesma seção da Parte I do "Projeto (31)". Função essa que deriva - é possível deduzir facilmente - do "modo geral de operação do sistema nervoso" tal qual é prescrito pelo "princípio de inércia neurônica".

Seja como for, o princípio de inércia neurônica "rege" o funcionamento de um organismo vivo. E chegando neste ponto quiçá devemos fazer nossas, pelo menos em parte, as inquietações de Laplanche quando questiona de maneira pertinente a viabilidade de um organismo que funcionasse con-

forme o dito princípio, que pareceria ser mais a expressão de um modelo de “morte” do que de “vida” ... (32). Considerações essas que finalmente levam Laplanche a dizer, com relação ao “Projeto” em seu conjunto, que este pretende se apresentar também como uma teoria do organismo vivo, embora na “ambigüidade metafórica mais absoluta” ... (33).

Isto poderia nos conduzir a procurar a base para o princípio da inércia neurônica em outro nível e perguntar: será que ele repousa sobre o modelo de uma “Q-fluente”, por assim dizer, que, por sua vez, como já temos visto, deriva-se da “fluência” do afeto observada nos processos psicopatológicos?

Essa será efetivamente, a solução apontada por Laplanche, para quem a fórmula: “(...) os neurônios devem esvaziar-se; a energia deve ser totalmente evacuada de um para outro elemento ...”, deve ser entendida como a tradução, num registro neurológico, de: “(...) o afeto quer evacuar-se totalmente, tendendo a abandonar completamente as representações cuja cadeia percorre ...” (34).

Mais uma vez, a operação de “derivação” efetuará o percurso que conduz da clínica para a neurofisiologia. Mas aqui temos a suspeita de que se trata de um caminho bem mais problemático do que aquele que nos levara até “Q”, em sua qualidade de “Q-fluente”. Com efeito, não existe no texto do “Projeto”, como existia a propósito de “Q”, qualquer indicação acerca de uma transposição dessa natureza por ocasião da entrada em jogo do princípio de inércia. E caso chegássemos finalmente a concordar com Laplanche, no que tange à mentada “tradução”, deveríamos também elucidar – à luz do comentário laplanchiano acerca do “Projeto” transcrito acima – se caberia imputar algum tipo de “ambigüidade” à operação de “derivação” (ou de “metaforização”) no caso específico da inércia neurônica. Mas para tanto precisamos previamente dar conta de um novo fator complicante que irá introduzir mudanças fundamentais em um sistema até agora estruturado nos moldes de um simples “arco reflexo”. Com efeito, o “modelo” em questão, tal como foi apresentado até aqui, irá ser objeto de uma substancial modificação, porque com essa sua conformação ele só pode convir a um sistema adaptado para responder, pela via de descarga total, aos estímulos que vêm

de fora. Em que consiste a dita modificação, qual seu significado e quais suas conseqüências?

Entre as vias de descarga, diz Freud, “são preferidas e conservadas as que acarretam a interrupção dos estímulos: fuga do estímulo” (35). Trata-se de uma afirmação de grande importância; o fato de o sistema preferir e conservar certas vias e não outras é o que possibilitará o desenvolvimento de uma função secundária no sistema nervoso, como logo veremos. Mas por que a fuga é destacada, de maneira que ela pareceria ser a mais preferencial, por assim dizer, dentre as vias que acarretam a interrupção dos estímulos? A razão é simples: porque ela não abala o princípio de inércia, já que para fugir dos estímulos o organismo aplica, nesse seu esforço, a mesma Q (36) de excitação recebida. No entanto, o dito princípio será necessariamente rompido tão logo o comportamento do sistema se afaste de um nível meramente reflexo. “À medida que [aumenta] a complexidade do interior [do organismo], o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático – estímulos endógenos – que também têm que ser descarregados. Esses estímulos se originam nas células do organismo e criam as grandes necessidades: fome, respiração, sexualidade” (37).

Por que o bombardeio desses estímulos endógenos implicaria na quebra do princípio da inércia? A razão é simples. Aqui, sob pressão dos estímulos endógenos, não vale a fuga. Esta não é possível porque o organismo não pode aplicar a Q desses estímulos para fugir deles próprios. E só poderá subjugá-los pela efetivação, no mundo “externo”, de uma série de condições, o que vai requerer a intervenção de uma ação que Freud chamará de “específica” (38); (seu modelo mais simples e ilustrativo residiria na realização de certas condições para aplacar a fome). Mas, para realizar tal ação, requer-se-á “um esforço que seja independente das quantidades endógenas (Qn’), e que, de modo geral, seja maior [do que elas], já que o indivíduo se acha sujeito a condições que podem ser descritas como as exigências da vida” (39). É preciso, portanto, um “plus” energético, impoupável, porque o modelo da fuga já não se mostra adequado.

Desta maneira, o sistema nervoso “deve aprender a tolerar um acúmulo

de Qn' suficiente para satisfazer as exigências de uma ação específica" (40). E, para isto "(...) vê-se obrigado a abandonar sua tendência inicial à inércia (isto é, a reduzir o nível [da Qn'] a zero". (41).

Ruptura total do princípio? Tudo parece indicar que não, porque mesmo a maneira em que o sistema abandona sua tendência à inércia "demonstra que a mesma tendência persiste, modificada pelo empenho de ao menos manter a Qn' no mais baixo nível possível e de se resguardar contra qualquer aumento da mesma - ou seja, mantê-la constante" (42). Freud acaba de apresentar mais uma versão daquilo que será formulado bem mais tarde com o nome de "princípio de constância" (43).

Qual a distância entre inércia e constância, poderíamos dizer, parafraseando Paul Ricoeur? Ou então, como entender a derivação da constância a partir da inércia?

Descrevamos com certo detalhe o contexto dentro do qual é introduzido o "princípio de constância" no "Projeto".

A necessidade de satisfazer o cumprimento de uma ação específica determinada pelas "exigências da vida" tinha levado Freud a uma modificação no modo de operação inicial do sistema e, portanto, ao princípio da constância. E esta diferença no modo de operação o conduzirá também ao estabelecimento de uma função correlativa ou "função secundária" (44) do sistema nervoso, que embora não apareça explicitamente definida no texto, podemos caracterizar como consistindo no fato de o sistema utilizar-se da Qn' acumulada para se liberar da Qn' que emana através dos estímulos endógenos (45). Diz Freud na Seção 4 da Parte I: "Lembremos (...) que desde o início o sistema nervoso teve duas funções: a recepção de estímulos externos e a descarga de excitações de origem endógena" (46).

Poderíamos encerrar estas primeiras considerações sobre "inércia-constância", e "função primária e secundária", com uma afirmação de Richard Wollheim que condensa de modo claro o que se tem exposto até aqui:

"(...) tanto em sua função primária como na secundária (...) o aparelho mental funciona para descarregar quantidade. É esse o seu modo de operação" (47).

Agora, quais as condições especificamente requeridas para que uma tal função secundária possa ser exercida de maneira adequada?

1) A primeira é óbvia, e já foi consignada: o sistema deve estar capacitado para armazenar uma quantidade de energia que possa ser usada quando alguma ação específica lhe for exigida.

2) A segunda condição se remonta ao que fora dito páginas atrás quando tratamos da “fuga do estímulo”. Tem a ver com aquela tendência do sistema a preferir e conservar certas vias de condução e não outras. Preferir e conservar para quê, perguntamos agora? Para assegurar uma passagem adequada de Qn' de modo que, frente a certa estimulação, seja iniciada uma ação pertinente e não outra. Desta maneira, a função secundária pressupõe a retenção de certas vias que se tornaram preferenciais porque acarretaram a interrupção de estímulos em circunstâncias em que não era possível a fuga. Ela se exerceria assim na descarga, através das ditas vias, de quantidades de origem endógena. Isto envolve uma idéia de aprendizagem e, “a fortiori”, a existência de alguma forma de memória no interior do sistema.

Com grande economia de pensamento, Freud avançará uma única hipótese para dar conta das duas exigências colocadas pela função secundária (armazenamento de Qn' e possibilidade de uma memória). Trata-se da hipótese das “barreiras de contato”, introduzida no final da Seção 2 da Parte I do Projeto”:

“A função secundária (...), torna-se possível admitindo-se que existam resistências opostas à descarga, e a estrutura dos neurônios torne provável a localização de todas as resistências nos contatos [entre os neurônios], que desse modo funcionariam como barreiras” (48).

Tal hipótese fica justificada pelo fato de que a via de condução passa por um protoplasma indiferenciado (o interneuronal) e não por um diferenciado (o do interior do neurônio) que geralmente se adapta melhor à condução (49).

A hipótese das barreiras de contato é peça fundamental na construção do modelo do psiquismo no “Projeto”. Tendo sido fruto de uma exigência teórica, a de dar conta das modificações introduzidas no modelo inicial em consequência da entrada em jogo dos estímulos endógenos, ela também de-

lineará as condições mecânicas em que, abalado o princípio de inércia, será possível a operação do princípio de constância. Com efeito, na medida em que opõem resistências à descarga de quantidades, as barreiras de contato permitem, a princípio, que tais quantidades possam se manter em um nível igual a zero + n (com o que ficaria quebrada a inércia). No entanto, a dita hipótese sozinha é incapaz de explicar a derivação da constância a partir da inércia, em primeiro lugar, porque em termos mecânicos ela não pode determinar que esse “n” seja um mínimo por cima de um umbral e, ademais, porque o sentido daquela derivação transcende o quadro meramente “mecânico” e demanda por razões da ordem do “biológico” (ou ainda do meta-biológico, como veremos que é apontado por certa interpretação da relação entre inércia e constância (50).

Deixemos de momento em suspenso a forma em que a hipótese das barreiras de contato permite a armazenagem da energia requerida para satisfazer às “exigências da vida”, porque isto implicaria em sobrevoar no texto até a introdução do “ego”, o que é feito na Seção 14 da Parte I do “Projeto”. Por enquanto, vejamos somente como é que a dita hipótese explica a possibilidade de uma memória no interior do sistema. Em termos gerais, a memória é “a capacidade [do tecido nervoso] de ser permanentemente modificado por ocorrências únicas” (51). Isto é, o sistema nervoso teria que ter ao mesmo tempo a capacidade de reter (função da memória) e ainda assim ser capaz de receber (função da percepção). Não é possível imaginar, diz Freud, um aparelho capaz de funcionamento tão complicado (dada a incompatibilidade das funções da percepção – que pressupõe a existência de neurônios cuja característica é a de ficarem livres para receber excitações inéditas – e da memória, que pressupõe a existência de neurônios que ficam permanentemente modificados em relação seu estado anterior) (52).

A solução de Freud para este problema consiste em introduzir uma divisão entre os neurônios. Haveria assim dois tipos de neurônios, aqueles que deixam passar a Qn’ como se não tivessem barreiras de contato, isto é, “neurônios permeáveis (que não oferecem resistência e nada retêm), que servem à percepção” (53), e um outro tipo de neurônios “que fazem sentir

as barreiras de contato”, isto é, “[neurônios] impermeáveis (dotados de resistência e retentivos de  $Qn'$ ), que são os veículos da memória e com isso, provavelmente, também dos processos psíquicos em geral” (54). Freud chamará ao primeiro sistema de neurônios de “ $\varphi$ ” e ao segundo de “ $\psi$ ” (55), frisando-se porém o fato de que a diferença entre ambos os sistemas não poderia ser de ordem morfológica, e isto tendo-se como pano de fundo os conhecimentos histológicos da época (que postulavam – como já foi visto – a identidade estrutural entre os neurônios) (56); tratar-se-ia, pois, de uma diferença que só poderia residir nas barreiras de contato, sendo, portanto, meramente tópica (57).

Dentro desta montagem especulativa, Freud desenvolverá, na Seção 3 da Parte I do “Projeto”, uma série de suposições para os  $\psi$  abrangerem as características mais gerais da memória. A argumentação parte do estado de permanente alteração em que ficam os  $\psi$  após a passagem de uma excitação; infere-se então que tal alteração “deve consistir no fato de que as barreiras de contato se tornam mais capazes para a condução, menos impermeáveis e, assim, mais semelhantes às do sistema  $\varphi$ ” (58). Tal estado das barreiras de contato é designado como “grau de facilitação [Bahnung]” (59). E tal “grau de facilitação” depende da magnitude da  $Qn'$  que passa pelo neurônio no processo excitativo e de sua frequência (60), constituindo a base fisiológica da aprendizagem e da memória. Mas, diante da passagem de uma excitação, a memória supõe que se outorgue “preferência” a uma via em relação a outra (61), qual seja, a via que acarreta a interrupção dos estímulos; e se todas as vias estivessem igualmente facilitadas não haveria possibilidade de uma tal “escolha” acontecer (62). Para que a facilitação determine, portanto, essa possibilidade de “escolha”, “é preciso que a cada neurônio  $\psi$  correspondam em geral, (...) várias barreiras de contato (...)”, sendo bastante evidente, em termos de outorga de uma preferência, que “o estado de facilitação de cada barreira de contato deve ser independente do de todas as demais barreiras do mesmo neurônio  $\psi$  (...)” (63). Tudo isto permite dizer que “a memória está representada pelas diferenças de facilitação entre os neurônios  $\psi$ ” (64).

O ponto todo se encerra com uma interessante consideração: as facilitações servem à função primária do sistema nervoso, evitando (pelo menos em parte) que este fique cheio de  $Qn'$  (65). Assim sendo, continua a se manter de algum modo a operância do princípio de inércia, que se supunha tinha sido abalado em consequência da armazenagem de  $Qn'$  sob a pressão das exigências da vida. Mas a supervivência do dito princípio, mesmo no modelo modificado, ficará ainda mais clara quando Freud abordar, na Seção 5, uma série de considerações e perspectivas que surgirão da hipótese, aí colocada, quanto à possibilidade da magnitude absoluta dos estímulos intercelulares ser de uma ordem relativamente pequena.

Vimos já que Freud declarara – e isto no início da Seção 4 – que nada se sabia, sob o ponto de vista morfológico, que pudesse sustentar qualquer diferença entre os  $\varphi$  e os  $\psi$ . A partir daí inferimos então que tal diferença só se poderia fazer sentir nas barreiras de contato desses neurônios e que tratar-se-ia, portanto, de uma diferença tópica. Sabendo agora que a permeabilidade dessas barreiras de contato depende do grau de facilitação e que este, por sua vez, está determinado pela magnitude de  $Qn'$  na passagem das excitações, podemos entender melhor por que Freud finalmente atribui, também na Seção 4, essa diferença entre ambas espécies de neurônios às diversas quantidades que eles têm de enfrentar (66). Desta maneira, tal diferença seria assim tópico-quantitativa. Mas as diferenças quantitativas, por sua vez, estão estreitamente vinculadas ao meio de destinação daqueles neurônios, sendo que os  $\varphi$  encontram-se ligados apenas à periferia externa e os  $\psi$  à parte interna do corpo (67). Portanto, a caracterização só se completará se for introduzida uma hipótese suplementar a respeito da relação quantidade/meio, que é também uma relação tópico-quantitativa. Foi assim suposto que as quantidades de estímulo que chegavam aos neurônios procedentes da periferia externa pertenceriam a uma ordem de magnitude superior àquela das quantidades de estímulo procedentes da periferia interna do corpo. Pelos neurônios “ $\varphi$ ” passariam assim quantidades contra as quais a resistência das barreiras de contato seria praticamente nula, ao passo que aos “ $\psi$ ” chegariam quantidades da mesma ordem de magnitude que essa resistência (68).

Em apoio a tal hipótese aduzia-se uma “lição” vinda da física: o mundo externo constitui a fonte de todas as grandes quantidades de energia, porque ele consiste em poderosas massas que estão em movimento violento, movimento esse que é transmitido pelas ditas massas. Conseqüentemente, o sistema  $\varphi$ , que está orientado para o mundo externo, estaria exposto ao bombardeio de grandes Qs (69).

Os “ $\psi$ ”, que estão fora de contato com o mundo externo, teriam duas fontes de estímulo: receberiam Q, por um lado, dos próprios “ $\varphi$ ” e, pelo outro, dos elementos celulares do corpo. Restaria agora poder mostrar a possibilidade de essas quantidades de estímulo pertencerem a uma ordem de magnitude relativamente baixa (70).

No início da Seção 5 Freud assumirá isso como um pressuposto, pois confessa não saber nada da magnitude absoluta dos estímulos intercelulares. Avançando, porém, nessa linha de raciocínio, ele irá articular os seguintes fatos:

1) Verifica-se, em primeiro lugar, que os neurônios “ $\varphi$ ” não terminam livremente (sem proteções) na periferia, mas em estruturas celulares que exerceriam a função de “telas de Q”, as quais só deixariam passar frações de Qs exógenas (71). Isto indicaria que, afinal de contas, a tendência fundamental do sistema nervoso de manter a Qn’ reduzida a zero, nem só se satisfaria com a rapidez da descarga, senão que ela já estaria atuando durante a recepção de estímulos (72).

2) O anterior teria como contrapartida o fato de que as terminações nervosas livres (isentas de órgãos de terminação) sejam mais comuns na periferia interna do corpo, onde tais órgãos de proteção (“telas de Q”) pareceriam ser dispensáveis, provavelmente porque as Qn’s que têm de ser recebidas ali não precisariam ser reduzidas ao nível intercelular, no qual se encontrariam já desde o início. Isto advogaria também – poderíamos acrescentar – em favor da idéia de que as quantidades que passam entre os “ $\psi$ ” sejam da mesma ordem de magnitude que a da resistência das barreiras de contato. Além do mais, concluirá Freud, poderíamos quicá fazermos uma idéia da grandeza dessas quantidades a partir da possibilidade que nós temos de estimar

a grandeza das Qs recebidas pelas terminações dos neurônios  $\varphi$  (73).

Por trás de tudo isto, finalmente, vislumbrará Freud a presença de uma tendência no sistema nervoso operando no sentido de manter, cada vez mais, a Qn' afastada dos neurônios. (74).

Tal tendência determinaria muito provavelmente o fato de o sistema nervoso estar formado por vários sistemas. Em consonância com isto, a estrutura do sistema nervoso teria como finalidade afastar a Qn' dos neurônios, sendo sua função a de descarregá-la (75).

Chegando neste ponto, podemos dizer que a tendência a “nível de quantidade = zero” (inércia) tem adquirido uma vigência e extensão tão grande, que ela pareceria ser mais um princípio determinante do que uma tendência meramente operante.

Qual o papel que restaria para a “constância”? Sabemos já que sua finalidade é assegurar um fundo de reserva energética (uma certa acumulação de Qn') para enfrentar as “exigências da vida”; neste sentido, ela aparece como uma tendência que se opõe à tendência primária. No entanto, em termos de sua função, a vemos coincidir em essência com a inércia, já que em virtude da constância o sistema nervoso vai se servir dessa energia armazenada também para descarregar Q (função secundária).

É possível pois conceber, a partir do ponto de convergência das funções, primária e secundária, que a tendência geral dominante é a “inércia”. Assim sendo, o sistema tentaria reger-se por ela a todo custo, operando segundo o modelo preferencial da “fuga” até o ponto em que um limite lhe seria fixado pela pressão dos estímulos endógenos. Aqui entraria a jogar a “constância”, com uma finalidade nitidamente biológica ou de sobrevivência.

Contudo, estas considerações parecem ser insuficientes para apreender em sua complexidade as articulações existentes entre ambas as tendências. Desta maneira, tornamos a interrogar-nos novamente: como entender a derivação da “constância” a partir da “inércia” e daí a sua distância?

Conforme o ponto de vista de Laplanche, essa derivação assumiria a forma de um paradoxo, já que “a modificação adaptativa é procurada no princípio primário [inércia] ele próprio, sendo que este, em essência, tende ao nivela-

mento de toda diferença vital" (76). O "mediador" em tal derivação estaria representado pela "urgência da vida", ou seja, pela pressão exercida no organismo por uma afluência de excitação interna (77), e haveria algo assim como uma "astúcia da inércia", poderíamos acrescentar, já que esta se serviria da "vida" para realizar sua verdadeira finalidade, i.e., a "morte" ... Assim: "Só por uma espécie de dedução que apela para uma finalidade pode Freud sustentar que o princípio de inércia utiliza para os seus fins uma certa acumulação de energia." (78).

Nesta linha de raciocínio ainda, a contradição colocada por Laplanche como inerente à dedução da constância a partir da inércia cobraria seu sentido à luz do que o dito autor chama de um "Zwang" ou exigência inerente ao pensamento de Freud, "Zwang" esse que o teria "compelido" a transportar, para o domínio do biológico, "a prioridade do zero sobre a constância", que fora fruto de uma descoberta clínica (79).

Dentro desta interpretação, portanto, a distância entre inércia e constância seria em certo sentido desestimável, já que o quadro finalístico em que ambas estão inscritas torna elas de qualquer maneira equivalentes. É também em termos de uma equivalência de princípio, embora de uma perspectiva que tenta resgatar essa distância, que a questão é vista por P. Ricoeur. Todavia, a distância em questão só seria no fundo, ao nosso ver, aquela que separa o que vem "de dentro" e o que vem "de fora". Diz Ricoeur: "Freud tentará sempre considerar o princípio da constância como o equivalente ao princípio da inércia para um aparelho obrigado a agir e a defender-se contra perigos interiores para os quais não possui anteparo comparável ao aparelho sensorial, o qual funciona tanto como barreira quanto como receptor" (80). Afirmção esta que serve de base para Ricoeur frisar o caráter metafórico do princípio de constância (81), claro que no sentido, vale salientar, de metáfora "substitutiva", com um valor meramente retórico, como também fora o caso a propósito de "Q" (82).

Ainda na linha de uma equivalência entre inércia e constância, mas também admitindo uma certa distância entre ambas, é que Assoun falará "do ideal de constância" em termos de "uma espécie de realização desviada da tendência

original à descarga integral” (83). Todavia, tal desvio (ou distância) irá ser entendido à luz de um referencial meramente mecânico. Diz Assoun: “É preciso associar a lei de constância a qualquer coisa como um equilíbrio (no sentido físico) exatamente por cima do umbral (...). Assim, se a inércia tende a zero, a constância é um estado estabilizado em zero-plus” (84).

Voltando mais uma vez a Laplanche, e a sua concepção da inércia neurônica enquanto derivada de um contexto clínico, como fora visto páginas atrás, relembremos que nessa ocasião ventilamos a possibilidade de inferir, como uma conseqüência que seria coerente com a leitura laplanchiana do “Projeto” em seu conjunto, o caráter “ambiguamente” metafórico do dito princípio (85). Sustentaremos agora que essa conseqüência é de todo plausível, e que ela pode ser entendida sobretudo à luz da particular concepção de tal autor acerca do modelo do psiquismo do “Projeto”. Com efeito, quando Laplanche diz que esse modelo é um modelo em essência “clínico” (86), no qual quantidade (“Q”) e neurônios (“N”) são “figurações” dos elementos correspondentes no âmbito da clínica, quais sejam, “afeto” e “representação”, ele está querendo significar – ao nosso ver – duas coisas:

1º) que o modelo só tem um domínio secundário, qual seja, o do psicopatológico;

2º) que quando visto em termos de sua “roupagem neurológica”, só pode ser interpretado como uma metáfora substitutiva ou comparativa.

Mas, se o domínio do neurológico não tem um valor positivo, enquanto co-presente (como domínio secundário) na construção do modelo do “Projeto” (tal como nós entendemos), e se o elemento “N” da linguagem do modelo só serve para designar um “lugar tópico” (87), meramente virtual, então é óbvio que um princípio (como o de inércia) que pretende reger o funcionamento de um organismo vivo, será “ambiguamente metafórico”, isto é, ele estará desprovido daquele “peso de realidade” que Laplanche atribuía aos produtos das operações de derivação “metáforo-metonímicas” no seu artigo “Dérivation ...” (88). E se, na abordagem laplanchiana, a constância se apresenta como mais ou menos equivalente ou redutível à inércia, ela será, conseqüentemente, tão “ambiguamente metafórica” quanto esta.

Não caberia outra alternativa diante das leituras propostas? Não seria possível re-interpretar a postulada equivalência em outros termos, à luz de um “plus” semântico introduzido pela constância e que estaria dado pela presença daquela tensão, senão daquela violência que ela deve de qualquer maneira exercer contra a tendência primária e que poderia afetar tanto o que vem “de dentro” quanto o que vem “de fora”?

Mesmo que a ancoragem da inércia no domínio do biológico (via a constância) continuasse a ser vista como “ardilosa”, a percepção de uma distância efetiva entre inércia e constância permitiria re-introduzir o domínio do biológico como domínio que tem seu valor específico (89), re-situar assim o princípio de constância sobre outras bases, e encarar quicá o modelo todo (incluído o princípio de inércia, claro está), a partir de um outro ângulo.

De qualquer maneira, não poderemos efetivamente avançar nesta nova linha de frente sem antes estabelecermos algumas articulações com outros conceitos. Será preciso, antes de mais nada, e como um primeiro passo a ser dado nesse sentido, correlacionar as tendências à inércia e à constância com uma outra tendência, agora da “vida psíquica”, no sentido de “evitar o desprazer” (90), o que só poderá ser feito no próximo capítulo deste trabalho, uma vez que o “modelo” em questão tenha sido descrito em sua completude.

## Capítulo III

### Fugindo da Quantidade

#### 1. O aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ”

O modelo do psiquismo apresentado nas quatro primeiras seções da Parte I do “Projeto” aparecia, numa primeira aproximação, como especificando-se através de um sistema neurônico constituído por dois subsistemas, a saber, o  $\varphi$  e o  $\psi$ . Porém, ele ainda não está completo. Antes de introduzirmos o sistema ou subsistema que falta, o  $\omega$ , o que é feito no texto do “Projeto” na sétima seção de sua primeira parte, encararemos o sistema que já fora montado (o “ $\varphi \psi$ ”) à luz de um certo jogo de tendências, passo este de todo conveniente – no nosso ver – para obtermos uma mais clara compreensão da racionalidade do modelo como um todo.

Sabemos já que a “fuga do estímulo” (1) (ou fuga da quantidade) é o caminho preferencial mediante o qual esse sistema realiza sua “função primária” (2), i.e., descarregar quantidades. Também foi visto que a tendência primária básica, indicadora do modo geral de operação de tal sistema era o chamado “princípio de inércia neurônica” (3) (tendência do sistema a se desfazer de quantidades ou tendência a (nível de) quantidade = zero). Isto implica em dizer que a função primária nem só não abala o dito princípio (4) senão que a ele obedece. Por outro lado, fora postulada uma tendência que se supunha determinava, muito provavelmente, a particular composição do sistema nervoso em subsistemas, qual seja, a tendência a “manter a quantidade afastada dos neurônios” (5). Assim, ao lado do mecanismo da “fuga” haveria um mecanismo complementar de “evitação” de quantidades derivado da última tendência.

Surge em relação a este ponto a necessidade de se estabelecer uma distinção de tipo conceitual: uma coisa é “fugir”, outra é “evitar”. Sustentaremos aqui que na medida em que o sistema age pelo modelo da “fuga” está sendo determinado pelo “princípio de inércia”, mas que se o faz pelo da “evitação”, então está meramente a ele se conformando. Com efeito, “manter

a quantidade afastada dos neurônios”, ou impedir a mesma, não é derivável de “desfazer-se dela”; em todo caso, essa tendência trabalha a favor de evitar qualquer aumento de quantidade e nisto ela está se guiando por um outro “princípio”, qual seja, o de “constância” (6). Mas isto acarreta de fato uma limitação no campo de aplicação do modelo da “fuga” e, “a fortiori”, do “princípio de inércia”. Freud, que nos parece no fundo empenhado em conservar para a tendência à inércia o estatuto de um verdadeiro “princípio” do qual, axiomáticamente, derivar-se-ia tudo o resto, vai introduzir uma série de sofisticadas especificações no modelo inicial (o sistema “ $\varphi \psi$ ”), junto com a postulação de mais outras tendências, no intuito de assegurar, pensamos, pelo menos em certo nível, a primazia daquele “princípio”. Porque é evidente que, como poderíamos dizer parafraseando Laplanche & Pontalis, na medida em que esse princípio não funcionasse mais como uma lei universal para o domínio em apreço, ele “já não seria constitutivo da ordem natural considerada” (7). O que equivale a dizer que tal princípio, enquanto princípio de inércia neurônica, “não determinaria qualquer forma de objetividade”, como poderíamos acrescentar extrapolando certos comentários de teor kantiano que Bento Prado Jr. faz a propósito das mudanças que, em nível “de natureza e estatuto lógico” na própria idéia de “teoria científica”, estariam sendo promovidas pela metodologia de construção teórica inerente a “A Interpretação dos Sonhos” (8). Se desenvolvermos ainda mais essa reflexão no que tange ao “princípio de inércia” no “Projeto”, poderemos certamente concluir, sem perda de coerência, que embora destronado como princípio determinante, restaria para esse princípio a possibilidade de operar “regulativamente”, por assim dizer, sendo portanto indicador do sentido que assumiria a construção como um todo (9). Será tal, pensamos nós, a opção que haverá de valer no “Projeto”. E a mesma ficará referendada, com efeito, pela formulação de mais uma hipotética tendência; assim, vemos Freud dizer, na sétima seção da Parte I do texto: “(...) é de se presumir que a estrutura do sistema nervoso consista em dispositivos destinados a converter a quantidade externa em qualidade, com o que triunfaria mais uma vez a tendência primária de afastar a quantidade” (10). Conforme nosso modo de ver, Freud vai opera-

cionalizar esta nova tendência via o estabelecimento de uma hierarquização, no sistema nervoso, das funções associadas aos diferentes subsistemas que o compõem, de tal maneira que o sistema situado nos níveis mais altos (que são também os mais interiores (11)) será o encarregado da “conversão” final de quantidade em qualidade, assegurando de qualquer maneira a primazia do “ideal” de inércia. Talvez devamos ver aqui o sentido último da introdução, no sistema “ $\varphi \psi$ ”, do novo subsistema neurônico, o “ $\omega$ ” (12), cujo acréscimo vai conferir ao sistema original sua feição definitiva.

Caber-nos-á pois a incumbência de examinarmos como é que se caracteriza cada subsistema do ponto de vista de sua função correlata e qual é o funcionamento de conjunto do sistema “ $\varphi \psi \omega$ ”, o qual, a partir da Seção 9 da Parte I, começará a ser chamado por Freud de “aparelho” (13).

Todavia, deveremos pontualizar previamente alguns aspectos relevantes que têm a ver com a primeira divisão dos neurônios em  $\varphi$  e  $\psi$ , e isto à luz de considerações de tipo biológico, assunto esse que é desenvolvido ainda na quarta seção da Parte I do “Projeto”.

Sabemos já que aqueles dois sistemas de neurônios, diferenciados pelo fato de serem permeáveis ( $\varphi$ ) ou impermeáveis ( $\psi$ ), baseiam esse caráter diferencial relativamente ao meio a que estão conectados (mundo externo, interior do corpo) e às quantidades que eles têm de enfrentar. Vimos que a magnitude dessas quantidades era associada a seu “lugar” de origem, considerando-se como mais elevada, à luz dos “ensinamentos” da física, a procedente de processos ocorrentes no mundo externo e presumindo-se como relativamente pequena a oriunda de processos endógenos. A partir daqui e da identidade estrutural dos neurônios, que só permitiria manifestar sua diferença em termos de maior ou menor permeabilidade no nível das barreiras de contato, inferimos que, em última instância, a diferença entre  $\varphi$  e  $\psi$  era de caráter tópico – quantitativo. No entanto, Freud irá buscar na ordem do biológico um fundamento para tal divisão de neurônios:

“Onde situar, pois, essa divisão em duas espécies? Se possível, no desenvolvimento biológico do sistema nervoso que, como tudo mais, no entender do cientista natural, é algo que se formou gradativamente. Gostaríamos de

saber se as duas espécies de neurônios podem ter tido significação biológica diferente e, nesse caso, graças a que mecanismo teriam desenvolvido características tão diversas como a permeabilidade e a impermeabilidade. O mais satisfatório, naturalmente, seria que o mecanismo que procuramos situar surgisse da função biológica primitiva desempenhada [pelas duas espécies]; nesse caso, teríamos uma só resposta para as duas perguntas.

‘Lembremos, portanto, que desde o início o sistema nervoso teve duas funções: a recepção de estímulos externos e a descarga de excitações de origem endógena. Foi, efetivamente, dessa última obrigação que, devido às exigências da vida, surgiu a necessidade de um desenvolvimento biológico maior. Poder-se-ia supor, então, que os nossos dois sistemas  $\varphi$  e  $\psi$  tivessem sido os que realmente assumiram cada uma dessas obrigações primárias. (...) Em tal caso, não teríamos inventado as duas [espécies],  $\varphi$  e  $\psi$ , e sim descoberto o que já existia.” (14)

Tal fundamento biológico tiraria sua importância do fato de ele “atenuar a arbitrariedade” inerente à construção hipotética (i.e., a relativa à divisão dos neurônios), já que ela se adaptaria a conhecimentos científicos pré-existentes (15). Pareceria, pois que uma exigência de ordem epistemológica estivesse legitimando aqui um certo privilégio do “biológico” sobre o “mecânico” (16).

Vejam agora qual é a importância relativa dos  $\varphi$  e dos  $\psi$  do ponto de vista de suas funções correlatas.

No caso dos  $\psi$ , “que são os veículos da memória e com isso, provavelmente, também dos processos psíquicos em geral” (17), chama a atenção de que apareçam como sendo objeto de especial destaque, tendo em conta que, como foi visto, também os  $\varphi$  estão correlacionados com duas funções de suma importância: a função primária do sistema nervoso (18) e a função psíquica da percepção (19). Mesmo assim, não se diz por enquanto grande coisa no texto acerca desta última. Conseqüentemente, devemos pensar que, se logo de início, o estabelecimento de uma correlação entre um determinado sistema de neurônios, os  $\psi$ , e uma função psíquica determinada, a memória, goza de uma atenção preferencial, é por algumas razões:

- a) porque a memória é um processo psíquico puramente quantitativo,

“desprovido de qualidade” (20), o que faz dela um modelo ou paradigma de processo psíquico nos termos de uma psicologia quantitativa. É neste sentido que podemos interpretar que os  $\psi$ , pelo fato de serem “os veículos da memória” o são também, provavelmente, “dos processos psíquicos em geral”. Além do mais, este inequívoco caráter quantitativo da memória permite uma introdução pouco problemática de seus “portadores” materiais, os  $\psi$ ;

b) porque “uma das principais características do tecido nervoso é a memória” (21).

Da consideração de (a) e (b) resulta fácil ver que a introdução da memória está em consonância com os dois teoremas principais (da quantidade e dos neurônios), o que implica em satisfazer as exigências do registro “mecânico”.

Todavia, existe uma terceira razão, talvez mais poderosa, para entender o relevo dado ao tratamento da memória e seus veículos materiais, os  $\psi$ .

c) Era necessário dar conta da memória, com caráter prioritário, porque ela é requisito para o preenchimento da função secundária do sistema, função essa cujo exercício é pré-condição de sua possibilidade de vida. Com efeito, já vimos que ao justificar biologicamente os  $\varphi$  e os  $\psi$  Freud associava estes últimos ao desempenho da função secundária. Resulta fácil, portanto, estender essa justificativa à função psíquica correlata desse sistema neurônico.

Assim, o privilégio dado à memória e seu sistema correlato,  $\psi$ , tem a ver então, fundamentalmente, com exigências impostas pelo outro registro operante no “Projeto”, i.e., o registro “biológico”. Temos portanto a memória definida em termos mecânicos – o que foi exposto no capítulo anterior – e justificada agora do ponto de vista biológico.

É possível contudo complexizar um pouco mais esta questão toda a partir de uma série de considerações que em torno do “Projeto” são oportunamente desenvolvidas por J. Derrida em “A escritura e a diferença” (22). Frisa-se ali que “a memória é a própria essência do psiquismo” e que “só os  $\psi$  têm qualidade psíquica” (23), afirmações essas que devem ser interpretadas à luz do que para esse autor constitui-se em chave para entender a problemática essencial do “Projeto”. Trata-se do conceito de “diferença” (24), que goza do estatuto de um verdadeiro “princípio” (25), e que, por sua vez, só co-



bra pleno sentido se correlacionado com outro conceito também central, o de “exploração” (26). Vimos já, no capítulo anterior deste trabalho, que a memória fora definida mecanicamente no “Projeto” em termos de “diferenças entre as facilitaões” e que portanto o conceito de diferença fazia parte dessa caracterização da memória. Derrida vai radicalizar ainda mais a importância daquele conceito sustentando que sequer existe “exploração pura sem diferença” (27) e que conseqüentemente a quantidade vai se tornar “psyqué e mnéme pelas diferenças mais do que pelas plenitudes” (28).

Em contraposição à exploração, que é “efração”, “quebra”, “abertura de uma via” (29), a diferença “não é nada, não é uma essência” (30), mas esse “outro da quantidade pura” (31) que contudo não deve ser pensado ainda (em nível da memória) como qualidade (32). Sendo a memória a conservação de certos “traços” (33) impressos pelas explorações e que são eles próprios estruturantes do psiquismo enquanto um “sistema de diferenças” (34), será preciso ver toda e qualquer diferença na produção desses traços em termos de “momentos da diferença” (35). É assim que Derrida interpreta como sendo quantidades de ordens absolutamente heterogêneas as Qs de excitação que exploram um caminho no sistema  $\psi$  e as repetições dessa exploração que lhes são acrescentadas (36). Isto porque “A repetição não acrescenta nenhuma quantidade de força presente, nenhuma intensidade, reedita a mesma impressão: tem contudo poder de exploração.” (37). Todavia, malgrado a diferença existente entre a quantidade presentemente atuante e a a exploração que dela resulta, ambas são análogas (38), posto que, poderíamos acrescentar, voltando-nos para o “Projeto”, embora a quantidade seja o fator operante, “a facilitação resultante de  $Q_n$  é, ao mesmo tempo, algo capaz de substituí-la” (39).

Correlacionando este ponto de vista com a tese que sustentamos acima sobre a operância do registro “biológico” na ênfase outorgada no “Projeto” à memória e seus portadores, os  $\psi$ , podemos dizer, com Derrida, que se bem “a vida encontra-se ameaçada pela origem da memória que a constitui e pela exploração à qual resiste”(40) - já que a exploração é “fratura”, “quebra” -, é através da diferença (e da repetição, que é um momento da diferença)

que a vida se defende da morte, “do gasto ou da presença ameaçadores [de quantidade]” (41).

O que podemos dizer agora a respeito dos  $\varphi$ ? Estes “servem à percepção” (42); porém, até aqui não se sabe em que consiste tal processo. Sabe-se apenas que os  $\varphi$  têm como função a recepção dos estímulos externos (43), mas dizer isto não é de maneira alguma suficiente para caracterizar o que seja a percepção. Neste sentido, valem as palavras de Lacan quando diz, ao verter algumas considerações sobre o “Projeto”, que tais estímulos externos não constituem sequer uma “informação” e sim apenas “um in-put, um mis dedans” (44). Ao qual poderíamos acrescentar que para eles constituírem uma informação, esta deveria ser necessariamente acusada e processada como tal por algum elemento do sistema, o que, até o momento só poderia ser da alçada de  $\psi$  (já que  $\varphi$  só faz receber). Com efeito, podemos ver na seção 7 da Parte I do “Projeto”, que Freud faz da percepção função conjunta de  $\varphi$  e  $\psi$  (45), e que no início da Seção 1 da Parte III caracteriza as percepções como “catexias em  $\psi$  provenientes de  $\varphi$  (do mundo externo)” (46).

Todavia, Freud não permanecerá apenas nesse nível na sua caracterização da percepção. Tal nível aparecerá logo como sendo uma instância intermediária que dará passo, finalmente, à tentativa de compreender aquela “informação” inicial trazida pelos  $\varphi$  e registrada pelos  $\psi$  não mais quantitativamente e sim em termos qualitativos (47). Mas, uma vez assumido isto, seu processamento deverá cair “ipso facto” fora da competência de  $\psi$ . Vamos esclarecer esta última afirmação através da seguinte caracterização de “sistema memônico” apresentada por Laplanche:

“Um sistema mnemônico é um sistema de memória ou de recordações que tem uma característica singular: nada qualitativo se inscreve nele diretamente. Trata-se, claramente, de uma montagem suscetível de registrar ‘engramas’, porém, o engrama freudiano não é em nenhum sentido assimilável a uma ‘imagem’, a um ‘análogo’ do objeto percebido. Toda a originalidade de uma determinada inscrição engramática radica unicamente na especifici-

dade das vias seguidas pela quantidade circulante (...) Um ouvido moderno captará facilmente as ressonâncias de tal modelo. Lhe será suficiente apenas modificá-lo, para ver nele uma espécie de máquina eletrônica, um computador que funciona conforme o princípio da numeração binária.” (48).

Ao pretender pois ultrapassar o nível de “sistema mnemônico”, Freud se verá conduzido a problemas embaraçosos para uma psicologia que pretende exprimir-se numa linguagem de quantidades. Assim, pelo fato de ele resolver encarar a percepção em termos qualitativos, deverá introduzir um novo elemento no modelo difícil de se armonizar com os dois teoremas principais e do qual se tinha prescindido até então. Trata-se da consciência. A justificativa para este passo todo está dada nos seguintes termos: “A consciência nos dá o que se convencionou chamar de qualidades (...)”, e é um fato que “as qualidades apareçam vinculadas à percepção (...)” (49).

Poderíamos questionar: se perceber é perceber algo da ordem da qualidade e que implica consciência, então  $\varphi$  esteve de início e por definição afastado dessa incumbência e a coisa tampouco melhorou pela sua associação com  $\psi$ . Como entender tudo isto?

Dediquemo-nos por enquanto a analisar essa passagem para a qualidade – consciência, deixando para um momento posterior a inquirição do sentido tanto da agora enigmática conceituação inicial da percepção, quanto da solução finalmente adotada.

Comecemos pela questão da qualidade.

Freud inicia a Seção 7 da Parte I do “Projeto”, intitulada “O problema da qualidade”, com as seguintes palavras:

“Até aqui não se disse absolutamente nada sobre o fato de que toda teoria psicológica, além dos resultados que ela possa obter do ponto de vista da ciência natural, deve satisfazer ainda um requisito fundamental. Com efeito, terá de nos explicar tudo o que já conhecemos, da maneira mais enigmática, através de nossa ‘consciência’; e uma vez que essa consciência nada sabe do que até agora estivemos pressupondo – quanto a quantidades e neurônios –, também terá de nos explicar essa falta de conhecimento.” (50).

Como tudo indica, uma perspectiva não contemplada até agora estaria

fazendo sua irrupção, já que a consideração do fator “consciência” seria resultado de uma exigência teórica que não parece provir dos pontos de vista de uma ciência natural (ou de uma psicologia estruturada enquanto tal) senão de outra parte. Contudo, esse ar de estranheza dissipar-se-á se nós nos remetermos para um outro “enigma” já conhecido na qualidade de tal. Trata-se daquele que se colocara a propósito da explicação do mecanismo da defesa na neurose obsessiva em “As Neuropsicoses” (51). Com efeito, como foi assinalado na nossa “Introdução” (52), havia vários pontos obscuros envolvidos nessa questão:

1) O caráter mais ou menos consciente do recalçamento e da resistência, bem como uma ambigüidade quanto ao estatuto tópico do traço-mnêmico da representação recalçada (fora da consciência e num “segundo grupo psíquico”?; “mais ou menos” na consciência?; na consciência ela própria?).

2) A definição do estatuto ontológico (psíquico ou físico?) dos processos em que se opera a dissociação entre “representação” e “afeto” e que regem o destino do afeto uma vez separado da representação.

De qualquer maneira, ficava claro que no primeiro caso estávamos em presença de processos psíquicos e no segundo frente a processos de natureza não consciente.

Tendo em consideração o primeiro grupo de dificuldades, podemos dizer então que problemas envolvendo a consciência, a “meia - consciência” e ainda sua falta, em nível de processos psíquicos, tinham aparecido a Freud em um contexto clínico, já que o método da incipiente psicanálise (técnica da pressão) trabalhava a partir dos dados da consciência do paciente. Por outro lado, tratava-se de problemas não resolvidos no nível da clínica, como tivemos oportunidade de constatar. Isto significa então que a demanda de preenchimento daquele “requisito fundamental” a que o “Projeto” alude proviria, a princípio, da psicopatologia, na medida em que “tudo o que já conhecemos, da maneira mais enigmática, através de nossa consciência” – como diz Freud no “Projeto” – é algo que “deve ser explicado”.

Não trateremos aqui – porque excederia os limites deste trabalho –, mas no entanto faremos menção – porque achamos que procede –, de uma fonte

bem diferente da qual muito provavelmente emanaria também aquela demanda. Ela tem a ver com certos posicionamentos teóricos do filósofo e psicólogo Brentano que seguramente chamaram a atenção de Freud durante os seus tempos de estudante na faculdade de Viena, em que assistira a diversos cursos ministrados por aquele.

A psicologia desenvolvida por Brentano em "A Psicologia do ponto de vista empírico" (53), partindo do pressuposto de que "todo ato psíquico é consciente e contém em si mesmo a consciência de si" (54), colocava como fundamento do método de tal psicologia a "percepção interna" ou a "consciência interna" dos fenômenos psíquicos: "A percepção interna de nossos próprios fenômenos psíquicos é (...) a primeira fonte das experiências que são indispensáveis para as pesquisas psicológicas." (55). A consciência aparecia assim, nessa concepção, como lugar privilegiado para o conhecimento do psiquismo, conhecimento esse que era visto como possível à margem de toda pesquisa fisiológica (56), embora se considerasse desejável e mesmo se esperasse que "um ulterior desenvolvimento da fisiologia do cérebro a tornasse útil para explicar as mais altas leis de sucessão psíquica." (57).

De qualquer maneira, podemos dizer que se algum pressuposto teórico infiltrou-se de Brentano para Freud, na ordem de assuntos de que estamos tratando, ele consistiria em considerar a consciência precisamente como um objeto que reivindica demandas próprias e específicas frente às demandas dos objetos da ciência natural, mas que no entanto não recusaria uma explicação de porte maior em termos desta última.

Se atendermos agora ao segundo grupo de dificuldades ou enigmas decorrentes do mecanismo da defesa nas neuroses obsessivas, poderemos então estabelecer uma relação de analogia entre sua demanda de clarificação e o preenchimento daquele requisito que devia satisfazer, em segundo lugar, a psicologia do "Projeto", qual seja, o de "explicar por que nossa consciência nada sabe acerca de quantidades e neurônios". Isto talvez arrojaria nova luz sobre a questão que tinha ficado pendente em "As Neuropsicoses": os processos afetivos ocorrentes no ato da defesa são não-conscientes por causa de eles serem físicos?

Seguindo a linha do pensamento freudiano no "Projeto", não nos perguntaremos o que é "a consciência", senão que começaremos a abordagem do problema descrevendo (parte de) seu conteúdo.

"A consciência nos dá o que se convencionou chamar de qualidades - sensações que são diferentes numa ampla gama de variedades e cuja diferença se discerne em função de suas relações com o mundo externo. Nessa diferença existem séries, semelhanças, etc., mas na realidade ela não contém nada de quantitativo." (58).

Em suma, e retomando as considerações feitas por Freud no início da Seção 7, podemos dizer que uma teoria psicopatológica bem fundada deverá estar em condições de responder estas duas questões:

1º) Como se originam as qualidades e onde?(59), (a fim de explicar o que já conhecemos através de nossa consciência).

2º) Por que nossa consciência nada sabe quanto a quantidades e neurônios? (60).

Tentemos primeiramente responder à segunda dessas duas questões, que é imediatamente conectada, no texto, à explicitação, por parte de Freud, de um postulado metodológico que o teria orientado tacitamente até esse momento: a possibilidade de estudar os processos psíquicos prescindindo da percepção da consciência. Muito bem. Isso foi perfeitamente possível no seu tratamento da memória. Mas ele dará agora um passo bem mais à frente, extrapolando aquele postulado metodológico do domínio do psicológico para o domínio do neuronal: se a consciência nada sabe de quantidades e neurônios é lícito então considerar os processos neurônicos "(...) à primeira vista e em sua totalidade como inconscientes, e devendo ser inferidos, como outras coisas naturais."(61).

Resposta, pois, à pergunta número dois: nossa consciência nada sabe de quantidades e neurônios porque sendo ela incapaz de fornecer-nos uma informação completa e fidedigna desses processos, eles devem ser considerados como inconscientes. Esta afirmação é bem mais forte - e de patente circularidade - do que o postulado metodológico enunciado em primeiro lugar. Uma coisa é poder tratar, em certo nível, os "processos psíquicos" como sendo

inconscientes, e outra coisa é tratar os “processos neurônicos” como inconscientes porque eles não transparecem à consciência. Forçando um pouco nosso raciocínio, e salvando de passagem também aquela acusação de circularidade, poderíamos avançar que, no primeiro dos casos (“processos psíquicos”), Freud teria usado a palavra “inconsciente” em um sentido descritivo, mas que, no segundo (“processos neurônicos”) a teria empregado em um segundo “tópico”. Mesmo que ainda não haja “tópica” em sentido estrito, e mesmo que se trate de entidades fisiológicas e não de eventos psíquicos.

Contudo, a questão colocada a partir de “As Neuropsicoses” apontando como uma possibilidade o fato de que o provável estatuto físico dos processos afetivos ocorrentes na defesa seria o que determinaria o carácter não consciente dos mesmos, não encontra, no trecho transcrito do “Projeto”, subsídios para poder avançar uma resposta em termos categóricos. Mas, se alguma analogia vale, ela consistirá na possibilidade de se fazer também extensivo para esses afetos um carácter não consciente no mesmo sentido “tópico” que foi apontado para os processos neurônicos.

Todavia, o mais surpreendente ainda está por vir: do dito anteriormente Freud irá concluir que “o conteúdo da consciência terá de ser situado entre os nossos processos  $\psi$  quantitativos” (62). Traduzindo: o conteúdo da consciência terá de ser situado entre procesos não-conscientes! Sendo  $\psi$  (mesmo que “provavelmente”) a sede dos processos psíquicos em geral, e sendo os conteúdos da consciência processos psíquicos, quase que silogisticamente podemos afirmar que os  $\psi$  serão também os encarregados de veicular a consciência.

Chegando neste ponto, pensamos que antes de aventurar qualquer interpretação, seria bom que ponderássemos que um pensador da envergadura de Freud não ia se contentar levemente com uma conseqüência de exarcebante inconsistência como resulta ser aquela de introduzir a consciência numa ordem de processos não conscientes. Tal “inconsistência” parece-nos, pelo contrário, formar parte de uma estratégia que visa justificar a introdução de outro subsistema no aparelho. Esta interpretação do assunto encontra-se apoiada, ademais, na progressão do texto ele próprio, já que Freud abordará

imediatamente a questão de “ONDE” se originam as qualidades.

Retomando pois parcialmente a primeira de nossas perguntas acima, vejamos o que Freud diz a respeito de “ONDE” se originam as qualidades: “Não no mundo externo. Pois lá, segundo o parecer de nossa ciência natural (...) só existem massas em movimento e nada mais. Quem sabe não se originam no sistema  $\varphi$ ? Isso estaria de acordo com o fato de que as qualidades apareçam vinculadas à percepção, mas entra em contradição com tudo o que, com justa razão, fala em favor da localização da consciência nos níveis mais altos do sistema nervoso. Quem sabe, então, no sistema  $\psi$ ? Contra essa hipótese, porém, há uma forte objeção. Os sistemas  $\varphi$  e  $\psi$  atuam conjuntamente na percepção; mas existe um processo psíquico que ocorre indubitavelmente só em  $\psi$  – a reprodução, ou recordação – e que é, falando em termos gerais, desprovido de qualidade. De norma [normalmente], a recordação não produz nada que possua o carácter peculiar da qualidade perceptiva. Assim, reunimos ânimo suficiente para admitir que haja um terceiro sistema de neurônios –  $\omega$  talvez [pudéssemos chamá-lo] – que é excitado junto com a percepção, mas não com a reprodução, e cujos estados de excitação teriam como resultado as diversas qualidades – que seriam, em suma, sensações conscientes.” (63).

O que podemos dizer deste trecho, de conteúdo não completamente novo para nós, já que pinçáramos antecipadamente alguns dos conceitos nele apresentados?

Em primeiro lugar, que a derivação de  $\omega$  e sua justificativa são feitas aqui em relação ao tipo de função que tal sistema é chamado a exercer, qual seja, a de dotar de consciência os processos perceptivos, que são função conjunta de  $\varphi$  e  $\psi$ . Embora esta última especificação tópica da percepção, já antecipada por nós, constitua um avanço em sua caracterização, já que pelo menos supera seu ponto de partida como mero “in-put”, nem por isso podemos tirar dela os subsídios de que precisamos para compreender o sentido daquela “meia função” perceptiva que fora atribuída a  $\varphi$  sozinho. Com relação à memória, reafirma-se seu carácter exclusivo da percepção, mas desta vez pelo fato de as recordações serem apresentadas como desprovidas de qualidade. É

a partir deste ponto que a dedução de novo sistema se faz necessária, já que a definição da percepção em termos de  $\varphi - \psi$  mostra-se inadequada dentro da nova abordagem. Contudo, tampouco ficamos sabendo por que uma conceituação que é considerada de alguma maneira como imperfeita continua a co-existir junto com a nova proposta. É preciso destacar, no entanto, que o que torna realmente interessante esse trecho todo é, no nosso entender, a introdução de uma certa idéia de hierarquização de funções no sistema nervoso, idéia essa que parece presidir a derivação de  $\omega$  no seu conjunto. Mas, de qualquer maneira, continuamos às voltas com a questão da percepção, i.e., com a compreensão da dinâmica das relações " $\varphi - \omega$ " e " $\varphi\psi - \omega$ ".

Suspendamos por enquanto o exame destas relações, que resultará bem mais proveitoso se feito depois de termos caracterizado  $\omega$  em termos mecânicos, e vejamos a relação mais genérica "percepção-consciência" à luz daquela idéia de hierarquização que acabamos de apontar.

Assim, por um lado:

1) A percepção é, como sabemos, o resultado da ação conjunta de  $\varphi$  e  $\psi$ ;  $\varphi$  recebe as excitações provenientes do mundo exterior, as quais chegam até os neurônios  $\psi$  do "pallium" (64) de uma maneira que detalharemos depois. Tal catexização de um ou vários neurônios do "pallium" corresponderia à percepção de um objeto, como é descrito a propósito da "vivência de satisfação" (65). Mas tal percepção não é por si mesma consciente.

Por outro lado:

2)  $\omega$  é excitado também junto com a percepção, produzindo as diversas "sensações conscientes".

Em conexão com tópicos de que trataremos posteriormente, podemos antecipar que o fato de a percepção ser função conjunta de  $\varphi$  e  $\psi$  não é arbitrário. Adquirirá pleno sentido a propósito da "vivência de satisfação" e na análise de processos  $\psi$  mais complexos como são os processos de pensamento (66).

Todavia, no nível de desenvolvimento do assunto em que nos encontramos, ficam de qualquer maneira em pé algumas interrogações: por que Freud procurou a sede da consciência em outro lugar? Para que a colaboração de

outro sistema, o  $\omega$ , a fim de dotar à percepção de consciência? Pensamos que Freud sacrificou em todo caso a economia do “modelo” em prol de uma idéia de hierarquização do sistema nervoso, hierarquização essa que estabelecer-se-ia não apenas no sentido dos níveis mais altos (67), mas também, e ao mesmo tempo, na direção dos mais interiores, como já antecipamos nas primeiras páginas deste capítulo. Com efeito,  $\psi$  já está fora do contato com o mundo externo (68) e  $\omega$  ocupará uma posição mais central ainda, já que só se comunicará com  $\varphi$  via  $\psi$  (69).

Haveria, portanto, algo assim como uma “ascensão funcional” (70) dos subsistemas dentro do sistema nervoso. O comportamento dos  $\varphi$  calçar-se-ia, de início, sobre o modelo do arco reflexo, e os neurônios só “ascenderiam” de nível quando se tivesse em conta que “aquilo que se passa nos  $\varphi$  deve ser eficaz nos  $\psi$ ” (71) – para lidar com os estímulos endógenos na vivência de satisfação – o que por sua vez implicaria na colaboração do nível neuronal mais alto – os  $\omega$  – para oferecer uma indicação de qualidade ou de realidade e evitar a alucinação (72). Mais uma vez, está funcionando aqui um pressuposto da ordem do registro biológico, que faz com que “percepção” e “consciência” possam estar dissociadas mecânica ou ainda topograficamente, sem perda de coerência, porque elas se unificam de fato no funcionamento do sistema todo frente às solicitações da vida.

Sem embargo, nossa hipótese da “ascensão funcional”, embora impeça que aquela dissociação seja vista como carente de sentido, não dá contudo conta das razões que estariam por trás de sua postulação, o que será abordado quando considerarmos os procesos  $\omega$  do ponto de vista mecânico.

Por outro lado, e ainda em conexão com a dissociação “percepção/consciência”, podemos dizer que é também nela que provavelmente devam ser procuradas as razões pelas quais Freud revela-se incompetente, na seção 8 da Parte I do “Projeto”, para imaginar qual teria sido o “valor biológico primitivo” dos neurônios  $\omega$  sozinhos (73). Porém, quando ele avançar na análise da vivência de satisfação e suas consequências, ficará claro, no nosso entender, qual seria esse valor biológico originário. Nessa vivência entrará em jogo algo mais do que o funcionamento isolado do sistema nervoso, i.e., entrará

em jogo o mundo externo. Como bem assinala Lacan no texto já aludido, um ser vivo precisa ter, para não sucumbir a todos os perigos, um reflexo adequado do mundo exterior, algum aparelho que reflita, desse mundo, nem só as incitações senão também a estrutura (74). Apesar de nós concordarmos ou não com uma tal atribuição de “gestaltismo” a Freud, o certo é que a regulação do sistema pela realidade, por assim dizer, com seu claro valor de sobrevivência, é possibilitada pelo sistema  $\omega$ , que é o encarregado de fornecer as “indicações” dessa realidade, como será descrito por ocasião da abordagem dos processos “primário” e “secundário” ocorrentes em  $\psi$ .

Para concluir com esta parte em que desenvolvemos algumas conseqüências a partir de questões colocadas pela origem das diversas qualidades sensíveis, tal como a coisa é posta em termos do “Projeto”, podemos finalmente afirmar que a percepção, mesmo não sendo por si mesma consciente (na medida em que não é um processo  $\varphi\omega$ ), no entanto implica necessariamente consciência (já que toda percepção “invariavelmente excita  $\omega$ ” (75)).

Abordaremos agora a caracterização mecânica de  $\omega$ , i.e., descreveremos o seu funcionamento conforme as quantidades que a princípio teria de enfrentar, identificando também o meio do qual as mesmas proviriam. Isto significará tomar imediatamente conta da outra questão que fazia parte daquela primeira pergunta formulada páginas atrás: COMO se originam as qualidades?

Para começar, raciocina Freud, a característica de “qualidade” (sensação consciente) só se manifesta quando as quantidades são excluídas na medida do possível; “não se pode eliminá-las por completo, pois os  $\omega$  devem ser concebidos como catexizados com  $Qn'$ , e esforçando-se para conseguir a descarga” (76), que, como toda descarga se efetua na direção da motilidade (77). Portanto, os  $\omega$  se inserem também nos processos quantitativos, mesmo com uma carga mínima de  $Qn'$ . De onde ela provém? Só pode ser de  $\psi$ , diz Freud, porque não queremos admitir nenhum vínculo direto entre  $\omega$  e  $\varphi$  (78). Recordemos que  $\varphi$  enfrentava quantidades maciças provenientes do mundo exterior; embora elas já ficavam de qualquer maneira reduzidas pelos aparatos terminais que só deixavam passar frações de  $Q$  exógena, e também pela descarga de uma parte dessa  $Q$  pela via motora, tais quantidades eram,

contudo, de qualquer maneira grandes para  $\psi$ , para não falar de  $\omega$ . Mas havia uma maneira de reduzi-las ainda mais. Vejamos como.

O sistema  $\psi$  está fora de contato com o mundo externo, e como já vimos, apenas recebe Q, por um lado, dos próprios neurônios  $\varphi$  e, por outro, dos elementos celulares do corpo (79). Nos neurônios  $\varphi$  terminam os  $\psi$  (80). Mas a via sensorial de condução  $\varphi$  que desembocará em  $\psi$  já possui uma estrutura peculiar para manter reforçadamente a Q afastada de  $\psi$ . Essa via se ramifica continuamente e apresenta vias de espessura variável que vão desembocar em numerosos pontos terminais (81). É assim que a via única  $\varphi$  fica aliviada de sua carga; a maior quantidade em  $\varphi$  será expressa pelo fato de catexizar vários neurônios em  $\psi$  em vez de um só (82). Desse modo, “a quantidade em  $\varphi$  se expressa por complexidade em  $\psi$ ”. Assim, a Q fica afastada de  $\psi$ , pelo menos dentro de certos limites (83). Portanto, a mínima catexia que os  $\omega$  necessitam já chega para eles reduzida por esses dispositivos nervosos especiais.

No entanto, aqui surge uma dificuldade que parece intransponível: o conteúdo da consciência é transitório, mudável; as qualidades simultaneamente percebidas são rapidamente combinadas, o que só seria compatível com uma completa permeabilidade dos  $\omega$  (84). Porém, a permeabilidade, segundo vimos, depende do efeito da Qn', a qual, no caso de  $\omega$ , é mínima.

Com os  $\omega$  estamos diante de uma permeabilidade, de uma completa facilitação, que não provém da quantidade. De onde provém, então? E aqui é introduzida uma hipótese adicional sobre a passagem de Qn'. Além desta passagem se apresentar como uma mera transferência de Qn' de um neurônio para outro, ela possui uma outra característica de índole temporal, que Freud chama de período, e que embora ele não defina pode-se considerar como um certo nível de freqüência.

Assim, diz Freud: “admitirei que toda a resistência das barreiras de contato se aplica somente à transferência de Q, mas que o período do movimento neurônico se propaga a todas as partes sem nenhuma inibição, como se fosse um processo de indução” (85).

Esta seria uma aplicação à neurofisiologia das leis gerais do movimento –

a mecânica dos físicos também atribui essa característica temporal a movimentos de massas no exterior (86).

Desta maneira, a base fundamental da consciência residiria no fato de os  $\omega$  serem afetados por um período enquanto admitem uma carga mínima de  $Qn'$  (87).

Os  $\psi$  também possuem seu período, mas ele é desprovido de qualidade ou monótono. São as diferenças, “os desvios desse período psíquico {que} chegam à consciência como qualidades” (88). Tais diferenças de período emanam dos órgãos dos sentidos que atuam dessa maneira como crivos. (Na esteira de Lacan, pensemos no olho retendo apenas uma parte de energia luminosa, pondo-se de acordo não com a energia como tal, senão com um certo nível de frequência ou período (89)). Esses órgãos dos sentidos transferem provavelmente essa diferença a  $\varphi$ , que se propaga através de  $\psi$  até  $\omega$ , “para gerar sensações conscientes de qualidades” (90).

Pode-se ver também aqui como o “princípio da diferença”, apontado por Derrida, entra mais uma vez em cena na questão de produção de qualidades. Só que neste caso esse “princípio” atinge o limite de sua aplicabilidade, já que as qualidades devem ser vistas como “as diferenças puras por excelência” (91). De qualquer maneira, uma nova linguagem, a linguagem da “periodicidade” ou da “temporalidade descontínua” – para falar em termos de Derrida (92) – terminará sendo acrescida à linguagem de “Q” e “N”.

Consideremos agora mais detalhadamente esse processo de conversão daquelas diferenças de período em qualidades, tal como é descrito na Seção 9 da Parte I, do “Projeto”, intitulada “O Funcionamento do Aparelho”.

No mundo externo têm lugar “processos” que possuem uma quantidade e um período ou “característica qualitativa” conforme os quais os ditos processos formam um “contínuo bidirecional” (93). Esses processos só se constituirão em “estímulos” que incidirão sobre  $\varphi$  depois que as telas protetoras das extremidades nervosas os tenham “reduzido”, quanto a sua quantidade, e também “limitado” (94), já que a função dessas telas é tanto a de fragmentar em frações, quanto a de selecionar as quantidades oriundas do exterior. No entanto, a redução não poderá ir além de um determinado umbral de eficácia

quantitativo-estimulatória (95).

Por outro lado, os órgãos dos sentidos, como vimos, só deixam passar para  $\varphi$  certas diferenças de período, de maneira que os estímulos que chegam até  $\varphi$  ficam, quanto a sua "característica", "descontínuos"; assim sendo, certos períodos não operarão como estímulos em absoluto (96). Além do mais, os distintos órgãos sensoriais "só se comunicam através de  $\varphi$  com determinados neurônios  $\psi$ " (97).

Desta maneira, "a característica qualitativa dos estímulos se propaga agora, sem empecilhos, por  $\varphi$ , através de  $\psi$  até  $\omega$ , onde produz sensação" (98). Ou melhor: sensação consciente de uma qualidade. Cabe notar que tal período "não dura muito tempo e desaparece em direção ao lado motor; e como pode passar sem dificuldades, tampouco deixa qualquer lembrança em seu rastro" (99).

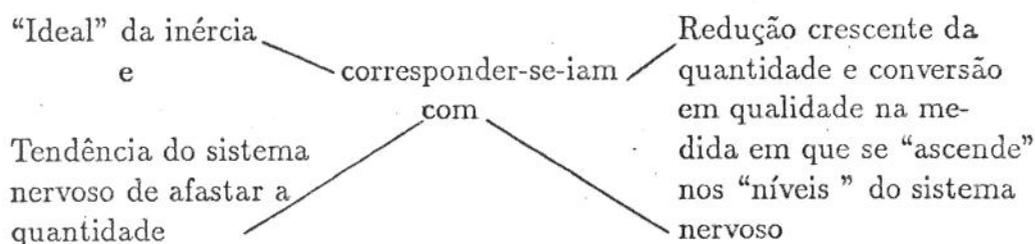
Se olharmos agora para o conjunto de processos excitativos  $\omega$  mediante os quais Freud tentou mostrar de que maneira originavam-se as qualidades enquanto fenômenos da consciência não poderemos deixar de considerá-los um tanto esdrúxulos, embora perfeitamente coerentes. O próprio Freud reconhece que fez uso aí de "hipóteses muito complicadas e pouco óbvias" (100). O mais grave, porém, é que esses processos serão vistos como falhos para explicar, pelo seu intermédio, a produção da consciência ela própria, malgrado o sucesso que parece lhes foi atribuído, de qualquer maneira, em descrever a emergência de qualidades sensoriais que são parte do conteúdo da consciência. Um tal revés será explicitamente reconhecido por Freud no início da Seção 8 da Parte I do "Projeto", intitulada "A Consciência" (101). Isto implica em reconhecer de fato a limitação da hipótese da propagação das diferenças periódicas; pelo seu intermédio pode-se explicar como é que as qualidades se originam, mas não por que se desperta a consciência que as acompanha por definição. Com outras palavras, essa hipótese descreve o mecanismo de produção das qualidades sensíveis, mas não dá uma explicação mecânico-causal da produção da consciência (102).

Abstenhamo-nos por enquanto de formular qualquer hipótese quanto à possível modelização ou metaforização da consciência via  $\omega$  e perguntamo-

nos: dado que não é possível explicar por que o funcionamento de  $\omega$  acarreta a consciência, para que então manter esse sistema no aparelho? Será que aquela nossa hipótese da “ascensão funcional”, mais o fundamento biológico que estava por trás bastariam para assegurar o sentido de tal manutenção?

Encontraremos ainda algo a mais na ordem das razões para tal conservação dos  $\omega$  no aparelho se atendermos à formulação, na Seção 7 da Parte I, de uma hipótese já antecipada por nós nas primeiras páginas deste capítulo, mas que cabe re-enunciarmos aqui: “(...) é de se presumir que a estrutura do sistema nervoso consista em dispositivos destinados a converter a quantidade externa em qualidade, com o que triunfaria mais uma vez a tendência primária de afastar a quantidade.” (103).

Pareceria pois, que a finalidade última da inserção dos  $\omega$  fosse a de exacerbar a tendência do sistema nervoso de afastar a quantidade por mediação da hipótese derivada de que “a estrutura do sistema nervoso consistiria em dispositivos destinados a converter a quantidade externa em qualidade”. Isto harmonizaria com aquela “ascensão funcional” dos sistemas neurônicos de que já falamos. Assim:



Não seria portanto descabido – pensamos nós – ver nestas articulações todas as razões que estariam por trás da dissociação da percepção com relação à consciência, ou que explicariam o caráter enigmático das conceituações da percepção sem ter em conta a consciência.

Realizemos agora uma síntese do que temos exposto até aqui sobre os processos perceptivos:

A excitação proveniente do exterior é recebida como um estímulo pelos neurônios “que servem à percepção”, i.e., os  $\varphi$ , mas como um mero “in-put” ou impressão sensível; isto não é ainda percepção porque não tem qualquer

valor psíquico; para que isto aconteça tal impressão deve inscrever-se em  $\psi$ , que é o sistema onde ocorrem os processos psíquicos. O estímulo recebido por  $\varphi$  fica então registrado por  $\psi$  ("sistema mnemônico") mas sem qualidade, quer dizer, como um resíduo ou marca da impressão sensível; ele não pode ser acusado imediatamente por  $\omega$  porque sua quantidade deve sofrer reduções através das vias de condução  $\varphi \rightarrow \psi$ . Assim sendo, a impressão inicial fica como que momentaneamente arquivada à maneira de um traço-engramático; isto seria percepção num primeiro registro, por assim dizer, o  $\varphi \psi$ . Mas tal "percepção" (ou melhor, as diferenças de período transmitidas de  $\varphi$  até  $\psi$ , junto com uma Q mínima) excita invariável e simultaneamente  $\omega$ , os "neurônios perceptivos" propriamente ditos, tornando-se consciente na forma de qualidades sensíveis (embora não possamos explicar por quê). Esse tornar-se consciente significa que as impressões mostram seu caráter diferencial e ficam destacadas enquanto esta e não outra sensação, o que por sua vez implica que aquela "percepção" inicial foi decodificada. Temos assim percepção num segundo registro, ou percepção em sentido próprio. Aqui  $\varphi$  e  $\psi$  se reencontram através da diferença de período que chegou até  $\omega$  agora sem perigo deste ser inundado, por assim dizer, por um jato de  $Qn'$ . A dificuldade para compreender de maneira imediata o processo perceptivo todo residiria, ao nosso entender, em vê-lo como se ele estivesse constituído por etapas sucessivas; tratar-se-ia antes de momentos ou aspectos diferentes de um mesmo processo e não bem de etapas. Neste sentido, não deveremos entender a "meia função" perceptiva que atribuíramos inicialmente a  $\varphi$  como um estado pontual que ficaria à espera de sua associação com  $\psi$ ; tampouco devemos conseqüentemente ver assim a percepção como função conjunta de  $\varphi - \psi$ , como se sua dissociação da consciência ocorresse em nível temporal ou descritivo e não em nível categorial ou metapsicológico, como realmente é. É preciso portanto não confundir a ordem de exposição do assunto no "Projeto" com a direção que assume o processo, que é um processo uno. Devemos antes entender a direção desse processo ( $\varphi \rightarrow \psi \rightarrow \omega$ ) como modelo (paradigma ou exemplo) da direção em que se desenvolveu progressivamente o sistema nervoso, de fora para dentro, do nível mais elementar da recepção

de excitações até o mais complexo ou elevado da decodificação das diferenças de períodos (104). Por outro lado, o sentido último deste encaminhamento todo e das necessárias “dissociações” efetuadas deve ser visto na operação do “ideal” da inércia neurônica, sofisticado ao extremo de re-especificar sua missão mediante a conversão da quantidade externa em qualidade.

Finalmente, poderíamos nos perguntar qual foi o ganho resultante desta maquinaria toda. Achamos que pelo menos ficou claro:

- 1) que a percepção (sensação consciente) diferencia-se da representação (entendida como traço engramático);
- 2) que a percepção, tendo em conta seu ponto de partida sensorial, antecede necessariamente à representação;
- 3) que começa portanto a esclarecer-se o estatuto daquela misteriosa “meia consciência” nos termos em que a coisa fora colocada em “As Neuropsicoses”; essa “meia consciência” que parecia acompanhar os procesos de recalçamento e de resistência, caracterizando também de maneira ambígua o estatuto dos traços-mnênicos, estaria situada no plano representacional e não no perceptivo. De resto, compreende-se melhor aquela “divisão da consciência” que está na base do mecanismo defensivo; o “segundo grupo psíquico” é um grupo de representações dos quais está ausente a colaboração de  $\omega$ .

Em suma, uma série de distinções de valor essencialmente tópico (e quicá dinâmico) estaria configurando-se aqui.

A fim de dar por encerrada esta seção, deveremos finalmente nos posicionar quanto às conseqüências de caráter epistemológico que teria acarretado a introdução da consciência na psicologia do “Projeto”.

Freud fala na possibilidade de “apresentarmos” (ou “figurarmos”) a consciência por neurônios  $\omega$  (105). Novamente, que sentido outorgar aqui a esse “apresentar”?

Vejamos como Freud responde na Seção 8 da Parte I do “Projeto”:

“Naturalmente, não se pode tentar explicar como os processos excitativos dos neurônios  $\omega$  trazem consigo a consciência. É apenas uma questão de estabelecer uma coincidência entre as características da consciência que

conhecemos e os processos nos neurônios  $\omega$  que variam paralelamente a elas. E isso, em certos pormenores, é bastante possível.”(106).

A despeito daqueles ganhos teóricos decorrentes da introdução dos  $\omega$  que assinalamos acima, as palavras de Freud parecem indicar que estamos em presença de um expediente de fraco poder explicativo para lidar com o fenômeno “consciência”; todavia, será a partir do mesmo que Freud irá firmar as bases de uma particular “teoria da consciência”. Assim, ela será situada como intermediária entre uma “teoria mecanicista moderna” que faz da consciência “um mero apêndice dos processos fisiológico-psíquicos” e cuja omissão “não acarretaria modificações à passagem [de ocorrências] psíquicas” (107), e outra teoria de corte mentalista, que não opera qualquer dissociação entre “psíquico” e “consciente”, sendo a consciência “o lado subjetivo de todas as ocorrências psíquicas, (...) inseparável do processo anímico fisiológico” (108). A teoria freudiana da consciência, entretanto, vê a consciência como “o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema nervoso – ou seja, dos processos  $\omega$ ; e sua omissão não deixa as ocorrências psíquicas inalteradas, mas acarreta a falta de contribuição de  $\omega$ ” (109).

Mas, que tipo de “apresentação” ou de construto teórico estaria em jogo aqui?

Não poderia se tratar de algo assim como um “modelo teórico”, à la Black. É impossível, a nosso ver, o assentamento de quaisquer regras para traduzir “lado subjetivo dos processos  $\omega$ ” em termos de “consciência”. Por outro lado, não existe – ou não é mostrada – nenhuma semelhança subjacente entre os processos  $\omega$  e a consciência (110). Pelo contrário, se alguma semelhança for possível de ser traçada, ela deverá ser necessariamente fruto de uma criação ou ainda de uma conjectura (111). Avançando nessa linha, poderíamos dizer que o que  $\omega$  e a consciência teriam em comum seria a subjetividade, como um “algo” que emerge no nível de certos processos neurônicos em que a quantidade tende a zero. A emergência dessa “subjetividade” (112) apareceria assim como um dos “ganhos” da primazia do ideal da inércia! E assistiríamos também, de resto, a uma espécie de ambigüidade epistemológica de  $\omega$ . Com efeito, “ $\omega$ ” não designaria apenas um novo sis-

tema neurônico (sendo uma espécie de nome próprio para um dado sistema como de fato o foram “ $\varphi$ ” e “ $\psi$ ”); “ $\omega$ ” seria também um novo termo teórico (junto de “Q”, “N”, e o “período”) que serviria para correlacionar, ou ainda “assimilar”, o “definhamento” de quantidades no sistema neurônico com a emergência da “subjetividade” no seu scio, “apresentando” deste modo a consciência. Pareceria pois estarmos – a nosso ver – em presença de uma metáfora interativa, nos termos postulados por Black, e que já conhecemos. Todavia, essa metáfora não poderia ser científica, se julgada a partir dos requisitos próprios a uma ciência natural “stricto-sensu” (isto é, uma “ciência da quantidade”); os (processos)  $\omega$  não explicam mecanicamente a irrupção da consciência. A redução quantitativa a níveis ínfimos é em todo caso condição necessária mas não suficiente do surgimento da mesma.

De qualquer maneira: achamos que o “Projeto” não é inteiramente infeliz, da perspectiva dos pressupostos quantitativos de sua “psicologia”, para incluir o fenômeno “consciência” nessa “psicologia”. Afinal, o fato mesmo de o “Projeto” ter conseguido definir a consciência de uma maneira a nosso ver coerente com a operância da máxima tendência que regula o funcionamento do aparelho como um todo não seria – é preciso convir – tão pouca coisa assim. Mas outros elementos surgirão se fizermos entrar agora em jogo duas últimas tendências.

## 2 - Evitar o desprazer, fugir da dor

Embora a questão do desprazer só adquira marcante relevo no “Projeto” a partir da abordagem da vivência de dor (113), isto não deve induzir-nos a aparelhar ambos conceitos de maneira inadequada. Trata-se de conceitos nitidamente diferenciados, se bem que articuláveis entre si de maneira essencial.

Por um lado, não há no texto do “Projeto” uma conceituação única e diferenciada da questão do desprazer; pelo contrário, ela aparece jogando quase que inadvertidamente em diferentes planos. (Isto significa que nós deveremos desimbricá-los.)

Por outro lado, a dor é caracterizada de maneira que não deixa de ser

surpreendente pela sua parcialidade: pareceria que não há lugar no "Projeto" para uma dor de origem endógena. (Isto significa que deveremos dar conta dessa "parcialidade").

Vejamos primeiramente quais seriam os recortes possíveis de abordagem quanto à questão do desprazer.

1) De um ponto de vista qualitativo, pode-se dizer que o desprazer é uma certa qualidade ou percepção que faz parte de uma série, isto é, a série das "sensações de prazer e desprazer", a qual completa o conteúdo da consciência junto com a série de qualidades sensoriais (114).

2) Em outra ordem de coisas, e com relação aos máximos princípios operacionais do aparelho " $\varphi \psi \omega$ ", quais sejam, as tendências à inércia e à contância, o desprazer aparece também configurando mais uma tendência básica, "a tendência a evitar o desprazer". (115).

3) Finalmente, do ponto de vista quantitativo-mecânico, ou do ponto de vista da operacionalização da postulada tendência acima, o desprazer se apresenta como um mecanismo de regulação automática: a liberação de desprazer funciona como um sinal para o sistema empreender a fuga (com outras palavras: o desprazer enquanto mecanismo regulador comportar-se-ia como um mecanismo de "feed-back negativo" (116)).

Consideremos o primeiro dos recortes traçados e vejamos como Freud caracteriza essas sensações, na seção 8 da Parte I do "Projeto":

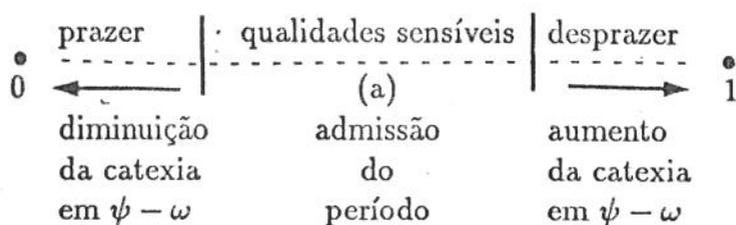
"Já que temos um certo conhecimento de uma tendência na vida psíquica no sentido de evitar o desprazer, ficamos tentados a identificá-la com a tendência primária à inércia. Nesse caso, o desprazer coincidiria com um aumento do nível de  $Qn'$  ou com um aumento quantitativo da pressão: ele seria a sensação  $\omega$  quando se produz um aumento de  $Qn'$  em  $\psi$ . O prazer corresponderia à sensação de descarga. Uma vez que se supõe que  $\omega$  [acima] deva ser preenchido a partir de  $\psi$ , seguir-se-ia, a título hipotético, que quando o nível em  $\psi$  aumenta, a catexia em  $\omega$  se eleva, e quando, por outro lado, esse nível diminui, a catexia cai. O prazer e o desprazer seriam as sensações correspondentes à própria catexia de  $\omega$ , ao seu próprio nível; e aqui  $\omega$  e  $\psi$  funcionariam, por assim dizer, como vasos comunicantes. Desse modo também che-

gariam à consciência os processos quantitativos em  $\psi$ , mais uma vez como qualidades.” (117)

Em primeiro lugar, podemos dizer que Freud não separa a caracterização das sensações de prazer-desprazer da questão da tendência básica que rege o funcionamento do sistema. Pelo contrário, ele vai derivar tal caracterização, como é possível inferir da citação acima, a partir de uma identificação – se bem que sugerida como um certo receio – entre uma “tendência a evitar o desprazer”, que se pressupõe como conhecida, e a “tendência primária à inércia”.

Tentemos agora clarificar em que sentido pode-se falar de “prazer-desprazer” como qualidades. Tendo em vista, como foi assinalado, que “o prazer e o desprazer seriam as sensações correspondentes à própria catexia de  $\omega$ , ao seu próprio nível”, e isto não em termos absolutos senão dentro de uma série que supõe o registro, por  $\omega$ , das variações nas magnitudes de carga, pode-se então dizer que o que se percebe em  $\omega$  na forma de qualidades de “prazer-desprazer” seriam diferenças quantitativas puras (118). Isto significa que se o que se percebe é apenas uma graduação nos níveis de carga ou descarga, exclue-se a capacidade para se perceber a diferença de período do movimento neurônico e portanto a capacidade para se perceber as qualidades sensíveis. Assim: “(...) os neurônios  $\omega$  mostram uma aptidão ótima para receber o período do movimento neurônico quando têm uma determinada [força de] catexia; quando a catexia for mais intensa, eles produzem uma sensação de desprazer; quando mais fraca, de prazer – até que, devido à falta de catexia, a sua capacidade receptiva se extingue por completo. Seria interessante conceber a forma de movimento que corresponde a esses dados” (119).

Poderíamos representar ambas as séries de qualidades que integram o conteúdo da consciência por meio de uma linha ideal constituída por quantidades discretas que catexizam  $\psi - \omega$ :



O segmento (a) representa o que Freud chama de “zona de indiferença” (120) em que poderiam localizar-se as qualidades sensoriais, sendo as barras verticais seus umbrais mínimo e máximo de recepção. A capacidade de perceber essas qualidades desapareceria frente à emergência das sensações de prazer e desprazer (121).

Em conexão com este assunto, resulta interessante transcrever aqui o seguinte comentário de P. Ricoeur: “Freud estará sempre à procura de uma lei que explique a alternância da qualidade sensorial com a qualidade afetiva prazer-desprazer: as diferenças sensoriais se mantêm na zona de indiferença e parecem exigir algo como um ponto ótimo de recepção, ligado ao fenômeno da periodicidade (...); além ou aquém, é a carga ou descarga como tais que são percebidas.” (122).

Se, na esteira de Ricoeur, chamássemos às qualidades de prazer-desprazer de qualidades afetivas, poderíamos assim dizer que “prazer-desprazer” corresponderiam à percepção, numa série, da descarga ou do aumento de uma “soma de excitação” ou de um “quantum de afeto” (123). Este deslocamento terminológico-conceitual da esfera da clínica para a do neuronal seria procedente porque, afinal, aquele “certo conhecimento” de uma “tendência da vida psíquica a evitar o desprazer” assinalado por Freud e que já consignamos acima, só poderia ter provido de sua experiência clínica. Com efeito, nos termos de “As Neuropsicoses”, vimos que a defesa deflagrada pelo ego tinha por objetivo o afastamento de uma representação desprazerosa, isto é, investida por uma forte “quota de afeto”. Conseqüentemente, poderíamos pois re-definir “prazer-desprazer” como sendo os registros de “quanta de afeto” nas suas variações ao longo de uma série. Esta perspectiva coaduna-se certamente com a visão de A. Green, para quem os pares “prazer-desprazer” e “gozo-dor” constituem-se eles próprios em “afetos originários” (124). Mas,

se existe um protótipo do afeto no "Projeto", ele está seguramente vinculado ao conceito de dor ou, melhor, a sua vivência. Passemos pois, então, para este novo plano.

Freud divide o tratamento da questão da dor em duas seções diferentes, a saber, a 6ª e a 12ª seções da Parte I do "Projeto", e as razões para este espaçamento temático serão apontadas mais à frente (125). Só iremos antecipar aqui que na Seção 6 a dor será caracterizada em termos de um processo  $\psi$  quantitativo e que na Seção 12 ela será abordada enquanto uma das vivências  $\psi$  fundamentais, pondo-se a ênfase na sua reprodução ou "afeto" (126). Nossa análise do caso da dor aqui terá em conta o exposto por Freud na Seção 6, como também as primeiras considerações da Seção 12, reservando a abordagem das articulações entre o desprazer e a "vivência de dor" para o próximo capítulo deste trabalho.

O que é a dor, em termos da psicologia do "Projeto"?

"(...) a dor consiste na irrupção de grandes Qs' em  $\psi$ " (127). "Grandes Qs' " quer dizer: Qs' que pertencem a uma ordem de magnitude ainda maior que a dos estímulos  $\varphi$  (128). Como isto é possível?

Tínhamos visto que as grandes Qs externas ficavam afastadas de  $\varphi$  pelas telas de terminação nervosa, e ainda mais de  $\psi$  pela conexão meramente indireta entre  $\psi$  e o mundo externo, por um lado, e pelo outro, pela estrutura ramificada das vias de condução  $\varphi$ , as quais apresentavam espessura variável. A irrupção de grandes Qs em  $\psi$ , através de  $\varphi$ , só pode obedecer, constata Freud, a um fracasso desses dispositivos que o sistema nervoso possui para manter as Qs externas afastadas dos neurônios (129). Isto constitui, ao nosso ver, um sério revés para a operância do princípio de constância, já que "(...) a dor sem dúvida deixa facilitações permanentes atrás de si em  $\psi$  - como se tivesse sido atingida por um raio - facilitações que possivelmente derrubam por completo a resistência das barreiras de contato e estabelecem uma via de condução ali [em  $\psi$ ] como as que existem em  $\varphi$ ." (130). O que significa que se bem a dor atua por impacto, quando "Qs excessivamente grandes rompem os dispositivos de tela em  $\varphi$ " (131), ela transformar-se-á em um estímulo contínuo uma vez que consiga de alguma forma quebrar a barreira que as

telas protetoras em  $\varphi$  erguem à maneira de um limite entre o sistema e o que lhe é externo.

Depreendem-se daqui as seguintes consequências:

a) A dor pode colocar em xeque o processo de percepção de qualidades sensoriais: “toda excitação sensorial, mesmo a dos órgãos sensoriais mais suscetíveis, tende a se transformar em dor à medida que o estímulo aumenta” (132). Isto quer dizer que  $\omega$  perderia a sua capacidade para assumir as diferenças de período.

b) A dor pode também arruinar a memória no sistema, já que ao estabelecer em  $\psi$  uma via de condução completamente facilitada, acabaria com as diferenças entre as facilitações e com isto com as bases mecânicas da memória.

c) A dor “produz em  $\psi$  (...) um grande aumento de nível, que é sentido como desprazer por  $\omega$ ” (133). E aqui poderíamos dizer que a dor é “percebida”, porém indiretamente, isto é, a reboque da qualidade afetiva de desprazer que a acompanha. Trata-se certamente de uma “percepção” algo singular: “(...) a dor possui uma qualidade especial, que se manifesta junto com o desprazer” (134); no entanto, nada é acrescido quanto ao caráter diferencial dessa qualidade. O que implicaria em reconhecer, no limite, que inexistente, em nível do “Projeto”, uma percepção que seria específica da dor.

Freud assinala também outro tipo de “causa precipitadora” da dor, além da irrupção de grandes Qs em  $\psi$ . Assim, a dor pode se manifestar quando a quantidade externa é mínima(135); pequenas quantidades afetariam os sistemas  $\varphi$  e  $\psi$  de forma descontínua mas persistente, e conseguiriam produzir dor pelo fato de elas atuarem diretamente sobre as terminações dos neurônios  $\varphi$  e não através dos sistemas de terminações nervosas (136). De todas maneiras, a estratégia da dor implica sempre em burlar as proteções nervosas terminais, seja que proceda pela penetração de grandes Qs, seja que proceda pelo que Freud chamará de “somação” (137) de Qs pequenas. Em síntese: a dor é possível em qualquer um dos dois casos do seu mecanismo precipitador, pelo “fracasso” do mecanismo excitatório, o que envolve o risco, para o sistema todo, de ver-se exposto a uma situação de “desamparo” (138) ou inermidade para poder subjugar o excesso de excitações resultante do processo de dor.

Contudo, tal fracasso dos dispositivos terminais, com o conseqüente desarranjo que implica para o sistema a elevação do nível em  $\psi$ , não deve ser considerado como um fenômeno patológico; trata-se de fenômenos que, ao dizer de Freud, “poderiam ser classificados como protótipos normais do patológico” (139). Esta última colocação poderia ser entendida no marco da teoria da defesa e de certas conceituações que lhe estão associadas. Vimos na nossa “Introdução” (140), que a defesa na histeria era acionada cada vez que se produzia uma elevação na carga de afeto associada a representações de certos eventos externos vividos como “momentos traumáticos” pelo sujeito. Portanto, tanto no caso da dor como no caso da vivência de um “momento traumático”, um afluxo considerável de excitações faz irrupção no sistema (seja este o indivíduo ou o sistema  $\psi$ ) desde fora, aumentando significativamente seu nível de tensão quantitativa. Só que no caso da dor não se deflagra um processo defensivo. O que é, poderíamos perguntar, que mantém a dor dentro de um padrão de “normalidade”, ou o que faz dela só um protótipo normal do patológico? É precisamente neste ponto que o princípio de constância entrará em cena, embora assumindo a forma de mais uma tendência: “O sistema nervoso tem a mais decidida propensão a fugir da dor” (141), diz Freud. Porém, “vemos nisso uma manifestação de sua tendência primária a evitar o aumento da tensão quantitativa ( $Q_n'$ )” (142), isto é, o princípio de constância. No fundo, conclui Freud, ambas tendências podem se reduzir a uma só (143), de maneira que:

1) “fugir da dor  $\equiv$  constância”.

Acabamos de apresentar aqui a primeira de uma série de equivalências que iremos colocar a propósito de jogos tendenciais envolvidos nas questões do desprazer e da dor. Porém, antes de abandonarmos a questão específica da dor, deveremos dar conta daquela interrogação que formulamos páginas atrás: “Por que pareceria não haver lugar no “Projeto” para uma dor de origem endógena?” Uma resposta coerente com o exposto até aqui sobre a dor seria, certamente, a de que uma dor de origem endógena não poderia funcionar como “protótipo normal do patológico” (não estaria calcada sobre o modelo do “trauma”) e que, por outro lado, um tal paradigma da “dor” parece ser

solicitado por uma das metas ou “ambições” subjacentes ao “Projeto”: articular o normal e o patológico (144). Aprofundando na analogia sugerida acima entre o fenômeno da dor e a vivência de “momentos traumáticos” poderíamos dizer, seguindo Laplanche na sua concepção de “traumatismo psíquico” enquanto fruto de uma “derivação metáforo-metonímica” de “traumatismo físico” (e comportando assim as noções de “choque ou afluxo brutal de excitações, ruptura de uma envoltura protectora e desarranjo global do sistema” (145)), que a dor pode ser vista também como uma portadora dessas características. Mas elas não poderiam ser assumidas por uma dor de origem endógena, porque sendo as telas de Q dispensáveis na periferia interna do corpo (146), não poderia ter lugar ali nenhuma estimulação que produzisse algo assim como uma efração ou ruptura, que é essencial à idéia de traumatismo.

Desenvolveremos agora uma série de conceituações acerca desses dois movimentos pelos quais o sistema “ $\varphi \psi \omega$ ” se afasta ou foge da quantidade e que encontraram expressão nas tendências a “evitar o desprazer” e a “fugir da dor”.

A tendência a “evitar o desprazer” será posteriormente chamada por Freud de “princípio de prazer” (147). Embora em termos estritamente quantitativos:

2) “evitar o desprazer  $\equiv$  procurar o prazer”, já que em ambos os casos o objetivo é o rebaixamento ou descarga da tensão quantitativa, existem importantes nuances do ponto de vista conceitual entre ambos os membros dessa equivalência.

Em certo sentido, a evitação do desprazer tem uma prioridade lógica sobre a procura do prazer, já que só pode-se procurar o prazer (diminuição da quantidade) a partir de um estado desprazeroso (elevação da quantidade) do qual é preciso desembaraçar-se. Isto encontra expressão, como veremos posteriormente, no fato de que a série “prazer-desprazer” só funciona como mecanismo regulador a partir de uma liberação inicial de desprazer.

Por outro lado, e fazendo entrar aqui o “registro biológico”, pode-se dizer que as “exigências da vida”, que fazem sentir sua pressão quase que cons-

tantemente sobre o organismo elevando portanto seu nível quantitativo com a conseqüente produção de desprazer, determinam o predomínio no sistema dos estados de desprazer sobre os de prazer. Deste ponto de vista, entende-se melhor que o "princípio de prazer" no "Projeto" tenha sido postulado pondo-se a ênfase no movimento negativo de "fuga da quantidade", o que por outro lado não é senão uma reedição do caminho preferencial de descarga do sistema no seu funcionamento primário. Talvez seja esta associação com a função primária que tenha levado Freud a postular a equivalência:

3) "evitar o desprazer  $\equiv$  inércia", em vez de

4) "evitar o desprazer  $\equiv$  constância"

É possível tirar, a partir destas equivalências todas, uma série de conseqüências, ou ainda de novas interrogações.

Em primeiro lugar, se partirmos do fato de que Freud apelara, na postulação do "princípio de prazer", para esse "certo conhecimento da vida psíquica", oriundo da clínica, ao qual já fizemos alusão, seremos insensivelmente levados a concluir que "quem evita o desprazer" é algo assim como a "vida psíquica". Neste sentido, valeriam as seguintes ponderações de Laplanche: "O princípio de prazer (...) só foi descoberto e só é válido no nível das representações, e não poderia ser considerado como um calco de princípios aparentemente semelhantes observados na 'ordem vital' sem que se suscitara uma total confusão no campo da psicanálise." (148).

Mas, se pegarmos a veia laplanchiana, surgirá ainda um fator complicante. Na caracterização da tendência a "fugir da dor" ficou assente, de uma maneira explícita, que quem "foge da dor" é o sistema nervoso. Quer dizer, então, poderíamos avançar, relacionando tudo isto com as equivalências (1) e (3), que o sistema nervoso, suporte material do modelo ou da metáfora do "psíquico", operaria segundo a constância, enquanto que o "psíquico" reger-se-ia pela inércia? Como é que ficariam, então, as relações entre inércia e constância?

Passando agora para um plano propriamente semântico, iremos constatar que uma certa ambigüidade no uso dos conceitos de "fuga" e "evitação" permeia todo um conjunto de articulações entre o "princípio de prazer" e as

tendências à inércia e à constância.

Se, ao que tudo indica, o movimento negativo com relação à quantidade, no caso do “princípio de prazer”, é inequivocamente o de “fuga” (dado que o princípio como mecanismo regulador só atua a partir de um desprazer presente e não a partir de um desprazer que se queira evitar) então por que Freud usou para definir tal “princípio” o termo “evitação”?

A “evitação de quantidades”, como vimos, caminhava no sentido de evitação de aumentos quantitativos, i.e., no sentido do “princípio de constância”.

E se o “princípio de prazer” for entendido como “tendência a evitar o desprazer”, ele estará se conformando, meramente, ao “princípio de constância”, mas não será por ele determinado. Isto seria impossível, já que, por hipótese, o “princípio de prazer” é equivalente ao “princípio de inércia”, o que só permitiria uma determinação do mesmo por este último princípio. Mas o “princípio de inércia”, como vimos, caso for determinante de algo, o será de processos que se regem pelo modelo da “fuga” (de quantidades). Infere-se, de resto, que o “princípio de constância” pareceria não ser um “princípio”, no sentido forte do termo. Constataremos, em um outro momento, a impossibilidade de se fundamentar, do ponto de vista mecânico, o caráter determinante do mesmo. No entanto, ele será resgatado em outro nível, como ficará explícito na Parte III do texto do “Projeto”. Com efeito, o “princípio de constância” aparecerá aí operacionalizado por meio de “regras biológicas” que funcionarão como verdadeiros guias da “normalidade”. Mas, em todo caso, as regras “regulam”, não determinam.

Resta ainda a possibilidade de entender o “princípio de prazer” como “tendência a fugir do desprazer” e portanto equivalente ao “princípio de inércia”. Se este for o caso, poderemos então antecipar aqui que ele regerá, de fato, como princípio determinante (isto é, de maneira puramente automática), todo um sector de processos psíquicos chamados de “primários”, mas que estará no entanto subordinado a um “telos” oriundo da constância (149). Talvez, “de iure”, ele se encontre sempre submetido ao “ideal” da inércia, cuja função é mais a de orientar (ou regular) o movimento da vida psíquica como um todo. Assim sendo, quando o sistema agir segundo o mo-

delo da “fuga da quantidade” ele estará, de qualquer modo, mais próximo de tal “ideal”.

Vemos assim que aquilo que se apresentara no começo como uma ambigüidade com respeito à caracterização do “princípio de prazer” (fuga?, evitação?), longe de ser sintoma de uma confusão no nível das idéias revelou-se, à luz de um certo esforço exegético, como valiosa fórmula para serem dela extraídos importantes desdobramentos. E uma primeira consequência que pode aqui ser esboçada, no que tange à racionalidade do modelo do psiquismo como um todo, é a de que tal racionalidade seria, a princípio, uma racionalidade mais de “regras” do que de “princípios”. Resta saber se a postulada hierarquia, que colocara a inércia no topo desse prisma de tendências, vai de fato se sustentar até o fim das teorizações desenvolvidas no “Projeto”. E se esse for o caso, de que forma.

Finalmente, ficam em pé certas interrogações: seria possível para  $\psi$  “evitar a dor”? De que maneira? E mais radicalmente: será que estas perguntas têm cabimento a partir de uma conceituação em última instância “traumática” da dor, como é a que foi oferecida? Deixemos por enquanto estas questões em aberto. Iremos retomá-las bem mais à frente, no capítulo VI deste trabalho e, derradeiramente, na nossa “Conclusão”. Mas parece que começa a pairar desde já uma suspeita: frente à dor, só restaria propriamente a “fuga”. E será pelo caminho da “fuga”, e em conexão com a questão da dor – como veremos no próximo capítulo – que o “Projeto” irá conceituar uma primeira forma de “defesa” que, de maneira semelhante à dor, funcionará também, em certa medida, como “protótipo normal do patológico”. A ponte “fina”, todavia, para engrenar de forma consistente aquelas equações todas que organizaram a nossa exposição nestas últimas páginas, só irá emergir do tratamento da defesa na sua modalidade patológica, o que é feito por Freud na Parte II do texto do “Projeto”. Valha, contudo, a título de mera sugestão, a seguinte antecipação do que por nós será desenvolvido no Capítulo V deste nosso trabalho: talvez seria o caso, em certas circunstâncias, de o aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ” tentar a evitação do desprazer fugindo, para tanto, da dor ...

## Capítulo IV

### Desejo e Defesa

Na "Introdução" a este trabalho tentamos deixar claro por que a questão da defesa ocupava um lugar de destaque na nossa abordagem do "Projeto". Com efeito, foi visto aí que a teoria da defesa, que fora avançada por Freud nos anos '90 para dar conta da etiologia das psiconeuroses, embora fornecesse uma explicação do processamento dessas afecções de todo coerente com o material aportado pela clínica, carecia contudo de um embasamento, em nível de princípios, que pudesse dar razão do peculiar esquema explicativo que fora montado. Além disso, frisamos também o fato de que tal teoria ou, melhor, tal hipótese etiológica, suscitara ainda um conjunto de novas interrogações que tinham ficado sem resposta. Foi neste marco problemático que nós inserimos o "Projeto". Ainda nessa "Introdução" – e tendo como ponto de apoio declarações de motivos expressas por Freud em certos trechos de sua correspondência privada do ano de 1895, declarações essas que tinham como pano de fundo a construção do "Projeto" em conexão com o tema da defesa – aventamos logo uma hipótese que iria nos nortear na leitura da dita obra e que a concebia como um tipo de empreendimento que, ao menos em uma primeira instância, estava destinado a fundamentar a hipótese etiológica da defesa, a qual já funcionava, de fato, como matriz explicativa no campo dos distúrbios chamados então de neuropsicóticos. Era de se esperar, por outro lado, que um tal esforço de fundamentação possibilitasse também o desvelamento de tudo quanto de enigmático estivesse associado à mentada teoria da defesa (1).

Existe, todavia, um outro patamar ao nível do qual a questão da defesa pode ser contextualmente enxergada como algo que suscita especial interesse para a nossa abordagem. Quando nós delineamos, nos dois capítulos imediatamente precedentes deste nosso trabalho, as estratégias de construção metapsicológica desenvolvidas no "Projeto" para erigir aquele modelo de psiquismo que, sob a forma de um sistema neurônico – o aparelho  $\psi \varphi \omega$  – iria

“apresentar” os processos psíquicos em geral, vimos aí ganhar um especial relevo à dimensão do psicopatológico, na qual inscrever-se-ia a questão da defesa (ou na qual, de direito, ela estaria inscrita, conforme o comentário a seu respeito feito acima). Vimos, assim, que o âmbito do psicopatológico foi ponto de partida fundamental na derivação de elementos que seriam centrais para a estruturação do mentado aparelho, tal como fora o caso da “Q-fluente”, do “princípio de inércia neurônica”, da por nós sugerida (mas ainda hipotética) “colagem” neurônio/representação, da concepção traumática do fenômeno “dor”, da “tendência a evitar o desprazer”, (para falar apenas de elementos de cuja proveniência temos já uma certa segurança). É preciso no entanto conceder que em nosso tratamento desse assunto, baseado por enquanto na leitura da primeira metade da Parte I do “Projeto”, a mentada “apresentação” ficara ainda em um nível de formulação bastante abstrato, a construção teórica permanecendo como que cortada de qualquer conexão de volta com o domínio do psicopatológico e, no fim da linha, com a questão propriamente da defesa. A partir, pois, desta constatação, tudo que iremos tematizar daqui em diante caminhará na direção de ir tornando cada vez mais concreto esse modelo, de maneira que em algum momento de nossa exposição – que será certamente avançado – seja possível o estabelecimento daquelas articulações que foram apontadas, também na “Introdução” deste nosso trabalho, como iluminadoras do sentido daquele empreendimento que iria consumir-se no “Projeto”, ou seja, as articulações existentes entre o quantitativo-neurológico, o psicopatológico, e os processos psicológicos normais (2).

Ao decidirmos marchar em direção à determinação crescente do aparelho em questão (o “ $\psi \varphi \omega$ ”), não estaremos fazendo nada mais do que atender ao programa esboçado por Freud no trecho inaugural da Parte II do “Projeto” (ou “Psicopatologia”), onde se assenta como finalidade própria à dita Parte a especificação do sistema montado de maneira algo abstrata no Parte I do texto, e isto pela via da análise de processos oriundos do campo do psicopatológico. São também apontadas, na ocasião, as grandes linhas articulativas da obra em seu conjunto. Transcrevamos esse trecho na íntegra:

“A primeira parte deste projeto continha, mais ou menos a priori, tudo o que se pode deduzir das hipóteses básicas, modelado e corrigido segundo várias experiências fatuais. Esta segunda parte procura encontrar ulteriores especificações para o sistema construído sobre as hipóteses básicas, recorrendo para tanto à análise de processos patológicos; uma terceira parte tentará estruturar, a partir das duas anteriores, as características da passagem normal de ocorrências psíquicas.” (3).

Em consonância com o encaminhamento que acabamos de postular, daremos pois um passo à frente na determinação do mentado aparelho, explorando o papel que caberia àquelas que são vistas como as “vivências  $\psi$ ” fundamentais para o dito aparelho. Trata-se das vivências de “satisfação” e de “dor” (4), onde iremos nos re-encontrar, mais uma vez, com a questão da defesa, mas agora fazendo parte de uma especial categoria processual – a “defesa primária” – que veremos ir-se furta a uma consideração independente daquelas vivências no seu conjunto. Com efeito, tais vivências darão lugar a duas séries de processos paralelos que rematarão, finalmente, em dois estados disposicionais do aparelho, por assim dizer, quais sejam, a “atração de desejo primária”, pelo lado da vivência de satisfação, e a “defesa primária”, pelo lado da vivência de dor. A partir daqui veremos como, sob certas condições que serão especificadas mais à frente, esses “estados” (ou “disposições”) – embora pontos terminais de duas séries que não se intersectam – apresentar-se-ão como sendo duas modalidades diferentes de um mesmo tipo de processos  $\psi$ , os processos “primários”. É, portanto, junto do seu par associado, o desejo, que nós iremos tratar aqui da questão da defesa. Fazendo isto, estaremos nos guiando pela estratégia freudiana no desenvolvimento do assunto ao longo das Seções 11 a 15 da Parte I do “Projeto”. Todavia, nosso ponto de partida estará nos “estímulos endógenos” (Seção 10, Parte I), pois fará parte de nossa estratégia ver como eles jogam em aquelas duas “vivências  $\psi$ ” fundamentais. Esta maneira de encararmos a coisa não é caprichosa. Temos julgado que um tal encaminhamento fazia-se necessário para podermos sair à frente de uma especial tensão que entendemos vem instalar-

se a certa altura do texto e que diz respeito ao papel a ser desempenhado pelos estímulos endógenos nas vivências de satisfação e de dor. Por um lado, como teremos oportunidade de constatar, tais estímulos serão introduzidos como sendo apenas responsáveis pela deflagração da vivência de satisfação e dos seus resultados – estados de desejo e atração desiderativa primária –; por outro lado, da análise dos resultados da vivência de dor – estados afetivos e defesa primária – veremos surgir, como uma conseqüência, a necessidade de se considerar também a intervenção de uma estimulação endógena nesses processos, embora os mesmos, na sua qualidade de herdeiros de uma vivência de dor, só devam reconhecer como origem uma fonte de estimulação exógena (5). Independentemente da maneira como nós iremos lidar com uma tal tensão, o certo é que os estímulos endógenos estão na base de pelo menos uma das duas vivências fundamentais – a vivência de satisfação – e que antes de mais nada deveremos tentar elucidar a sua natureza, especificando também seu modo de operação dentro do sistema.

O tema dos estímulos endógenos está diretamente associado à mencionada divisão dos  $\psi$  em duas classes: os neurônios do pallium, que são catexizados a partir de  $\varphi$ , e os neurônios nucleares, catexizados a partir das vias endógenas de condução (6).

Os neurônios nucleares constituem, por assim dizer, o âmago do sistema neurônico, seu verdadeiro “interior”, já que eles são praticamente uma continuação das vias de condução pelas quais ascendem, do interior do corpo, as quantidades endógenas de excitação (7).

Essa particular situação tópica de  $\psi$  do núcleo traz como conseqüência, para  $\psi$  no seu conjunto, o fato de ele se encontrar exposto, sem proteção alguma, às  $Qs$  provenientes do interior do corpo (8), embora as ditas quantidades sejam pequenas e pertençam, como decorreu da análise feita na Seção 5, Parte I, à mesma ordem magnitude das barreiras de contato (9).

Foi já assinalado o fato de os  $\psi$  carecerem de telas protetoras de terminação (10). Mas esta falta de proteção, longe de ser uma falha do sistema, pareceria antes ser uma virtude, já que é “nesse fato que se assenta a

mola impulsora do mecanismo psíquico" (11).

Antes de ponderar devidamente a importância desta afirmação, vejamos com certo pormenor o que se pode dizer a respeito da natureza dos chamados "estímulos endógenos".

Em primeiro lugar, há um fato notável na caracterização que Freud faz desses estímulos na Seção 10 da Primeira Parte do "Projeto"; eles são tratados como processos que parecem oscilar entre dois níveis (o fisiológico e o psicológico), constituindo algo assim como uma categoria fronteira.

Citaremos alguns trechos ilustrativos desta questão:

A) "O que sabemos a respeito dos estímulos endógenos se pode expressar na suposição de que são de natureza intercelular, que se produzem de forma contínua e que só periodicamente se transformam em estímulos psíquicos" (12).

B) "A idéia de uma acumulação é inevitável e a intermitência de seu efeito psíquico leva a admitir que na sua via de condução até  $\psi$  enfrentam resistências só superadas quando há um aumento da quantidade" (13).

C) "Acima de determinada Q, porém, elas [as excitações endógenas] atuam continuamente como um estímulo, e cada aumento de Q é percebido como um aumento do estímulo  $\psi$  (...). Um processo deste tipo se denomina somação" (14).

Estes fragmentos dão pé para duas interpretações a respeito da natureza dos estímulos endógenos; partindo do fato da intermitência com que esses estímulos se fazem sentir, podemos dizer: os estímulos endógenos são quantidades de excitação endógenas constituídas por parcelas de excitação mínima que se acumulam (por somação) para varar a resistência das barreiras de contato (que devem ser portanto mais altas do que essas Qn's endógenas) e que após transpor um certo umbral de intensidade se transformam em estímulos psíquicos ou têm um efeito psíquico.

Interpretação 1: (Trechos B e C)

Estímulos endógenos  $\neq$  estímulos psíquicos

(Eles têm um efeito psíquico)

Interpretação 2: (Trecho A)

Estímulos endógenos  (“viram” ) estímulos psíquicos

Para podermos tirar o máximo proveito desta sugestiva ambiguidade, vamos até o parágrafo final da Seção 10 e perguntêmo-nos, seguindo Freud: o que é que acontece quando a via de condução alcança seu nível de saturação? Resposta: a acumulação de  $Q_n$  não tem mais limites e  $\psi$  está a mercê de  $Q$  (15). Como consequência, veremos que “surge assim no interior do sistema o impulso que sustenta toda a atividade psíquica. Conhecemos essa força como a vontade, o derivado das pulsões” (16).

Em primeiro lugar, é digno de nota constatar como esta observação final se coaduna com a metáfora, do mesmo teor dinâmico, em que a ausência de telas de proteção em  $\psi$  fora concebida com a “mola impulsora do mecanismo psíquico” (17).

Por outro lado, a referência explícita que no trecho citado acima se faz à “pulsão” – uma categoria metapsicológica que só seria conceituada enquanto tal em um artigo de 1915 (18) – em conjunção com a fronteiridade biológico/psicológica que vimos perpassar o conceito de “estímulos endógenos” e que também estará presente no conceito de “pulsão” (19), nos dá certos direitos para sustentar a hipótese de que já haveria, no “Projeto”, um esboço de uma teoria das pulsões. Neste sentido, os estímulos endógenos pöderiam ser considerados como verdadeiros precursores das pulsões.

E que dizer da “vontade”, o derivado da pulsão? Apesar da escassa atenção de que o conceito de vontade vai ser objeto no “Projeto”, ao ponto de registrarmos apenas mais uma ocorrência do termo (20), pensamos, no entanto, que vale a pena seguir essa pista até que possamos fazer entrar em conexão o dito conceito com outros assuntos que mostrem ser elucidativos a esse respeito.

Assim, um primeiro mergulho, por assim dizer, será dado, uma vez que façamos jogar os estímulos endógenos na chamada “vivência de satisfação” (21).

Todavia, uma incursão mais medulosa no assunto vai depender de cer-

tos subsídios conceituais que só serão apanhados já no final deste Capítulo, quando a propósito da abordagem de outros processos  $\psi$  chamados de “secundários”, analisarmos um expediente que está na base de todo trabalho de pensamento e que é chamado por Freud de “juízo” (22).

Finalmente, e para encerrar o tema dos estímulos endógenos resta-nos dizer que, de qualquer maneira, a sua caracterização foi feita fundamentalmente em termos mecânicos (processo de somação). No entanto, nós pensamos que o registro biológico também está presente, através da operância tácita do princípio de constância. Se Freud precisou reformular (embora de maneira implícita) a conclusão a que tinha chegado na Seção 5, no sentido de que as  $Q_n$ 's endógenas não pertenceriam à mesma ordem de magnitude que a das barreiras de contato  $\psi$ , senão que seriam menores (23), foi por alguma razão. O que está por trás da somação, conferindo-lhe sentido, é o registro biológico. O dado inicial de todo o processo da análise dos estímulos endógenos, i.e., a intermitência da atuação dos ditos estímulos, deu o motivo para uma leitura mecânica de tal fenômeno, mas também permitiu fazer entrar em jogo um outro registro. O sistema nervoso está estruturado de tal maneira que a estimulação endógena não se faça sentir constantemente; se isto não fosse assim, haveria um nível de tensão em  $\psi$  permanentemente muito alto, com o conseqüente desprazer e o alto dispêndio de energia para efetuar ações específicas ininterruptas que aplacassem esses estímulos que, como quaisquer outros, o que procuram é a descarga. (Pensemos num indivíduo que constantemente sentisse fome). Do ponto de vista da sobrevivência do organismo, este acabaria sucumbindo, porque chegaria a um ponto em que a reserva energética necessária para o exercício da função secundária se esgotaria. . . Como no caso da dor, é o princípio de constância que salva o sistema do colapso. A dor apresentou-se como o único processo vindo de fora capaz de elevar consideravelmente o nível de  $Q$  em  $\psi$ . Os estímulos endógenos são outros processos (vindos de dentro) que podem produzir o mesmo efeito. Aumento de nível em  $\psi$  é sentido como desprazer por  $\omega$ , como já vimos. O desprazer, então, tem duas fontes.

E agora, em que consistê a "vivência de satisfação"? Vamos primeiramente descrevê-la para posteriormente analisarmos as modificações da mesma resultantes em termos do aparelho " $\varphi \psi \omega$ ".

Numa hipotética cena originária deveremos supor que um ser humano imaturo (um infante) encontra-se na seguinte condição: os estímulos endógenos têm enchido de  $Qn'$  os neurônios nucleares do sistema  $\psi$ , o que vai ter como resultado uma propensão à descarga e uma pressão (Drang) (24), que causa desprazer em  $\omega$ . Tal pressão vai se liberar pelo lado motor, e em conseqüência disto a primeira das vias a ser percorrida – como mostra a experiência – será a que conduz à alteração interna (expressão das emoções, grito, inervação vascular); em todo caso, a dita via revelar-se-á como ineficaz para produzir o alívio esperado, já que o estímulo endógeno continua a ser recebido e se restabelece a tensão  $\psi$  (25).

Achamos que há aqui em jogo, um conjunto de percepções que surgem da seguinte maneira: cada aumento da  $Qn'$  que vai se acumulando em  $\psi$  do núcleo é registrado em  $\psi$  do pallium como um aumento de um estímulo  $\psi$  (26), que será imediatamente percebido por  $\omega$  enquanto sensação desprazerosa. Depois, neurônios do pallium também registrarão as manifestações da primeira via de descarga (alteração interna) e haverá assim um conjunto de percepções de qualidades sensoriais e de movimento (a notícia do próprio grito, de excitações da pele e dos músculos, etc.)

Mas, de que maneira poderá ser abolido o processo de estimulação que continua a chegar a  $\psi$  do núcleo, a despeito da descarga efetuada pela via da alteração interna?

Só existe uma maneira de se abolir essa estimulação: faz-se necessária a ocorrência de uma intervenção que seja capaz de suspender provisoriamente a descarga de  $Qn'$  no interior do corpo, o que só poderá acontecer se for efetuada uma especial alteração no mundo externo (fornecimento de víveres, aproximação do objeto sexual). Mas o pequeno ser humano é incapaz de efetuar essa alteração por seus próprios meios; ele se encontra em estado de desamparo (Hilfflosigkeit) diante da pressão interna que não cessou e que continua a provocar desprazer em  $\omega$  em conseqüência do alto nível de tensão

$\psi$ . Ele vai precisar, portanto, da assistência alheia, i.e., da assistência a ser prestada por um outro experiente ou maduro que realize o que ele não é capaz de realizar: uma “ação específica” que produza no mundo externo as alterações necessárias para pôr fim ao processo de somação (27). Esse auxílio será conseguido da seguinte maneira: a descarga efetuada pela via da alteração interna servirá para atrair a atenção da pessoa experiente no sentido da consumação da ação específica correspondente. Dirá o texto: “Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (28).

Como comenta Laplanche: se se parte dessa situação de desamparo inicial, a satisfação das necessidades, não podendo passar por montagens pré-estabelecidas, instintuais, terá que passar necessariamente pela intersubjetividade (29).

Ou melhor, e para não deslizar-nos para o plano da subjetividade – que é a grande ausente do “Projeto”, ou que quando surge o faz de maneira enigmática, como foi visto a propósito da relação  $\omega$  – consciência – poderíamos simplesmente dizer que a satisfação das necessidades deverá passar necessariamente por um outro, que pelo fato de ser humano é um semelhante do desamparado.

Como se encerra a “vivência de satisfação”? Dito rapidamente: uma vez levada a cabo a ação específica por parte daquele semelhante experiente o infante cumpre, no interior do seu corpo e por meio de dispositivos reflexos, a atividade necessária para eliminar, através de uma descarga permanente, a pressão que causou desprazer em  $\omega$  (30). A desapareição do desprazer equivalerá – conforme a equação quantitativa que consignamos em outra ocasião (31) – à aparição de uma sensação de prazer, a qual, por outro lado, incluirá necessariamente nesse circuito a presença do outro. Portanto, é pela via do prazer que esse outro, que vem “de fora”, intermediará a emergência de “motivos morais” no seio do “biológico” mais “interior” que se encontra em  $\psi$  do núcleo. Ou, pelo menos, isto é assim a partir de uma primeira leitura de um fenômeno que mostrará ser bem mais complexo, como veremos

mais à frente.

Vamos agora examinar cuidadosamente aquelas que seriam, de nosso ponto de vista, as conseqüências que essa primeira e prototípica vivência de satisfação teria trazido para o aparelho " $\varphi \psi \omega$ ".

Pode-se dizer, em termos muito gerais, que a principal conseqüência seria a constituição desse aparelho em um nível que já pode ser chamado de "psíquico". O que significa dizer isto?

Em primeiro lugar: que o dito aparelho começará a funcionar também em um plano representacional, já que uma constelação de representações resultantes da vivência de satisfação fixar-se-á em  $\psi$  sob a forma de recordações ("imagens mnêmicas").

Isto poderia ser interpretado, agora do ponto de vista epistemológico, como uma forte evidência em prol do caráter metafórico do construto " $\varphi \psi \omega$ ". Com efeito, teremos oportunidade de constatar como a partir da análise da vivência de satisfação (i.e., a partir da Seção 11 da Parte I) uma identidade virtual (i.e., metafórica) entre "neurônio" e "representação" começará a se fazer sentir através de uma linguagem mista onde ambos os termos serão intercambiáveis (32). E isto até chegar à Parte III da obra, onde a linguagem tornar-se-á marcadamente "representacional", embora a mentada identidade seja explicitamente quebrada em certos trechos (33). Oscilação essa que, por outro lado, advoga em favor da tese de que tal identidade é apenas metafórica e permitida como tal pelo especial estatuto de "N" enquanto termo teórico (34). De qualquer maneira o "psíquico" vai ser, preponderantemente, algo que fica como que "amarrado" à superposição entre "representação" e "neurônio", embora se "descolando" da mesma em certas ocasiões.

Por outro lado, dizer que o aparelho " $\varphi \psi \omega$ " fica constituído enquanto "psíquico" significará também dizer que ele acolherá a emergência de uma nova ordem, a ordem do desejo (que inclui também a presença do outro) no seio da ordem da necessidade (representada pelo estado de "pressão" em  $\psi$  do núcleo).

Como é que acontece tudo isto?

Consultemos o texto do "Projeto" e vejamos como Freud arrola uma série

de processos concomitantes com ou decorrentes de a vivência de satisfação.

Ele diz: "... três coisas se produzem no sistema  $\psi$ : (1) efetua-se uma descarga permanente e, assim, elimina-se a pressão que causou desprazer em  $\omega$ ; (2) produz-se a catexização de um ou de vários neurônios do pallium que corresponde à percepção de um objeto {o objeto de satisfação}; e (3) em outros pontos do pallium chegam as notícias da descarga conseguida mediante a liberação do movimento reflexo que se segue à ação específica {essa notícia corresponde a uma percepção quinestésica}. Estabelece-se, então, uma facilitação entre essas catexias e os neurônios nucleares" (35).

E finalmente, em uma insensível virada de plano:

"Assim, a vivência de satisfação leva a uma facilitação entre duas imagens mnêmicas {a do objeto desejado e a do movimento reflexo} e os neurônios nucleares que ficaram catexizados durante o estado de pressão" (36).

Os trechos citados acima fazem referência a dois conjuntos de conseqüências resultantes da vivência de satisfação.

No caso 1: o elemento terminal é uma facilitação entre neurônios (catexias perceptivas) e neurônios (aqueles neurônios nucleares que ficaram catexizados durante o estado de pressão).

No caso 2: a facilitação resultante é entre representações (imagens mnêmicas) e neurônios (os mesmos neurônios nucleares do caso anterior).

De (1) para (2) há uma mudança substancial de plano dado que, no segundo caso, pelo fato de a facilitação se estabelecer em um nível em que já intervêm representações e não somente neurônios, será possível, a partir daí, a instalação do desejo em  $\psi$ . Tratar-se-á, como veremos em seguida, da emergência de um estado novo em  $\psi$ , pertencente a uma ordem processual diferente à da satisfação, embora a pressuponha logicamente (sem a vivência da satisfação, não poderá haver desejo).

Vejamos o que Freud diz na continuação do segundo trecho citado acima:

"Junto com a descarga de satisfação, não resta dúvida de que as imagens mnêmicas também ficam vazias de  $Q_n$ '. Ora, com o restabelecimento do estado de pressão ou de desejo, a catexia passa também para as duas lembranças, reativando-as. É provável que a imagem mnêmica do objeto seja a

primeira a ser afetada pela ativação de desejo" (37).

Esta afirmação aponta implicitamente para o seguinte fato: a catexização das lembranças provém de  $\psi$  e não de  $\varphi$ , contrastando nisto com o que ocorreu com a catexização das percepções no primeiro caso (38).

Pensamos que aqui seria esclarecedor traçar um paralelo entre "vontade" e "estado desiderativo", mas para tanto será preciso examinarmos com mais cuidado o que é que acontece em cada um dos dois casos apontados.

Vejamos, com maior detalhe, entre que elementos se produz a mentada facilitação no caso 1: ela ocorre, como já foi dito, entre dois conjuntos de neurônios, sendo  $\alpha$ , digamos, o conjunto dos neurônios nucleares catexizados no estado de pressão, e  $\beta$  o conjunto formado por dois subconjuntos de neurônios do pallium, correspondentes às percepções do objeto de satisfação, por um lado, e quinestésicas, pelo outro. A facilitação é assim estabelecida entre duas percepções,  $\beta$  { $\beta$  foi aqui catexizado a partir de  $\varphi$  e remete a esse "outro - semelhante" e à satisfação} e a necessidade ou a "pulsão",  $\alpha$  {catexizado pelas  $Q_n$ 's trazidas do interior do corpo pelos estímulos endógenos; aqui não há percepção nem representação dessa necessidade; só haverá percepção do desprazer que ela acarreta em  $\omega$  e algo assim como seu traço engramático - carente portanto de qualidade - em  $\psi$  do pallium; pode-se dizer então que  $\alpha$  é pura "demanda", não representável em si mesma e portanto não predicável; seu "derivado" é a vontade, algo assim como a pulsão posta em movimento e participando, portanto, de sua impredecabilidade (39)}.

O caso 2 supõe como já ocorrida a "primeira" vivência de satisfação e se dá em nível dos seus resultados. Com efeito, uma vez restabelecido o estado de pressão ou de tensão no núcleo de  $\psi$ , aquela prototípica vivência de satisfação "repetir-se-á" (40) pela ativação dos traços ou "resíduos" que ela deixara e que implicam na aparição de um novo estado  $\psi$  que Freud chamará na Seção 13 da Parte I de "estado de desejo" (Wunschzustand) (41). Tal estado é, dirá Freud mais a frente, na Parte III do "Projeto", o desenvolvimento de um "estado apetitivo" (Begierdezustand) (42) que é concomitante com o recrudescimento da tensão (43). Esse recrudescimento terá

como conseqüência, nesse estado apetitivo, e em primeiro lugar, a catexização da “representação do objeto amado” (44) ou “representação de desejo” (45).

Constata-se, no entanto, que Freud não estabelece, na Parte I do texto, uma distinção nítida entre os estados em consideração (“apetitivos” e “de desejo”); ainda mais, os respectivos planos em que os ditos estados têm lugar estão acasalados de uma maneira a nosso ver um tanto ambígua (46); assim, nessa primeira parte do “Projeto”, “estado de desejo” é até homologado a “estado de pressão” (47). E mesmo que o primeiro desses estados esteja se “apoiando” no segundo – que é ao que a todas vistas parece acontecer – pensamos que faz parte do trabalho exegético exercido por nós desimbricá-los, ou melhor, destacar as suas diferenças. É bem verdade que tanto os “estados apetitivos” quanto os “estados de desejo” têm algo em comum: eles são “repetições” da vivência de satisfação (48). Mas deve existir algum elemento diferenciador, porque de outra maneira não se explica por que é que os estados nomeados acima em segundo lugar representam um “desenvolvimento” com relação aos primeiros. Uma diferença sutil, quase que entre-linhas, vai surgir na Seção 13 da Parte I a propósito do que é chamado aí de “atração desiderativa primária”. Com efeito, veremos então que os estados de desejo “deixam atrás de si motivos do tipo compulsivo” (49) em favor da passagem de Qn’ pelo primitivo circuito de satisfação. Ou, com outras palavras “do estado de desejo segue-se diretamente uma espécie de atração positiva pelo objeto desejado, ou, mais precisamente, pela sua imagem mnêmica (...) Eis aqui a atração de desejo primária (...)” (50).

A diferença sutil de que falávamos acima surgirá no momento em que uma explicação mecânica para tal processo for oferecida. Assim: “A atração de desejo pode ser facilmente explicada pelo pressuposto de que a catexia da imagem mnêmica agradável no estado apetitivo supera amplamente em Qn’ à catexia quando ocorre uma simples percepção, de modo que uma facilitação particularmente boa passa do núcleo para o neurônio correspondente do pallium” (51).

Deixando por enquanto de lado o mérito de uma tal explicação, consideremos somente a possível diferença entre “estado apetitivo” e “estado de

desejo” à luz do novo conceito de “atração desiderativa primária”. Tudo indica que os “estados apetitivos” são simplesmente estados de tensão ou de avidez em que  $\psi$  se encontra em decorrência do bombardeio dos estímulos endógenos (52), enquanto que os “estados de desejo” incluem também algo assim como uma “disposição” para deflagrar certo tipo de processo; com outras palavras, eles possuiriam uma dinâmica própria que parece estar ausente nos primeiros. Um certo “movimento” que, partindo do desprazer inicial gerado pela acumulação de  $Qn'$  em  $\psi$  do núcleo “corre”, por assim dizer, à procura da mesma descarga que foi experimentada como prazerosa no ponto final da vivência de satisfação, eis o que diferenciaria os estados de desejo dos estados meramente apetitivos. Mas “correr” à procura do prazer associado àquela descarga, não é senão “correr” à procura daquele que fora objeto de satisfação e que agora se faz presente apenas como “representação do objeto desejado”. É portanto essa mera presença interna – em nível só de  $\psi$  – que permitirá também o estabelecimento de uma diferença entre “objeto de satisfação”, que será sempre apresentado por uma percepção, via  $\varphi$ , e “objeto de desejo”, que será sempre veiculado por uma representação catexizada a partir do desejo, embora tal representação possa, eventualmente, e nesse movimento do desejo, ir desembocar em ou ser idêntica com o objeto de satisfação. Este desembocar no objeto de satisfação é, não esqueçamos, o verdadeiro sentido desse movimento do desejo. Por causa disso, conquanto os estados de desejo possam, através desse seu componente tendencial descolar-se, por assim dizer, dos estados apetitivos, eles devem ser vistos, todavia, como estando ancorados na ordem do biológico de maneira tal que é ainda a “vontade” a fonte nutricia do desejo. Mas, de qualquer maneira, esse “movimento” que “corre” atrás de uma “representação” já é, evidentemente, algo mais que um estado de appetite. Em suma, o movimento do desejo inscreve-se em um plano diferente ao da mera necessidade, ao ponto de que nos sonhos, como veremos mais à frente, ele procurará repetir o arcaico circuito da satisfação (e do prazer) fora das condições biológicas da necessidade.

Em outra ordem de coisas, e dado que a catexia das representações de objeto provém apenas de  $\psi$ , cria-se uma condição no aparelho em que concei-

tualmente torna-se possível a alucinação desse objeto. Mas alucinar o objeto de desejo será, como veremos logo, o destino final da “atração desiderativa primária”. Diz Freud: “Não tenho a menor dúvida de que essa ativação de desejo produza inicialmente o mesmo efeito que a percepção – ou seja, uma alucinação” (53).

O que é uma alucinação? Podemos dizer sumariamente, e apoiando-nos em diversos momentos do texto do “Projeto”, que uma alucinação é uma representação que, pelo fato de estar hiper-catexizada por  $Q_n'-\psi$  (54) torna-se vívida (55), tendo conseqüentemente o mesmo efeito que uma percepção embora seu objeto não seja real, estando apenas presente como “representação-fantasia” (56). Assim, e em uma primeira aproximação a este assunto, pode-se dizer que as diferenças entre percepção e alucinação são de índole quantitativa. O trecho citado acima (nota 51 deste Capítulo) nos deu já uma primeira pista a esse respeito. Mas, de capítulos anteriores, sabemos também que a percepção resulta em  $\psi$  de um investimento  $Q-\varphi$ , e que esse investimento, conforme foi exposto, se produz com quantidades que foram reduzidas por meio de diversos dispositivos ou aparelhos e que são, em todo caso, quantidades médias. Recordemos, a propósito disto, que “ $\psi$  é catexizado a partir de  $\varphi$  com  $Q_n$ 's que são normalmente pequenas” (57). Por outro lado, Freud vai dizer, em seu tratamento da alucinação onírica na Seção 20 da Parte I do “Projeto”: “a vivacidade da alucinação é diretamente proporcional à importância – i.e., à catexia quantitativa da representação respectiva. Isto indica que é  $Q$  que condiciona a alucinação” (58). Mas é bom frisar o fato de que essas diferenças são também de carácter tópico: na alucinação, a catexia quantitativa emana do próprio  $\psi$  (catexia  $Q_n'-\psi$ ) e não do mundo externo, como no caso da percepção (catexia  $Q-\varphi$ ). Desta abordagem quantitativo/tópica resultam duas situações:

a) Caso uma representação seja catexizada a partir de  $\varphi$ , ela será da mesma natureza que qualquer outra percepção (59).

b) Correlativamente: se uma percepção oriunda de  $\varphi$  receber ainda uma contribuição  $\psi$  (interesse, atenção) essa contribuição não alterará sua característica quantitativa, quer dizer, tal percepção não será mais vívida; ela

apenas tornar-se-á mais nítida (60).

Todavia, o fator determinante para diferenciar entre uma percepção e uma alucinação será, como veremos um pouco mais à frente, a inibição ou não que o “ego” possa estar exercendo na ocasião.

De qualquer maneira, o movimento que conduz à alucinação na “atração desiderativa primária” não pode ser outra coisa senão a manifestação da tendência primária à inércia, à descarga rápida e completa da tensão acumulada. Assim, adverte Freud ao encerrar a Seção 11 da Parte I: “Se esta {a alucinação} leva à realização da ação reflexa, a consequência inevitável será a decepção” (61). Decepção essa que necessariamente envolverá desprazer, porque o processo de somação não foi interrompido. Desprazer esse que subsequente tenderá a ser evitado. Evitação essa que não terá mais remédio que apelar à intervenção do princípio de constância ...

Para terminar com este tema da vivência de satisfação consideremos agora a incidência de fatores mecânicos, tanto nas consequências implicadas por tal vivência quanto na sua repetição.

Vimos que o elemento terminal do primeiro conjunto de modificações produzidas em  $\psi$  a raiz da vivência de satisfação (Caso 1, acima), foi uma facilitação entre dois conjuntos de neurônios do pallium, portadores de catexia perceptiva (que chamamos de  $\beta$ ) e os neurônios nucleares que ficaram catexizados durante o estado de pressão (que chamamos de  $\alpha$ ). Para dar conta dessa facilitação do ponto de vista mecânico Freud formulará uma lei que, no seu entender, “constitui o fundamento de todas as conexões entre os neurônios  $\psi$ ” (62), e de cuja importância poderemos fazer uma idéia se tivermos em conta que esses neurônios se encontram isolados uns dos outros por barreiras de contato com fortes resistências (63). Essa lei oferecerá assim uma compreensão mais ampla do desenvolvimento de  $\psi$  (64), decorrendo também da mesma consequência ao nível mecânico que, como veremos, irão ter um papel decisivo na consolidação do aparelho. Trata-se da “lei básica de associação por simultaneidade”, que pode ser enunciada da seguinte maneira: uma catexia quantitativa de um neurônio  $\psi$ ,  $\alpha$  (digamos), passará para outro neurônio  $\beta$ , se  $\alpha$  e  $\beta$  estiverem, em qualquer momento,

catexizados simultaneamente (a partir de  $\varphi$  ou de alguma outra parte). A catexia simultânea  $\alpha$ - $\beta$  facilitou, assim, uma barreira de contato (65).

Apoiando-se em tal lei Freud postulará seguidamente dois relevantes fatores para a determinação do curso a ser seguido por determinada  $Qn'$ . Primeiro fator : da lei de associação por simultaneidade se deduz que “uma  $Qn'$  passa mais facilmente para um neurônio catexizado do que para um não-catexizado” (66). Isto traz, como corolários: (a) “a catexia do segundo neurônio atua da mesma maneira que um aumento de catexia no primeiro”, e (b) “a catexia se revela, no que diz respeito à passagem de  $Qn'$ , como equivalente da facilitação” (67). Segundo fator (que Freud chamará na Seção 14 da Parte I de “fator poderoso” (68)): “uma  $Qn'$  no neurônio  $\alpha$  não só tomará a direção da barreira mais facilitada como também da que esteja catexizada a partir do lado oposto. Os dois fatores podem reforçar-se mutualmente, ou, em certos casos, até mesmo antagonizar-se” (69).

Como opera a “lei de associação por simultaneidade” em relação à vivência de satisfação? Pode-se dizer que no caso 1 considerado acima a facilitação que foi estabelecida entre as barreiras de contato de  $\alpha$  e  $\beta$  resultou da catexia simultânea  $\alpha$ - $\beta$ .

Tal facilitação será fixada na rede neuronal e implicará na abertura de uma via que tenderá a ser novamente percorrida na repetição da vivência de satisfação, i.e., nos estados de desejo, só que envolvendo dois novos elementos, que já foram por nós considerados:

- 1) A facilitação será agora entre duas imagens mnêmicas (i.e., duas representações) e os mesmos neurônios nucleares do caso 1.
- 2) A ativação de desejo trará consigo, como conseqüência imediata e da maneira que já antecipamos, uma compulsividade na efetuação, pela  $Qn'$ , do percurso que vai desde os neurônios nucleares até a representação do objeto de desejo em  $\psi$  do pallium.

Estabeleçamos algumas pontes com outros elementos.

Já consignamos o trecho do “Projeto” no qual Freud tenta explicar mecanicamente a “atração desiderativa primária” (70), i.e., a situação processual em que o desejo desemboca fatalmente quando deixado à solta ou, para falar

de maneira mais técnica, quando ele não sofreu qualquer inibição. Nessa situação, a representação de desejo encontra-se hiper-catexizada em consequência do recrudescimento da tensão em  $\psi$  do núcleo; assim sendo, e em virtude da “lei de associação por simultaneidade” pode-se estabelecer uma boa facilitação entre  $\psi$  do núcleo e o neurônio correspondente do pallium.

Todavia, achamos que a “compulsividade” que acompanha tal facilitação extravasa o registro do meramente mecânico, embora seja satisfatoriamente explicável em tal nível. Dizíamos páginas atrás que o sentido do movimento do desejo na repetição da vivência de satisfação estava dado pela sua procura daquele objeto que fora objeto de satisfação e que, para encontrá-lo, iniciava uma “corrida” atrás de uma representação de tal objeto que se fazia presente sob a forma de representação de objeto de desejo. Achamos que uma tal “corrida” atrás do objeto ou de sua representação introduz, junto à explicação pela linguagem das forças (i.e., mecânica) a dimensão de uma explicação em termos teleológicos já que, e para dizê-lo ainda metaforicamente, o que ativa a “corrente” do desejo é a representação de uma meta a ser obtida: a mentada identidade da representação do objeto de desejo com a percepção do objeto de satisfação. A questão de se ambas ordens de explicação podem coexistir harmoniosamente lado a lado e como complementares ou se, pelo contrário, uma delas deverá prevalecer sobre a outra a partir de uma certa hierarquia de funções, é algo que por enquanto não podemos decidir.

Passaremos agora a considerar a outra vivência  $\psi$  fundamental que Freud coloca simetricamente junto à vivência de satisfação, i.e., a vivência de dor. Tal simetria – se é que ela existe – não tem sido contemplada por nós até agora, já que temos tratado da vivência de satisfação e de seus resultados de maneira unilateral, i.e., sem colocar lado a lado esses resultados com os da vivência de dor, e afastando-nos assim do procedimento de Freud na Seção 13 da Parte I, que contempla esse paralelismo. Fizemos isto porque nos pareceu oportuno não interromper o exame da seqüência inteira (i.e., vivência de satisfação – estados desiderativos – atração desiderativa primária) e, ademais, porque julgamos que o confronto com a vivência de dor resultaria desta

maneira melhor situado. Uma vez caracterizada a vivência de dor e chegado o momento em que devemos tematizar a sua reprodução (a seqüência aqui será: vivência de dor – afetos – defesa primária) iremos fazê-lo confrontando as duas seqüências onde for o caso, tentando evitar repetições desnecessárias, mas sem temor de efetuar aquelas que julgemos esclarecedoras ou convenientes.

Como já foi observado no Capítulo III deste trabalho (71) Freud separa o tratamento da questão da dor em duas seções diferentes, a saber, a 6a e a 12a seções da Parte I do “Projeto”. Com efeito, na Seção 6, como já vimos, a dor foi caracterizada meramente como processo  $\psi$  quantitativo, colocando-se a ênfase nas suas causas precipitadoras (72). Agora, na Seção 12, ela será vista enquanto “vivência  $\psi$ ”, o que significa que serão destacadas as modificações que pelo seu intermédio possam produzir-se em  $\psi$ , ganhando especial relevo o tema de sua reprodução ou “afeto”. Pensamos que esta articulação temática não é arbitrária. No caso da dor como processo quantitativo deflagrado em  $\psi$  não coube nenhum papel à estimulação endógena, e dentro do equilíbrio do texto do “Projeto” justificou-se sua análise logo após do problema da quantidade (Seção 5, Parte I), como um caso especial de fracasso do mecanismo excitatório  $\varphi$  na redução da entrada de Qs exógenas no interior do organismo (73). A simetria entre as duas formas de vivência, se é que Freud a consegue, deverá ter em conta, em todo caso, a estimulação endógena, a qual só entra em cena, como foi visto, a partir da Seção 10 da Parte I do “Projeto”.

Como já sabemos, “a dor consiste na irrupção de grandes Qs em  $\psi$ ” (74). Isto é: procede por impacto de uma fonte de estimulação externa.

Sua “vivência” implicará em uma série de conseqüências que Freud enumera no início da Seção 12 da Parte I; ele dirá:

“A dor produz em  $\psi$  (1) um grande aumento de nível, que é sentido como desprazer por  $\omega$ , (2) uma propensão à descarga, que pode estar modificada em determinados sentidos, e (3) uma facilitação entre esta última [a propensão à descarga] e uma imagem mnêmica do objeto que produziu a dor” (75).

Já tratamos no Capítulo III deste trabalho da primeira conseqüência; concluíramos então que uma certa “percepção” da dor deveria ter lugar ao

ser esta registrada no nível de sensação desprazerosa, posto que tal sensação estava como que “tingida” de uma “qualidade especial”, própria à dor; mas, dado que pouco se sabia da dita qualidade, não se podia falar, em sentido estrito, de uma “percepção específica” da dor (76). Quanto à segunda conseqüência, podemos também interpretá-la à luz da tendência do sistema nervoso a “fugir da dor”, assunto esse já tematizado por nós nesse mesmo Capítulo III.

Importam-nos agora fundamentalmente as conseqüências (2) e (3) em suas relações mútuas. Mas para atacar este assunto deveremos passar, quase que insensivelmente, para o plano da reprodução da vivência de dor, qual seja, para o plano do “afeto” (77), plano esse onde iremos lidar com lembranças.

Vejamos primeiramente o que acontece com as conseqüências (1) e (2) nos estados de afeto.

Freud diz: “Se a imagem mnêmica do objeto (hostil) é recatexizada por uma razão qualquer – por uma nova percepção, digamos – surge um estado que não é o da dor, mas que, apesar disso, tem certa semelhança com ela. Esse estado inclui o desprazer e a tendência à descarga que corresponde à vivência de dor” (78).

Em primeiro lugar, podemos dizer que o que se apresenta como problemático são as condições de ocorrência desse estado – o afeto – que não é o da dor mas que lhe é semelhante. Com efeito, ele inclui o desprazer próprio da dor (conseqüência 1). O desprazer significa um aumento de nível em  $\psi$ ; mas, qual a origem da  $Q_n$  necessária para que isso aconteça?

Raciocina Freud: “Na vivência de dor propriamente dita, era a  $Q$  externa irruptora que elevava o nível de  $\psi$ . Na reprodução da vivência – no afeto – a única  $Q$  adicional é a que catexiza a lembrança, sendo evidente que essa é da mesma natureza que qualquer outra percepção e não pode resultar, portanto, num aumento geral de  $Q_n$ ” (79).

Por outro lado, e fazendo um confronto com a vivência de satisfação, temos aqui um resultado curioso. Vimos já que a recatexização, pelo desejo, da imagem daquele que fora objeto de satisfação conduziu reflexamente a uma

alucinação. No afeto, pelo contrário, a re-catequização da imagem mnêmica do objeto hostil resulta apenas em uma lembrança da dor. Veremos mais a frente como este ponto é (implicitamente) reformulado na Parte III do "Projeto": as ali chamadas de "lembranças indômitas" i.e., lembranças de objetos hostis cuja evocação libera desprazer, têm caráter alucinatório (80). Mas, dentro do contexto em que o confronto "satisfação-dor" é tratado ao longo das seções correspondentes da Parte I do "Projeto", podemos dizer que a mentada simetria entre as duas vivências acaba de sofrer seu primeiro revés.

Frente à necessidade de dar conta da Q adicional que, ao recatequizar a imagem mnêmica do objeto hostil, libera um desprazer de nível comparável ao que teve lugar quando da ocorrência da própria vivência, Freud avançará uma hipótese inusitada: o desprazer é liberado do interior do corpo (81). Como isto é possível? Para explicá-lo, Freud ver-se-á obrigado a introduzir uma hipótese suplementar, de conseqüências indesejáveis para a economia e consistência do sistema todo. Trata-se da hipótese dos "neurônios-chave" ou neurônios secretores de Q. Esses neurônios, quando excitados pela reativação da lembrança, "provocam no interior do corpo a manifestação de algo que atua como estímulo sobre as vias endógenas de condução até  $\psi$  - neurônios que dessa forma influenciam a produção de Qn' endógena e, conseqüentemente, não descarregam Qn', mas fornecem-na por vias indiretas. (...) É evidente que só são excitados a partir de certo nível em  $\psi$ . Em conseqüência da vivência de dor, a imagem mnêmica do objeto hostil adquiriu uma facilitação excelente para os neurônios-chave, em virtude da qual se libera então o desprazer no afeto" (82).

É obvio que a dita hipótese introduz uma inconsistência no interior do sistema: como é possível que um aparelho que trabalha para descarregar Qn' (função primária do sistema nervoso) haveria de produzi-la? Por que Freud não apelou a uma hipótese alternativa e menos complicada como é a que ele apresenta na Parte III do "Projeto" a propósito das lembranças indômitas? Com efeito, quando Freud retomar ali o problema do desprazer produzido pela evocação de lembranças hostis, só aduzirá como fator

explicativo do “plus” de  $Q$  requerido para deflagar essa liberação de desprazer, a intensidade das facilitações resultantes da experiência de dor (83). Além do mais, o próprio Freud faz questão de salientar o caráter “desconcertante” da hipótese dos “neurônios-chave”, revelando assim plena consciência das dificuldades por ela envolvidas (84).

Instala-se aqui aquela “tensão” da qual faláramos nas páginas iniciais deste Capítulo e que tem como pólos, de um lado, a necessidade de se postular uma fonte endógena de estimulação para explicar o estado de afeto e, do outro, a possibilidade de se aceitar, em consonância com os pressupostos gerais do sistema, uma classe de neurônios que vai de encontro à função primária do sistema nervoso, que é um postulado básico e de ponto de partida.

Como lidar com uma tal tensão? Será que deveremos minimizar sua importância, seguir em frente e relegá-la ao esquecimento como Freud vai fazer com a hipótese dos “neurônios-chave”? (85).

Teremos uma primeira resposta ao abordarmos a questão da “defesa primária”, que é o próximo ponto de nossa exposição.

Todavia, não deixaremos este item sem antes considerarmos a justificativa, de qualquer maneira sugestiva, que Freud apresentará, já no final da Seção 12 da Parte I, em favor da hipótese dos “neurônios-chave”. Com efeito, Freud apelará aí a uma analogia entre a liberação do desprazer no afeto e a liberação sexual: em ambos os casos os responsáveis por tal liberação seriam estímulos endógenos os quais, se supõe, estariam constituídos por produtos químicos “cujo número pode ser considerável” (86).

A conclusão que se pode tirar de tudo isto seria a seguinte: dado que, na reprodução da vivência de dor, i.e., no afeto,  $\psi$  também está exposto a  $Q$  a partir de vias endógenas de condução, então fica de qualquer maneira salva a simetria entre as vivências de satisfação e de dor através dos seus primeiros resultados, quais sejam, os estados de desejo e os afetos. Como Freud vai dizer no começo da Seção 13 de Parte I:

“Os resíduos dos dois tipos de vivências [de dor e de satisfação] que acabamos de examinar são os afetos e os estados de desejo, que têm em comum o fato de que ambos envolvem um aumento da tensão  $Q_n'$  em  $\psi$  – produzido,

no caso de um afeto, pela liberação súbita e, no de um desejo, por somação” (87). Só que deve-se acrescentar, caso queiramos levar a sério a hipótese dos “neurônios-chave”, o seguinte: em ambos os casos os responsáveis pelo aumento de  $Q_n$  seriam estímulos endógenos.

Prosseguindo agora em uma linha comparativa entre “afetos” e “estados de desejo”, sempre na seqüência que é traçada ao longo da Seção 13 da Parte I do “Projeto”, podemos dizer que ambos estados não têm em comum apenas o fato de eles elevarem consideravelmente o nível de  $Q_n$  em  $\psi$ , senão outra conseqüência de maior relevância na estruturação do aparelho em seu conjunto e que diz respeito a passagem de quantidade em  $\psi$ . Os afetos, tal como vimos que acontecia com os estados de desejo, também deixam atrás de si “motivos de tipo compulsivo em favor dessa passagem” (88). Só que no caso dos afetos a dita passagem mudará de signo, por assim dizer, já que “... a vivência de dor leva a uma repulsa, a uma aversão por manter catexizada a imagem mnêmica hostil” (89). Freud dará a tal repulsa o nome de “defesa primária” ou “recalque”, ficando caracterizada como “o fato de uma imagem mnêmica hostil ser sistematicamente abandonada o mais rapidamente possível pela sua catexia” (90).

Chegando neste ponto, a hipotética simetria que vimos parecia ter ficado em pé entre as duas vivências fundamentais e seus resultados começa novamente a cambalear. Freud contrastará a facilidade com que ele pôde explicar mecanicamente a “atração de desejo primária”, com a dificuldade em fazer o próprio no caso da “defesa primária” (91).

Com efeito, no caso da atração desiderativa primária “a facilitação particularmente boa passando do núcleo  $\psi$  para o neurônio correspondente no pallium” apoiava-se na aplicação da lei de associação por simultaneidade. Mas agora não será possível se apelar ao mesmo recurso para explicar o que chamamos, páginas atrás, de conseqüência (3) da vivência de dor, qual seja “a facilitação entre propensão à descarga e a imagem mnêmica do objeto hostil” (92). De qualquer forma, tentar-se-á uma explicação via outro expediente mecânico que Freud apresentará logo após de ele oferecer uma primeira explicação, de caráter biológico, para a defesa primária. Parte-se, neste último

caso, do pressuposto de que as vivências primárias de dor foram eliminadas por uma “defesa reflexa” (93), a qual pensamos deve ser considerada em termos de afastamento ou fuga do estímulo doloroso. Em tal ocasião, diz Freud, a aparição de um outro objeto, em lugar do objeto hostil, funcionou como sinal para o fato da finalização da vivência dolorosa. A partir daí, o sistema  $\psi$ , aprendendo biologicamente, procurará reproduzir em  $\psi$  o estado que assinalara o fim da dor (94).

Uma tal explicação, porém, poderia trazer em seu bojo uma conseqüência indesejável para o aparelho, porque a mentada reprodução daquele estado que pôs término à vivência dolorosa vai implicar, conforme entendemos, numa recatexização do objeto que serviu como sinal, recatexização essa que pelo fato de proceder apenas de  $\psi$  e num estado de provável alta tensão quantitativa, poderia resultar em uma hipercatexização do mesmo e, no fim da linha, numa representação alucinatória. Conseqüentemente, tal maneira de se explicar a “defesa primária” não pouparia o sistema do risco de uma copiosa liberação de desprazer “exigindo o emprego de princípios mecânicos (fatores quantitativos)” (95), que operem conforme o princípio de constância, seria bom acrescentar.

De qualquer maneira, a explicação mecânica que será oferecida no final da Seção 13 que estamos examinando, não satisfará tampouco a exigência de se passar para o princípio de constância. Freud raciocina que o aumento de  $Qn'$ , produzido invariavelmente pela catexia de uma lembrança hostil (via “neurônios-chave”?, nada se diz ...) “forçará a intensificação da atividade de descarga e, com isso, também a drenagem das lembranças” (96). O que significaria, no nosso entender, que o sistema praticamente se exauriu nesse movimento defensivo. Ou, para expressar-nos em outro registro, poderíamos dizer que nesse movimento o sistema não fez mais do que obedecer o “princípio de prazer” na sua modalidade de “fuga” de quantidades, o que à luz da mentada equivalência entre “tendência a evitar o desprazer” e “tendência originária à inércia” (97) faria da “defesa primária” “uma compreensível conseqüência da tendência originária... {à inércia}”, conforme poderíamos concluir apropriando-nos de uma parte do raciocínio que a propósito da “defesa

primária" é apresentado por Freud na Parte III do "Projeto" (98).

Por outro lado, e como já apontáramos no Capítulo III deste trabalho, é possível conceber a série "prazer-desprazer" no "Projeto" (do ponto de vista quantitativo-mecânico ou do ponto de vista da operacionalização da postulada "tendência a evitar o desprazer") como um mecanismo de regulação automática: a liberação de desprazer funcionaria como um sinal para o sistema empreender a fuga em direção ao prazer. Ou, como também dizíamos nesse mesmo capítulo, o "princípio de prazer" enquanto mecanismo regulador comportar-se-ia como um mecanismo de "feed-back negativo" (99). O que nos colocaria agora, no caso da "defesa primária", frente a um tipo de explicação impecável do ponto de vista "mecânico-causal", já que a tensão desprazerosa inicial seria condição suficiente para provocar a descarga imediata da representação do objeto hostil. Nestes termos: "A defesa primária será, então, tanto mais poderosa quanto mais intenso for o desprazer" (100).

A esta altura do desenvolvimento do assunto uma interrogação procede: afinal, por que Freud parece não se satisfazer com sua explicação mecânica da "defesa primária"? Achamos que tacitamente há dois fatores em jogo: (1) porque Freud sabe que "a origem" do desprazer inicial liberado é, no mínimo, problemática (hipótese dos "neurônios-chave"), o que significa que tal explicação corre o risco de ser um perfeito mecanismo funcionando no vazio; (2) porque Freud está procurando a incidência de fatores quantitativos que operem segundo o "princípio de constância", i.e., conforme um "princípio de prazer" que não mais se identifique com a "tendência básica à inércia".

Antes de abandonarmos este ponto, vamos retrotrair-nos até aquela "tensão" que vimos instalar-se no sistema pela introdução dos "neurônios-chave", a fim de avançarmos um posicionamento sobre esse assunto. Malgrado o caráter "ad-hoc" e inconsistente de tal hipótese (ela vai de encontro, como foi assinalado, à função primária do sistema nervoso), sustentaremos que trata-se de uma hipótese de grande valor heurístico: ela nos indica que Freud estava procurando descobrir, do lado de dentro, e para o caso da dor, um equivalente do que os estímulos endógenos eram para a vivência de satisfação e sua reprodução nos estados de desejo. Em todo caso, a importância de um

tal direcionamento será melhor avaliada quando abordarmos a questão da defesa patológica em suas articulações com os processos  $\psi$  normais, que só poderá ser feito na Conclusão deste trabalho.

Com relação à mentada simetria entre as vivências de satisfação e de dor, concluiremos que ela só se sustentará desde que admitamos a operância dos “neurônios-chave” (ou de algum outro fator que atue como deflagrador de um estímulo endógeno). Isto porque, enquanto a “atração desiderativa primária” admite como razoável a explicação mecânica oferecida (além de incorporar consistentemente uma perspectiva teleológica de explicação), a “defesa primária” só poderá ser satisfatoriamente explicada em termos mecânicos caso for apontada uma boa solução para a questão da origem da Q adicional que, ao hiper-catexizar a lembrança do objeto hostil – com o conseqüente efeito alucinatório, é bom frisar – libera assim o desprazer necessário para deflagrar o processo defensivo todo.

À maneira de síntese do até aqui exposto a respeito dos resultados das vivências de satisfação e de dor, e antecipando também conceitos que serão tematizados nos próximos itens deste Capítulo, podemos dizer o seguinte: se uma passagem de  $Q_n$  repetir (ou tornar a transitar) os antigos circuitos da satisfação ou da dor de maneira compulsiva, reflexa ou sem qualquer inibição,  $\psi$  protagonizará duas modalidades próprias a certo tipo de processos cujas conseqüências podem ser prejudiciais para o organismo. Esses processos, que no caso do estado de desejo implicam na catexização da imagem mnêmica do objeto até o ponto da alucinação, (com novo aumento da tensão quantitativa – dado que não houve satisfação; sensação de desprazer crescente e a conseqüente tendência à descarga, que será rápida e total, ou seja proporcional ao desprazer envolvido) e que, no caso do afeto, implicam na des-catexização rápida e total da imagem mnêmica do objeto hostil ou defesa primária (o que supõe que essa imagem foi previamente hiper-catexizada – via neurônios-chave? – conduzindo portanto a uma copiosa produção de desprazer), são chamados de “PROCESSOS PSÍQUICOS PRIMÁRIOS” (101). Como ambas modalidades envolvem grande liberação de desprazer, entendemos que o sistema age aqui conforme o “princípio de prazer” segundo o que temos

caracterizado como “modelo da fuga” (102). Mas um sistema que consumisse toda sua reserva energética se alucinando e se defendendo de maneira primária terminaria certamente se exaurindo e, no limite, perecendo. Se bem a tendência básica à inércia é quem “prescreve”, em última instância um comportamento deste tipo, sabemos também que sua modalidade operatória via a função secundária pressupõe a descarga de quantidades assegurando, no entanto, a viabilidade do sistema, o que é tornado possível pela preservação de um fundo energético de reserva. Mas isto implica a intervenção de algum outro elemento no sistema que dificulte, de alguma maneira, as meras passagens primárias de quantidades. “Essa organização se chama ‘ego’ (...) {o qual} corresponde ao portador da reserva requerida pela função secundária” (103), e cuja função consiste em refrear os processos psíquicos primários, sobretudo através de um expediente mecânico chamado de “inibição” (104). Isto terá como resultado uma “versão atenuada” dos mesmos, quais sejam, os “PROCESSOS PSÍQUICOS SECUNDÁRIOS” (105). É evidente que o ego se encontra sob o regime do “princípio de constância” e que seu modelo operatório conforme o “princípio de prazer” será, não já o da “fuga”, senão o de “evitação de quantidades”.

Quem ou o quê é esse ego? Qual a sua natureza, origem e funções específicas? De que mecanismos ele se vale para cumpri-las? Tentaremos responder estas inquirições fundamentalmente no marco do desenvolvido na Seção 14 da Parte I do “Projeto” e ainda na Seção 15, sem prejuízo de extrapolarmos esse roteiro com maiores esclarecimentos recolhidos da Parte III da obra, onde o ego desempenhará um papel protagônico.

Para afastar de entrada qualquer coloração subjetiva que o conceito de “ego” possa vir a suscitar, iremos começar nossa tarefa pela via negativa, i.e., dizendo o que o ego não é. Neste sentido, resultarão valiosas as seguintes ponderações de Laplanche, que salientam o fato de o ego no “Projeto” não se identificar de maneira alguma com a idéia de um “sujeito”, seja ele o que for: “[ele] não é um sujeito no sentido da filosofia clássica, isto

é, um sujeito da percepção e da consciência (não é  $\omega$ ) – nem tampouco o sujeito do desejo, esse sujeito que se dirige a nós, psicanalistas ... [embora ele] seja suscetível de se manifestar perante nós de maneira mais ou menos usurpadora ou enganadora enquanto sujeito que quer e que deseja” (106).

Passando agora para uma abordagem positiva do assunto, retomemos o ponto que sucintamente colocamos no final do item anterior, qual seja, o por quê da necessidade de se introduzir o ego no sistema, para depois efetuarmos uma caracterização do mesmo.

Vimos já que tanto a “atração desiderativa primária” quanto a “defesa primária” (que implicam em passagens primárias de quantidades ou passagens de tipo compulsivo) requerem o estabelecimento em  $\psi$  de “algo” que dificulte essas passagens, se o sistema há de reger-se pelo princípio de constância. Esse “algo”, como vimos, é o ego, o qual “pode ser caracterizado, no que tange as suas tendências {obviamente o princípio de constância}, como a totalidade do sistema nervoso” (107). É, portanto, respondendo à necessidade de se passar ao regime do princípio de constância, para que o organismo possa funcionar “normalmente” – i.e., sem riscos de exaustão – que o ego tem sido introduzido. Conseqüentemente, ele resulta ser fruto de uma exigência no nível do registro biológico.

A caracterização apontada acima, que é de carácter genérico e se inscreve no jogo de tendências operantes no sistema, não deve fazer-nos esquecer, contudo, que esse ego tem funções diferenciadas, e nesse sentido ele deverá ser visto como uma “organização” (108) ou um “complexo de neurônios” (109) que faz parte de  $\psi$ . Como bem entende Laplanche: “[o ego] não é o conjunto de  $\psi$  e nem sequer é sua essência, senão uma formação particular no interior dos sistemas mnemônicos” (110).

Como surgiu essa “organização” que faz parte de  $\psi$ ? Trata-se aqui de uma questão de particular importância, pois entendemos que só a partir de uma abordagem genética do ego poderemos situá-lo menos abstratamente no sistema no qual ele veio se instalar e no conjunto do aparelho como um todo.

O ego formou-se pela recepção sistematicamente repetida de  $Q_n$  endógena em certos neurônios do núcleo (111). Assim, ele “(...) consiste, origina-

riamente, em neurônios nucleares que recebem Qn' endógena pelas vias de condução e que a descarregam por meio da alteração interna" (112). Estamos, pois, aqui, diante de um ego primitivo no qual a incidência dos estímulos endógenos está na base do processo de sua constituição. A energia egoica reconhece assim, na sua origem, uma fonte "pulsional".

Demos um passo a frente no desenvolvimento desse ego e vejamos como ele veio a resultar em uma "organização" que de alguma maneira espelha a estrutura de  $\psi$ , no sentido de que também é possível traçar nele uma linha divisória – mesmo que virtual – entre "o mais interno" e "o mais externo", para apelarmos a uma metáfora tópica.

A recepção repetida de Qn' teve como conseqüência mecânica a formação de um "grupo de neurônios" com boas facilitações entre si e que estão catexizados de maneira constante, podendo desse modo corresponder "ao portador da reserva requerida pela função secundária" (113).

Essa "catexização constante" será resultado, em um ego desenvolvido, de uma série de fatores que assegurarão o "equilíbrio energético" desse ego, questão essa que só irá ser tematizada mais a frente (114) e que aqui nos restringiremos a apontá-la, porque mesmo como um mero dado ela é necessária para uma melhor compreensão do que estamos tratando.

Por outro lado, a caracterização do ego enquanto grupo de neurônios que "estão constantemente catexizados" poderia nos conduzir a pistas falsas – i.e., a considerar a formação egoica como uma estrutura fixa – caso nós não prestássemos a devida atenção à definição do ego que é oferecida: "(...) o ego deve ser definido como a totalidade das catexias  $\psi$  existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar uma porção permanente e outra variável" (115). A porção permanente será chamada de "núcleo do ego" (116) – o lado "mais interno", diríamos nós – e a porção variável corresponderá "às catexias cambiantes no pallium" (117) – o lado "mais externo", na linguagem de nossa metáfora tópica. Disto se depreende que o ego pôde estender ou reduzir suas "fronteiras". Assim: "Se o nível de catexização aumenta no núcleo do ego, a amplitude deste último poderá dilatar-se; se o nível diminui, o ego se constrangirá concentricamente" (118). Desta ma-

neira, resulta também fácil compreender o fato de que as facilitações entre os neurônios  $\psi$  façam parte do domínio do ego, “já que representam possibilidades, se o ego for alterado, de determinar a sua extensão no momento seguinte” (119).

Portanto, é preciso distinguir entre dois planos: (a) o da catexização constante do complexo “ego”, que fica assegurada, em todo caso, pela pressão constante das vias de condução endógenas no seu núcleo; (b) o da variação relativa do seu nível, que se expressa pela mobilidade do seu “lado mais periférico”, aquele correspondente às catexias cambiantes no pallium.

E agora, como o ego cumpre sua função de dificultar ou “evitar” as passagens primárias de quantidade? Quais os mecanismos dos quais ele se vale? Dito rapidamente: o fundamental é o da inibição, que se processa em termos mecânicos através de um dispositivo (“catexia colateral”) (120) pelo qual o ego controla a passagem de Q. Esse mecanismo tem como finalidade:

1) Impedir que ocorra uma atração de desejo primária. Como? Possibilitando o aparecimento de um “sinal de realidade” – via  $\omega$  – para se evitar a alucinação. Quais as conseqüências? Um adiamento da descarga. (121).

2) Impedir que ocorra uma defesa primária. Como? Reduzindo a um “sinal” a liberação inicial de desprazer na re-catexização de uma lembrança dolorosa. Qual a conseqüência? Uma defesa de “magnitude normal” (122).

Vamos desenvolver agora com certo detalhe estes pontos, seguindo para tanto o texto do “Projeto” ao longo das Seções 14 e 15 da Parte I.

Vejamos primeiro em que consiste a inibição por “catexia colateral”.

Trata-se de um expediente mecânico basicamente consistente na aplicação de uma das conseqüências da “lei de associação por simultaneidade” (123) e que é descrito por Freud da seguinte maneira:

“Se um neurônio adjacente {ao neurônio pelo qual irrompeu uma  $Q_n$ } estiver catexizado simultaneamente, isso atua como uma facilitação temporária das barreiras de contato entre ambos os neurônios, modificando o curso [da corrente] que, caso contrário, teria tomado a direção da única barreira de contato facilitada” (124).

Desta maneira, “uma catexia colateral atua como uma inibição para a

passagem da Qn' " (125). Todavia, pode se dizer que um tal expediente só é tornado possível pelo fato de o ego ser concebido "como uma rede de neurônios catexizados e bem facilitados entre si" (126) o que, ao dizer de Laplanche, aproximaria sua ação inibidora "a uma espécie de indução no campo circundante, similar a que é exercida por uma massa elétrica ou magneticamente carregada, sendo o efeito dessa indução uma função da diferença energética entre a carga do elemento indutor e o meio circundante" (127) .

Portanto, conclui Freud: "quando existe um ego, ele deve inibir os processos psíquicos primários" (128).

Sem embargo, o expediente de inibição por catexia colateral só é apontado como aplicando-se apenas a um dos processos que caracterizamos como "primários", qual seja, a "defesa primária". Isto pode ser conferido no exemplo dado por Freud na página 324 (Figura 14). Suponhamos que temos, por um lado, uma imagem mnêmica hostil e, pelo outro, um neurônio-chave. Se essa imagem mnêmica for despertada, ocorrerá uma liberação primária de desprazer até o seu potencial máximo. Para evitar que isso aconteça, a catexia colateral atrairá o fluxo de Qn' proveniente da imagem mnêmica, de modo que fique reduzida a Qn' que consiga franquear a passagem até o neurônio-chave, sendo em conseqüência mínima a liberação de desprazer resultante.

A título complementar, também aparecerá aqui um fator até agora não mencionado: o mecanismo da atenção. Se o ego conseguir dirigir sua atenção para a re-catexização da imagem mnêmica hostil, conseguirá inibir oportunamente (i.e., em tempo), por meio de uma copiosa catexia colateral, a passagem de quantidade da imagem mnêmica até a liberação de desprazer (129).

É assim que chegamos, já no final da Seção 14, a considerações mecânicas que serão de suma importância para melhor compreendermos o que irá se entender mais à frente por "defesa de magnitude normal":

"(...) se admitirmos que a liberação de desprazer inicial da Qn' for recebida pelo próprio ego, teremos nessa mesma [liberação] a fonte do gasto que a catexia colateral inibidora exige do ego" (130). Porém, quanto mais intensa for a liberação de desprazer tanto mais difícil será a tarefa para o

ego, “que, com suas catexias colaterais, afinal só é capaz de proporcionar até certo limite um contra-peso para as Qn’s, e pode ver-se obrigado a permitir a ocorrência de uma passagem primária [de quantidade]” (131). Se esse for o caso, “a defesa primária será tanto mais poderosa quanto mais intenso for o desprazer” (131).

Temos assim o seguinte equacionamento energético:

$$\begin{array}{l} \text{quantidade de desprazer} \\ \text{inicial liberado} \end{array} = \begin{array}{l} \text{força que a catexia colateral} \\ \text{necessita para inibir} \end{array} = \begin{array}{l} \text{potência} \\ \text{da defesa} \end{array}$$

Pode-se dizer, a guisa de conclusão, que a catexia colateral atua inibindo diretamente a repetição das vivências de dor e afetos. Isto é conseqüência da conjugação de dois fatores: (1) a caracterização do ego como “uma rede de neurônios catexizados e bem facilitados entre si”; (2) a aplicação da “lei de associação por simultaneidade”. É por esta razão que Freud disse, no começo da Seção 14:

“Embora o ego deva tender a livrar-se de suas catexias pela via da satisfação {dada sua origem} isso não pode acontecer de nenhuma outra maneira senão influenciando a repetição das vivências de dor e de afetos, e pelo procedimento (...) que se qualifica geralmente como inibição” (133).

Todavia, os processos desiderativos primários também vão precisar, como veremos logo, desse mecanismo de inibição por catexias colaterais, o qual estará presente, contudo, de maneira mais indireta e como pré-condição mecânica de outro mecanismo inibitório que é próprio desses processos e que resulta do aprendizado biológico: trata-se do deferimento da descarga, no sentido da satisfação, até tanto não se cumpram as condições em que poderá ter lugar uma “ação específica”.

Mesmo contando com uma arma tão poderosa para enfrentar os processos primários como é a inibição por meio de catexias colaterais, o ego ainda “está destinado a cair – por obra de processos não influenciados em  $\psi$  – num estado de desamparo e a sofrer danos decorrentes de duas condições” (134) que não são senão as condições de ocorrência dos processos primários. Como isto é

possível? Acontece que o ego ainda não tirou proveito de todas as possibilidades decorrentes do mecanismo de inibição descrito acima. Concretamente, o ego ainda não tem mostrado saber como lidar com as representações alucinatórias.

Trataremos aqui, em primeiro lugar, dessas duas condições em que, deflagrados os processos primários, o ego se verá exposto a correr certos riscos biológicos. Uma vez feito isto, veremos de que maneira o ego irá enfrentar esses perigos, o que implicará de uma forma ou de outra em subjugar os processos primários, possibilitando assim a emergência de processos secundários. Com outras palavras: o que está em jogo aqui é a passagem da regência do “princípio de inércia” para a regência do “princípio de constância”.

Existem, pois, duas condições de ocorrência de processos primários  $\psi$ :

(a) A primeira tem lugar, diz Freud, quando o ego, encontrando-se em estado de desejo, recatexiza novamente a lembrança e então põe em ação o processo de descarga; nessas circunstâncias, como já sabemos, não poderá haver satisfação “porque o objeto não é real, estando apenas presente como representação – fantasia” (135). O resultado óbvio desta situação será o desapontamento ou frustração por parte do ego, e o re-início do mesmo processo que tornará a ser mal sucedido, implicando, no limite, ameaças para a supervivência do organismo.

Dado que o dano para o ego decorre aqui fundamentalmente do caráter alucinatório deste tipo de processo, o que se faz necessário, em primeiro lugar, é a presença de um critério para distinguir entre percepção e representação. Porém, “(...)  $\psi$  é incapaz de estabelecer essa distinção, pois só pode funcionar na base da seqüência de estados análogos entre seus neurônios. Assim, necessita de um critério proveniente de outra parte (...)” (136).

(b) A segunda condição ocorre quando é recatexizada uma imagem mnêmica hostil e a catexia emana – por associação – do próprio  $\psi$  e não do mundo externo (137). Se o ego não tiver condições de discriminar que se trata de uma lembrança e não de uma percepção, muito provavelmente não dirigirá sua atenção para a dita lembrança (ou bem chegará “tarde demais”) e isto porque “a atenção está [normalmente] concentrada nas percepções,

onde geralmente se originam as liberações de desprazer” (138). Mas, sem o auxílio da atenção, a lembrança será também alucinada e ocorrerá uma copiosa liberação de desprazer. Assim, “(...)  $\psi$  precisa de um sinal que atraia a sua atenção para a recatexização da imagem mnêmica hostil e que lhe permita evitar, por meio de catexias colaterais, a conseqüente liberação de desprazer. Se  $\psi$  conseguir efetuar essa inibição a tempo, tanto a liberação de desprazer quanto a defesa resultante serão mínimas; caso contrário, ocorrerá um desprazer imenso e uma defesa primária excessiva ”(139).

Tal “defesa primária” implica, como sabemos, numa des-catexização rápida e total da representação em causa. Quanto a seu destino, uma vez vazia de  $Qn'$ , só resta uma possibilidade: o “recalcamento” (140); ela cairá fora do domínio do ego. Como entender esta última conseqüência? Acharmos que uma maneira razoável de colocar a coisa é remetendo-nos para uma hipótese que Freud vai utilizar posteriormente: a hipótese da “ligação”. Ele postulará que uma conseqüência mecânica das catexias colaterais é a de “ligar” certa quota de  $Qn'$  que corre pelo neurônio (141), de tal maneira que o neurônio (ou a representação) ficam como que “absorvidos” pelo ego (142). A “ligação” é, portanto, uma outra modalidade de o ego exercer sua ação inibidora, mas requer, como pré-condição, o normal funcionamento da inibição por catexias colaterais. Como a defesa primária “estoura” o dito funcionamento, na sua ocorrência será impossível o trabalho de “ligação” pelo ego. Nestas condições, é fácil entender por que a representação do objeto hostil desliga-se do ego. Apesar de que Freud não assinala os danos decorrentes deste processo todo, não resulta difícil inferi-los: havendo o ego perdido todo controle sobre tal representação, esta poderá ser novamente catexizada sem que o ego possa “atender” para esta circunstância, dando-se assim início a um outro processo defensivo primário, que irá “consumindo” o próprio ego. “Aqui, mais uma vez, se deve, portanto, encontrar uma indicação para distinguir entre uma percepção e uma lembrança (representação)” (143).

Tal indicação (ou sinal) será chamada por Freud de “indicação de realidade”, sendo “provavelmente” fornecida pelos neurônios  $\omega$  (144). De que maneira? No caso de cada percepção externa – diz Freud – se produz em  $\omega$  uma

excitação qualitativa que inicialmente, porém, carece de toda importância para  $\psi$ . Mas é preciso ter em conta que a excitação  $\omega$  leva a uma descarga também  $\omega$  e que desta, como de qualquer descarga (145), chega informação a  $\psi$ . “Desse modo, a notícia da descarga proveniente de  $\omega$  constitui a indicação de qualidade ou de realidade para  $\psi$ ” (146). É bom acrescentar que essa indicação surge espontaneamente, sem a participação de  $\psi$  (147).

No entanto, tal critério de “realidade” tem suas limitações, e o próprio texto apontará logo uma circunstância em que ele seria falho. Assim, se a representação do objeto desejado for catexizada abundantemente (via  $\psi$ ), a ponto de ser ativada de maneira alucinatória, ela também produzirá a mesma indicação de descarga ou de realidade, como no caso da percepção externa. E, dado que a indicação de qualidade, se proveniente do exterior, aparece sempre, seja qual for a intensidade da catexia, não haveria portanto uma maneira de distinguir entre percepção e representação (148). Há, contudo, uma chance de o critério ser salvo, que é a seguinte: se a catexia da representação de desejo se efetuar sob inibição (como seria possível estando o ego catexizado), estarão então dadas, em tese, as condições mecânicas para que essa representação não seja hipercatexizada e subseqüentemente ativada de maneira alucinatória. Assim – avançará o texto – contando com a possibilidade de a catexia de desejo não ser muito intensa, a indicação de qualidade que surgir será uma indicação da realidade da percepção (já que as indicações de qualidade provenientes de  $\psi$  só se manifestam em presença de intensidades elevadas). Neste caso, portanto, o critério de “realidade” manteria seu valor. Pode-se assim concluir que a inibição pelo ego funcionaria como pré-condição para o estabelecimento de um critério de diferenciação entre percepção e lembrança (149). Todavia – poderíamos acrescentar – é quase óbvio que uma tal pré-condição não é auto-suficiente do ponto de vista mecânico, e que a mesma está precisando de um embasamento em outro nível, que só poderia ser o do biológico.

Vimos, com efeito, que o ego não é todo-poderoso, e que uma passagem primária de quantidade poderia “lográ-lo”, estourando o mecanismo de inibição via catexias colaterais, o que implicaria em que ele falhasse em im-

pedir a ocorrência de um processo de tipo alucinatório. Uma tal limitação (e a subsequente necessidade de contrabalançá-la por outras vias) serão tacitamente reconhecidas por Freud, ao dizer, a propósito das condições de catexização e de descarga das representações de desejo, em sua conexão com as “indicações de realidade”: “A experiência biológica ensinará (...) a não iniciar a descarga {deferimento da descarga} antes da chegada das indicações de realidade e, com essa finalidade em vista, a não levar a catexia das lembranças desejadas além de certa medida” (150). Pareceria, então – poderíamos avançar – que a regência do “aparelho” pelo “princípio de constância” (que é o que está por trás dos mecanismos inibitórios) não seria perfeita, isto é, não estaria de todo assegurada em termos estritamente mecânicos.

O ponto todo se encerra da seguinte maneira: quando ocorre a inibição de um ego catexizado – dirá Freud – as indicações de descarga  $\omega$  tornam-se, em termos muito gerais, indicações de realidade “que  $\psi$  aprende a aproveitar biologicamente” (151). Tal “aproveitamento” será ilustrado pelas seguintes alternativas: (1) “Se o ego, no momento em que surge essa indicação de realidade se encontra em estado de tensão de desejo, fará com que a descarga se dirija no sentido da ação específica” (152); (2) “Se a indicação de realidade coincidir com um aumento de desprazer,  $\psi$  produzirá então, por meio de uma catexia colateral de considerável grandeza, uma defesa de magnitude normal no lugar indicado” (153); (3) Finalmente – temos acrescentado nós – se ocorrer uma liberação de desprazer em ausência da indicação de realidade (i.e., em ausência da percepção de um objeto hostil), o ego desviará sua atenção do setor das percepções para o setor das representações e produzirá também, por meio de uma catexia colateral, uma defesa de magnitude normal no lugar indicado. De qualquer maneira, em ambos (2) e (3) o caráter “normal” da magnitude da defesa supõe a operância do “princípio de prazer” em conformidade com o “princípio de constância”.

É só a esta altura do texto, já no final da Seção 15 da Parte I, que Freud caracterizará tanto os processos primários quanto os secundários: “A catexia de desejo, levada ao ponto da alucinação, [e] a completa produção de

desprazer, que implica no total consumo da defesa, foram por nós considerados como processos psíquicos primários. Em contrapartida, aqueles processos que só se tornam possíveis mediante uma boa catexia do ego e que representam versões atenuadas dos mencionados processos primários, foram considerados como processos psíquicos secundários" (154).

Portanto, podemos concluir dizendo que a moderação da catexia desiderativa e o deferimento da descarga até a chegada da indicação de realidade, por um lado, e a redução da liberação do desprazer – no caso da recatexização de uma imagem mnêmica hostil – a um mero sinal para o ego pôr em ação uma defesa de magnitude normal, são expediente inibitórios que possibilitarão a emergência dos "processos secundários".

"Se advertirá – diz Freud ao encerrar a Seção 15 – que a preocupação imprescindível {dos processos psíquicos secundários} é a utilização correta das indicações de realidade, que só se torna possível, por sua vez, quando existe inibição por parte do ego" (155).

Embora a temática dominante neste Capítulo seja a referente aos processos psíquicos primários, é bom esclarecer aqui que aqueles que foram objeto de nossa análise – i.e., a "atração desiderativa primária" e a "defesa primária" – são antes protótipos de processos que efetivamente ocorreram num estágio inicial de desenvolvimento do organismo e que "foram gradativamente suprimidos pela pressão biológica no curso da evolução de  $\psi$ " (156). Com efeito, tal evolução encarregou-se de excluir qualquer comportamento, por parte de  $\psi$ , que fosse gerador de desprazer (157).

Tais processos foram substituídos por aqueles que são a salvaguarda do sistema em termos biológicos, quais sejam, os processos secundários ou processos de pensamento, que embora tenham sua origem e justificativa na vivência de satisfação e em suas repetições (158), já que na sua base se encontra "o interesse primitivo em estabelecer a situação de satisfação" (159), só poderão ocorrer, como foi visto, em condições que pressupõem a inibição por parte de um ego catexizado. Um ego catexizado e "maduro", poderíamos acrescentar, já que o ego que é capaz de inibir é um ego que evoluiu a partir

de um conjunto original de neurônios nucleares carregados com energia “pulsional”, por assim dizer, e cuja evolução supõe uma “educação” ou um certo aprendizado biológico (160).

Do dito anteriormente pareceria decorrer, um tanto linearmente, que a “história” da formação do ego, a dos processos secundários, e a da supressão gradativa dos processos primários é uma história só.

Todavia, é preciso flexibilizar este esquema a partir do seguinte fato, tal qual é apontado pelo texto: mesmo no estágio mais avançado da evolução de  $\psi$ , e lado a lado com os processos secundários, ainda persistem no aparelho processos primários que ocorrem nos moldes daqueles protótipos dos quais falávamos há pouco. Eles são de dois tipos: “normais” (acontecem diariamente com qualquer um) – é o caso do sonho; e “patológicos” (acontecem nas psiconeuroses) – é o caso do recalque ou defesa patológica. E ainda mais: nos é dito que os mecanismos patológicos guardam a maior analogia com os processos oníricos (161).

Quer dizer, então, que o estudo do sonho e do recalque – i.e., dos processos primários que realmente “se processam”, por assim dizer, – deveria coroar este Capítulo, ou bem prolongar sua temática de maneira imediata. Sem embargo, para nós podermos dar conta de tais processos, iremos precisar de um desvio prévio pelos “processos secundários”, e isto a fim de apanharmos certas conceituações que só aparecem nesse nível e sem as quais não nos será possível compreender cabalmente os primeiros. Portanto, terminaremos este Capítulo examinando os processos secundários de maneira algo sumária, seguindo o roteiro das Seções 16 a 18, ainda da Parte I do “Projeto”, nas quais encontraremos os elementos de que precisamos para abordar, finalmente, no próximo capítulo deste trabalho, os temas do sonho (Seções 19 a 21 da Parte I do “Projeto”) e da neurose (Parte II do “Projeto”). Esperamos também tornar claras, nesse próximo capítulo, as razões de uma tal organização temática.

Dissemos há pouco que os processos secundários ou processos de pensamento encontram-se ancorados em processos de desejo, mas em condições de ocorrência que supõem a inibição por parte de um ego catexizado. A

presença deste último é necessária, em primeiro lugar, para que haja, por parte de  $\psi$ , uma utilização correta das indicações de realidade e possa desta maneira ser garantido o estabelecimento da situação de satisfação visada. Porém, tal utilização correta dessas indicações de realidade é apenas uma dentre outras condições necessárias para tal fim. Será mister, ademais, que o ego efetue um certo “trabalho de pensamento” (162) como um meio para se chegar, da situação perceptiva dada na realidade à situação que é desejada (163). Dado que se trata literalmente de um “trabalho” (trabalho vagaroso de exploração de diversas vias, tanto perceptivas quanto representativas) e não de um processo meramente associativo regido pela “lei de associação por simultaneidade” e no qual predominaria, portanto, a “compulsão de facilitação” (Bahnungszwang) (164) (em suma, um processo primário), esse trabalho vai requerer a ocorrência de certas condições especiais do ponto de vista mecânico. Assim, uma vez assentada a hipótese de que o processo de pensamento consiste na catexização de neurônios  $\psi$ , com uma modificação daquela “compulsão de facilitação” pela via de uma catexia colateral, inferir-se-á, a partir daí, que é só uma parte da  $Q_n$  que acompanhará, pois, as facilitações, sendo que sua magnitude será regulada pelas catexias (165). Isto parece ser sinal de que no processo de pensamento não entrarão em jogo grandes quantidades. Por outro lado, como o “trabalho de pensamento” se efetua mediante o deslocamento, a título de ensaio, de  $Q_n$ , por todas as vias possíveis (166), resulta evidente que essas  $Q_n$ 's tampouco poderão ser grandes – o gasto para o ego seria enorme (167) – nem se deslocar precipitadamente – tornando assim inconsciente a corrente de pensamento (168). Será assim necessário que o ego ponha em jogo outra modalidade inibitória da qual temos já certa notícia: trata-se do mecanismo de “ligação” (169), que permite apenas uma corrente pequena (ou um fraco deslocamento). Com todos estes elementos, podemos já avançar uma outra caracterização dos processos secundários nos seguintes termos: eles seriam uma repetição do curso originário  $\psi$  (de quantidade), em um nível inferior, com quantidades menores (170).

Todavia, esta caracterização permanece amarrada a fatores preponderan-

temente mecânicos. Precisamos também de uma caracterização que tenha em conta a dimensão teleológica que vimos perfilar-se no nível dos processos de desejo e que pensamos perpassará também aqueles processos que os perfazem em outro nível, quais sejam, os processos de pensamento.

Nesta linha, vemos Freud dizer: “o fim e o término de todos os processos de pensamento é o estabelecimento de um estado de identidade, a transmissão de uma Qn’ [sic] de catexia, emanada do exterior, a um neurônio catexizado a partir do ego” (171).

Como entender isto aqui? Vamos tentar decifrá-lo tendo como ponto de partida a Seção 16 da Parte I do “Projeto”, que leva por título “Cognição e Pensamento Reprodutivo”.

Temos pois, a partir desse título, uma contraposição entre duas formas diferenciadas de processos cogitativos que será de importância capital para entender o funcionamento dos processos secundários. Ela será expressa de maneira menos elíptica no início da Seção 18 sob a forma de “pensamento reprodutivo”, por um lado, e “pensamento cognitivo ou judicativo”, pelo outro (172). Ademais, tal contraposição corresponder-se-á com a que é traçada, na Seção 17, entre os dois tipos de “trabalho de pensamento” inerentes àquelas espécies cogitativas, quais sejam, “recordar” e “julgar” (173). Tal esquema será mantido, no essencial, na Parte III do “Projeto”, dedicada aos processos secundários (sob a ótica dos processos  $\psi$ -normais), sendo que aí a divisão será efetuada entre “pensamento prático” (174) e “pensamento teórico” (175), desaparecendo de cena o “pensamento reprodutivo”, que em parte coincidirá com o “pensamento prático”, e sendo o “pensamento cognitivo” uma das formas adotadas pelo “pensamento teórico”.

Voltando à contraposição acima apontada, tal como aparece nas seções correspondentes da Parte I do “Projeto”, podemos agora antecipar uma primeira e genérica distinção entre pensamento recordativo e pensamento cognitivo tendo em vista os diferentes “trabalhos” por eles efetuados. Com efeito, enquanto o pensamento reprodutivo desenvolverá fundamentalmente um “trabalho mnêmico” (176) em cima de recordações, a fim de simplesmente reproduzir o primitivo circuito de satisfação, e sem que seja determinada

qualquer orientação para novas vias de pensamento, o pensamento cognitivo levará, como veremos com certo detalhe, à produção de conhecimento, que implica em ir além do nível meramente mnemônico e para o qual será essencial um certo tipo de “trabalho judicativo” (177) que está na base do “conhecer”. Pulando para a Parte III do “Projeto” poderíamos dizer que o pensamento cognitivo corresponderia “mais ou menos ao estado do investigador que, tendo feito uma percepção, pergunta a si mesmo: o que significa isso? aonde leva?” (178). Embora na Parte I do “Projeto” apareçam como expressões intercambiáveis “pensamento cognitivo” e “pensamento judicativo” (179), existe uma diferença entre essas formas de pensamento que, mesmo que sutil, merece ser consignada. Ela ficará explícita sobretudo na Parte III do “Projeto”, onde o pensamento judicativo será apresentado como um primeiro momento do pensamento cognitivo ou como o tipo de trabalho pelo qual principia a dita espécie de pensamento. Todavia, o trabalho judicativo antecederá, efetivamente, qualquer outro tipo de atividade cognitiva (180), e também operará com antecipação ao pensamento reprodutivo (181), por razões que logo serão apontadas. Sendo isto assim, vamos começar pelo tratamento do processo de “julgamento”, tal como ele é desenvolvido na Seção 16 da Parte I do “Projeto”.

Suponhamos um processo desiderativo com inibição por parte do ego. Teremos então uma catexia moderada da representação do objeto de desejo, o que permitirá reconhecer o dito objeto como não real (182). A partir daí se abrem três situações possíveis entre essa catexia de desejo e uma catexia perceptiva concomitante:

1) Existe uma coincidência total entre as duas catexias. Além disso, um sinal de realidade provém de  $\omega$ , o que conduzirá a uma descarga no sentido da ação específica. Portanto, a relação entre as duas catexias é aqui de identidade. Tal situação, diz Freud, não é biologicamente aproveitável (183). O que significa que nada novo surgirá da mesma porque não haverá necessidade de se efetuar qualquer trabalho de pensamento.

2) Ambas catexias só coincidem parcialmente (184). Existe, portanto, uma relação de semelhança entre elas.

3) Inexiste qualquer coincidência entre as catexias desiderativa e perceptiva (185). A relação, portanto, é de diferença.

É só a partir do segundo caso – o mais comum, diz Freud (186) – que será deflagrado um processo cogitativo porque “na medida em que as catexias coincidem não dão oportunidade ao trabalho de pensamento. Em compensação, as partes discrepantes ‘despertam interesse’ (...)” (187).

Assim, a porção díspar entre ambas catexias dará início a um trabalho de pensamento cujo fim é a conversão da semelhança que há entre elas em identidade. Este trabalho principia por um processo chamado de “juízo”. Vejamos como ele opera.

Consideremos que entram em jogo catexias de complexos de neurônios e não catexias de neurônios únicos e suponhamos então, por exemplo, que a catexia de desejo se relaciona ao complexo ‘a + b’, e a catexia perceptiva ao complexo ‘a + c’ (188).

O trabalho de juízo consistirá na decomposição ou análise do complexo perceptivo (prévia comparação com outros complexos congêneres), decomposição essa que é feita em duas partes: “a primeira, que geralmente se mantém constante, é o neurônio a, e a segunda, habitualmente variável, é o neurônio b. A linguagem estabelecerá mais tarde o termo juízo para classificar esse processo de análise, descobrindo simultaneamente a semelhança que de fato existe [por um lado] entre o núcleo do ego e a parte constante do complexo perceptivo e [por outro] entre as catexias cambiantes no pallium e a parte inconstante [do complexo perceptivo]; [a linguagem] qualificará o neurônio a como a coisa e o neurônio b como sua atividade ou atributo – em suma, como seu predicado” (189).

Como se desenvolve, a partir desta primeira atividade cogitativa, o chamado “pensamento reprodutivo”?

Retomemos primeiramente o exemplo colocado acima para ilustrarmos o processo de juízo que acabamos de caracterizar.

Suponhamos então que a imagem mnêmica desejada seja a do seio materno com o mamilo, vistos de frente, o que corresponderia ao complexo ‘a + b’, mas que a percepção inicial do objeto seja a visão lateral dele, sem

o mamilo, o que corresponderia ao complexo 'a + c' (190).

Uma vez decomposto o complexo perceptivo 'a + c' o trabalho judicativo prosseguirá comparando tal complexo com o complexo desiderativo 'a + b' a fim de explicitar a relação de semelhança entre ambos. (Recordemos que uma relação de semelhança inclui identidades e diferenças (191)). O primeiro que se descobre é a identidade do neurônio a nas duas catexias; i.e., a parte constante de ambos complexos. O estabelecimento da semelhança implicará no estabelecimento de uma comparação entre os predicados b e c em sua relação com o neurônio a que ponha em relevo o fato de eles corresponderem a diferentes "estados" da mesma "coisa" (a).

"Assim, o judgar é um processo  $\psi$  que só se torna possível graças à inibição exercida pelo ego e que é suscitado pela dissemelhança entre a catexia de desejo de uma lembrança e uma catexia perceptiva que lhe seja semelhante" (192).

É nesse momento que entrará em cena o pensamento reprodutivo, uma vez que o pensamento judicativo já lhe fornecera facilidades prontas para a migração associativa (193) em que consistirá, praticamente, tal pensamento reprodutivo. Vejamos isto com detalhe.

Como em lugar do neurônio b (que faz parte da representação do objeto de desejo), o primeiro a ser percebido é o neurônio c, "a atividade do ego seguirá as conexões desse neurônio c e, mediante o fluxo de uma  $Q_n$ ' ao longo dessas conexões, fará surgir novas catexias até encontrar acesso para o neurônio b desaparecido" (194).

Assim, o pensamento reprodutivo ficará caracterizado nos seguintes termos: "(...) ele tem, pois, um propósito prático e um fim biologicamente estabelecido ou seja, tornar a dirigir para a catexia do neurônio desaparecido uma  $Q_n$ ' que esteja emigrando da percepção excedente" (195).

Desta maneira, a corrente de pensamento se dirigirá às lembranças suscitadas, desenvolvendo assim um trabalho de caráter "mnêmico" (196). Via de regra – diz Freud – "aparece a imagem de um movimento [uma imagem motora] intercalada entre os neurônios c e b; e, ao ser reativada essa imagem pela realização efetiva de um movimento, ficará estabelecida a percepção do

neurônio b e, com isso, a identidade visada” (197). Isto torna-se possível porque: “Na memória infantil existe uma experiência, adquirida casualmente no ato de mamar, segundo a qual a imagem frontal se converte em lateral mediante determinado movimento de cabeça. A imagem lateral, percebida em primeiro lugar, conduz à [imagem do] movimento da cabeça; um teste mostrará que este deve efetuar-se em sentido inverso, a fim de obter a percepção da imagem frontal” (198).

Uma vez obtida a identidade entre as duas catexias, isto funcionará como um “sinal biológico” para pôr fim ao trabalho de pensamento (199). Nessas condições também se obterá o direito à descarga, desde que apareça a indicação de realidade a partir do neurônio b. Todavia, o processo pode se tornar independente da efetuação da descarga e tender unicamente a identidade. Nesse caso, teremos um “mero ato de pensamento” que poderá eventualmente ser aproveitado biologicamente (200). Veremos, na Parte III, a semelhança que existe entre este “mero ato de pensamento” e “o saber prático” a que pode conduzir o pensamento homônimo (201).

E agora, como fica caracterizado este processo todo do ponto de vista mecânico? Vamos nos defrontar aqui com uma explicação que será de capital importância para avaliarmos melhor o verdadeiro alcance da proposta metodológica de abordagem do psiquismo avançada pelo “Projeto”, e na qual se pretendia reduzir o tratamento dos fenômenos psíquicos – pelo menos nas declarações de propósitos expressas na “Introdução” da dita obra – a um ponto de vista quantitativo (ou mecânico).

Com efeito, a explicação que o texto irá oferecer para a mecânica do pensamento reprodutivo, não só tornará explícita a co-ocorrência das ordens do mecânico e do teleológico, quanto que assinalará a subordinação da primeira com relação à última das ditas ordens.

Freud começará dando como óbvio o fato de que a corrente associativa ao longo dos neurônios facilitados tenha como elemento subjacente a Qn’ proveniente do ego catexizado. Porém, tal migração não será regida pelas facilitações mas por um fim (202). Sabemos já que fim é esse: “Ele consiste em voltar ao neurônio b desaparecido e em suscitar a sensação de identidade

– isto é, o momento em que só se encontra catexizado o neurônio b e a catexia migratória está prestes a desembocar nele” (203).

Depois de ter destacado a dominância do plano teleológico, Freud especificará as condições mecânicas em que o mentado fim será atingido.

1) O momento da identidade será alcançado mediante o deslocamento, a título de ensaio, de  $Q_n'$  por todas as vias possíveis, para o qual será necessário empregar uma quantidade ora maior, ora menor, de catexia colateral, segundo se possa aproveitar as facilitações preexistentes ou seja preciso contrabalançá-las (204). E aqui Freud traçará uma importante contraposição de tipo mecânico entre o pensamento reprodutivo e uma passagem meramente primária de quantidade: “A luta entre as facilitações fixas e as catexias flutuantes caracteriza o processo secundário do pensamento reprodutivo, em contraste com a seqüência primária de associações” (205).

2) O curso da migração será dirigido pela constante catexização da lembrança da representação de desejo (b) enquanto é perseguida a cadeia associativa a partir do neurônio c. Graças a essa catexização do neurônio b – e em virtude da lei de associação por simultaneidade – todas as conexões eventuais desse neurônio se tornarão, por sua vez mais facilitadas e acessíveis (206).

3) As vias de desprazer – i.e., aquelas vias em que se façam presentes lembranças associadas a uma vivência de dor – deverão ser evitadas. Apesar disso – diz Freud – conservam todo seu valor como orientadoras da corrente de reprodução, no sentido de que elas indicarão à corrente de pensamento quais as catexias de que esta deverá afastar-se (207).

Consideremos agora a terceira e última das possíveis relações existentes entre uma catexia desiderativa e a percepção surgida paralelamente à mesma, qual seja, a relação de diferença. Trata-se, com efeito, do caso mais interessante já que ele se encontra na ante-sala, por assim dizer, do pensamento cognitivo.

Dada a falta total de coincidência entre a “imagem mnêmica desejada” e a “imagem perceptiva” (208), surgirá, diz Freud, um interesse para (re)conhecer

(209) essa imagem perceptiva, de maneira que talvez se consiga encontrar, apesar de tudo, uma via entre ela e a imagem mnêmica desejada. Para tal efeito, é esperável que a imagem perceptiva “seja novamente hipercatexizada a partir do ego, como aconteceu no caso anterior com apenas um componente dela, o neurônio  $c$ ” (210).

Abrem-se aqui duas possibilidades: (1) que a imagem perceptiva não seja absolutamente nova; caso seja assim, o processo de pensamento reprodutivo já descrito repetir-se-á, como aconteceu no caso anterior; (2) que a imagem perceptiva seja completamente nova, dando assim lugar a duas espécies de “trabalho de pensamento”: “ou a corrente {de pensamento} se dirigirá às lembranças suscitadas e porá em função um trabalho mnêmico carente de meta, que será dirigido pois, pelas diferenças e não pelas semelhanças, ou [a corrente] permanecerá nos componentes [da percepção] recém surgidos, pondo então em função um trabalho judicativo igualmente carente de meta” (211).

Vejamos esta última alternativa que é a que nos conduzirá ao “pensamento cognitivo”.

Diz Freud: “Suponhamos que o objeto apresentado pela percepção se pareça com o próprio sujeito – com um outro ser humano. Nesse caso, o interesse teórico [que se lhe dedica] fica explicado também pelo fato de que um objeto como este foi, ao mesmo tempo, o primeiro objeto de satisfação [do sujeito], seu primeiro objeto hostil e também sua única força auxiliar” (212).

Quer dizer, então, que o objeto da percepção é um ser humano, semelhante àquele que assistiu ao desamparado na “primeira” vivência de satisfação (213), o que explica que ele seja o “primeiro objeto de satisfação” e a “única força auxiliar” simultaneamente. Mas tal objeto aparece aqui, no “complexo (perceptivo) do semelhante”, como sendo também o “primeiro objeto hostil”. O texto não é explícito a esse respeito, mas pode-se inferir que o predicado “hostil” significa aqui que tal objeto deve ter formado parte de uma vivência de dor, i.e., de um circuito liberador de desprazer. Portanto, o “complexo do semelhante” nos coloca diante de um objeto que possui uma

ambivalência dada pela coexistência de dois predicados antagônicos, o que permite ver esse “outro” como fonte tanto de prazer como de desprazer. De prazer, na medida em que esse outro é o outro da satisfação; de desprazer porque, se partirmos (por hipótese) da caracterização do desprazer feita na Parte III do “Projeto”, enquanto mestre de qualquer aquisição feita por  $\psi$ , e isto pela via da evitação de certos circuitos (214), aquele “outro” do “complexo do semelhante” poderá ser visto como aquele que diz “não” à deflagração de um processo desiderativo primário, provocando assim – poder-se-ia inferir – a liberação de um certo desprazer que pensamos deve acompanhar a inibição do movimento do desejo. Isto não exclui, por outro lado, a possibilidade de que esse outro tenha também sido a fonte de uma vivência de dor propriamente dita. Estas seriam, conforme o nosso entender, as razões daquele “interesse teórico” de que é objeto o “complexo do semelhante”, qual seja, a sua presença nas duas vivências  $\psi$  fundamentais. O que estaria elipticamente contido na seguinte afirmação de Freud, subsequente à citada na nota 212 supra: “É por esse motivo que é em {ou a partir de} seu semelhante que o ser humano aprende a (re)conhecer” (215).

De que maneira se processa esse (re)conhecimento, ou o quê significa (re)conhecer nesse nível?

Em primeiro lugar, na base de tal (re)conhecimento teremos um trabalho judicativo propriamente dito, já que no caso do pensamento reprodutivo esse trabalho esteve presente na sua “versão minimalista”, digamos, o que fora reconhecido por Freud ao dizer, após concluída a análise do correspondente exemplo: “{aqui} não intervém muito o juízo (...)” (216). O que é que está faltando? Vamos por partes.

No caso do (re)conhecimento a atividade judicativa começará da maneira em que já sabemos que começa qualquer processo de julgamento, qual seja, pela decomposição do complexo perceptivo (no caso, o “complexo do semelhante”) em duas partes: uma constante, a coisa, e outra variável, os predicados da coisa. Só que a relação de semelhança não será estabelecida aqui entre os predicados da coisa e “uma catexia psíquica do próprio sujeito” (217) (como aconteceu com a representação do objeto de desejo no caso an-

terior); pelo contrário, aqui a relação se dará entre os predicados da coisa e “uma catexia corporal” (218), isto é, “sensações e imagens de movimento do próprio sujeito” (219).

Assim: “Os complexos perceptivos emanados desse (...) semelhante serão, então, em parte novos e incomparáveis – como, por exemplo, seus traços, na esfera visual; mas outras percepções visuais – o movimento das mãos, por exemplo – coincidirão no sujeito com a lembrança de impressões visuais muito semelhantes, emanadas de seu próprio corpo, [lembranças] que estão associadas a lembranças de movimentos experimentados por ele mesmo. Outras percepções do objeto também – se, por exemplo ele der um grito – evocarão a lembrança do próprio grito [do sujeito] e, com isso, de suas próprias vivências de dor” (220).

Portanto, a busca da identidade, dessa identidade que fora concebida em termos gerais como a existente entre uma catexia emanada do exterior e um neurônio catexizado a partir do ego, à qual se chega a partir da atividade judicativa e pela via da semelhança, e que é sempre a meta final de toda atividade cogitativa, ficará, no caso do (re)conhecimento, mediatizada pelo corpo do sujeito.

Dessa maneira, “o complexo do ser humano semelhante se divide em duas partes, uma das quais impressiona por sua constante estrutura, permanecendo coesa como uma coisa, enquanto que a outra pode ser compreendida por meio do trabalho da memória – isto é, pode ser reduzida a uma informação sobre o próprio corpo [do sujeito]” (221).

Temos assim, por um lado, a “coisa”, algo assim como “um núcleo não analisável em predicados” (222), e que na Parte III do “Projeto” será chamada ora de “componente não assimilável” (do complexo perceptivo) (223), ora de “parte constante e incompreendida” (224), e temos, por outro lado, nesse complexo, “uma porção conhecida do ego através de sua própria experiência”, conhecimento esse em que consiste propriamente o que se tem chamado de “compreensão” (225).

Já sabemos da semelhança existente entre a “coisa” e o “núcleo do ego”, por um lado, e entre “a parte inconstante do complexo perceptivo” (os pre-

dicados da coisa) e “as catêxias cambiantes no pallium”, pelo outro (226). Portanto: o processo de “compreensão” se dará no nível dos predicados da coisa, mas a coisa propriamente dita não será “compreendida” já que, pelo fato de não ser predicável não poderá tampouco ser comparável. Ela só seria “comparável” em sua opacidade, por assim dizer, com o núcleo do ego ou, em todo caso, com a vontade, todos estes refratários a qualquer atividade cognitiva. Ademais: pode-se dizer que a “compreensão” representa o momento da identidade para o pensamento judicativo ou cognitivo.

Na atividade judicativa que precedera o pensamento reprodutivo faltava esse componente essencial do julgamento que é o “compreender”. Mas ali estava-se lidando apenas com “catexias psíquicas”. Na medida em que faltarem experiências corporais com as quais se possa comparar a porção variável do complexo perceptivo, tal porção poderá ser reproduzida, porém não compreendida. E Freud apresentará aqui um exemplo ao qual deveremos prestar a maior atenção:

“Assim (...), e isso se tornará importante mais adiante [na Parte II], nenhuma experiência sexual produz efeito enquanto o sujeito não tenha sentido sensações sexuais – quer dizer, em geral antes do início da puberdade” (227).

Para fechar esta questão reiteraremos, de maneira conjunta, certos pontos que já colocáramos de maneira dispersa. Tanto o pensamento reprodutivo quanto o pensamento cognitivo têm como fim e término o estabelecimento de uma identidade entre uma percepção e uma catexia oriunda do ego. Mas, enquanto o pensamento cognitivo procura uma identidade com uma catexia corporal (i.e., um complexo de sensações e representações de movimento do próprio sujeito), o pensamento reprodutivo vai atrás de uma identidade com uma catexia psíquica (i.e., vivências próprias do sujeito que incluem representações de objeto). Em síntese: podemos dizer que o juízo não é uma função primária e supõe a catexização, a partir do ego, das porções díspares (não comparáveis) da percepção. Ele não tem, em primeira instância, nenhuma finalidade prática (228); pelo contrário, se uma vez concluído o ato de pensamento, a indicação de realidade chegar à percepção, então se terá obtido um juízo de realidade, uma crença, atingindo-

se com isso o objetivo de todo esse trabalho (229).

Finalmente, temos que consignar as duas condições que são estipuladas para que a realidade não seja falseada pelo pensamento:

(1) O pensamento não deve modificar substancialmente as facilitações criadas pelos processos primários; senão, até falsearia os traços ou rastros da realidade. Esta condição é facilmente satisfeita se se atenta para o fato de que as pequenas Qs que passam durante o pensamento não podem, em geral, superar as facilitações (230).

(2) Dado que é indubitável que o processo de pensamento deixa atrás de si traços duradouros, faz-se necessária a existência de traços especiais, “signos do processo de pensamento” que constituam uma “memória – de – pensamento” (para poder distinguir os traços do pensamento dos traços da realidade) (231). Isto só será conseguido, como veremos no Capítulo VI deste trabalho, pelas “indicações de descarga verbal” ou pelas “indicações da fala”, que equiparam os processos de pensamento com os perceptivos, conferindo-lhes realidade e possibilitando sua lembrança (232).

Voltando ainda para o processo de julgamento próprio do pensamento cognitivo, constataremos que ele não tem sido suficientemente explorado por nós e que resta tirar pelo menos uma importante conseqüência do mesmo.

Na decomposição do “complexo do semelhante”, este nos apareceu, através dos seus predicados, como investido com valores de diferentes signos (i.e., “positivo” e “negativo”) (233). Esta discriminação que está na base do julgar implicará na possibilidade de o ego categorizar seu universo representativo atribuindo diferentes significados às representações que o integram. Recordemos que  $\psi$ , no nível do seu funcionamento conforme a “lei de associação por simultaneidade” era incapaz de estabelecer essas diferenças, pois só podia operar “na base da seqüência de estados análogos entre seus neurônios” (234). O sistema  $\psi$ , operando agora no nível do processo secundário do pensamento cognitivo, está em condições de deixar de ser apenas um circuito mnemônico em que cadeias de neurônios são percorridas de ma-

neira puramente associativa para começar a constituir-se também enquanto sistema de representações que possuem uma função significativa (235).

Neste particular, achamos muito sugestiva a proposta de D. Maldivsky no sentido de estabelecer comparações entre os diversos tipos de representações estipulados por Freud em “Sobre as Afasias”, quais sejam, “representações de coisa” e “representações de palavra (236), e a organização que resultaria, em nível representacional, do julgamento do “complexo do semelhante” – embora Maldivsky seja elíptico demais ao tratar o “complexo do semelhante” (um complexo perceptivo) diretamente como um complexo representativo (237). Seguindo de qualquer maneira essa pista, consideremos então por hipótese que o “complexo do semelhante” funcione – no nível representativo – enquanto a “representação de coisa” de “Sobre as Afasias”, i.e., como um complexo associativo constituído por diversos traços de impressões visuais, auditivas, tácteis, cinestésicas, e outras, e que só na aparência remeteria para alguma “coisa”, aparência esta que decorreria do fato de ele ser um complexo aberto à incorporação de novos elementos (238). Como podemos ver, a caracterização da “coisa” aqui é bem mais leve, do ponto de vista ontológico, daquela que aparece no “Projeto”. A “coisa” de “Sobre as Afasias” parece consistir apenas no conjunto dos seus predicados, algo assim como um mero suporte referencial dos mesmos, sem aquela “densidade” com que aparece conotada no “Projeto”. Quanto à “representação de palavra”, outro complexo associativo no qual intervêm elementos que procedem de canais visuais, acústicos e cinestésicos, ela só adquire significação plena pela sua ligação com a “representação de coisa”. Teremos oportunidade de constatar, no Capítulo VI deste trabalho, como tal “representação de palavra” se entrelaçará com a “representação de coisa” (ou com o “complexo representativo do semelhante”) ao considerarmos o papel que cabe às “representações da fala” na constituição do “aparelho” montado no “Projeto”.

E agora – poderíamos inquirir – qual é a natureza dessa “coisa” que se nos apresenta de maneira um tanto enigmática?

Um primeiro passo para tentar avançar uma resposta consistirá em atender à diferenciação que Freud estabelece na Seção 18 da Parte I entre “juízo

primário” e “juízo secundário”, diferenciação essa que tem a ver com o processo de constituição do juízo tal como ele atua no nível de processos de pensamento.

O processo de julgamento, enquanto processo egoico que está na base de qualquer tipo de atividade cogitativa, reconhece na sua origem um juízo de carácter primário, i.e., um processo puramente associativo mais ou menos próximo do que foi caracterizado como “processo psíquico primário”.

De maneira simétrica, o juízo que é constitutivo de qualquer processo de pensamento levará o nome de “juízo secundário”, já que ele surgiu pela atenuação daqueles processos meramente associativos (239).

Freud distinguirá dois tipos de “juízos primários”, conforme o grau de sua distância com relação aos processos psíquicos primários:

(1) Aqueles juízos que já supõem certa moderação quanto a uma passagem primária de quantidade e que, conseqüentemente, pressupõem um grau de influência por parte do ego catexizado, sendo este grau de influência em todo caso menor do que aquele que se observa no pensamento reprodutivo (que é, dos processos de pensamento vistos até aqui, o que menor distância oferece com relação aos processos primários). Trata-se, neste tipo de juízo, de perseguir uma associação produzida pela coincidência parcial (entre catexias de desejo e perceptiva), uma associação à qual não se aplica modificação alguma (240).

(2) Trata-se de juízos em que podemos “ver” o processo primário atuando no juízo, por assim dizer, de maneira que o processo associativo é levado a cabo com pleno potencial de quantidade (241). Eles ocorrem em duas situações: (a) quando a percepção tem um valor imitativo. Assim, “a percepção corresponderia, aproximadamente, a um objeto-núcleo + uma imagem motora. Enquanto se percebe a percepção copiam-se os movimentos – isto é, inerva-se a própria imagem motora suscitada pela coincidência [com a percepção], a tal ponto que o movimento acaba sendo efetuado” (242); (b) quando a percepção tem um valor comiserativo. Neste caso, a percepção evoca a imagem mnêmica de uma própria sensação de dor, de modo que se sente, então, o desprazer correspondente e se repetem os movimentos defen-

sivos adequados (243).

Temos consignado aqui detalhadamente esses dois últimos casos porque mais à frente, ao abordarmos a Parte III do “Projeto”, será vista sua relevância em conexão com o tema da “invenção” da linguagem (244).

Portanto, podemos concluir dizendo que o juízo, em nível de processo secundário, é inicial ou primariamente um processo de associação entre catexias que chegam do exterior e catexias oriundas do próprio corpo. Mas uma indagação final merece ser formulada: não poderia haver algo, nesse cruzamento de catexias, que deixasse de ser associado porque, dada a sua índole, permaneceria de qualquer maneira díspar, in-associável? Deixemos a resposta por parte de Freud: “O que chamamos coisas são resíduos que se esquivaram ao juízo” (245).

Talvez possamos acrescentar que as “coisas” são como lastros quantitativos que não puderam entrar no processo de conversão da quantidade externa em qualidade (246), do qual o juízo parece ser um exemplo: “Talvez não esteja errado supor que ele [o juízo] ao mesmo tempo represente um método pelo qual as Qs procedentes de  $\varphi$  podem ser transmitidas e descarregadas” (247).

A “coisa” pareceria então ser algo assim como a quantidade em estado puro.

## Capítulo V

### Sonho e Recalque

Nossa incursão pelos processos secundários – ou, melhor, essa primeira incursão que fora feita no capítulo imediatamente precedente – nos encoraja já para enxergar o mentado aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ” na qualidade de aparelho “psíquico”. Com efeito, ao longo de um percurso que veio desembocar nos processos de pensamento, a “ontologia neuronal” em que o dito aparelho se sustentava foi mostrando aos poucos seu caráter metafórico, o que encontrara expressão, fundamentalmente, na já aludida identidade virtual “neurônio/representação”. Faz-se necessário, todavia, precisarmos melhor estas colocações. Dizer que o aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ” é “psíquico” não significa que pretendamos autonomizá-lo de sua base neurônica, já que o veículo do dito aparelho continua sendo, de qualquer maneira, um sistema neurônico. Dizer que esse aparelho é “psíquico” significa sobretudo dizer, de nossa perspectiva, que por obra e graça de uma série de operações de metaforização nos encontramos em presença de um aparelho onde processos psíquicos ocorrem “colados” a processos neurônicos. Uma rápida passagem por certos momentos-chave que são ilustrativos, na Parte I do “Projeto”, de tal estado de coisas, será de grande utilidade para situar-nos melhor nesse processo em que a dupla condição de “metafórico” e de “psíquico” do referido aparelho foi se tornando cada vez mais manifesta.

Inicialmente, e até a Seção 9 dessa primeira parte, só nos foi possível contabilizar, em prol dessas características do aparelho, algumas pistas esparsas, quase lampejos, como por exemplo o suministrado pela afirmação, na Seção 3, de que os neurônios  $\psi$ , enquanto portadores da memória, seriam também, provavelmente, os portadores dos processos psíquicos em geral (1). Todavia, quando se tentara introduzir, na linguagem de quantidades e neurônios, a dimensão da consciência, assistimos perplexos à atribuição de um “lado subjetivo” a processos neurônicos, no caso, os  $\omega$ . E a substância neurônica do aparelho, até então de aparência compacta, viu-se atravessada

por uma espécie de fenda, como poderíamos dizer fazendo uso de uma licença metafórica.

Um outro passo à frente foi dado ao se chegar ao tema dos estímulos endógenos, justamente no ponto em que sua fronteiricidade biológico/psicológica fizera-se patente. Com efeito, vimos que tais estímulos adquiriam o caráter de “estímulos- $\psi$ ” ora pela via de sua transformação em estímulos psíquicos, ora pela manifestação de seu efeito psíquico. É evidente que temos aqui um equacionamento entre “psíquico” e “ $\psi$ ” que faz do sistema  $\psi$  mais o “lugar” onde processos psíquicos ocorrem (os estímulos  $\psi$  que nele irrompem) do que um mero portador ou suporte material desses processos.

A ulterior passagem pelas duas vivências  $\psi$  fundamentais, sobretudo pela vivência de satisfação, nos colocou já em presença de uma ordem teleológico-representacional onde fatores da ordem quantitativo-neuronal não mais detinham o monopólio da explicação da ocorrência de processos  $\psi$ .

Chegamos assim aos processos secundários onde vimos ganhar dominância à dimensão teleológica ao tempo que, como resultado do julgamento, o sistema  $\psi$  começava a articular-se em nível de um sistema de representações cujo caráter significante provinha dos diferentes valores atribuídos aos “predicados” do complexo julgado (2). Todavia, tudo isto foi possibilitado pela presença da organização “ego” encarregada fundamentalmente de superar a “compulsão de facilitação” que, sob o regime da “lei de associação por simultaneidade”, erigia-se em fator determinante na passagem de quantidades. Uma tal forma de passagem – compulsiva e meramente associativa e, portanto, primária – fora assim influenciada pelo ego, que pôde, desta maneira, desenvolver sua função judicativa, função essa destinada a operar em um plano de significações, que é propriamente o plano da predicação. Contudo, quem se fez de mediador em tal processo “psíquico” foi o corpo do “sujeito” – por assim dizer – (3) já que vimos como a compreensão ou o (re)conhecimento, i.e., o fim e o término do processo judicativo, implicava na identidade (parcial) entre catexias do próprio corpo e um conjunto de predicados da “coisa”. Finalmente, podemos aventar agora a hipótese de que o traçado da divisão entre “externo/interno” fique por conta daquilo que não

pôde ser compreendido: lá fora, a coisa; e bem no interior, o núcleo do ego. O que é suscetível de ser processado psiquicamente por  $\psi$  não estaria nem “dentro” nem “fora”, senão na confluência do que é compreendido, no caso do juízo secundário, e no cruzamento associativo de catexias que chegam do exterior via  $\varphi$  e catexias oriundas do próprio corpo, no caso do juízo primário (4).

Em síntese: que o principal protagonista no desvelamento do estatuto psíquico do aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ” resulta ser o ego, embora já saibamos que não se trata de uma instância todo-poderosa, posto que continuam a irromper em  $\psi$ , mesmo uma vez configurado esse ego, processos psíquicos primários “semelhantes aos que foram gradativamente suprimidos pela pressão biológica no curso da evolução de  $\psi$ ”, tal como antecipamos no capítulo anterior deste trabalho (5).

Foi também assinalado, nessa oportunidade, que tais processos eram de dois tipos: normais (i.e., os sonhos) e patológicos (i.e., a defesa patológica ou recalque). Dedicaremos este capítulo a examinar ambas espécies de processos, mas antes faremos um ponto de parada para precisarmos melhor os diferentes planos em que a categoria “processo primário” está jogando no “Projeto”.

Vimos no capítulo anterior que o aparelho psíquico tinha se estruturado a partir de duas vivências fundamentais – de satisfação e de dor – das quais resultaram dois protótipos processuais – a “atração desiderativa primária” e a “defesa primária” – que, embora marcados pelos signos opostos da atração e da repulsa, tinham como denominador comum o fato de ambos se regerem pelo princípio de prazer na sua modalidade da fuga. Dado que tal modalidade, como se sabe, é expressão da tendência primária à inércia, aqueles protótipos foram chamados de “processos primários”. A caracterização que nós fizéramos então em termos de “protótipos” tinha a ver com uma variável genética: tais processos teriam ocorrido em um aparelho rudimentar ou em desenvolvimento. Todavia, é preciso apontarmos mais uma razão, desta vez de caráter metodológico: dado o nível abstrato em que é abordado o aparelho psíquico na Parte I do “Projeto”, era coerente se pensar que estava se lidando aí mais com figurações de coisas e acontecimentos que com descrições

decididamente realísticas. Partindo, pois, destas ponderações todas, diremos desses protótipos que eles são, de fato e de direito, tanto os modelos quanto os primeiros exemplares de certos processos chamados de “primários”, processos esses que em um aparelho psíquico já consolidado ou maduro, e considerado no nível do seu funcionamento efetivo, assumem as formas concretas do sonho e do recalque.

Se nós invertermos agora a ordem de derivação e considerarmos o caminho que vai do processo para a construção metapsicológica, poderemos então dizer, mesmo que um tanto antecipadamente, que foram os sonhos e as neuroses que ofereceram a Freud o modelo vivo para as considerações certamente abstratas que ele desenvolvera em torno das características gerais dos processos primários.

Começaremos a desenvolver o tema do sonho a partir de um conjunto de interrogações iniciais.

Em primeiro lugar: por que o sonho é um processo  $\psi$  “normal”? Será apenas em virtude de um critério quase que estatístico, poderíamos dizer, que se deixasse guiar pelo fato de os sonhos ocorrerem diariamente com qualquer um? (6) Mas; não teria por acaso decorrido, da análise dos processos secundários, que estes seriam os processos  $\psi$  “normais”, donde “normal” ficaria então como equivalente de “processo- $\psi$  que implica na presença de um ego catexizado que deverá inibir as passagens meramente primárias de quantidade”? Uma resposta afirmativa para esta última questão implicaria em postular o caráter não normal do sonho, dado que o mesmo não é um processo secundário. É preciso evitarmos, contudo, estas apressadas correlações, pois corremos o risco de desembocar em imprevisíveis inconsistências, como parece ser o caso na situação contemplada acima. Ainda mais: a complexidade, e até mesmo a sinuosidade dos entrecruzamentos entre “primário”, “secundário”, “patológico” e “normal” com que iremos paulatinamente nos deparar, desencorajarão por si próprias qualquer tentativa de compreensão imediata dos mesmos, fazendo da cautela a principal virtude metodológica que doravante deveremos cultivar.

Voltemos, pois, ao tema do sonho e vejamos se é possível obter uma resposta quanto a sua normalidade a partir de uma abordagem quantitativa do mesmo. Para tanto, sigamos os passos de Freud ao longo da Seção 19 e de parte da Seção 20, ambas pertencentes à primeira parte do “Projeto”.

Freud começa inquirindo, em face de caracterizar as condições mecânicas de ocorrência dos processos primários, quanto a quais são os meios quantitativos que mantêm um processo primário  $\psi$  em geral (7). Para dirimir tal questão, ele irá apelar ao traçado de duas analogias (8), uma primeira e mais abrangente que dirá respeito aos aspectos mecânicos que seriam essenciais e comuns aos processos primários e secundários em geral (o que será feito tomando como ponto de partida os processos secundários), e uma outra de natureza mais pontual – embora intimamente conectada com a primeira e sobre a qual repousará o ônus da argumentação toda – entre percepções (na vigília) e representações alucinatórias (no sonho) (9).

O raciocínio que leva à primeira analogia é o seguinte: é evidente – pondera Freud – que no processo secundário do pensamento reprodutivo, uma  $Q_n'$  menor ou maior pode ser transferida do ego para o neurônio portador de catexia perceptiva, e que esta  $Q_n'$  pode ser qualificada como “interesse de pensamento”, sendo proporcional ao “interesse afetivo”, quando este puder ser desenvolvido (10).

Quer dizer, então, que os processos secundários se efetuam com uma “contribuição  $\psi$ ” (isto é, uma “atenção”) (11) que complementa a  $Q-\varphi$  procedente do exterior.

Pergunta-se agora: será que existem processos primários que guardam uma analogia com os secundários, isto é, processos para os quais tampouco é suficiente a  $Q$  fornecida desde  $\varphi$ , de maneira que esta  $Q$  resultaria automaticamente suplementada por uma contribuição  $\psi$ , contribuição essa que é, por outro lado, a única que possibilita um processo  $\psi$ ? (12). Um auxílio só poderá vir – prosseguirá o texto – se nós voltarmos os olhos para certos “fatos psicológicos especiais”, fatos esses que não são outros senão, primeiro, a diária ocorrência em nós de sonhos – em que somos revisitados por processos primários  $\psi$  semelhantes àqueles que foram suprimidos no curso da evolução

de  $\psi$  e, segundo, o fato de as neuroses guardarem a maior analogia com os processos oníricos. Todavia, será exclusivamente ao sonho que o texto vai se remeter aqui, de maneira que uma primeira resposta quanto à possibilidade do estabelecimento da analogia que a pergunta acima deixara em aberto será dada tendo-se em consideração o estado biológico em que os sonhos se desenvolvem, qual seja, o estado de sono, o qual – dirá Freud – precisa ser adaptado “ao conjunto de nossa teoria” (13). Não será sem certa surpresa, porém, que veremos Freud transitar aqui pelo caminho inverso àquele que servira de começo: partir-se-á agora do exame das condições fisiológicas do sonho – isto é, do exame do sono – para serem tiradas daí conseqüências quantitativo/mecânicas que valham para os processos primários em geral. No primeiro caso, o sonho podia ser visto como um exemplar de uma certa espécie de processos, enquanto que no segundo, ele é tomado como modelo para tais processos. Com efeito, iremos constatar que este último direcionamento será o prevalecente ao longo de toda esta temática. Portanto, a partir daqui deveremos dizer que a analogia em questão está sendo traçada entre os processos secundários e o sonho enquanto modelo de processo primário (14).

Se se considera então que a pré-condição essencial do sono é “a queda da carga endógena no núcleo de  $\psi$ ”, que torna supérflua a função secundária, de modo que no sono o indivíduo se encontra “no estado ideal de inércia”, livre do acúmulo de  $Q_n$ , então teremos que admitir que é a “descarga do ego” que determina e caracteriza o sono. E extrapolando para um plano geral, Freud dirá: “Eis aqui, como se percebe logo, a condição prévia dos processos psíquicos primários” (15).

A partir destas considerações, é óbvio que nossa resposta quanto à pertinência da analogia apresentada acima seja negativa. Com efeito, no estado de sono  $\psi$  exclui – por meio de um mecanismo automático que viria a ser o reverso do mecanismo da atenção – as impressões  $\varphi$  (16). Conseqüentemente, durante o sono não se produzirão percepções “e nada perturba mais o sono do que a aparição de impressões sensoriais, do que a catexização de  $\psi$  a partir de  $\varphi$ ” (17).

No entanto, e de maneira que não deixa de ser estranha – pontualiza

Freud – ocorrem durante o sono processos  $\psi$ , i.e., sonhos (18). O que está indicando – de qualquer maneira – que a descarga do ego não tem sido completa, já que se o fosse “o sono teria que estar forçosamente livre de sonhos” (19).

Pegaremos esta pista para ver se a partir daí é possível fornecer outra resposta à interrogação colocada na analogia inicial.

Dado que a descarga do ego no estado de sono não é, portanto, completa e, por outro lado, dado que “durante a vigília uma catexia constante, embora deslocável (quer dizer uma atenção), se dirige aos neurônios do pallium que recebem percepções a partir de  $\varphi$ ” (20) então, por analogia, “é bem possível que os processos primários  $\psi$  {pelo menos os normais} se levem a cabo com o auxílio dessa contribuição  $\psi$ ” (21).

Se nós considerarmos também, simultaneamente, que as representações oníricas são de carácter alucinatorio, despertando a consciência e sendo dignas de crédito (22), poderemos então não só dar uma resposta positiva à primeira analogia, como também justificá-la por intermédio de uma segunda analogia, a qual pode ser colocada nos seguintes termos: sabemos já que uma alucinação é uma representação hiper-catexizada a partir de  $\psi$ , em condições em que não ocorre inibição por parte de um ego catexizado, e que tem o mesmo efeito que uma percepção (23); portanto, as representações alucinatorias (no sonho), de maneira semelhante às percepções (na vigília) são possibilitadas por uma contribuição  $\psi$ . Sabemos também qual é o elemento diferencial entre ambas: enquanto a catexia  $\psi$  (interesse) torna a percepção mais nítida sem alterar sua característica quantitativa, no caso da alucinação esta característica resulta alterada de maneira que a representação torna-se mais vívida (24), (daí que ela seja digna de crédito por parte do sonhador).

Portanto, podemos concluir: os sonhos se efetuam com o auxílio de uma contribuição  $\psi$ .

No entanto, Freud tinha colocado a possibilidade de tal conseqüência em termos de processos primários em geral (25).

Uma tal extrapolação pode, todavia, ser justificada, se nós agora encarmos os sonhos de uma perspectiva teleológica e não mais mecânica.

Vejamos agora qual a estratégia seguida por Freud, a partir desta nova perspectiva de abordagem, para fazer do sonho, explicitamente, o paradigma dos processos primários, de tal maneira que o que seja válido para ele valha também para estes últimos.

De maneira que não deixa margem para dúvidas Freud afirmará que é possível se estabelecer com certeza qual é a finalidade e o sentido dos sonhos: “eles são realizações de desejo” (26), e realizações de tipo alucinatório (27), de maneira que pode-se dizer que estamos aqui em presença de processos primários que seguem a rota das primeiras vivências de satisfação (28). Não são reconhecidos como tais por duas razões: primeiro, “porque a liberação de prazer (a reprodução de traços de descargas prazerosas) neles é escassa, pois em geral se desenvolvem quase sem afeto (sem liberação motora)” (29), e isto porque o estado de sono nos quais eles ocorrem se caracteriza por uma paralisia motora (paralisia da vontade) (30); em segundo lugar, “o significado dos sonhos como realizações de desejo se acha encoberto por uma série de processos  $\psi$ , todos os quais voltaremos a encontrar nas neuroses, sendo ali característicos da índole patológica desses transtornos” (31). Apesar destes fatores que obscurecem o real sentido e finalidade dos sonhos, Freud acha que não é difícil mostrar qual é sua verdadeira índole, razão pela qual sente-se inclinado “a inferir que as catexias de desejo primárias também foram de caráter alucinatório” (32).

Portanto, temos aqui o fundamento de que precisávamos para justificar a generalização que vai do sonho para os processos primários, de maneira que a primeira conclusão que extraímos do exame das analogias em consideração (33) pode agora se universalizar nos seguintes termos: os processos primários  $\psi$ , à semelhança dos processos secundários, são possibilitados por uma contribuição  $\psi$  (interesse ou atenção).

Sem embargo, esta universalização deverá ser submetida a uma restrição de peso; até aqui, só foram objeto de consideração os processos primários no que tange a uma de suas modalidades, i.e., a relativa à realização alucinatória de desejos. Quer dizer, portanto, que a presença de uma contribuição  $\psi$  sob a forma de interesse ou atenção valerá apenas para a dita modalidade,

ficando como que em “sursis” o fato de poder se determinar se ela se fará ou não extensiva à outra modalidade de processo primário, qual seja, a defesa primária ou recalque.

Desta maneira, uma derradeira e mais precisa conclusão adotaria a seguinte forma: os processos primários  $\psi$  (pelo menos aqueles cuja modalidade é a realização alucinatoria de desejos), à semelhança dos processos secundários, são possibilitados por uma contribuição  $\psi$  (interesse ou atenção).

Todavia, conquanto estes resultados sejam de grande importância para avançarmos na compreensão da natureza dos processos  $\psi$  – com a restrição acima apontada, pelo menos de momento – nós não poderemos obter, a partir dos mesmos, os subsídios de que precisamos para caracterizar os sonhos enquanto processos normais. Estamos já presumindo que deveremos detectar essa peculiaridade a partir de um outro ângulo.

Assim, será preciso reparar, dentre as características próprias do sonho, especialmente na seguinte, que é considerada digna de nota: além de sua lembrança ser fraca – diz Freud – os sonhos não causam praticamente nenhum dano, se comparados com outros processos primários (34).

A explicação oferecida para isto se resume a duas circunstâncias intervenientes: por um lado, pelo fato de os sonhos seguirem velhas facilitações é que não provocam nenhuma mudança nelas; além disso, as vivências  $\varphi$  se mantêm afastadas dos sonhos e eles, devido à paralisia da motilidade, não deixam atrás de si nenhum rastro de descarga (35).

Portanto, podemos concluir que é por causa desse seu caráter “inofensivo” que os sonhos não foram eliminados pela evolução biológica, tendo-se conservado como processos  $\psi$  “normais”, mesmo que primários.

De todas as características dos sonhos que Freud arrola na Seção 20 da Parte I do “Projeto”, aquela que é avaliada como possuidora da maior importância é a relativa ao caráter alucinatorio das representações oníricas. Esta característica supõe também que tais representações despertem a consciência via  $\omega$  e recebam crédito por parte do sonhador (36).

Como explicar esse caráter alucinatorio?

Vamos organizar a explicação apresentada no texto tendo em conta dois

patamares na dita questão. Forneceremos em primeiro lugar uma descrição do mecanismo da alucinação, para depois examinarmos as hipóteses que são ponderadas a fim de explicar o caráter alucinatório das representações oníricas.

Na Seção 3 da Parte III do “Projeto”, a propósito do caráter alucinatório das lembranças indômitas (i.e., de lembranças capazes de suscitar ainda afeto na sua qualidade de herdeiras de percepções que formaram parte de uma vivência de dor) Freud caracterizará o estado de alucinação como “o fluir retroativo {a partir de  $\psi$ } de Q para  $\varphi$  e também para  $\omega$ ” (37).

Na Seção 20 da Parte I do “Projeto” parte-se, como de um dado, de que o estado de alucinação consiste na transferência retroativa, a partir de  $\psi$ , de Q para  $\varphi$ , com o que se satisfaz a condição prévia para a produção de qualidade (via  $\omega$ ) (38).

Isto posto, apresentam-se logo algumas hipóteses explicativas de tal mecanismo no caso das representações oníricas.

Hipótese nº 1: Poder-se-ia admitir – diz Freud – que a corrente de  $\varphi$  à motilidade (durante a vida desperta) teria impedido a catexia retroativa dos  $\varphi$  a partir de  $\psi$ , e que quando essa corrente cessa,  $\varphi$  seria retroativamente catexizado. Portanto, seria tentador atribuir aqui o papel determinante à grande corrente de descarga que na vida desperta vai desde  $\varphi$  até a motilidade (39).

Contudo, tal hipótese é tacitamente desestimada em favor de uma segunda que é logo oferecida.

Hipótese nº 2: Seria possível também “invocar a natureza do processo primário e ressaltar que a lembrança primária de uma percepção é sempre uma alucinação, e que só a inibição por parte do ego nos ensinou a jamais catexizar uma imagem perceptiva de maneira tal que possa transferir [Qn'] retroativamente até  $\varphi$ ” (40).

Esta explicação vai receber o apoio sobretudo da seguinte argumentação: no caso do sonho (onde a queda da carga endógena do ego o impede de exercer sua inibição) a vivacidade da alucinação é diretamente proporcional à importância – i.e., à catexia quantitativa – da respectiva representação, o

que indica que é Q que condiciona a alucinação (41). Todavia, iremos ver no final deste tema do sonho e a propósito da consciência das representações oníricas, que embora seja Q que condiciona a conscientização de tais representações (e, portanto, seu caráter alucinatório), não será Q que determina tal conscientização (42). De qualquer maneira, ficamos sem entender, ao menos por enquanto, qual seria a fonte da Qn' que condiciona a alucinação, já que a atração desiderativa primária aqui presente não pressupõe o recrudescimento da tensão em  $\psi$  do núcleo que acompanha aos estados apetitivos e que provê, nesses estados, a Qn' que hipercatexizará a representação de desejo. Trata-se, pois, de uma atração desiderativa primária que tem lugar fora das condições fisiológicas da necessidade.

Existem ainda outras características dos sonhos que é importante consignar. Trata-se do caráter contraditório e absurdo com que aparecem revestidas as imagens oníricas. “Nos sonhos – diz Freud – as conexões são em parte paradoxais, em parte imbecis, ou até sem sentido ou estranhamente loucas” (43). Esta última característica – a absurdidade – é explicada da seguinte maneira: nos sonhos impera a compulsão associativa (que rege primariamente a vida psíquica em geral), de modo que pareceria que duas catexias co-existentes devem necessariamente pôr-se em mútua conexão (44). As outras duas características, que podem se reduzir à uma só, i.e., à contraditoriedade, são sinais de que uma parte das experiências psíquicas do sonhador ficou esquecida. Qual seria essa parte? A correspondente àquelas experiências biológicas que normalmente inibem o processo primário, o que se deve à insuficiente catexia do ego (45).

Resulta interessante consignar a tácita transposição que se observa aqui da ordem do biológico para a ordem do lógico, transposição essa que voltaremos a encontrar explicitamente formulada no final da Parte III do “Projeto” (46). O significado dessa transposição seria mais ou menos o seguinte: quando forem negligenciadas (ou no caso, esquecidas) as experiências biológicas que eliminaram aqueles comportamentos geradores de desprazer, este reaparecerá sob a forma de “falha lógica” ou de “contradição”. Mas trata-se, em todo caso, de um “desprazer intelectual” (47) que não implica,

portanto, grande liberação de afeto, e que se desenvolve nos limites de um processo  $\psi$  "normal".

A última das características do sonho que comentaremos aqui refere-se ao fato de eles não se darem desprovidos de consciência, o que já foi mencionado de passagem ao considerarmos que no estado de alucinação onírico, pelo fato da Qn' fluir de  $\psi$  até  $\varphi$ , ela excitava também  $\omega$  e com isso a consciência que acompanha toda produção de qualidades.

Esta presença da consciência nos sonhos chama a atenção, segundo Freud, para duas importantes conseqüências que estão por ela implicadas: "Isso mostra que a consciência não se restringe ao ego, podendo agregar-se a qualquer processo  $\psi$ . Isso nos adverte, também, contra uma possível identificação dos processos primários com os processos inconscientes. Eis aqui dois conselhos preciosos para o futuro!" (48).

Quer dizer, então, que pode haver processos egoicos sem acompanhamento de consciência, como veremos será o caso, na Parte III do "Projeto", do chamado "pensamento de tipo comum, inconsciente, mas com intrusões ocasionais na consciência" (49), e, inversamente, também processos primários onde ela aflora, pelo menos como temos visto naqueles – os sonhos – que foram caracterizados como "normais".

Sem embargo, a consciência onírica apresentaria certas peculiaridades e condições de emergência que seriam próprias aos "processos de consciência  $\varphi$ " (50).

Em primeiro lugar, e como já vimos de passagem, se ao lembrarmos de um sonho interrogarmos a consciência quanto ao seu conteúdo, verificaremos que ela é incapaz de revelar-nos tal conteúdo na sua essência, i.e., enquanto realização de desejo, o que é atribuído ao encobrimento, por uma série de processos  $\psi$ , do real significado dos sonhos, encobrimento esse do qual, por outro lado, não se diz mais nada, salvo que ele será re-encontrado nas neuroses, de cuja índole patológica fará parte essencialmente (51).

Em segundo lugar, a consciência será também incapaz de revelar-nos o conteúdo dos sonhos na sua completude, dado que "a consciência das representações oníricas é, sobretudo, descontínua. O que se torna consciente não

é uma sucessão integral de associações, mas apenas alguns de seus pontos de parada isolados, entre os quais existem vínculos intermediários inconscientes que podem ser facilmente descobertos quando estamos acordados” (52).

Freud exemplificará esta última peculiaridade da consciência onírica por meio de um dos seus sonhos, conhecido como sonho da “injeção de Irma” (53).

Temos assim a seguinte seqüência de representações oníricas:

A – É a representação onírica de ponto de partida; portanto, ela está conscientizada e apresenta o seguinte conteúdo: ‘R’ dá uma injeção de propileno em ‘A’.

B – É a representação subsequente na seqüência, porém não se conscientiza; tem por conteúdo uma conversa acerca de quimismo sexual onde a trimetilamina parece desempenhar algum papel.

C – Representação alucinatória – e portanto consciente – onde a expressão “trimetilamina” aparece muito vividamente.

D – Representação não conscientizada sobre a índole sexual da doença de ‘A’.

Pergunta-se: Por que a representação A não conduziu a B, que se encaixa melhor “na conexão de pensamento, isto é, na realização do desejo” do que C, que é quem tomou seu lugar na consciência? (54)

A explicação que se oferece é a seguinte: houve, com efeito, um desvio de A para C, mas este foi provocado por uma catexia simultânea, de outra espécie que, além do mais, não é consciente, qual seja, D. Dado que entre D (índole sexual da doença) e o propileno, A, existe uma associação com B (conversa sobre quimismo sexual), C recebeu uma pressão de ambas, B e D, em virtude do qual tornou-se quantitativamente superior e se conscientizou alucinatoriamente (55).

Contudo, tal explicação dá margem para algumas interrogações.

Em primeiro lugar, poderíamos inquirir por que não se conscientizaram também B (o vínculo intermediário) e D (a representação diversiva)?

Poder-se-ia supor – diz Freud – que as catexias de B ou de D não eram, por si sós, bastante intensas para chegar a uma alucinação retroativa. Porém,

isto é estranho, porque pelo menos D era certamente tão intensa quanto A, já que o derivado das duas, C, resultara extremamente vívido (56).

Além do mais, Freud chegará logo à formulação de uma tese que só fará aumentar a perplexidade com relação ao fenômeno em apreço. Com efeito, sustentar-se-á que embora a passagem de excitação no sonho se efetue de acordo com Q (ou proporcionalmente a Q) não é Q que decide o que deverá ser conscientizado (57). Como entender isto aqui? O que é, então, que será determinante para a consciência onírica?

Em primeiro lugar, deveremos partir do fato de que aquilo que se conscientiza na alucinação onírica não é o desejo senão “sua realização alucinada” (58). Em termos do exemplo que estávamos examinando: foi conscientizada C, isto é, a realização alucinada do desejo, em lugar de B, a própria representação de desejo, que foi pulada. Resultado: o desejo deverá ser inferido. Mas isto não coaduna com a caracterização que é feita do desejo (ou “motivo”) como algo quantitativamente mais poderoso que a catexia de sua própria representação (59). Como entender então, a partir daí, que o desejo não hipercatexizasse sua representação, já que contava com o potencial suficiente para fazê-lo?

Evidentemente, há algo que está entavando o movimento do desejo, mas não se sabe o que é. Seja como for, tudo indica que é mesmo o desejo – por vias que não são reveladas – que determina o que deverá ser conscientizado no sonho.

Assim, chegamos ao final deste tópico com várias interrogações em aberto e o que poderíamos apontar como conclusão de tudo o que foi visto nestas últimas páginas, qual seja, “(...) o que persiste como característica dos sonhos é a facilidade de deslocamento [neles] da Qn' e, com isso, a substituição de B por um C quantitativamente superior” (60), só será de utilidade como uma mera descrição mas carecendo, todavia, de qualquer valor explicativo. Por outro lado, embora fiquemos sabendo qual é o sentido e a finalidade dos sonhos – qual seja, a realização de desejos, nada nós é dito no que tange a sua função, o que reconduz seu caráter enigmático a algo mais radical, como é o próprio fato de eles ocorrerem durante o sono.

Passemos a abordar agora o tema da defesa patológica ou recalque. Remetamo-nos, para tanto, à Parte II do "Projeto", que sabemos leva o título de "Psicopatologia". Veremos aí que a estratégia seguida por Freud a fim de conceituar a defesa patológica consistirá em tomar como ponto de partida o psicopatológico em nível de sintoma, para depois remontar uma corrente de diversos condicionamentos à procura dos fatores determinantes na produção de sintomas. Com outras palavras: tratar-se-á de desmontar o mecanismo patogênico a partir dos seus efeitos, e de avançar hipóteses etiológicas que sejam vistas como pertinentes. Todavia, os processos em causa só serão plenamente inteligíveis à luz do seu inter-jogo com as máximas tendências que regulam o funcionamento do aparelho, e à luz de sua particular maneira de efetivar o protótipo de processo primário que os mesmos subentendem, qual seja, a defesa primária. Portanto, a inteligência dos processos intervenientes na defesa patológica ou recalque irá depender, em última instância, das teorizações que em torno do aparelho psíquico foram elaboradas na Parte I do "Projeto". Em contrapartida, veremos esse arsenal teórico ganhar em especificidade e concretude.

Entremos pois em matéria, pela via de acesso que nos é propiciada pela consideração do elemento "sintoma", tal como ele irá jogar no contexto específico da "psicopatologia da histeria", que é o campo nosográfico escolhido por Freud no "Projeto" para tratar da defesa patológica ou recalque. O texto vai começar, na Seção 1 da Parte II do "Projeto", intitulada "A compulsão histérica", examinando um fenômeno de caráter surpreendente que ocorre na histeria, sem que lhe seja, contudo, forçosamente peculiar: trata-se da "compulsão exercida por representações excessivamente intensas" (61), expressão essa que irá ser abreviada por "compulsão histérica" nas suas sucessivas ocorrências ao longo do texto.

Em que consiste o dito fenômeno e por que ele é surpreendente?

Em primeiro lugar, pode-se dizer que a compulsividade desse fenômeno reside no fato de a representação em causa irromper subitamente na consciência, com uma frequência toda especial e sem que ocorram fatos que a justifiquem, acarretando, ao mesmo tempo, certos resultados que não podem ser

suprimidos (desencadeamento de afetos, inervações motoras, inibições) (62).

Seu caráter surpreendente tem a ver, fundamentalmente, com o fato de aqueles resultados não puderem ser compreendidos, o que trará como consequência, no que tange às representações hiperintensas que os desencadearam, que elas apareçam, mesmo para o próprio sujeito, como intrusas, usurpadoras e até ridículas (63).

É bem verdade que representações muito intensas também ocorrem normalmente; porém, nesse caso, conhece-se tanto seu desenvolvimento genético (educação, experiências) quanto seus motivos (64).

A compulsão histérica apresenta, portanto, as seguintes características: (1) ela é incompreensível; (2) ela é incapaz de ser resolvida (i.e., insolúvel) por qualquer trabalho de pensamento; (3) ela é incongruente em sua estrutura (65).

A compulsão histérica pode ser confrontada com um tipo de compulsão que Freud chama de “compulsão neurótica simples” (66). À diferença da compulsão histérica, ela é compreensível (pois sabe-se sua origem) e congruente (porque há justificativas para a mesma). Sem embargo, ela comparte com a compulsão histérica o traço de não ser resolúvel por meio de qualquer atividade cogitativa (67). Todavia, diz Freud, esta última característica não deve ser considerada como inteiramente patológica; com efeito, o próprio pode acontecer com as representações hiper-intensas em pessoas normais, só que nesse caso a compulsão só persiste por pouco tempo, desintegrando-se gradativamente. O que sim é patológico é a persistência da compulsão, que indica se estar em presença de uma “neurose simples” (68). De qualquer maneira, a persistência da compulsão é também característica da “compulsão histérica”, na medida em que ela é insolúvel por meio de qualquer atividade cogitativa.

Que tipo de trabalho é requerido – poderíamos inquirir – para resolver uma compulsão assim persistente?

Chegando-se a este ponto, Freud irá apelar, sem dar maiores explicações, ao testemunho de um procedimento que ele sem dúvida já empregava com valor tanto exploratório quanto terapêutico, qual seja, a “análise” (69). O que

é, então, que a “análise” pode nos dizer com relação à “compulsão histérica”? Ela mostrará ou revelará – diz Freud – duas coisas: em primeiro lugar, que a compulsão histérica se resolve imediatamente ao ser esclarecida ou ao se tornar compreensível, o que implica que “resolúvel” e “compreensível” sejam uma coisa só (70); em segundo lugar, que é possível conhecer o processo pelo qual surgiu o aspecto de absurdo e incongruência que, como veremos em seguida, consiste em um processo de “formação de símbolo”.

Podemos, pois, estruturar a operação efetuada pela análise e as conclusões a que se chega com relação à compulsão histérica em três momentos diferentes. Suponhamos, para esse fim, que seja A a representação hiper-intensa que está em jogo. Assim:

1º – Antes da análise: A é uma representação hiper-intensa que irrompe freqüentemente na consciência, provocando cada vez o pranto. A pessoa não sabe por que A a obriga a chorar; acha absurdo, mas não consegue evitar (71).

2º – Depois da análise: descobre-se a existência de uma representação B a qual com toda a razão provoca o pranto e que repetir-se-á enquanto não se efetuar contra ela um complicado trabalho psíquico (72). Ademais, o efeito de B não é absurdo, é compreensível para a pessoa e até pode ser combatido (73).

Qual a relação entre A e B? Como resultado da análise, veremos também como é que inter-jogam essas duas representações em um processo chamado de “formação de símbolo”.

– Em primeiro lugar, a análise descobre que houve de fato uma vivência que consistiu em  $B + A$ . (A foi uma circunstância acessória, ao passo que B estava apto para provocar o efeito permanente).

– Na reprodução dessa vivência (na lembrança), A ocupou o lugar de B, tornando-se assim um substituto, um símbolo de B. (Daí a incongruência: A é acompanhada de conseqüências que não se enquadram com ela) (74).

A “formação de símbolo” também acontece normalmente, nos é dito; mas nesse caso sabe-se que a importância de A se deve à associação A-B. No símbolo histérico acontece o inverso: o histérico que chora por causa de A

não percebe que isso se deve à associação A-B, sendo que B não desempenha qualquer papel na sua vida psíquica. Por que isto é assim? – poderíamos perguntar; ou então: o que foi que aconteceu com B? Resposta: B foi recalçada (ao menos da consciência) (75). E A, seu símbolo, tornou-se compulsiva (76). (Ou, propriamente falando, tal representação veio exercer uma determinada compulsão em nível de sintoma, no caso, o pranto compulsivo).

O recalque será caracterizado aqui do ponto de vista quantitativo, i.e., em termos de subtração de quantidades, tendo como conseqüência um processo de “formação de símbolo” que é visto, também do ponto de vista quantitativo, como um processo primário de “deslocamento” de quantidades.

Assim, neste jogo de forças, uma Q, que fora subtraída de B, acrescentou-se a A, de maneira que a soma das duas (da compulsão e do recalque) seria igual ao normal. Desta maneira, só houve uma modificação na distribuição de quantidade (77).

Em suma: algo foi acrescentado a A, subtraído de B; conseqüentemente, “o processo patológico é um processo de deslocamento, tal como chegamos a conhecê-lo nos sonhos – ou seja, um processo primário” (78). Só que o deslocamento foi aqui provocado – por razões que ainda precisamos desvendar – pelo recalque, ao passo que no caso do sonho ele ficara sem explicação.

Sintetizando então o que fora descoberto pela análise, poderíamos dizer que a formação histórica de símbolo pode ser considerada como um processo de deslocamento de quantidades, onde uma rápida des-catexização de B (recalque) conduz a uma rápida hiper-catexização de A (que resulta assim quantitativamente superior e compulsiva).

3º – Chegamos, finalmente, à conclusão que a análise extraíra do exame da “compulsão histórica”. Ela adota, no texto, a expressão de algo assim como uma fórmula, qual seja: “para cada compulsão existe um recalque correspondente e para cada intrusão excessiva na consciência existe uma amnésia correspondente” (79).

Consideremos a relação que aparece formulada em segundo lugar; o que chama a atenção nela é a possibilidade que se abre, a partir daí, para caracterizar a formação de símbolo fora dos moldes estritamente quantitativos

e avançar em uma direção decididamente tópica. Pareceria assim que a representação recalçada não teria sido excluída apenas da consciência senão também dos circuitos mnemônicos; com efeito, ao ser desinvestida, teriam ficado como que “cortadas” as facilitações entre os neurônios de  $\psi$  do pallium, onde tal representação estava registrada, e os correspondentes neurônios de  $\psi$  do núcleo. O que traria como conseqüência que a dita representação caísse fora do domínio do ego (80), (que é, não esqueçamos, antes de mais nada, “uma rede de neurônios catexizados e bem facilitados entre si”). E, pelo fato de essa representação ter ficado excluída da rede associativo-representativa em  $\psi$  do pallium (“circuitos mnemônicos”), ela teria sido reduzida quase que ao estado de “coisa”, irrepresentável em si mesma, isto é, não predicável. É nesse nível que nós pensamos deve ser entendida uma outra caracterização de “formação de símbolo” que o texto oferece enquanto processo onde “a coisa foi completamente substituída pelo símbolo” (81). Formulação esta que irá mostrar sua relevância, como veremos, em um momento ulterior de nossa exposição. Todavia, quando falamos em termos de uma redução de B ao estado de “coisa” não queremos significar com isso que B, enquanto tal, tenha sido suprimida e não possa tornar a aflorar enquanto representação. Mas para tanto deverá ser, de alguma maneira, re-catexizada.

Consideremos agora diversas interrogações decorrentes do fenômeno da “compulsão histérica” que acabamos de caracterizar: em primeiro lugar, por que B foi recalçada?; e logo: quem ou que recalçou?; finalmente: quais as condições de ocorrência de semelhante formação de símbolo (que sempre vai acompanhada, aliás, de comportamentos compulsivos e incongruentes, posto que se apresentam de fato associados à irrupção de A na consciência quando, na verdade, têm a ver propriamente com B, que foi recalçada)? Para responder esta última pergunta, vejamos como são delineados no texto os condicionamentos de tipo causal desse processo patológico todo que começa com o recalque e termina com uma certa compulsão.

Apelando mais uma vez aos ensinamentos da experiência clínica, Freud apontará, na Seção 2 da Parte II do “Projeto”, intitulada “A Gênese da Compulsão Histérica”, as seguintes pré-condições de ocorrência do recalque

(82):

1º – O recalque afeta exclusivamente representações que despertam no ego um afeto penoso (desprazeroso).

2º – Tais representações fazem parte da vida sexual.

Vejam os a primeira pré-condição. Freud fundamentará a hipótese de que seja esse afeto desprazeroso que impõe o recalque baseando-se numa analogia com a “defesa primária”, tal como fora caracterizada na Parte I do “Projeto”, isto é, como consistindo – se diz na Parte II – “na inversão da corrente de pensamento assim que ela se depara com um neurônio cuja catexia desencadeie desprazer” (83).

Seguindo nessa linha de raciocínio, Freud analisará mais de perto o papel desempenhado por esse afeto defensivo.

Se investigarmos – diz Freud – o estado em que se encontra a representação B recalçada, várias conseqüências surgirão.

Por um lado, comprovaremos com certa surpresa que é fácil encontrá-la e levá-la à consciência (84); isto é, que ela não se extinguiu, tratando-se assim de uma imagem mnêmica como qualquer outra.

Além disso, e como habitualmente acontece, B corresponderá a um complexo de catexias, em cujo caso constatar-se-á o surgimento de uma “resistência” extraordinariamente forte e difícil de vencer contra qualquer trabalho de pensamento envolvendo B (85).

Inferiremos, a partir daí, que B não estava excluída apenas da consciência senão também do processo de pensamento (ou do domínio do ego, como já antecipamos) (86).

Contudo, temos aqui um motivo para uma nova interrogação: o que significa essa “resistência” a qualquer pensamento relacionado com B?

Freud diz: “Pode se interpretar logo essa resistência a B como a medida da compulsão exercida por A e concluir que a força que antes recalçou B volta a trabalhar mais uma vez” (87).

Quer dizer, então, que o recalque partiu de uma certa força. Mas qual? Freud identificará essa força com um processo de defesa deflagrado por parte do ego. Assim: “Existe, portanto, um processo defensivo oriundo do ego ca-

catexizado que leva ao recalque histórico e, concomitantemente, à compulsão histórica. Nesse sentido, parece se diferenciar dos processos  $\psi$  primários” (88).

Em síntese: pode-se dizer que a instância recalçante é o ego, responsável pelo desencadeamento de um processo de defesa que, por um lado, não é normal (dado que vai conduzir a uma formação patológica de símbolo) e que, pelo outro, não parece se encaixar na categoria de processo primário (já que estes processos não podem resultar de um ego catexizado).

Qual é, então, o verdadeiro estatuto de uma tal defesa?

Uma primeira tentativa de conceituação da mesma será empreendida na Seção 3 da Parte II do “Projeto”, intitulada “A defesa patológica”. Todavia, será só no final dessa segunda parte do texto que encontraremos uma resposta para a questão verdadeiramente enigmática que se coloca ao se constatar o envolvimento do ego com consequências que só esperaríamos encontrar em processos primários.

E agora, uma última observação antes de atacarmos propriamente o tema da defesa patológica. Embora os processos de “recalque” e “defesa patológica” sejam discerníveis - a defesa prolonga em certo sentido o recalque na formação patológica de símbolo - eles não são, contudo, separáveis, pelo menos no contexto do “Projeto”. (A defesa consiste basicamente no recalque). Assim, por um deslizamento de tipo metonímico - tomar a parte pelo todo - cuja razão de ser irá se desvelar aos poucos, veremos que, de fato, “recalque histórico” e “defesa patológica” funcionarão no texto como equivalentes (como vimos que também fora o caso, na Parte I do texto, entre “defesa primária” e “recalque”).

Concentremo-nos pois na terceira seção da Parte II do texto do “Projeto”. Freud irá abordar aí o tema da defesa patológica comparando os resultados do recalque histórico com os próprios à defesa normal. Sabemos já que uma defesa “de magnitude normal” (89) consiste na des-catexização, via catexias colaterais, de uma imagem mnêmica hostil, o que supõe a presença de um ego catexizado. Ela ocorre, portanto, em condições em que o princípio do prazer se conforma ao princípio de constância, o que implica que todo aumento

quantitativo tenderá a ser evitado. Para passar do conceito de “defesa de magnitude normal” para o conceito de “defesa normal”, Freud irá além desses fatores mecânicos para ter também em conta fatores de tipo qualitativo. Com outras palavras, vai se considerar o que é um certo estado-de-coisas no aparelho no nível dos seus resultados, tal como estes são atestados pela nossa experiência mais corriqueira. É um fato de todos conhecido - comentará o texto nas colocações iniciais da seção em exame - que procuramos não pensar em assuntos que despertem unicamente desprazer e que, para tanto, desviamos nosso pensamento para outra direção; ou, senão, que mediante o expediente de manter a intolerável idéia (B) o mais isolada possível, pretendemos que ela surja raramente na nossa consciência (90). Seremos imediatamente advertidos, contudo, quanto à contingência de não ser possível a nós esquecer a idéia perturbadora ao ponto de que nenhuma percepção nova reavive sua lembrança. Mesmo nesse caso, sabemos já que se o ego consegue dirigir sua atenção para tal reativação em tempo, a liberação de desprazer será mínima. No caso da histeria, tampouco é possível evitar essa reativação; todavia, há diferenças essenciais em ambos os casos, já que o que se torna consciente ou o que se catexiza na histeria não é B senão A. Portanto, concluirá Freud - “é uma formação de símbolo dessa maneira estável que constitui a função que excede a defesa normal” (91). Ou, avançando uma pré-conclusão por nossa conta, podemos dizer que o próprio do recalque é um particular efeito de sentido que a formação histérica de símbolo produz.

Isto posto, se conseguirmos achar uma explicação satisfatória para tal “função em excesso”, estaremos na pista certa para caracterizar adequadamente a defesa patológica.

Voltemos às duas pré-condições de ocorrência do recalque que tínhamos consignado páginas atrás (92), para ver se alguma delas - ou uma combinação de ambas - pode chegar a fazer parte da explicação que está sendo requerida.

Conforme a primeira pré-condição, a função em excesso que a formação de símbolo representa para o aparelho psíquico seria atribuível à maior intensidade do afeto defensivo que decorreria da natureza penosa das representações em causa. Porém, constata-se facilmente que isto não funciona,

já que a experiência ensina – diz Freud – que lembranças muito penosas que necessariamente deveriam despertar o maior desprazer – por exemplo, lembranças de remorsos – não podem ser recalçadas nem substituídas por símbolos (93).

Se procurarmos agora a explicação em causa a partir da segunda pré-condição, isto é, invocando o carácter sexual das representações desprazerosas que são recalçadas, tal explicação só poderá funcionar se se pressupor que os afetos sexuais penosos superam em intensidade a todos os demais afetos desprazerosos, o que realmente não tem cabimento. Portanto, conclui Freud: “Deve haver alguma outra característica das representações sexuais capaz de explicar como é que somente elas se acham sujeitas a recalque” (94).

Desta maneira, as condições de ocorrência do recalque continuam sendo “a chave do enigma” daquela função em excesso própria à defesa patológica.

Contudo, não é só de uma explicação para tal função excedente do que estamos precisando aqui. Ao lado dessa incógnita deveremos desvelar ainda outra não menos problemática e da qual temos já certa notícia.

Foi visto que a formação patológica de símbolo a que se reduz aquela função consistia em um deslocamento de quantidades de uma representação para outra, deslocamento esse que já tinha sido observado nos sonhos e que se apresentava com as características de um processo primário. Tal processo primário tinha finalmente como resultado a compulsão histérica e toda a sintomatologia concomitante com ela. Sabemos também que o detonador desse processo todo fora um ego catexizado. Ora: como um processo egoico poderia estar na base de semelhante seqüência, que se caracteriza por um fluir desinibido de quantidades?

Portanto: a busca de uma explicação para essa surpreendente imputação causal é o que deverá guiar nossa investigação, já que se for encontrada uma resposta satisfatória nesse sentido, a função em excesso ficará “*ipso facto*” esclarecida. Vamos por partes. Para tanto, organizaremos nossa exposição articulando diversos trechos da Parte II do “Projeto”, pinçados das seções 4, 5 e 6, as que levam por título, respectivamente: “A Proton Pseudos Histérica”; “Condições da Πρώτου ψεύδος ὑστερικού”; e “Perturbação

do Pensamento pelo Afeto”.

Sabemos já – conforme os resultados da experiência clínica invocados por Freud – que tudo o que acabamos de relatar acima acontece apenas na esfera sexual; portanto, deveremos pressupor a existência de alguma condição específica da sexualidade que – funcionando com a eficácia de um fator causal – esteja na base do anômalo comportamento que o ego exhibe no caso da compulsão histérica.

Veremos assim que essa condição reside no advento tardio da puberdade em relação com o resto do desenvolvimento do indivíduo (95). Com efeito, é só na puberdade que têm lugar, no corpo do sujeito, as primeiras sensações de tipo sexual, conforme o desenvolvimento “natural” da sexualidade que Freud está pressupondo (96). Se porventura o sujeito tivesse protagonizado antes desse estágio alguma experiência em que a sexualidade estivesse envolvida, ele não teria tido condições de “compreendê-la” – i.e., de submetê-la a um processo de “juízo” – (97), de maneira que os componentes da respectiva “vivência” teriam ficado fora de qualquer possibilidade de predicação, sendo conseqüentemente registrados na memória ao nível de “coisa”, como um mero traço enigmático  $\psi$ , em definitiva, como a marca de uma pura quantidade proveniente de  $\varphi$ .

Conforme o que acabamos de expor, nosso próximo passo consistirá em investigar como joga essa condição da sexualidade “normal” em um processo patológico de recalçamento histérico. Com esta finalidade em vista, consideremos como Freud ilustra este ponto através do exame de um caso clínico de compulsão histérica, qual seja, o caso Emma (98).

Emma sentia-se acossada pela compulsão de não poder entrar nas lojas sozinha. Durante a análise surgiu uma primeira lembrança que Emma apresentou como uma justificativa para a dita compulsão. Pouco antes da puberdade, quando ela tinha doze anos, entrou em uma loja e viu dois vendedores rindo juntos. Tomada de um afeto de susto ela saiu correndo imediatamente. Recordou ademais que tinha atribuído o riso dos vendedores às roupas que ela estava usando na ocasião e que se sentira atraída sexualmente por um deles.

Tanto a relação desses episódios entre si, quanto o pretense efeito da vivência toda, i.e., a compulsão atual, são incompreensíveis - sublinha Freud. Sendo agora adulta, Emma saberia escolher roupas que não fossem alvo de risos, para o qual, por outro lado, não faria diferença estar sozinha ou acompanhada. O mesmo pode-se dizer também da atração que experimentara por um dos vendedores; com efeito, ela é independente tanto das roupas usadas quanto do fato de estar sozinha ou não.

A análise revelou posteriormente uma segunda lembrança da qual Emma nega ter tido consciência no momento da Cena I (vendedores). Quando contava com oito anos de idade, ela foi duas vezes comprar doces numa confeitaria, sendo que na primeira o proprietário a atacou tocando suas partes genitais por cima da roupa. Posteriormente, ela voltou lá mais uma vez, sendo que na atualidade se recrimina por causa desse comportamento, como se com esse retorno ela tivesse querido provocar o atentado, comportamento esse ao que pode ser também atribuída a "torturante má consciência" de que ela se queixa no presente.

Se confrontarmos agora a Cena I (vendedores) com a Cena II (confeiteiro) constataremos que estamos em presença de dois processos  $\psi$  entrelaçados (99), e que precisaremos de uma consideração simultânea dos mesmos para compreender a gênese da compulsão em exame.

Vamos partir da Cena I (vendedores). Nessa circunstância, o riso dos vendedores fez Emma se lembrar (inconscientemente) do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhara o atentado (Cena II, confeiteiro). De fato, diz Freud, a segunda situação apresenta ainda um outro ponto semelhante com a primeira: Emma mais uma vez estava em uma loja sozinha (100). A lembrança inconsciente do atentado, recatexizada por associação através do elemento "riso" despertara em Emma uma liberação sexual (um afluxo de quantidade endógena) que ela não teve condições de sentir quando o confeiteiro a agarrou por cima da roupa, mas que agora era possibilitado pela sua condição atual de púber. Essa liberação sexual transformou-se em angústia diante do medo de que os vendedores pudessem repetir o atentado.

Cabe agora perguntar: como se produziu o recalque que levou à respectiva

compulsão?

A liberação sexual suscitada na Cena I (vendedores) por causa da re-catexização da lembrança do atentado (Cena II, confeitiro) permitiu que a dita lembrança fosse “compreendida” como sexual, resgatando ela, por assim dizer, de seu estado de “coisa”. Todavia, tal compreensão tardia ou “posterior” da natureza sexual da lembrança foi acompanhada de um afeto penoso (já que devemos inferir que a mera idéia de uma vivência sexual infantil iria se conflitar com uma concepção “natural” da sexualidade como é a que está sendo pressuposta aqui). Houve assim um aumento do afluxo quantitativo via a liberação desse afeto, o que implicou em uma hiper-catexização da lembrança. Desta maneira, a representação do atentado tornou-se “traumática”. Isto significa, conforme pressupostos do “Projeto” que desenvolvemos no Capítulo III deste trabalho, que tal representação teria se comportado de maneira semelhante à dor, isto é, como se houvesse irrompido de fora, via  $\varphi$  (101). Mas nesse caso deveremos pressupor também que tal lembrança teve o mesmo efeito que uma percepção; com outras palavras, que ela foi alucinada. Pressuposição essa perfeitamente cabível se temos em conta que a representação foi efetivamente hiper-catexizada, satisfazendo-se assim a pré-condição mecânica da alucinação.

O passo imediatamente subsequente neste processo será o recalçamento (des-catexização rápida e total) dessa representação, que será assim retro-traída ao estado de “coisa”, fora do domínio do ego (102).

A partir daqui, já sabemos como se desenvolve o processo ativado pelo recalque: ocorrerá uma formação de símbolo, i.e., um processo de deslocamento de quantidades da representação “atentado” para outra representação que seja anôdina mas que lhe esteja associada; no caso, a representação “roupas”, a qual se tornará símbolo da representação recalçada. Podemos dizer novamente, mas agora com pleno conhecimento de causa, que “a coisa foi totalmente substituída pelo símbolo” (103).

O fato de o sintoma (não poder entrar nas lojas sozinha) ficar estruturado de maneira tal que o símbolo não desempenhe nenhum papel nele é – adverte Freud – uma característica toda especial desse caso (104).

O caso todo é tipificado como um caso de “primeira mentira histérica” (“proton pseudos”) (105); essa primeira mentira residiria aqui nas duas “conexões falsas” que o pensamento conscientemente operante estabelecera na Cena I (vendedores): (1º) que os vendedores riam de Emma por causa da roupa; (2º) que ela havia ficado sexualmente excitada por um deles (106).

Afinal, qual é o fator causal determinante neste processo patológico todo? Como re-introduzir aqui o papel desempenhado pelo ego no seu processo defensivo?

Vamos por partes e vejamos primeiro como no texto vão se entrelaçando os condicionamentos de tipo causal, para depois abordarmos a questão da participação do ego em um processo que podemos já sem reticências chamar de primário.

Uma vez concluída a exposição do caso Emma Freud apontará a liberação sexual como sendo a causa do processo patológico deflagrado (107). Mas é preciso determinar a especificidade dessa liberação sexual, pois não se pode afirmar que a liberação sexual origine, por si só, o recalque; isso converteria o recalque e a compulsão histérica em processos de freqüência normal, o que não é o caso (108).

Por um lado, diz Freud, a análise revela que o que há de perturbador em um trauma sexual é a liberação de afeto (109), que implica em um afluxo quantitativo que é sentido como desprazer por  $\omega$  e em tendências à descarga, como já sabemos.

Por outro lado, observa-se nos histéricos ora um início prematuro da liberação sexual, ora uma liberação sexual prematuramente intensificada (masturbação). Esses comportamentos são evidentemente equivalentes, de modo que a condição “precocidade na liberação sexual” fica reduzida a um fator quantitativo (110).

Podemos então reformular a genérica afirmação colocada acima a respeito da liberação sexual enquanto a causa do processo patológico, falando em termos de “liberação sexual precoce” (fator de tipo quantitativo).

Pressupor que tal liberação seja “a” causa do recalque implica pressupor que a mesma é condição suficiente para a ocorrência do mesmo. Ora, mesmo

assim, tal fator só poderia ter eficácia causal se fossem preenchidas outras condições. Arrolaremos elas, construindo uma seqüência de condições que é mais lógica do que cronológica, para depois ponderarmos como é que fica a pressuposição inicial.

Depois de ter especificado o tipo de liberação sexual operante na histeria, Freud reduzirá a duas condições a força patogênica dessa liberação sexual. São elas (111):

Condição 1: A liberação sexual provém de uma lembrança e não de uma vivência.

Condição 2: A liberação sexual ocorre prematuramente.

Conforme à imputação causal inicial, o preenchimento dessas duas condições deverá ter como efeito o recalque. Porém, a Condição 1 expressa elipticamente um certo conjunto de outras condições:

Condição 1.1.: A lembrança desperta uma liberação sexual que não pôde suscitar quando ocorreu na qualidade de vivência, porque nesse entre-tempo as mudanças trazidas pela puberdade tornaram possível uma compreensão do que era lembrado.

Condição 1.2.: O retardamento da puberdade possibilitou esse estado de coisas (112), (qual seja, essa inversão quantitativa vivência-representação).

Todavia, o preenchimento dessas duas sub-condições não conduz sozinho ao recalque, nem mesmo em conjunção com a Condição 2.

Sendo o recalque, do ponto de vista mecânico, a des-catexização rápida e total de uma representação liberadora de desprazer, falta ainda identificar as condições em que a representação em causa (a lembrança do atentado) é acompanhada de afeto, isto é, é sentida como penosa. Neste sentido, o conjunto de condições apontado acima funciona antes como condição necessária para a ocorrência do recalque e não como condição suficiente para o mesmo.

Acrescentaremos assim mais duas condições que antecederão o efeito.

Condição 3: A compreensão tardia do caráter sexual da vivência foi acompanhada de uma liberação de afeto que implicou em um acréscimo do afluxo quantitativo próprio à liberação sexual.

Condição 4: A lembrança foi alucinada tornando se traumática.

Efeito: O trauma foi recalçado (“sempre se comprova {na histeria} que uma lembrança é recalçada apenas quando se torna um trauma por ação retardada {ou posteriormente}”) (113).

Em suma: as condições 3 e 4 configuram a condição suficiente que leva ao recalque.

Portanto, a liberação sexual (fator quantitativo) não é “a” causa do recalque no sentido de ela ser uma condição suficiente para o mesmo; ela é antes uma condição necessária para a compreensão do caráter sexual da vivência. Tal compreensão (fator da ordem do sentido e que pressupõe um processo secundário interpolado) foi que conduziu ao recalque.

Todavia, há um ponto que não ficou bem esclarecido nesta espécie de “narrativa causal” e que tem a ver com o que temos caracterizado como Condição 3. A compreensão posterior do caráter sexual da vivência só poderia provocar uma grande liberação de afeto (responsável pela hiper-catexização da lembrança da qual decorreu, por outro lado, seu caráter traumático) se a respectiva vivência, além de sexual, tivesse sido compreendida (i.e., “julgada”) como penosa. É preciso relembrarmos aqui as duas pré-condições que foram de início postuladas para que uma representação fosse objeto de recalque, isto é, possuir ao mesmo tempo o caráter de sexual e penosa. Com efeito, no nosso comentário do caso Emma, nós interpolamos, na seqüência de condições prévias ao recalque, um hipotético conflito entre o reconhecimento do caráter sexual de uma vivência infantil e uma concepção “natural” da sexualidade. Conforme o esquema teórico de “As Neuropsicoses”, a defesa (ou o recalque) só pode resultar de um conflito entre o ego e uma representação que seja incompatível com ele. Ora, esse “momento dinâmico”, que confere realmente inteligibilidade plena ao recalque, não está explícito no “Projeto”. Mas sem ele não há como compreender o caráter “penoso” da lembrança que está na base do forte afeto por ela liberado. A única pista que encontraríamos nesse sentido no “Projeto” e que, por outro lado, coadunar-se-ia com a condição de “precocidade na liberação sexual” por parte dos histéricos é, tendo em consideração o caso padrão examinado, o fato de Emma se recriminar pela sua segunda volta, ainda criança, à confeitaria em que o atentado teve lugar.

Desde que interpretemos essa recriminação (ou “torturante má consciência”) que, além do mais, só veio à tona graças à “análise”, enquanto elemento de importância capital nesse quebra-cabeças de condições necessárias e suficientes, a explicação oferecida para o recalque estará, contudo, salva. Por que? - poderíamos inquirir. E responder: porque o elemento “torturante má consciência” pressupõe a existência de um conflito, conflito esse liberador do desprazer de que precisamos para que se cumpra o resto da seqüência, quais sejam, a “traumatização” da lembrança e o conseqüente recalque. Todavia, o esquema explicativo resultante da incorporação desse elemento recriminatório não se encaixa muito bem com o caráter “inocente” da vivência, que é o que faz dela propriamente um “atentado”, algo assim como um assalto que tivesse pego a vítima desprevenida. A “recriminação” (ou a “torturante má consciência”) aponta numa linha em que a dita vítima pareceria ter alguma co-responsabilidade, com o qual mudaria o conceito de “trauma” que está sendo pressuposto, enquanto efração ou corte vindo exclusivamente de fora.

De qualquer maneira, dos elementos até aqui considerados como jogando um papel na caracterização do recalque histórico em nível do “Projeto”, resultam algumas importantes conseqüências que é preciso consignar. Elas são:

1) Na conceituação da “defesa patológica” pareceria despontar uma primeira pista para se poder fundamentar, a partir daí, uma explicação da “defesa primária” – que é o protótipo normal da primeira (114) – sob o regime do “princípio do prazer”, entendido como mecanismo de regulação automática. Como tivemos ocasião de ver, o recalque tem lugar quando de dentro (liberação sexual) há um afluxo quantitativo que, de maneira semelhante à dor, é “percebido” via a qualidade afetiva do desprazer que acompanha a lembrança quando esta é “compreendida” como sexual. Com efeito, tal afluxo quantitativo não deriva mais dos já esquecidos “neurônios chave” mas, tanto ali [quando da postulação destes últimos (115)], quanto aqui (no recalque), reconhece-se em uma fonte endógena a origem da Q interveniente nos processos defensivos em causa. Por outro lado, o caráter de “penosa” e

“sexual” da lembrança que é recalcada recupera o sentido da analogia que fora traçada, no final da Seção 12 da Parte I, entre a liberação do desprazer no afeto e a liberação sexual, na qualidade de processos decorrentes, em ambos os casos, de uma estimulação endógena (116). Todavia, embora valha a sugestão de que o esquema explicativo apresentado para a defesa patológica possa servir em algum sentido como modelo para se pensar a (problemática) explicação mecânica da defesa primária, é preciso ressaltar que isto só seria válido se se admitisse na sexualidade “normal” algum papel semelhante ao que ela joga no caso da “proton pseudos”, o que parece estar bem longe das possibilidades teóricas do “Projeto”, que não oferece qualquer conceituação de fundo da sexualidade em seu funcionamento “normal” (117).

2) A explicação oferecida para o recalque não é simplesmente uma explicação mecânico-causal operando pela atuação das forças (quantidades) em presença; pelo contrário, ela se entrelaça com um processo da ordem do sentido [a “compreensão” (118)] do qual provém, em última instância, a eficácia causal.

Por outro lado, observa-se, embora em direção inversa (da quantidade para o sentido), outro entrecruzamento entre ambas as ordens ao se explicar a produção da “formação histórica de símbolo”. Esta formação, como já vimos, exibia em nível de sintoma aquela “função em excesso” que conferia especificidade à defesa patológica com relação à defesa normal.

Mas vejamos com certo detalhe tais entrecruzamentos.

No primeiro dos casos apontados estamos em presença de uma circunstância onde uma “razão” (a compreensão do caráter sexual da lembrança) estaria operando como um fator causal no sentido de que sua ocorrência, junto com toda uma série de condições relevantes, foi suficiente para produzir dois efeitos em cadeia, isto é, o aumento do afluxo quantitativo interno que, hiper-catequizando a lembrança, conduziu ao recalque. Estamos apresentando aqui um certo tipo de relação causal que não é, contudo, humeana, e cuja caracterização devemos a A. McIntyre (119), em quem estamos nos apoiando neste momento de nossa exposição. Do que se trata nesta abordagem é, para dizê-lo rapidamente, de um caso em que, por um lado, a relação entre “causa” e

“efeito” não estaria pressupondo, como ocorre na visão humeana, uma regularidade geral (120), (de onde se infere o valor apenas explicativo mas não preditivo deste esquema) e no qual, por outro lado, a despeito da relação entre a causa e o efeito ser analítica sob uma certa descrição, ela conserva, no entanto, a eficácia causal, posto que os termos da relação são identificáveis separadamente de maneira tal que a ocorrência do antecedente pode ser vista como uma “alavanca” na produção do resultado. Pode-se constatar, no caso específico que estamos examinando, que a conexão entre a compreensão e o recalque é analítica conforme os pressupostos estipulados no “Projeto”, isto é, não é uma conexão de soldagem e, no entanto, ela é causal, dado que ambos os termos são identificáveis por separado e a compreensão funciona à maneira de “alavanca” na produção do recalque. Conseqüentemente, devemos admitir que o recalque, que é do ponto de vista quantitativo um movimento que se processa automaticamente, tem como antecedente um fator de tipo não mecânico e pertencente à ordem do sentido.

O segundo dos casos consignados acima constitui, na verdade, uma continuação deste primeiro caso; com efeito, ele se situa no momento imediatamente subsequente do processo do recalque em seu conjunto, i.e., parte-se nele do recalque como havendo já ocorrido para avançar na direção dos seus efeitos em nível de sintoma. Na sua elucidação iremos apelar primeiramente a certas colocações que Ch. Taylor desenvolve em seu estudo sobre a explicação do comportamento – o que ele faz contrapondo explicações de forma teleológica a explicações causais humeanas – para seguidamente considerar o ponto de vista desse autor no que tange às explicações em Psicanálise (121).

A idéia central no pensamento de Taylor, na sua análise da explicação do comportamento, consiste em afirmar que as explicações de forma teleológica são as que propriamente convêm no plano das ações humanas (122). Neste campo, portanto, o comportamento não deve ser visto como função de um certo propósito que, assumindo a forma de uma entidade separada e não empírica operaria como sendo a “causa”. Isto é, não se daria o caso de  $C = f(P)$ , (123). Nas explicações de forma teleológica, o antecedente será identificado como um certo “estado-de-coisas” (124), i.e., como o estado de

um sistema e seu meio (125), tal que o comportamento (C) conduziria a uma meta (M). Ou, com outras palavras, o antecedente é visto como um “estado-de-coisas” tal que a ocorrência de C é exigida para a realização de M. Considera-se aqui que o fato de “C ser exigido por M” constitui uma condição suficiente para a ocorrência de M (126). Temos desta maneira identificado um antecedente que não está contingentemente ligado a seu conseqüente, em contraposição ao que acontece na abordagem humeana da causalidade (127).

Passemos agora a examinar como Taylor encara o estatuto das explicações em Psicanálise. Em um artigo dedicado a P. Ricoeur (128), Taylor se propõe a comentar a célebre tese daquele autor segundo a qual a teoria psicanalítica se constitui como sendo, ao mesmo tempo, uma energética e uma hermenêutica (129). Na trilha de Ricoeur, Taylor extrairá também algumas interessantes conseqüências dessa afirmação, que ele começa parafraseando nos seguintes termos: o que a Psicanálise nos oferece é um tipo de explicação tanto causal (pelas forças em presença) quanto interpretativa (pelo sentido do comportamento em causa). O que implica em afirmar que esses dois aspectos estão indissolúvelmente ligados, e que toda tentativa para dissociá-los só conseguirá desnaturalizar a teoria (130).

Vejamos agora como Taylor desenvolve essa tese.

Os comportamentos de que parte a Psicanálise são para Taylor identificados pelo sentido que eles possuem para o paciente, i.e., pela sua dimensão intencional. A partir de certos contornos físicos desses comportamentos, tais como sintomas, aquilo que o paciente diz nas associações livres, a maneira pela qual ele reage frente à interpretação oferecida, etc., atribuir-se-á a esses comportamentos um sentido oculto, fato este em que reside propriamente a identificação intencional dos comportamentos em causa (131). Contudo, tal identificação vai operar em dois níveis, ambos de caráter teleológico. Em um primeiro nível, que é teleológico em sentido lato, essa identificação fazer-se-á em termos da meta visada, o que significa, grosso modo, que os mecanismos (as forças) subjacentes aos sintomas serão compreendidos e explicados conforme as suas funções na economia psíquica. Assim, recalque, deslocamento, etc, ter-se-iam produzido a fim de “evitar ou resolver um conflito doloroso” e

para “escapar de uma tensão intolerável” (132). Mas, em um segundo nível de análise, que é o propriamente intencional, o comportamento será compreendido à luz das significações (ou motivos) que ele comporta para aquele que age (133). Todavia, uma leitura do comportamento apenas pelo sentido não é suficiente, pondera Taylor. E isto porque nós sofremos a ação de forças que agem fundamentalmente distorcendo o sentido de nossas condutas e que determinam que nosso comportamento não seja nunca inteiramente transparente para nós. Se assim não fosse, pontualiza o autor, nós poderíamos encontrar para nossas ações explicações puramente teleológicas, o que não é o caso. O que realmente acontece, graças à ação de tais forças, é que “o texto sensato de nossa vida está constantemente entrecruzado de sem-sentidos e contra-sentidos” (134). Mas, por outro lado, nós só podemos identificar essas forças enquanto operantes nessas distorções de sentido, de tal maneira que: “Perguntar-se pelo que poderiam ser essas forças em si mesmas, i.e., fora de sua ação devastadora sobre o sentido, é colocar uma pseudo-questão, fadada do começo a ficar sem resposta, a menos que tal questão seja deslocada para outro nível e se tente encontrar uma resposta fisiológica” (135). Quer dizer, então, que na Psicanálise a compreensão do comportamento implica em se pressupor a inseparabilidade das dimensões da força e do sentido e que qualquer explicação de tipo causal no seu âmbito deverá ter em conta este pressuposto. Ou, com outras palavras, a causalidade só funcionará aqui distorcendo o sentido e a ação das forças só se poderá ler no sentido deformado. Vejamos como o autor ilustra este ponto através da relação “recalque/sintoma”, que é aonde nós estamos querendo chegar. O recalque é uma força que age sobre o sentido, diz Taylor, mas cujas propriedades não podem ser definidas sem referência ao sentido, ou melhor, à distorção do sentido, que é o que aparece no sintoma. Portanto, devemos afirmar que não é possível estabelecer uma correlação causal direta e imediata entre recalque e sintoma, dado que ambos não são separáveis (em um sentido humeano), embora sejam discerníveis, diríamos nós, isto é, não redutíveis um ao outro, como frisa o autor (136). De qualquer maneira, é óbvio que a relação entre recalque e sintoma está sendo vista aqui como analítica ou conceitual. Mas: que con-

seqüências poderíamos tirar do pensamento de Taylor relativamente a este assunto, i.e., no que tange à natureza da relação existente entre recalque e sintoma? Vamos por partes.

Em primeiro lugar, parece-nos que não se está negando aqui a existência de uma relação de causalidade entre ambos os termos. O que acontece é que sua identificação vai depender do trabalho de interpretação, que é que decidirá por que o recalque desviou o sentido dessa maneira e não de outra. Abreviadamente: sem o trabalho de interpretação não poderá haver acesso ao plano causal, seja este o que for.

Todavia, dado que a relação entre recalque e sintoma é vista como analítica, a causalidade em jogo não poderá ser de tipo humeano. Caso ela exista, só poderá ser entendida, pensamos nós, enquanto subordinada a uma explicação teleológica da qual, em certa medida fará parte. Assim, se aplicarmos agora o esquema das explicações teleológicas apresentado por Taylor (137), nós teremos que:

$S = f(R)$ , tal que

“S é exigido por M” (onde “M”, a meta, é aqui “uma particular distorção de sentido”)

Como podemos constatar, só de maneira muito oblíqua é que resultaria possível resgatar aqui a presença de um plano causal, mesmo que entendido de maneira não humeana. Achamos que seria bem mais claro dizer que a explicação em tela é mesmo teleológica, mas que ela tem como antecedente uma força (uma quantidade, em suma) subordinada em seu conjunto à ordem do sentido. Julgamos oportuno ressaltar, todavia, que, de nosso ponto de vista, o fato de a causalidade estar subordinada à teleologia em um sentido processual, o que é uma descoberta oriunda da prática clínica, não implica que em nível da construção metapsicológica o ponto de vista econômico esteja subordinado a ou seja dependente de o trabalho de interpretação. Não esqueçamos de que a “Q” do “Projeto” é um termo teórico e não descritivo.

Se voltarmos agora ao contexto do “Projeto”, poderemos então interpretar a “formação histórica de símbolo”, que atua como precipitadora do sintoma, como sendo função do recalque, mas em condições tais que a dita

formação é exigida para se conseguir uma certa distorção do sentido. Quer dizer, então, que o recalque não é um fator causal mas sim um certo estado-de-coisas (um movimento de “fuga de quantidades” no sistema) no qual o que se tem em vista é um particular efeito de sentido.

Vemos nesta mesma linha O.F. Gabbi colocar de maneira clara e muito sugestiva este assunto todo quando, ao analisar a formação patológica de símbolo colocada por Freud no início da Parte II do “Projeto”, qual seja, a substituição da representação B (recalcada) pela anódina representação substituta A, nos diz: “A explicação de por que A tomou o lugar de B é dada pela teoria do aparelho psíquico. Entretanto, esta explicação não é causal, ela tem uma forma teleológica” (138). Isto significa, conforme o pensamento do autor, que o sem-sentido de A será explicado em termos teleológicos através do recalque o que, por sua vez, “pressupõe uma teoria pulsional, uma teoria da força” (139). Dentro deste marco conceitual teríamos um esquema teleológico em que: “O antecedente é o ‘estado de coisas’ do aparelho definido pelo princípio da constância, presente quando da ocorrência da vivência B. A restauração ao estado anterior, isto é,  $Q = cte.$ , dá-se pela substituição de B por A” (140).

Contudo, esta explicação se inscreveria, pensamos nós, no primeiro dos dois planos do teleológico apontados por Taylor, qual seja, o do teleológico em sentido lato. De qualquer maneira, convém não perdê-la de vista para vermos como ela pode passar a jogar quando encarmos o tipo de intervenção que cabe ao ego no processo de defesa patológica.

Passemos agora a considerar a última das conseqüências que temos extraído de nossa análise do recalque a partir do exposto na Parte II do “Projeto”.

3) Com relação à “Q” adicional liberadora do afeto no processo que conduziu ao recalque, nós pensamos que ela é, em definitiva, resultado da confluência do que vem de dentro (a liberação sexual) e do que, alucinatoriamente parece vir de fora (o trauma), confluência essa que se dá no nível da “compreensão” que é, conforme hipótese colocada no início deste capítulo (141), o “lugar” em que se processaria o psíquico no caso do juízo secundário.

Portanto, pode-se dizer que o processo primário, no nível da patologia da histeria, resulta ser um processo  $\psi$  graças ao concurso de um processo secundário interpolado, que é de onde provém aquela “contribuição  $\psi$ ” que, agora podemos afirmar, está na base de qualquer processo  $\psi$  primário, e não apenas do sonho, como já foi visto. Isto implica, contudo, no caso do recalque, numa estreita e um tanto insólita articulação entre processos primários e secundários.

Todavia, o mais surpreendente em termos de um entrecruzamento primário/secundário ainda está por vir e tem no ego seu principal protagonista. Com efeito, uma vez estabelecida uma série de articulações, veremos como o ego, cuja principal função é inibir os processos psíquicos primários e, conseqüentemente, possibilitar a emergência de processos psíquicos secundários, encontra-se necessariamente envolvido em um processo primário. Examinaremos isto com certo vagar porque é aqui que vão se ajustar todas as peças da delicada engrenagem em que consiste a defesa patológica. Voltemos assim um pouco atrás em nossa exposição para situarmo-nos no ponto em que Freud postulara as duas condições em que a liberação sexual seria patógena, a saber, quando tal liberação provinha de uma lembrança e não de uma vivência e quando ela ocorria prematuramente (142). Na ocasião, Freud tinha achado por bem acrescentar: “A soma das duas [condições] produziria uma perturbação que ultrapassa o normal, mas que também pode achar-se potencialmente presente no normal” (143). Trata-se aqui da perturbação do pensamento pela interferência nele do afeto, temática essa que é desenvolvida ao longo da Seção 6 (a última) da Parte II do “Projeto”, cujo título é, como sabemos, “A Perturbação do Pensamento pelo Afeto”. É só consultar à experiência – como sublinha o texto – para constatar quais são as formas por cujo intermédio a geração do afeto inibe o curso normal do pensamento.

Contaríamos entre elas (144): (a) o esquecimento de certas vias de pensamento (de maneira semelhante ao que ocorre nos sonhos) que implica na perda da capacidade de seleção, eficiência e lógica no decurso do pensamento; (b) a adoção de vias que geralmente seriam evitadas (sobretudo vias que conduzem à descarga, tais como ações efetuadas sob a influência do afeto); e

(c), poderíamos acrescentar, a interferência do afeto – que se caracteriza pela precipitação e por um aumento da quantidade em circulação – na reflexão, que é uma atividade cogitativa do ego que demanda tempo e que pressupõe o deslocamento, a título de ensaio, de pequenas Qn's (145).

Em síntese, dirá Freud, o processo afetivo se aproxima do processo primário desinibido (146).

Isto traz algumas conseqüências: em primeiro lugar, o fato de que na liberação afetiva se intensifique a própria representação liberadora (147); em segundo lugar, que a função principal do ego catexizado consista em evitar novos processos afetivos e em reduzir as velhas facilitações afetivas (148).

Portanto: o ego procurará não permitir nenhuma liberação de afeto porque com isso poderia permitir também a ocorrência de um processo primário. Como é que ele conseguirá efetuar esse tipo de entrave?, poderíamos perguntar. Resposta do texto: a atenção – mecanismo que sempre consiste na catexização que o ego faz daqueles neurônios em que já apareceu uma catexia (149) – é o melhor instrumento com que o ego conta para tal finalidade (150).

Vejam agora o que foi que ocorreu na “proton pseudos”: uma catexia mnêmica, liberadora de desprazer, conseguiu escapar à atenção e o ego chegou “tarde demais” para neutralizá-la. Ou seja: “o ego permitiu que se efetuasse um processo primário porque não esperava que tal acontecesse” (151). Isto é, o ego não esperava que a re-catexização de uma lembrança que, como vimos, ficara registrada como um mero traço mnésico, sem qualquer qualidade, fosse capaz de produzir uma liberação primária de quantidade. Além do mais, a atenção está normalmente concentrada nas percepções, que são as que ordinariamente dão ocasião para a liberação de desprazer (152).

É preciso sublinhar ainda a existência de ocasiões em que as lembranças também liberam desprazer sem que por isso tenha lugar um processo primário. Isso ocorre, de maneira perfeitamente normal, no caso das lembranças mais recentes. E mais, se o trauma (a vivência de dor) ocorre quando já existe um ego (153), se produz inicialmente uma liberação de desprazer, mas o ego atua simultaneamente, criando catexias colaterais. Se o traço mnésico da

vivência for re-catequizado, o desprazer também se repete, mas as facilitações do ego se encontram ali presentes também. Sabe-se por experiência que a liberação de desprazer é cada vez menor nas sucessivas reativações até se reduzir à intensidade de um mero sinal que o ego aproveita para pôr em ação uma defesa normal (154).

Conseqüentemente, “o essencial é que por ocasião da primeira liberação de desprazer não falte a inibição do ego, de modo que o processo não tenha o carácter de uma vivência afetiva primária póstuma” (155). Isto é o que ocorre quando a lembrança é a primeira a provocar a liberação de desprazer, possibilitando assim, pelo seu intermédio, uma alucinação da respectiva vivência, como é o caso na *proton pseudo histérica*.

De tudo isto se depreende que é preciso introduzir algumas nuances na tese postulada por Freud na Seção 2 da Parte II do “Projeto”, no sentido de que a força impulsora do recalque<sup>v</sup>(156) seria um processo defensivo oriundo do ego catequizado (157).

Em primeiro lugar, é preciso frisar que a intervenção do ego na deflagração do processo patológico se deu aqui no nível do não preenchimento de sua função principal – evitar novos processos afetivos – e que, portanto, não é exato dizer que dele partiu a força impulsora do processo. O ego, falhando (ou se omitindo), apenas possibilitou o dito processo, ficando essa falha alinhada também do lado das condições necessárias para o recalque.

Entretanto, o que poder-se-ia considerar como uma intervenção do ego com o carácter de uma verdadeira “força” é o próprio recalque: uma vez instalado o processo afetivo com todo seu potencial, o ego só poderia mesmo recalcar (158), porque, efetivamente, já era “tarde demais” para pôr em ação uma defesa normal (por meio de catexias colaterais).

Em outros termos, pode-se dizer que o ego recalcou porque a copiosa liberação de desprazer que teve lugar na traumatização da lembrança ativou o mecanismo regulador de que se vale o “princípio de prazer” na sua modalidade da “fuga”(processo causal). Mas, por outro lado, ao recalcar, o ego só fez perseguir uma volta ao primado do “princípio de constância” ou, com outras palavras, ele recalcou para restabelecer o equilíbrio energético em cuja

ruptura ele próprio estivera envolvido (processo teleológico). Assim, com essa finalidade em vista, ele se valeu, como de um meio, de uma “formação patológica de símbolo” (processo intencional, onde se opera com significações). De resto, encontraríamos também aqui um fundamento para poder ancorar o “princípio de constância”, tal como fora formulado na Parte I do texto do “Projeto”, no domínio do psicopatológico.

Resumindo: existiria, em torno da participação do ego no recalque, uma seqüência causal subordinada a um “telos” principal que é da ordem das tendências gerais do aparelho, i.e., da ordem do “princípio de constância” (159), finalidade essa que pressupõe outro encaminhamento de tipo teleológico intermediário, qual seja, a formação do sintoma como expediente distorcedor do sentido da lembrança recalçada. Em fazendo isto, o ego só estaria colocando perante ele próprio uma espécie de fator diversivo que conseguisse impedir um novo recalçamento. Em síntese, e para dizê-lo de maneira algo engenhosa, ele recalcou para não ter que tornar a recalcar. Ou melhor: ao se envolver em um processo primário e patológico, ele estava ao mesmo tempo protagonizando uma espécie de perseguição “ardilosa” da normalidade.

Seja como for, uma avaliação deste esquema explicativo impõe-se agora em termos do seu sucesso em fornecer esclarecimentos para problemas e pontos obscuros decorrentes da “teoria da defesa”, tal como fora formulada em “As Neuropsicoses”. Para tanto, será preciso lembrarmos do que colocáramos neste sentido na “Introdução” deste trabalho. Com efeito, dissemos ali que o “Projeto” poder-se-ia considerar como uma tentativa de fundamentar teoricamente a hipótese etiológica da defesa, que já estava sendo utilizada no nível da clínica, para dar assim conta dos enigmas que a mesma suscitara (160).

Vejamos primeiramente a problemática que diz respeito ao estatuto tópico das instâncias e processos implicados no ato da defesa ou recalque, quais sejam, o ego, o ato de recalçamento propriamente dito e finalmente seu resultado, a formação histórica de símbolo.

Sabemos já que o ego, a instância recalcante, não é um sujeito senão uma organização que surge no seio do sistema  $\psi$ , que é um sistema mnemônico

e, portanto, não consciente. As relações entre o ego e a consciência, que é um processo que tem suas condições de ocorrência em outro sistema, o  $\omega$ , serão por tanto extrínsecas. Elas são fundamentalmente de dois tipos: por um lado, o ego possibilita, sob certas condições, a emergência de indicações de qualidade ou realidade e, conseqüentemente, da consciência que as acompanha; por outro lado, o ego vai garantir a consciência de qualquer processo  $\psi$  mediante a atenção.

Disto se depreende que o ato de recalçamento, que foi possibilitado justamente por uma des-atenção por parte do ego será ele próprio não consciente, e na medida em que for desinibido será também automático, i.e., um processo primário consumado conforme o princípio de prazer segundo o “modelo da fuga”. Contudo, sabemos que no processo de formação do trauma que fora recalçado houve um momento fugaz, um “lampejo” de consciência; mas apenas da consciência que acompanhara a alucinação da vivência pelo intermédio da lembrança correspondente. Em síntese: o recalque não é fruto de qualquer “ato de vontade” mais ou menos consciente; muito pelo contrário, poderíamos dizer, conforme já vimos, que o ego viu-se obrigado a recalcar em nome do princípio de constância. O fato de ele “falhar” nessa tentativa de defesa, i.e., o fato de que de tal recalque decorresse um outro processo primário e patológico – um processo altamente liberador de desprazer, em suma – como é a formação histórica de símbolo, não entra aqui no mérito do assunto. Só poderíamos acrescentar que em tal formação de símbolo a substituição da representação recalçada (B) pela representação compulsiva (A) efetuá-se também em nível não consciente.

Quanto ao destino da representação recalçada, sabemos já que ela foi excluída não apenas da consciência como também do processo de pensamento.

Se atendermos agora para o estatuto ontológico do processo de recalque e do seu resultado imediato, qual seja, o processo de “formação de símbolo”, o que implica em elucidar se está se tratando aí de processos psíquicos, físicos, ou então físicos mas devendo ser considerados “como se” fossem psíquicos, achamos que a resposta que decorre do texto do “Projeto” é a de que estamos em presença de processos inequivocadamente psíquicos. Por que? Tentare-

mos justificar essa resposta. O recalque, i.e., a des-catequização rápida e total de uma representação traumática, e o posterior deslocamento da quantidade subtraída para uma outra representação substituta, qual seja, o processo de formação de símbolo, mesmo que suponham o deslocamento de quantidades entre neurônios ocorrem eles próprios em um nível representacional e, conseqüentemente, psíquico. O que nos permite falar nestes termos é o já aludido processo de metaforização pelo qual vimos constituir-se o aparelho “ $\varphi \psi \omega$ ” enquanto “psíquico”, metaforização essa resultante da postulada equivalência virtual “neurônio/representação”, da qual, além do mais, o texto do “Projeto” já deu mostras em outras ocasiões que foram oportunamente sublinhadas (161).

Quanto ao papel que, em definitiva, cabe à sexualidade na etiologia da histeria diremos umas últimas palavras no final deste capítulo, à luz das conclusões que possam ser tiradas da consideração conjunta dos processos de “sonho” e de “recalque”.

Já registramos em outra oportunidade – mesmo que de passagem – (162) o estabelecimento, por parte de Freud, de uma forte analogia entre “os mecanismos patológicos, revelados pela análise mais cuidadosa nas psiconeuroses” e “os processos oníricos” (163).

Vejamus qual seria o ponto central para o traçado dessa analogia, destacando também as diferenças entre o que abreviadamente chamaremos de “sonho” e “neurose”.

A semelhança principal é de que em ambos os casos têm lugar processos  $\psi$  primários na forma de um deslocamento de quantidades entre representações. Porém, no caso do sonho só se poderia invocar como condição (necessária) para tal deslocamento o baixo nível da carga endógena do ego, i.e., uma condição fraca, enquanto que no caso da neurose sabemos que é o recalque que provoca tal deslocamento.

Se compararmos agora ambos processos do ponto de vista teleológico, iremos ver como suas metas são diferentes: no sonho procura-se a realização de um desejo; na neurose, a fuga de uma representação liberadora de afeto. Ou, para expressá-lo em outros termos: no sonho, “procura-se o prazer”, na neu-

rose, “foge-se do desprazer”; e mesmo que haja uma equivalência quantitativa entre esses movimentos, existe entre ambos, ao nosso ver, uma diferença semântica que é preciso ter em consideração (164).

Abre-se, ainda, uma interrogação.

Vimos já que a ocorrência do processo primário no sonho era inócua, em parte porque a função secundária no estado de sono tornava-se desnecessária, e em parte porque a evolução biológica tinha “domesticado” a realização alucinatória do desejo, reduzindo ela ao espaço do sonho. Freud também já advertira para uma manifestação do processo primário na vida desperta normal, sob a forma de vínculos intermediários inconscientes no pensamento (165). Com tudo, tais ocorrências não acarretavam maiores transtornos para o organismo.

A pergunta que se coloca agora é a seguinte: por que a evolução biológica conseguiu “domesticar” o desejo e não fez o próprio com as neuroses, que são evidentemente perniciosas para um sistema que tenta reger-se pelo princípio de constância?

A única resposta possível, dentro do marco do “Projeto”, consistiria em algo do seguinte tipo: enquanto que o desejo (que fora caracterizado fundamentalmente em termos do modelo fornecido pela fome) tem a ver com funções do organismo que, pelo fato de visarem a sua auto-conservação, atingiram uma rápida maturidade, a sexualidade, que está na base da neurose, só amadureceu tardiamente (i.e., na puberdade) possibilitando assim a ocorrência de processos primários póstumos. As neuroses aflorariam, assim, a partir de uma característica que é estrutural do ser humano enquanto ser biológico e que não pode, portanto, ser superada.

Contudo, vimos que esse tipo de fator só entrara, na seqüência de condicionamentos que conduziu ao recalque, apenas como uma condição necessária, mesmo que de grande relevância.

Poucos meses depois de redigido o “Projeto”, no chamado “Manuscrito K”, que fora enviado por Freud a Fliess em 01/01/96, vemos ainda Freud quebrar a cabeça quanto ao papel etiológico específico da sexualidade nas neuroses de defesa. Com efeito, ele chega até a cogitar na possibilidade da

existência, na vida sexual, de uma fonte independente para a liberação de desprazer (166). Para concluir: “enquanto não tenhamos a mão uma teoria correta da sexualidade ficará sem solução o problema da origem do desprazer que atua no recalque” (167).

É por essa razão, pensamos nós, que Freud não introduziu explicitamente o conflito na abordagem que ele fez do recalque no “Projeto”. A lembrança do atentado, mesmo compreendida como sexual e mesmo sendo geradora de um afeto de susto, não era contudo suficientemente poderosa como para se opor ao ego com carácter de incompatível, ou melhor, para se opor àquelas representações que, derivadas do julgamento do complexo do semelhante, introduziram no ego certos “motivos morais” pela via desse outro que, enquanto objeto hostil, frustra e põe limites ao desejo.

CARMEN BEATRIZ MILIDONI

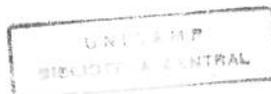
HEURÍSTICA FREUDIANA NO "PROJETO  
PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA"  
(Parte II)

Tese de Doutorado apresentada  
ao Departamento de Filosofia do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Esta-  
dual de Campinas, sob a orienta-  
ção do Prof. Dr. Luiz Roberto  
Monzani.

Este exemplar corresponde à re-  
dação final da Tese defendida  
e aprovada pela Comissão Jul-  
gadora em ...27./05./93...



Mai 1993



70567/6

## Capítulo VI

### A “Psicologia Geral Normal”

Da consideração dos processos primários feita no capítulo anterior há uma importante lição a tirar: não é possível identificar “processo patológico” com “processo primário” e “processo normal” com “processo secundário”.

Com efeito, vimos que o sonho, um processo primário, estava dentro da normalidade (1). Assim, em consequência da análise do fenômeno onírico entenderemos por “normal”, em uma primeira instância, um comportamento que, mesmo regulado pelo princípio de prazer em sua modalidade da “fuga” – modalidade essa que é expressão imediata da tendência primária à inércia – não é contudo liberador de um desprazer que represente uma ameaça para o organismo em termos biológicos. Como é obvio, a ótica da qual parte esta formulação é marcadamente biológica no sentido de organísmica ou vital, embora a mesma só esteja sendo feita pela negativa, por assim dizer, já que ela não decorre de uma postulada função do sonho em favor da “vida”, mas da constatação nele de uma ausência de consequências nefastas do ponto de vista biológico. Mas não há só isto. Tivemos ocasião de presenciar como o ego, organização destinada fundamentalmente a assegurar a ocorrência de processos  $\psi$  sob o regime do princípio de constância, ou processos secundários, ficara envolvido na deflagração de um processo primário e patológico (o recalque), de uma maneira que pareceu-nos ser inevitável, e isto por duas razões: (a) porque sendo o ego a instância judicante, foi a partir desse seu trabalho judicativo (um processo secundário) que a representação em causa, ao ser “compreendida”, tornou-se traumática e, conseqüentemente, recalçável (2); (b) porque frente a um processo afetivo desencadeado por causa de sua desatenção, qual seja, o desprazer liberado ao ser recatexizada a lembrança da cena de sedução, o ego viu-se obrigado a recalcar, propiciando assim de maneira “astuciosa” uma volta ao primado da constância (3).

Talvez fosse por estas razões todas que Freud intitulara a Parte III do “Projeto” como “Tentativa de apresentar (ou figurar) os processos  $\psi$  nor-

mais”, dando assim mostras de certa cautela com relação ao estatuto dos mesmos, sem identificá-los portanto de maneira imediata com os processos secundários. Tal perspectiva cautelosa parece-nos decorrer também do fato de o conceito de “processo  $\psi$  normal” ser mais um conceito de ponto de chegada do que um referencial já pronto que permitisse caracterizar, digamos, o que quer que fossem desarranjos ou desvios relativamente ao mesmo, na qualidade de processos patológicos. Neste sentido, é bom lembrar aqui as considerações iniciais vertidas no parágrafo introdutório à Parte II do “Projeto” (4), onde se coloca, com meridiana clareza, que a estruturação das “características da passagem normal de ocorrências psíquicas” é algo que decorrerá de uma prévia articulação do quantitativo-neuronal (hipóteses básicas, Parte I) com o psicopatológico (Parte II), articulação essa em que se atribui um papel substantivo à dimensão do psicopatológico. Com efeito, será pelo seu intermédio, como é frisado pelo texto, que o sistema que fora construído sobre as hipóteses básicas mais ou menos aprioristicamente ganhará em especificidade ou concretude. Talvez seja lícito, a partir destas premissas, inferir que o conceito de “normalidade” deva ser derivado daquilo que a prática clínica descobrira como sendo patológico e que a construção metapsicológica articulara com o quantitativo-neuronal. De qualquer maneira, vale a pena advertirmos que uma tal derivação, como teremos oportunidade de constatar, furtar-se-á a uma compreensão imediata, i.e., a partir da literalidade do texto, mal conseguindo esconder seu caráter enigmático. Ao qual deve-se ainda se acrescer o fato de a referência ao patológico ser praticamente nula na Parte III do “Projeto”.

Há também outras alternativas dignas de serem cogitadas, como um exercício prévio à análise da terceira parte ela própria, em torno da configuração do conceito de “normalidade” e de suas interrelações com o psicopatológico. Não seria o caso – poder-se-ia inquirir – de que a mentada estruturação das “características da passagem normal de ocorrências psíquicas” viesse a rematar em uma espécie de “psicologia geral-normal”, que caberia à Parte III do “Projeto” desenvolver? Sabemos já da importância que Freud atribuíra à concreção de um projeto desse tipo para uma cabal compreensão

dos distúrbios neuropsicóticos (5). Em consonância com isto, valeria também a suspeita de que a vontade de construção de uma tal “psicologia” teria de algum modo comandado a execução do plano presente no “Projeto”. De qualquer maneira, todo este conjunto de possibilidades teóricas deverá permanecer por enquanto em um nível meramente conjectural. Embora Freud tenha sido claro ao enunciar, na Parte II, suas intenções de derivar, na Parte III, o tratamento dos processos  $\psi$  normais via a articulação do patológico com o quantitativo-neuronal (derivação essa da qual poderia resultar, por outro lado, uma nova articulação), iremos certificar-nos, à medida em que avançarmos na compreensão dessa última parte do texto, de que a complexidade dos conceitos em jogo resiste a qualquer leitura linear do assunto, e que não sempre as declarações de propósitos expressas no texto se correspondem com os resultados a que efetivamente se chega. Todavia, consideramos útil antecipar, para melhor situarmos nossa ulterior exposição neste Capítulo, alguns dos resultados obtidos por nós na nossa leitura da Parte III do “Projeto”.

Vejam, pois, uma questão de contexto, de óbvio valor introdutório. Ela diz respeito ao nível de estruturação do discurso freudiano na terceira parte do “Projeto”, nessa sua tentativa de apresentar ou de figurar os processos  $\psi$  normais. Inserimos este ponto aqui porque julgamos conveniente advertir, logo de início, que haveria nessa parte do texto, conforme nós entendemos, uma mudança significativa no nível do discurso. Não se trata, contudo, de um assunto demasiado misterioso. A questão a que essa mudança se refere é, simplesmente, a da perspectiva de enunciação do conceito de “normalidade”. Com efeito, se nós prestarmos a devida atenção às pistas que nos são oferecidas pelo texto, poderemos então constatar, a uma certa altura da exposição, que só será possível demarcar o âmbito dos processos  $\psi$  normais via um referencial suministrado por um certo padrão de processo  $\psi$  – o pensamento prático, quando correto – padrão esse que funcionará, antes de mais nada, como um verdadeiro objetivo a ser conquistado, seja às custas da observância de regras específicas, ou como resultado de um especial aprendizado. Desta maneira, o conceito de “ $\psi$  normal” vai se revelar como sendo sobretudo apro-

priado para recortar um tipo ideal do processo; com outras palavras, ele vai apontar na direção do que seria uma “boa” aquisição para  $\psi$  da perspectiva da realização de certos fins, que não são outros senão os próprios à ordem vital. Poderíamos expressar tudo isto de maneira mais conclusiva e caracterizar assim o enfoque dos processos  $\psi$  normais na Parte III do “Projeto” como sendo, ele próprio, essencialmente normativo, já que o que se tenciona formular aí, fundamentalmente, é um conjunto de regras que possam se comportar como verdadeiros “guias” da normalidade. Nisto consistiria, pois, a aludida mudança no nível do discurso com relação às outras partes do texto, onde esse discurso assume uma formulação decididamente axiomática, e onde a subordinação ao teleológico-biológico se dá em todo caso apenas em nível funcional (via o princípio de constância) e não em nível da lógica da constituição dos conceitos, como veremos que acontecerá – sem excluir contudo aquela primeira forma de subordinação – na terceira parte da obra. Isto não implica que a enunciação de princípios esteja completamente ausente aí. Mas a perspectiva dominante será outra. Do qual também decorreria, como uma possível (e séria) conseqüência, que a mentada “psicologia geral normal”, caso viesse a ser estruturada, passaria a funcionar em um plano mais prescritivo que proposicional, não podendo portanto constituir-se ela própria em suporte dedutivo daquela “teoria geral das neuroses” cuja fundação, como foi visto, estava na base de uma das “ambições” que teriam presidido a redação do “Projeto” (6).

Mas afastemo-nos por enquanto deste tipo de pré-conclusões e vejamos agora como é que vamos estruturar nosso exame da Parte III do “Projeto”.

Em primeiro lugar, temos de reconhecer que a afirmação de que a normalidade é mais um ideal que um estado de ponto de partida é por enquanto apenas uma hipótese, embora ela já conte com certos elementos de apoio oriundos de desenvolvimentos feitos em capítulos anteriores, sobretudo da constatação de que o aparelho psíquico apresenta originariamente (7) uma forte tendência a alucinar, da qual sabemos que derivam os perigos em que o ego corre o risco de cair com os conseqüentes danos biológicos (8). Assim, e conforme um primeiro critério de normalidade avançado acima (9), tal

tendência alucinatória básica deveria então ser caracterizada enquanto não normal, pelo menos no que tange à vida desperta.

Partindo pois destes pressupostos, a estratégia que adotaremos na abordagem dos processos  $\psi$  normais será a de visualizar que alternativas são oferecidas pelo texto no sentido de reforçar o ego a partir de suas possíveis quedas.

Vimos já no capítulo anterior deste trabalho que qualquer processo  $\psi$  implicava na suplementação automática da Q fornecida desde  $\varphi$  por meio de uma "contribuição  $\psi$ ". No caso dos processos psicológicos primários vimos que tal contribuição estava na base dos processos oníricos e que também fazia parte da seqüência patológica constitutiva da histeria, no momento da traumatização da lembrança em jogo (10). Só que nestes dois casos a dita contribuição conduzia à alucinação de uma representação. Disto se depreende que tratando-se de "processos  $\psi$  normais" que se levam a cabo na vida desperta, esse investimento  $\psi$  deverá ter lugar em condições tais que assegurem a não ocorrência de processos alucinatórios. Para tanto, o dito investimento deverá ter fundamentalmente em conta as indicações de qualidade ou de realidade que chegam a  $\psi$  do pallium sob a forma de notícias de descarga  $\omega$ . Não outro é o sentido, julgamos, das seguintes palavras de Freud: "(...) proponho a sugestão de que seriam essas indicações de qualidade as que interessam a  $\psi$  na percepção" (11). Conseqüentemente, e no que tange aos processos secundários, estes poderão ser considerados, em uma primeira instância, enquanto "processos  $\psi$  normais", se aquela contribuição  $\psi$  ocorrer nas condições apontadas, qual seja, garantindo pela sua presença o caráter não alucinatório daqueles processos (12). Ora, uma tal contribuição operando em tais circunstâncias não é outra coisa senão o mecanismo da atenção, cuja função, em termos gerais, é a de induzir o ego a seguir as percepções e a influir sobre elas (13).

Façamos um ponto de parada em nossa exposição e resumamos os primeiros resultados a que temos chegado na conceituação dos processos " $\psi$  normais", em suas correlações com os processos primários e secundários. Assim:

1) Um processo psicológico primário será " $\psi$  normal" se ele não implicar em riscos de danos biológicos para o ego.

2) Um processo psicológico secundário será " $\psi$  normal" se ele impedir a irrupção de processos alucinatorios no seu seio.

Em consonância com tudo isto veremos como, em boa parte da Seção 1 da Parte III do "Projeto", Freud se proporá como tarefa uma "exposição psicológica" dos processos secundários (14), sobretudo a partir dos diferentes planos em que terá lugar o mecanismo da atenção nesses processos, quais sejam, o plano perceptivo, via a utilização dos sinais de qualidade (15), e o plano representativo, via a consideração das indicações de descarga de pensamento (ou indicações da fala) (16), que são também, como oportunamente veremos, indicações de uma realidade (a do pensamento ou interna) (17).

A fim de estruturar uma exposição relativamente coerente do denso conteúdo desenvolvido na primeira seção da Parte III do "Projeto", é que iremos distinguir nela três grandes agrupamentos temáticos.

Em primeiro lugar, teremos uma análise bastante exaustiva do mecanismo da atenção, cuja origem será abordada do ponto de vista biológico, tentando-se também uma explicação mecânica da mesma, o que rematará numa primeira aproximação à conceituação do pensamento cognitivo. Em conexão com este ponto examinar-se-á o papel que cabe às associações verbais nesse tipo de atividade cogitativa, passando-se logo para uma abordagem genética das mesmas. A partir daí, o tema da "invenção da linguagem" ganhará especial relevo, sendo encarado à luz de suas articulações com a função judicativa e no marco das duas vivências  $\psi$  constitutivas do aparelho psíquico, quais sejam, as de satisfação e de dor.

Em um segundo momento, e a partir da abordagem quantitativo-mecânica do pensamento cognitivo, considerar-se-á a hipótese da "ligação" – já ventilada de passagem na Parte I do "Projeto" (18) – enquanto expediente de tipo inibitório que serve tanto para caracterizar mecanicamente os processos de pensamento quanto a configuração do próprio ego.

Finalmente, a seção terminará tendo o ego como principal protagonista, já que ele será abordado tanto do ponto de vista do seu desenvolvimento

quanto do seu equilíbrio energético, culminando a análise com a postulação das regras biológicas que nortearão seu funcionamento nos processos  $\psi$  normais.

Pode-se dizer, de maneira genérica, que a atenção encontra uma justificativa biológica – tanto para sua origem quanto para sua conservação – no fato de ela assegurar a regência do princípio de constância tanto em processos  $\psi$  de tipo defensivo quanto em aqueles outros decorrentes da vivência de satisfação e que se alinham, portanto, do lado do desejo. Do lado da defesa, como já sabemos, sua missão é a de suscitar para o ego um sinal de “alerta” (19); do lado do desejo, a natureza dos sinais emitidos será de “expectação”, como teremos oportunidade de constatar. A atenção é assim um mecanismo que emite certo tipo de sinais para o ego aproveitar biologicamente.

Vimos já como isto se processava no nível da defesa. A função da atenção consistia aí em prevenir o ego quanto à deflagração de algum processo afetivo oriundo tanto de  $\varphi$  quanto de  $\psi$ . Para isto, ela iria de perseguir, com catexiais colaterais, o curso de quantidade a partir das percepções ou das representações, alertando de qualquer maneira o ego para a recatexização de uma lembrança liberadora de desprazer de forma tal que este evitasse, por meio de uma defesa de magnitude normal, uma excessiva liberação de desprazer que acarretaria, finalmente, uma defesa primária ou recalque.

Do lado do desejo, a atenção está chamada a exercer outra função não menos importante para impedir a ocorrência de processos que levem reflexivamente à alucinação e à conseqüente liberação de desprazer. Para tanto, ela conduzirá o ego a transitar pelos primitivos circuitos de satisfação de uma maneira “normal”, no caso, em nível de processo de pensamento.

Com efeito, a atenção vai possibilitar a eficaz ocorrência do chamado “pensamento prático” que é visto, na Parte III do “Projeto”, como sendo a origem e a meta final de todo processo de pensamento (20), e cujo fim é a identidade de uma catexia perceptiva com a catexia de uma representação de desejo (21). Como é que acontece isto?

Sabemos já que os processos cogitativos têm seu motor no interesse em

restabelecer a originária situação de satisfação (22), ou seja, que eles têm lugar nas repetições da vivência de satisfação, isto é, nos “estados apetitivos que se desenvolveram como estados de desejo e estados de expectativa” (23). Tais estados representam, assim, a justificação biológica de todo pensamento (24). Desta perspectiva, a atenção psíquica consistirá – dirá Freud – em estabelecer a situação psíquica do estado de expectativa, o que está na base, portanto, dessa apresentação psíquica dos processos secundários que é o que se pretende oferecer – como já vimos – no início da Seção 1 da Parte III do “Projeto” (25). A reiteração do adjetivo “psíquico/psíquica” está indicando, evidentemente, a vontade de se estabelecer um tipo especial de ênfase cujo sentido deveremos clarificar.

Vejamos, em primeiro lugar, como Freud caracteriza o que ele chama de “situação psíquica” daqueles estados em que têm lugar as re-edições da vivência de satisfação (26).

Encontrando-se o ego em estado de tensão ou de apetite pelo bombardeio dos estímulos endógenos ficará catexizada, como já sabemos, a representação do objeto de desejo. Como resultado da experiência biológica o ego aprendeu a não hiper-catexizar essa representação porque com isso correria o risco de aluciná-la, e portanto a adiar a sua descarga até a chegada de indicações de qualidade que, partindo de tal representação, mostrem que sua catexia é perceptiva (ou que tal representação é real). Se o processo de desejo tiver pois lugar em condições em que há inibição por parte do ego catexizado, a atenção criará então um estado de expectativa em torno das percepções que apareçam e que podem eventualmente desembocar na representação de desejo que já se encontra catexizada. A partir das diferenças entre a representação e a percepção a atenção orientará o ego quanto a qual catexia expectante deve estabelecer e é para esse fim que servem as indicações de qualidade. Contudo, importará emitir catexias ao encontro de todas as percepções, já que entre elas podem estar as desejáveis. Terá assim começo o processo de pensamento – que sabemos implica num juízo – o qual chegará a seu fim quando se haja encontrado uma via pela qual as catexias perceptivas discrepantes possam ser convertidas em catexias representativas. Desta maneira, se terá obtido a

identidade entre representação e percepção.

A descrição que acabamos de apresentar seguindo a linha de raciocínio freudiana não difere muito, em termos gerais, de descrições análogas sobre a origem dos processos de pensamento como as que foram apresentadas nas seções da Parte I do "Projeto" dedicadas aos processos secundários. O elemento realmente novo está em que cabe à atenção estabelecer "a situação psíquica do estado de expectativa". Mas tínhamos dito que deveríamos tentar entender aqui a insistência, por parte de Freud, no caráter "psíquico" desta situação. Uma pista neste sentido seja talvez proporcionada pelas relações entre quantidade, atenção, e catexia perceptiva, que Freud formulará da seguinte maneira: "A catexia perceptiva, quando ocorre pela primeira vez, tem pouca intensidade, com escassa Q, ao passo que na segunda vez, existindo já uma pré-catexia  $\psi$ , a quantidade afetada é maior" (27). Ressalta-se também que só essa última será a percepção "psiquicamente utilizável" (28). Isto não significa, contudo – avançará Freud – que a  $Q_n\text{-}\psi$  (contribuição  $\psi$ ) aportada pela atenção conduza a um processo de julgamento no qual encontraríamos expressão, à maneira de predicados, as características quantitativas dos objetos. Essas características quantitativas não têm uma contrapartida psicológica, isto é, "...a Q externa dos objetos não pode ser expressa em  $\psi$  pela  $Q_n$  psíquica" (29), que, em todo caso, se "mede", poderíamos dizer, pela "complexidade das catexias" (30). Ora, "é por esse meio que a Q externa se mantém afastada de  $\psi$ " (31).

De acordo com tais ponderações poderíamos concluir que, sendo a atenção uma especial forma de catexia  $\psi$  que parece implicar na hipercatexização de uma percepção, os processos que se efetuarem com sua contribuição ocorrerão no plano em que a Q externa só é internamente traduzível pelo expediente através do qual o sistema nervoso afasta de si a dita Q ou a converte, em última instância, em qualidade (32), plano esse que pareceria ser, portanto, o da ocorrência do propriamente psíquico.

Por outro lado, e em outro nível de análise, tudo indica que o estabelecimento, por parte da atenção, de uma situação de expectativa, implica em adotar uma atitude quase que intencional, e não devemos esquecer que

era por intermédio dessa característica que o mestre de Freud em Filosofia, Brentano, definia os fenômenos especificamente psíquicos.

Consideremos agora a atenção do ponto de vista mecânico, nos dois sentidos em que este ponto de vista se faz presente no "Projeto", isto é, já em termos da exibição de um certo mecanismo, apresentando o seu modo de funcionamento, já apontando-se os fatores quantitativos determinantes desse funcionamento.

Assim, partindo de uma descrição do mecanismo da atenção, Freud chegará à formulação de uma explicação da mesma tendo-se em conta a incidência de fatores quantitativos, ou seja, ao que se entende no texto por explicação mecânica (ou automática) em sentido estrito. Todavia, veremos como tal explicação, embora satisfatória em si mesma, revelará ser insuficiente para uma cabal compreensão do assunto, ficando de qualquer maneira subordinada à explicação biológica de ponto de partida, onde o mecanismo da atenção fora caracterizado enquanto emissor de um sinal de expectativa para o ego aproveitar biologicamente. A consciência desta situação foi, pensamos nós, o que levara Freud a dizer, nas páginas iniciais da Parte III do "Projeto": "Acho difícil dar uma explicação mecânica (automática) para {a origem da atenção}. Por esse motivo creio que ela está biologicamente condicionada (...)" (33).

Passemos, então, ao ponto de vista mecânico e vejamos como é descrito, em uma primeira instância, o mecanismo da atenção em sua relação com as percepções. O efeito da atenção psíquica é – dirá Freud – a catexização, pelo ego, dos mesmos neurônios que são os portadores de catexia perceptiva (34). Com outras palavras: o mecanismo da atenção consistiria na catexização (pelo ego) de neurônios (em  $\psi$  pallium) que já são portadores de catexia perceptiva (i.e., de catexia  $\varphi$ ). Como isto acontece? Mais uma vez, e antes de avançar na busca de fatores quantitativos, Freud apelará aqui ao ponto de vista biológico que será, finalmente, e como acabamos de sugerir, o doador de inteligibilidade para o mecanismo da atenção. Assim, temos que: "Como resultado da experiência biológica a atenção  $\psi$  está constantemente voltada para as indicações de qualidade" (35), frase esta com que se introduzem no

texto uma série de pré-condições para a explicação propriamente mecânica da atenção. Quer dizer, então, em uma primeira instância, que nessa catexização de neurônios que já são portadores de catexia perceptiva o ego será induzido pelas indicações de qualidade. Onde elas ocorrem ou, melhor, como elas ocorrem em  $\psi$ ? A resposta oferecida pelo texto implica em se retomar novamente o mesmo esquema dissociador da percepção com relação à consciência, tal como fora o caso na Parte I do "Projeto" (36), só que avançando-se agora no sentido de sua superação. Com efeito, operar-se-á no interior do aparelho psíquico, especificamente em  $\psi$  do pallium, uma diferenciação entre um setor destinado ao registro de catexias  $\varphi$  (percepções) e um sub-setor do mesmo destinado ao registro das indicações de descarga provenientes de  $\omega$  (que implicam na consciência dessas percepções) (37). Desta maneira, as indicações de descarga  $\omega$  ou as indicações de qualidade ocorrerão em um sub-setor do setor das percepções ligado aos órgãos sensoriais (38); tal sub-setor será obviamente menor e compreenderá menos neurônios do que o setor das percepções em que ele está incluído. Caberia aqui formular a seguinte interrogação: como conciliar isto com a afirmação de que toda percepção excita  $\omega$ ? Sendo assim, os dois setores teriam por força que coincidir. Não devemos esquecer, porém, que a consciência é como um desfiladeiro (40) e que só deixa passar, no caso, a notícia de uma qualidade de cada vez (mesmo que seja proveniente de vários canais sensoriais).

Voltemos agora ao ponto em que tínhamos deixado a exposição do mecanismo da atenção ainda no marco de uma perspectiva biológica, para depois chegarmos, finalmente, ao plano estritamente mecânico, onde também tornar-se-á claro o papel que cabe à atenção na superação da dissociação "percepção/consciência".

Temos visto até aqui em que consiste o mecanismo da atenção e como ele se entende à luz da experiência biológica. Esta trouxe, como primeira consequência, o direcionamento da atenção no sentido das indicações de qualidade, as quais ocorrem em  $\psi$  do pallium, em um sub-setor do setor das percepções ligado aos órgãos dos sentidos. Elas ocorrem, portanto, em neurônios pré-catexizados e com uma quantidade de suficiente magnitude

(41). Isto trará como resultado uma intensificação dessas indicações de qualidade que, por sua vez, e graças à sua facilitação, intensificarão ainda mais as catexias perceptivas. Dado que um tal ir e vir de catexias levará finalmente o ego a catexizar as percepções corretas ou a sua vizinhança, o que é biologicamente aproveitável, o ego “aprenderá”, portanto, “a fazer com que suas catexias de atenção sigam o curso desse movimento associativo ao passar da indicação de qualidade para a percepção” (42). Finalmente, a atenção abandonará as indicações de qualidade para dirigir-se aos neurônios perceptivos que agora estão hipercatexizados (43). Chegamos assim a um ponto em que será possível oferecer uma explicação mecânica para a catexia de atenção. Com efeito, só será preciso supor que a  $Q_n$ ’ procedente do ego e que passa pela facilitação entre a indicação de qualidade e a percepção é a mesma  $Q$  (44), o que nos permitirá considerar o mecanismo da atenção como um caso especial da lei básica que rege mecanicamente toda passagem de  $Q$ , qual seja, a lei de associação por simultaneidade. De resto, teremos encontrado também uma explicação para o fato de que “toda percepção excita a consciência” (45), a despeito da dissociação inicial entre ambas. É preciso salientar, no entanto, que a explicação oferecida em termos mecânicos não consegue dar conta do movimento inicial por parte da atenção, qual seja, a orientação do ego “quanto a qual catexia expectante (...) estabelecer” (46), o que só é fruto do aprendizado biológico. Desta maneira, a explicação mecânica é, apesar de correta, de alcance limitado, cobrando plena significação à luz de fatores de tipo biológico onde a dimensão teleológica, como vimos, faz sentir sua presença.

Para dar por encerrado este ponto relativo aos aspectos mecânicos da atenção, consideremos agora de que maneira Freud reforçará a pertinência de um mecanismo de atenção como o que acabamos de descrever acima.

Um tal mecanismo, que atua com o auxílio de indicações de qualidade seria passível, conjectura Freud, da seguinte objeção: ele seria supérfluo, já que “o ego poderia ter aprendido biologicamente a catexizar por si só a esfera perceptiva nos estados de expectativa, em vez de esperar que as indicações de qualidade o indetizam nessa catexização” (47). Em face de uma tal objeção

é possível, contudo, justificar o mecanismo proposto por meio de dois argumentos (48). Por um lado, e dado que o setor das indicações de descarga provenientes de  $\omega$  é evidentemente menor e compreende menos neurônios do que o setor das percepções, o ego poupa um gasto muito grande ao manter catexizadas as indicações de descarga em lugar das percepções. Ademais, como as indicações de qualidade são, antes de mais nada, “indicações de realidade destinadas a servir precisamente à distinção entre catexias reais e catexias de desejo”, não é possível prescindir de um mecanismo de atenção tal como o que foi exposto, “que sempre consiste, aliás, na catexização que o ego faz daqueles neurônios em que já apareceu uma catexia” (49).

Freud contemplará a continuação duas situações possíveis para o dito mecanismo, sendo a primeira delas o seu fracasso. Se isto acontecer – devido a circunstâncias que se deixam inespecificadas – o resultado será a não catexização  $\psi$  dos neurônios perceptivos, o que trará como consequência a transmissão de sua Q de maneira puramente associativa, “na direção das melhores facilitações, na medida em que o permitam as relações entre as resistências e a quantidade de catexia perceptiva” (50). Tal transmissão, caso a atenção não torne a ser excitada por uma ulterior passagem de quantidade perceptiva, não poderá chegar muito longe, em primeiro lugar, porque a Q em jogo provavelmente será pequena e, em segundo lugar, porque a medida em que essa Q se transmite ela vai dividindo-se e, conseqüentemente, reduzindo-se, até se deter em algum neurônio do qual nada se sabe (51). “Tal é a passagem de uma percepção não acompanhada de atenção, como deve acontecer inúmeras vezes por dia”, diz Freud (52).

Consideremos agora a situação oposta, qual seja, aquela em que o mecanismo da atenção é bem sucedido e o neurônio perceptivo recebeu sua catexia  $\psi$  de reforço. Podem surgir aí diversas formas de processos cogitativos, das quais cabe ressaltar “o pensamento comum” e o “pensamento meramente observador” (53). O “pensamento comum” só será abordado – e algo rapidamente – na Seção 2 da Parte III do “Projeto”, onde é caracterizado como pensamento não-consciente, mas com intrusões ocasionais na consciência (54). Disto deprender-se-ia, em uma primeira instância, o

fato de ele ocorrer com esporádica contribuição da atenção, já que esta, pelo fato de ser induzida por indicações de qualidade, pressupõe também a consciência, i.e., a consciência de uma qualidade. Em contrapartida, veremos como o “pensamento (meramente) observador” – ou o pensamento cognitivo, conforme equivalência que é explicitamente traçada na segunda seção da terceira parte do “Projeto” (55) – tem como pré-condição o acompanhamento constante de uma catexia da atenção, que, como acabamos de frisar, pressupõe também a consciência (56).

Freud dedicará várias páginas ao tratamento do pensamento observador ou cognitivo, que seria, ao seu entender, “o caso mais simples” (57). Por que isto é assim, é algo que não podemos responder agora, de maneira que será melhor nós seguirmos o roteiro traçado por Freud na primeira seção (da Parte III), onde ele oferece uma primeira conceituação do pensamento cognitivo ou (meramente) observador. Trata-se de um tipo de pensamento que tem por finalidade “esgotar o conhecimento do objeto perceptivo”, que é seu ponto de partida, e que conduz ao (re)conhecimento (58). Com efeito, o sujeito é visto aí enquanto um investigador que, por um lado, vai se deter nos elementos da percepção no intuito de apreender seu significado mas que, para tanto, tentará estabelecer o máximo de conexões possíveis a partir desse objeto perceptivo. Tudo isto pressupõe, obviamente, uma hipercatexização desse objeto pela atenção. Assim, “o neurônio perceptivo está hipercatexizado, a quantidade composta de  $Q$  e  $Q_n$  flui na direção das melhores facilitações e, de acordo com a resistência e a quantidade, transporá algumas barreiras, catexizando novos neurônios associativos; outras barreiras não serão superadas, porque a fração [de quantidade] que chega a incidir sobre elas é inferior ao limiar” (59). Isto implica que foi deflagrado um processo associativo que irá atingir lembranças (imagens mnêmicas), ou catexias mnêmicas, que serão mais numerosas e remotas do que num mero processo associativo desprovido de atenção. O resultado da atenção será pois o de ativar, para além das catexias perceptivas, catexias representativas (mnêmicas) ligadas por associação com o neurônio inicial (60). Mas, para esgotar o conhecimento do objeto perceptivo, será preciso que as imagens mnêmicas já alcançadas tornem a

ser catexizadas com atenção a partir de  $\psi$ , de maneira que um novo fluxo associativo seja posto em marcha e possam assim ser despertadas mais e mais imagens mnêmicas. Sabe-se, contudo, que o mecanismo da atenção funciona a partir das indicações de qualidade e que estas emanam, via de regra, da percepção. É de se supor, também, que tais indicações de qualidade não se manifestem durante a passagem de quantidade associativa, já que esta se processa automaticamente no nível dos sistemas mnemônicos os quais são, em si mesmos, desprovidos de qualidade. Do que está precisando-se, portanto, é de uma segunda fonte de indicações de qualidade para que estas atraiam para si, mais uma vez, a atenção. Ora, dado que, e como já se sabe, tais indicações não são senão notícias de descarga  $\omega$ , isto é, notícias de descarga motora via  $\omega$  (61), do que se precisa então é de uma segunda fonte de provimento desse tipo de descarga. Com outras palavras, faz-se necessário que durante a passagem de quantidade fique também catexizado um neurônio motor, que então descarregará  $Q_n$ , fornecendo uma indicação de qualidade (62), o que de fato é perfeitamente possível. Todavia, adverte Freud, nem todas as catexias são motoras e o que interessa é receber descargas desse gênero de todas as catexias (63). É evidente que o aparelho está requerendo a intervenção de algum elemento ainda não contemplado, e será assim que a construção metapsicológica irá incorporar a função da fala no nível dos circuitos mnemônicos. Com efeito, cumprirá às associações verbais ou da fala o estabelecimento de uma firme facilitação entre catexias mnêmicas e neurônios motores, os que se comportarão, desta maneira, como neurônios motores da fala. Essas associações verbais “consistem na conexão de neurônios  $\psi$  com neurônios utilizados pelas representações sonoras, que, por sua vez, se encontram intimamente associadas com imagens verbais motoras” (64). Em todo caso, o curso da associação verbal é o seguinte: a excitação passa da imagem mnêmica para a imagem sonora, desta para a imagem verbal motora e, finalmente, para a descarga (65). Tais representações de palavra são “escassas em número e exclusivas” (66) já que, e estabelecendo um paralelo com suas antecessoras no texto de 1891 sobre as afasias (67), elas não seriam complexos associativos abertos à incorporação de novos elementos, como acontecia

com as “representações de coisa”, às quais permaneciam, última instância, subordinadas. Freud alude a essas características como constituindo uma “vantagem” (68) que as associações da fala teriam em relação a outro tipo de associações. Em que consistiria mesmo essa vantagem? Avançando por nossa conta uma resposta, diríamos de maneira rápida que ela residiria no fato de tais associações servirem de veículo para a conscientização de lembranças.

Vejamos primeiramente como é que isto se processa. Diz Freud: “. . . se as imagens mnêmicas são de tal natureza que uma corrente parcial possa emanar delas para as imagens-sonoras e para as imagens-verbais {motoras}, então a catexia das imagens mnêmicas estará acompanhada por notícias da descarga, o que constitui uma indicação de qualidade e também, conseqüentemente, a indicação de que a lembrança é consciente” (69). Poderia, porém, suscitar-se aqui uma dúvida quanto aos meios com que contaria o que é, afinal de contas, uma representação, para conduzir a uma descarga verbal motora. Se nós seguirmos o raciocínio que Freud desenvolve um pouco mais à frente, iremos ver como é que isto se resolve em termos quantitativos. Com efeito, argumentará Freud (70), embora nós não falemos realmente quando pensamos, nem tampouco nos movamos realmente quando nos representamos uma imagem de movimento, a diferença entre a representação e o movimento é apenas quantitativa. O que é referendado por esta outra afirmação: “Efetivamente, como se sabe, o chamado pensamento consciente se efetua com o acompanhamento de uma leve descarga motora” (71).

E agora: por que o privilégio da conscientização de lembranças cabe exclusivamente às associações verbais ou, em termos mais amplos, às “representações de palavra”? Ou então – para colocarmos a questão de maneira mais acorde com a literalidade do texto: por que constitui uma vantagem o fato de as associações verbais serem exclusivas e limitadas em número? Sabemos já que as “representações de coisa” (ou o “complexo do semelhante”, para usar uma terminologia mais a tom com o “Projeto”) remetem para um núcleo não representável, qual seja, a “coisa” (72), e que esta, pelo fato de não ser representável, tampouco será adjetivável em qualquer sentido em que possa ser entendida a capacidade para suscitar índices qualitativos e, con-

seqüentemente, a consciência. Ora, sendo toda notícia de descarga (e mesmo de descarga verbal) um sinal de qualidade, só poderão emitir este tipo de sinais aqueles elementos que estejam em condições de produzi-la. E já vimos como a “coisa” era refratária a todo tipo de conversão qualitativa (73). Caberia contudo re-argüir, em conexão com este ponto, que os predicados da coisa – que são, afinal de contas, adjetivos – poderiam eles próprios provocar esse tipo de conversão. Esta objeção, contudo, desmanchar-se-á facilmente se nós tivermos em consideração os seguintes fatos: Em primeiro lugar, não se vê como poderiam esses predicados excitarem por si sós  $\omega$ , já que eles estão registrados em  $\psi$  como meros traços mnênicos e portanto desprovidos de qualquer qualidade. Além disso, sabe-se, do texto de 1891, que as “representações de coisa” ficam abertas à incorporação de novos elementos (74), sendo assim potencialmente ilimitadas em número e isto, poderíamos supor, devido ao próprio caráter de impredicabilidade da “coisa”; com efeito, dado que ela é em si mesma impredicável, não haverá nunca um limite que possa circunscrevê-la, sendo desta maneira muito difícil para  $\psi$  escolher um conjunto não arbitrário de predicados dentre os inúmeros “complexos-atributos” (75) que aparecem em combinação com os “complexos-coisa”. Por outro lado, e de maneira inversa, sendo as “representações de palavra” limitadas em número e exclusivas, elas poderão ser facilmente postas em correlação associativa com as correspondentes “representações de coisa” (ou com os correspondentes “complexos-atributo” mais “complexos-coisa”), tornando assim conscientizáveis – via suas indicações de descarga – os predicados envolvidos.

Assim, o pensamento consciente, observador, (76), se processará através da pré-catexização, por parte do ego, das representações motoras da fala, criando desta maneira o mecanismo que lhe permitirá dirigir a catexia  $\psi$  para as lembranças que surgirem durante a passagem de  $Q_n'$  (77). Qual é o destino – poderíamos perguntar – de uma tal passagem de  $Q_n'$  através de uma associação? Resposta do texto: ela seguirá seu curso indefinidamente até finalmente se deter em elementos associativos terminais que são plenamente conhecidos. De resto, a fixação dessa via e de seus pontos terminais constituirá o (re)conhecimento do que talvez seja uma nova percepção (78).

Avançando agora uma primeira conclusão em relação ao que foi exposto sobre o pensamento consciente, observador, poderíamos dizer, já sem reticências, que tal tipo de pensamento será efetivamente cognitivo na medida em que ele contar com o concurso das associações da fala. Com efeito, são elas que possibilitam o (re)conhecimento, pontualiza Freud (79). Porém – nos adverte logo – sua função não se restringe a isso. Tais associações se encarregam também de efetuar uma tarefa que  $\psi$  não pode fazer por seus próprios meios, qual seja, a de discernir entre os resultados dos processos perceptivos e os resultados dos processos de pensamento (80). Este discernimento tem na sua base a seguinte analogia: as indicações de descarga verbal são para os processos de pensamento o que as indicações de descarga  $\omega$  são para os processos perceptivos. Conseqüentemente, as indicações de descarga verbal conferirão realidade (um certo tipo de realidade, como veremos logo) aos processos de pensamento, possibilitando também sua lembrança (81). Em conexão com este último ponto, pode-se afirmar que tais indicações são elas próprias o que na Parte I do “Projeto” se chamou de “signos do processo de pensamento”, isto é, uma espécie de traços que constituem uma verdadeira “memória-de-pensamento” (82).

Em síntese, chegamos desta maneira à conclusão de que o que caracteriza o pensamento cognitivo é o fato de a atenção se encontrar desde o início dirigida para as indicações de descarga de pensamento, para as indicações da fala (83).

Façamos agora uma recapitulação daqueles pontos que conferem à abordagem dos processos secundários feita até este momento – em termos da Seção 1 da Parte III do “Projeto” – o caráter de uma abordagem propriamente psíquica. Em termos gerais ainda, pode-se dizer que a dita abordagem pôs em relevo as condições que deverão ser preenchidas para que tenha lugar um processo cognitivo. Elas são:

- 1) Uma extensão da atenção do plano perceptivo – e do conseqüente interesse pelas indicações de qualidade – para o plano representativo, onde as catexias mnêmicas suscitadas pela percepção inicial serão colocadas em associação com as representações da fala, tanto sonoras quanto motoras, de

modo que agora se deverá atender às indicações de descarga verbal, descarga essa que revelou ser uma segunda fonte de indicações de qualidade.

2) O surgimento de uma consciência representativa, ponto este que pode ser explicitado – e que deve sê-lo, aliás, já que o texto é um tanto elíptico neste sentido – da seguinte maneira: as indicações de descarga verbal são também indicações de qualidade, e enquanto tais elas pressupõem a excitação da consciência (de uma qualidade) em  $\omega$ , embora não se especifique como isto poderia ocorrer, já que a consciência é sempre consciência de uma qualidade pela via perceptiva (salvo no caso das qualidades da série prazer/desprazer), sendo que aqui – no nível de processos cogitativos – estamos lidando com representações. Pensamos que talvez seja preciso pressupor que as representações da fala são capazes de gerar um tipo específico de qualidade, as quais não seriam já sensíveis senão verbais. De qualquer maneira, a postulação de uma consciência representativa vai acarretar como importante consequência a possibilidade da conscientização de lembranças que deverá consistir – em consonância com o que acabamos de dizer – na atribuição de algum tipo de qualidade àqueles que não são senão traços mnésicos, o que teria lugar através de um trabalho associativo intermediado pelas representações da fala e secundado pela atenção.

3) A discriminação, em relação ao plano da realidade “externa”, testemunhada pelas percepções, de um outro plano de realidade, o da “realidade de pensamento”, já que “as indicações de descarga verbal são também, de certo modo, indicações de realidade” (84). A importância cognitiva desta discriminação residirá na garantia que pelo seu intermédio será obtida quanto à realidade dos processos cogitativos (85).

Pergunta-se agora: como foi que se afeiçoou essa consciência representativa sem a qual não seria possível esgotar o conhecimento do objeto perceptivo, que é a meta do pensamento observador? Isto vai nos conduzir ao que poderíamos chamar, no contexto da gênese das associações verbais, (que será nosso próximo ponto de abordagem), de processo de “invenção da linguagem”. Veremos assim que o dito processo vai se desenvolver a partir de um estágio rudimentar do aparelho, que precederá mesmo à ação específica,

e onde a perspectiva biológica de evolução é ainda dominante.

Com efeito, Freud irá buscar a origem das associações da fala na primeira via de descarga da tensão acumulada no núcleo de  $\psi$  pelo processo de somação dos estímulos endógenos, para traçar, a partir daí, o que ele chamará de “desenvolvimento biológico” das associações verbais (86). Como já se sabe, um dos componentes daquela via de descarga é o grito do “desamparado” na primeira e prototípica vivência de satisfação (87). Temos nesse grito uma primeira forma de “inervação verbal” que atuará, de início, à maneira de “válvula de segurança para  $\psi$ , servindo para regular as oscilações de  $Qn'$ ” (88). Sabemos também que tal inervação adquirirá depois uma função secundária, qual seja, a de “atrair a atenção da pessoa auxiliar para o estado de avidez e de carência da criança; desde então, servirá ao propósito da comunicação, ficando assim incluída na ação específica” (89). Temos então que o desamparo inicial dos seres humanos não é apenas “a fonte primordial de todos os motivos morais” (90), senão também o chão de onde emergirá uma função significativa na criança. Chega-se assim a um momento em que aquela “inervação verbal” não é mais um grito soando no vazio, por assim dizer, senão um grito que, mesmo não sendo ainda uma fala, já diz algo para alguém. Quem é esse alguém? Por enquanto, ele é a “única força auxiliar do sujeito”, um “outro” abstrato, algo assim como “um objeto = x”, para dizê-lo utilizando-nos de uma metáfora de teor kantiano. Para que se invente mesmo a linguagem será necessário que esse outro seja “julgado”, tanto como objeto desejável (i.e., como objeto da satisfação e, conseqüentemente, como fonte de prazer), quanto como objeto hostil (i.e., como fonte de dor e, por isso mesmo, de desprazer). Isto porque, como já antecipamos (91), é só a partir desse julgamento que será possível para o sujeito conferir um sentido às representações provenientes da percepção, compreender mesmo os atributos ou as atividades da “coisa” ou, com outras palavras, fazer de tais representações os elementos de uma predicação.

Resumindo: o primeiro patamar propriamente psicológico no processo da “invenção da linguagem” estaria pois constituído por aquele grito dirigido ao outro, grito esse que parece adquirir aqui a força de uma verdadeira dimensão

transcendental.

Avançando agora um pouco mais no processo em consideração, recapitulemos alguns dos pontos teóricos fundamentais que com relação ao julgamento foram desenvolvidos na Parte I do “Projeto” dedicada aos processos secundários. Foi visto aí que a atividade judicativa, em nível de processo secundário, tinha sua base em um juízo de tipo primário onde tal atividade se reduzia a um mero cruzamento associativo entre catexias oriundas do exterior e catexias oriundas do próprio corpo (92). Sabemos também que desse entrecruzamento resultara, em nível de processo secundário, o que é o elemento-chave para qualquer atividade cognitiva, qual seja, a “compreensão”, processo esse mediante o qual vimos que o ego conhecia, através da própria experiência corporal, os atributos, as atividades da “coisa” (93). Será pois no nível das relações entre compreensão e expressão verbal (94), i.e., ao nível de processos em que julgar e começar a falar caminharão lado a lado, que veremos deslanchar a “invenção da linguagem” em sentido estrito. Como é que isto acontece?

Vimos já, em páginas anteriores deste trabalho (95), e tendo ainda como marco a Parte I do “Projeto”, como Freud submetera a consideração dois casos em que o processo primário atuava ou fazia-se sentir, por assim dizer, no plano da atividade judicativa.

Contemplemos primeiramente o caso que se apresentava aí como conferindo um valor comiserativo à percepção (da qual partira o juízo) e que agora é retomado na Parte III do “Projeto”, embora em nível de juízo secundário. O ponto de partida será aqui o próprio grito do infante no contexto de uma vivência de dor, i.e., o grito enquanto expressão da dor que é provocada por certos objetos ou percepções. Estabelecer-se-á aí uma associação entre esse som – que também suscitará imagens motoras do movimento da própria pessoa – e a imagem perceptiva do objeto, que não é nada mais do que “o complexo do semelhante” (96), associação essa que servirá para pôr em relevo o caráter hostil do mesmo e dirigir a atenção para a imagem perceptiva. Com outras palavras: a notícia do próprio grito, que é um sinal de qualidade (e de realidade) proveniente da descarga de uma excitação  $\omega$ , excitação essa

provocada pelos sons emitidos pelo sujeito em decorrência da vivência dolorosa, dirigirá a atenção para a imagem perceptiva do objeto que produziu a dor, a qual ficará assim hiper-catequizada, destacando-se da mesma aqueles atributos ou atividades que foram “compreendidos” através das próprias sensações de dor. A subsequente associação entre a notícia do próprio grito e a representação do objeto hostil transformar-se-á “em um recurso para conscientizar lembranças que suscitem desprazer e para convertê-las em objeto de atenção: está criada a primeira espécie de lembranças conscientes” (97).

De agora em diante – poder-se-ia inferir – se a representação do objeto hostil for recatequizada a partir de uma nova percepção, a qual, por outro lado, não precisa fazer parte necessariamente de uma vivência dolorosa, a dita representação poderá ser conscientizada via o percurso associativo que já conhecemos, qual seja, aquele que é seguido por uma corrente parcial da Qn’ emanada da própria representação e que vai desta para a imagem sonora (do grito), passando logo para a imagem motora de sua emissão e, finalmente, para a descarga, cuja notícia constituirá uma indicação de qualidade e, conseqüentemente, a indicação de que a lembrança é consciente. Contudo, a linguagem ainda não foi inventada, embora nos seja dito que efetivamente “falta pouco” para que isso aconteça (98). Pensemos que poderia ser o que está faltando ou quais seriam as condições propícias para uma tal invenção.

Vimos que no caso que acabamos de examinar o ponto de partida para o estabelecimento da conexão entre compreensão e expressão verbal foram os sons emitidos pelo próprio sujeito, e isto no contexto de uma vivência de dor. A passagem pelo “outro” – um componente inevitável da compreensão – deu-se aqui via o desprazer que acompanha a dor; desprazer esse tingido, como se sabe, da especial coloração qualitativa possuída por esta última. Mas, tínhamos há pouco (99) chegado à conclusão de que a emergência da linguagem pressupunha (ou se entrelaçava com) o julgamento do “complexo do semelhante”, o que implicava em investir este último com valores tanto de signo positivo quanto negativo. O que está faltando então – e que deveremos inferir, já que o texto não é explícito a esse respeito – é uma passagem pelo outro enquanto fonte de satisfação e de prazer; com outras palavras,

uma passagem pelo outro da ação específica. O qual vai requerer, como veremos logo, uma mudança de eixo na articulação entre compreensão e expressão verbal, pois o ponto de partida não mais estará constituído pelos sons emitidos pelo próprio sujeito. De maneira contrária, partir-se-á aqui dos sons emitidos pelo outro, o que permitirá conferir à percepção do objeto um valor imitativo (100).

Assim, Freud dirá: “Existem outros objetos {além dos que provocam dor}, que emitem constantemente certos sons – isto é, em cujo complexo perceptivo o som desempenha um papel. Em virtude da tendência para a imitação, que surge durante o processo de julgamento (101), é possível encontrar a notícia do movimento {da própria pessoa} que corresponda a essa imagem sonora” (102). (E, poderíamos acrescentar, mesmo que o som emitido pelo outro seja um grito, evocando, assim, “a lembrança do próprio grito [do sujeito] e, com isso, de suas próprias vivências de dor” (103), como o contexto em que tais associações ocorrerão é o da satisfação, infere-se daí que o desprazer que possa ser liberado pela lembrança do próprio grito ficará em certa medida neutralizado, sendo que tal lembrança – que é também uma lembrança de movimentos efetuados pela própria pessoa – poderá ser colocada em associação com a imagem sonora e, pelo seu intermédio, com a representação do objeto do qual proveio o grito). De qualquer maneira, a conexão associativa estabelecer-se-á – no caso que estamos considerando – entre a representação do objeto (o “complexo do semelhante”) e uma representação sonora, sendo que o curso subsequente dessa associação levará à efetuação de um movimento por parte do sujeito. Isto implicaria em afirmar que o sujeito, ao deixar-se guiar pela tendência à imitação, encontra-se desempenhando um papel que bem poderíamos chamar de ativo (104) na medida em que contrasta com a passividade com que ele se limitara, no caso anterior, a dar com seu grito expressão à dor que lhe fora infligida pelo objeto. Mas, uma tal diferença de perspectiva com relação ao objeto criará, no contexto de satisfação, as condições para que possa haver propriamente uma “invenção” ou criação da linguagem. Assim, ao ser catexizada a representação do objeto a partir de uma nova percepção, a Qn’ em jogo correrá,

pela via associativa e como já se sabe, para a representação sonora; mas aqui, em virtude dessa posição que temos chamado de “ativa”, o sujeito passará a efetuar voluntariamente os movimentos correspondentes a tal imagem sonora, movimentos esses por cujo intermédio ele emitirá, finalmente, seus próprios sons (105). O que provocará, como já se sabe do caso anterior, uma excitação  $\omega$  que será seguida de uma descarga (também)  $\omega$ , descarga essa cuja notícia, finalmente, será sinal do fato de a representação de objeto haver-se tornado consciente. Para expressá-lo com as palavras de Freud, “Só resta associar os sons deliberadamente produzidos com as percepções para que as lembranças despertadas ao atender as indicações de descarga sonora se tornem conscientes, tal como as percepções, e possam ser catexizadas a partir de  $\psi$ ” (106).

Finalmente – achamos por bem acrescentar – pode-se dizer que a linguagem “já foi inventada”, e isto a partir dos resultados do processo que se acaba de descrever, qual seja, a partir da constituição, enquanto representações da fala, das imagens de som (já atuantes), e das de movimento (resultantes).

Voltando ao tema da conscientização de lembranças que suscitam desprazer (na qualidade de herdeiras de uma vivência de dor), vemos agora surgir ante nós um novo e poderoso recurso de conscientização das mesmas, embora ele tenha seu protótipo, em nível pré-verbal, na função conscientizadora que fora desempenhada pela notícia do próprio grito por parte do sujeito. Com efeito, uma vez inventada a linguagem, será possível, a partir da fala ela própria, pôr em marcha, via as representações de objeto que forem despertadas, um circuito de associações verbais de maneira que, no seu ponto terminal, a descarga das representações motoras da fala conduza à conscientização das representações de objeto envolvidas. Desta maneira, hiper-catexizando via a atenção as sucessivas representações de objeto que sejam conscientizadas ao longo do percurso associativo, poder-se-á mesmo se chegar até aquelas representações penosas que foram recalçadas e que caíram fora do domínio do ego. É neste sentido, pensamos nós, que cabe interpretar a relativa facilidade que Freud atribuíra, na Parte II do “Projeto”, à conscientização de representações recalçadas, via um certo ‘trabalho de pensamento

(107).

Caberia indagar-se um processo como o descrito acima pode ser caracterizado como pensamento consciente, observador, ou se ele não seria antes uma forma de pensamento comum, não consciente, mas com irrupções ocasionais na consciência. Tudo indica que estamos aqui frente a essa segunda alternativa, já que o propósito deste processo cogitativo é trazer à consciência, associativamente, lembranças que ficaram isoladas dos processos do pensamento em consequência do seu recalçamento. E para tanto só se requer que o ego siga automaticamente, com suas catexias, a passagem de associação, fazendo alguns pontos de parada na consciência. Nem só se requer, como que é conveniente que assim aconteça, poderíamos acrescentar, pois é preciso lembrar aqui que este tipo de trabalho de pensamento deverá vencer as resistências (à conscientização) das lembranças em jogo, o que será tanto mais fácil – dado o caráter certamente astucioso desse trabalho – se a atenção, em vez de se fixar, flutua.

Com efeito, mais uma vez, como antes na deflagração da defesa patológica, o ego será de qualquer maneira “pego de surpresa”; só que agora isto será resultado, não de uma falha no mecanismo da atenção, senão de um laborioso trabalho por parte do próprio ego, onde ele ficará como que amarrado na sua própria malha, por assim dizer, cabendo à atenção, com seu ir e vir, delinear desse tecido os pontos nodais. Assim, a superação das resistências à conscientização das lembranças recalçadas será obtida pela hipercatexização, via a atenção, das representações de objeto despertadas no curso do processo de pensamento, representações essas que entrarão em forte conexão associativa com aquelas lembranças. Chegando-se neste ponto, uma outra interrogação poderia ser colocada: será que um pensamento do tipo que acabamos de descrever também poder-se-ia considerar como uma forma de pensamento cognitivo? Precisamos, antes de mais nada, caracterizar de maneira inequívoca tal espécie de pensamento e, para tanto, nada melhor do que fazê-lo tendo-se em conta a sua finalidade. Assim, no início da Seção 3 da Parte III do “Projeto”, vai se contrapor “o fim desinteressado do (re)conhecimento”, que se subentende como próprio ao pensamento cog-

nitivo, à “utilidade prática”, que seria a finalidade visada pelo pensamento prático (108). É preciso lembrarmos também do que fora colocado, no início da Seção 18 da Parte I do “Projeto” como constituindo o fim e o término do pensamento cognitivo, qual seja, a obtenção de uma identidade entre uma percepção e uma catexia corporal do próprio sujeito, consistindo esta última na representação de certas experiências corporais. No caso que estamos considerando, i.e., o do processo de pensamento que traria à tona lembranças penosas que foram recalçadas, pensamos que atingir-se-ia efetivamente tal (re)conhecimento, via o estabelecimento de uma identidade como a que se acaba de postular. Esta dar-se-ia aqui entre a representação da vivência traumática (da qual fariam parte representações de experiências corporais) e algo semelhante a uma percepção dessa vivência (quase uma alucinação), suscitada pelas indicações de qualidade da fala. Teríamos aqui um exemplo de algo que aparentemente extravasa os pressupostos do “Projeto”, i.e., um exemplo de como um efeito de sentido produzido pela fala parece operar com a força de uma quantidade que conferiria à lembrança a vividez que só possuem as imagens perceptivas. Quer dizer, tudo se passaria aqui como se um processo primário acenasse sua intrusão no processo de pensamento. Finalmente, e à guisa de conclusão destas conseqüências todas que temos articulado por nossa conta, teríamos o seguinte ponto a acrescentar: dado que o processo de recalçamento sempre tem lugar, em termos do “Projeto”, do lado das conseqüências decorrentes de uma vivência de dor, deveremos descartar aqui a operância de um tipo de pensamento em que a identidade estabelecer-se-ia com uma catexia (representativa) de desejo.

Uma vez feita a “exposição psicológica” do pensamento cognitivo, Freud passará a considerar as condições quantitativas de sua ocorrência. Para tanto, desenvolverá a hipótese – já antecipada na Parte I do “Projeto”, embora de uma maneira muito geral e em termos de conseqüência mecânica das catexias colaterais (109) – de que a Qn’ em circulação nos processos de pensamento encontrar-se-ia em estado de “ligação”. Isto vai colocar-nos em presença de mais um expediente de tipo inibitório – além daquele que opera por catexias

colaterais – que servirá tanto para caracterizar mecanicamente os processos cogitativos quanto a configuração do próprio ego.

Vejamos de início como é descrita no “Projeto” a base mecânica do pensamento cognitivo (110). Em primeiro lugar, constata-se que a percepção encontra-se aí hipercatexizada, em comparação com um processo associativo simples, isto é, destituído de atenção. Quanto ao processo cogitativo ele próprio, vemos o mesmo consistir em um deslocamento de  $Q_n'$  que será regulado pela associação com as indicações de qualidade (tanto perceptivas quanto da fala, é bom frisar), de maneira que em cada ponto de parada a catexia  $\psi$  estará renovando-se. Finalmente, e como já se sabe, ocorrerá uma descarga motora a partir dos neurônios motores da via da linguagem ou dos neurônios motores da fala.

Pergunta-se então: qual o montante da  $Q_n'$  dispendida nesse processo todo, e qual o das  $Q_n$ 's afetadas pelo deslocamento?

À primeira pergunta Freud responderá que é possível inferir que o gasto consumido pelo pensamento seja relativamente pequeno, se se tem em consideração o escasso número de inervações da fala que são suscitadas no curso do pensamento (111).

Com relação à segunda interrogação, a hipótese de que é bem provável que as quantidades afetadas pelo deslocamento tampouco sejam grandes, receberá seu aval a partir dos seguintes argumentos (112):

Em primeiro lugar, o ego não poderia dispendir grandes  $Q_n$ 's porque, em consonância com seu caráter de “portador da reserva” requerida para a ação específica, ele deverá poupar, para a dita finalidade, uma boa parte da  $Q_n'$  disponível. Com outras palavras: é a observância do princípio de constância o que está por trás desta restrição a um grande gasto de  $Q_n'$ .

Em segundo lugar, uma grande  $Q$  percorreria ao mesmo tempo várias vias associativas o que, além do enorme gasto, inviabilizaria a catexização de pensamento que, como já vimos, consiste no deslocamento, a título de ensaio, de pequenas  $Q_n$ 's (113).

Existe, sem embargo, um fator que pareceria entrar em contradição com a postulada necessidade de a corrente de  $Q_n'$  circulante no processo de pensa-

mento ser pequena. Com efeito, a caracterização psicológica do pensamento observador feita acima pressupõe nele uma catexização intensa tanto da percepção quanto da memória, catexização essa sem dúvida maior do que aquela que tem lugar numa percepção simples. Teríamos assim dois requisitos aparentemente contraditórios do ponto de vista quantitativo: uma forte catexia e um fraco deslocamento (114). Mas tal antagonismo revelar-se-á mesmo como aparente se nós tivermos em consideração a hipótese pela qual Freud postulará um certo estado nos neurônios em que esses requisitos ficarão conciliados; trata-se do estado por ele chamado de “estado de ligação” (115) nos neurônios, o qual, “embora na presença de uma catexia elevada, permite apenas uma corrente pequena” (116). O ar de estranheza que possa provocar essa hipótese dissolver-se-á se nós – seguindo nisto o raciocínio de Freud – considerarmos os neurônios não isoladamente, e sim como fazendo parte de complexos de neurônios, onde a corrente de cada um de tais elementos seria afetada pelas catexias que a rodeiam (117). Assim sendo – poderíamos acrescentar – se essas catexias forem de considerável grandeza, estarão desta maneira dadas – em virtude da “lei de associação por simultaneidade” – as condições mecânicas para que a Qn’ então flua sob a influência de catexias colaterais, catexias essas que, ao tempo em que asseguram um leve fluxo de quantidades entre neurônios bem catexizados, tornam também mais facilitadas as vias inter-neuronais (ou as barreiras de contato). Ora – poderíamos dizer junto com Freud – “o próprio ego é uma massa de neurônios que seguram dessa maneira sua catexia – isto é, que estão em estado de ligação, coisa que, com toda a certeza, só pode suceder como resultado de sua influência mútua” (118). Vemos pois como a hipótese da ligação da Qn’ tem servido para aprofundar, em termos quantitativo-mecânicos, a conceituação do ego que fora introduzida na Parte I do “Projeto”.

Como conceber, a partir daí, as relações entre percepção, atenção, e estado de ligação nos neurônios que fazem parte do ego? Resposta do texto: “É possível (...) imaginar que um [neurônio] perceptivo, catexizado com atenção, seja, por assim dizer, [absorvido] temporariamente pelo ego e se encontre, desde esse momento, sujeito à mesma ligação de sua Qn’, tal como

todos os neurônios do ego. Se for catexizado mais intensamente, então a quantidade de corrente pode ficar diminuída, não necessariamente aumentada" (119). Segundo a interpretação de Strachey (120), devemos entender aqui que "a hipercatexia da atenção constitui, em si mesma, a força que produz o estado 'de ligação'", deixando assim de ser "apenas um meio de dirigir as catexias colaterais para o lugar onde são necessárias", como fora inicialmente postulado (121). Nós pensamos que esse ponto de vista é correto, mas que é preciso todavia introduzir no mesmo algumas nuances, já que o estado de ligação não seria, propriamente, o efeito da "força" em que consistiria a hipercatexização da atenção. O que a atenção vai fazer – ao hipercatexizar o neurônio perceptivo – é antes possibilitar ou facilitar – em virtude da "lei de associação por simultaneidade" – o eficaz funcionamento das catexias colaterais, cuja conseqüência mecânica será a ligação da  $Q_n$  desse neurônio. Quer dizer, então, que a atenção poderia ser considerada neste caso não como condição suficiente (i.e., como uma "força"), senão como condição necessária para que tenha lugar esse estado de ligação, ou seja, como aquilo que torna o mesmo possível. Talvez fosse dado imaginar – conjectura Freud, depois de ter estabelecido as relações consignadas acima entre percepção, atenção, e configuração egóica, e à maneira de uma conseqüência de tal estado de ligação – que, enquanto a catexia de atenção permanecer nesse estado, seja libertada para a corrente precisamente a  $Q$  externa. Contudo, é dado como óbvio que uma tal relação não precisa ser invariável (122).

Finalmente, veremos a hipótese da ligação tornar-se extensiva à conceituação quantitativo-mecânica do processo de pensamento, o qual ficará, desta maneira, "mecanicamente caracterizado por esse estado de ligação que combina uma catexia elevada com uma corrente pequena" (123). É possível, todavia, "conceber outros processos em que a corrente seja proporcional à catexia – os processos com descarga desinibida" (124). Ora, nós já sabemos que esses processos com descarga desinibida são os processos psíquicos primários, podendo-se portanto inferir, a partir daí, que neles a  $Q_n$  se encontra não em estado de ligação (como acontece com os processos de pensamento ou processos psíquicos secundários) senão no estado contrário, qual seja, o

de não-ligação ou “livre” (125). De qualquer maneira, Freud vai ressaltar o caráter hipotético do postulado estado de ligação da Qn’, manifestando uma certa hesitação quanto à sua exequibilidade. Com efeito, a hipótese da ligação pareceria estar exposta, a princípio, e do ponto de vista mecânico, à seguinte contradição interna: dado que tal estado de ligação implica no deslocamento de pequenas Qn’s, ficaria, por conta disso, aparentemente inviabilizada a absorção de Qn’s maiores provenientes de novos neurônios, Qn’s essas que são evidentemente necessárias para assegurar a forte catexização neuronal que também é requerida por esse estado (126). Ou, colocando a coisa de outra maneira: como foi possível que um ego assim constituído conseguisse se desenvolver? (127).

Trata-se aqui do mais obscuro dos problemas, nos adverte Freud, isto é, do problema da origem do ego, o qual – como já se sabe – consistia primitivamente em neurônios nucleares, que recebiam Qn’ endógena pelas vias de condução (128), e que a descarregavam por meio de alteração interna (129). A chave para entender esta questão pareceria não residir em fatores mecânicos; sigamos, pois, o texto e peguemos a pista por Freud lançada quando, de maneira a primeira vista inusitada, começara o tratamento deste assunto todo aludindo a certas “conseqüências psicológicas” da hipótese da ligação que ele gostaria de esclarecer (130). Quais seriam essas conseqüências? Sabemos já (131) que na vivência de satisfação se produz uma associação entre os neurônios nucleares que foram preenchidos pela Qn’ endógena no estado de pressão, e duas percepções, quais sejam, a imagem de desejo e a imagem qui-nestésica da porção reflexa da ação específica, movimento reflexo esse de cuja descarga chegara notícia até  $\psi$ . Sabemos também que a vivência de satisfação repetir-se-á nos estados de expectativa (132) e que os ditos estados terão lugar, por intermédio da catexia da atenção, em um plano que fora qualificado como “psíquico” (133). Apontamos também que esse caráter de “psíquico” poder-se-ia correlacionar com o contexto praticamente intencional em que tais estados ocorriam (134). Mas agora estamos em condições de acrescentar mais um elemento que ajudará a entender melhor essa caracterização. Com efeito, os estados de expectativa farão também entrar em jogo repre-

sentações, as quais são, antes de mais nada, traços mnêmicos das primitivas percepções de objeto e quinestésica. Ora, sabemos que pelo intermédio das associações da fala tais traços mnêmicos adquirirão qualidade e consciência (135). Portanto: o plano psíquico em que ocorrem os estados de expectativa será um plano em que haverá uma orientação intencional, por parte do ego, e ao nível da percepção, em direção aos possíveis objetos de satisfação (via a atenção) e onde, concomitantemente, estará presente uma consciência das representações envolvidas (mesmo que esta consciência seja suscitada esporadicamente). E será nesses estados de expectativa que efetuar-se-ão a educação e o desenvolvimento do ego (136). Estados esses que resultarão ser assim condição e conseqüência psíquicas desse desenvolvimento. Condição, porque é a partir deles que o ego vai evoluir; conseqüência, porque eles são possibilitados pela catexia da atenção, a qual, por sua vez, provém do ego, isto é, de uma massa de neurônios que estão em estado de ligação.

Mas, de que maneira esta linha argumentativa nos servirá para entender melhor a gênese do ego do ponto de vista mecânico e libertar, em conseqüência, a hipótese da ligação daquela contradição que parecia miná-la por dentro? Para responder esta questão, deveremos voltar-nos mais decididamente para uma perspectiva biológica de abordagem a fim de caracterizar, a partir daí, a “educação” desse ego. Com efeito, uma vez colocado em situação de expectativa o ego vai aprender a não catexizar, acima de certa medida, e até que não se cumpram determinadas condições por parte da percepção, tanto as imagens motoras quanto a imagem de desejo, já que a observância dessas duas restrições lhe possibilitará uma perspectiva de obter a almejada satisfação, desde que saiba, também, dirigir sua atenção para as novas percepções (isto é, desde que a atenção seja guiada pelas indicações de qualidade). É evidente que essas restrições são – diz Freud – “a base de uma acumulação de  $Q_n'$  no ego e [que elas] o impelem, talvez, a transferir a sua  $Q_n'$  dentro de certos limites, aos neurônios que se encontram ao seu alcance” (137). Portanto: será nos estados de expectativa que o ego, aprendendo biologicamente a não catexizar demasiadamente as imagens desiderativa e motora, conseguirá expandir sua  $Q_n'$  – por assim dizer – a um maior número

de neurônios, apesar de ele se encontrar em estado de ligação.

Cabe agora inquirir quanto aos meios pelos quais, uma vez desenvolvido, o ego poderia se manter constantemente catexizado. Haveria aqui, conforme o texto, a conjugação de uma série de fatores dos quais resultaria, no ego, um estado de equilíbrio energético. Assim: "... a totalidade da massa catexizada se mantém em equilíbrio, sustentada de um lado pelas duas barreiras contra a mobilidade e o desejo e, de outro, pelas resistências dos neurônios mais distantes e, na direção interna, pela pressão constante das vias de condução" (138). Sendo, em todo caso, o nível médio do ego que permanece constante: "No interior dessa estrutura do ego, a catexia não será, de modo algum, igual em todos os sentidos; precisa ser apenas proporcionalmente igual – isto é, em relação às facilitações" (139).

Todavia, sabemos também que a organização egóica não é uma estrutura fixa, e que ela está, portanto, sujeita a flutuações energéticas (140), flutuações essas que permitem traçar a seguinte correlação entre o nível de catexização no ego e sua extensão: "Se o nível de catexização aumenta no núcleo do ego, a amplitude desse último poderá dilatar-se: se ele [o nível] diminui, o ego se constrangirá concentricamente. Em um nível determinado e em uma amplitude determinada do ego não haverá nada que impeça o deslocamento [da catexia] dentro da área catexizada" (141).

Finalmente, podemos dizer, para fechar este último ponto, que o ego ficará mecanicamente caracterizado, à luz dos elementos considerados, enquanto "um complexo de neurônios que seguram sua catexia, um complexo, portanto, que permanece, por breves períodos, em nível constante" (142).

O aprendizado biológico, por parte do ego, da observância das aludidas restrições contra a mobilidade e o desejo, foi por nós meramente assinalado como algo que tinha lugar no marco de uma situação de expectativa, mas não prestamos maiores esclarecimentos quanto às condições em que tal aprendizado poderia acontecer.

É preciso agora darmos conta disso com o maior cuidado porque, como é frisado no texto, estaríamos aqui frente a um ponto que é decisivo para a organização "ego" como um todo (143). Perguntemo-nos pois, seguindo

Freud: qual a origem das duas barreiras que garantem o nível constante do ego, e, sobretudo, a das barreiras contra as imagens de movimento, que impedem a descarga? (144).

Sabemos já que do ponto de vista da evolução biológica ficaram excluídos, por parte de  $\psi$ , quaisquer comportamentos que fossem geradores de desprazer (145). Por outro lado, resulta fácil imaginar o que era que acontecia quando o ego, encontrando-se em estado de desejo, e havendo alucinado a representação do objeto, não tinha ainda incorporado em sua organização a barreira contra as imagens motoras correspondentes à porção reflexa da ação específica: produzia-se então a descarga motora sem que aparecesse, obviamente, o prazer esperado; muito pelo contrário, como o processo de somação não fora interrompido, a contínua liberação de estímulos endógenos terminava por causar (mais) desprazer (146). Fazia-se portanto necessário “barrar” de raiz esses comportamentos capazes de gerar desprazer. Vemos pois que o fator “desprazer” encontra-se presente, de uma maneira que precisamos ainda esclarecer, no desenvolvimento das barreiras contra a mobilidade e o desejo. Dentro de um estilo da melhor tradição comportamentalista, é que o texto vai dar a sua solução, esquecendo-se de que as ditas barreiras são duas, no plural, e tendo em consideração apenas aquela barreira que se ergue contra as imagens de movimento: “Só essa ameaça de desprazer, vinculada à descarga prematura, pode corresponder à barreira que estamos considerando” (147). E, em consequência do aprendizado biológico: “(...) perdura o fato de que a Qn’ no ego não catexiza as imagens motoras imediatamente, porque a consequência seria uma liberação de desprazer” (148).

Deixemos para mais à frente a tentativa de encontrar uma razão para esse estreitamento na consideração das barreiras em jogo e perguntemo-nos, a partir dos elementos com que efetivamente contamos: como  $\psi$  aprendeu a não catexizar de maneira imediata as imagens motoras, ou como foi que ele veio incorporar um comportamento que tem na sua base não já o desprazer senão a ameaça de sua ocorrência? É possível traduzir esta questão em termos mecânicos? Ou melhor: é possível que a representação de um evento futuro (o possível desprazer a ser liberado), possa erigir-se em fator causal

de um comportamento de tipo evitativo, pelo menos no sentido de "causalidade" contemplado por McIntyre (149)? Caso isto for concedido, deveremos ligar a representação em jogo com o desejo presente de que o evento por ela apontado não venha a acontecer, desejo este que funcionaria assim à maneira de uma "alavanca" causal. Mas, sabemos já que o movimento do desejo parte de um desprazer inicial (150), o que significa que haveria aí quantidades envolvidas que são relativamente grandes. Ora, onde estariam no caso em apreço tais quantidades, se o único presente é a simples representação de uma possível conseqüência desprazerosa, e o único desejo, em todo caso, é o que impregna a representação do objeto da satisfação? Será que em vez de "desejo" deveríamos falar em "temor"? De qualquer maneira, operemos as substituições que queiramos, as quantidades requeridas não aparecerão e o texto não nos autoriza a inventá-las.

Resta-nos, portanto, voltarmos para uma abordagem de tipo biológico em que o desprazer teria sido o "mestre" que ensinara a não catexizar, sob certas condições, as imagens motoras de maneira imediata. Além do mais, será esta a linha que irá adotar o texto, onde se afirma, de maneira explícita, que o desprazer é, propriamente, o único meio de educação (151). Apoiando-nos de alguma maneira no esquema de explicação biológica apontado para a defesa primária na Parte I do "Projeto" (152), vejamos como poderíamos explicar agora o papel do desprazer enquanto "mestre". Consideremos, para tanto, um hipotético estágio inicial do aparelho em que o ego teria protagonizado duas situações distintas; na primeira delas, a situação a), o ego, encontrando-se em estado de expectativa, catexizara logo as imagens motoras, ocorrendo então uma descarga seguida de desprazer; na segunda, a situação b), o ego teria segurado a catexização dessas imagens, não se teria produzido a descarga e não teria sobrevivido um desprazer bem maior, sem dúvida, do que aquele que acompanha qualquer estado de tensão ou de desejo. A partir daqui o ego, quando colocado novamente em uma situação de expectativa, e em virtude de um aprendizado biológico, tentará seguramente reproduzir em  $\psi$  o comportamento que teve lugar na situação b).

É possível ainda aprofundar mais este ponto, dando uma forma teleológica

(153) à explicação que acaba de ser apontada, e isto à luz dos postulados mais gerais do sistema. Assim, seja “C” a não catexização imediata das imagens de movimento; seja “E” o estado-de-coisas presente no aparelho, isto é, um estado de expectativa em que não estão presentes sinais de qualidade por parte da percepção que indiquem que o objeto de satisfação é real; e seja “M” a meta almejada, qual seja, a evitação do desprazer. Temos assim:

$C = f(E)$ , tal que “C é exigido por M”

Mas, “evitar o desprazer” não é senão a forma que vimos assumir o “princípio de prazer” em conformidade com o “princípio de constância” (154). Portanto, a exigência de “M” é feita, dentro de um acoplamento teleológico, digamos, para que “Q=cte”.

Voltemos agora ao “Projeto” para vermos como é sublinhada aí a importância “pedagógica” do desprazer e que conseqüências isto traria em nível de conceitos fundamentais como os de “defesa primária”, “processo  $\psi$  normal”, “primário/secundário”, entre outros. Para tanto, temos julgado conveniente transcrever o seguinte trecho. Assim, nas palavras de Freud: “Tudo que chamo de aquisição biológica do sistema nervoso é, na minha opinião, representado por uma ameaça de desprazer dessa espécie {isto é, vinculada à descarga prematura, como foi visto}, cujo efeito consistiria no fato de não serem catexizados aqueles neurônios que levam à liberação de desprazer. Isso constitui a defesa primária, uma compreensível conseqüência da tendência originária do sistema nervoso. (...) Confesso, porém, que não sei explicar como a defesa primária, isto é, a não catexização devida a uma ameaça de desprazer, pode ser representada mecanicamente” (155).

O primeiro que chama a atenção na leitura deste texto é a ambigüidade que parece ter sido introduzida em torno do conceito de “defesa primária”, que fora formulado na Parte I do “Projeto”, como já sabemos, em termos de uma descatexização rápida e total de uma representação liberadora de desprazer, e que fora retomado, nos mesmos termos, na Seção 2 da Parte II do “Projeto”, a fim de procurar o denominador comum que haveria entre

esse tipo de defesa e a defesa patológica. Conforme comentários vertidos por nós em outro lugar (156), achamos que o trabalho de interpretação do texto freudiano que nos é demandado neste momento, caminha, em primeiro lugar, na direção de poder decidirmos se estamos aqui frente a uma ambigüidade conceitual que, no entanto, é significativa nos próprios deslizamentos que ela conota, ou se se trata antes de uma imprecisão, de um lapso de tipo conceitual-terminológico. Para tanto, vamos traçar alguns paralelos entre o conceito de “defesa primária”, tal como é apresentado na Parte I do “Projeto” (e que abreviaremos por “defesa primária”(I)) e o conceito homônimo que, vimos, ocorria no trecho da Parte III citado acima (que será abreviado por “defesa primária” (III)).

Consideremos primeiramente essa comparação relacionando a defesa primária com as tendências fundamentais que regulam os processos ocorrentes no aparelho.

Sabemos que a “defesa primária” (I) é realmente uma compreensível conseqüência da tendência básica do sistema nervoso (à inércia), e isto porque a descatexização rápida e total (da representação liberadora de desprazer) que nessa defesa tem lugar, é expressão da tendência a “nível (de  $Q_n$ ) = zero”. Em conformidade com isto, ela se regulará pelo “princípio de prazer” segundo o chamado por nós de “modelo de fuga” (de quantidades), modelo esse que, como também sabemos, permite uma representação mecânica do funcionamento deste tipo de defesa, já que o dito esquema pressupõe um desprazer inicial que desempenha o papel de fator-causa no movimento de retirada rápida e total da  $Q_n$  da representação em jogo.

Pois bem: nada disto se aplica à “defesa primária” (III). Em primeiro lugar, não temos aqui uma descatexização senão uma não-catexização de uma certa representação, o que introduz realmente uma diferença da natureza entre ambos os conceitos. Em segundo lugar, na “defesa primária” (I) parte-se de um desprazer inicial existente, enquanto que na “defesa primária” (III) o ponto de partida está dado por uma ameaça de desprazer (portanto, parte-se de um desprazer possível). De tudo isto já tiráramos há pouco, como conclusão, que o “princípio de prazer” operava, na “defesa primária” (III)

segundo o seu outro modelo, qual seja, o de “evitação de quantidades”. O que significava dizer que ele estava se sujeitando não ao princípio de inércia senão ao de constância. Em concordância com isto, demonstramos a impossibilidade de representar mecanicamente este esquema de defesa (o que foi depois referendado pelas palavras do próprio Freud), e sustentamos que o tipo de explicação apropriada para este caso assumia uma forma teleológica e não mais causal. O mais surpreendente, porém, nesta segunda conceituação de “defesa primária”, é que não se percebe a ocorrência, nela, de qualquer tipo de processo primário; sem embargo, o adjetivo de “primária” lhe é preservado, embora tudo leve a pensar que seria procedente o contrário. Com efeito, a não-catequização implica em segurar a Qn' que corre pelo neurônio, ou seja, pressupõe um “estado ligado” da Qn' em jogo e não seu livre fluir. Desta maneira, e conforme correlações traçadas acima entre “estado (da Qn') livre” e “processo primário”, por um lado, e “estado (da Qn') ligado” e “processo secundário”, pelo outro (157), a “defesa primária” (III) seria então um processo secundário. Independentemente da pertinência desta conclusão, que examinaremos um pouco mais à frente, o certo é que não dá mais para chamar, sob o risco de embaralhar todos os conceitos, de “primária”, e sem qualquer outra especificação, a defesa conceituada na Parte III do “Projeto”.

Para encarar a coisa de um outro ângulo, vejamos que acontece com o conceito de “processo  $\psi$  normal”, já que talvez, a partir daí, surjam as pistas que precisamos para compreender a insistência, por parte de Freud, em continuar chamando de “primário” um processo que não parece sê-lo à luz das distinções conceituais até agora apontadas.

Nas páginas iniciais deste capítulo foi colocado que, em termos muito gerais, o conceito de “normalidade”, aplicado a um processo  $\psi$ , dizia respeito à observância de certos comportamentos que não representassem para o ego ameaças do ponto de vista vital, e que uma tal observância seria, em certa medida, fruto de uma atitude “vigilante”, por assim dizer, por parte do próprio ego. Com outras palavras, que o conceito de “normalidade” emergiria a partir de um contexto ao mesmo tempo biológico e prescritivo. Mas Freud irá chamar a “defesa primária” (III) de “primeira regra biológica” (158). Nesse

sentido, tal defesa aparecerá, antes de mais nada, como uma espécie de “lição” que foi tirada da experiência biológica, lição essa, poderíamos acrescentar, que deverá ser seguida à risca se o ego quiser conquistar ou manter (caso já a tenha conquistado) a “normalidade”. Portanto, a enunciação da “defesa primária” (III) não ocorre em um plano proposicional, onde o que se pretende é assentar uma tese, e sim em um plano normativo, que está prescrevendo o que seria um “bom” funcionamento do aparelho do ponto de vista dos “interesses da vida”. Desta maneira, o conceito de “ $\psi$  normal” ajustar-se-ia ao modelo pressuposto por nós inicialmente, só que agora contando com o aval de uma importante evidência ao seu favor.

Todavia, para tirarmos o devido proveito destas distinções todas, será preciso examinar mais de perto o significado da expressão “não catexizar”, que faz parte essencial da conceituação da defesa primária enquanto “regra biológica”. Para não-catexizar, para evitar a catexização de uma certa representação, esta deve ter sido juogada previamente como correspondendo a um objeto ou evento hostil. Quer dizer então que a não-catexização pressupõe uma atividade judicativa porque, em ausência do desprazer inicial que de alguma maneira assinalava o caráter hostil do objeto na “defesa primária (I), só um julgamento poderia fazê-lo na “defesa primária” (III), ou, com outras palavras, um processo  $\psi$  secundário. Por outro lado, que significa a expressão “não-catexizar” ela própria? Literalmente, ela significa uma negação, uma recusa. Porém, este tipo de “atitude” por parte do ego não poderia nunca ter lugar em um processo primário, já que o “não” implica, em termos quantitativos e como já foi dito, na intervenção de Qn’s em “estado de ligação”. Portanto, a “defesa primária” (III) é um processo secundário de ponta a ponta. Mas ela também é, em si mesma, um modelo de funcionamento “normal” por parte do ego, modelo esse onde a passagem pelo não, por assim dizer, se deu no nível do aprendizado biológico, tendo o desprazer como mestre.

Poderíamos acrescentar assim, às duas condições de ocorrência de processos  $\psi$  - normais que estipuláramos acima (159), esta terceira:

“Serão  $\psi$  normais aqueles processos que tiverem por modelo uma defesa

consistente na não catexização de representações que levem à liberação de desprazer. Tal não-catexização é um processo secundário que tem como pré-condição um juízo”.

Na tentativa de fecharmos este ponto, voltemos mais uma vez à conceituação de “defesa primária” (I). Vimos que, de maneira conexa, também se falava aí de uma defesa “de magnitude normal” (160). Como diferenciá-la agora da defesa primária como “regra biológica” que é prescritiva, como vimos, de um funcionamento normal por parte do ego? Felizmente, não há aqui riscos de engano. Com efeito, a defesa “de magnitude normal” em (I) é, como vimos, uma possível situação quantitativa em que o modelo de “defesa primária” (I) se efetivava, mas a partir de um desprazer inicial mínimo (com o valor apenas de um sinal) e sem que fosse estourado o mecanismo inibitório via catexias colaterais (161). Tratar-se-ia, em essência, de uma descatexização, mesmo que atenuada, e não de uma não-catexização.

Em síntese: nós achamos que é impossível que Freud tenha ignorado estas diferenças todas entre os conceitos de “defesa primária” em (I) e (III). Se ele continuou, no entanto, chamando a defesa como regra biológica de “primária”, só pode ter sido por razões outras que não a ignorância ou a falta de clareza conceitual. Há, de fato, uma ambigüidade perpassando os dois conceitos. Mas pensamos que essa ambigüidade não é senão a inerente ao “princípio de prazer”, se conformando ora ao “modelo de fuga”, ora ao “modelo de evitação” de quantidades. Ambigüidade essa que decorre, como é possível inferir de nossa análise deste assunto no nível da Parte I do “Projeto” (162), da necessidade de manter a primazia do zero, mesmo depois da modificação da inércia pela constância, e que é tanto mais gritante no trecho da terceira parte do “Projeto” que estamos abordando, já que, em última instância, a defesa como regra biológica corresponde à principal barreira de contenção de quantidades com que o ego conta para manter seu nível constante.

Uma última questão se impõe antes de passarmos para a consideração da segunda das regras biológicas estipuladas no final da primeira seção da Parte III do “Projeto”. Temos ainda que encontrar, como prometemos fazê-

lo umas páginas atrás, alguma razão para a forma inusitada com que Freud reduzira o papel da defesa como regra biológica ao de uma resposta, por parte do ego, frente à imediata catexização das imagens motoras, “esquecendo-se” de repente da outra barreira que fora postulada para manter o nível constante do mesmo, qual seja, a barreira contra o desejo. Se nós prestarmos atenção, veremos como, quase subrepticamente, foi mudado o contexto de emergência da “defesa primária” (III), relativamente a sua homônima em (I). Com efeito, na Parte I, a “defesa primária” fora caracterizada como um rastro ou conseqüência deixado para trás por uma primitiva vivência de dor. Na Parte III, pelo contrário, a defesa primária tem na sua origem a vivência de satisfação, já que é nos estados de expectativa que o ego aprende a dizer “não” à imediata catexização das imagens motoras. É bem verdade, por outro lado, que esta “barreira” é a decisiva porque implica manejar a chave da motilidade, e que ressaltar o seu papel não significa negar a existência da barreira contra o desejo. Mas a completa omissão desta última na própria conceituação da “defesa primária” (III) é significativa de alguma outra coisa. Contemplemos por hipótese a situação contrária: que teria acontecido se essa barreira não tivesse sido omitida? Em tal caso, Freud ter-se-ia visto obrigado a admitir que a defesa é também defesa contra o desejo e não apenas contra o afeto, o que teria colocado em xeque o que é um pressuposto central do “Projeto”, qual seja, o de que as vivências de satisfação e de dor correm por vias paralelas e que elas não se intersectam. Há portanto no “Projeto” uma impossibilidade conceitual de se postular uma defesa contra o desejo; desta maneira, pensamos que a omissão da barreira contra o desejo na conceituação da “defesa primária” (III) foi uma tentativa – talvez não consciente – por parte de Freud, para preservar o equilíbrio da construção teórica como um todo. Mas, de qualquer maneira, o furo existe e está indicando, em todo caso, que esse equilíbrio não parece ser tão sólido assim.

Passemos agora a considerar a segunda regra biológica, qual seja, a regra biológica da atenção (163).

Vimos nas primeiras páginas deste Capítulo (164) que o mecanismo da atenção consistia na catexização que o ego faz daqueles neurônios em que já

apareceu uma catexia. Na origem desse mecanismo Freud vai colocar uma regra biológica, derivada por abstração do processo de expectativa (165), já que fora a atenção a encarregada do estabelecimento dessa situação psíquica (166). O conteúdo de tal regra biológica seria o seguinte: a atenção deve ser dirigida para as indicações de qualidade, porque estas pertencem a percepções que poderiam levar à satisfação, para deixar-se guiar depois, pela indicação de qualidade, até a percepção recém surgida (167). Uma vez consolidado, pela observância desta regra, o mecanismo da atenção, o mesmo irá regular o deslocamento das catexias do ego (168). Quer dizer, então, que a atenção vai ser guiada pelas indicações de qualidade (169), que são também, como já sabemos, indicações de realidade cuja finalidade é servir à distinção entre as catexias perceptuais reais e as catexias de desejo. Desta maneira, o enunciado final da regra de atenção será: “Quando aparecer uma indicação de realidade, aí então a catexia perceptiva que existe simultaneamente deverá ser hipercatexizada” (170). Disto se conclui que um mecanismo de atenção como o descrito é imprescindível do ponto de vista organísmico ou vital e que, em conseqüência, “um comportamento  $\psi$  terá maiores garantias de ser ‘normal’ na medida em que ele se deixar conduzir pelo mecanismo da atenção tal como o mesmo ficara prescrito pela correspondente regra biológica”. Acabamos de enunciar aqui o que poderia ser o quarto de nossos postulados (171) relativos às condições de ocorrência da normalidade em  $\psi$ .

Antes de dar por encerrado o nosso comentário da Seção 1 da Parte III do “Projeto”, queremos destacar o fato de que a regra biológica da atenção foi derivada apenas do processo de expectativa e que não pareceria haver lugar, no nível das regras biológicas, para uma função defensiva da atenção, como fora apontado nas Partes I e II (172). Com efeito, vimos que a função da atenção na “defesa primária” (I) era a de emissora de um sinal de alerta (173). Mas, como o esquema da defesa mudara em (III), e ele não é mais mecânico-causal, um sinal desse tipo já não se faria mais necessário. Todavia, como poderemos constatar ao abordarmos o tema da “defesa de pensamento primária”, a atenção recuperará aí sua função defensiva, a qual será exercida para um tipo de mecanismo de defesa que, em última instância, “se deixará

guiar” pela primeira regra biológica.

Existe ainda uma importante conseqüência que poderia ser tirada da precedente análise das regras biológicas, embora tal conseqüência deva permanecer, por enquanto, em um nível puramente hipotético. É fácil ver, pensamos nós, que com o primado das ditas regras como “guias” da normalidade abstraídos da situação de expectativa, a linha processual que arranca da vivência de satisfação tem ficado em evidente relevo, de maneira que do lado da vivência de dor só pareceria restar aquilo para cuja evitação não pareceria haver quaisquer regras. Frente à dor, portanto,  $\psi$  se encontraria, de uma maneira radical, em estado de “desamparo”, malgrado o ego possa intervir depois para “neutralizar” a dor, efetuando um trabalho de “ligação” de representações dolorosas. Voltaremos de qualquer maneira sobre este ponto quando abordarmos, mais à frente, o tema das “lembranças indômitas”. Mas prossigamos agora com a nossa análise da última parte do “Projeto”, conforme a progressão linear do texto.

A segunda Seção da Parte III do “Projeto” representa, frente ao denso conteúdo oferecido pela seção anterior, uma espécie de pausa ou de ponto de parada na exposição dos processos cogitativos, tal como a mesma vinha sendo feita, isto é, tendo-se em linha de conta as condições do funcionamento normal desses processos. Trata-se agora de rearticulá-los, à luz do material conceitual recentemente elaborado.

Assim, em um primeiro momento, será retomada a descrição do pensamento observador ou cognitivo e será contemplada a incidência nele da atenção enquanto regra biológica.

Em um segundo momento, discutir-se-á o valor, para o pensamento cognitivo, das indicações da fala, discussão essa em que tal forma de pensamento será confrontada, mesmo que tangencialmente, com o pensamento de tipo comum, não consciente.

Finalmente, serão objeto de consideração as condições de emergência das indicações de pensamento (ou das indicações da fala), e isto em relação às duas espécies de processos cogitativos consignados acima.

Vejam, então, como articular-se-iam o pensamento cognitivo e a regra biológica da atenção. O fato notável aqui é que a dita regra vai ser aplicada, nesta forma de pensamento, fora do contexto de que ela foi derivada, isto é, fora da situação de expectativa. Assim, ao contrário do que acontecia nos estados de expectativa, o que vai interessar agora não é dirigir a atenção para as vias perceptivas que poderiam desembocar em uma catexia de desejo, senão descobrir aonde conduzirá em geral uma catexia perceptiva. Com efeito, dirá Freud, o pensamento observador ou cognitivo se diferencia do processo de expectativa pelo fato de que as percepções não incidem aí sobre catexias de desejo (174). Assim sendo, o primeiro que atrairá para si a atenção do ego serão as indicações de realidade, as quais irão logo de conduzi-la para a região perceptiva que terá de ser catexizada (175). O que significa que a atenção não será mobilizada aqui por uma "catexia-meta" ou "catexia de desejo" (176), com outras palavras por uma  $Q_n$ , isto é, por uma  $Q$  de catexia interna, senão por uma  $Q_\varphi$  (ou quantidade proveniente do mundo externo via o sistema  $\varphi$ ) (177). Assim, a passagem associativa da  $Q$  que as percepções trazem consigo, ocorrerá por neurônios pré-catexizados (178), no caso, por neurônios perceptivos que foram hiper-catexizados pela atenção conforme à segunda regra biológica, ou seja, a partir das indicações de realidade. É conveniente, pensamos nós, em prol da clareza, ressaltar neste momento o fato de que a pré-catexização dos neurônios perceptivos aqui presente é obra da atenção e não do desejo, como vimos que acontecia nos estados de expectativa (179). Em consequência de tal pré-catexização, a  $Q_\varphi$  que se desloca tornará a fluir, uma e outra vez, ao longo desses neurônios pré-catexizados (180). Com efeito, sabemos já que as pequenas  $Qs$  que se deslocam no processo de pensamento fluirão mais facilmente se o nível de catexização estiver alto (181), o que é o caso nas circunstâncias em jogo, graças à hipercatexia da atenção.

Passemos agora à segunda temática que é desenvolvida na segunda Seção da Parte III do "Projeto", qual seja, a da importância que revestem as indicações da fala para o pensamento cognitivo.

Sabemos já que durante a passagem associativa, neste tipo de pensa-

mento, da quantidade composta por  $Q\varphi$  e  $Qn'$  – ou seja, da quantidade que resulta da hipercatexia, pela atenção, de um neurônio perceptivo – vão ser geradas indicações de qualidade da fala, em conseqüência das quais a dita passagem conscientizar-se-á, ficando também suscetível de ser reproduzida (182). É possível, contudo, questionar a necessidade da catexização, pela atenção, dessas indicações da fala, e isto a partir das seguintes objeções ou restrições:

1) Poder-se-ia alegar – argumenta Freud – que o único papel das indicações da fala é induzir o ego a enviar uma catexia para o ponto em que ela surgiria – de qualquer maneira – na passagem associativa. Assim, o próprio ego poderia, sem sua ajuda, fazer com que a sua catexia migrasse ao longo do decurso da  $Q$  (183).

2) Por outro lado, embora as indicações de descarga por meio da fala sejam também indicações de realidade, o são da realidade de pensamento e não de realidade externa, de maneira que não caberia aqui impor a elas a regra biológica da atenção (184), e isto pelas seguintes razões: primeiro, porque a dita regra, na medida em que ela é, em si mesma, uma abstração derivada da percepção, só se aplicaria a princípio às indicações de qualidade (perceptiva) (185); segundo, porque a sua violação não acarretaria nenhuma ameaça constante de desprazer (186). A explicação que é oferecida pelo texto para este segundo ponto parecerá a primeira vista surpreendente: assim, nos é dito que: “O desprazer produzido ao negligenciar o (re)conhecimento não é tão flagrante como o que se gera ao ignorar o mundo externo, embora no fundo sejam o mesmo” (187).

Tentemos elucidar esta afirmação um tanto enigmática. Sabemos já que a meta de todo processo de pensamento é o estabelecimento de uma identidade entre uma percepção e uma representação. Logo, é possível inferir, a partir daí, que quando o estabelecimento dessa identidade falha o resultado será, no caso do pensamento cognitivo, um falso conhecimento das percepções ou um falso (re)conhecimento (188). Este poderia ser eventualmente o caso quando o pensamento cognitivo não se deixasse guiar pela regra biológica da atenção, como é ilustrado pelas duas situações cogitativas contempladas acima.

Vejamos agora a que tipo de desprazer poderiam conduzir tais situações. Partindo-se do fato, já assentado, de que as percepções ocorrentes no curso do pensamento cognitivo não incidem sobre catexias de desejo, já que um pensamento deste tipo se dá fora do marco da situação de expectativa, é fácil inferir então que, se o desconhecimento da regra biológica da atenção conduzisse a um falso (re)conhecimento, esta conseqüência não afetaria, em si mesma, a ordem vital, isto é, não levaria a um desprazer cuja liberação representaria uma ameaça de riscos biológicos para o ego (189). Assim sendo, tanto o desprazer que é liberado ao ignorar-se o mundo externo, prescindindo-se da catexização das indicações de qualidade (ou de realidade) perceptiva, quanto o desprazer que é liberado ao negligenciar-se o (re)conhecimento, deixando-se de catexizar as indicações de qualidade da fala, seria um desprazer que o ego toleraria sem ficar exposto a cair fora da "normalidade". Todavia, é óbvio que o desprazer decorrente da ignorância do mundo externo é bem mais flagrante já que ele, por se encontrar no ponto de partida do processo de pensamento, poderia invalidar logo de início o curso do mesmo. De qualquer maneira, a segunda objeção que estamos considerando e que questiona a necessidade, para o pensamento cognitivo, de a atenção catexizar as indicações da fala, continua tendo boas razões a seu favor.

3) A terceira e última das objeções que o texto apresenta apela para a existência de um outro tipo de pensamento observador (ou cognitivo) (190), no qual as indicações de qualidade nunca seriam despertadas, ou então o seriam esporadicamente. Trata-se do pensamento de tipo comum, não consciente, mas com intrusões ocasionais na consciência; nele o ego seguiria automaticamente com suas catexias a passagem de associação (191). O peso desta terceira objeção repousará nos seguintes argumentos: primeiro, este tipo de pensamento observador é o mais freqüente, sem ser anormal (192), o que significa, conforme nossa linha de interpretação, que tal pensamento não vai acarretar ameaças de riscos biológicos para o ego; em consonância com isto, pode-se apontar o fato, contemplado mais à frente no texto, de não ter sido biologicamente demonstrado que as indicações de qualidade sejam indispensáveis para esse processo cogitativo (193). O que é perfeitamente

coerente, por sua vez – poderíamos acrescentar – com a meta perseguida por qualquer forma de pensamento cognitivo, qual seja, “o fim desinteressado do (re)conhecimento” (194), já que se tal (re)conhecimento resultar eventualmente prejudicado pelo fato de não serem suscitadas as indicações de qualidade (da fala), só haverá uma conseqüência desprazerosa como a apontada na objeção anterior, i.e., uma conseqüência que não implica em riscos de danos biológicos para o ego.

Apesar destas ponderações todas, o ponto finalmente será fechado, no texto, sublinhando-se o inegável valor das indicações da fala para o pensamento cognitivo em geral, assim como deixando clara a superioridade do pensamento consciente ou (meramente) observador sobre o não-consciente ou comum. Assim, contrastando em certa medida com a conclusão a que se chegara após o exame das objeções acima apontadas, qual seja, a do caráter dispensável da suscitação das indicações da fala (195), destacar-se-ão uma série de vantagens que as mesmas trariam para o pensamento cognitivo, tanto no que tange a seus aspectos mecânicos, quanto ao estabelecimento de condições sob as quais o dito pensamento atingiria plena objetividade, afastando-se assim o risco de ele se ver afetado por erros.

Eis aqui tais vantagens:

a) Com a suscitação de indicações de qualidade intensificar-se-iam as catexias na passagem de associação o que, embora não se saiba como, estaria ligado ao fato de ficar assegurada a ocorrência de uma atenção automática (195).

b) Essa suscitação asseguraria também a imparcialidade da passagem de associação, evitando a falsificação do pensamento que poderia decorrer da interferência nele de catexias-meta ou de desejo, catexias estas sempre alimentadas pelo ego. Para este poder se colocar na situação de “mero investigador”, nada melhor do que orientar a atenção para as indicações de qualidade, já que estas não se equivalem a “representações-meta” (197).

Em síntese: “O pensamento que é acompanhado pela catexização das indicações de pensamento ou das indicações da fala representa a forma mais alta e segura de pensamento cognitivo” (198).

Chégamos assim ao terceiro e último dos tópicos que são desenvolvidos na segunda seção da Parte III do “Projeto”. Partindo-se da utilidade que fora outorgada à suscitação de indicações de pensamento, contemplar-se-ão agora as condições sob as quais elas emergiriam, o que implica em identificar os dispositivos encarregados de assegurar a dita emergência.

Vejamos primeiramente como isto teria lugar no caso do pensamento consciente ou de investigação (199).

O fato notável aqui é que as indicações de pensamento, contrariamente ao que acontecia com as indicações de qualidade ou de realidade perceptiva (200), não surgirão espontaneamente, i.e., sem a intervenção de  $\psi$  (201). Neste caso, a pré-catexização, pela atenção, dessas indicações de pensamento, será condição necessária de sua emergência (202). Como entender isto aqui? Dado que também vai se invocar a operância da “lei de associação por simultaneidade” (203), pensamos que teria lugar o seguinte inter-jogo de investimentos: por um lado, estariam catexizados os neurônios correspondentes às imagens verbais motoras, i.e., os neurônios motores da fala que, ao descarregarem  $Q_n$ , forneceriam indicações de pensamento; mas, para que isto acontecesse, deveriam também estar catexizados em  $\psi$  do pallium os neurônios encarregados de registrar essas indicações de pensamento (ou essas notícias de descarga verbal). E caberia à atenção operar essa pré-catexização.

Este dispositivo, que consiste basicamente em uma espécie de atração que é exercida pela pré-catexização das indicações de pensamento (204), pode no entanto ser arruinado pela interferência dos seguintes fatores (205):

a) Pela presença de outras catexias, notadamente de catexias-meta ou de catexias afetivas que, perto da passagem associativa, concorram com a pré-catexia da atenção, tornando inconsciente a dita passagem.

b) Pela presença de grandes  $Q_n$ 's na passagem associativa que, ao aumentar o caudal da corrente, acelerariam a dita passagem, tornando a mesma igualmente inconsciente. Um exemplo claro disso seria a perturbação do pensamento pelo afeto, tal como foi apontado na Parte II do “Projeto” (206).

Da consideração deste segundo fator teríamos como resultado um novo axioma para a abordagem mecânica dos processos psíquicos: “A passagem

[de associação] que não é alterada pelo nível [da catexia] pode, porém, ser influenciada pela própria magnitude da Q fluente" (207).

O que nos levaria a concluir que a suscitação das indicações de qualidade estaria subordinada à passagem de pequenas Qs (208).

Como caracterizar agora a emergência de indicações de pensamento em nosso pensamento carente de meta, comum, não-consciente (ou com intrusões ocasionais na consciência)?

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar o fato de que esse tipo de pensamento, embora acompanhado de pré-catexização e de atenção automática, não parece dar importância às indicações de pensamento (209). O que por outro lado, poderíamos acrescentar, daria margem para uma interferência maior de catexias-meta ou de catexias afetivas que, de maneira solapada, colocariam em risco a objetividade desse pensamento. Razão pela qual, cremos nós, tal tipo de pensamento seria menos simples (no sentido de menos manejável) do que o pensamento consciente (210).

Todavia, as indicações de pensamento irão habitualmente emergir, nesta espécie de atividade cogitativa, nas seguintes circunstâncias (211):

a) Quando a leve passagem de quantidade chegar a um término, ou então se deparar com um obstáculo, e isto porque aqui seria inevitável, pensamos nós, a catexização, pela atenção automática, dos neurônios motores da fala.

b) Quando tal passagem suscitar uma representação que, em virtude de outros motivos, evoca indicações qualitativas, i.e., a consciência. Isto é o que ocorre – como iremos ver ao examinar a terceira seção da Parte III do "Projeto" – quando o pensamento se depara com certas lembranças que, no seu caráter de "indômitas", geram indicações qualitativas, o que é sinal de que as mesmas foram alucinadas (212).

Passemos, pois, à Seção 3 da Parte III do "Projeto". O grande protagonista será aí o pensamento prático que, como veremos, vai se caracterizar fundamentalmente pela presença nele de catexias de desejo ou de catexias-meta, contrapondo-se assim ao pensamento cognitivo, que condicionava a

consecução do seu objetivo, qual seja, o (re)conhecimento, ao fato de aquelas catexias serem evitadas. Vimos também que um tal empreendimento, por parte do pensamento cognitivo, aparecia como extremamente difícil, dado que o ego sempre estava às voltas com catexias desiderativas. Afinal de contas, é o movimento do desejo que põe em marcha o aparelho psíquico (213), e é nos processos de expectativa (um desenvolvimento dos estados de desejo) que se enraíza toda e qualquer forma de pensamento. Com efeito, e como já se sabe, a justificativa última de todo o pensamento é de caráter biológico (214) e remete para a necessidade de se restabelecer a primitiva situação de satisfação (215). Mas é aqui que vai se ancorar o pensamento prático – “biologicamente o primeiro” (216). Neste sentido, a “utilidade prática” dessa forma de pensamento – o restabelecimento daquela situação originária – vai contrastar com o “fim desinteressado” do pensamento cognitivo (217).

Já que o pensamento prático parece estar fundamentalmente a serviço dos interesses da vida, por assim dizer, é de se esperar então que ele siga à risca a orientação das postuladas regras biológicas, sendo por este viés, como veremos ao final de nossa exposição sobre este assunto, que distinções outras poderão ser introduzidas em relação ao pensamento de tipo cognitivo.

A fim de melhor organizarmos nosso comentário da seção do “Projeto” em exame, subdividiremos seu conteúdo em três grandes agrupamentos temáticos.

Teremos assim, em primeiro lugar, uma caracterização exaustiva do pensamento de utilidade prática, que culminará com a análise dos resultados a que se chega no curso do dito pensamento.

Seguidamente, a questão da possibilidade e alcances de uma “memória de pensamento” ganhará o primeiro plano, o que rematará na postulação de mais uma espécie de pensamento, qual seja, o “pensamento recordativo”.

Em último lugar, ao considerar-se a especial situação em que o pensamento prático poderia conduzir ao desprazer, abordar-se-á o tema das lembranças indômitas, introduzindo-se, finalmente, mais uma variante conceitual na linha das defesas, qual seja, a “defesa de pensamento primária”. Em conexão com tudo isto, e à maneira de conclusão, contrapor-se-á o pensamento teórico (que veremos vai abranger os pensamentos cognitivo e crítico)

ao pensamento prático, do ponto de vista de sua sujeição ou não às regras biológicas.

Ocupemo-nos pois, primeiramente, de caracterizar o pensamento prático. Suas condições de ocorrência seriam as seguintes: existe, no ponto de partida, uma catexia de desejo. Esta será firmemente retida, enquanto uma segunda catexia perceptiva que faz emergência vai ser acompanhada com atenção. Dar-se-á assim início a um fluxo associativo em que a catexia perceptiva, orientada pela finalidade de reativar a catexia de desejo que ficou retida, procurará descobrir as vias certas para a consecução dessa finalidade (218).

Assim, “o fim do pensamento prático é a identidade, o desembocar da catexia  $Q\varphi$ , deslocada, na catexia de desejo que, nesse meio tempo, ficou firmemente retida” (219).

Vejamos agora como poder-se-ia descrever este tipo de pensamento do ponto de vista mecânico. Seja (+V) a representação de desejo que se mantém especialmente catexizada, e seja (W) a percepção a partir da qual um caminho será aberto em direção àquela. Em virtude da “lei de associação por simultaneidade”, a catexia perceptiva migratória  $Q(W)$ , em vez de fluir rumo ao neurônio mais facilitado, o fará em direção ao neurônio que esteja situado na proximidade da catexia de desejo ou catexia-meta, que é a catexia que corresponde a (+V). Desta maneira, a passagem de  $Qn'$  foi modificada pela presença de uma poderosa catexia colateral (220). Com efeito, nos é advertido que por “catexia-meta” deve-se entender aqui “não uma catexia uniforme, como a que afeta todo um setor no caso da atenção, mas uma catexia que se destaque, que sobressaia por cima do nível do ego” (221).

O texto chama também a atenção para o seguinte ponto: é possível, se pensa, que neste tipo de pensamento com “catexias-meta” a  $Qn'$  também flua simultaneamente a partir de (+V), influenciando a passagem de associação a partir de (W) no meio do caminho, por assim dizer. No entanto, é bom ter presente, aponta o texto, que enquanto a via a partir de (+V) é conhecida e está fixada, a via de (W) até (+V) precisa ser descoberta (222). Com efeito, deveremos entender aqui, conforme nosso ponto de vista, que no primeiro caso tratar-se-ia de se re-encontrar, no mundo exterior, um objeto, o objeto

de satisfação, e isto através de uma rota que já foi fixada em consequência da vivência de satisfação. Mas para tanto será preciso que cheguem desse objeto sinais de realidade, e o caminho pelo qual isso deverá ocorrer precisa ser descoberto. Como se sabe, esse caminho será trilhado pela via associativa e a partir de uma percepção que – nunca é demais frisar – não é idêntica à representação. É nesse trabalho de exploração, portanto, que consistiria propriamente o pensamento de utilidade prática.

E agora: qual a influência nos processos cogitativos das catexias-meta, que são, de fato, alimentadas sempre pelo ego, e que em muitas ocasiões concorrem simultaneamente e em grande número? (223).

No caso do pensamento puramente cognitivo, é óbvio que a presença de tais catexias vai dificultar o curso do dito pensamento, que só parece ter como antídoto para elas, como foi visto, o recurso às indicações de qualidade da fala (224).

No caso do pensamento prático, tal influência vai implicar na possibilidade de se alcançarem, em circunstâncias diferentes, as vias mais díspares. Ou seja, ela vai emaranhar, propriamente, esse pensamento. Será que as indicações de qualidade (da fala) serviriam aqui para despejar essa multiplicidade de circuitos entrecruzados? A resposta do texto será negativa. Com efeito, vai se colocar que o papel das indicações de qualidade, no pensamento prático, em pouco diferindo daquele que é desempenhado pelas mesmas no pensamento cognitivo, se restringirá a assegurar e fixar a passagem de associação. Ainda mais, lhes será negado o seu caráter de indispensáveis para aquela forma de pensamento. E isto por duas razões (225). A primeira delas, dito de maneira rápida e simples, se baseia na constatação de que tais indicações de qualidade, se plenamente desenvolvidas, só fariam atrapalhar o curso do pensamento. Isto é, à complexidade própria ao pensamento prático, haveria que somar o retardamento e a complicação introduzidos pelas mesmas. Em segundo lugar, essas indicações da fala tornar-se-iam desnecessárias quando uma certa passagem associativa tivesse sido fixada.

Abordaremos finalmente o ponto com que vai se completar esta caracterização do pensamento prático. Exporemos assim, com maior detalhe,

o curso que é seguido pelo dito pensamento, para considerarmos depois o resultado a que nele se chega.

Uma vez que o pensamento prático atingiu sua finalidade, isto é, o estabelecimento da identidade entre percepção e representação, ele pode dar por encerrada sua tarefa, já que de uma perspectiva puramente biológica – que é a perspectiva a partir da qual todo pensamento se justifica – não haveria necessidade de continuar pensando (226). Mas, não fará porventura parte dos resultados desse pensamento o desencadeamento de uma ação, nos moldes da “ação específica”, que na primitiva vivência de satisfação fora executada pelo semelhante do sujeito, mas que agora este poderia levar a cabo por si só? Pois, dado que, como postuláramos no início deste item, o pensamento prático deve ser concebido antes de mais nada como um re-trilhar, em nível de processo secundário, daqueles caminhos que a vivência de satisfação tornara preferenciais para  $\psi$ , não deveremos por acaso pressupor que no seu curso foram também invadidas aquelas imagens de movimento correspondentes à porção reflexa da “ação específica”? É indubitável que assim acontece, mas nem por isso tal processo de pensamento deverá conduzir necessariamente à execução de uma ação. O texto vai explicar isto de seguinte maneira (227): por um lado, é preciso ter em conta que tais imagens de movimento foram investidas de maneira ligada; por outro lado, o elemento da realidade externa de que se partiu na cadeia associativa, qual seja, a imagem perceptiva, irá ser subsequenteiramente perseguida apenas na qualidade de imagem mnêmica; à luz destes dados é fácil compreender que o processo de pensamento se torna, no seu curso, independente, tanto do processo expectativo como da realidade, de maneira que uma vez completado não deverá incluir a ação, necessariamente, entre seus resultados. Ainda mais, o texto vai assinalar, como o verdadeiro resultado a que se chega no pensamento de utilidade prática, um elemento da ordem do conhecimento antes do que da ação. Com efeito, no seu término, o dito pensamento terá produzido um saber prático que, na ocorrência de uma oportunidade real, poderá ser utilizado (228), já que é conveniente ganhar tempo, por assim dizer, para a elaboração de uma ação específica que vai requerer, seguramente, a intervenção de algum tipo de sa-

ber. Assim, é preciso nós pensarmos “com antecipação” à execução da dita ação, primeiro, porque o estado de expectativa não é, ele próprio, favorável à passagem de pensamento; segundo, porque o curto intervalo que separa a percepção da ação exigiria que se pensasse muito depressa, o que tampouco seria favorável para o pensamento, mas que terminaria acontecendo caso não se contasse com um saber prático que é independente de qualquer estado de expectativa (229).

Passemos agora ao segundo dos conjuntos temáticos em que temos subdividido a Seção 3 da Parte III do “Projeto”, onde o tema da memória será retomado a partir de uma derradeira indagação sobre a possibilidade e alcance de uma “memória de pensamento” (ou uma “memória dos processos de pensamento”), ao tempo que procurar-se-á também efetuar uma re-avaliação do papel que cabe às indicações de qualidade (da fala) na reprodutibilidade dos processos de pensamento. Este último ponto será discutido, como teremos oportunidade de ver, tendo-se em linha de conta uma nova forma de pensamento, qual seja, o “pensamento recordativo”.

A primeira destas questões será elucidada através de uma linha argumentativa que levará a postular a existência, ao lado das “facilitações associativas”, de facilitações de um outro tipo, a saber, as “facilitações de pensamento”.

A premissa da qual se partirá re-enviará para um ponto que fora já desenvolvido (230). Trata-se da afirmação de que uma “memória de pensamento” só é possível graças às indicações de qualidade da fala, já que de outro modo não se poderia diferenciar seu rastro daquele que é deixado pelas facilitações perceptivas (231).

Seguidamente, extrair-se-á, dessa premissa, a seguinte conseqüência: já que existiria, junto a uma “memória real”, uma “memória de pensamento”, teremos que pressupor, a princípio, que a primeira delas não deverá ser propriamente modificada ao se pensar sobre a mesma (232).

Cabe-nos no entanto inquirir: o que está se entendendo aqui por “memória real”? Voltemos um pouco atrás no texto (233), e caracterizemos, de maneira genérica, “memória real”, como sendo “a representação de todas as

influências que  $\psi$  experimentou a partir do mundo externo”, representação essa que consiste, do ponto de vista mecânico, no conjunto de facilitações resultantes em  $\psi$  de impressões advindas de fora via  $\varphi$ . Concorde com isto, uma “memória real” não seria então um tipo de memória em que as facilitações a que ela em última instância se reduz seriam traços deixados atrás de si pelas passagens de quantidade decorrentes da catexização de  $\psi$  pelo ego, e sim uma memória em que tais facilitações resultariam da catexização de  $\psi$  via a Q ( $\varphi$ ).

O texto apontará, porém, uma possível objeção para a conseqüência que acabamos de consignar, qual seja, a relativa independência da “memória real” frente à “memória de pensamento”. Será assim ponderado que não é possível se negar o fato de que qualquer pensamento sobre um tema deixa importantes rastros para qualquer re-pensar posterior a esse respeito (234). Todavia, seremos também advertidos sobre a escassa probabilidade que haveria desse resultado provir apenas de um pensamento acompanhado de indicações de qualidade e, portanto, de consciência (235). Em poucas palavras, ao mesmo tempo que se reconhece a possibilidade de uma influência da “memória de pensamento” sobre a “memória real”, tenta-se limitar o seu poder ou, com outras palavras, tenta-se limitar o poder que as “representações de palavra” teriam sobre as “representações de coisa”.

Assim, concluir-se-á por postular-se a necessidade da existência, independentemente dos “signos do processo de pensamento” (236) em que consistem os sinais da fala, de “facilitações de pensamento” que, pensamos nós, na medida em que não seriam acompanhadas desses sinais, sendo processos puramente  $\psi$ , poderiam re-transitar, de maneira mais fiel talvez, as vias de associação originais (237).

Mas: Como isto poderia ocorrer, dado que, a rigor, só há facilitações de um só tipo? Embora assim seja, é possível introduzir, do ponto de vista quantitativo, um princípio de diferenciação que faria entrar em jogo os níveis (de catexia) envolvidos. Assim, mesmo que seja verdade que as facilitações não se modificam devido a um aumento de nível (da catexia), sendo antes sensíveis à quantidade da corrente que circula e, também, à in-

fluência de catexias colaterais, é também verdade que existem facilitações que só irão funcionar em um nível particular (238). Tais são as “facilitações de pensamento”, que se originaram a partir de um alto nível (de catexia) e que provavelmente só se farão sentir também na presença de um alto nível (239). Por outro lado, devemos lembrar que quando o nível (de catexia) está alto, as pequenas quantidades se deslocam com mais facilidade, e que um tal equacionamento quantitativo entre catexia elevada e corrente pequena foi visto como sendo próprio aos processos de pensamento (240).

Em contraposição a isto, as “facilitações associativas”, fixadas a partir dos primitivos circuitos da satisfação e dos quais constituiriam sua “memória real”, tiveram origem durante passagens de quantidade totais ou primárias, e tornarão a exteriorizar-se quando se apresentem as condições para uma passagem de quantidade não-ligada (241), qual seja, uma passagem em que a corrente é proporcional à catexia.

Todavia, faz-se questão de se frisar que com o traçado desta diferenciação entre “facilitações de pensamento” e “facilitações associativas” não se pretende negar qualquer efeito possível das primeiras sobre as segundas (242). Mas esta ponderação deverá ser em todo caso contrabalançada, pensamos nós, com a exigência feita aos processos de pensamento ainda na Parte I do “Projeto”, no sentido de que eles não deverão modificar substancialmente as facilitações criadas pelos processos primários, porque com isso estar-se-ia falseando os traços da realidade (243).

Cabe agora a seguinte pergunta: é possível um tipo de pensamento que, perfazendo o caminho que percorrerá o pensamento prático, i.e., abrindo-se passo através das facilitações de pensamento, conseguisse reproduzir esse percurso de tal maneira que o dito pensamento se tornasse consciente etapa por etapa? Com outras palavras: é possível uma “memória de pensamento” de alcance tão vasto? É neste momento que o texto vai introduzir mais uma forma de atividade cogitativa; trata-se do pensamento reprodutivo ou recordativo, pensamento esse que coincide em parte com o pensamento prático, mas sem abrangê-lo por completo (244). Coincide, poderíamos dizer, na medida em que o seu percurso é o mesmo; só que agora tal percurso vai ser

desandado, reproduzido regressivamente; assim, o pensamento reprodutivo vai partir, pois, de uma representação, para logo retroceder em direção ao setor das percepções até se deter, possivelmente, em uma percepção (245). Mas tal espécie de pensamento, diferentemente do pensamento prático, não será guiado, ele próprio, por uma finalidade de índole também prática e efetuará sua volta à esfera perceptiva de uma maneira errátil, isto é, sem uma finalidade em vista (246). A real importância desta atividade cogitativa, contudo, só vai ficar em relevo quando nós abordarmos o pensamento crítico (ou examinador), que é um tipo de pensamento cognitivo que examina uma série de pensamento, a fim de detectar nele a falha ou defeito que conduzira ao desprazer e não à satisfação (247), efetuando porém seu trabalho em cima do pensamento recordativo. Com efeito, o recordar – diz o texto – é a condição prévia de todo exame efetuado pelo pensamento crítico (248).

Chegando-se neste ponto, uma restrição será feita ao papel que cabe às indicações de qualidade que foram suscitadas numa dada passagem de pensamento no que tange à reprodutibilidade desse pensamento. Com efeito, embora o pensamento recordativo vai recorrer em grande escala a tais indicações de qualidade, somos advertidos de que o mesmo irá também se deparar, nesse seu curso retrógrado, com vínculos intermediários até então inconscientes, i.e., que não deixaram atrás de si nenhuma indicação de qualidade e que portanto só serão conscientizados a posteriori, i.e., no próprio curso do pensamento reprodutivo (249). O que implicaria em admitir – irá concluir o texto – que uma passagem de pensamento é capaz de deixar rastros por si mesma, sem necessidade de indicações qualitativas. Mas – caberia perguntar – como é possível que isto aconteça? Temos que pressupor aqui – segundo nosso entender – que tais vestígios seriam algo assim como um “lastro” que as representações de coisa deixaram atrás de si, para além de sua associação com as representações de palavra. Assim sendo, pode-se dizer que a reprodutibilidade dos processos de pensamento ultrapassa largamente as suas indicações de qualidade, mesmo que em certos casos tenha-se a impressão de que alguns trechos da via percorrida não foram propriamente reproduzidos mas sim conjecturados, já que só seus pontos inicial e terminal

estavam dados por indicações de qualidade. De qualquer maneira, o resultado de uma passagem de pensamento pareceria deixar rastros com maior freqüência do que o fariam as suas etapas intermediárias (250).

Resta-nos agora considerar aqueles assuntos que são tratados no final da terceira seção da Parte III do "Projeto". Será examinado, em primeiro lugar, em que circunstâncias o pensamento prático poderia conduzir ao desprazer; a partir daí serão introduzidos novos conceitos, fundamentalmente os de "lembrança indômita" e de "defesa de pensamento primária", ao passo que importantes conseqüências decorrerão para o traçado de uma nova linha demarcatória entre pensamento prático e pensamento teórico (cognitivo e crítico).

O primeiro tema se inicia com a seguinte afirmação: "Durante uma passagem de pensamento, seja ele cognitivo, examinador ou prático podem ocorrer acontecimentos de todo gênero (...) O pensamento pode levar ao desprazer ou à contradição" (251). Afirmação essa que, como iremos constatar daqui em diante, isto é, até o fim do texto do "Projeto", só será válida, em sentido estrito, se nós reconduzirmos toda e qualquer forma de pensamento ao pensamento prático porque, na medida em que este constitui a origem e a meta final de todo processo de pensamento, as demais formas deverão ser consideradas como sendo dele derivadas (252). Com efeito, à medida em que nós avançarmos em nossa exposição, compreender-se-á cabalmente que, a rigor, só o pensamento prático irá ser afetado pelo desprazer – da perspectiva em que este é fundamentalmente encarado na Parte III do "Projeto", isto é, enquanto real ameaça para a sobrevivência do organismo – e também pela contradição, embora a ocorrência desta última só deva ser registrada por obra do pensamento crítico.

Consideremos portanto o caso em que o pensamento prático, acompanhado de catexias-meta, leva a uma liberação de desprazer. Em primeiro lugar, isto só poderá acontecer em circunstâncias muito especiais porque, conforme os ensinamentos da experiência, o desprazer atua como um obstáculo para o processo de pensamento (253). Mas, como trata-se aqui do desprazer que é liberado por uma lembrança que foi catexizada no curso do pensamento,

o que devemos fazer é examinar quais são as suas características.

Sabemos já que uma lembrança cuja reativação provoca desprazer é herdeira de uma percepção que, no momento em que ocorreu, formou parte de uma vivência de dor. Por outro lado, e conforme assinaláramos ao abordar o fenômeno da dor, não se podia dizer que, estritamente, houvesse uma percepção da dor (254). Em concordância com isto, o texto dirá, agora, que as percepções que formam parte de uma vivência de dor não vão suscitar tanto suas próprias indicações de qualidade quanto as da reação que essas percepções desencadeiam, estando assim associadas com suas próprias manifestações de afeto e de defesa (255).

Vejamos o que é que acontece com tais percepções uma vez que elas tenham se transformado em imagens mnêmicas. Pode-se constatar que, inicialmente, elas se comportarão ainda como se fossem percepções, isto é, elas continuarão a despertar afeto, conservando também suas indicações qualitativas. Com outras palavras, tais imagens apresentarão um caráter alucinatório. Como ao longo de um certo processo as ditas imagens deixarão de suscitar afeto, perdendo também esse seu caráter alucinatório, o texto vai chamar de “indômitas” às lembranças que ainda se comportam como se fossem percepções (256), cabendo ao ego “domesticá-las”, como veremos em seguida. Assim, se uma passagem de pensamento se deparar com uma lembrança ainda indômita, várias conseqüências surgirão (257):

a) Gerar-se-ão as indicações qualitativas correspondentes, muitas vezes de caráter sensorial.

b) Gerar-se-ão também sensações de desprazer e tendências à descarga (cuja combinação caracteriza um afeto determinado).

c) Interromper-se-á a passagem de pensamento, que é a conseqüência que agora nos interessa particularmente.

Ao contrário do que uma leitura ingênua poderia supor, não será o mero decurso do tempo nem a repetição que poderão subjugar tais lembranças; será necessário, para tanto, um trabalho efetuado pelo ego. Assim, este deverá ligar, de maneira firme e reiterada, a representação indômita, a fim de contrabalançar essa facilitação para o desprazer (258).

Cabe neste momento efetuarmos um aparte a fim de considerarmos certas especificações que o texto vai introduzir em torno do conceito de alucinação.

Sabemos já que no caso em que se alucina uma representação de desejo, i.e., na atração desiderativa primária em geral, e no caso das representações oníricas em particular, isso é possível em virtude da hipercatexização, por uma  $Q$  de considerável grandeza, da representação em jogo. Sabemos também que isso ocorre quando, devido a uma queda na carga endógena do ego, este não pode exercer sua função inibidora via catexias colaterais, para impedir o refluxo retroativo de  $Q$  para  $\varphi$  e para  $\omega$ , no qual consiste propriamente o mecanismo da alucinação (259). Pergunta-se então: será que no caso das lembranças indômitas é também a  $Q$  que as catexiza que permite a ocorrência desse refluxo? Mas, para que assim fosse, e conforme os pressupostos já assentados, dever-se-ia contar com uma  $Q$  de potência tal que, ao hipercatexizar a representação em jogo, satisfizesse deste modo o pré-requisito mecânico que condiciona a ocorrência dos fenômenos alucinatórios à magnitude da  $Qn'$  (260). Todavia, não será esta a solução apontada pelo texto, pois logo de início descartar-se-á, em se tratando de lembranças indômitas, a intervenção de grandes  $Qs$  catexizantes. Assim, será sublinhado o fato de que uma  $Q$  considerável só se faz presente na própria vivência de dor e que, nas suas repetições, a  $Q$  que catexiza a lembrança é uma  $Q$  de força comum (261). No entanto, precisa-se encontrar uma explicação para o fato de que tal catexia de força comum seja capaz de provocar alucinação e desprazer. A hipótese que subsequenteiramente vai ser levantada atribuirá tal efeito não mais à magnitude da  $Qn'$ , senão à existência de uma facilitação extraordinariamente intensa. Do qual vai se concluir, finalmente, que uma quantidade  $\varphi$  de magnitude comum é sem dúvida suficiente para assegurar o refluxo e para excitar a descarga (262).

Como entender esta virada do texto que parece desconhecer tudo que foi anteriormente apontado para explicar não só a mecânica da alucinação, como também a geração de afeto na recatexização das lembranças penosas? Lembremo-nos de que neste último caso, uma vez reconhecida a necessidade de se postular a existência de uma  $Q$  adicional na origem do afeto (li-

beração de desprazer e tendência à descarga), apelara-se para uma hipótese tão desconcertante como era a hipótese dos neurônios-chave. Agora, isso é ignorado como se se estivesse de repente de posse de uma outra (e melhor) solução. Com efeito, uma poderosa facilitação foi visualizada como sendo a responsável por aquelas duas capacidades que caracterizam às lembranças indômitas, quais sejam, a capacidade para a alucinação e a capacidade para o afeto. Cabe pois indagar: quais as virtudes de tal facilitação? Qual o elemento novo aqui? Dito rapidamente: pensamos que o que está por trás desta última solução, que parece ter esquecido as velhas dificuldades, é a hipótese da ligação, só desenvolvida plenamente na Parte III do “Projeto”. À luz de tal hipótese, uma lembrança indômita vai se apresentar como sendo, antes de mais nada, uma lembrança em que “a catexia do ego ainda não exerceu nenhuma influência (...) predominando nela os métodos primários de descarga e o processo total ou primário” (263). Mas voltemos novamente às origens das lembranças indômitas para sublinhar o fato de que, na medida em que elas são traços de vivências de dor, estiveram catexizadas, quando percepções – e de acordo com a hipótese sobre a dor colocada na Parte I do “Projeto” (264) – com intensa  $Q\varphi$ , tendo assim adquirido uma facilitação excessivamente grande para a liberação de desprazer e afeto (265). Por outro lado, e também retrocedendo à Parte I do texto, lembremos que tinha se ventilado aí a possibilidade de que a catexia (a  $Qn'$  de catexia) fosse – no que tange à passagem de  $Qn'$  – equivalente da facilitação, de maneira que uma facilitação bem poderia substituí-la (266). Assim, uma catexia de força comum, ao recatexizar uma representação penosa que ainda não foi ligada pelo ego, poderá reativar a facilitação correspondente em condições tais que a  $Qn'$  que vai se propagar através dela o faça livremente, isto é, via uma corrente que é proporcional à catexia (que é o que caracteriza as passagens não-ligadas de quantidade (267)), corrente essa que resultaria ser, no caso, uma corrente caudalosa. Explicitando mais esquematicamente esta argumentação temos que: dado que em uma passagem de  $Qn'$  não-ligada a corrente é proporcional à catexia, e dado que a catexia pode ser substituída pela facilitação (que

no caso é bastante intensa), a conseqüência seria a ocorrência aqui de uma corrente caudalosa que teria como resultado o refluxo alucinatório da  $Qn'$ , a geração de afeto e, no limite, uma descarga ou defesa primária.

Pode-se constatar facilmente que esta nova explicação da origem da  $Q$  responsável pela produção de afeto e pela deflagração de uma defesa primária, nas repetições da vivência de dor, substitui, com visíveis vantagens, à velha hipótese dos neurônios-chave. Com efeito, estamos aqui frente a uma solução coerente e plausível em relação às hipóteses básicas do "Projeto", mas que só poderia ter sido formulada, como efetivamente aconteceu, à luz da hipótese da ligação de  $Qn'$ . Além do mais, e no que tange à atração desiderativa primária, o novo quadro teórico dá uma base de sustentação para o fato de o objeto de desejo ser alucinado fora das condições fisiológicas da necessidade, como efetivamente acontece nos sonhos. Isto porque na medida em que eles são, como já se sabe, um re-trilhar dos antigos circuitos da satisfação, ou seja, um re-trilhar de poderosas facilitações associativas, mas sem que isto implique no aumento da tensão  $Qn'$  em  $\psi$  que é concomitante aos estados apetitivos e que tem como conseqüência a hipercatexização da representação de desejo, só agora é que se pode entrever qual seria, em ausência dessa fonte de  $Qn'$ , a fonte alternativa da poderosa  $Q$  de que se precisa para alucinar as representações oníricas. Questão esta que tinha ficado como que em "sursis" quando nós tratamos de tal assunto (268). Mas cabe fazermos aqui uma ressalva: malgrado a mecânica da alucinação nos sonhos tenha ganhado em inteligibilidade, ainda não se sabe por quê, no processo de deslocamento ocorrente neles, a representação que é alucinada, digamos "C", é quantitativamente superior à representação "B" que ela vem substituir (269). Se se tivesse feito jogar o recalque no sonho, a solução estaria à vista, pois em conseqüência do recalque de "B", a  $Q$  que lhe fora subtraída teria sido acrescentada a "C". Mas, de fato, como já vimos, não se fez intervir o recalque no sonho (270).

Voltando ao tema da subjugação pelo ego das lembranças indômitas, quando é que poder-se-ia dar por finalizado esse trabalho de "domesticação"? Dito em poucas palavras: quando aquelas lembranças, ao ser catexizadas, não

possam mais produzir nenhum refluxo, ao tempo que o desprazer por elas liberado seja mínimo. Isto será sinal de que as mesmas já foram “dominadas” por uma facilitação de pensamento suficientemente grande para exercer um efeito permanente (271). Em conseqüência disto, a via que conduz à liberação de desprazer “aumentará gradativamente sua resistência, devido à falta de uso, pois as facilitações estão sujeitas a uma decadência gradativa (esquecimento)” (272). Com outras palavras, a facilitação original foi substituída por uma facilitação de pensamento, e isto ao longo de um laborioso trabalho por parte do ego. Finalmente, poderíamos acrescentar que, em presença de lembranças ainda indômitas, o que determina fundamentalmente a interrupção da passagem de pensamento é a ocorrência de uma defesa primária.

Pergunta-se agora: o que poderá acontecer se o que sair à frente da corrente de pensamento for uma lembrança já dominada? Resposta: quase uma inversão da situação anterior. Com efeito, iremos ver como um certo tipo de defesa primária levará o pensamento a se desviar do seu caminho assim que o mesmo se deparar com uma lembrança que já foi domesticada. Isto porque a facilitação de pensamento que subjagara a lembrança indômita teria deixado, como efeito permanente, uma tendência a inibir o curso do pensamento assim que a lembrança dominada gerasse seu rastro de desprazer. O que é perfeitamente coerente, por outro lado, com a meta perseguida pelo pensamento prático, já que na sua abertura da via que conduzirá até a identidade com a catexia de desejo, ele deverá certamente evitar as catexias desprazerosas, posto que as mesmas o desviariam de sua finalidade (273). Temos assim o surgimento de uma “defesa de pensamento primária, que no pensamento prático interpreta a liberação de desprazer como um sinal para abandonar uma determinada via – isto é, para dirigir a catexia da atenção para outra parte” (274). O que se está anunciando aqui não é, estritamente falando, uma modalidade de defesa que seja absolutamente nova. Pensamos que se trata, fundamentalmente, de uma defesa cujo modelo de funcionamento é o da defesa primária, tal como o mesmo fora caracterizado na Parte I do Projeto, i.e., como consistindo na des-catexização de uma representação liberadora de desprazer, mas em uma situação quantitativa em que não há grandes Qn's

em jogo e onde se pressupõe a inibição por parte de um ego catexizado. Em suma, o que vimos que se entendia na Parte I por “defesa de magnitude normal” (275). O que é realmente uma novidade é a explicação que se dá para a origem desta modalidade de defesa, já que ela é, no fundo, uma facilitação de pensamento tornada possível pelo trabalho de ligação efetuado pelo ego, e não um mero resíduo mecânico de uma vivência de dor (como é a “defesa primária” na Parte I do “Projeto”).

O texto chama também a atenção para o fato de que tanto na “defesa de pensamento primária” quanto na defesa como “regra biológica” é o desprazer que vai dirigir a corrente de  $Qn'$  (276). Pensamos, no entanto, que a analogia começa e termina aí. Vejamos por quê. No primeiro dos casos, constata-se que o desprazer, auxiliado pelo mecanismo da atenção, faz sua intervenção à maneira de um  sinal de alerta  (277), o que vai resultar na des-catexização de uma certa representação conforme o “princípio de prazer” em sua modalidade da “fuga”, mesmo que na dita “fuga” a  $Qn'$  que escoar o faça de maneira ligada, o que marca, em todo caso, a passagem do regime do “princípio de inércia” para o do “princípio de constância”. No entanto, pensamos que se o nome de “primária” lhe é preservado a esta “defesa de pensamento” que é uma defesa de magnitude normal, é porque, no fundo, a tendência primária (à inércia) continua a persistir nela no sentido de que é a dita tendência que define a maneira em que o desprazer está dirigindo a corrente de  $Qn'$ , qual seja, fugindo da quantidade. Em contraste com isto temos que, no caso da defesa como “regra biológica”, o desprazer vai ser o “mestre” que ensinará a não-catexizar certas representações, não catexização essa que pressupõe a regulação do “princípio de prazer” na sua modalidade de “evitação” de quantidades, de maneira que seu princípio reitor é, em todo momento, o “princípio de constância”.

Na medida em que a regra biológica de defesa, a primeira das regras biológicas, é um guia de comportamento  $\psi$  - normal e não um mecanismo (como é, em última instância, a “defesa de pensamento primária”) ela vai, efetivamente, guiar o pensamento prático para este poder descartar aqueles caminhos que estejam afetados pelo desprazer. E aqui aparecerá uma im-

portante distinção do pensamento prático em relação ao pensamento teórico (cognitivo e crítico), distinção essa com cujo traçado encerrar-se-á a terceira seção da Parte III do “Projeto”.

Será assim colocado que no pensamento teórico não se comprovará a intervenção da regra biológica de defesa, e isto pela seguinte razão: “Isso é compreensível, pois no pensamento-meta trata-se de encontrar um caminho qualquer, podendo-se descartar todos os que estejam afetados pelo desprazer, ao passo que no [pensamento] teórico todos os caminhos terão de ser explorados” (278).

É possível desenvolver mais esta linha argumentativa através das seguintes considerações:

a) Não devemos esquecer que as regras biológicas – tanto a de defesa como a da atenção – foram derivadas da situação de expectativa (279), e tendo-se portanto na mira o pensamento prático.

b) O “caminho qualquer” que o pensamento prático deverá encontrar é aquele que conduz à identidade com a catexia-meta, de maneira que toda exploração que ele efetuar estará orientada por essa finalidade, devendo portanto serem abandonadas as vias que eventualmente possam prejudicar sua consecução.

c) Se partirmos do fato de que no pensamento teórico não há – ou não deveria haver – interferência de catexias-meta, será fácil compreendermos que esse pensamento não deva ser afetado por um desprazer que o impeça de alcançar essas catexias, já que elas não se colocam como objetivos para o mesmo. Ou, para expressar a mesma consequência de maneira bem mais categórica, pode-se dizer que: “O desprazer não desempenha nenhum papel no pensamento teórico, e ele é, portanto possível, também em presença de lembranças dominadas” (280).

d) Infere-se daí que no pensamento teórico o ego se encontra em condições de tolerar o rastro de desprazer que é gerado pelas lembranças dominadas (já que isto não o desviaria de seu objetivo, qual seja, o (re)conhecimento); por outro lado, ele deve fazê-lo, já que precisa explorar todas as vias de pensamento, mesmo as afetadas pelo desprazer.

Não poderíamos fechar acabadamente este ponto sem antes ponderarmos o valor relativo que teria, para o pensamento teórico, a regra biológica da atenção, à luz das considerações que acabam de ser vertidas sobre a regra biológica de defesa.

Vimos já que no caso do pensamento cognitivo, a não observância da regra biológica da atenção no que dizia respeito à catexização, de indicações qualitativas, não representava uma ameaça constante de desprazer, com os conseqüentes riscos biológicos para o ego (281). Apesar disso, é preciso sublinhar o fato de que a violação da regra da atenção produziria uma conseqüência que seria indesejável para o pensamento cognitivo, já que afastaria o mesmo do seu objetivo, qual seja, o (re)conhecimento – ou, pelo menos, comprometeria a segurança com que ele é alcançado – de maneira que constituiria uma grande vantagem para esse pensamento o fato de ele se deixar guiar pela dita regra. Disto se depreende que a regra biológica da atenção tem implicações maiores do que a regra biológica de defesa, o que nos permite também chegar à seguinte conclusão: na medida em que a observância da regra biológica de defesa só tem sentido para o pensamento prático, pode-se dizer que os limites do seu âmbito de influência demarcação, por si sós, a fronteira que separa o pensamento prático do pensamento teórico.

É preciso considerarmos agora a possibilidade de que uma dada passagem de pensamento não consiga atingir sua finalidade, qual seja, o correto estabelecimento da identidade entre uma percepção e uma representação, o que será então sinal de que houve algum erro no curso do dito pensamento. A última seção da terceira parte do “Projeto”, isto é, a Seção 4, será dedicada, quase em sua totalidade, ao exame das fontes de erros que poderiam estar na base dos diversos tipos de pensamento, contemplando-se também as conseqüências a que tais erros haveriam de conduzir em cada caso.

Dado que o pensamento prático, como já se sabe, é a origem e a meta final de todo o pensamento (282), infere-se daí não só que todas as demais formas lhe serão derivadas, como também que as mesmas deverão, em última

instância, convergir nele. Essas espécies cogitativas são, por um lado, o pensamento cognitivo e o pensamento judicativo que, sabemos, está na sua base (283) e, pelo outro, o pensamento crítico que, como já antecipamos (284), tem por objeto o exame de uma sequência de pensamento mas na contramão, por assim dizer, já que o seu material de trabalho é fornecido pelo pensamento recordativo.

Esta hierarquização das diversas formas de pensamento que coloca no seu ápice o pensamento prático implicará que a identidade visada seja, em definitiva, a identidade entre uma percepção e uma representação de desejo, devendo portanto ser considerado como um resultado intermediário e não como um fim em si mesmo, o tipo de identidade a que se chega no pensamento judicativo/cognitivo (285), onde a representação em jogo é uma representação das experiências corporais do sujeito. Com efeito, o pensamento cognitivo “aparece como uma preparação para [o pensamento] prático, embora na realidade só se tenha desenvolvido tardiamente deste último” (286).

Desta articulação entre pensamento cognitivo e pensamento prático se depreende também que, embora o desprazer que possa ser liberado – como foi visto páginas atrás – ao se ignorar o mundo externo ou ao se negligenciar o (re)conhecimento, i.e., em situações em que o pensamento cognitivo desconheceria a regra biológica da atenção, não represente ele próprio um tipo de desprazer que colocaria em risco a ordem vital, as conseqüências de semelhante negligenciamento por parte do pensamento cognitivo poderiam prejudicar, mesmo que de maneira mediata, o sucesso do pensamento prático, acarretando eventualmente um desprazer que seria nocivo para o organismo.

Concentremo-nos agora na temática do erro. É possível dizer, de uma maneira genérica, que os erros no pensamento têm dois tipos de fontes, quais sejam, as falhas lógicas e os defeitos psicológicos (287). Como as falhas lógicas só ocorrerão no pensamento prático e em condições bastante “*sui generis*”, nos dedicaremos primeiro a analisar os defeitos psicológicos tal como eles têm lugar nos diversos tipos de pensamento. Para tanto, deveremos previamente dissecar, por assim dizer, a estrutura que seria comum ao pensamento

judicativo/cognitivo e ao pensamento prático.

O que significa “pensar”, de um ponto de vista lógico? Em termos muito gerais, pensar é realizar inferências, extrair uma conclusão a partir de premissas. No nosso caso, a conclusão estaria dada pelo estabelecimento de uma relação de identidade entre uma percepção e uma representação de um certo tipo. No caso do pensamento prático, as premissas consistiriam, dito rapidamente, no material que lhe é fornecido pelo pensamento judicativo, cujo trabalho antecede toda forma de pensamento, como foi sublinhado em outra oportunidade (288). Com efeito: “O começo dos processos de pensamento derivados [do pensamento prático] é a formação de juízo, à qual o ego chega graças a algo que descobre em sua própria organização – graças à mencionada coincidência parcial {ou semelhança} entre as catexias perceptivas e as notícias provenientes do próprio corpo” (289). Sabemos já que a partir da detecção dessa semelhança – ou melhor, como uma imediata decorrência dela – o pensamento judicativo separará os complexos perceptivos em uma parte constante e incompreendida – a coisa – e outra variável, compreensível – os atributos ou movimentos da coisa, com cujo (re)conhecimento culminará finalmente esse tipo de pensamento (290). Portanto, a conclusão a que se chega no pensamento judicativo, a partir daquela relação de semelhança que funcionaria como premissa para o mesmo, seria, como já se sabe, a “compreensão”, isto é, o (re)conhecimento, pelo ego, através de sua própria experiência corporal, da parte variável do complexo perceptivo. A “compreensão” representa assim o momento da identidade para o pensamento judicativo, identidade essa estabelecida entre catexias perceptivas e catexias corporais (291).

Continuemos nesta linha de raciocínio a fim de explicitarmos em que consistiriam propriamente as premissas para o pensamento prático.

Uma vez julgados os complexos perceptivos, as partes que foram separadas aparecerão na forma de complexos – ou sub-complexos – a saber, “complexos-coisa” e “complexos-atributo”, cujas possibilidades de combinação serão múltiplas, de maneira que cada “complexo-coisa” aparecerá em combinação com uma série de “complexos-atributo”, e cada “complexo-

atributo" fará o próprio em combinação com uma série de "complexos-coisa" (292).

Assim sendo, o que podemos chamar de "premissas" para o pensamento prático serão esses sub-complexos que resultaram do julgamento dos complexos perceptivos, quais sejam, os diversos "complexos-coisa" e "complexos-atributo" em suas múltiplas possibilidades de combinação. Desta maneira, o que fora conclusão para o pensamento judicativo funcionará como premissa para o pensamento prático. Deixemos por enquanto em suspenso a questão da conclusão do pensamento prático e consideremos antes outros assuntos. Uma pergunta que poderia ser feita é relativa às vantagens que o trabalho efetuado pelo pensamento judicativo traria para o pensamento prático.

Em primeiro lugar, o fato de o trabalho de pensamento (prático) poder realizar-se com juízos em lugar de complexos perceptivos desordenados vai significar para o mesmo uma economia considerável (293).

De maneira mais fundamental ainda, temos também a seguinte consequência: dado que os "complexos-coisa" mais os "complexos-atributo" não têm uma maneira única de se apresentar, sendo pelo contrário suscetíveis de aparecerem sob variadas combinações, será possível, a partir daí, "elaborar vias de pensamento que liguem esses dois tipos de complexos com o estado - coisa (Ding-Zustand) desejado, [e ao assim proceder] de uma maneira que tenha, de certo modo, validade geral e seja independente da circunstancial e momentânea percepção real" (294). Por esta via ter-se-á consolidado, pensamos nós, a produção daquele "saber prático" que vimos coroava os esforços do pensamento também prático (295).

Estamos já em condições de retomar o tema dos erros nos processos de pensamento e, portanto, cabe formularmos a seguinte pergunta: quais seriam as fontes de erro no pensamento judicativo?

Veremos logo como esta indagação está intimamente ligada à questão da conclusão no pensamento prático. Começemos primeiramente por aí. Extrair uma conclusão, para o pensamento prático, a partir das premissas que lhe foram fornecidas pelo pensamento judicativo, consistirá em ligar os complexos perceptivos já "compreendidos" com a representação de desejo (ou com

o “estado-coisa desejado”).

Suponhamos então que os complexos perceptivos (isto é, os complexos que resultam dos “complexos-coisa” mais os “complexos-atributo”) sejam dois, por exemplo, “a + c” e “a + d”, sendo “a + b” a representação de desejo.

Se na ligação desses complexos com o “estado-coisa desejado” faltarem alguns dos elementos pertencentes aos complexos perceptivos, isso poderá ser sinal de que houve uma falha da ordem da omissão na formação do julgamento ele próprio, ou seja, uma falha nas premissas do pensamento prático. O que irá impedir – se esse for o caso – o correto estabelecimento de uma relação que é prévia à ligação (ou à identidade) perseguida, qual seja, a relação de semelhança entre aqueles complexos e a representação de desejo. Com efeito, o estabelecimento correto dessa semelhança implicaria em descobrir, por um lado, que os “complexos-coisa”, digamos a, são idênticos nos complexos perceptivos e na representação de desejo e, pelo outro, que os “complexos-atributo”, digamos c, d e b são diferentes estados da mesma coisa. Mas – somos advertidos pelo texto – dado que os “complexos-coisa” e os “complexos-movimento” nunca são completamente idênticos ao longo de suas ocorrências, poderia haver entre seus elementos divergentes alguns cuja omissão prejudicasse o resultado (296). Assim, teríamos que a ≠ a'; c ≠ c' e d ≠ d'. Portanto, se se omitirem elementos nos complexos que fazem parte das premissas, não se poderá dizer que c, d, e b sejam diferentes estados da mesma coisa, decorrendo daí que não se operará tampouco corretamente a transformação da mentada relação de semelhança (entre os complexos perceptivos e a representação do desejo) em uma relação de identidade, conversão essa em que consiste propriamente a extração da conclusão para o pensamento prático. Em todo caso, o resultado terá sido uma “falsa conexão” (297) entre complexos perceptivos e uma coisa que não é a que faz parte do “estado-coisa desejado”. Este tipo de erro é chamado no texto de “erro do juízo atribuível a defeitos das premissas”, apontando-se que tal defeito tem sua origem na tendência “a substituir o complexo por um neurônio único, tendência a que somos impelidos justamente pela imensa complexidade [do material]” (298).

Temos ainda mais duas fontes de erros que também operariam na formação do julgamento ele próprio. A seguinte fonte de erro residiria na falta de completude nas percepções, devido a que alguns dos seus elementos se encontrariam fora do campo dos sentidos. Diz o texto: “Eis aí os erros por ignorância, que nenhum ser humano é capaz de evitar” (299). Finalmente, a última fonte de erro no processo de julgamento remete a falhas na atenção (ou na “pré-catexização psíquica”) devido a uma distração por parte do ego. As conseqüências seriam percepções imprecisas e passagens de pensamento incompletas. “Eis aí os erros atribuíveis à insuficiência de atenção” (300).

Vejam agora quais seriam as fontes de erros no pensamento prático ele próprio. Sabemos já que no curso deste tipo de pensamento suscitar-se-ão, entre a percepção inicial e a representação de desejo em que a catexia perceptiva deverá desembocar, imagens de movimento, digamos “Ms”, que serão investidas de maneira ligada (301), havendo no entanto uma garantia biológica de que uma vez alcançada a identidade as ditas Ms fiquem completamente inervadas (302). Em todo caso, a relação entre o pensamento e a catexização total dessas Ms diz respeito a uma relação mais ampla entre o pensamento e a ação, assunto esse que será discutido no final da Seção 4 da Parte III do “Projeto”. O fato é que o pensamento prático vai da percepção até a identidade através de uma M, e que a simultaneidade da percepção com M criará uma facilitação entre ambas, de maneira que toda imagem perceptiva subsequente evocará M sem necessidade de nenhuma passagem associativa (303). Um resultado semelhante será alcançado se, uma vez obtida a identidade, a atenção fixar M, colocando-a em associação com a percepção, que terá sido fixada mais uma vez, estabelecendo-se assim uma facilitação de pensamento que se restabelecer-se-á quando ocorrer um caso real (304).

Os erros no pensamento prático decorrerão da adoção de vias de pensamento inadequadas, isto é, de vias que impliquem em um movimento anti-econômico. (305) Pode ser, nos é dado pensar, que a via de pensamento originária não seja, em determinada circunstância, a via mais adequada – talvez porque a ação a ser efetuada após a obtenção da identidade exija a

catexização de uma M diferente – de maneira que a passagem de associação deva passar por outra M, M', digamos, com relação à qual as catexias da percepção e da M não teriam nenhuma associação comum. Caso seja assim, é bem provável que se adote a via primitiva, que está bem facilitada, o que obviamente afastará o pensamento de sua meta, alongando seu percurso e podendo assim resultar invalidado, sobretudo tendo-se em conta o curto intervalo que separa o pensamento da ação (306).

Cabe-nos identificar agora os erros que poderiam ter lugar no pensamento cognitivo. Sabemos que o pensamento cognitivo, uma prolongação do pensamento judicativo, tem por finalidade aprimorar o (re)conhecimento obtido por aquele (307), e que para isto tentará explorar o maior número de vias possíveis a partir da percepção. Ele deverá fazer-se cargo, também, da diversificação de vias que é conseqüência do crescente número de lembranças (308).

Frisamos já o fato de que o pensamento cognitivo aparecia, em última instância, como uma preparação para o pensamento prático (309). Neste sentido, se o pensamento cognitivo traçar seus caminhos tendo em consideração todas as percepções ao seu alcance, isto redundará em benefício do pensamento prático, já que a este último lhe será possível escolher, dentre essas vias, aquelas que são as mais favoráveis, isto é, aquelas vias que melhor conduzam ao “estado-coisa desejado”. De resto, os resultados de um tal trabalho de múltipla exploração de vias serão úteis para mais de uma espécie de catexia de desejo (310).

Todavia, o pensamento cognitivo deve ficar atento a duas fontes possíveis de erros com que ele pode chegar a se deparar no seu próprio caminho. Embora essa espécie de pensamento esteja de qualquer maneira a serviço do pensamento prático, ele deverá evitar ser conduzido por catexias – meta, para o qual será de extrema utilidade a catexização, pela atenção, das indicações da fala. Caso ele não o fizer, se verá afetado pela parcialidade, o que poderia acarretar, mesmo que de maneira mediata, conseqüências negativas para o próprio pensamento prático. Isto porque tal parcialidade, como o texto bem frisou em outro momento (311), poderia levar a um falso co-

nhecimento das percepções, consequência essa de todo inconveniente para o pensamento prático. Finalmente, a outra fonte de erro estaria no fato de o pensamento não percorrer todos os caminhos possíveis, do que resultaria a incompletude de uma dada passagem de pensamento.

Deveremos finalmente passar a considerar o segundo tipo de fonte responsável por erros no pensamento, quais sejam, as falhas lógicas que, de maneira completamente idiosincrática, não conduzirão ao incorreto estabelecimento da identidade entre percepção e representação, mas a um erro que consistiria na inadequação entre o pensamento e a ação.

Embora tal tipo de falha só deva ser registrada pelo pensamento crítico, como foi apontado em outro momento (312), ela terá lugar no pensamento prático, em condições em que o mesmo é acompanhado de um processo de expectativa, com a subsequente ação específica. É sinal da presença dessa falha a ocorrência de um fato surpreendente, onde veremos o processo de expectativa, seguido pela ação específica, conduzir ao desprazer e não à satisfação (313). E isto apesar de se terem observado todas as regras, conforme diz o texto (314), o que parece querer significar, pensamos nós, que o pensamento conseguiu estabelecer corretamente a relação de identidade entre percepção e representação e que, mesmo assim, houve um erro. Como entender tudo isto? Vamos por partes.

Sabemos já que o pensamento crítico trabalha em cima da seqüência de pensamento que lhe é oferecida pelo pensamento recordativo, e isto a fim de verificar nele a ocorrência de uma falha lógica ou de um defeito psicológico (315); para tanto, ele procederá de uma maneira vagarosa, sem ter qualquer finalidade prática em vista, e evocando todas as indicações de qualidade (316). O que aconteceria se ele se deparasse com uma falha lógica?

Consideremos primeiramente com certo detalhe o conceito de “falha lógica” que é apontado no texto. Para tanto, achamos que vale a pena transcrever o seguinte trecho: “{as falhas lógicas consistiriam} na desconsideração das regras biológicas para a passagem de pensamento. Essas regras estabelecem até onde deve dirigir-se cada vez a catexia da atenção e quando o processo de pensamento deve parar. Estão protegidas por ameaças de des-

prazer, derivam-se da experiência, e podem ser transpostas diretamente para as regras da lógica – o que terá de ser minuciosamente comprovado” (317). Vejamos em que consistiria tal transposição. Inúmeras vezes foi ressaltado por nós o fato de que todo pensamento estaria, em última instância, ancorado na ordem do biológico, já que ele se dá para garantir a situação de satisfação. Conseqüentemente, pensamos que, se um pensamento desconsiderar as regras que foram postuladas para salvaguardar essa ordem, tal pensamento estará indo de encontro a sua própria finalidade o que, transposto para a ordem da lógica, significaria incorrer em uma contradição. Tal contradição ou falha lógica suscitará um tipo de desprazer “sui generis”, no sentido de que ele afetará somente o pensamento, de maneira que no processo de expectativa haverá uma inadequação entre o pensamento e a ação específica correspondente, a qual, mesmo acontecendo normalmente, ficará invalidada por causa do pensamento incorreto. Como isto seria possível? Para darmos qualquer tipo de resposta, deveremos primeiro sair à procura de uma conceituação do que seja a ação. O texto a caracterizará em termos da “catexização total daquelas imagens de movimento {aquelas Ms} que foram destacadas durante o processo de pensamento e também, talvez, daquelas que fizeram parte do componente volitivo da ação específica (caso tenha havido um estado de expectativa)” (318). Assim sendo, a normal ocorrência de uma ação específica que foi precedida de um pensamento incorreto obedeceria, quiçá, ao fato de que as Ms que foram completamente inervadas eram Ms certas, i.e., eram Ms que estavam na via que conduzia à identidade, e que portanto faziam parte de uma facilitação de pensamento (319). Por outro lado, deve-se pressupor também que a desconsideração das regras biológicas pelo pensamento não teria impedido, neste caso, o correto estabelecimento da identidade entre percepção e representação (é por isso que o processo de expectativa foi seguido pela ação específica) e que, portanto, tampouco conduziria ao desprazer que poderia ter sobrevindo se o estabelecimento dessa identidade tivesse falhado. Afinal, as regras regulam, não obrigam, e sua violação representa uma ameaça de desprazer e não a necessária ocorrência do mesmo.

Pergunta-se agora: qual seria o tipo especial de desprazer que é susci-

tado pelas falhas lógicas? Resposta do texto: “o desprazer intelectual da contradição” (320). Como entender novamente aqui a transposição da ordem do biológico para a do lógico? O texto irá explicá-lo da seguinte maneira: o desprazer acumulado (pela experiência) para proteger as regras biológicas, quando ativado pelo pensamento incorreto (i.e., que desconsidera as regras biológicas) resultará no desprazer intelectual da contradição “diante do qual se detém o pensamento crítico” (321). Quer dizer então que aqui, como acontecia no caso em que o pensamento prático defrontava-se com uma lembrança indômita, também pára o pensamento. Portanto, vemos que o pensamento teórico, ao menos em uma de suas formas, é afetado pelo desprazer, embora se trate de um “desprazer intelectual”.

Finalmente, e efetuando uma transposição na ordem inversa, isto é, do lógico para o biológico, será afirmado que “a existência dessas regras biológicas pode ser provada precisamente a partir da sensação de desprazer em presença de falhas lógicas” (322), afirmação esta que nos deixa um tanto perplexos porque, em tratando-se de regras, seria muito mais coerente argumentar no sentido da necessidade que há de sua estipulação, do que no sentido de provar a sua existência. Com efeito, entendemos que a existência de regras se reduz a sua estipulação, e que a necessidade desta estipulação é a do cumprimento de uma certa finalidade, no caso, a da “normalidade” de certos processos  $\psi$ . Mas talvez Freud estivesse querendo enxergar essas regras à maneira de princípios ou leis, o que por outro lado é perfeitamente cabível. Bastaria tão só efetuar uma mudança na perspectiva de enunciação dessas regras e converter as mesmas em postulados. No caso da regra biológica da defesa, sua própria formulação (quase axiomática, a despeito de a mesma ser chamada de “regra”) poderia dar margem para operar-se, em nível do seu estatuto lógico, uma quase inadvertida conversão. Mas isto não se fez de fato no “Projeto”. Já no caso da segunda das regras biológicas, a “de atenção”, sua límpida formulação enquanto regra demandaria fazer a mentada conversão de um modo mais taxativo e explícito. O que tampouco se fez. Mesmo existindo talvez a vontade, faltou a determinação, nas duas circunstâncias contempladas. É provável que esta interpretação que estamos

oferecendo da afirmação freudiana citada acima (e das ambigüidades que ela pareceria encerrar no seu bojo) tenha a ver com o próprio estatuto que queria ser outorgado a essa “psicologia científico-naturalista” que o “Projeto” se propôs a oferecer, e sobre o qual formularemos um julgamento definitivo na “Conclusão” deste nosso trabalho. Mas deixemos por enquanto este assunto e passemos de vez para o ponto final desenvolvido na terceira e última parte do “Projeto”.

A temática da ação com que se encerra o texto do “Projeto” é desenvolvida através de um arrazoado de colocações que mostram escassa articulação entre si e que tampouco acrescentam grande coisa ao texto no seu conjunto. Dá impressão de que se está à frente de idéias embrionárias, de assuntos esboçados, em suma, quase de um caderno de notas. Pode-se, no entanto, se pinçar alguns pontos, sobretudo para dar um melhor acabamento à questão das falhas lógicas no que tange às relações entre pensamento e ação.

Se a ação se caracteriza, como já apontáramos (323), pela completa inervação daquelas Ms que foram destacadas no curso do pensamento, e também, provavelmente, daquelas que fizeram parte do componente volitivo da ação específica (caso tenha havido um estado de expectativa) – o que implica na renúncia ao estado de ligação, na retração das catexias da atenção e na pronunciada queda no nível do ego ante a primeira passagem de Q a partir dos neurônios motores (324) – então a ação é o reverso do pensamento, pelo menos do ponto de vista mecânico.

No entanto, se encararmos a coisa do ponto de vista da finalidade que ambos, pensamento e ação, pretendem atingir, qual seja, o estabelecimento da situação de satisfação, pode-se dizer que espera-se que os mesmos caminhem juntos. Assim, o texto vai chamar a atenção para a notável analogia que existiria entre o pensamento prático e a ação eficiente, i.e., a ação adequada a um fim (325). Só que tal analogia – é preciso acrescentar – ficará sujeita à consideração, pelo pensamento, das regras biológicas porque, caso contrário, e desafiando toda lógica, a ação decorrente do mesmo (i.e., a ação

específica), embora eficiente na sua aparência, não será eficaz, isto é, falhará em atingir sua finalidade, como é o caso em presença de falhas lógicas. Portanto, o cumprimento das regras biológicas para a passagem do pensamento será também a garantia da “normalidade” do ajuste entre pensamento e ação.

Chegamos assim ao final deste Capítulo, e um esforço de síntese deverá ser feito agora em cima do vasto material que o texto nos oferecera na sua tentativa de apresentar ou de figurar os processos  $\psi$  normais. Apresentaremos primeiramente algumas conclusões quanto aos resultados obtidos nessa tentativa, o que será feito à luz de certos ordenadores básicos. Em um segundo momento, nos proporemos finalmente a avaliar a terceira parte do texto de maneira mais estrutural, isto é, sob a perspectiva de suas articulações com as duas partes precedentes, o que nos permitirá já antecipar certas conclusões sobre o “Projeto” como um todo.

Começaremos arrolando o primeiro conjunto de conclusões em torno dos seguintes itens:

1) Perspectiva de emergência do conceito de normalidade

Frisamos já o fato de que o conceito de normalidade emergira a partir de um contexto ao mesmo tempo biológico e prescritivo. Biológico, porque as condições estipuladas para o “bom” funcionamento do aparelho psíquico tinham um claro valor de sobrevivência, na medida em que representavam estratégias para evitar ameaças constantes de desprazer. Prescritivo, porque tais condições foram enunciadas à maneira de regras que iriam funcionar como verdadeiros “guias” de um comportamento  $\psi$  normal.

Se inserirmos agora a questão no marco das máximas tendências que regulam o funcionamento do aparelho, poderemos finalmente articular a seguinte caracterização: um dado processo  $\psi$  será dito “normal” na medida em que o mesmo se configurar em função do estipulado por certas regras, regras essas cujo cumprimento visa a preservar a ordem vital via a manutenção do aparelho sob o regime do princípio de constância.

Do já dito se depreende que a normalidade será para  $\psi$  uma espécie de

ideal, algo que está para ser conquistado e, conseqüentemente, que só poderá ser fruto da realização de um certo trabalho.

2) Base quantitativo-mecânica dos processos  $\psi$ -normais e sujeição do mecânico-causal ao teleológico-biológico

Se nós nos remontarmos agora às condições quantitativo-mecânicas de ocorrência dos processos  $\psi$ -normais, veremos que o trabalho que é requerido para que um dado processo  $\psi$  seja normal não pode ser outro senão o trabalho de ligação da  $Q_n$ ' que cabe ao ego efetuar, de maneira que a realização do mesmo tornar-se-ia uma verdadeira pré-condição da normalidade. Isto porque sem o concurso do dito trabalho não seria de maneira alguma possível a regulação dos processos  $\psi$  pelo princípio de prazer em conformidade ao princípio de constância, o que sabemos é garantia da preservação da ordem vital. Poderíamos resumir tudo isto dizendo que a base mecânica dos processos  $\psi$ -normais é o deslocamento neles da  $Q_n$ ' de maneira ligada, e que tal ligação trabalha em prol dos interesses da vida, o que implica na sujeição do mecânico-causal ao teleológico-vital.

Sabe-se, todavia, que isto se efetiva sobretudo pela observância da primeira regra biológica, em que a ligação trabalha no sentido de não serem catexizadas aquelas representações que poderiam conduzir a uma liberação de desprazer. Foi também sublinhado que tal não-catexização (que é em si mesma uma conseqüência mecânica da ligação) era, no contexto da "conquista" ou da gênese da normalidade, fruto de um aprendizado biológico em que o desprazer era o mestre e que tinha lugar nos estados de expectativa (i.e., no patamar psíquico atingido pelos estados apetitivos no curso de seu desenvolvimento). Isto significa que, junto ao trabalho mecânico de ligação (ou bem possibilitado por ele) há, no curso da evolução de  $\psi$ , um aprendizado de contenção de quantidades, um aprendizado do "não", por assim dizer, a cuja luz, mais uma vez da perspectiva biológica, embora de outro ângulo, é possível conferir um sentido àquele trabalho mecânico.

3) Identificação do pensamento prático como paradigma de processo  $\psi$ -normal

Frisamos já repetidamente o fato de que a justificativa última de todo

o pensamento era de caráter biológico e apontava para a necessidade de se restabelecer a primitiva situação de satisfação. Sabemos também que os processos de pensamento são processos secundários em que se trata de garantir tal restabelecimento. Foi a partir deste contexto que vimos devia-se entender a postulação da finalidade do pensamento prático – biologicamente o primeiro –, finalidade essa consistente na obtenção da identidade entre uma percepção e uma representação de desejo. Mas, ficou claro também que isto só seria possível em condições de ocorrência que impedissem tanto a alucinação quanto os métodos primários de descarga. Sabemos que tais condições são as condições da “normalidade” estipuladas por intermédio das regras biológicas. Neste sentido, o pensamento prático que é bem sucedido seria algo assim como a própria encarnação de idéia de processo  $\psi$ -normal.

Todavia, o “bom” processamento do pensamento prático conta efetivamente com um mecanismo para sair à frente de eventuais catexias desprazerosas que possam se apresentar em seu curso e que sejam o suficientemente poderosas como para desviá-lo de sua meta. Tal é, como sabemos, a “defesa de pensamento primária”, forma concreta em que vimos se efetivava o modelo de “defesa de magnitude normal” avançado na Parte I do “Projeto” (só que agora do lado da “vivência de satisfação”). Contudo, o dito mecanismo não é auto-suficiente; pelo contrário, ele está, antes, pressupondo a teleologia implícita na regra biológica da defesa (i.e., manter o aparelho psíquico sob o regime do princípio de constância), o que significa dizer que o bom funcionamento desse mecanismo vai depender, em última instância, da observância dessa regra biológica, cujo cumprimento é, no fim da linha, o único que poderá garantir que não haverá “estouro de catexias colaterais”, dado que a mesma tem como base mecânica a ligação da Qn’.

Encararemos, por último, o pensamento prático à luz da temática do erro, o que será feito muito sucintamente. Assim, se for constatada a existência de erros no seio do pensamento prático (ou dos outros processos cogitativos que a ele estão de qualquer maneira subordinados), erros esses em que o não-estabelecimento correto da identidade entre a percepção e a representação seja de tal índole ou magnitude que ele possa conduzir à liberação de um

desprazer que represente uma ameaça para a ordem vital, então poder-se-á dizer que o pensamento em causa é um processo secundário sem ser, contudo, um processo  $\psi$ -normal. Em síntese: a mera presença de um erro, sem qualquer especificação ou ponderação, não desqualifica por si só o carácter “normal” de um dado pensamento. Em contrapartida, a desconsideração do elemento “erro” no pensamento prático torna abstrata demais a afirmação de que o mesmo seria um paradigma de processo  $\psi$  normal.

Procederemos agora a avaliar o papel desempenhado pela terceira parte do “Projeto” no conjunto da obra como um todo. Seremos secundados aqui por certas hipóteses que irão retomar, em um plano mais concreto, algumas possibilidades teóricas que contempláramos, de um modo inteiramente conjectural, nas páginas iniciais deste Capítulo (326). Por outro lado, elas também irão nos conduzir a questões que foram colocadas na “Introdução” deste trabalho (327).

Trata-se, em primeiro lugar, da hipótese de que existiria, na Parte III do “Projeto”, uma tentativa de constituição de algo assim como uma “psicologia geral normal” e, em segundo lugar, de que isto faria parte essencial do projeto teórico freudiano dos anos '90, basicamente consistente na procura de uma fundamentação das hipóteses básicas que, em nível dos problemas levantados pela clínica, esforçavam-se por configurar uma teoria geral das neuroses. Em conjunção com tudo isto, acrescentaremos uma terceira hipótese que julgamos ser possuidora da força articulativa necessária para ajudar-nos a entender melhor o quebra-cabeças todo em que consiste o texto do “Projeto”. Diremos assim que a constituição daquela “psicologia geral normal” teria sido a derradeira meta subjacente ao empreendimento teórico levado a cabo por Freud no “Projeto”.

Ponderemos primeiramente a procedência dessas hipóteses através da seguinte cadeia argumentativa:

(a) Freud teria almejado, na Parte III do “Projeto”, assentar os princípios e as regras básicas de funcionamento dos fenômenos psicológicos normais em termos gerais, o que, conforme o já visto, não constitui nenhum mistério. Tais regras são as regras biológicas de atenção e defesa, sendo o supremo dos

princípios o da hipótese da ligação da Qn'. É a este conjunto de princípios e de regras (328) que nós chamamos de "psicologia geral normal".

(b) Sabemos, de outro lugar, que Freud considerava que algo semelhante a uma tal "psicologia" fazia-se necessário para a melhor inteligência dos distúrbios neuropsicóticos, o qual encontrara expressão naquela "ambição" pré-"Projeto" que condicionava a possibilidade de se conceber "uma noção geral satisfatória dos distúrbios neuropsicóticos" a sua conexão com "pressupostos bem definidos sobre os processos psíquicos normais" (329).

(c) Sabemos também que o que se tencionava na Parte III do "Projeto" era desenvolver o tratamento dos processos  $\psi$  normais a partir de uma certa articulação com os resultados obtidos nas Partes I e II, ou seja, com uma caracterização do patológico feita à luz do funcionamento do aparelho psíquico. O que, conforme o exposto no Capítulo V deste trabalho, equivaleria a dizer que o próprio ao recalque seria operar a serviço de um "telos" consistente em reconduzir o aparelho psíquico a um funcionamento regido pelo princípio de constância, via um trabalho egoico, mesmo que ardiloso (330). De qualquer maneira, o tipo de articulação visada na terceira parte pressupõe que o "geral normal" mantenha relações orgânicas com o psicopatológico, cujas formas concretas, contudo, é preciso desvendar. Uma primeira pista neste sentido, suministrada, por um lado, via o exposto nos considerandos (a) e (b) acima e, pelo outro, pelas expressas declarações do texto, na introdução a sua segunda parte, quanto ao traçado geral de sua linha articulativa interpartes (331), revelar-nos-ia um tipo de organicidade perpassando as ordens do psicopatológico e do "geral normal" através de um caminho de dupla mão, por assim dizer. No caminho de ida, a dita organicidade residiria na concreta derivação do conceito de normalidade a partir do que fora caracterizado na qualidade de psicopatológico. No caminho de volta, tratar-se-ia de compreender o psicopatológico à luz do "geral normal". Chamaremos aqui a primeira direção de "via heurística", reservando para a segunda delas o nome de "via fundacional", rótulos estes que serão de grande utilidade no que resta de nossa exposição.

(d) Consideremos a seguir a segunda alternativa, encaixando a mesma

na nossa seqüência argumentativa. Assim sendo, e tendo simultaneamente em mente o contexto mais geral esboçado em (a) e (b), poderemos então dizer que as mentadas relações orgânicas deverão ser tais que seja permitido à “psicologia” que porventura resultar da articulação postulada em (c) lançar retrospectivamente uma nova luz em torno do que fora previamente articulado, de modo a se enxergar o patológico como sendo, de qualquer maneira, uma possibilidade do normal.

(O que, por sinal, equivaleria quase a um convite para se reler o “Projeto” de trás para frente).

(e) Mas, se isto for assim, poderemos então qualificar como plausível a mais forte das hipóteses que deram origem a esta cadeia de razões, qual seja, a hipótese segundo a qual poder-se-ia considerar a constituição de uma “psicologia geral normal” enquanto a derradeira meta subjacente ao “Projeto” como um todo, malgrado o caráter um tanto esotérico, por assim dizer, da dita meta. Tratar-se-ia, contudo, de uma meta a cuja luz cobraria uma nova e mais plena inteligibilidade a particular articulação das partes em que o texto encontra-se dividido, e a cuja luz seria também possível estabelecer uma articulação de maior porte e inserir finalmente o “Projeto” no contexto mais vasto da produção freudiana dos anos '90.

Esperamos ter conferido, nestas últimas páginas, um certo grau de razoabilidade às hipóteses de que nos valem para tentar enxergar a terceira parte do “Projeto” de maneira estrutural. Partindo pois da premissa de que haveria nessa parte a tentativa de configuração de uma “psicologia” nos termos da caracterização proposta acima – i.e., no considerando (a) – o que, por outro lado, teria sido para Freud desejável porque ante-visto como necessário para avançar na fundamentação de suas teorizações sobre as psico-neuroses, pergunta-se agora: a que resultados efetivamente ele chegara? Todavia, antes de poder avançar qualquer resposta, impõe-se a nós um prévio transitar ao longo daquela via que chamáramos de “via heurística”; com outras palavras, deveremos desvelar de uma vez por todas a enigmática pretensão, por parte do “Projeto”, de derivar o conceito de “normalidade” a partir da articulação do patológico com o quantitativo-neuronal. Isto porque os resultados a que

Freud possa ter efetivamente chegado no percorrer da segunda via ou “via fundacional”, que nós introduzimos – é bom não esquecer – de maneira hipotética, deverão se articular de alguma forma com os resultados obtidos por obra e graça da primeira via, via essa cujo percurso já estava prefigurado no texto ele próprio. Mas, dado que responder a todas estas questões nos conduziria necessariamente a uma verdadeira re-montagem daqueles elementos que identificáramos como peças-chave na nossa leitura do “Projeto”, pensamos que será melhor fazê-lo nas páginas finais deste trabalho, qual seja, na sua Conclusão.

## Conclusão

Em prol de uma maior clareza na exposição dos resultados a que finalmente chegamos, vamos estruturar a conclusão deste trabalho em torno de alguns itens que consideramos serem pontos nodais no entrecruzamento das questões por nós desenvolvidas.

Eles são os seguintes:

### 1. Avaliação da hipótese do desajustamento entre os níveis de articulação do "Projeto"

Assentamos, logo de início, na nossa "Introdução", a hipótese de que o "Projeto" visava essencialmente propor um certo modelo de psicologia científica via a formulação de uma teoria geral dos processos psíquicos, o que implicava em reconhecer nesse texto o inter-jogo de dois níveis distintos, porém imbricados (o nível da proposta, por um lado, e o da construção teórica encarregada de veiculá-la, por outro). Essa hipótese procedera, de fato, de uma maneira de nós interpretarmos o trecho inaugural da dita obra, isto é, o conjunto de considerações vertidas por Freud na "Introdução" para a primeira parte do "Projeto". Vejamos pois a correlação entre o que aí se diz e cada um dos níveis que temos apontado.

A - É atribuída, no texto, como finalidade explícita do projeto que se quer desenvolver aí, a de "fornecer uma psicologia científico-naturalista" (nível da proposta).

B - Essa proposta concretizar-se-ia via a apresentação dos processos psíquicos na qualidade de "estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis" (ou neurônios); este seria o nível da construção teórica propriamente dita, que possibilitaria a conformação da almejada psicologia enquanto "ciência natural", isto é, enquanto ciência que trata seus objetos em termos de quantidades ou de forças (conforme o modelo fisicalista que, como já comentamos na nossa "Introdução", fora endossado pelo jovem Freud e continuava sendo de qualquer maneira seu referencial nos anos '90).

Anunciamos também, nas primeiras páginas do nosso trabalho - dando

assim um derradeiro acabamento à hipótese em questão – que iríamos de qualquer maneira deparar-nos, na nossa análise do “Projeto”, com um desajustamento entre os níveis acima assinalados, e que seria inevitável constatar, em algum momento, que os resultados a que o “Projeto” pudesse chegar em termos da teoria (ou do construto teórico que fora montado) não iriam realmente efetivar o modelo de ciência psicológica alvejado mas que, em contrapartida, seriam aptos para promover uma nova visão dessa psicologia.

À luz do que foi exposto no decorrer deste nosso trabalho, somos encorajados a concluir que a teoria do funcionamento do psiquismo que fora desenvolvida no “Projeto” sob a forma de uma teoria do aparelho psíquico, e que ficara completamente especificada em nível de uma articulação entre o quantitativo-neuronal (“Projeto”, Parte I) e o psicopatológico (“Projeto”, Parte II), mostrou que esse aparelho (o encarregado daquela “apresentação” dos processos psíquicos) era falho ou, melhor, não era auto-suficiente do ponto de vista quantitativo-mecânico, do qual decorreria, como uma conseqüência, que essa teoria mal poderia servir como suporte para a estruturação de uma psicologia científico-naturalista nos moldes acima assinalados.

Mas esclareçamos a premissa desta um tanto apressada conclusão, isto é, exibamos as razões pelas quais julgamos que o “aparelho psíquico” em questão não poderia ser considerado como um perfeito mecanismo no tocante à engrenagem das quantidades ou das forças que nele estariam em jogo para cumprir uma certa função. Vamos por partes.

Em primeiro lugar, foi só a propósito da questão do recalque que pudemos contemplar a racionalidade desse aparelho no nível do seu funcionamento efetivo, que pudemos vê-lo em ação, por assim dizer, à luz do inter-jogo das máximas tendências reitoras do seu funcionamento (os princípios de inércia e de constância), tendências essas que, em definitivo, constituem a fonte de sua racionalidade. Com efeito, a análise da defesa patológica mostrara como, em última instância, os limites eram postos ao princípio de inércia, aparecendo ela própria como um expediente para tentar manter, a todo custo, o aparelho sob o primado do princípio de constância. A neurose ilustrara assim, de maneira exemplar, o comportamento da vida psíquica tentando-se conformar

a esse seu princípio reitor. E isto pela via de um trabalho egóico, como já sabemos. Tentava-se evitar o desprazer (princípio de prazer) fugindo da dor (defesa primária ou recalque), e isto de uma maneira "ardilosa", apelando-se para certos efeitos de sentido (defesa patológica). O problema é que a defesa patológica revelou ser, ela própria, uma estratégia falha para se garantir, pelo seu intermédio, essa conformidade do aparelho ao princípio de constância. O que fora recalcado tornava a voltar, recorrente e compulsivamente, através de sintomas desencadeados por representações hiperintensas que pareciam ser de todo inaptas para produzir tais conseqüências, mas que eram em todo caso suficientemente poderosas como para quebrar, via essas conseqüências, altamente liberadoras de desprazer, a constância que tinha sido de qualquer maneira conquistada. Cabe no entanto lembrar também aqui que um dos ensinamentos da experiência clínica fora o de que a volta do recalcado só parecia ter lugar na medida em que não era efetuado contra ele um "complicado trabalho psíquico" (1), trabalho esse que é, como sabemos, o trabalho da "análise" e que, por sua vez, tentava desfazer os condicionamentos de tipo mecânico (isto é, compulsivos) presentes na neurose, laborando também em cima de efeitos de sentido. O qual, por outro lado, não poderia ser de outra maneira, porque sabemos que, em termos do "Projeto", a dor constitutiva do trauma era sempre algo que provinha "de fora", algo "anti-natural", por assim dizer, já que sua irrupção era uma contingência que poderia acontecer sem aviso prévio e para cuja evitação não pareceria haver quaisquer regras ou anteparos, como tampouco para a deflagração de subseqüentes processos defensivos primários. Diante dessa dor, portanto, só se mostrou como possível tratar dos seus efeitos (e via a terapia). Temos pois, então, que pelo lado da vivência de dor no nível do psicopatológico, a conformidade do aparelho psíquico ao princípio de constância não é automática, isto é, não está assegurada a partir de bases mecânicas, e que o aparelho psíquico não é auto-suficiente para evitar o desprazer na sua fuga da dor, precisando do auxílio de um trabalho que, seja qual for a sua eficácia, vai ser, em todo caso, extrínseco com relação a esse aparelho. Pensamos nós que esta conseqüência é a grande "lição" a ser tirada do "Projeto" na sua segunda parte.

Não poderia ser porventura diferente, pelo lado da vivência de satisfação ou pelo lado de uma vivência não patológica da dor? Consideremos a primeira alternativa; talvez possamos encontrar aí um funcionamento não deficiente do aparelho, isto é, um funcionamento do mesmo em que sua regência pelo princípio de constância esteja “de alguma maneira” assegurada. Assegurada sobre bases mecânicas? Sabemos já que não, posto que “a grande lição” da Parte II já fora em certa medida pré-anunciada na Seção 15 da Parte I do texto, onde foi ponderado, como tivemos ocasião de constatar, que para a inibição por parte do ego funcionar como pré-condição (mecânica) do estabelecimento de um “critério de realidade” (do lado da vivência de satisfação) era preciso recorrer a um aprendizado biológico de “contenção” de quantidades...

Assim, aquela “via heurística” de que falamos no final do Capítulo VI deste trabalho e que tinha ficado na ocasião como uma espécie de enigma a ser desvendado, teria fundamentalmente sua ancoragem na descoberta da imperfeição do aparelho psíquico do ponto de vista quantitativo/mecânico, vislumbrada na Parte I do texto e tornada clara (através de um esforço exegético, é preciso reconhecer) na sua Parte II. Partindo pois de uma articulação entre o quantitativo-neuronal e o psicopatológico, a dita via teria por missão encontrar aquelas condições em que, mesmo que idealmente, o aparelho pudesse funcionar “normalmente”, aproximando-se assintoticamente, por assim dizer, do seu princípio reitor, qual seja, o princípio de constância. Pode-se dizer, em síntese, que as conseqüências extraídas do tratamento da defesa patológica abriram a via heurística para tentar encontrar, não tanto um domínio efetivo de processos “ $\psi$ -normais”, quanto uma maneira possível de o aparelho psíquico funcionar “normalmente”, que é o que pretendia a Parte III do texto. Com efeito, e como já se sabe, a Parte III mostrara como os resultados de um aprendizado biológico de contenção de quantidades por parte de  $\psi$  (do lado da vivência de satisfação e tendo-se o desprazer como mestre) ter-se-iam consolidado à maneira de regras, também biológicas, que, doravante, serviriam de guias para um comportamento  $\psi$ -normal. Mas vejamos com um certo vagar esta passagem do psicopatológico para o  $\psi$ -normal,

conforme nossa linha de interpretação.

À luz da experiência clínica fora possível recortar um domínio efetivo de processos psicológicos em que o aparelho psíquico revelara ser falho, quais sejam, os processos psicopatológicos. A partir daí procuraram-se, pelo lado dos processos alinhados na vivência de satisfação, as condições em que, mesmo hipoteticamente, esse aparelho não falharia e poderia obedecer ao princípio de constância. Mas seria isto logicamente possível? Tudo indica que não. O princípio de constância não pareceu ser um princípio determinante. Se o fosse, a defesa patológica seria bem sucedida... e o patológico seria normal! No fundo, busca-se sempre a “normalidade”. A diferença está em que, do lado da vivência de satisfação, essa busca está em certa medida garantida por regras biológicas cuja observância pode afastar ameaças constantes de desprazer, ao passo que, do lado do traumático, não há regras para evitar a dor. Busca “inútil” da normalidade via a defesa patológica. Busca “trabalhosa” da mesma via a observância das regras biológicas (sobretudo da primeira dentre elas). Busca, em fim, em ambos os casos, efetuada defensivamente. Tudo isto pode nos levar a dizer, com certo fundamento, que o exame da defesa patológica abriu a via heurística para conceituar a normalidade a partir de uma perspectiva defensiva. Mas, tanto no seu funcionamento patológico quanto no seu funcionamento normal, o aparelho psíquico não é auto-suficiente. No âmbito da normalidade ele depende, para funcionar “bem”, em última instância (e malgrado o trabalho de ligação feito pelo ego) de regras que não são mecânicas senão biológicas; no âmbito do psicopatológico, para tornar a funcionar “bem”, ele precisa da ajuda externa de “um complicado trabalho psíquico” (a terapia). E tudo isto porque os máximos princípios que regem o funcionamento do aparelho não são, na verdade, verdadeiros princípios determinantes. O princípio de inércia, como vimos no Capítulo III deste trabalho, realiza-se, enquanto tal, na medida em que subordina o seu campo de aplicação regulativamente. Com efeito, quando ele determina mesmo, no nível de processos primários, corre logo à procura do “auxílio” – por assim dizer – daquele que parece ser ora seu antagonista, ora seu aliado, isto é, o princípio de constância. Quanto a este último, ele

só se faz realmente efetivo, ou pelo cumprimento de regras biológicas, ou pela efetuação de um trabalho de ligação de representações “dolorosas” cujo sucesso não está, contudo, assegurado, já que a subjugação de “lembranças indômitas” – como foi exposto na Parte III do “Projeto” – se bem é fruto de um trabalho mecânico por parte do ego (o da ligação) pressupõe, como pré-condição, a regência do aparelho pelo princípio de constância, o qual, mais uma vez, nos remete para a ordem do teleológico/biológico (o aprendido biológico de contenção de quantidades para evitar ameaças constantes de desprazer).

Pergunta-se então: a que “psicologia científico naturalista” poderia conduzir uma teoria do aparelho psíquico que o mostra como defeituoso do ponto de vista quantitativo-mecânico? Não com certeza a uma psicologia que seria uma ciência da quantidade em sentido estrito (à luz do modelo fisicalista), senão a alguma outra coisa. Mas para ponderarmos devidamente qual poderia ser essa “outra coisa” julgamos conveniente efetuar previamente outras avaliações.

## 2. Avaliação do “Projeto” da perspectiva das descobertas que nele teriam sido promovidas

Conforme colocações feitas ainda na “Introdução” deste trabalho, nas suas primeiras páginas, o tipo de avaliação que tínhamos nos proposto a efetuar a respeito das eventuais descobertas presentes no “Projeto”, deveria contemplar a emergência dessas descobertas tanto em termos da metodologia de construção teórica que nesse texto era desenvolvida, quanto em termos dos resultados que da mesma teriam emanado.

Consideremos primeiramente a questão da metodologia, para vermos se podemos justificar uma das duas hipóteses colocadas como centrais no início dessa “Introdução”, qual seja, a de que a metodologia de construção teórica operante no “Projeto” também seria uma metodologia de descoberta teórica, isto é, o que nós chamamos naquela ocasião de uma “heurística”.

Mas antes de mais nada cabe-nos delinear de maneira precisa o estatuto da teoria envolvida na construção em jogo.

Constatamos, de fato, que as teorizações presentes no “Projeto” em torno do seu domínio problemático ou do domínio que pretendia-se esclarecer aí, qual seja, o dos processos psíquicos em geral, foram teorizações sobretudo em torno do funcionamento do psiquismo e feitas pela intermediação de uma maneira de “apresentar” esse funcionamento, qual seja, o aparelho “ $\varphi\psi\omega$ ”. Isto significa dizer que a teoria do psiquismo desenvolvida no “Projeto” adotou a forma da teoria de um aparelho, aparelho esse que revelara ser, a certa altura do andamento do texto, um aparelho psíquico, como tivemos ocasião de ponderar sobretudo na parte inicial do Capítulo V deste trabalho. Assim, os enunciados teóricos vertidos acerca dos processos psíquicos tiveram como recurso metodológico fundamental ou porta-voz esse certo modelo do psiquismo, o que estaria de algum modo indicando o manejo de uma idéia de teoria enquanto “colada” a um determinado método de representação do domínio em apreço, mais ou menos nos moldes da concepção toulmiana acerca da relação entre teoria e modelo, tal como fora exposto no primeiro capítulo deste nosso trabalho (2). Mas a teoria do aparelho psíquico que fora conformada via esse recurso metodológico mostrou ser uma teoria já bastante afastada da base fenomênica em consideração, embora não deixasse de manter “relações significativas” com a mesma (sobretudo no que tange ao psicopatológico via os dados fornecidos pela experiência clínica). Neste sentido, podemos afirmar que essa teoria tem o direito de ser considerada na qualidade de uma teoria metapsicológica, e situada portanto em um nível de teoreticidade superior àquela hipótese ou teoria que vimos ser central – também na nossa “Introdução” – para podermos inserir o “Projeto” no seu contexto de emergência. Estamos nos referindo, claro está, hipótese etiológica da defesa.

No que tange propriamente à estratégia da construção em jogo, isto é, à metodologia de construção do mentado aparelho, e conforme ponderações que efetuamos ao longo da seqüência que vai dos Capítulos II a V deste nosso trabalho, resta-nos reafirmar aqui aquilo que tentamos mostrar nesse percurso (ou que fora por vezes sugerido enquanto a alternativa de maior pertinência), qual seja, que o domínio do psicopatológico se revelara como

heurísticamente privilegiado para extrair do mesmo os elementos básicos e os princípios constitutivos do modelo em apreço e, em conexão com isto, que as operações de derivação efetuadas assumiram preponderantemente a forma de uma derivação em muito semelhante à derivação laplanchiana “metáfora-metonímica”, assunto este do qual nos ocupamos no Capítulo I deste trabalho (3). Entretanto – e indo além da leitura efetuada por Laplanche especificamente a respeito do modelo do psiquismo no “Projeto”, a qual fora comentada por nós no Capítulo II deste trabalho (4) – julgamos que o domínio do neurofisiológico (e do quantitativo adscrito a ele na forma de “excitação neuronal”) funcionara também como substrato dessas operações de derivação que levaram até o aparelho “ $\varphi\psi\omega$ ”. Em consonância com tal ponto de vista, é coerente pensar que esse domínio tenha sido de alguma forma “metaforizado”, no sentido laplanchiano do termo e, conseqüentemente, que o aparelho tenha conservado como que um certo “lastro” da realidade original desse domínio; com efeito, entendemos que o “Projeto” oferece evidências mais do que suficientes para podermos afirmar que o elemento “neurônio” pertencente ao modelo que aí fora montado não é tão só um lugar “tópico”, meramente virtual (o lugar da montagem neurológica especulativa) mas também que ele é um lugar físico ou neurofisiológico (aquele das entidades materiais por onde quantidades se abrem passo ou transitam).

Mas qual seria então o derradeiro estatuto do construto em apreço? Conforme nossa linha de interpretação, e recorrendo aqui a alguns pontos de vista acerca de modelos e metáforas que foram oportunamente examinados no Capítulo I deste trabalho (5), pensamos que o construto forjado no “Projeto” funcionaria, fundamentalmente, à la maneira de uma metáfora interativa – nos termos postulados por Black – porém participando da característica formal fundamental dos “modelos descritos” de Black ou ainda dos “modelos” em Toulmin, isto é, como sendo em essência uma “certa maneira de representar” um domínio original ou primário, que ficaria aquém da opção entre um uso fictício ou realístico da mesma, mas podendo pender às vezes para um lado, às vezes para outro. É preciso no entanto conceder que a partir sobretudo da introdução da consciência no sistema via  $\omega$ , o uso fictício (ou “fi-

gurativo”) do modelo ou metáfora em questão fora o prevalecente, mas sem que isso implicasse todavia numa definitiva “volatilização” da “substância neurônica” do aparelho. Com efeito, com uma teimosia deveras surpreendente, a ontologia de uma tal metáfora pareceria não deixar nunca de ser uma ontologia que é de qualquer maneira mista, onde coexistiriam – por vezes como que amalgamados – os pares “neurônio/representação”, “excitação neuronal/Q-fluente”, “ $\omega$ /consciência”, e isto mesmo a despeito dos momentos em que um dos elementos desses pares estaria tentando “figurar” completamente o outro. A razão para isto talvez repousaria na especial relação que mantêm entre si os princípios de inércia e de constância, e em aquela “distância” que haveria entre ambos, questão essa que ficara em suspenso desde o Capítulo II deste trabalho e diante da qual iremos prontamente nos posicionar. Independentemente deste assunto, queremos deixar claro que a metáfora de que estamos falando não seria uma “simples metáfora”; antes pelo contrário, estaríamos em presença de uma metáfora muito sofisticada que nos fala de “lados subjetivos” de processos neurônicos. Mas, de qualquer maneira, tratar-se-ia de uma “apresentação” que não funcionaria nem como um puro ícone (ou como uma “representação real”, à la Ricoeur), nem tampouco como uma representação meramente analógica (uma representação figurada, um mero “como se”).

Na medida, porém, em que o construto funciona metaforicamente, o valor que ele possa vir a ter não será mais do que aproximativo com relação ao domínio visado, e isto tanto nas explicações que pelo seu intermédio são oferecidas, quanto nas tentativas de tradutibilidade porventura empreendidas. Mas, em contrapartida, teríamos perante nós – e aqui julgamos que procede a lembrança daquilo que chamamos no Capítulo 1 de “lógica da descoberta toulmiana” – uma “nova maneira de representar” processos psíquicos, isto é, uma maneira de representá-los via uma técnica de representação que é tópica, que permite que sejam exibidas (ou mapeadas), pelo seu intermédio, relações de força e de sentido, e cujo maior mérito teria consistido quiçá em desvendar o jogo de tendências que regulam, em diferentes níveis, esses processos psíquicos, tornando os mesmos “claros e livres de contradição”, em

suma, racionais. O que, mesmo no campo das "aproximações", não é de se desprezar...

Sim. Podemos afirmar que a metodologia de construção teórica presente no "Projeto" é também uma metodologia de descoberta teórica. E um dos seus resultados principais seria para nós a descoberta de que não existiria, propriamente falando, um domínio efetivo de processos psicológicos normais, e que o máximo que caberia fazer seria delinear aquelas condições sob as quais certos processos psíquicos aproximar-se-iam de (ou conquistariam, quiçá, porém nunca definitivamente) aquilo que seria para os mesmos um "funcionamento normal", i.e; conforme o princípio de constância.

Mas impõe-se agora retomar a questão que deixamos em aberto no final do Capítulo II deste trabalho. Qual seria, afinal, a distância entre inércia e constância?

Em primeiro lugar, de tudo o que foi exposto neste nosso trabalho parece-nos ser possível afirmar com certo fundamento que os princípios de inércia e de constância não seriam, a rigor, "princípios" (no sentido forte, isto é, determinístico do termo) senão, em todo caso, tendências reguladoras da vida psíquica, cada uma marcada por um "telos" específico, isto é, reduzir o nível da Q a zero, por um lado, manter esse nível no patamar mais baixo possível ou mantê-lo constante, pelo outro. Ambos têm seus "ardis" para atingir essas finalidades. O princípio de inércia, embora refreado pela constância, continua a operar via a "delegação" dos seus protótipos processuais (a atração desiderativa primária e a defesa primária), e o faz de um modo sorrateiro e despistante nos sonhos, nas neuroses. Os sonhos (mesmo que inócuos) parecem ser inevitáveis, e as neuroses (processos dolorosos e desgastantes) imprevisíveis e, conseqüentemente, inevitáveis. Deste ponto de vista, a inércia pareceria levar a melhor. Mas o princípio de constância "pede" para o ego recalcar e efetuar distorções de sentido na neurose, tudo para poder assegurar, mesmo que provisoriamente, seu domínio. Tudo indica que estamos pois à frente de dois antagonistas que parecem, no entanto, não poder existir um sem o outro.

Mas o concreto é que a inércia vem primeiro. Uma tendência que de

qualquer maneira “luta” para não deixar o organismo, o indivíduo, ou o aparelho psíquico em um nível de  $Q = \text{zero}$ , como é a constância, está logicamente pressupondo a operância de uma tendência ao zero. Da qual é preciso desviar-se se algo há de permanecer vivo. Assim, o princípio de constância não seria outra coisa senão o princípio de inércia realizando o seu próprio desvio, e isto para poder dar conta tanto daquilo que vem “de dentro” (as “exigências da vida”), como queria P. Ricoeur, quanto daquilo que vem “de fora” e constitui uma ameaça para a vida (a dor, o trauma, a neurose, em suma). Mas tal desvio marca efetivamente uma distância, não propriamente entre princípios senão entre os modos de operação “do” princípio (entenda-se a inércia), ora se conformando ao modelo de fuga de quantidades (seu modo de operação primário), ora se conformando ao modelo de evitação de quantidades (seu modo de operação secundário ou desviante). E a metáfora escolhida para apresentar tudo isto reflete esse desvio, e não abre mão dessa sua ontologia mista porque o “lastro” deixado por aquilo que é da ordem do biológico a desvia, a “puxa” por assim dizer, para abaixo. Talvez caiba dizer, de maneira mais simples e direta, que essa metáfora convém ao seu objeto na medida em que o psíquico se ancora no biológico em termos do “Projeto”.

Chegou a vez, finalmente, de dar uma primeira resposta à pergunta com a qual encerramos o primeiro dos itens da nossa “Conclusão”. A que “psicologia” haveria de conduzir uma teoria do aparelho psíquico como aquela que fora montada no “Projeto”? Já que uma tal “psicologia” tem como base de sustentação uma teoria em que os princípios reitores do seu campo epistêmico não são determinantes do ponto de vista quantitativo-mecânico, essa “psicologia” não poderá conformar-se a um modelo de ciência natural no seu sentido clássico (ou fisicalista), onde a partir de um conjunto de axiomas é possível deduzir todo o resto. Uma ciência em que, em suma, explicar e prever seriam duas caras de uma mesma moeda. A ciência a que a teoria construída no “Projeto” parece conduzir é antes uma ciência dos ideais e das regras, uma ciência que mesmo não desprovida de axiomas precisaria de elementos normativos, apta para explicar (desde que faça entrar em jogo o teleológico-biológico), frágil para prever, e da qual essa “Psicologia Geral Normal” de

que falamos no Capítulo VI deste trabalho poderia talvez ser expressão. Mas se agora atendermos não tanto para a forma que assumiria essa psicologia quanto para a maneira em que ela trataria dos seus objetos, vemos que ela tampouco configurar-se-ia como uma ciência natural (da quantidade). Não que o "Projeto" não tivesse como alvo esse modelo. Sabemos quão explícito ele é a esse respeito, logo no seu começo. Só que o "Projeto" (também "descobre", e cedo (na Seção 7 de sua Parte I), que aquela finalidade conforme a qual se estrutura o seu objeto (o sistema nervoso, isto é, o "sistema nervoso" que é nele metaforizado sob a forma de sistema " $\varphi\psi\omega$ ") pareceria ir justo na contra-mão da finalidade que é atribuída à própria ciência. Assim: "... enquanto a ciência se impôs a tarefa de reduzir todas as qualidades das nossas sensações a quantidades externas, é de se presumir que a estrutura do sistema nervoso consista em dispositivos destinados a converter a quantidade externa em qualidade..." (6). A partir pois de semelhante hipótese, não é de surpreender que todo empenho para que a psicologia do "Projeto" seja uma ciência natural da quantidade resulte um verdadeiro "tour de force". Mas pensamos que é nesse "tour de force" que reside o traço singularíssimo e original do empreendimento que é levado a cabo no "Projeto", já que ele faz da psicologia emergente do mesmo uma ciência natural não já da quantidade, senão uma ciência da tensão "quantidade/qualidade". E – como diria Toulmin – essa "nova maneira de olhar" um objeto que é em certo sentido familiar (o sistema nervoso, a vida psíquica), esse novo horizonte de racionalidade em ciência que se abre é, para nós, a grande descoberta do "Projeto".

### 3. Efetivação das exigências teóricas pré-"Projeto"

Na "Introdução" deste nosso trabalho delineamos o contexto teórico-problemático em que o "Projeto" fizera sua emergência, o que foi feito à luz de alguns textos freudianos imediatamente precedentes à escrita do "Projeto". Inferimos também o que teria sido a principal motivação dessa escrita com base no testemunho de algumas cartas endereçadas por Freud a Fliess na época (nomeadamente as cartas 25 a 27). Pondo em correlação os elementos desse pano de fundo emergencial, sustentamos a hipótese de que a grande incumbência que caberia ao "Projeto" assumir seria a de conferir um funda-

mento a recém criada teoria da defesa, para desta maneira poder esclarecer uma série de pontos problemáticos que estavam como que embutidos em aquela teoria (7).

Contavam-se entre as principais tarefas de elucidação requeridas:

1) Especificar o papel que caberia à sexualidade na etiologia das neuroses de defesa.

2) Determinar o real estatuto tópico das instâncias e processos implicados no ato da defesa (na consciência?, “mais ou menos” na consciência?, fora da consciência?).

3) Elucidar o estatuto ontológico desses processos (psíquicos?, físicos, mas devendo ser considerados “como se” fossem psíquicos?).

4) Investigar a natureza de um “fator quantitativo” sempre presente em todo processo psíquico e responsável pelo encaminhamento de certos processos nos atos de defesa. (Como sabemos, a defesa tinha sido caracterizada à luz de uma oposição ou conflito de “forças psíquicas”; por outro lado, a diferença entre “normal” e “patológico” parecia repousar, em última instância, em fatores de tipo quantitativo).

No final do Capítulo V deste nosso trabalho apontamos algumas conclusões a respeito dos problemas envolvidos na teoria da defesa (8), por ocasião de nosso exame, nesse capítulo, da Parte II do texto do “Projeto”. Tencionávamos assim ponderar – na base dos elementos de juízo disponíveis – a aptidão que a teoria do psiquismo articulada nas duas primeiras partes do “Projeto” poderia possuir para a mesma servir de fundamento à mentada teoria da defesa. Queremos dar agora uma forma acabada a essas primeiras conclusões.

Na medida em que a teoria do psiquismo montada no “Projeto” é a teoria de um aparelho psíquico que faz entrar em jogo, mesmo que seja de maneira embrionária, pelo menos duas das dimensões de toda “apresentação metapsicológica”, isto é, a tópica e a econômica, ela parece-nos ser adequada para poder elucidar: a) o estatuto tópico das representações e processos envolvidos no ato da defesa enquanto não-conscientes (isto é, enquanto processos no sistema  $\psi$  sem a contribuição de  $\omega$ ); b) a natureza psíquica desses processos,

apesar da “colagem” do elemento neuronal; c) a maneira em que grandes quantidades de origem exógena se inscrevem em um registro psíquico – em  $\psi$  –, qual seja, na forma de vivências de dor (ou traumáticas); d) como a liberação sexual interveniente no processo patológico se reduz a um fator quantitativo (que envolve quantidades de origem endógena); e) o porquê da presença de grandes quantidades em jogo; f) a forma que é adotada pelo movimento dessas quantidades (isto é, de deslocamento entre representações); e g) o sentido do dito movimento, à luz dos princípios reitores do aparelho.

Todavia, julgamos que o anseio de Freud de “explicar a defesa”, confesso a Fliess em certas cartas ou, dito menos elipticamente, o ensaio de ver fundamentada a hipótese etiológica da defesa, não pôde ver-se completamente satisfeito em termos do “Projeto”. Faltara nele – como também adiantamos no capítulo quinto deste trabalho – a consideração da dimensão dinâmica, sem a qual não parece ser possível compreender “clara e distintamente” o próprio ato do recalque, já que permanecera como uma verdadeira incógnita o porquê do caráter “penoso” da lembrança que, – em conjunção com outras condições, entre as quais a “compreensão” do caráter sexual da vivência que estava na sua base – fora liberadora do forte afeto que levava em definitiva ao recalque. Do lado do papel etiológico que se atribuíra no “Projeto” à sexualidade não se viu tampouco despontar uma derradeira solução para este problema. Faltou o conflito, fonte quiçá de uma qualidade de dor diferente daquela dor que vem de fora. Especulemos um pouco em torno desta possibilidade. Uma tal dor de qualidade diferente teria pressuposto, como uma condição de sua ocorrência, a “compreensão” (9) da incompatibilidade existente entre aquela representação de natureza sexual e os “motivos morais” instalados no ego em decorrência da ação específica, no quadro da vivência originária de satisfação. Focalizada a partir deste ângulo, essa dor poderia ser vista como “conatural” ao aparelho, isto é, como algo resultante de um conflito em que um dos seus pólos, pelo menos, faz já naturalmente (ou originariamente) parte da configuração desse aparelho. Estendendo um pouco mais ainda o nosso raciocínio, poderíamos dizer que a representação sexual em jogo, ao ter sido compreendida enquanto incompatível com relação a es-

ses "motivos morais", teria provocado uma espécie de "quebra" dentro do próprio ego, sendo assim vivenciada também como "penosa", e liberando desta sorte uma dor que teria feito sua irrupção em  $\psi$  de modo semelhante ao que aconteceria se algum "neurônio-chave" estivesse em ação. De qualquer forma, se dela veio a resultar um ato de defesa, isto foi porque o aparelho em questão não teve condições de "neutralizar" (via o princípio reitor de todo aparelho, isto é, o princípio de constância) o grau de tensão quantitativa envolvida. Caso isto fosse assim, o patológico poderia ser enxergado como uma possibilidade do normal, isto é, como um risco ou perigo que, de dentro, poderia alterar o funcionamento normal do aparelho. Mas nada disto está presente no "Projeto", em que, como foi visto, o "normal" é concebido apenas do lado da vivência de satisfação, e o "patológico" como uma conseqüência inevitável de uma vivência de dor que só registra como "dor" em  $\psi$  a irrupção de grandes Qs que alucinatoriamente parecem vir de fora (como foi visto a propósito de nossa análise do caso Emma), (10), e isto porque o patológico se estrutura, conforme os pressupostos do "Projeto", exclusivamente na linha das conseqüências resultantes da vivência originária de dor, onde a dor só reconhece como fonte uma estimulação exógena. O que implica - nunca é demais frisar - na impossibilidade, em termos do "Projeto", de um entrecruzamento entre aquelas que são as conseqüências das vivências de satisfação e de dor, quais sejam, as ordens do desejo e da defesa (da defesa primária, claro está).

Faltou, em definitiva, no "Projeto", uma "psicopatologia do recalque", a que fora talvez desenvolvida (ou ao menos esboçada) no terceiro caderno a que Freud aludira na carta 29 a Fliess, e do qual não se teve mais notícia.

Se essa "psicopatologia do recalque" se propôs a dar conta de uma dor que teria feito sua irrupção em  $\psi$  como uma grande Q que fora liberada a partir de um conflito como o descrito acima, é algo que não podemos saber (ao menos por enquanto), mas pensamos que não seria de todo descabido colocar uma tal alternativa a título hipotético. O que seria com certeza difícil (ou talvez impossível) é que essa alternativa se encaixasse de modo

consistente no "Projeto", tal como o mesmo ficara estruturado na versão que é por todos conhecida.

#### 4. Heurístico, fundacional

Afastando-nos já do plano da especulação contra-factual, isto é, daquilo que poderia ter sido mas não foi (ou não chegou até nós) retomemos – uma vez que sabemos, depois de darmos voltas e mais voltas, que não existe nenhuma ponte no "Projeto" entre as ordens do desejo e da defesa (11) – a questão da articulação inter-partes do texto no ponto em que a tínhamos deixado no final do Capítulo VI deste trabalho, isto é, no ponto em que tratava-se de articular a Parte II ou "Psicopatologia" (onde vimos que alcançara sua plena racionalidade essa teoria do aparelho psíquico construída na Parte I de uma maneira abstrata) com a terceira parte do texto, a encarregada, conforme nossa linha de interpretação, de estruturar aquilo que chamamos de uma "Psicologia Geral Normal".

De tudo o que foi exposto nos itens anteriores que fazem parte desta "Conclusão" consideramos que se depreende facilmente a impossibilidade de se estabelecer uma via que seria fundacional entre as partes do texto do "Projeto" em consideração. Daquela "Psicologia Geral Normal" construída apenas nos moldes da vivência de satisfação não é possível deduzir uma "Psicopatologia", construída apenas nos moldes da vivência de dor (12). Isto não significa, a nosso ver, que o "Projeto" não esteja articulado. Pensamos que sua articulação se dá por intermédio daquela outra via, a que chamamos, no Capítulo VI, de via heurística. Com efeito, a partir do que julgamos ser o grande "ensinamento" do "Projeto", na sua Parte II – o aparelho psíquico é falho, não é auto-suficiente do ponto de vista quantitativo-mecânico, ele não pode se reger sozinho pelo seu princípio reitor, o de constância, e o ego pode ser "pego de surpresa" – a Parte III tentara construir uma psicologia em que o funcionamento normal desse aparelho ficara de algum modo avalizado. Tentou-se aí conceber (ou figurar) o normal a partir da compreensão do funcionamento do psicopatológico. Mas isto não significa "fundar" o primeiro a partir do segundo. Isto é apenas entender a via heurística em termos da transferência de racionalidade que é pelo seu intermédio efe-

tuada de um certo nível operacional para outro. (E talvez devamos nos lembrar aqui daquela “lógica da descoberta” hansoniana que em seus traços genéricos delineáramos na nossa “Introdução” (13)). Naquela tentativa de (con)figuração ou exposição do “ $\psi$ -normal”, apelou-se para regras da ordem do biológico. E resultara assim algo que nós julgamos ter o estatuto de verdadeiro protótipo do  $\psi$ -normal, em sua conformidade a ditas regras, qual seja, o pensamento prático, quando correto, um pensamento esse em que uma intencionalidade sem sujeito (quem pensa? uma organização, um complexo neurônico/representacional, catexizado com energia pulsional e no qual se deflagra um processo cognitivo a partir da atenção?) atingia seu alvo (o estado-coisa desejado) sob o regime do princípio de constância. “Psicologia Geral Normal”: ciência da intencionalidade sem sujeito, ciência da racionalidade das regras. (Com efeito, ela não se estrutura de maneira axiomática, seu estatuto lógico não é esse; ela não assenta leis (salvo o princípio de ligação da Qn’). Mas este, em todo caso, é um princípio auxiliar da construção e não um princípio de ponto de partida). Qual, em definitiva, seu valor? Ela é sem dúvida pouco (pouca coisa) com relação a tudo que Freud almejava na segunda de suas “ambições”, na carta 24, conforme destacamos em nossa “Introdução” (14). Ela não serve para compreender melhor o psicopatológico do jeito que ele é visto no “Projeto”. Mas é realmente muito (muita coisa) se nós considerarmos que se aponta nela uma nova maneira de se fazer uma psicologia científico-naturalista (“nova” com relação ao modelo fisicalista que Freud tinha em mente, claro está), psicologia essa em que o falho, o faltoso, é o que vem primeiro, e na qual se precisa de regras (ou de algum elemento prescritivo) para tentar assegurar, de maneira incessante, o desvio da tendência primária da vida psíquica para nível de  $Q = \text{zero}$ . Quiçá ela servisse para fundar alguma outra “Psicopatologia”. Mas falar sobre isso excederia os limites do nosso comentário, que aqui chegou a seu término.

## Apêndice

### Algumas considerações sobre o uso freudiano da distinção entre “representação” e “afeto”

Há estudiosos do pensamento de Freud que remontam a maneira em que este aborda os fenômenos psíquicos em termos de dois elementos, representação e afeto, até a psicologia herbartiana via Brentano, que fora mestre de filosofia do próprio Freud.

Ofereceremos aqui uma sucinta exposição deste assunto conforme ele é desenvolvido por P.L. Assoun na 2ª Parte, Capítulo 2, de sua obra “Introduction à l'épistémologie freudienne”, exposição essa que será suplementada fazendo-se referência a outros autores e remetendo-nos a alguns trechos de “A psicologia do ponto de vista empírico” (1874) de F. Brentano, obra que será consultada na sua tradução francesa (Aubier-Montaigne, 1944). Segundo Assoun, a referência a Herbart implica no enquadramento de Freud dentro da tradição da psicologia alemã, que começara a constituir-se desde o início do século XIX. As duas obras principais em que se encontra exposta a psicologia de Herbart, “Manual de Psicologia” e “A Psicologia como ciência novamente fundada na experiência, na metafísica e na matemática”, apareceram nos anos 1816 e 1824-25, respectivamente. Mas foi sobretudo a partir de 1848 que o herbartismo penetrara, à maneira de uma invasão, na fisiologia, na psiquiatria e na psicologia alemãs. O próprio Freud, já desde seus tempos de Liceu, entrara em contato com o pensamento de Herbart via um manual do seu discípulo Lindner. E uma vez inscrito na Faculdade de Viena, ele seguira, durante o período 1873-76, todos os cursos de filosofia ministrados pelo psicólogo e filósofo Brentano, cuja psicologia se apoiava no pensamento de Herbart. Em nível mesmo de sua prática científica, Freud encontrara a mesma inspiração herbartiana junto de Meynert, em cuja Clínica Psiquiátrica trabalhara em 1883, e de quem recebera também aulas de psiquiatria, sendo ainda estudante de medicina. Todavia, não se sabe com certeza se além dessas influências, Freud teve acesso direto a Herbart como leitor de sua obra.

Entende Assoun que a psicologia herbartiana repousaria no seguinte princípio: ‘todos os fatos psíquicos, sem exceção, são representações’, o qual seria retomado por Brentano (p. 140). Por outro lado, tais representações não constituiriam para Herbart propriedades do psiquismo, fazendo com que este se apresentasse como “composto por representações” (p. 139). Muito pelo contrário, e à luz de uma tese metafísica subjacente segundo a qual “a alma é vista como uma substância simples que tende a auto-conservar-se” (p. 132), cada representação seria, ela própria, “um ato particular, por meio do qual a alma [conservar-se-ia]”. (pp. 132-33). Mas a “intuição fundamental” em Herbart, segundo Assoun, teria sido a sua idéia de uma “dinâmica quantificável” em termos do psiquismo (p. 132). A qual poder-se-ia resumir da seguinte maneira: Quando as representações entram em oposição umas com outras, elas devêm forças e, na medida em que o forem, serão quantificáveis (p. 133). Assim, as afeições não formariam uma espécie à parte e nasceriam de uma relação de forças entre diversas representações (p. 141). Colocando Freud nessa linha, Assoun destaca o caráter prioritariamente representacional da vida psíquica para Freud, quem teria colocado na base da mesma a representação, sendo que o outro elemento que a integra, o afeto, não seria um fato situado no mesmo plano senão um certo “quantum” de representação (141). Além de Assoun, há outros autores que frisam essa espécie de “representacionismo” em Freud, remontando-o a Herbart. É o caso de P. Ricoeur (“De l’interprétation – essai sur Freud”, p. 82) e E. Jones (“Vida y Obra de Sigmund Freud”, I, p. 383). De qualquer maneira, ao dizer de R. Wollheim (“As Idéias de Freud”, p. 36), esta forma de considerar os fenômenos psíquicos à luz desses componentes, “representação” e “afeto”, “foi o pressuposto filosófico subjacente que Freud reteve ao longo de toda sua obra e que, provavelmente, deriva do filósofo vienense Franz Brentano”.

Em “A psicologia do ponto de vista empírico”, e invocando a autoridade de Herbart, Brentano pontifica: “Os fenômenos psíquicos são representações ou repousam sobre representações” (p. 94). Consideremos com certa atenção o que Brentano entende por “fenômenos psíquicos” e por “representações”. No intuito de caracterizar os fenômenos psíquicos, Brentano começa por di-

vidir o mundo inteiro de nossos fenômenos em duas classes, a dos fenômenos físicos e a dos fenômenos psíquicos (p. 92). Os fenômenos psíquicos podem definir-se em uma primeira instância negativamente, por contraposição aos fenômenos físicos, como sendo fenômenos que não implicam nem extensão nem localização espacial (p. 99). Mas o traço que os define positivamente é “o que os escolásticos medievais chamavam de presença intencional (ou ainda mental) de um objeto e que nós poderíamos chamar (...) de referência a um conteúdo, de direção a um objeto (que não é preciso entender como algo real), ou de objetividade imanente”. (p. 102). Há, todavia, uma outra particularidade que é comum a todos os fenômenos psíquicos: eles só podem ser percebidos “na consciência interna”, enquanto que os fenômenos físicos o são apenas por uma percepção externa (p. 104). Tal “percepção interna” tem ainda um outro caráter distintivo e exclusivo, além do seu objeto particular, qual seja, “a evidência imediata”. A percepção interna “não pode nos enganar”, diz Brentano (p. 172). Desta maneira, essa evidência imediata faria da percepção interna “a única percepção no sentido próprio do termo” (p. 104). O que resulta compreensível se se considera que “os fenômenos da percepção dita externa não podem, mesmo por procedimentos indiretos, serem demonstrados como verdadeiros ou reais” (p. 104). Com efeito, os fenômenos que estuda o físico não têm existência verdadeira e efetiva; eles constituem os sinais de uma realidade efetiva cuja ação produz sua representação (p. 40). Assim, “o máximo erro de Herbart, e antes dele o de Kant, foi considerar os fenômenos da percepção interna da mesma maneira que os fenômenos aos quais se aplica a percepção dita externa, isto é, como simples aparências, ou como sinais de outras aparências, em lugar de ver neles realidade efetivas” (p. 172).

Havendo colocado na base de todos os fenômenos psíquicos as representações, vejamos agora o que Brentano entende por representação. Em primeiro lugar, não se deve entender por representação aquilo que é representado, o objeto da representação, senão “o ato mesmo de representar” (p. 93). E “representar” ou “ser representado” é sinônimo de “aparecer” (p. 95). E de aparecer na consciência, já que “não existe fenômeno psíquico

que não seja um fenômeno da consciência de um objeto” (p. 114). Uma tal representação constitui o fundamento “do juízo, do desejo, e de qualquer outro ato psíquico” (p. 94). Brentano propõe assim uma classificação dos atos psíquicos em três classes, “a primeira tendo o nome de representação (Vorstellung), a segunda de juízo (Urteil), e a terceira de movimento afetivo (Gemütsbewegung), de interesse (Interesse) ou de amor (Liebe).” (p. 203). A diferença com Herbart residiria, para o próprio Brentano, no fato de o primeiro ter “reduzido” todos os outros fenômenos psíquicos (sentimentos, desejos) a estados representativos, “dos quais eles poderiam ser deduzidos” (p. 94).

Não pretendemos polemizar aqui a respeito dos diferentes “pesos” que teriam sido atribuídos a “representação” e “afeto”, enquanto componentes do psiquismo, por Herbart ou Brentano, nem decidir tampouco quanto à forma em que essas diferenças teriam passado a provável apropriação freudiana dessas categorias ou elementos. Todavia, achamos oportuno acrescentar, conforme comentários vertidos por L.R. Monzani em “Freud – O Movimento de um Pensamento” (pp. 91-92 e 93) – que o uso especificamente freudiano da distinção em causa comportaria um novo e revolucionário elemento, que em Freud teria sido oriundo de sua prática clínica e que consistiria em sustentar a independência relativa de “representação” e “afeto”. Assim, Monzani diz: “A grande descoberta da Psicanálise foi perceber que não há relação intrínseca entre representação e afeto e que, ao contrário, essa relação é de uma pura soldagem entre uma e outro, de sorte que são passíveis de se dissociarem e tomarem rumos distintos.” (p. 91). E – continuará o autor – embora P. Ricoeur tenha razão ao afirmar que o afeto é sempre afeto de uma representação, isto não nos deve fazer esquecer que, uma vez produzida a dissociação entre representação e afeto, “a trajetória desse afeto nem sempre acabará numa ligação com uma representação, como é o caso do puro ataque de angústia.” (p. 92) Caso este em que – sempre segundo Monzani – o afeto revelaria sua característica fundamental, qual seja, “a de ser um quantum energético” (p. 92).

## Notas à Introdução

- 1 - FREUD, S. (1950 [1895]): "Projeto para uma Psicologia Científica" (abreviado neste trabalho por "Projeto").
- 2 - Cfr. "Introdução do Editor" à tradução inglesa do "Projeto" (ver nota 16 abaixo), S.E. I, p. 283.
- 3 - FREUD, S. (1950 [1887-1902]): ["Los Orígenes del Psicoanálisis"], p. 3515 (abreviado neste trabalho por "Los Orígenes"). Conforme o testemunho da carta 23, o título que foi dado ao "Projeto" pela tradução espanhola da B.N. (ver nota 20 abaixo), I, p. 209, qual seja, "Proyecto de una Psicologia para Neurólogos", seria o mais "fiel", relativamente ao projeto que Freud parecia ter em mente.
- 4 - PRIBRAM, K. e GILL, M. (1976): "O 'Projeto' de Freud, um exame crítico", p. 8.
- 5 - Ver pp. 24-25 desta "Introdução".
- 6 - FREUD, S. : "Los Orígenes", pp. 3519-3520.
- 7 - Jogando um pouco com as palavras e com a superposição de planos, podemos dizer que nessa tarefa residirá a nossa própria "heurística".
- 8 - E isto parece ser assim, mesmo no caso em que os ditos padrões resultam ser forjados casuisticamente, isto é, a partir da análise de algum feito especial da história da ciência. (Ilustrações deste procedimento podem ser encontradas, entre outros trabalhos, no livro de N.R. Hanson "Patterns of Discovery", Cap. IV, onde esse procedimento se exhibe de uma maneira quase paradigmática e, de forma mais matizada, no livro de S. Toulmin "The Philosophy of Science", Cap. 2).
- 9 - HANSON, N.R. (1958): "Patterns of Discovery", pp. 86-90.
- 10 - Ibidem, pp. 84-86.

- 11 - HANSON, N.R. (1958): "The Logic of Discovery", pp. 1072-1089.
- 12 - TOULMIN, S. (1953): "The Philosophy of Science", pp. 16-35.
- 13 - KUHN, T.S. (1962): "A Estrutura das Revoluções Científicas", pp. 78-79 e 26-27.
- 14 - O inventário de rótulos, conceituações e matizes apresentados a propósito de "modelo", poderia encher várias linhas: ícone, quase ícone, cópia imperfeita de um original que é fruto de uma analogia material pré-teórica, metáfora científica, teoria bem desenvolvida que é isomórfica quanto a suas leis com relação a outra teoria menos desenvolvida, descrição abstrata em que, no entanto, certa captação figurativa é importante, ficção heurística, sistema dedutivo que é uma interpretação do mesmo cálculo que representa uma dada teoria, mas operando, quanto à interpretação, em direção inversa (de cima para baixo)...
- 15 - À luz de ponderações como estas é que poder-se-ia falar, por exemplo, da "descoberta", por parte de Freud, de um fato de importância crucial no âmbito de sua prática clínica como é o das "resistências" apresentadas pelos seus pacientes à conscientização de certas representações. Tais "resistências", entretanto, só iriam configurar-se "stricto sensu" na qualidade de tais no quadro de uma teoria que foi, ela própria, um "invento" de Freud. Trata-se da "teoria da defesa", quiçá a maior das "descobertas freudianas" que antecederam o "Projeto". (Ver p. 13 desta "Introdução").
- 16 - The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, 24 vol., London, Hogarth Press, 1953 e anos seguintes (abreviada neste trabalho por S.E.).
- 17 - Aus den Anfängen der Psychoanalyse, London, Imago Publishing Co., 1950 (abreviada neste trabalho por "A d A").
- 18 - Gesammelte Werke, 18 vol., London, Imago, 1940 e anos seguintes - Reimpressão: S. Fischer Verlag (abreviada neste trabalho por G.W.).

- 19 - Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 24 vol., Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda., 1970 e anos seguintes (abreviada neste trabalho por E.S.B.).
- 20 - Sigmund Freud - Obras Completas, 3 vol., Madrid, Biblioteca Nueva, (4ª edição), 1981 (abreviada neste trabalho por B.N.).
- 21 - Sigmund Freud - Obras Completas, 24 vol., B. Aires, Amorrortu Editores, 1976 e anos seguintes (abreviada neste trabalho por A.E.).
- 22 - FREUD, S. (1895): "Frau Emmy von N.", E.S.B. II, pp. 99-100; S.E. II, p. 56.
- 23 - BREUER, J. (1895): "Fraülein Anna O."
- 24 - Ver pp. 14-15 desta "Introdução".
- 25 - BREUER, J. e FREUD, S. (1893): "Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar" (abreviado neste trabalho por "Comunicação Preliminar").
- 26 - BREUER, J. e FREUD, S. (1893-1895): "Estudos sobre a Histeria". (A expressão entre colchetes é nossa).
- 27 - BREUER, J. e FREUD, S.: "Comunicação Preliminar", E.S.B. II, p. 47; S.E. II, p. 6.
- 28 - FREUD, S. (1895): "A Psicoterapia da Histeria".
- 29 - Ibidem, E.S.B. II, pp. 324-325; S.E. II, p. 268.
- 30 - Ibidem, E.S.B. II, p. 325; S.E. II, p. 268.
- 31 - Estamos nos referindo aqui a um grupo de neuroses chamadas por Freud na época de "neuropsicoses de defesa", integrado fundamentalmente pela histeria e pela neurose obsessiva, e cujo mecanismo de produção fora apontado na defesa, como veremos em seguida. Freud já as distinguia de outras neuroses que, como a neurastenia e a neurose de

angústia, tinham sua etiologia na ausência ou na inadequação de uma descarga sexual somática e para as quais destinou posteriormente o nome de “neuroses atuais”. A palavra “atual” dizia respeito à contemporaneidade das causas dessas neuroses; no caso das de “defesa” permanecia-se ainda no esquema da “Comunicação Preliminar”, no sentido de localizar a sua origem em um “trauma psíquico” de ocorrência passada, embora não se descartasse aqui o concurso de “traumas auxiliares” recentes.

- 32 - FREUD, S. (1894): “As Neuropsicoses de Defesa” (abreviado neste trabalho por “As Neuropsicoses”). O termo “defesa” (“Abwer”) registra sua primeira ocorrência nesta obra, embora o conceito já fora antecipado na “Comunicação Preliminar”. (Ver nota 45 abaixo).
- 33 - FREUD, S.: “As Neuropsicoses”, E.S.B. III, pp. 60-61; S.E. III, pp. 48-49.
- 34 - Ibidem, E.S.B. III, pp. 59-60; S.E. III, p. 47.
- 35 - Ibidem, E.S.B. III, p. 61; S.E. III; p. 48. (Analisaremos no Capítulo II deste trabalho o sentido e o alcance da equivalência entre “soma de excitação” e “afeto”).
- 36 - No “Apêndice” deste trabalho são exumados, de maneira sumária, os pressupostos operantes na consideração, por parte de Freud, dos fenômenos psíquicos à luz desses elementos, quais sejam, “representação” e “afeto”. Cabe advertir que, ao longo do artigo freudiano que estamos examinando (“As Neuropsicoses”) é usado, na tradução inglesa da S.E., o vocábulo “idéia” em lugar de “representação”, sendo que no original alemão é empregado o termo “Vorstellung”, literalmente “representação” (Cfr. G.W.I, pp. 57 em diante). A este respeito, pode ser oportuno o comentário que é feito por P. Ricoeur em “De l'interprétation - essai sur Freud”, na nota 2 correspondente ao Cap. III, Primeira Parte, Livro II (p. 121): “... os ingleses renunciaram a traduzir “Vorstellung” por representação, apesar da sólida tradição que

remonta, no mínimo, a Kant e Schopenhauer; os termos "idea", 'idea-tional', são títulos sérios na tradição de Locke e de Hume". Assim, é bastante provável que a tradução inglesa tenha sido influenciada pela consagração da palavra "idéia" na tradição empirista clássica.

- 37 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 67; S.E. III, p. 54; G.W. I, pp. 68-69. (Fala-se, na tradução inglesa de Strachey, de "idéias reprimidas". Com efeito, o termo alemão "Verdrängung" (considerando-se também as expressões do mesmo derivadas) é traduzido por "repression" e, na versão portuguesa da E.S.B. por "repressão" (e não por "recalque"). Na nossa escolha a favor de "recalque" nos temos guiado, em parte, pelas advertências feitas por Laplanche & Pontalis no seu "Vocabulário da Psicanálise", p. 594, verbete "Repressão ou Supressão": "...a cópia do inglês "repression" no francês "répression" ou no português "repressão" não se justifica, visto que o termo "refoulement" (recalcamento) está consagrado e é satisfatório, ao passo que o termo francês "répression" (repressão) possui já uma utilização corrente que corresponde bem ao alemão "Unterdrückung". "(repressão ou supressão). Por outro lado, se apelarmos para a maneira em que Freud caracteriza "Verdrängung" no artigo metapsicológico homônimo de 1915, a saber, como consistindo essencialmente em "afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância" (E.S.B. XIV, p. 170; S.E. XIV, p. 147; G.W. X, p. 250), poderemos ver que também valem as advertências feitas por Bruno Bettelheim em "Freud e a alma humana", p. 110: " 'Verdrängung' deriva do vocábulo 'Drang', e é explicado no 'Duden' pelo exemplo de 'ceder a um forte motivo interior'. Portanto, 'Verdrängung' é um deslocamento ou desalojamento causado por um processo interno. A palavra alemã não fornece indicação nenhuma sobre a direção em que ocorre tal deslocamento ou rechaço". Além disso, acrescenta Bettelheim na mesma página: "A tradução de 'Verdrängung' como 'repressão' faz com o que acontece parecer mais físico, dirigido contra algo fora da própria pessoa, o que não era a intenção de Freud". Esta interpretação fica reforçada se consultarmos o

“Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Aurélio B. de Holanda, verbete “repressão”, onde podemos ver o predomínio, ao longo de praticamente todas as acepções do termo, de um matiz de violência quase física: “sustar a ação ou o movimento de”; “não manifestar; conter-se, dominar-se”; “violentar, oprimir, punir”).

- 38 - FREUD, S.: “As Neuropsicoses”, E.S.B. III, p. 62; S.E. III, p. 49.
- 39 - Ibidem, E.S.B. III, p. 61; S.E. III, p. 49.
- 40 - Ibidem, E.S.B. III, p. 64; S.E. III, p. 52.
- 41 - Ibidem, E.S.B. III, pp. 59-60; S.E. III, p. 47.
- 42 - BREUER, J. e FREUD, S.: “Comunicação Preliminar”, E.S.B. II, p. 48; S.E. II, p. 7.
- 43 - Ibidem, E.S.B. II, 46; S.E. II, p. 6. (Nas páginas iniciais da primeira seção da “Comunicação Preliminar”, a causa precipitadora dos sintomas histéricos é identificada, de maneira genérica, com um evento externo que, em um passado geralmente remoto, teria provocado a primeira ocorrência do fenômeno em questão. Entretanto, no desenrolar da exposição (sempre nessa primeira seção), tal imputação causal vai ser objeto de uma maior especificação ou precisão, e o fator atuante na deflagração do processo patológico será deslocado do mero evento para a sua vivência por parte do sujeito. Essa vivência será então qualificada enquanto “trauma psíquico”. Assim, qualquer vivência que envolva afetos penosos – tais como afetos de susto, angústia, vergonha ou dor psíquica – será considerada apta para operar como um “trauma psíquico” (desde que se cumpram também outras condições, entre as quais a suscetibilidade da pessoa afetada, e sobretudo uma outra que logo veremos será a de maior relevância). Embora seja frisado que na patologia da histeria o fator traumático – que é em si mesmo acidental – seja um fator determinante, isto é, que existe uma conexão causal “trauma-sintoma”, o texto faz também questão de advertir que o dito

trauma não atua à maneira de um simples “agente provocador”, de eficácia apenas pontual na irrupção do sintoma, o qual implicaria em que o dito sintoma cobrasse depois uma existência independente desse trauma).

- 44 - BREUER, J. e FREUD, S.: “Comunicação Preliminar”, E.S.B. II, pp. 48-49; S.E. II, pp. 8-9.
- 45 - Ibidem, E.S.B. II, p. 53; S.E. II, p. 12. (É bom salientar que, no final da Seção II da “Comunicação Preliminar”, a hipótese da defesa é insinuada como hipótese etiológica alternativa, embora não com esse nome e como sendo uma das condições que, do lado do conteúdo do trauma, impediria o trabalho normal de desgaste. “... tratava-se de coisas que o paciente desejava esquecer, e que intencionalmente tinha recalçado do seu pensamento consciente, inibido e suprimido” (E.S.B. II, p. 51; S.E. II, p. 10). Adverte também o editor inglês, em nota de rodapé, na mesma página: “Esta é a primeira vez que aparece o termo ‘recalçado’ (‘verdrängt’) naquele que iria ser o seu sentido psicanalítico”. A dita hipótese, contudo, resultaria abafada, no equilíbrio do texto todo, pela hipótese maior (a dos “estados hipnóides”) que ocupava, de longe, o primeiro plano. Pouco tempo depois, esta última seria definitivamente abandonada por Freud, sendo compreensíveis esses deslizamentos todos à luz de desacordos e transações de compromissos existentes com Breuer na época).
- 46 - Ibidem, E.S.B. II, p. 54; S.E. II, p. 13.
- 47 - Ou seja, à existência de uma tendência à dissociação da consciência e, com ela, à aparição dos ditos estados (E.S.B. II p. 53; S.E. II, p. 12).
- 48 - Ibidem, E.S.B. II, pp. 56-57; S.E. II, pp. 15-16.
- 49 - FREUD, S.: “As Neuropsicoses”, E.S.B. III, pp. 58-59; S.E. III, p. 46.
- 50 - FREUD, S.: “A Psicoterapia da Histeria”, E.S.B. II, pp. 347-348; S.E. II, p. 290.

- 51 - Ibidem, E.S.B., II, pp. 345-346; S.E. II, pp. 288-289.
- 52 - Ibidem, E.S.B. II, p. 347; S.E. II, p. 290.
- 53 - Ibidem, E.S.B. II, p. 348; S.E. II, p. 291.
- 54 - Ibidem, E.S.B. II, p. 326; S.E. II, p. 270.
- 55 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 73; S.E. III, pp. 60-61.  
(Analisaremos no Capítulo II deste nosso trabalho o sentido e o alcance da equivalência entre "quota de afeto" e "soma de excitação").
- 56 - FREUD, S. (1915): "O Inconsciente", E.S.B. XIV, p. 208; S.E. XIV, p. 181. (O grifado é do autor).
- 57 - FREUD, S.: "Fraülein Elisabeth von R", E.S.B. II, p. 223; S.E. II, p. 174.
- 58 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III pp. 65 e 66; S.E. III, pp. 53 e 54.
- 59 - Não estamos querendo sugerir, com essa palavra, a existência de um ponto de vista paralelista psico-neurofisiológico, não porque isto careça de plausibilidade, senão porque não queremos tecer comentários aqui a esse respeito, o que faremos em outro momento de nossa exposição, isto é, no Capítulo III deste trabalho, ao examinarmos a teoria freudiana da consciência presente no "Projeto". De qualquer maneira, poder-se-á constatar, no conjunto de textos do período 92-93 que apresentaremos a continuação, como Freud se exprimia com uma linguagem em que o psíquico e o neurofisiológico caminhavam lado a lado.
- 60 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 73; S.E. III, p. 60.
- 61 - FREUD, S. (1893): "Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Histéricos - Uma Conferência".
- 62 - Ibidem, E.S.B. III, p. 48; S.E. III, p. 36.
- 63 - Ibidem, E.S.B. III, p. 48; S.E. III, p. 36.

- 64 - Sobre o "princípio de constância" iremos desenvolver conceituações de maior peso em capítulos subseqüentes deste trabalho, tendo como marco o texto do "Projeto".
- 65 - BREUER, J. e FREUD, S. (1940-41 [1892]): "Esboços para a 'Comunicação Preliminar' de 1893".
- 66 - Ibidem, E.S.B. I, p. 209; S.E. I, p. 147.
- 67 - Ibidem, E. S. B. I, p. 216; S.E. I, pp. 153-154.
- 68 - FREUD, S.: "Los Orígenes", pp. 3489-90.
- 69 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 65; S.E. III, p. 52.
- 70 - Ibidem, E.S.B. III, p. 60; S.E. III, p. 47.
- 71 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65; S.E. III, p. 52.
- 72 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65; S.E. III, p. 52.
- 73 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65; S.E. III, p. 53.
- 74 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65; S.E. III, p. 52.
- 75 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65-66; S.E. III, p. 53.
- 76 - Ibidem, E.S.B. III, p. 65-66; S.E. III, p. 53. (Os grifos são nossos).
- 77 - FREUD, S.: "A Psicoterapia da Histeria", E.S.B. II, p. 346; S.E. II, p. 289. (A expressão entre colchetes é nossa).
- 78 - Ibidem, E.S.B. II, p. 335 ss.; S.E. II, p. 278 ss. (Freud descreve aqui diversas formas em que a resistência se manifesta, sendo que nenhuma delas implica consciência).
- 79 - Ibidem, E.S.B. II, p. 326; S.E. II, pp. 269-270.
- 80 - Ver pp. 19-20 desta "Introdução".
- 81 - Ver pp. 19-20 desta "Introdução" e nota 76 acima.

- 82 - FREUD, S. (1915): "Os Instintos e suas Vicissitudes", E.S.B. XIV, p. 137; S.E. XIV, p. 117 (Entendemos que uma melhor tradução para o título original "Triebe und Tribschicksale" é "Pulsões e seus destinos", como colocamos no corpo de nosso trabalho).
- 83 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 64; S.E. III, p. 52 (O grifo é nosso).
- 84 - Ibidem, E.S.B. III, p. 63; S.E. III, p. 50.
- 85 - FREUD, S.: "Los Orígenes", pp. 3517-3518.
- 86 - JONES, E.: "Vida y Obra de Sigmund Freud", vol. I, p. 391 ss. (abreviado neste trabalho por "Vida y Obra...").
- 87 - Uma caracterização desta escola e de suas relações com Freud se encontra na mencionada obra de Jones, vol. I, pp. 51-52, e também em "Introduction à l'Épistémologie Freudienne", de P. L. Assoun, pp. 46-47 e 59. Segundo este último autor, podemos ver em Freud um êmulo fiel, embora tardio, da corrente fisicalista conhecida como "Escola de Helmholtz", que cristalizara em 1845, encabeçada por Helmholtz e contando com figuras de destaque como Du Bois-Reymond. Brücke era considerado algo assim como o embaixador vienense da Escola. Tratava-se de médicos que, pela via da fisiologia, chegaram até a física e terminaram propondo um postulado reducionista que chegou a ter a força de um verdadeiro "juramento". Esse reducionismo, de natureza tanto ontológica quanto epistemológica, sustentava que as únicas forças que agem no organismo são forças físico-químicas, reduzíveis a forças de atração e de repulsão, visão esta que era decorrente do princípio norteador da Escola: afastar qualquer manifestação de "vitalismo"; além do mais, considerava-se essas forças como a única matéria do saber. Aqueles casos que não fossem ainda explicáveis por meio dessas forças deviam ser reduzíveis a elas através do método físico-químico.
- 88 - JONES, E.: op. cit., vol. I, pp. 380-381; 382 ss.

- 89 - Ibidem, pp. 376-377. (De Herbart, via Meynert, procederia – segundo Jones – tal dēterminismo freudiano).
- 90 - SULLOWAY, F.J. (1979): “Freud, Biologist of the Mind”, p. 119.
- 91 - Uma boa descrição dessa “Weltanschauung” nos é proporcionada mais uma vez por Assoun na sua referida obra (1ª Parte, Caps. 1, 2, e Conclusão), da qual temos destacado o inter-jogo do que para esse autor seriam dois “ismos” fundamentais no pensamento de Freud (“monismo haeckeliano” e “fiscalismo”), e a particular concepção de “ciência” decorrente dos mesmos. Faremos aqui uma sucinta exposição desse assunto. Assoun caracteriza o saber freudiano como constituindo-se historicamente num campo epistêmico convulsionado, desde fins do século XIX, pela famosa “querela dos métodos” que o historicismo, nomeadamente Dilthey, promovera com o resultado de uma clivagem abissal das ciências em “Ciências da Natureza” e “Ciências do Espírito”. Um par de funções mutuamente exclusivas ficara assim em correspondência com cada grupo do referido par antinômico de ciências: “explicação” versus “compreensão/interpretação”. Nesse contexto, relata Assoun, o saber freudiano se caracterizou inequivocamente tanto pela sua recusa de entrar naquela querela (Freud simplesmente não a teria tomado em conta), quanto pela identificação de “ciência” com “ciência da natureza” (razão que estaria na base do desprezo pela tal querela). Na base deste posicionamento, Assoun coloca a adscrição, por parte de Freud, a duas concepções filosófico-científicas diferentes mas que apresentam certa semelhança quanto a sua idéia de “ciência”. Em primeiro lugar, temos um monismo que encontra suas raízes históricas em Haeckel e que atuaria em Freud à maneira de um quadro de referência implícito. Dentro da “querela dos métodos”, Haeckel tinha sustentado um monismo epistemológico rigoroso fundado, por sua vez, num monismo ontológico que postulava a unidade fundamental da natureza orgânica e inorgânica, e recusava-se a considerar “almas” e “corpos” como duas substâncias distintas. Conforme esta concepção é que Hae-

ckel extraíra como conseqüência, no “O Monismo, Profissão de fé de um Naturalista” (1892), que as “Ciências do Espírito” não seriam senão uma parte das “Ciências da Natureza”, ou melhor, que ambas não seriam senão uma. Cabe salientar, por outro lado, que este monismo derivava em Haeckel de sua adesão radical a Darwin e teria chegado até Freud com esse componente de darwinismo, embora temperado pela moderação de Brücke, para quem a teoria da evolução significava antes uma hipótese de trabalho do que um instrumento de totalização ou “Weltanschauung”. Encontramos também, com matizes bem diferentes, um monismo no outro “referencial” marcante em Freud, isto é, o fisicalismo de cunho helmholtziano que, como vimos, postulava um reducionismo ao nível físico-químico, tanto no plano ontológico como epistemológico. Também para o fisicalismo, como em certo sentido para Haeckel, “ciência” é sinônimo de “ciência da natureza”, sendo que para o primeiro a identificação estava mediatizada pela sua visão mecanicista, já que a dita “ciência” tinha seu modelo elaborado na base das ciências-chave: a física e a química. Neste quadro de referência, contudo, é preciso frisar que tais ciências valeriam menos em si mesmas, na sua particularidade, e mais como “o lugar do método” da “Naturwissenschaft”. De qualquer maneira, considera-se nesta visão que o que a ciência fornece é sempre uma explicação em termos estritamente causais, o que transportado para o campo da clínica significaria em Freud, segundo Assoun, “apoiar o fato clínico numa objetividade rigorosa”, aquela “do nexo causal do evento com o processo”. Resulta interessante cotejar esta caracterização com o seguinte comentário feito por E. Jones Cap. XVII, p. 378, do vol. I de sua mencionada obra: “[Freud] nunca chegou a expor, que se saiba, qualquer opinião sobre a teoria geral da causalidade; pode-se presumir, porém, que ele compartilhava a simples opinião vigente no século XIX acerca da existência invariável de causas antecedentes”. Simples opinião essa, por outro lado, que R. Wollheim (“As Idéias de Freud”, p. 22) pondera de maneira mais fundamental: “(...) Freud sempre identificou a Weltanschauung

científica com uma total subordinação ao princípio da causalidade universal”.

92 - Ver p. 3 desta “Introdução”.

93 - Fazemos uma breve digressão para contextualizar essas articulações à luz de certos aspectos da biografia intelectual de Freud. Sabemos através de E. Jones, conforme o seu relato ao longo do Capítulo V de sua “Vida y Obra...” (vol. I, p. 69 ss.), como também pelo próprio Freud na sua “Selbstdarstellung” (“Um Estudo Autobiográfico”, S.E. XX) que este se inicia na pesquisa científica como homem de laboratório, trabalhando em histologia do sistema nervoso no “Instituto de Fisiologia” de seu mestre Brücke (1876); que é com grande frustração e por razões financeiras que deve abandonar a pesquisa microanatômica para começar a trabalhar como médico (1882), profissão essa que nunca o cativara por si própria, orientando-se logo para a neuropatologia; que em 1883 ingressa na Clínica Psiquiátrica de Meynert, embora suas preferências continuem a incliná-lo para a histologia, onde de qualquer maneira pôde continuar trabalhando graças aos ofícios do próprio Meynert, que colocou seu laboratório a sua disposição. Isto não era por outro lado surpreendente, já que a psiquiatria de tradição alemã estava estreitamente vinculada com a anatomia do cérebro. É só em fins de 1885, quando de sua viagem de estudos a Paris e seus contatos com Charcot, que Freud imprimiria uma virada decisiva na sua carreira em direção à psicopatologia clínica. Assim, no Cap. XII, vol. I, de sua mencionada obra, Jones ressaltará o profundo interesse que Freud iria experimentar pela clínica psicopatológica, em contraste com a escassa atração que demonstrara pela clínica neurológica. Isto porque o gênio de Freud o teria conduzido a “adivinhar” – segundo Jones – que as neuroses, longe de serem meras anormalidades, representavam simplesmente uma variante do funcionamento psíquico, e que o seu estudo proporcionar-lhe-ia uma via de acesso às camadas profundas da “mente”, isto é, de “todas as mentes” (p. 281). No entanto,

e pelo menos até 1888, Freud teria continuado desenvolvendo pesquisas neuroanatômicas – o que ele denominava seu verdadeiro “trabalho científico” – e iria inaugurar suas publicações no mundo científico, em 1891, através de uma obra sobre as afasias (Jones, Cap. XVII, vol. I, p. 223). P.L. Assoun, comentando por sua vez o percurso inicial da vida profissional de Freud (Op. Cit., p. 116 ss.) nos diz que por trás da continuidade aparentemente sem percalços que há no périplo “histologia do sistema nervoso – neuropatologia – estudo das neuroses” se esconde uma ambigüidade fundamental, indicadora de uma identidade epistêmica mista na constituição do saber freudiano; assim, o Freud do começo dos anos 90 teria sido um homem dividido por uma dupla solicitação: a da teoria anátomo-patológica do cérebro e a da psicopatologia clínica.

- 94 - FREUD, S.: “Los Orígenes”, p. 3515. (Os grifos são nossos. Cfr. também uma tradução que, embora parcial, é no entanto portadora do conteúdo substantivo dessa carta em: E.S.B. I, pp. 380-381, e S.E. I, pp. 283-284).
- 95 - Com efeito, e conforme nos é relatado por Jones na sua biografia de Freud, vol. I, p. 382, um ano antes da redação da carta que estamos analisando, isto é, em 1894, Exner, mestre de Freud, tinha publicado um ensaio movido por um propósito semelhante à primeira das “ambições” presentes nessa carta.
- 96 - FREUD, S.: “As Neuropsicoses”, E.S.B. III, p. 62; S.E. III, p. 49.
- 97 - Ibidem, E.S.B. III, p. 62; S.E. III, pp. 49-50. (Os grifos são nossos).
- 98 - FREUD, S.: “Fraülein Elisabeth von R.”, E.S.B. II, p. 223; S.E. II, pp. 173-174.
- 99 - Ibidem, E.S.B. II, p. 223; S.E. II, p. 174
- 100 - Ibidem, E.S.B. II, p. 223; S.E. II, p. 174

101 - LACAN, J. (1954-1955): "Le Séminaire – Livre II: Le moi dans la théorie de Freud e dans la technique de la psychanalyse", p. 129.

## Notas ao Capítulo I

- 1 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 395; S.E. I, p. 295; "A d A", p. 305. (A primeira expressão entre colchetes traduz o pensamento freudiano de maneira diferente daquela que aparece na edição inglesa, onde se diz: "... que seja uma ciência natural"; a versão por nós dada seguiu a sugestão do Prof. Osmyr Faria Gabbi Jr.; a segunda expressão entre colchetes ("apresentar") é uma tradução de "darzustellen", no original alemão ("A d A"), que temos achado mais adequada do que aquela apresentada na edição inglesa, qual seja, "representar". Coincidimos aqui com a tradução do mesmo termo que é proposta na edição argentina (A.E., I, p. 339).
- 2 - No sentido de Peirce, i.e., como um signo "que preenche essa função em virtude de característica própria que possui, mesmo que o seu objeto não exista. (...) Um ícone puro não traça qualquer distinção entre si e o objeto. Representa o que representa, seja como for, pelo fato de ser como é. É talidade." ("Escritos escolhidos de Charles S. Peirce", p. 33).
- 3 - RICOEUR, P. (1965): "De l'interprétation - essai sur Freud", p. 95 (abreviado neste trabalho por "De l'interprétation").
- 4 - "Apresentação" essa que em 1915 fora caracterizada por Freud nos seguintes termos: "Proponho que, quando tivermos conseguido descrever um processo psíquico em seus aspectos dinâmico, tópico e econômico, passemos a nos referir a isso como uma apresentação metapsicológica". ("O Inconsciente", E.S.B. XIV, p. 208; S.E. XIV, p. 181). (Os grifos são do autor).
- 5 - O conceito de "aparelho psíquico" foi cunhado por Freud, em 1900, com esse nome, em "A Interpretação dos Sonhos". Tal "aparelho" é, nesse texto, caracterizado de maneira implícita em termos de "instrumento que executa nossas funções mentais". Lida-se aí com esse

“instrumento” via uma representação espacial (ou “tópica”) do mesmo que contempla sua diferenciação em “sistemas” ou “instâncias”, e que tem o valor de uma representação figurada, de um “como se”. (Ver E.S.B. V, p. 572 ss.; S.E. V, p. 536 ss.).

- 6 - HESSE, M. (1963): “The Function of Models: A Dialogue”, pp. 8-9.
- 7 - Idem, (1963): “Material Analogy”, p. 57 ss.
- 8 - Idem, “The Function of Models...”, p. 8 ss. (Ver o exemplo paradigmático do “modelo de ondas d’água”, usado para o som e para a luz e onde, entre outras propriedades, a amplitude dessas ondas se assemelha à altura no som, e ao brilho na luz (pp. 10-11). Uma das funções destes modelos seria a de auxiliar uma certa teoria na busca de explicações para problemas levantados pelos fenômenos por tais modelos representados; a função dominante, porém, desses modelos, consistiria em ampliar, em um sentido forte, o poder preditivo da teoria em causa, via o estabelecimento, pelo seu intermédio, de novas correlações entre novos predicados de observação (pp. 8-9 e 12; p. 37)).
- 9 - BLACK, M. (1960 [1958]): “Modelos y Arquetipos”. (Os artigos de M. Black aqui comentados foram consultados na versão espanhola da editora “Tecnos”).
- 10 - Ibidem, p. 219.
- 11 - Ibidem, pp. 219-220. (A afirmação a respeito da “iconicidade” dos modelos analógicos cobra plena inteligibilidade à luz da comparação entre esses modelos e um outro tipo de modelos que Black chama de “modelos em escala”, os que são considerados de pouco valor científico em nível teórico embora possam ser de utilidade do ponto de vista experimental. Os “modelos em escala” são representações, ou melhor, simulacros de objetos materiais, já reais ou imaginários, que conservam as proporções relativas ao original. Sua finalidade consiste em imitar o original e as convenções para sua interpretação repousam na identidade parcial de

propriedades conjugada com a invariância de proporcionalidade. Diz Black: “Na terminologia de Peirce, o modelo [em escala] é um ícone que incorpora literalmente os traços do original considerados de interesse; é como se ele dissesse de algum modo: ‘O original é assim’ ” (p. 218). Então, a “iconicidade abstrata” de um modelo analógico diria respeito à identidade de estrutura ou trama de relações que ele apresentaria com relação ao original.

12 - Ibidem, p. 220.

13 - Ibidem, p. 225.

14 - BLACK, M. (1954): “La Metáfora”.

15 - Vejamos alguns dos conceitos vertidos por Black em “La Metáfora”, a propósito do chamado “enfoque substitutivo”. Principiando por colocar a coisa de uma perspectiva mais abrangente, apontará Black que o uso de uma expressão enquanto metafórica consiste, de um modo geral, em um uso diferente daquele que seria próprio ou normal a essa expressão (p. 42). Assim, o significado de uma expressão usada metaforicamente procederia, por transformação, do significado literal normal da dita expressão (p. 45). O “enfoque substitutivo” da metáfora enfatizaria o fato de as expressões metafóricas serem utilizadas em lugar de expressões literais que lhes seriam equivalentes (p. 42). Dá-se, entre outros exemplos, o de “Ricardo é um leão”, expressão metafórica essa que substituiria a expressão literal “Ricardo é valente”, que lhe seria equivalente. Desta maneira, o significado literal da expressão metafórica seria idêntico ao da oração “Ricardo é valente” (p. 44). Black faz questão de frisar que tal enfoque da metáfora foi o tradicionalmente aceito sobretudo por parte de críticos literários ou especialistas em retórica (p.42). Do dito se depreende facilmente que não figuraria entre os méritos desse enfoque a criação de significados verdadeiramente novos para os assuntos que são veiculados pelas expressões metafóricas.

16 - BLACK, M.: “Modelos y Arquetipos”, p. 232.

- 17 - Idem, "La Metáfora", pp. 48-49.
- 18 - Idem, Ibid., pp. 49-51.
- 19 - Idem, Ibid., p. 53.
- 20 - BLACK, M.: "Modelos y Arquetipos", p. 234.
- 21 - Como fica sugerido por Black ao formular sua crítica do chamado "enfoque comparativo" da metáfora (p. 47), já que seria próprio deste enfoque ver a metáfora em termos da apresentação "de uma analogia ou semelhança subjacente", o que implicaria assim em atribuir-lhe o valor de "um símile condensado ou elíptico" (p. 46). Por outro lado - salienta Black - o "enfoque comparativo" pode ser considerado como um caso particular do "enfoque substitutivo", na medida em que tal enfoque sustenta que o enunciado metafórico pode ser substituído por uma comparação literal equivalente; (assim, o exemplo "Ricardo é um leão" significaria literalmente, no "enfoque comparativo", "Ricardo é como um leão (quanto à valentia)"), (p. 46). Mas, se o "enfoque comparativo" não é no fundo mais do que um caso particular do "substitutivo", então devemos admitir que ele participa dos mesmos deméritos deste último. (Ver nota 15 acima). A respeito ainda da "criação de semelhanças" que poderia ocorrer no "enfoque interativo", poderíamos acrescentar que Black adverte que as metáforas próprias desse enfoque podem apoiar-se tanto em tópicos pré-existentes, comumente aceitos, quanto em sistemas de implicações especialmente construídos para um dado caso (p. 53).
- 22 - BLACK, M.: "La Metáfora", p. 55.
- 23 - Ver nota 21 acima.
- 24 - BLACK, M.: "La Metáfora", pp. 55-56.
- 25 - Ibidem, p. 54.
- 26 - Ibidem, p. 52.

- 27 - Ibidem, p. 56.
- 28 - BLACK, M.: "Modelos y Arquetipos", pp. 222-225.
- 29 - Ibidem, p. 225. (Os grifos são do autor).
- 30 - Ibidem, p. 226.
- 31 - Ibidem, p. 234.
- 32 - Ibidem, p. 225.
- 33 - RICOEUR, P. (1975): "La Métaphore Vive", p. 304.
- 34 - BLACK, M.: Op. cit., p. 225.
- 35 - É preciso não tomar a palavra "pintura" como sinônimo de "imagem" ou "representação visual", conforme adverte Black na p. 228. Um modelo pode ser algo muito abstrato e inclusive um cálculo matemático pode funcionar como modelo de algo relativamente concreto. O relevante aqui é que as propriedades do modelo são melhor conhecidas do que aquelas do seu pretense campo de aplicação.
- 36 - BLACK, M.: Op. cit., pp. 225-226.
- 37 - Ibidem, p. 226.
- 38 - Ibidem, p. 226.
- 39 - Ibidem, p. 226-227.
- 40 - Ibidem, p. 228.
- 41 - Ibidem, p. 229.
- 42 - Ibidem, p. 228.
- 43 - Ibidem, p. 229.
- 44 - Ibidem, p. 233-234.
- 45 - Ibidem, p. 233.

- 46 - Ibidem, p. 227.
- 47 - Ibidem, pp. 231-232.
- 48 - TOULMIN, S.: "The Philosophy of Science"; p. 96.
- 49 - Ibidem. (Ver Cap. IV, especialmente pp. 100-101 e 115).
- 50 - Ibidem, p. 114.
- 51 - Ibidem, p. 18-19.
- 52 - Ibidem, p. 18-19.
- 53 - Ibidem, p. 20.
- 54 - Ibidem, pp. 21-24.
- 55 - Ibidem, p. 27.
- 56 - Ibidem, pp. 31-32.
- 57 - Ibidem, p. 30.
- 58 - Ibidem, p. 29.
- 59 - Ibidem, p. 32.
- 60 - Ibidem, p. 35.
- 61 - Mas, em todo caso, é em virtude do papel "pictórico" do modelo que a teoria pode ser vista também como um "método de representação", já que o modelo é quem lhe "pinta", afinal, seu escopo.
- 62 - ASSOUN, P.L. (1981): "Introduction à l'épistemologie freudienne", pp. 7-8.
- 63 - LAPLANCHE, J. (1970): "Vie et mort en Psychanalyse - suivi de "Dérivation des entités psychanalytiques" (abreviado neste trabalho por "Vie et mort...").

- 64 - Idem (1970): "Dérivation des entités psychanalytiques" (abreviado neste trabalho por "Dérivation...").
- 65 - LAPLANCHE, J.: "Dérivation...", p. 200.
- 66 - Ibidem, pp. 203 e 202.
- 67 - Ibidem, p. 210.
- 68 - Ibidem, p. 206.
- 69 - Ibidem, p. 206.
- 70 - Ibidem, p. 206.
- 71 - Ibidem, p. 206.
- 72 - Ibidem, p. 207.
- 73 - LAPLANCHE, J.: "Vie et mort...", p. 8.
- 74 - De qualquer forma, nós preferimos ser um tanto cautelosos quanto a esse viés "dialético" no caso do "Projeto".
- 75 - Maneira essa que ficará oportunamente ilustrada em certos momentos de nossa exposição.

## Notas ao Capítulo II

- 1 - Ver Cap. I deste trabalho, p. 35.
- 2 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 395; S.E. I, p. 295.
- 3 - Ibidem, E.S.B. I, p. 395; S.E. I, p. 295.
- 4 - Ibidem, E.S.B. I, p. 395; S.E. I, p. 295. (No trecho aludido aparece, junto de "N", o símbolo "Qn'" e não "Q", o qual temos adotado como parceiro de "N" e que também registra uma ocorrência nesse trecho. De fato, Freud vai usar no texto do "Projeto" ambos os símbolos, "Q" e "Qn'", sem no entanto tematizar as diferenças que eles poderiam estar conotando. A partir de um exame dos contextos em que tais símbolos são usados no "projeto", o editor Strachey, na sua "Introdução" à dita obra, vai fornecer algumas "chaves" para interpretar o que ele chama de "abreviaturas" nesse texto (Cf. E.S.B. I., p. 394; S.E. I, p. 294). Desta maneira, "Q" simbolizará "a quantidade (em geral, ou da ordem de magnitude do mundo externo)"; por sua vez, "Qn'" fará referência "à quantidade (da ordem de magnitude intercelular)". De fato, isto funciona assim ao longo do texto, embora nem sempre Freud permaneça fiel a essa distinção. Entretanto, nos casos em que isto acontece, é fácil de se inferir pelo contexto a qual dessas quantidades está se fazendo referência. De qualquer maneira, neste estágio inicial de nossa exposição, nós preferiremos não ter em conta essas considerações todas e fazermos funcionar "Q" e "N" momentaneamente como primitivos. Nesse sentido, nossa preferência por "Q" ou por "Qn'" será de algum modo arbitrária.
- 5 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 395; S.E. I, p. 295.
- 6 - "AQR" deve ser lido como: "A" tem a relação "Q" com "R'".
- 7 - Alguns esclarecimentos devem ser prestados com relação ao termo "metapsicologia", do qual deriva o adjetivo "metapsicológico": em primeiro

lugar, pode-se dizer que se trata de um termo difícil de caracterizar porque o conceito que ele denota não é objeto, na obra de Freud, de uma teorização unívoca. Significativamente, talvez, ele aparece ligado inicialmente à teorização presente no "Projeto". É assim que o vemos entrar em cena pela primeira vez na carta 41 de Freud a Fliess (13/02/96) em evidente alusão à "psicologia" do "Projeto", conquanto de maneira um tanto vaga ("Los Orígenes ...", p. 3541); mas é na carta 84 a Fliess (10/03/98) que seu sentido começará a ser precisado; ali Freud vai propor o termo "metapsicologia" para designar "minha psicologia que penetra por trás da consciência". Comenta Assoun: "o 'meta', compreendido em 'metapsicologia', vai precisar-se como designando o fundamento arqueológico do psiquismo, vale dizer, o inconsciente". (Cf. Assoun, P.L. (1976), "Freud - a filosofia e os filósofos", p. 70). Pensamos, por outro lado, que a "metapsicologia" a que alude a carta 84 faria já referência, no nível epistemológico, a hipóteses e modelos conceituais mais ou menos distantes do plano descritivo ou fenomênico. Conforme Laplanche & Pontalis ("Vocabulário ...", verbete "metapsicologia") o termo "metapsicologia" teria sido cunhado por Freud para designar a dimensão mais teórica da psicologia por ele fundada (p. 361), i.e., aquela dimensão em que "se elaboram ou explicam as hipóteses subjacentes à psicologia psicanalítica - "princípios" (Prinzipien), "conceitos fundamentais" (Grundbegriffe), "modelos" teóricos (Darstellungen, Fiktionen, Vorbilder)? (pp. 362-63). De qualquer maneira, concordamos com Assoun quando caracteriza a metapsicologia "como a parte especulativa da ciência psicanalítica" (Assoun (1976), p. 64). Mas nós ressaltamos: a metapsicologia seria a parte especulativa da ciência psicanalítica na medida em que, no processo de produção de conceitos, é a que tem por função elaborar aquelas "idéias abstratas" ou (proto) "conceitos fundamentais" que servem para organizar o material fenomênico do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas", e impostas à maneira de "convencões". Acabamos de sintetizar aqui algumas idéias daquela peça de "epistemologia freudiana" que é a parte

inicial de "Pulsões e seus destinos" (Cf. FREUD, S. (1915) "Pulsões e seus destinos", E.S.B. XIV, p. 137; S.E. XIV, p. 117). Diga-se de passagem que o dito artigo iria fazer parte de uma obra mais vasta, concebida por Freud com o nome precisamente de "Elementos para uma Metapsicologia", a qual só foi parcialmente realizada.

8 - Ver nota 7 acima.

9 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, pp. 395-396; S.E. I, pp. 295-296.

10 - Ver "Introdução" a este trabalho, p. 13.

11 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B. III, p. 73; S.E. III, p. 60.

12 - Ibidem, E.S.B. III, pp. 73 e 61; S.E. III, pp. 60 e 48.

13 - GREEN, A. (1973): "O Discurso Vivo - Uma Teoria Psicanalítica do Afeto", pp. 17-20.

14 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 398; S.E. I, 298.

15 - Ibidem, E.S.B. I, p. 396; S.E. I, p. 296.

16 - Ibidem, E.S.B. I, p. 399; S.E. I, p. 298.

17 - O termo "catexis" foi cunhado pelo editor inglês das obras de Freud em 1922 para traduzir "Besetzung", palavra que tem no seu uso ordinário acepções entre as quais as de "ocupação", "preenchimento"; em nossa língua, a tradução técnica de uso mais difundido é a de "investimento", conforme proposta de Laplace & Pontalis, op. cit., verbete "Investimento". O termo "Besetzung" já tinha aparecido em Estudos sobre a Histeria, ("Frau Emmy von N."), E.S.B II, p. 135; S.E. II, p. 152, mas aplicado ao investimento de representações e não de neurônios. Feitas tais considerações, queremos advertir aqui que, mesmo achando mais apropriado o vocábulo "investimento" (ou ainda "ocupação", como sói ser ressaltado pelo Prof. Osmyr Faria Gabbi Jr.) para traduzir "Besetzung", nós usaremos freqüentemente o termo

“catexis” e derivados, dada a vastidão de ocorrências dos mesmos nas contínuas citações e referências de textos freudianos que serão feitas a partir da versão inglesa da S.E.

- 18 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 398; S.E. I, p. 298.
- 19 - Vemos aqui cobrar especificidade àquela cláusula abstrata que fazia parte da definição inicial de “Q” na “Introdução” do “Projeto”; com efeito, só uma coisa física pode estar sujeita às leis gerais do movimento, nunca um princípio de diferenciação de natureza relacional.
- 20 - RICOEUR, P.: “De l’interprétation . . .”, pp. 83-84.
- 21 - LAPLANCHE, J.: “Vie et mort . . .”, p. 176.
- 22 - RICOEUR, P.: Op. cit., p. 146.
- 23 - BRENTANO, F. (1874): “Psychologie du point de vue empirique”; tr. do alemão de Maurice de Gandillac; Ed. Aubier-Montaigne, 1944. (Para maiores referências, remeter-se ao “Apêndice” deste nosso trabalho).
- 24 - Ver Cap. I deste trabalho, p.p. 38-39.
- 25 - Ver Cap. I deste trabalho, p. 41.
- 26 - Ver Cap. I deste trabalho, p. 42.
- 27 - Ver Cap. I deste trabalho, p.p. 41-42.
- 28 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 396; S.E. I, p. 296.
- 29 - Achamos conveniente estabelecer algumas distinções a respeito do sentido ou sentidos em que o biológico aparece contextualmente no “Projeto”. Faremos isto da perspectiva em que a questão é colocada por F.J. Sulloway em “Freud, Biologist of the Mind”. Segundo o dito autor (pp. 122 e 131), existem no “Projeto” dois “modelos biológicos” nitidamente diferenciados. A conceituação de Sulloway diz respeito,

é bom frisar, a modelos de cientificidade operantes no “Projeto” e, neste sentido, deveremos entender aí “modelo” como quadro de referência ou paradigma. Assim, conforme o ponto de vista de Sulloway, os dois modelos biológicos em jogo no “Projeto” consistiriam num modelo neurofisiológico ou “mecânico”, que é resultado da prévia colagem helmholtziana do físico-fisiológico, e num modelo organísmico, evolucionista ou “biológico”, de raízes darwinianas. Sem entrar na discussão do valor relativo que possa ser outorgado àqueles dois modelos biológicos, achamos que sua presença efetiva, no texto do “Projeto”, é algo que merece ser destacado. Todavia, dado que ambos os tipos de modelo são biológicos, embora de maneira diferente, e dado que em nosso trabalho a palavra “modelo” aparece com outra conotação, preferimos, em prol da clareza, falar em dois “registros” do biológico, quais sejam, o “mecânico” e o “biológico”, sempre que tenhamos como referencial a caracterização sullowayana. Cabe salientar, outrossim, que a idéia de falar daqueles dois “modelos” em termos de “registros” (mecânico e biológico) nos foi inspirada pela leitura de ponderações que a esse respeito são desenvolvidas por R. Mezan em “Freud: A Trama dos Conceitos” (p. 29 em diante), embora na distinção entre “mecânico” e “biológico” sigamos à risca o pensamento de Sulloway.

30 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 396; S.E. I, p. 296.

31 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 396-397; S.E. I, p. 296.

32 - LAPLANCHE, J.: “Vie et mort ...”. p. 92.

33 - Ibidem, p. 178.

34 - Ibidem, p. 92.

35 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 397; S.E. I, p. 296.

36 - Daqui em diante, usaremos os termos Q e Q<sub>n</sub>, sem aspas, para designar simplesmente quantidades.

37 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 397; S.E. I, p. 297.

- 38 - Ibidem, E.S.B. I, p. 397; S.E. I, p. 297. (As aspas são do autor; o grifado é nosso).
- 39 - Ibidem, E.S.B. I, p. 397; S.E. I, p. 297. (O grifado é do autor).
- 40 - Ibidem, E.S.B. I, p. 398; S.E. I, p. 297.
- 41 - Ibidem, E.S.B. I, p. 398; S.E. I, p. 297.
- 42 - Ibidem, E.S.B. I, p. 398; S.E. I, p. 297. (O grifado é nosso).
- 43 - Com efeito, o "princípio de constância" só será formulado explicitamente como tal em "Além do Princípio do Prazer" (1920), em termos que retomam aqueles do "Projeto" (Cfr. E.S.B. XVIII, p. 19; S.E. XVIII, p. 9). Utilizando-nos todavia de uma licença de linguagem que está consagrada entre os estudiosos do "Projeto", faremos uso da expressão "princípio de constância" também no contexto desta última obra. Cabe relembrar aqui que antecipações ou formulações pré-"Projeto" desse "princípio" (1892-1894) foram já consignadas por nós na "Introdução" deste nosso trabalho (ver pp. 17-18 acima), como fazendo parte de um aparelho teórico que Freud compartilhara com Breuer na época para explicar sobretudo fenômenos verificados na histeria. Mas o dito "princípio" cobraria em seguida sentidos diferentes em ambos os autores. Com efeito, eles nunca chegaram, de fato, a uma formulação definitiva comum, sendo isto expressão de profundos desencontros entre ambos, como teremos oportunidade de ver quando abordarmos, no capítulo VI deste trabalho, as relações entre o par "energia livre/energia ligada". Agora, no contexto do conjunto de cartas e manuscritos que marcaram o período do relacionamento de Freud com Fliess (1887-1902), temos no Manuscrito "D", escrito provavelmente em maio de 1894 com o título de "Sobre a Etiologia e a Teoria das Grandes Neuroses" ("Los Orígenes...", p. 3492) um esquema de tópicos a serem desenvolvidos (uma espécie de plano) onde a questão da "constância" é destacada como fazendo parte fundamental da teoria dessas neuroses (p. 3492). Com efeito, vemos Freud interessado aí em

formular e elaborar uma “teoria da constância” em suas conexões com o mecanismo e etiologia das neuroses aí consignadas (pp. 3492/3493). De qualquer maneira, sejam ou não equivalentes, em nível do “Projeto”, os “princípios” de inércia e de constância (questão essa da qual ocupar-nos-emos logo mais), parece que o “princípio de constância” estaria também ancorado – como talvez seja o caso do “princípio de inércia”, via a leitura laplanchiana, no domínio do psicopatológico, de uma maneira que precisamos no entanto descobrir.

- 44 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B I, p. 397; S.E. I, p. 296.
- 45 - Devemos a R. Wollheim (“As Idéias de Freud”, p. 49) uma melhor compreensão deste assunto.
- 46 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B I, p. 404; S.E. I, p. 303. (Os grifos são do autor).
- 47 - WOLLHEIM, R. (1971): “As Idéias de Freud”, p. 53.
- 48 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B I, p. 399; S.E. I, p. 298. (Os grifos são do autor; cabe salientar aqui que a hipótese das “barreiras de contato”, precursora em dois anos de teoria da sinapse é um achado de Freud, embora em nível especulativo).
- 49 - Ibidem, E.S.B I, p. 399; S.E. I, p. 298.
- 50 - Estamos nos referindo à leitura laplanchiana, que será exposta umas páginas mais à frente.
- 51 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B I, p. 399; S.E. I, p. 299.
- 52 - Ibidem, E.S.B I, pp. 399-400; S.E. I, p. 299. (Ver nota de rodapé nº 1 do editor inglês (E.S.B I, p. 400. S.E. I, p. 299) advertindo que: “A incompatibilidade entre as funções da percepção e da memória já tinha sido observada por Breuer em nota de rodapé a sua contribuição teórica aos Estudos sobre a Histeria (1895) [E.S.B II, p. 241], S.E. II, pp. 188-189.”).

- 53 - Ibidem, E.S.B I, p. 400; S.E. I, pp. 299-300. (Os grifos são do autor).
- 54 - Ibidem, E.S.B I, p. 400; S.E. I, p. 300. (Os grifos são do autor).
- 55 - Ibidem, E.S.B I, p. 400; S.E. I, p. 300. (Note-se que cada tipo de neurônios configura um sistema).
- 56 - Ibidem, E.S.B I, p. 403; S.E. I, p. 302. (Ver também p. 56 acima).
- 57 - Esta colocação ficará esclarecida um pouco mais à frente.
- 58 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300.
- 59 - Ibidem, E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300. (O grifado é do autor).
- 60 - Ibidem, E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300.
- 61 - Ibidem, E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300.
- 62 - Ibidem, E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300.
- 63 - Ibidem, E.S.B I, p. 402; S.E. I, p. 301.
- 64 - Ibidem, E.S.B I, p. 401; S.E. I, p. 300. (Os grifos são do autor).
- 65 - Ibidem, E.S.B I, p. 402; S.E. I, p. 301.
- 66 - Ibidem, E.S.B I, p. 405; S.E. I, p. 304.
- 67 - Ibidem, E.S.B I, p. 405; S.E. I, p. 304. (Diga-se de passagem que esta é uma das poucas referências a algo assim como uma localização anatômica; outra referência mais significativa neste sentido aparecerá nas seções 9 e 10 da Parte I, a propósito da divisão dos neurônios  $\psi$  em do "pallium" e "nucleares").
- 68 - Ibidem, E.S.B I, p. 405; S.E. I, p. 304.
- 69 - Ibidem, E.S.B I, p. 406; S.E. I, p. 304.
- 70 - Ibidem, E.S.B I, p. 406; S.E. I, p. 304.
- 71 - Ibidem, E.S.B I, p. 407; S.E. I, p. 306.

- 72 - Ibidem, E.S.B I, p. 407; S.E. I, pp. 305-306.
- 73 - Ibidem, E.S.B I, pp. 407-408; S.E. I, p. 306.
- 74 - Ibidem, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 306.
- 75 - Ibidem, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 306.
- 76 - LAPLANCHE, J.: "Vie et mort . . .", p. 92. (Neste sentido é que Laplanche assinala a conveniência de desembaraçar o termo "constância" de toda idéia de "homeostase", ligada ao equilíbrio dinâmico característico de um corpo vivo. Com efeito, no "Vocabulário . . .", de LAPLANCHE & PONTALIS, verbete "Princípio de Constância", aponta-se primeiro a possibilidade de assemelhar "constância" a "homeostase", esta última entendida no sentido de auto-regulação: o sistema funcionaria de tal maneira que procuraria manter constante sua diferença de nível energético relativamente ao que o rodeia (o que implica na idéia de um sistema "relativamente fechado"), (pp. 455-456). Mas logo desestimase tal aproximação por entender-se que o "princípio de constância" em Freud estipula, dentro de um modelo mecanicista, a redução da tensão a um nível mínimo, (p. 460), o que é indicador, em todo caso, de um outro tipo de equilíbrio energético. Neste sentido, frisa Laplanche em "Vie et mort . . .", (p. 181 e seguintes): o "princípio de constância", tal como esboçado no "Projeto", deve ser entendido - via um referencial fisicalista que vem de Helmholtz - no marco do 2º princípio de termodinâmica: "dentro de um sistema fechado, as diferenças de nível energético tendem para a igualização, de maneira que o estado final é o de um equilíbrio". O que em termos da formulação de Carnot-Clausius (conhecida como "princípio de degradação da energia" ou "lei de entropia") significaria que, num sistema termicamente isolado, poderia haver uma parte da energia não utilizável, não transformável em trabalho mecânico (isto é, "degradada" em forma de calor), e que retraduzido em termos de "constância" indicaria de qualquer maneira a primazia da tendência a nível zero de energia (inércia neurônica).

- 77 - Ibidem, p. 184.
- 78 - LAPLANCHE & PONTALIS: "Vocabulário ...", verbete "Princípio de Inércia Neurônica", pp. 463-464.
- 79 - LAPLANCHE, J.: Op. cit, p. 176 em diante.
- 80 - RICOEUR, P.: "De l'interprétation ...", p. 85
- 81 - Ibidem, p. 85.
- 82 - Ibidem, p. 83.
- 83 - ASSOUN, P.L.: "Introduction à l'Épistemologie Freudienne", p. 153.
- 84 - Ibidem, p. 153.
- 85 - Ver p. 63 acima.
- 86 - LAPLANCHE, J.: Op. cit., p. 89 em diante.
- 87 - Ver p. 59 acima.
- 88 - Ver Cap. I deste trabalho, pp. 47-48.
- 89 - O que implicaria também, pensamos nós, em perceber uma distância efetiva, em nível do biológico, entre os registros "mecânico" e "biológico", para expressarmos em termos que re-enviam às distinções colocadas por Sulloway. (Ver nota 29 acima).
- 90 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312.

## Notas ao Capítulo III

- 1 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 397; S.E. I, p. 296.
- 2 - Ibidem, E.S.B I, p. 397; S.E. I, p. 296
- 3 - Ibidem, E.S.B I, p. 396; S.E. I, p. 296
- 4 - Ibidem, E.S.B I, p. 397; S.E. I, p. 296
- 5 - Ibidem, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 306
- 6 - Ibidem, E.S.B I, p. 398; S.E. I, p. 297
- 7 - LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B.: "Vocabulário da Psicanálise", verbete "Princípio de Inércia (Neurônica)", p. 463. (Cabe notar que a "ordem natural" em questão seria aqui, antes de mais nada, a de um organismo vivo - Cfr. "Vocabulário...", p. 464).
- 8 - PRADO JR., B.: "Hume, Freud, Skinner" - (Em torno de um parágrafo de G. Deleuze), pp. 10-13.
- 9 - E teria razão Laplanche: o princípio de inércia seria "ambiguamente metafórico" (ver Cap. II deste trabalho, p. 73) na medida em que ele não seria um princípio constitutivo de uma dada ordem de objetos - como ele quer aparecer -, e sim uma espécie de "ideal" relativamente a essa ordem - que é o que consegue ser. Todavia, é preciso lembrar que falta desvendar ainda a base real da "metaforização" desse princípio, o que só poderemos fazer nas páginas finais deste capítulo (Cfr. p. 106 e nota 148 abaixo).
- 10 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 309.
- 11 - A idéia de um desenvolvimento progressivo do sistema nervoso do exterior para o interior faz aparição na Seção 4 da Parte I do "Projeto", ao se tentar justificar biologicamente a divisão dos neurônios em  $\varphi$  e  $\psi$  na base de conhecimentos anatômicos existentes na época (Cfr. E.S.B I,

- p. 404; S.E. I, p. 303). Ocupar-nos-emos dessa justificação logo mais, neste mesmo capítulo.
- 12 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 309.
- 13 - Ibidem, E.S.B I, p. 416 (em lugar de "aparelho" aparece aqui, erradamente, a palavra "sistema", no próprio título da Seção 9 da Parte I); S.E. I, p. 312 .
- 14 - Ibidem, E.S.B I, p. 404; S.E. I, p. 303; os grifos são do autor. (Para melhor compreender o inter-jogo aqui do "mecânico" e do "biológico", não já enquanto meros "registros" do "biológico", senão como categorias explicativas, remeter-se à nota 16 abaixo).
- 15 - Ibidem, E.S.B I, p. 403; S.E. I, p. 302.
- 16 - Temos julgado conveniente introduzir a esta altura de nossa exposição alguns esclarecimentos com relação aos tipos de explicação operantes no "Projeto". Em primeiro lugar, vemos Freud usar nesse texto a palavra "mecânica" para qualificar um certo tipo de explicação de processos neuro-psicológicos, em franca distinção de uma explicação de outro tipo ou "biológica". Tal distinção é sugerida na Seção 4 da Parte I do "Projeto", E.S.B I, p. 404; S.E. I, p. 302, ao se tentar justificar a distinção dos neurônios em duas espécies,  $\varphi$  e  $\psi$ , o que também ocorre ao ser postulada, na seção 5 dessa mesma Parte, E.S.B I, p. 407; S.E. I, p. 305, uma hipótese concernente à magnitude relativamente pequena dos estímulos intercelulares para explicar a diferença entre aqueles neurônios no que tange a sua permeabilidade. A distinção entre ambas categorias explicativas é de qualquer maneira tornada explícita na seção 13 também da Parte I, E.S.B I, p. 427; S.E. I, p. 322, a propósito da explicação da "defesa primária". Pode-se ver ali como Freud, ao considerar diversas possibilidades de explicação para a "defesa primária", pondera, depois de ter apontado a "aprendizagem biológica" como uma dessas possibilidades: "Com a expressão

aprendeu biologicamente acabamos de introduzir uma nova base de explicação, que deveria ter validade independente, ainda que não exclua, antes pelo contrário exija, o emprego de princípios mecânicos (fatores quantitativos)”.

Contudo, Freud nunca prestou maiores esclarecimentos quanto ao que ele entendia por ambos tipos de explicação, lacuna essa que tenta ser sanada pelo editor Strachey na sua versão inglesa do “Projeto”. (Cfr. E.S.B I, nota de rodapé número 1, p. 407; S.E. I, nota de rodapé número 3, p. 305): “Por [explicação] ‘mecânica’ (as vezes também Freud usa ‘automática’ como sinônimo) ele quer dizer que o fenômeno em questão é determinado diretamente por causas físicas contemporâneas; por ‘biológica’, entende-se que o fenômeno é determinado geneticamente pelo seu valor de sobrevivência para a espécie”.

Todavia, é preciso estabelecer outras especificações em torno do assunto, já que, em termos gerais, nem toda explicação mecânica é causal num sentido humeano da palavra “causa”, isto é, como conjunto de condições necessárias e suficientes na produção de um fenômeno. Há explicações mecânicas que só procuram desvelar o modo de funcionamento de um dado sistema, indicando apenas as condições que tornam possível esse funcionamento. Assim, E. Nagel (1961) diz, p. 156: “Num sentido amplo de ‘mecânico’, toda resposta a perguntas tais como ‘como funciona’?, ou ‘como está feito’? é, evidentemente, uma explicação mecânica, independentemente dos fatores determinantes dos processos em discussão (...)”.

Mas – complementa Nagel (pp. 278-279) – as explicações mecânicas podem jogar também em outro nível, e essa circunstância se dá quando pelo seu intermédio procura-se apontar para as “causas” de um processo; busca-se então, através de uma hipótese, o estabelecimento de relações de dependência entre fenômenos de algum modo quantificáveis, e isto com o intuito desses fenômenos serem finalmente subsumidos sob leis de caráter determinístico.

Por outro lado, a maioria dos epistemólogos entende, em um nível mais genérico, que a procura das causas é a procura das condições necessárias e/ou suficientes na produção de um dado fenômeno, num sentido humano da palavra "causa", ou senão num sentido que lhe é próximo. Esta é a visão de R. Braithwaite (1959), p. 351, e também a de G.H. von Wright (1963), pp. 38-39. Segundo este último autor uma explicação em termos de condições suficientes forneceria uma resposta a questões colocadas na forma esquemática de "Por que é necessário?", enquanto que uma explicação formulada em termos de condições necessárias faria o próprio a respeito de questões que indagam por: "Como é possível"? (Cf. pp. 135-136).

As explicações biológicas, por sua vez, podem ser entendidas como uma sub-classe das explicações genéticas ou de desenvolvimento (Cf. Nagel, p. 25), e é este o sentido em que Freud teria se referido a elas nos casos registrados acima e que Strachey aponta na sua nota de rodapé. No entanto, também é possível ver as explicações biológicas como um tipo de explicação teleológica, ou melhor, funcional. G.H. von Wright (1963) caracteriza as explicações teleológicas contrapondo-as as de tipo causal no seguintes termos: Dada a ocorrência de um evento  $p$  podemos formular a pergunta "por que  $p$  ocorre"? Se dermos uma explicação causal dessa ocorrência, iremos responder, de maneira esquemática: " $p$  ocorre porque  $q$  ocorreu", procurando assim no passado a ocorrência de um evento ( $q$ ) que se considera condição suficiente para a ocorrência de  $p$ . Mas se a resposta for " $p$  ocorre a fim de que  $q$  ocorra", estaremos dando uma explicação teleológica que remete à ocorrência de um evento futuro ( $q$ ) para o qual a ocorrência de  $p$  é considerada uma condição necessária. (p. 83).

Todavia, pode-se conceber o domínio do teleológico como dividido, conforme entende von Wright, em dois sub-domínios: aquele das noções de "função", "propósito" (preenchimento), "totalidades orgânicas" ou "sistemas", por um lado, e o correspondente às noções de "tendência", "aspiração", "intencionalidade", pelo outro. (Cf. p. 16).

As explicações teleológicas “*stricto sensu*” só seriam, para o dito autor, aquelas que têm como objeto condutas “*action-like*” (p. 86), isto é, condutas tendendo intencionalmente a metas; tais explicações situam-se portanto no segundo dos sub-domínios do teleológico apontados. As explicações funcionais da biologia, pelo fato de operarem no primeiro desses sub-domínios, isto é, sem referência a intenções, não seriam assim propriamente teleológicas, senão causais com aparência de teleológicas ou “quasi-teleológicas”. (p. 59). Um exemplo claro disto encontra-se nas explicações do comportamento de organismos vivos em termos de mecanismos de “*feed-back negativo*”. (pp. 16-17).

Um mecanismo de “*feed-back*” negativo funciona, segundo a descrição de von Wright, da seguinte maneira: um sistema no qual um fator-*causa*, por exemplo um aquecedor, produz um efeito, qual seja, a elevação da temperatura numa sala, pode ser associado a outro sistema, um termostato, tal que uma falha no efeito do primeiro, digamos uma queda na temperatura abaixo de um certo ponto, produza uma “*correção*” na operação de seu fator-*causa*, isto é, um incremento na atividade de produção de calor. Assim, o fator-efeito do segundo sistema, qual seja, o incremento na atividade de produção de calor, dá à operação do fator-*causa* do primeiro sistema uma “aparência de teleologia”. Mas ambos os sistemas operam conforme leis causais, isto é, seus efeitos são explicados a partir de “*condições iniciais*” constituídas pelos fatores-*causa* mais leis de cobertura ligando as causas com seus efeitos. Um sistema que tem um mecanismo de “*feed-back*” é chamado de “*homeostático*” ou de “*auto-regulação*”. Assim, o controle da temperatura nos vertebrados seria um caso de um “aquecedor” com um “*termostato*” (Cfr. pp. 16-17). De uma maneira mais genérica, von Wright vai apontar o seguinte critério para decidir se uma dada explicação é quasi-teleológica, isto é, se ela é causal, embora disfarçada “sob forma teleológica”: uma explicação será causal, mesmo tendo uma aparência teleológica, se sua validade depender da verdade das conexões nômicas existentes entre os eventos que estão sendo considerados, de maneira

que se tais conexões forem empiricamente refutadas a explicação deixará de ser aceita (Cfr. p. 84). Assim, a explicação: “Após esforço físico a respiração se acelera a fim de manter a taxa normal de oxigênio no sangue”, depende da validade da conexão nômica entre a aceleração da respiração e o restabelecimento da taxa normal do oxigênio no sangue, sendo, portanto, quasi-teleológica. Inversamente, estaremos em presença de uma “genuína” explicação teleológica caso ela não depender da validade das conexões nômicas que nela possam estar envolvidas (Cfr. pp. 83-84). Assim, a explicação de que um homem está correndo rumo a uma estação ferroviária a fim de pegar o trem em tempo continuaria sendo correta mesmo que esse homem perdesse o trem, isto é, mesmo não sendo válida a conexão nômica que possa ter sido estabelecida entre “correr” e “alcançar o trem”.

Não aprofundaremos aqui uma questão que é objeto de polêmica entre diversos filósofos da ciência mas cujo delineamento, em termos gerais, é algo que nos será – pensamos – de grande utilidade, na medida em que avançarmos na nossa leitura do “Projeto”. A questão é a seguinte: são as explicações intencionais uma classe diferenciada de explicações teleológicas, ou elas podem se reduzir, em última instância, a explicações estritamente causais? Abraçando a primeira alternativa, autores como von Wright e Charles Taylor sustentarão a especificidade das explicações intencionais e sua distância das explicações causais “humanas”, distância essa marcada pelo fato de as primeiras não obedecerem o postulada básico destas últimas, entendido já em termos da independência lógica entre a causa e o efeito (von Wright (1963), p. 93), já em termos da possibilidade de ambos serem identificados separadamente (Ch. Taylor (1964), p. 11). Como representante da posição reducionista, podemos mencionar a R. Braithwaite, para quem, nas ações humanas, a representação da meta a ser obtida funcionaria como “causa eficiente” das ações em jogo (Cfr. Braithwaite (1959), p. 355). No que tange à possibilidade de se encarar as aplicações biológicas em termos teleológicos, vemos Nagel sustentar uma posição semelhante à

de von Wright. (Cfr. Nagel (1961) pp. 401-402). Frisando a suspeição de que são objeto, na ciência biológica, as explicações teleológicas, Nagel apontará como razões da mesma já a associação dessas explicações com a doutrina aristotélica das “causas finais” (que implicaria que um estado futuro e portanto não realizado de um sistema determinasse o comportamento de um estado atual), já uma concepção antropomórfica de tais explicações, na medida em que elas invoquem propósitos ou fins deliberados (válidos nas ações humanas) enquanto fatores causais de processos naturais (físico-químicos e biológicos). Tal suspeição, no entanto, no entender desse autor, não deverá afetar as explicações da ciência biológica, já que nelas o “teleológico” ficaria restrito à especificação de funções que possuem coisas ou processos. As explicações “teleológicas” ou funcionais seriam pois efetivamente equivalentes a explicações não teleológicas (ou causais) (p. 403-405). Assim, o enunciado: “A função da clorofila nas plantas é permitir que estas realizem a fotossíntese” pode ser traduzido, sem perda de conteúdo, em: “A presença da clorofila nas plantas é uma condição necessária para a fotossíntese”.

Mesmo que as leis funcionais que estão por trás deste tipo de explicações só delineiem as condições necessárias para um dado processo ter lugar, não é desestimada pelos biólogos a procura das condições suficientes, seja via um reducionismo dos fenômenos biológicos a fenômenos físicos-químicos, seja através de perspectivas que permanecem na esfera especificamente biológica (pp. 428-433).

Por outro lado, não existiria aqui o perigo de se estar apelando para uma “causa final”, que “agiria” desde um hipotético futuro. O qual coadunar-se-ia muito bem com a seguinte afirmação Braithwaite (1959) p. 366: “A peculiaridade dos fins biológicos é que eles constituem metas permanentes, e em todo momento da vida do organismo há atividades que deverão explicar-se em base à finalidade biológica”.

Surge em último lugar uma inquietação: não teria Freud feito uso no “Projeto” de explicações teleológicas de teor “especulativo”, no caso, de explicações meta-biológicas, e isto por ocasião das postuladas

tendências a afastar a quantidade, a converter as quantidades externas em qualidades e, na base de tudo isso, ao assentar o princípio de inércia neurônica sem ter em consideração qualquer embasamento empírico de caráter biológico? Mas, mesmo que isto fosse assim, poderíamos responder dizendo que a “meta-biologia” em questão seria em todo caso parte de uma estratégia teórica de construção que é, ela própria, e por essência, uma estratégia “meta-psicológica”. (Para maiores esclarecimentos sobre este ponto, consultar o item 2 da “Conclusão” deste nosso trabalho).

- 17 - FREUD,S: “Projeto”, E.S.B I, p. 400; S.E. I, p. 300.
- 18 - Além de sua função de recepção de estímulos externos, os  $\varphi$ , que não retêm Q, satisfariam imediatamente, pelo lado motor (conforme o modelo do arco reflexo) a função primária do sistema nervoso de descarregar Q.
- 19 - FREUD,S: “Projeto”, E.S.B I, p. 400; S.E. I, p. 300.
- 20 - Ibidem, “Projeto”, E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 308.
- 21 - Ibidem, “Projeto”, E.S.B I, p. 399; S.E. I, p. 299.
- 22 - DERRIDA, J. (1967): “A escritura e a diferença” (trad. do original francês da Ma. Beatriz Marquez N. da Silva).
- 23 - Ibidem, p. 185.
- 24 - Ibidem, p. 185.
- 25 - Ibidem, p. 191.
- 26 - Derrida traduz “facilitação” (Bahnung) como “abertura do caminho” (Bahn) ou “exploração” (p. 184).
- 27 - DERRIDA, J.: op. cit., p. 185.
- 28 - Ibidem, p. 185.

- 29 - Ibidem, p. 184.
- 30 - Ibidem, p. 188.
- 31 - Ibidem, p. 186. (Para nós, "Q" em seu primeiro nível; ver Cap. II deste trabalho, pp. 51-52).
- 32 - Ibidem, p. 186.
- 33 - Ibidem, p. 184.
- 34 - Ibidem, p. 191.
- 35 - Ibidem, p. 186.
- 36 - Ibidem, p. 186.
- 37 - Ibidem, pp. 185-186. (Os grifos são do autor).
- 38 - Ibidem, p. 186.
- 39 - FREUD, S: "Projeto", E.S.B I, pp. 401-402; S.E. I, p. 300-301; "AdA", p. 310. (A tradução do trecho do "Projeto" que encontra-se citado aqui segue a interpretação do original que é dada pelas respectivas versões espanhola (B.N.I, p. 216) e argentina (A.E., p. 345), interpretação essa que achamos sobretudo procedente à luz das considerações do editor espanhol em nota de rodapé 88, B.N.I, p. 216).
- 40 - DERRIDA, J.: op. cit., p. 187.
- 41 - Ibidem, p. 186.
- 42 - FREUD, S: "Projeto", E.S.B I, p. 400; S.E. I, p. 300.
- 43 - Ibidem, E.S.B I, p. 404; S.E. I, p. 303.
- 44 - LACAN, J.: "Le Séminaire - Livre II...", p. 131.
- 45 - FREUD, S: "Projeto", E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 308.
- 46 - Ibidem, E.S.B I, p. 473; S.E. I, p. 360.

- 47 - Este enfoque é desenvolvido ao longo da Seção 7 da Parte I do "Projeto".
- 48 - LAPLANCHE, J.: "Vie et mort", p. 91.
- 49 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 410-411; S.E. I, p. 308.
- 50 - Ibidem, E.S.B I, pp. 409-410; S.E. I, pp. 307-308.
- 51 - FREUD, S.: "As Neuropsicoses", E.S.B III, pp. 65-66; S.E. III, p. 53.
- 52 - Ver "Introdução" deste trabalho, pp. 21-23.
- 53 - BRENTANO, F. (1874): "Psychologie du point de vie empirique" tr. do alemão de Maurice de Gandillac, 1944. (No "Apêndice" deste trabalho, faz-se referência a uma série de conceitos desenvolvidos por Brentano nessa obra e cuja consulta recomendamos para uma melhor compreensão do tópico aqui tratado).
- 54 - Ibidem, p. 162.
- 55 - Ibidem, p. 52 (É bom advertir que "percepção interna" não é, para Brentano, o mesmo que "observação interna". A observação sempre supõe dirigir nossa atenção para o objeto observado e, no caso da percepção interna, bastaria pôr em ação esse mecanismo para que o objeto desaparecesse enquanto tal; portanto, a observação interna é impossível (p. 52). Brentano reconhece que isto constitui decerto uma limitação da psicologia com relação a outras ciências, mas assinala também que tal carência será suprida por outro tipo de observação, a "observação mnemônica", que se exerce sobre estados psíquicos passados (p. 53). De fato, toda observação se efetiva com o concurso da memória e sem esta última nem só a psicologia senão qualquer outra ciência seria inviável (p. 54). Mas, em psicologia, é a percepção interna a primeira e indispensável fonte de conhecimento (pp. 60-61)).
- 56 - Ibidem, pp. 81-82.
- 57 - Ibidem, p. 81.

- 58 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 410; S.E. I, p. 308.
- 59 - Ibidem, E.S.B I, p. 410; S.E. I, p. 308.
- 60 - Ibidem, E.S.B I, p. 410; S.E. I, p. 308.
- 61 - Ibidem, E.S.B I, p. 410; S.E. I, p. 308.
- 62 - Ibidem, E.S.B I, p. 410; S.E. I, p. 308.
- 63 - Ibidem, E.S.B I, pp. 410-411; S.E. I, pp. 308-309. (Os grifos são do autor; ver também nota de rodapé 1 do editor inglês, p. 309 – que corresponde a nota 2 na E.S.B., p. 411 – a respeito da escolha de Freud da letra grega " $\omega$ " para indicar o sistema de neurônios perceptivos).
- 64 - Como já antecipamos na nota 67 ao Capítulo II deste trabalho, Freud tinha dividido os neurônios  $\psi$  em dois grupos: "os neurônios do 'pallium', que são catexizados a partir de  $\varphi$ , e os neurônios nucleares, catexizados a partir das vias endógenas de condução". (Cfr. "Projeto", E.S.B I, p. 419; S.E. I, p. 315).
- 65 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 422; S.E. I, p. 318. (A "vivência" de satisfação" será analisada no Cap. IV deste trabalho).
- 66 - Limitamo-nos aqui a sugerir uma linha articulativa com relação aos processos de pensamento, processos esses amplamente tematizados nas Seções 16, 17 e 18 da Parte I do "Projeto", e praticamente na totalidade de sua Parte III. O estabelecimento de articulações entre questões ligadas à percepção e a este tipo de processos será efetuado sobretudo no Cap. VI deste trabalho.
- 67 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 308.
- 68 - Ibidem, E.S.B I, p. 406; S.E. I, p. 304.
- 69 - Ibidem, E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311.
- 70 - A expressão entre aspas é de nossa autoria.

- 71 - LACAN, J.: op. cit., p. 132. (Isto indica o momento, segundo Lacan, do ingresso do ponto de vista propriamente energético no sistema. Ponto de vista esse que requer a introdução de um aparelho suplementar, o  $\omega$ ; porque "isso" que é trazido do mundo exterior pelos  $\varphi$ , um mero "in-put", não é ainda uma informação, sendo portanto ineficaz para que o sistema possa passar a exercer sua função secundária, poderíamos acrescentar. Tudo isto ficará mais claro quando analisarmos a "vivência de satisfação").
- 72 - Este tema se desenvolve na seção 15 da Parte I do "Projeto", intitulada "Os Processos Primário e Secundário em  $\psi$ "; nós daremos conta dele no capítulo IV deste trabalho.
- 73 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311.
- 74 - LACAN, J.: op. cit., p. 132.
- 75 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 473; S.E. I, p. 360.
- 76 - Ibidem, E.S.B I, p. 412; S.E. I, p. 309.
- 77 - Ibidem, E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311.
- 78 - Ibidem, E.S.B I, p. 414 (onde diz " $\psi$ " deve-se ler " $\varphi$ "); S.E. I, p. 311.
- 79 - Ibidem, E.S.B I, p. 406; S.E. I, p. 304.
- 80 - Ibidem, E.S.B I, p. 417; S.E. I, p. 314.
- 81 - Ibidem, E.S.B I, p. 416 (ver figura 1); S.E. I, p. 314 (ver figura 13).
- 82 - Ibidem, E.S.B I, p. 418; S.E. I, p. 315. (Nestas considerações Freud tem em mente, como o faz explícito seguidamente (E.S.B., p. 419; S.E., p. 315) a lei psicofísica de Fechner, em que a sensação é função da excitação segundo certa proporção matemática. Na medida em que Freud, como já vimos, não segue Fechner na via de quantificar de maneira precisa as relações entre excitação e sensação, podemos dizer que a dita lei funciona antes como um modelo ou paradigma para expressar

este processo de transferência de quantidades: quanto maior a quantidade, maior a região neuronal catexizada).

- 83 - Ibidem, E.S.B I, p. 418-419; S.E. I, p. 315.
- 84 - Ibidem, E.S.B I, p. 412; S.E. I, p. 309.
- 85 - Ibidem, E.S.B I, p. 412; S.E. I, p. 310.
- 86 - Ibidem, E.S.B I, p. 412-413; S.E. I, p. 310.
- 87 - Ibidem, E.S.B I, p. 413; S.E. I, p. 310.
- 88 - Ibidem, E.S.B I, p. 412; S.E. I, p. 310 (a expressão entre chaves é nossa).
- 89 - LACAN, J.: op. cit., p. 135.
- 90 - FREUD, S: "Projeto", E.S.B I, p. 413; S.E. I, p. 310.
- 91 - DERRIDA, J.: op. cit., p. 190.
- 92 - Ibidem, p. 190.
- 93 - FREUD, S: "Projeto", E.S.B I, pp. 416-417 (ver nota rodapé 1, p. 417); S.E. I, p. 313 (ver nota de rodapé 2).
- 94 - Ibidem, E.S.B I, p. 417; S.E. I, p. 313.
- 95 - Ibidem, E.S.B I, p. 416; S.E. I, p. 313.
- 96 - Ibidem, E.S.B I, p. 417 (ver figura 1, p. 416); S.E. I, p. 313 (ver figura 12).
- 97 - Ibidem, E.S.B I, p. 419; S.E. I, p. 315.
- 98 - Ibidem, E.S.B I, p. 417; S.E. I, p. 314.
- 99 - Ibidem, E.S.B I, p. 417; S.E. I, p. 314.
- 100 - Ibidem, E.S.B I, p. 413; S.E. I, p. 311.

- 101 - Ibidem, E.S.B I, p. 413; S.E. I, p. 311.
- 102 - Ver nota 16 acima, no que diz respeito aos diversos tipos de explicações mecânicas.
- 103 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 411; S.E. I, p. 309 (os grifos são do autor).
- 104 - Somos devedores, no uso desta terminologia, do Prof. Osmyr Faria Gabbi Jr..
- 105 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311; "AdA", p. 320; A.E. p. 356. (Na versão inglesa da S.E. diz-se "representar" e não "apresentar", como temos preferido traduzir, ficando nisto mais próximos, ao nosso ver, da tradução argentina da A.E., onde diz-se "figurar").
- 106 - Ibidem, E.S.B I, p. 413-414; S.E. I, p. 311. (Esta maneira de resolver a questão seria, a primeira vista, expressão aproximada da tese do paralelismo psico-físico que, na esteira de Hughlings Jackson (ver E. Jones, "Vida y Obra...", vol. I, p., p. 379), o próprio Freud endossara no seu artigo sobre as afasias escrito em 1891, e que nós consultaremos aqui na tradução francesa de Claude Van Reeth que leva por título "Contribution à la conception des aphasies - Une étude critique" (abreviado neste trabalho por "Sobre as Afasias"). Vemos Freud dizer nesse texto (p. 105): "É provável que a cadeia de processos fisiológicos no sistema nervoso não esteja numa ligação causal com os processos psíquicos. Os processos fisiológicos não cessam tão logo se iniciam os psíquicos; ao contrário, a cadeia fisiológica continua. Mas, a partir de certo momento, para cada um (ou para vários) dos seus elos há um fenômeno psíquico que lhe corresponde. Em conseqüência, o processo psíquico é um processo paralelo ao fisiológico - 'um concomitante dependente'." (Esta última expressão teria sido tomada em empréstimo por Freud a H. Jackson; ver E. Jones, op. cit., p. 379, nota de rodapé 2). Todavia, veremos logo mais que o que Freud considera sua "teoria

da consciência” contém uma complexidade dificilmente enquadrável no marco de uma simples abordagem paralelista).

- 107 - FREUD,S: “Projeto”, E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311.
- 108 - Ibidem, E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311; “AdA”, p. 320; A.E. p. 356.
- 109 - Ibidem, E.S.B I, p. 414; S.E. I, p. 311.
- 110 - Isto significa que “ $\omega$ ” não representa analogicamente a consciência, no sentido hesseano de “analogia material” (ver Cap. I deste trabalho, p. 34). Com efeito, inexitem, entre os processos  $\omega$  e a consciência, propriedades comuns ou comparáveis.
- 111 - Certos comentários vertidos por E. Jones em “Vida y Obra...”, vol. I, p. 380, no sentido de matizar um certo “dualismo” que teria sido sustentado por Freud entre mente e cérebro (ou ainda no sentido de matizar a tese rudamente paralelista que relembra o Freud de “Sobre as Afasias”), pareceriam dar ensejo a esta última alternativa. Vemos Jones dizer, a esse respeito, que Freud teria acreditado – praticamente durante toda a sua vida – que a correlação entre os processos psíquicos e os neurofisiológicos induziria a supor a existência de certa semelhança na maneira de atuar de uns e de outros.
- 112 - Note-se contudo que dizemos – tomando-nos uma grande liberdade de expressão, é certo – “subjetividade”, isto é, uma espécie de dimensão qualitativa de certos processos neuro-fisiológicos, mas que não dizemos em nenhum momento “sujeito”, já que achamos que este elemento não se encontra presente no “Projeto”, nem no sentido em que o mesmo se põe como um “eu” da percepção ou da consciência imediata de si (na linha das “filosofias do sujeito” que tem no “Cogito” cartesiano o seu ponto de partida), nem tampouco no sentido de um “si-mesmo” que implicaria numa operação de reflexão ou de volta de si sobre si. (Temos formulado estas últimas considerações à luz de conceituações desenvolvidas por P. Ricoeur em “O si-mesmo como um outro”, pp. 14 e 30).

- 113 - Na Seção 12 da Parte I do "Projeto".
- 114 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312.
- 115 - Ibidem, E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312.
- 116 - O desprazer, ou melhor, a série "prazer-desprazer" enquanto mecanismo de regulação automática, não aparece definido nestes termos no "Projeto", mas é possível concebê-lo desta maneira a partir do conceito de "defesa" em diferentes momentos do texto. (Ver a esse respeito os seguintes trechos: E.S.B I, pp. 427-430; 430; 470; S.E. I, pp. 322-324; 325; 357-358; ver também caracterização de "mecanismo de feed-back negativo" em nota 16 acima, e as considerações vertidas na p. 105 abaixo a propósito do que chamamos aí de equivalência (2)).
- 117 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312 (os grifos são do autor).
- 118 - Estamos oferecendo aqui uma interpretação pessoal do assunto. Sustentamos que uma compreensão das sensações de "prazer-desprazer" que seja coerente com as teses colocadas até aqui por Freud não poderá deixar de ter em conta a incidência de um fator de variação, serial ou temporal na percepção dessas sensações, ou seja, de algo semelhante à assunção de um período por  $\omega$ ; caso não fosse assim, poderíamos ter que enfrentar-nos com uma indesejável inconsistência para a arquitetura do sistema: a sensação de desprazer, se posta em correspondência, em termos absolutos, a um elevado nível de carga, seria acusada por  $\omega$ , que só pode admitir quantidades ínfimas!
- 119 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312 (o grifado é do autor).
- 120 - Ibidem, E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312.
- 121 - Ibidem, E.S.B I, p. 415; S.E. I, p. 312.

- 122 - RICOEUR, P.: "De l'interprétation...", Cfr. nota 19 ao Cap. I da Primeira Parte do Livro II, p. 86.
- 123 - Ver Cap. II deste trabalho, pp. 54-55.
- 124 - GREEN, A.: "O Discurso Vivo...", pp. 16 e 21.
- 125 - No Cap. IV deste trabalho, a propósito da análise da "vivência de dor".
- 126 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, p. 425; S.E. I, p. 320.
- 127 - Ibidem, E.S.B I, pp. 408-409; S.E. I, p. 307.
- 128 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 129 - Ibidem, E.S.B I, pp. 408-409; S.E. I, pp. 306-307.
- 130 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 131 - Ibidem, E.S.B I, p. 424; S.E. I, p. 320.
- 132 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 133 - Ibidem, E.S.B I, p. 424; S.E. I, p. 320.
- 134 - Ibidem, E.S.B I, p. 424; S.E. I, p. 320.
- 135 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 136 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 137 - Na seção 10 da Parte I do "Projeto", a propósito dos "estímulos endógenos" (Cfr. E.S.B I, pp. 419-420; S.E. I, p. 316).
- 138 - Veremos em capítulos subseqüentes deste trabalho que a noção de "desamparo", qualificando a impotência inicial dos seres humanos para levar a cabo uma "ação específica" que possa aplacar as tensões internas geradas pelas "exigências da vida", será noção central para o desenvolvimento de uma função secundária de comunicação, que terá como base a necessidade de reconhecer "o outro" em termos do "princípio do prazer". ("Projeto", Seção 11, Parte I, e Seção 1, Parte III). Neste sentido,

a noção de “desamparo” frisaria a dependência do pequeno ser humano ou sua limitação. No caso do desamparo provocado pelo “fracasso” do mecanismo excitatório que permite a irrupção da dor, essa idéia de “fracasso” ou de “falha” remeter-nos-ia, com ênfase maior, a um aparelho mais imperfeito do que limitado.

- 139 - FREUD,S: “Projeto”, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 306.
- 140 - Ver “Introdução” deste trabalho, p. 28.
- 141 - FREUD,S: “Projeto”, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 307 (os grifos são do autor).
- 142 - Ibidem, E.S.B I, p. 408; S.E. I, p. 307.
- 143 - Ibidem, E.S.B I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 144 - Ver “Introdução” deste trabalho, pp. 26-27.
- 145 - LAPLANCHE, J.: “Dérivation...”, pp. 200-203. (Ver também Cap. I deste trabalho, p. 47).
- 146 - Já que não se enfrentariam ali grandes quantidades (Cfr. “Projeto”, E.S.B I, pp. 407-408; S.E. I, p. 306).
- 147 - A primeira formulação positiva da “tendência a evitar o desprazer” enquanto um “princípio de prazer” só fará sua aparição em “Pulsões e seus destinos” (1915); mas só em “Para Além do Princípio de Prazer” (1920) tal “princípio” adotará sua feição definitiva enquanto mecanismo regulador do curso dos processos que tem lugar na vida psíquica, processos esses que são mobilizados sempre a partir de uma tensão desprazerosa. (Cfr. E.S.B. XVIII, p. 17; S.E. XVIII, p. 7).
- 148 - LAPLANCHE, J.: “Vie et mort...”, p. 185. (E, dado que a mentada “tendência a evitar o desprazer”, da qual se tem “um certo conhecimento” testemunhado sobretudo pelas neuroses de defesa, é de qualquer

maneira equiparável no “Projeto” à “tendência primária à inércia”, podemos ver aqui o fundamento que, no nível desse texto, justificaria finalmente a tese laplanchiana da existência de uma transposição do clínico para o neurofisiológico no caso da inércia neurônica. Essa pista ou apoio textual – inexistente quando da postulação da inércia neurônica na Seção 1 da primeira parte do “Projeto” – chegou tarde, mas chegou; foi contudo preciso esperar que a questão do prazer/desprazer entrasse em cena como mediadora!

149 - Como veremos ao tratarmos da “defesa patológica” ou “recalque” no Capítulo V deste nosso trabalho.

## Notas ao Capítulo IV

- 1 - Ver "Introdução" a este trabalho, pp. 23-24.
- 2 - Ibidem, pp. 26-31.
- 3 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 457, S.E. I, p. 347. (O grifado é do autor).
- 4 - Este tema é desenvolvido nas Seções 11 e 12 da parte I do "Projeto" cujos títulos são, respectivamente, "A Experiência de Satisfação" e "A Experiência de Dor". (Cfr. E.S.B. I, pps 421 e 424; S.E. I, pp. 317 e 320; "AdA", pp. 325 e 327). O tradutor inglês J. Strachey traduziu a palavra "Erlebnis", que faz parte dos títulos das referidas seções no original alemão e que significa literalmente "vivência", por "experiência", sendo nisto seguido pela edição brasileira. Temos preferido a tradução literal, que acentua o caráter configurador na medida em que "vivido", por assim dizer, dos processos correspondentes. Coincidimos aqui com a versão argentina da A.E. (pp. 362 e 364).
- 5 - Ver Cap. III deste trabalho, pp. 102-105.
- 6 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 419; S.E. I, p. 315 (O grifado é do autor).
- 7 - Ibidem, E.S.B. I, p. 419; S.E. I, p. 315.
- 8 - Ibidem, E.S.B. I, p. 419; S.E. I, pp. 315-316.
- 9 - Ver Cap. II deste trabalho, pp. 69-71.
- 10 - Ibidem, p. 70.
- 11 - FREUD, S. : "Projeto", E.S.B. I, p. 419; S.E. I, p. 316. (O grifado é do autor).
- 12 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 419-420; S.E. I, p. 316. (O primeiro grifado é do autor; o segundo é nosso).

- 13 - Ibidem, E.S.B. I, p. 420; S.E. I, p. 316. (O grifado é nosso).
- 14 - Ibidem, E.S.B. I, p. 420; S.E. I, p. 316. (O primeiro grifado é nosso; o segundo é do autor).
- 15 - Ibidem, E.S.B. I, p. 421; S.E. I, p. 317.
- 16 - Ibidem, E.S.B. I, p. 421; S.E. I, p. 317. (Os grifos são do autor).
- 17 - Ver pp. 112-113 acima.
- 18 - FREUD, S.: "Pulsões e seus destinos"
- 19 - Ibidem, E.S.B. XIV, p. 142; S.E. XIV, p. 122.
- 20 - Essa segunda ocorrência terá lugar na Seção 19, Parte I, quando a propósito da caracterização do sono, a vontade seja definida como "a descarga da  $Q_n$ '  $\psi$  total" (Cfr. E.S.B. I, p. 445; S.E. I, p. 337).
- 21 - Ver pp. 116-120 adiante.
- 22 - Ver pp. 155-157 adiante.
- 23 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 421; S.E. I, p. 317.
- 24 - Ibidem, E.S.B. I, p. 421; S.E. I, p. 317. (O grifado é do autor). O tradutor inglês traduziu "Drang" ("AdA", p. 325) por "urgência"; temos preferido uma tradução mais literal, i.e., "pressão", que se coaduna melhor com a tônica pulsional do contexto.
- 25 - Ibidem; E.S.B. I, pp. 421-422; S.E. I, p. 317.
- 26 - Ibidem, E.S.B. I, p. 420; S.E. I, p. 316.
- 27 - Ibidem, E.S.B. I, p. 422; S.E. I, p. 318.
- 28 - Ibidem, E.S.B. I, p. 422; S.E. I, p. 318. (O grifado é do autor).
- 29 - LAPLANCHE, J.: "Vie et mort ...", p. 95.
- 30 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 422; S.E. I, p. 318.

- 31 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 99.
- 32 - Vamos ilustrar este ponto remetendo-nos a dois trechos do "Projeto" ainda pinçados da Parte I. Veja-se na Seção 14 (E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 324), a propósito do funcionamento da "catexia colateral", como a passagem de quantidade se efetua de uma "imagem mnêmica" (a) para um "neurônio" (b), como se ambos estivessem em um mesmo plano. O segundo exemplo está no penúltimo parágrafo da Seção 16, (E.S.B. I, p. 436; S.E. I, p. 329), onde se estabelece uma relação de identidade entre "lembrança da representação de desejo" e "neurônio b"!
- 33 - Por exemplo, na Seção 3 da Parte III (E.S.B. I, p. 495; S.E. I, p. 378), onde se faz questão de se dissociar "neurônios" e "complexos de neurônios" de "representações" e "complexos de representações".
- 34 - Ver Cap. II deste trabalho, p. 59.
- 35 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 422; S.E. I, p. 318. (As expressões entre chaves são nossas; o grifado é do autor).
- 36 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319. (As expressões entre chaves são nossas).
- 37 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319. (O grifado é do autor).
- 38 - Ver p. 119 acima.
- 39 - Quer dizer, então, que nem a pulsão nem a vontade são conhecidas em si mesmas.
- 40 - "Repetir-se-á" entre aspas porque a vivência de satisfação, sendo um "Vorbild" ou um "absoluto começo" é, estritamente falando, irrepetível. O que se repete é um certo "caminho de descarga" que pressupõe como elemento novo e ativador o desejo.
- 41 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 426; S.E. I, p. 322; "AdA", p. 329.

- 42 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361; "AdA", p. 360.
- 43 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 44 - Que é uma "imagem mnêmica" do objeto. (Ver citação correspondente à nota 36 acima).
- 45 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 46 - É pelo menos a primeira impressão que se tem quando se lê a caracterização da "atração desiderativa primária", nos primeiros dois parágrafos da Seção 13 da parte I do texto de "Projeto". (Cfr. E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322). Mas veremos que este ponto pode ficar esclarecido logo mais.
- 47 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319.
- 48 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 49 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 50 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322; A.E., p. 367. (Os grifos são do autor).
- 51 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322; "AdA", p. 329; A.E., p. 367. (O grifado é nosso. A tradução inglesa diz "estado de desejo", tradução imprecisa - e despistante - de "Begierdezustand").
- 52 - Estados esses cujas dinâmica seria equiparável, em todo caso, a esse "impulso" em que consiste a "vontade".
- 53 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319. (O grifado é do autor).
- 54 - Como é possível inferir a partir da explicação que é oferecida no texto para a "atração de desejo primária". (Cfr. "Projeto", E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322).
- 55 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 448; S.E. I, pp. 339-340.

56 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 325 (O tradutor inglês traduziu aqui "Phantasie - Vorstellung" ("AdA", p. 332) por "idéia imaginária". Temos ficado com a tradução literal, "representação-fantasia", que se coaduna melhor com a constelação conceitual freudiana, embora o termo "fantasia" não tenha aqui ainda o sentido técnico que adquirirá posteriormente enquanto "encenação imaginária" (Ver LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J-B., "Vocabulário da Psicanálise", verbete "Fantasia ou Fantasma"). Em nível do "Projeto" não é possível conceber representações que sejam fruto desse tipo de produção de imagens. As representações no "Projeto" sempre reconhecem como antecedente uma determinada percepção que ingressou em  $\psi$  do exterior via  $\varphi$ . O que também é válido para as representações alucinatórias, mesmo que sejam catexizadas a partir de  $\psi$  sozinho. Cabe também frisar que registra-se aqui a primeira ocorrência do termo "representação" no "Projeto", i.e., à altura da Seção 15 da parte I).

57 - Ibidem, E.S.B. I, p. 419; S.E. I, p. 315.

58 - Ibidem, E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 339.

59 - Como é possível inferir a partir da análise da "vivência de dor", nos dois primeiros parágrafos da Seção 12 da Parte I do texto do "Projeto". (Cfr. "Projeto", E.S.B. I, pp. 424-425; S.E. I, p. 320).

60 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 340.

61 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319.

62 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 319. (O grifado é nosso).

63 - Ibidem, E.S.B. I, p. 423; S.E. I, pp. 318-319.

64 - Ibidem, E.S.B. I, p. 423; S.E. I, p. 318.

65 - Ibidem, E.S.B. I, p. 423; S.E. I, p. 319.

66 - Ibidem, E.S.B. I, p. 423; S.E. I, p. 319.

- 67 - Ibidem, E.S.B. I, p. 423; S.E. I, p. 319.
- 68 - Ibidem, E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 323.
- 69 - Ibidem, E.S.B. I, pp.423-424; S.E. I, p. 319. (O grifado é nosso).
- 70 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 71 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 102.
- 72 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 408-409; S.E. I, p. 307.
- 73 - Ibidem, E.S.B. I, p. 408; S.E. I, p. 306.
- 74 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 408-409; S.E. I, p. 307.
- 75 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424, S.E. I, p. 320
- 76 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 103.
- 77 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 425; S.E. I, p. 320.
- 78 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 424-425; S.E. I, p. 320
- 79 - Ibidem, E.S.B. I, p. 425; S.E. I, p. 320.
- 80 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 498-499; S.E. I, pp. 380-381.
- 81 - Ibidem, E.S.B. I, p. 425; S.E. I, p. 320.
- 82 - Ibidem, E.S.B. I, p. 425; S.E. I, pp. 320-321.
- 83 - Ibidem, E.S.B. I, p. 499; S.E. I, pp. 381-382.
- 84 - Ibidem, E.S.B. I, p. 425; S.E. I, p. 321.
- 85 - Com efeito, os "neurônios-chave" só terão mais duas ocorrências no "Projeto", na sua Parte I; a primeira, na Seção 14 (E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 324), ainda pode ser considerada como relevante; a segunda, na Seção 18 ((E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 334), é meramente incidental.

- 86 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 425-426; S.E. I, p. 321. (Achamos interessante o comentário feito pelo editor inglês em nota de rodapé no. 2 da mesma página 321 (E.S.B. I, nota de rodapé nº 1, p. 426). Ele consigna aí diversos momentos da produção freudiana que revelam o interesse de Freud por estabelecer uma "possível base química das pulsões, sobretudo das sexuais". A primeira menção do assunto aparece no Manuscrito "D" (ver nota 43 ao Cap. II deste trabalho). Na relação dos tópicos a serem desenvolvidos consta a "teoria de uma substância sexual" ("Los Orígenes...", p. 3493). Também na carta 52 a Fliess, de 6/12/96, ao se abordar o assunto das "psiconeuroses sexuais", considera-se a incidência, na sua etiologia, de certas substâncias, dentre elas uma desprazerosa que se encontraria "em excesso" na mulher ("Los Orígenes...", pp. 3554-3555).
- 87 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 426-427; S.E. I, pp. 321-322. (O grifado é do autor).
- 88 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 89 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 90 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 91 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 92 - Ibidem, E.S.B. I, p. 424; S.E. I, p. 320.
- 93 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 94 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 95 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 96 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 97 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 106.

- 98 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B.I, p. 486; S.E. I, p. 370. (A expressão entre chaves é nossa). É preciso fazermos aqui a seguinte advertência: ver-se-á oportunamente (no Cap. VI deste trabalho, pp. 240-242) que o raciocínio que faz na parte III do "Projeto" da "defesa primária" uma "compreensível conseqüência da tendência originária ..." revelar-se-á como válido se e somente se ele for reconduzido ao contexto da Parte I que estamos considerando, ficando quase que paradoxalmente fora de propósito naquela parte do texto (III) em que tal raciocínio é propriamente desenvolvido.
- 99 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 99.
- 100 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 324.
- 101 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 432-433; S.E. I, p. 326-327.
- 102 - Ver capítulo III deste trabalho, p. 75 (O "modelo da fuga" também vale para a "atração desiderativa primária", já que a "corrida" do desejo atrás da representação do objeto significa também uma "fuga" da quantidade acumulada em  $\psi$  (estado de "pressão") que é acusada como desprazer por  $\omega$ )
- 103 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323. (A expressão entre chaves é nossa; o grifado é do autor.
- 104 - Ibidem, E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323.
- 105 - Ibidem, E.S.B. I, p. 433; S.E. I, p. 327.
- 106 - LAPLANCHE, J.: "Vie et mort ...", p. 105.
- 107 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 324. (A expressão entre chaves é nossa; o grifado é nosso).
- 108 - Ibidem, E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323.
- 109 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.

110 - LAPLANCHE, J.: op. cit., p. 105 (Ao abordar a problemática do “eu” em “Vie et mort ...”, Laplanche vai levar em conta um pressuposto de leitura que é, ao seu entender, geralmente compartilhado pelos historiadores da psicanálise, e segundo o qual haveria, nos escritos freudianos, dois usos linguísticos diferentes da palavra “eu” (p. 81). Com efeito, ela designaria tanto o indivíduo em sua totalidade, seja ele o indivíduo biológico ou o indivíduo psicológico (uso não técnico do termo), quanto uma parte diferenciada do mesmo na forma de “instância”, “sistema” ou “agência” (uso técnico ou psicanalítico do termo), (p. 81). A partir de pressupostos metodológicos próprios, segundo os quais não se deveria estabelecer um corte abissal entre esses dois usos, Laplanche vai propor que seja entendido o que ele qualifica como “deslizamento” de um uso não técnico, familiar ou ainda filosófico do termo “eu” para um uso propriamente psicanalítico do mesmo, como sendo ele efetuado através de dois “modos de derivação” diferentes que são, como já sabemos, o de derivação por contigüidade ou metonímica, e o de derivação por semelhança ou metafórica (pp. 81/83). Na derivação de tipo metonímico, o “eu” será visto como uma prolongação especializada do indivíduo, i.e., como uma “instância” que exerceria por delegação as funções próprias daquele (p. 83). Esta orientação vai se contrapor à derivação denominada “metafórica”, segundo a qual o “eu” será concebido como uma espécie de “realidade intrapsíquica”, algo assim como um deslocamento do indivíduo e/ou de sua imagem “para outro outro lugar” (p. 86). Conforme insinua Laplanche (p. 87), o “eu” do “Projeto” constituiria um caso de derivação metafórica na medida em que ele se nos apresenta como sendo “um objeto interno investido pela energia do aparelho” (p. 105). O que implicaria, portanto, numa “posição ao mesmo tempo estrutural e econômica do eu” (p. 87). Fazendo em certa medida nossas as teses de Laplanche, temos assim, constatado, ao longo do “Projeto”, a presença constante de uma alternância entre essa visão metafórica do “eu” enquanto objeto interno e a concepção não técnica da qual ela deriva e que identifica o “eu” com o indivíduo, entendido

este tanto em sentido biológico como psicológico. Assim, por exemplo, no nosso desenvolvimento do tema do ego no "Projeto", nas pp. 140-141 embaixo, iremos nos defrontar com o ego como "indivíduo total" que está sujeito a certos riscos biológicos mas que também deseja, se desaponta, etc., naquele sentido "usurpador" apontado por Laplanche, conforme o qual algo que é em si mesmo um "objeto" aparece enganadoramente enquanto "sujeito que quer e que deseja" (pp. 105/106). Achamos que vale a pena fazermos extensivas aqui, frente ao que poderia parecer uma desconfortável imprecisão na conceituação freudiana do "eu", certas ponderações que L.R. Monzani coloca em "Freud: o movimento de um pensamento", com relação ao "caráter ambíguo" das montagens das diferentes representações tópicas do aparelho psíquico elaboradas por Freud (p. 126), e que nós achamos também apropriadas para a temática do "eu". Sustenta Monzani que a presença de uma "mistura" que colocaria "em pé de igualdade e no mesmo esquema coisas que pertencem lógica e ontologicamente a lugares distintos: um traço de memória, a pele, um músculo etc.", mistura essa, por outro lado, "um tanto indigesta para um bom cartesiano", é, contudo, "uma constante em Freud" (p. 126). De onde poderíamos concluir, no que tange à conceituação do ego em termos do "Projeto", que é preciso distinguirmos entre imprecisão e ambigüidade, dado que esta última, longe de ser uma falha lógica, constituir-se-ia, ela própria, em um recurso metapsicológico.

111 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323.

112 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369. (O grifado é nosso).

113 - Ibidem, E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323.

114 - Na Parte III do "Projeto", E.S.B. I, pp. 484-485; S.E. I, pp. 369-370.

115 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323. (O grifado é nosso).

116 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328.

- 117 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328.
- 118 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.
- 119 - Ibidem, E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323.
- 120 - Ibidem, E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 323.
- 121 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 430-432; S.E. I, pp. 324-326.
- 122 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 430-432; S.E. I, pp. 325-326.
- 123 - O que foi chamado de "Segundo Fator" na determinação do curso a ser seguido por uma dada  $Q_n$  na p. 125 acima.
- 124 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 323. (A expressão entre chaves é nossa).
- 125 - Ibidem, E.S.B. I, p. 429; S.E. I., p. 323. (Os grifos são do autor).
- 126 - Ibidem, E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 323.
- 127 - LAPALNCHE, J.: op. cit., p. 99.
- 128 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 429; S.E. I, p. 324. (O grifado é do autor).
- 129 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 429-430; S.E. I, p. 324.
- 130 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 324.
- 131 - Ibidem, E.S.B. I, p. 470; S.E. I, p. 358. (O grifado é do autor).
- 132 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 324. (O grifado é do autor).
- 133 - Ibidem, E.S.B. I, p. 428; S.E. I, p. 323. (A expressão entre chaves é nossa; o grifado é do autor).
- 134 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 324.
- 135 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, pp. 324-325. (O grifado é do autor).

- 136 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 325.
- 137 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 430-431; S.E. I, p. 325.
- 138 - Ibidem, E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 358.
- 139 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 325.
- 140 - Eis aqui a razão, pensamos nós, pela qual Freud usou como expressões equivalentes “defesa primária” e “recalque” na Seção 13 da Parte I., embora sem prestar qualquer esclarecimento a esse respeito. Pensamos que o que Freud tinha “em mente” aí era o modelo clínico da defesa tal como foi exposto em “As Neuropsicoses...”. Conforme tal modelo, como já vimos na “Introdução” deste trabalho, p. 13, o recalçamento era o destino da representação uma vez privada de sua quota de afeto. Só que no caso de “As Neuropsicoses” essa privação era fruto de um ato de vontade do sujeito (ou ego), (ver p. 15 da “Introdução” deste trabalho), e não o produto de uma descatexização rápida, compulsiva e total processada automaticamente por  $\psi$  e possibilitada justamente pela ausência da ação inibidora do ego, que já não corre mais o risco de ser identificado com um sujeito. De qualquer maneira, a expressão “recalque” se tornará a reaparecer na Parte II do “Projeto”, mas em um contexto outro, isto é, o da “defesa patológica”, contexto esse em que tornar-se-ão mais claras – como veremos no Cap. V deste trabalho – as conseqüências do recalçamento para a representação que fora recalçada.
- 141 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 442; S.E. I, pp. 334-335.
- 142 - Ibidem, E.S.B. I, p. 483; S.E. I, p. 368.
- 143 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325.
- 144 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325. (Freud continua a dar mostras de que “ $\omega$ ” pareceria não se engrenar muito bem no sistema “ $\varphi\psi\omega$ ”).
- 145 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325.
- 146 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325. (Os grifos são do autor).

- 147 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374.
- 148 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, pp. 325 e 326.
- 149 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 431-432; S.E. I, pp. 325-326.
- 150 - Ibidem, E.S.B. I, p. 432; S.E. I, p. 326. (A expressão entre chaves é nossa; o primeiro grifo é do autor, e o segundo é nosso).
- 151 - Ibidem, E.S.B. I, p. 432; S.E. I, p. 326.
- 152 - Ibidem, E.S.B. I, p. 432; S.E. I, p. 326. (Os grifos são do autor).
- 153 - Ibidem, E.S.B. I, p. 432; S.E. I, p. 326. (Os grifos são do autor).
- 154 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 432-433; S.E. I, pp. 326-327. (Os grifos são do autor).
- 155 - Ibidem, E.S.B. I, p. 453; S.E. I, p. 327. (A expressão entre chaves é nossa; os grifos são do autor).
- 156 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 336.
- 157 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 158 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, P. 361.
- 159 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 160 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 484-486; S.E. I, pp. 369-370.
- 161 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 336.
- 162 - Expressão de ocorrência freqüente no "Projeto" quando está se tratando dos "processos secundários" ou "processos de pensamento". Registra sua primeira aparição na Seção 16 da Parte I (E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328). Trataremos desse "trabalho de pensamento", com certo detalhe, nas páginas subseqüentes deste capítulo. Podemos antecipar, muito genericamente, que com essa expressão se denota uma certa atividade cogitativa a partir da discrepância existente entre uma

percepção e uma representação, assinalando o início do processo de pensamento propriamente dito. O tradutor inglês traduziu "Denkarbeit" ("A d A", p. 335), literalmente "trabalho de pensamento", por "atividade de pensamento", que tem uma conotação mais genérica e deixa de lado o matiz de "esforço" inerente a qualquer trabalho.

- 163 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 164 - Ibidem, E.S.B. I, p. 441, S.E. I, p. 334. A tradução inglesa de "Bahnunszwang" ("AdA", p. 340) é quase ininteligível: "O que é imposto pelas facilitações".
- 165 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 441-442; S.E. I, p. 334.
- 166 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 329. O tradutor Strachey traduziu "probeweisen" ("AdA", p. 358), que significa "a título de ensaio", "tentativo", por "experimental", que tem uma conotação diferente.
- 167 - Ibidem, E.S.B. I, p. 482; S.E. I, p. 368.
- 168 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 482 e 491; S.E. I, pp. 368 e 374. (Trataremos disto no Cap. VI deste trabalho).
- 169 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 482 e 483; S.E. I, pp. 334-335 e 368. (A hipótese da "ligação" (de Qn'), um dos pilares fundamentais do "Projeto", será desenvolvida e comentada no Cap. VI deste trabalho).
- 170 - Ibidem, E.S.B. I, p. 442; S.E. I, p. 334.
- 171 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332. (Os grifos são do autor).
- 172 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 173 - Ibidem, E.S.B. I, p. 436 e ss.; S.E. I, p. 330 e ss.
- 174 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 492-496; S.E. I, pp. 376-379.
- 175 - Ibidem, E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383.
- 176 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 437-438; S.E. I, p. 331.

- 177 - Ibidem, E.S.B. I, p. 438; S.E. I, . 311.
- 178 - Ibidem, E.S.B. I, p. 477; S.E. I, p. 363.
- 179 - Ver pág. 148 acima, trecho correspondente à nota 172.
- 180 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 501-502; S.E. I, p. 383.
- 181 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, pp. 332-333.
- 182 - Ibidem, E.S.B. I, p. 433; S.E. I, p. 327.
- 183 - Ibidem, E.S.B. I, p. 433; S.E. I, p. 327.
- 184 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 433-434; S.E. I, p. 327.
- 185 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437; S.E. I, p. 330.
- 186 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328.
- 187 - Ibidem, E.S.B. I, p.437; S.E. I, p. 331. (Observe-se como se instala, no nível de um discurso sobre catexias neurônicas, uma linguagem altamente carregada teleologicamente, fato que Freud parece assumir quando coloca entre aspas a última expressão da citação).
- 188 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, pp. 327-328.
- 189 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328. (O grifado é do autor).
- 190 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 434-435; S.E. I, pp. 328-329.
- 191 - Ver Cap. I deste trabalho, p. 34.
- 192 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328. (O grifado é do autor).
- 193 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, pp. 332-333.
- 194 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 328.
- 195 - Ibidem, E.S.B. I, p. 436; S.E. I, p. 330.

- 196 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437; S.E. I, p. 331.
- 197 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 328. (O grifado é do autor).
- 198 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 329.
- 199 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328.
- 200 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 436-437; S.E. I, p. 330.
- 201 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 495-496; S.E. I, p. 378.
- 202 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 329.
- 203 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 329.
- 204 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 435-436; S.E. I, p. 329.
- 205 - Ibidem, E.S.B. I, p. 436; S.E. I, p. 329.
- 206 - Ibidem, E.S.B. I, p. 436; S.E. I, p. 329.
- 207 - Ibidem, E.S.B. I, p. 436, S.E. I, pp. 329-330. (Este ponto será melhor compreendido na Parte III do "Projeto", a propósito da caracterização da "defesa de pensamento primária"; Cfr. E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382).
- 208 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437; S.E. I, p. 330. (Repare-se como a relação é estabelecida agora inequivocamente entre uma percepção "imagem perceptiva" - e uma representação - "imagem mnêmica desejada").
- 209 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437; S.E. I, p. 330. (J. Strachey traduziu "erkenntnis" ("AdA", p. 337), que conta entre suas acepções dominantes as de "reconhecer", "identificar algo", por "to cognize" (to get to know), e não por "to know"; com efeito, o "conhecer" é visto aqui no seu aspecto processual, "discernente" - por assim dizer (ver A.E., p. 376) -, isto é, sem que implique ainda na posse do conhecimento. Daí que a tradução ao português como coloque prefixo, entre parênteses, a partícula "(re)" antes do verbo "conhecer").

- 210 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437; S.E. I, p. 330.
- 211 - Ibidem, E.S.B. I, p. 437-438; S.E. I, p. 331 (O grifado é do autor).
- 212 - Ibidem, E.S.B. I, p. 438; S.E. I, p. 331 (O grifado é do autor).
- 213 - Ver pp. 116-117 acima.
- 214 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 370.
- 215 - Ibidem, E.S.B. I, p. 438; S.E. I, p. 331. (A expressão entre chaves é nossa).
- 216 - Ibidem, E.S.B. I, p. 435; S.E. I, p. 329. (A expressão entre chaves é nossa).
- 217 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 439-440; S.E. I, p. 332.
- 218 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 219 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, p. 333.
- 220 - Ibidem, E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 331. (O grifado é do autor).
- 221 - Ibidem, E.S.B. I, p. 438; S.E. I, p. 331. (O grifado é do autor).
- 222 - MALDAVSKY, D. (1977): "Teoria de las Representaciones", p. 33.
- 223 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 481; S.E. I, p. 366.
- 224 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 383.
- 225 - Ibidem, E.S.B. I, p. 481; S.E. I, p. 366.
- 226 - Ibidem, E.S.B. I, p. 434; S.E. I, p. 328.
- 227 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, p. 333.
- 228 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 229 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, p. 333.
- 230 - Ibidem, E.S.B. I, p. 442; S.E. I, p. 335.

- 231 - Ibidem, E.S.B. I, p. 442-443; S.E. I, p. 335.
- 232 - Ibidem, E.S.B. I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 233 - Ver pp. 154-155 acima.
- 234 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p. 325.
- 235 - Contudo, o surgimento de uma dimensão significativa no aparelho só será fruto - como veremos no Cap. VI deste trabalho - do processo de "invenção da linguagem" que, apoiando-se nas duas vivências fundamentais (de satisfação e de dor), correrá paralelamente à atividade judicativa do ego.
- 236 - FREUD, S.: "Sobre as Afasias", pp. 127-128.
- 237 - MALDAVSKY, D.: op. cit, pp. 30-34.
- 238 - Ao formular esta conceituação, na p. 128 de "Sobre as Afasias", Freud reconhece seu débito para com o filósofo J.S. Mill.
- 239 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 441; S.E. I, pp. 333-334.
- 240 - Ibidem, E.S.B. I, p. 440; S.E. I, p. 333.
- 241 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 440-441; S.E. I, p. 333.
- 242 - Ibidem, E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 333.
- 243 - Ibidem, E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 333.
- 244 - Ibidem, E.S.B. I, p. 481; S.E. I, pp. 366-367.
- 245 - Ibidem, E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 334. (O grifado é do autor).
- 246 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 94.
- 247 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 334.

## Notas ao Capítulo V

- 01 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 400; S.E. I, p. 300.
- 02 - Valores esses de diferentes signos (positivo e negativo), em virtude de sua associação com as vivências de satisfação e de dor.
- 03 - Resulta difícil determinar o estatuto de tal "sujeito". Ele pareceria ser um sujeito de natureza biológica – o organismo, o indivíduo como ser biológico, e como ser biológico em desenvolvimento – sendo que o ego assumiria aqui o papel de "sujeito lógico", isto é, de sujeito enquanto "dispositivo" que possibilita o julgamento.
- 04 - Ver Capítulo IV deste trabalho, p. 161.
- 05 - Ver Capítulo IV deste trabalho, p. 145.
- 06 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 336.
- 07 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 335. (Vale a pena notar que assistiremos, ao longo de grande parte da Seção 19 da Parte I do texto, a um sutilíssimo contraponto quantitativo entre gênero (processos primários) e espécie (sonhos), já sugerido em certa medida pelo próprio título da Seção: "Processos Primários - O Sono e os Sonhos").
- 08 - Trata-se, contudo, de analogias mais sugeridas do que explicitamente delineadas, como teremos oportunidade de constatar. A particular formulação que as mesmas irão assumir em nosso trabalho, como também sua inserção na seqüência argumentativa que iremos desenvolver daqui em diante, apoiam-se sobretudo em certas articulações que temos detectado ao longo da Seção 19 (Parte I), e também entre esta e certos trechos da Seção 20 da mesma parte do texto.
- 09 - É à luz destas analogias – pensamos nós – que devemos ponderar o fato de Freud ter tratado da questão do sonho depois de uma primeira caracterização dos processos secundários. Na medida em que estes últimos

iriam funcionar como referencial para tentar entender a mecânica de base dos processos primários, uma prévia passagem pelos mesmos fazia-se assim necessária. O que pode parecer um tanto misterioso é, contudo, o fato de os processos secundários, que são por definição derivados dos primários, terem sido escolhidos como o ponto de partida da comparação. Talvez a razão disto seja uma simples questão de conveniência heurística, tendo-se avaliado que era melhor partir de processos a primeira vista menos enigmáticos que os primários, tal como seriam as percepções que, na vigília, fazem parte de nossa atividade cogitativa. Ou, quiçá, também estejam jogando aqui fatores de uma ordem mais estrutural no que tange à arquitetura do "Projeto" como um todo, em que as precedências e articulações entre "primário", "secundário", (e, subjacentemente,) "patológico", "normal", estariam obedecendo a uma lógica intrínseca que, todavia, precisamos descobrir. Em todo caso, isto só poderá ser desvendado em um estágio mais avançado de nosso trabalho.

- 10 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 335.
- 11 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, pp. 335/336.
- 12 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, pp. 335/336.
- 13 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 443-444; S.E. I, p. 336.
- 14 - Esta forma de abordar o assunto tornar-se-á mais clara um pouco mais à frente, quando Freud vier explicitamente fazer extrapolações do sonho para os processos primários em geral.
- 15 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 444; S.E. I, p. 336.
- 16 - Ibidem, E.S.B. I, p. 446; S.E. I, p. 337.
- 17 - Ibidem, E.S.B. I, p. 445; S.E. I, p. 337.
- 18 - Ibidem, E.S.B. I, p. 446; S.E. I, p. 337.
- 19 - Ibidem, E.S.B. I, p. 447; S.E. I, p. 339.

- 20 - Ibidem, E.S.B. I, p. 445; S.E. I, p. 337.
- 21 - Ibidem, E.S.B. I, p. 445; S.E. I, p. 337 (A expressão entre chaves é nossa).
- 22 - Ibidem, E.S.B. I, p. 447; S.E. I, p. 339.
- 23 - Ver Capítulo IV deste trabalho, pp. 123-124; 138 ss.
- 24 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 448; S.E. I, pp. 339/340. (Ver também Cap. IV deste trabalho, p. 123).
- 25 - Ibidem, E.S.B. I, p. 445; S.E. I, p. 337.
- 26 - Ibidem, E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 340. (O grifo é do autor).
- 27 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 451-452; S.E. I, p. 342.
- 28 - Ibidem, E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 340.
- 29 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 448-449; S.E. I, p. 340.
- 30 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 444-445; S.E. I, p. 337.
- 31 - Ibidem, E.S.B. I, p. 449; S.E. I, p. 341.
- 32 - Ibidem, E.S.B. I, p. 449; S.E. I, p. 340. (Os grifos são do autor). (É neste momento que Freud nos dá indícios da fonte a partir da qual postulava o caráter alucinatório inerente à "atração desiderativa primária", qual seja, aquilo que a experiência clínica e a sua incipiente auto-análise lhe revelaram com relação ao sonho.
- 33 - Ver p. 168 acima.
- 34 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 449; S.E. I, p. 340.
- 35 - Ibidem, E.S.B. I, p. 449; S.E. I, p. 340.
- 36 - Ver p. 168 acima.

- 37 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 498-499; S.E. I, pp. 380/381. (A expressão entre chaves é nossa).
- 38 - Ibidem, E.S.B. I, p. 447; S.E. I, p. 339.
- 39 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 447-448; S.E. I, p. 339. (É interessante consignar aqui as observações que o tradutor Strachey, faz na nota de rodapé 2, na mesma p. 339. (E.S.B. I, nota 3, p. 447). Strachey diz que estamos em presença [através das expressões "catexia retroativa", "retroativamente"] de uma alusão ao que Freud chamaria mais tarde de "regressão" (no sentido tópico). Com efeito, o conceito de "regressão", no sentido da movimentação de uma excitação para atrás, i.e., na direção da extremidade sensória do aparelho psíquico, em vez de marchar para frente, na direção de sua extremidade motora, será um conceito-chave na explicação teórica dos processos oníricos em "A Interpretação dos Sonhos", Cap. VII, Seção "B". De qualquer maneira, não será demais sublinhar o fato de que o pressuposto subjacente a esta conceituação de "regressão" é uma construção do aparelho psíquico conforme o modelo do arco-reflexo, pressuposto este que é explicitado por Freud no texto mencionado acima e que é inferido como conseqüência estrutural do "princípio de inércia neurônica" na Seção 1 da Parte I do "Projeto").
- 40 - Ibidem, E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 339.
- 41 - Ibidem, E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 339. (Na tradução inglesa aparece, em vez de "condiciona" – sublinhada por nós – a expressão "determina", apresentando desta maneira uma diferença substancial com a expressão alemã "bedingt" ("AdA", p. 344), que vem do verbo "bedingen", literalmente "condicionar". Coincidimos, neste particular, com a tradução argentina, que também coloca "condiciona"; Cfr. AE, p. 385).
- 42 - Ibidem, E.S.B. I, p. 452; S.E. I, p. 342.
- 43 - Ibidem, E.S.B. I, p. 446; S.E. I, p. 338. (Os grifos são do autor).

- 44 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 446-447; S.E. I, p. 338.
- 45 - Ibidem, E.S.B. I, p. 447; S.E. I, p. 338.
- 46 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 47 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 48 - Ibidem, E.S.B. I, p. 449; S.E. I, p. 340.
- 49 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 50 - Ibidem, E.S.B. I, p. 452; S.E. I, p. 343.
- 51 - Ver p. 169 acima. (Nada nos autoriza no texto para estabelecermos, no nível do sonho, qualquer relação entre tal “encobrimento” e o “recalque”, relação essa que, sob a forma de “formação de símbolo”, e onde o que em todo caso se “encobre” não é uma representação de desejo senão outra coisa, logo veremos como sendo própria do recalque na histeria. De qualquer maneira, um tal “encobrimento de significados” pareceria ser um dos pontos em que se ancora a mentada analogia entre sonho e neurose).
- 52 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 450; S.E. I, p. 341.
- 53 - Em nota de rodapé n. 3, S.E. I, p. 341, (E.S.B. I, nota 1, p. 451) o editor Strachey comenta que o sonho a ser analisado na Seção 21, da Parte I do “Projeto”, é uma descrição muito resumida do famoso sonho da “injeção de Irma”, usado como “sonho-padrão” em “A Interpretação dos Sonhos” (S.E. IV, pp. 106/121 e 294). Trata-se de um sonho que fora sonhado por Freud – como ele mesmo adverte nesse último texto – entre 23 e 24 de julho de 1895.
- 54 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 450; S.E. I, p. 341. (O texto não é explícito quanto a qual seria o desejo que nele está se realizando, portanto, não fica claro o que se quer dizer com “na conexão de pensamento”. Assim, deveremos inferir que B corresponderia à representação

de desejo e  $\mathcal{C}$  à realização alucinada do mesmo. Ao longo, portanto, de uma exposição sumamente abstrata, se estabelecerão relações entre certos processos quantitativos, a consciência onírica e o inter-jogo “força/sentido” que é, ao que tudo indica, o objetivo da Seção 21 da Parte I do “Projeto”).

- 55 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 450-451; S.E. I, pp. 341-342.
- 56 - Ibidem, E.S.B. I, p. 451; S.E. I, p. 342.
- 57 - Ibidem, E.S.B. I, p. 452; S.E. I, p. 342.
- 58 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 451-452; S.E. I, p. 342.
- 59 - Ibidem, E.S.B. I, p. 452; S.E. I, p. 342.
- 60 - Ibidem, E.S.B. I, p. 451; S.E. I, p. 342. (O grifado é do autor).
- 61 - Ibidem, E.S.B. I, p. 457; S.E. I, p. 347. (O grifado é do autor).
- 62 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 457-458; S.E. I, p. 347.
- 63 - Ibidem, E.S.B. I, p. 458; S.E. I, pp. 347-348.
- 64 - Ibidem, E.S.B. I, p. 458; S.E. I, p. 348.
- 65 - Ibidem, E.S.B. I, p. 458; S.E. I, p. 348.
- 66 - Ibidem, E.S.B. I, p. 458; S.E. I, p. 348.
- 67 - Ibidem, E.S.B. I, p. 458; S.E. I, p. 348.
- 68 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 458-459; S.E. I, p. 348.
- 69 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, p. 348. (Não devemos esquecer que em 1895 Freud ainda se valia da chamada “técnica da pressão”, com valor tanto exploratório na identificação das causas dos sintomas, quanto terapêutico no que dizia respeito a sua remoção. Contudo, em “A Psicoterapia da Histeria”, artigo publicado em maio de 1895, ele advertira

que por meio daquela técnica efetua-se uma “análise” do material apresentado pelo paciente, de modo que tal termo e expressões derivadas ocorrem freqüentemente ao longo desse trabalho (Cfr. E.S.B. II, p. 326 ss.; S.E. II, p. 273 e ss.). A expressão mais específica “análise psíquica” tinha registrado sua primeira ocorrência em “As Neuropsicoses ...” (1894), (E.S.B. III, p. 59; S.E. III, p. 47), enquanto que a palavra “psicanálise” só iria aparecer em um artigo sobre a etiologia das neuroses publicado em francês em 1896, e intitulado “Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses”, (E.S.B. III, p. 174; S.E. III, p. 151). Comenta-se aí, por um lado, que esse “novo método” (que Freud gentilmente chamará de “técnica exploratória de J. Breuer”) oferece uma solução, para o problema da etiologia da histeria e da neurose obsessiva, que surpreende pela sua simplicidade e uniformidade. Entretanto, do método ele próprio, sublinha-se seu carácter intrincado embora insubstituível para “iluminar os obscuros caminhos da ideação inconsciente” e para remontar conseqüentemente o caminho que vai dos sintomas até suas origens. Finalmente, o termo só terá sua primeira ocorrência em alemão, i.e., “Psychoanalyse” também em 1896, no artigo “Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa”, (E.S.B. III, p. 187; S.E. III, p. 162). Na “Introdução” desse trabalho, e ao fazer um retrospecto das investigações desenvolvidas desde 1894 em torno das chamadas “neuroses de defesa”, Freud acrescentará que o método por ele utilizado nessas investigações – que também é, ao mesmo tempo, um procedimento terapêutico – isto é, o “método da psicanálise”, é extremamente trabalhoso mas absolutamente confiável, precisando, todavia, de uma fundamentação).

- 70 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, p. 348. (Freud não oferece aqui qualquer detalhe a respeito de como se daria, no nível da “análise”, essa equivalência entre “resolúvel” e “compreensível”. No entanto, o procedimento da “análise”, ainda no marco da “técnica da pressão”, já tinha sido objeto de descrição em “Psicoterapia da Histeria”).

- 71 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, p. 348.
- 72 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, pp. 348-349. (O "complicado trabalho psíquico" não pode ser outro senão o trabalho da "análise").
- 73 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, p. 349.
- 74 - Ibidem, E.S.B. I, p. 459; S.E. I, p. 349.
- 75 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 459-460; S.E. I, pp. 349-350.
- 76 - Ibidem, E.S.B. I, p. 460; S.E. I, p. 350.
- 77 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 460-461; S.E. I, p. 350.
- 78 - Ibidem, E.S.B. I, p. 461; S.E. I, p. 350. (O grifado é do autor).
- 79 - Ibidem, E.S.B. I, p. 460; S.E. I, p. 350. (O grifado é do autor).
- 80 - Ver Capítulo IV deste trabalho, p. 142, como também a nota 140 correspondente.
- 81 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 460; S.E. I, p. 349.
- 82 - Ibidem, E.S.B. I, p. 461; S.E. I, p. 350.
- 83 - Ibidem, E.S.B. I, p. 461; S.E. I, p. 350.
- 84 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 461-462; S.E. I, p. 351. (Essa relativa facilidade na conscientização de uma lembrança recalcada tem a ver com a realização de um certo trabalho associativo que só será cabalmente compreendido quando abordarmos, no Capítulo VI deste trabalho, o papel desempenhado pela linguagem nos processos de pensamento).
- 85 - Ibidem, E.S.B. I, p. 462; S.E. I, p. 351.
- 86 - Ibidem, E.S.B. I, p. 462; S.E. I, p. 351. (Ver p. 180 acima).
- 87 - Ibidem, E.S.B. I, p. 462; S.E. I, p. 351. (Ver "Introdução" deste trabalho, p. 13 a respeito da identidade de forças em ação na resistência e na defesa).

- 88 - Ibidem, E.S.B. I, p. 462; S.E. I, p. 462. (O grifado é do autor).
- 89 - Ver Capítulo IV deste trabalho, p. 144.
- 90 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 462-463; S.E. I, p. 351.
- 91 - Ibidem, E.S.B. I, p. 463; S.E. I, p. 352.
- 92 - Ver p. 181 acima.
- 93 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 463; S.E. I, p. 352.
- 94 - Ibidem, E.S.B. I, p. 463; S.E. I, p. 352.
- 95 - Ibidem, E.S.B. I, p. 468; S.E. I, p. 356.
- 96 - Ibidem, E.S.B. I, p. 464; S.E. I, p. 353.
- 97 - Torna-se aqui evidente, no ponto em que o que está em jogo é o cabal entendimento de processos primários que são patológicos, a necessidade de se efetuar, como vimos foi feito na Parte I do "Projeto", uma prévia passagem pelos processos de pensamento e, em particular, pelo trabalho judicativo do ego, que agora se nos revela como peça essencial na gênese da compulsão histórica. O papel estruturante da "compreensão" nessa gênese, no entanto, só ficará realçado um pouco mais à frente, a partir do exame do "caso Emma" e de suas implicações.
- 98 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 464-468.
- 99 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 465-466; S.E. I, p. 354.
- 100 - Ibidem, E.S.B. I, p. 465; S.E. I, p. 354.
- 101 - Ver Capítulo III deste trabalho, p. 104 (Contudo, é na Segunda Parte do "Projeto", E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 359, onde se estabelecerá literalmente uma equivalência entre "trauma" e "vivência de dor").
- 102 - Ver p. 180 acima. (O único que poderá agora trazer à tona a representação recalcada vai ser o trabalho da "análise", pela via de uma nova

hiper-catequização da mesma que seja capaz de superar a “resistência” que se opõe à sua conscientização).

- 103 - Ver p. 180 acima.
- 104 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 467; S.E. I, p. 355.
- 105 - Ibidem, E.S.B. I, p. 463; S.E. I, p. 352.
- 106 - Ibidem, E.S.B. I, p. 467; S.E. I, p. 355.
- 107 - Ibidem, E.S.B. I, p. 468; S.E. I, p. 356.
- 108 - Ibidem, E.S.B. I, p. 469; S.E. I, pp. 356-357.
- 109 - Ibidem, E.S.B. I, p. 469; S.E. I, p. 357.
- 110 - Ibidem, E.S.B. I, p. 469; S.E. I, p. 357.
- 111 - Ibidem, E.S.B. I, p. 469; S.E. I, p. 357.
- 112 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 468 e 472; S.E. I, pp. 353 e 359.
- 113 - Ibidem, E.S.B. I, p. 468; S.E. I, p. 356. (As expressões entre chaves são nossas; o grifado é do autor).
- 114 - Conforme se depreende da analogia traçada entre ambas por Freud. (Ver p. 181 acima e nota 83).
- 115 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 129.
- 116 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 130.
- 117 - Salvo a indicação de sua maturação tardia, i.e., na puberdade.
- 118 - A inscrição da “compreensão” na ordem do sentido só cobrará plena inteligibilidade quando nós vemos que é ao nível da “compreensão” que se instala, no aparelho, a função significante propriamente dita, qual seja, a linguagem. (Isto será tematizado no Cap. VI deste trabalho).
- 119 - McINTYRE, A. (1966): “The Antecedents of Action”, pp. 206/208.

- 120 - Ou uma "lei" entendida como tal.
- 121 - Consultar também, a respeito deste ponto, nota 16 ao Cap. III deste trabalho.
- 122 - TAYLOR, Ch. (1964): "The Explanation of Behaviour", p. 26.
- 123 - Ibidem, p. 10.
- 124 - Ibidem, p. 12.
- 125 - Ibidem, p. 9.
- 126 - Ibidem, p. 10.
- 127 - Ibidem, p. 44.
- 128 - TAYLOR, Ch. (1975): "Force et sens, les deux dimensions irréductibles d'une science de l'homme".
- 129 - RICOEUR, P.: "De l'Interpretation ...", pp. 75-77.
- 130 - TAYLOR, Ch. (1975): Cf. p. 124.
- 131 - Ibidem, p. 126.
- 132 - Ibidem, p. 128 (Poderíamos dizer, conforme postulações desenvolvidas por nós neste trabalho, que as forças operantes estariam aqui se conformando ao "princípio de prazer" via o modelo de "evitação de quantidades" e, conseqüentemente, se regindo pelo "princípio de constância").
- 133 - TAYLOR, Ch. (1975): Cf. pp. 129-130.
- 134 - Ibidem, pp. 130-131.
- 135 - Ibidem, p. 131 (Os grifos são nossos).
- 136 - Ibidem, p. 135.
- 137 - Ver pp. 193-194 acima.

- 138 - GABBI Jr., O.F. (1988): "Notas sobre o conceito freudiano de símbolo", p. 1167.
- 139 - Ibidem, p. 1167.
- 140 - Ibidem, p. 1167.
- 141 - Ver p. 164 acima.
- 142 - Ver p. 189 acima.
- 143 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 469; S.E. I, p. 357.
- 144 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 469-470; S.E. I, p. 357.
- 145 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 470-471; S.E. I, p. 358.
- 146 - Ibidem, E.S.B. I, p. 470; S.E. I, p. 357.
- 147 - Ibidem, E.S.B. I, p. 470; S.E. I, p. 358. (Que foi o que ocorreu quando se alucinou a lembrança da cena de sedução ou da cena do atentado).
- 148 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 470; S.E. I, p. 358.
- 149 - Ibidem, E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371.
- 150 - Ibidem, E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 358.
- 151 - Ibidem, E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 358.
- 152 - Ibidem, E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 358.
- 153 - Ibidem, E.S.B. I, p. 471; S.E. I, p. 359. (Já que os primeiros traumas escapariam totalmente ao ego que, pressupõe-se, estaria ainda em desenvolvimento).
- 154 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 471 e 470; S.E. I, pp. 359 e 358.
- 155 - Ibidem, E.S.B. I, p. 472; S.E. I, p. 359.
- 156 - Ibidem, E.S.B. I, p. 461; S.E. I, p. 350.

- 157 - Ibidem, E.S.B. I, p. 462; S.E. I, p. 351.
- 158 - Já sabemos com que força o ego conta para recalcar: a fonte do gasto que esse recalque implica provém da quantidade de desprazer liberado no afeto. (Ver "Projeto", E.S.B. I, p. 430; S.E. I, p 324).
- 159 - É aqui que nós encaixaríamos o esquema teleológico apontado por O.F. Gabbi Jr.
- 160 - Ver "Introdução" deste trabalho, p. 24.
- 161 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 118.
- 162 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 146.
- 163 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p 336.
- 164 - Um esclarecimento se faz necessário aqui e para tanto apelaremos às oportunas colocações em torno da problemática do prazer vertidas por L.R. Monzani em "Freud - O Movimento de um Pensamento". Sustenta aqui o autor a tese de que não existiria em Freud uma conceituação positiva do prazer (p. 190), e isto devido a uma concepção do aparelho psíquico em que prevaleceria a tendência para nível de "Q" = zero, tendência essa a cujo serviço o "princípio de prazer" se colocaria primordialmente, embora não de forma exclusiva. A postulação dessa servidão dominante teria impedido, todavia, o desenvolvimento pleno de formulações signadas pela positividade. (pp. 217/218). É neste marco conceitual que Monzani vai equacionar as relações entre desejo e prazer. Assim, a consecução da satisfação, à qual tende o movimento do desejo na sua fuga de um desprazer original, implicará em uma diminuição da excitação e, no limite, na sua derradeira extinção, o que será sentido como prazer. Tudo isto encontra expressão na fórmula: "a satisfação é a morte do desejo" (pp. 221/222). Vamos aproveitar este viés para formular a nossa teleologia do sonho à luz das correlações entre inércia e prazer no "Projeto": a "procura do prazer" no sonho

teria lugar na sua realização alucinada. Todavia, dado que os sonhos são processos que tornam a transitar pelos primitivos circuitos da satisfação (embora o façam fora das condições biológicas da necessidade), sua procura da “morte” do desejo continuará a carregar, de qualquer maneira, a marca ou o “estigma” da avidez (ou da carência), por assim dizer, que caracterizara àqueles circuitos originários. De maneira contrária, parece-nos que a “fuga do desprazer” na neurose, pelo menos em termos do “Projeto”, é fundamentalmente um movimento de repulsa (recordemos a caracterização inicial no “Projeto” da “defesa primária” – protótipo normal do recalque – em termos de “repulsa”, “aversão”) que nunca se verá de todo livre do “estigma doloroso” (e portanto traumático) que se encontra na sua origem. Desta maneira, se bem é verdade que, em ambos os casos – sonho e recalque – parte-se de um desprazer inicial que é o mesmo do ponto de vista quantitativo, não é menos verdade, por misterioso que possa ser o assunto, que estamos também em presença de dois tipos de desprazer (porém não de prazer) qualitativamente diferentes, na medida em que eles nos remetem aos respectivos “estigmas” da avidez e da dor. Conseqüentemente, são esses “estigmas” ou marcas originárias que introduzirão, ao nosso entender, uma diferença semântica entre a “procura do prazer” no sonho e a “fuga do desprazer” na neurose, mesmo que efetivamente se trate, em ambos os casos, de uma “fuga de quantidades”. Achamos por bem acrescentar que, em nível do “Projeto”, não temos encontrado nada semelhante a uma conceituação positiva do prazer e que a diferença semântica apontada não nos parece ser de maneira alguma incompatível com o pressuposto de tipo mais geral em que a existência de uma “estranha aliança entre o prazer e a negatividade” (Monzani, p. 218) dá a tônica dominante.

165 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, p. 451; S.E. I, p. 342.

166 - FREUD, S.: “Los Orígenes ...”, p. 3534.

167 - Ibidem, p. 3534 (A expressão entre chaves é nossa).

## Notas ao Capítulo VI

- 1 - Ver Cap. V deste trabalho, p. 170.
- 2 - Ibidem, pp. 188-190.
- 3 - Ibidem, pp. 198-201.
- 4 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 457; S.E. I, p. 347.
- 5 - Ver "Introdução" a este trabalho, p. 26 e ss.
- 6 - Ibidem, p. 26.
- 7 - Isto é, a partir da vivência de satisfação.
- 8 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 140-141.
- 9 - Ver p. 206 acima.
- 10 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 168 e 197-198.
- 11 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 473; S.E. I, p. 360.
- 12 - Conforme este critério deveremos pois considerar o processo secundário interpolado na sequência do recalque - ver p. 189 acima - enquanto processo secundário e não normal.
- 13 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 473; S.E. I, p. 360.
- 14 - Ibidem, E.S.B. I, p. 473; S.E. I, p. 360; "AdA", p. 360.
- 15 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, pp. 361-362.
- 16 - Ibidem, E.S.B. I, 481; S.E. I, p. 367.
- 17 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 488-489; S.E. I, p. 373.
- 18 - Ibidem, E.S.B. I, p. 442; S.E. I, pp. 334-335.
- 19 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 432 e 470; S.E. I, pp. 326 e 358.

- 20 - Ibidem, E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383.
- 21 - Ibidem, E.S.B. I, p. 495; S.E. I, p. 378.
- 22 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.
- 23 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 24 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 25 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 474-475; S.E. I, pp. 360-361.
- 26 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 474-475; S.E. I, p. 361.
- 27 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 362.
- 28 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 362.
- 29 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 362.
- 30 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 362.
- 31 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 362.
- 32 - Ibidem, E.S.B. I, p. 411; S.E. I, p. 309.
- 33 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, pp. 360-361 (A expressão entre colchetes é nossa).
- 34 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 474.
- 35 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 475-476; S.E. I, p. 362.
- 36 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 88.
- 37 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B.I, p. 487; S.E. I, p. 371.
- 38 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 487 e 419; S.E. I, pp. 371 e 315.
- 39 - Ibidem, E.S.B. I p. 473; S.E. I, p. 360.
- 40 - Ver "Introdução" a este trabalho, p. 15.

- 41 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 362.
- 42 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 362.
- 43 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 362.
- 44 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 362.
- 45 - Ibidem, E.S.B. I, p. 473; S.E. I, p. 360.
- 46 - Ibidem, E.S.B. I, p. 475; S.E. I, p. 361.
- 47 - Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 371.
- 48 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 486-487; S.E. I, p. 371.
- 49 - Ibidem, E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371.
- 50 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 362-363.
- 51 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476-477; S.E. I, p. 363.
- 52 - Ibidem, E.S.B. I, p. 476; S.E. I, p. 363.
- 53 - Ibidem, E.S.B. I, p. 477; S.E. I, p. 363.
- 54 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 55 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372. (Nos vemos obrigados a fazer este tipo de correlações porque Freud não fornece, na Parte III do "Projeto", uma distinção clara - algo assim como uma classificação - das espécies cogitativas que ali são abordadas).
- 56 - Com efeito, já na Seção 1 (E.S.B. I, p. 480; S.E. I, p. 369) Freud tinha equiparado o pensamento observador com o consciente. Há contudo alguns trechos na terceira parte do "Projeto" em que as equivalências entre "pensamento observador", "pensamento cognitivo" e "pensamento consciente" não parecem ser tão claras. Isto acontece sobretudo na Seção 2, onde o pensamento comum, não-consciente, é considerado também como um processo de pensamento observador. (Cfr.

E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373). Trataremos deste ponto um pouco mais à frente.

- 57 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 477; S.E. I, p. 363.
- 58 - Ibidem, E.S.B. I, p. 478; S.E. I, p. 364; "AdA", p. 363.
- 59 - Ibidem, E.S.B. I, p. 477; S.E. I, p. 363.
- 60 - Ibidem, E.S.B. I, p. 477; S.E. I, p. 364.
- 61 - Ibidem, E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325.
- 62 - Ibidem, E.S.B. I, p. 478; S.E. I, p. 364.
- 63 - Ibidem, E.S.B. I, p. 478; S.E. I, p. 364.
- 64 - Ibidem, E.S.B. I, p. 478-479; S.E. I, p. 365.
- 65 - Ibidem, E.S.B. I, p. 479; S.E. I, p. 365.
- 66 - Ibidem, E.S.B. I, p. 479; S.E. I, p. 365.
- 67 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 159.
- 68 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 479; S.E. I, p. 365.
- 69 - Ibidem, E.S.B. I, p. 479; S.E. I, p. 365. (A expressão entre chaves é nossa).
- 70 - Ibidem, E.S.B. I, p. 482; S.E. I, p. 367.
- 71 - Ibidem, E.S.B. I, p. 481; S.E. I, p. 367.
- 72 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 156.
- 73 - Ibidem, p. 157.
- 74 - Ver nota 67 acima.
- 75 - As expressões "complexos - atributo" e "complexos - coisa", e as inter-relações para as quais remetem aparecerão na Seção 4 da Parte III do "Projeto" (Cfr. E.S.B. I, p. 502; S.E. I, pp. 383-384).

- 76 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B I, pp.479-480; S.E. I, p. 365.
- 77 - Ibidem, E.S.B.I, p. 479-480; S.E. I, p. 365.
- 78 - Ibidem, E.S.B.I, p. 482; S.E. I, p. 367.
- 79 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 365.
- 80 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 365-366.
- 81 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 82 - Ibidem, E.S.B.I, p. 442-443; S.E. I, p. 335.
- 83 - Ibidem, E.S.B.I, p. 481; S.E. I, p. 367.
- 84 - Ibidem, E.S.B.I, p. 488-489; S.E. I, p. 373.
- 85 - Ibidem, E.S.B.I, p. 490; S.E. I, p. 374.
- 86 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 87 - Ibidem, E.S.B.I, p. 421-422; S.E. I, pp. 317-318.
- 88 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 89 - Ibidem, E.S.B.I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 90 - Ibidem, E.S.B.I, p. 422; S.E. I, p. 318.
- 91 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 158-159, e Cap. V, p. 163.
- 92 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 441; S.E. I, p. 334.
- 93 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 438 e 480-481; S.E. I, pp. 331 e 366.
- 94 - Ibidem, E.S.B. I, p. 481; S.E. I, p. 366.
- 95 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 160-161.
- 96 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 154.

- 97 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 481; S.E. I, pp. 366/367; os grifos são do autor. (No final da Seção 1 da Parte III do "Projeto" será sublinhado que toda aquisição por parte de  $\psi$  - incluída a que acabamos de consignar, qual seja, a criação da primeira espécie de lembranças conscientes - terá como "mestre" o desprazer).
- 98 - Ibidem, E.S.B. I, p. 481, p. 367.
- 99 - Ver p. 225 acima.
- 100 - O que tem suas raízes no juízo primário, tal como fora consignado, na Parte I do "Projeto", junto ao caso que é seu complemento e que nós consideramos em primeiro lugar, qual seja, aquele que está relacionado ao valor comiserativo de uma percepção. (Ver na página 226 acima, o trecho correspondente à nota 95).
- 101 - Tendência essa que intervém nas associações por semelhança que têm lugar no processo de julgamento (Cfr. "Projeto", E.S.B. I, p. 438; S.E. I, p. 331).
- 102 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 481; S.E. I, p. 367. (As expressões entre chaves são nossas).
- 103 - Ibidem, E.S.B. I, p. 438; S.E. I, p. 331.
- 104 - Não estamos querendo sugerir que os movimentos imitativos que foram efetivamente realizados no juízo primário e que estão na base da tendência à imitação operante no juízo secundário tenham ocorrido, de alguma maneira, espontaneamente; é bom lembrar aqui que no juízo primário rege, como fator dominante na passagem de  $Q$ , a "lei de associação por simultaneidade", a qual se encontra também presente, mesmo que de maneira atenuada, no caso do juízo secundário. (Cfr. "Projeto", E.S.B. I, p. 441; S.E. I, pp. 333-334).
- 105 - Caberia acrescentar aqui que de tais movimentos restará, na memória, uma imagem motora.

- 106 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 481, S.E. I, p. 367.
- 107 - Ver Cap. V deste trabalho, p. 181 e nota 84 correspondente a esse mesmo capítulo. (O aludido "trabalho de pensamento" é aquele que se efetua na (psico)análise).
- 108 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 376.
- 109 - Ibidem, E.S.B. I, p. 442, S.E. I, pp. 334-335.
- 110 - Ibidem, E.S.B. I, p. 482; S.E. I, p. 367.
- 111 - Ibidem, E.S.B. I, p. 482; S.E. I, p. 367.
- 112 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 482-483; S.E. I, P. 368.
- 113 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 435 e 470-471; S.E. I, pp. 329 e 358.
- 114 - Ibidem, E.S.B. I, p. 483; S.E. I, p. 368.
- 115 - Ibidem, E.S.B. I, p. 483; S.E. I, p. 368. (Ver nota 125 embaixo, onde a distinção entre dois estados da Qn' que catexiza os neurônios, a saber, "ligado" e "livre", é considerada à luz de sua pretensa filiação breuriana).
- 116 - Ibidem, E.S.B. I, p. 483; S.E. I, p. 368; os grifos são do autor. (No apêndice "C" do editor inglês que segue ao texto do "Projeto" e intitulado "A natureza da Q", são vertidas algumas considerações em torno de uma possível analogia elétrica subjacente às expressões "catexia elevada" e "corrente pequena", com que é caracterizado o estado ligado da Qn' (Cfr. E.S.B. I, p. 512; S.E. I, p. 393). Diz aí Strachey que a partir de tal caracterização a Q pareceria ser mensurável de dois modos: pela altura do nível das catexias dentro de um neurônio e pelo índice de fluência entre as ditas catexias, o que, por outro lado, foi às vezes interpretado como prova de que Freud realmente acreditava que a Q fosse simplesmente eletricidade e que as duas maneiras de medi-la corresponderem à amperagem e à voltagem. Contudo, adverte Strachey, não há nenhum indício nesse sentido a nível do "Projeto" e, além

disso, Freud, não cansa de salientar que desconhece a natureza do “movimento neuronal”, o que pode ser conferido em vários trechos do texto (Ver, por exemplo, E.S.B. I, pp. 488, 496 e 506; S.E. I, pp. 372 e 387)).

- 117 - Ibidem, E.S.B. I, p. 483; S.E. I, p. 368.
- 118 - Ibidem, E.S.B.I, p. 483; S.E. I, p. 368.
- 119 - Ibidem, E.S.B.I, p. 483; S.E. I, p. 368.
- 120 - No Apêndice “C” à edição inglesa do “Projeto” (Cfr. E.S.B. I, p. 513; S.E. I, pp. 393-394).
- 121 - FREUD, S.: “Projeto”, E.S.B. I, pp., 429-430; S.E. I, p. 324.
- 122 - Ibidem, E.S.B.I, p. 483-484; S.E. I, p. 368.
- 123 - Ibidem, E.S.B.I, p. 484; S.E. I, p. 368.
- 124 - Ibidem, E.S.B.I, p. 484; S.E. I, p. 368-369.
- 125 - O par “livre/ligado”, subjacente ao texto do “Projeto”, e que nele servira para qualificar dois estados diferentes da Qn’ neuronal, foi posteriormente usado por Freud para se referir a dois tipos diferentes da energia presente “nos elementos dos sistemas psíquicos”, como é dito em “Além do princípio de prazer” (Cfr. E.S.B. XVIII, p. 42; S.E. XVIII, pp. 26-27). Tal distinção, que será central na obra de Freud, é atribuída por ele a Breuer, no mesmo trecho de “Além ... que acabamos de mencionar. Com efeito, Breuer tinha proposto, na segunda seção de sua contribuição teórica a “Estudos sobre a Histeria”, publicado – como se sabe – poucos meses antes da redação do “Projeto”, a hipótese da existência de duas formas diferentes de excitação nervosa, que ele chamara de “energia cinética” e de “energia quiescente” (ou tónica). (Cfr. E.S.B. II, p. 247; S.E. II, p. 194). Freud assimilaria depois, e de uma maneira explícita no trecho de “Além ...” indicado acima, a “energia cinética” à sua “energia de catexização móvel” (ou “livre”), e “a energia quiescente” à sua “energia ligada”. Contudo, é

preciso levar em conta a advertência que nos é feita tanto por Laplanche e Pontalis no seu "Vocabulário . . .", verbete "energia livre - energia ligada", quanto pelo próprio Laplanche em "Vie et mort . . .", no sentido de encontrar, para além de uma aparente coincidência entre Breuer e Freud, a profunda discrepância que realmente haveria existido entre eles. Assim (Cfr. "Vocabulário . . .", pp. 200-201) Breuer teria procurado sobretudo definir uma forma de energia potencial, presente no sistema nervoso (a chamada de "excitação tónica intracerebral" ou de "energia quiescente"), da qual é requerido um nível óptimo para que possa haver uma boa recepção das excitações externas, uma adequada associação de idéias e, em suma, uma livre circulação da energia que, de tónica, transformar-se-ia assim em cinética. Em consonância com isto, a tendência do organismo seria a de manter constante (ou restabelecer) esse nível óptimo da energia quiescente. Portanto, pode-se dizer que para Breuer o fundamental seria o estado quiescente da energia nervosa, já que só depois de estabelecido um certo nível é que a energia poderia circular livremente. Desta maneira (Cfr. E.S.B. II, pp. 245-246; S.E. II, pp. 192-193), se o nível dessa excitação tónica intracerebral ficar excessivamente baixo no estado de vigília, este último será sucedido por um estado de sono, no qual a livre circulação de excitações resultará entravada. Em consequência disto, a associação de idéias nesse estado será incompleta e defeituosa, traços negativos estes que adquirirão maior relevo quando se trata do estabelecimento de uma conexão, lado a lado e sem qualquer inibição, de idéias que são totalmente incompatíveis entre si. Como é fácil ver, a diferença com Freud nestes últimos pontos é marcante. Em primeiro lugar, para Freud, tal como é exposto no "Projeto", será precisamente a queda da carga endógena do ego no estado de sono o que permitirá nele a livre circulação de Qn' ou então seu fácil deslocamento, que é o que caracterizará, do ponto de vista quantitativo, os processos oníricos enquanto processos primários (Cfr. E.S.B. I, pp. 444 e 451; S.E. I, pp. 336 e 342). Por outro lado, e como já se sabe, os sonhos, para Freud, possuem um sentido (Cfr.

E.S.B. I, p. 448; S.E. I, p. 340), a despeito de quão abstruso possa ser seu conteúdo (Cfr. E.S.B. I, pp. 446-447; S.E. I, pp. 338 e 339), de maneira que a associação de idéias incompatíveis neles não deve ser vista como um traço negativo.

Mas estas discrepâncias entre as concepções de Freud e de Breuer vão remeter para uma outra que é fundamental e que estaria na base das mesmas. Ela diz respeito à maneira de avaliar a preponderância relativa que teria cada um desses estados de energia com relação ao outro, avaliação essa que seria em Freud diametralmente oposta à que vimos em Breuer. Conforme ponto de vista exposto no "Vocabulário ..." p. 202, a "energia livre", a que caracteriza os processos primários, seria vista por Freud como primacial relativamente à "energia ligada", que é própria dos processos secundários. Tal primazia teria a ver - pensamos nós - com o fato de que o livre fluir da energia caracteriza o aparelho em seu funcionamento primário, sendo a energia ligada uma modificação secundária deste estado primacial. É possível também entender tudo isto à luz das diferenças que subterraneamente se opuseram a uma formulação comum, por parte de Freud e Breuer, do "princípio de constância". (Ver nota 43 ao Cap. II deste trabalho) A constância de que fala Breuer - dirá Lapanche - diferentemente da de Freud, é uma homeostase, não certamente a homeostase do organismo em seu conjunto, senão a do sistema nervoso central. (Cfr. "Vie et mort ...", p. 179 e nota 76 ao Cap. II deste trabalho) Assim, o princípio de constância em Breuer regulará o nível de base da "energia quiescente" (ou "tónica intracerebral), nível esse que é concebido como um "optimum" (Cfr. "Vie et mort ...", p. 179). Parte-se, portanto, da "energia quiescente" como de um material de trabalho, por assim dizer, ao que é preciso conferir uma "boa forma", como poderíamos acrescentar, na esteira de Laplanche. (Cfr. "Vie et mort ...", p. 183). Isto contrasta com a concepção freudiana, em que a função do "princípio de constância" será a de regular - através de expedientes de tipo inibitório - o fluxo de energia livremente móvel,

sendo sua finalidade a redução da tensão a um nível mínimo, ou seja, a um nível o mais próximo possível do ideal de "nível (de Q) = zero". Gostaríamos finalmente de ressaltar que nos temos limitado a consignar aqui muito sucintamente certas implicações da oposição "livre/ligado" em nível do "Projeto", à luz do seu confronto com a concepção breueriana, e que não estamos levando em consideração conceituações bem mais complexas que sobre este ponto foram desenvolvidas em escritos posteriores de Freud, designadamente em "Além do princípio de prazer" (Cfr. E.S.B. XVIII, p. 45 e seguintes; S.E. XVIII, pp. 31 e seguintes, e também Monzani, "O movimento ... pp. 179 e seguintes; 192 e seguintes, e p. 202).

- 126 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 127 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 128 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 129 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 130 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 131 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 118 e ss.
- 132 - Ver pp. 212-213 acima.
- 133 - Ver p. 213 acima.
- 134 - Ver pp. 214-215 acima.
- 135 - Ver pp. 220-221 acima.
- 136 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 137 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 369.
- 138 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.
- 139 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.

- 140 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 137-138.
- 141 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.
- 142 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, p. 369.
- 143 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.
- 144 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485; S.E. I, p. 370.
- 145 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 146 - Ibidem, E.S.B. I, p. 485-486; S.E. I, p. 370.
- 147 - Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 370. (Os grifos são do autor).
- 148 - Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 370.
- 149 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 192-193.
- 150 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 122.
- 151 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 370.
- 152 - Ibidem, E.S.B. I, p. 427; S.E. I, p. 322.
- 153 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 193-194.
- 154 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 107.
- 155 - FREUD, S.: "Projeto", Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 370. (Os grifos são do autor; a expressão entre chaves é nossa).
- 156 - Ver comentários, no final da nota 110 ao Cap. IV deste trabalho, sobre o papel metapsicológico que caberia a ambigüidade, nas formulações freudianas, em contraposição a uma simples imprecisão.
- 157 - Ver pp. 234-235 acima.
- 158 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371.
- 159 - Ver p. 211 acima.

- 160 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 139-140 e 144 e E.S.B. I, p. 432; S.E.I, p. 326.
- 161 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 141-142.
- 162 - Ver Cap. III deste trabalho, pp. 105-108.
- 163 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371.
- 164 - Ver p. 218 acima.
- 165 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 371.
- 166 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 475 e ss.; S.E. I, pp. 361 e ss.
- 167 - Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 371.
- 168 - Ibidem, E.S.B. I, p. 486; S.E. I, p. 371.
- 169 - Ver pp. 215-216 acima.
- 168 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371. (Os grifos são do autor).
- 169 - Ver p. acima.
- 170 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 487; S.E. I, p. 371. (Os grifos são do autor).
- 171 - Para o terceiro postulado remeter-se à pp. 243-244 acima.
- 172 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 429-430 e 470; S.E. I, pp. 324 e 358.
- 173 - Ver p. 212 acima.
- 174 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, 488; S.E. I, p. 372.
- 175 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372.

176 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374. (Temos preferido a tradução literal de "Zielbesetzungen", "AdA", p. 372, qual seja, "catexias-meta", em vez de "catexias intencionais", como traduzira Strachey; o mesmo procedimento valerá também para a expressão, que ocorre um pouco mais a frente, "Zielvorstellungen" (p. 372), "idéias intencionais", E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374, que traduziremos por "representações-meta". Embora não tenhamos reparos a fazer com respeito à tradução inglesa, temos preferido a tradução literal, apoiando-nos sobretudo nas razões oferecidas por Laplanche e Pontalis, no "Vocabulário ...", verbete "representações-meta", razões essas que também fazemos extensivas a "catexias-meta". Com efeito, é dito aí que a tradução proposta ("representação-meta") é, de maneira manifesta, mais fiel ao espírito do texto, já que "as representações que estão aqui em causa não remetem tanto de forma intencional para metas como são elas próprias elementos indutores capazes de organizar, de orientar o curso das associações" (Cfr.pp. 587/588). É preciso ressaltar contudo que, de outro ponto de vista, i.e., tendo em conta a distinção que faz Ch. Taylor, entre "teleológico em sentido lato" e "propriamente intencional", como sendo dois níveis do teleológico (Cfr. Cap. V deste trabalho, pp. 194-195) nós achamos que o contexto em que ocorrem, na Parte III do "Projeto", as expressões cuja tradução se discute aqui, é já propriamente intencional, pela presença nele de um jogo de significações).

177 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372.

178 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372.

179 - Ibidem, E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.

180 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372.

181 - Ver pp. 231-234 acima.

182 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 488; S.E. I, p. 372. (Cfr. também pp. 219-223 acima).

- 183 - Ibidem, E.S.B. I, P. 488; S.E. I, p. 372.
- 184 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 488-489; S.E. I, p. 373.
- 185 - Ibidem, E.S.B. I, p. 488; S.E. I, pp. 372-373.
- 186 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 187 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 188 - Retomaremos este assunto mais à frente, quando forem examinados os erros de pensamento.
- 189 - Sem embargo, e como veremos quase no final deste capítulo, quando forem exibidas certas articulações entre o pensamento cognitivo e o pensamento prático, ficará claro que a coisa é bem menos esquemática do que pode parecer a primeira vista. (Cfr. pp. 270-271 adiante).
- 190 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373. (O texto está tacitamente distinguindo aqui duas formas de pensamento observador ou cognitivo, quais sejam, o consciente (também chamado na Seção 1, Parte III, de "meramente observador") e o pensamento de tipo comum, não-consciente. O denominador comum a esses processos cogitativos estaria dado pela meta que é visada por ambos, qual seja, o (re)conhecimento. (Cfr. pp. 230-231 acima).
- 191 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 192 - Ibidem, E.S.B. I, p. 489; S.E. I, p. 373.
- 193 - Ibidem, E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 375.
- 194 - Ver nota 190 acima.
- 195 - O que significaria que a postulação da necessidade das indicações da fala não faria parte de nenhuma regra biológica estipulativa de "normalidade" para o ego.
- 196 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 489-490; S.E. I, p. 373.

- 197 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, pp. 373-374.
- 198 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374.
- 199 - Como também é chamado no texto o pensamento consciente ou (meramente) observador (Cfr. E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374). Se a este tipo de pensamento nós acrescentarmos o pensamento não-consciente, comum ou carente de meta (Cfr. E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 375), teremos assim finalmente recortado as duas espécies de pensamento cognitivo ou observador.
- 200 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 431; S.E. I, p. 325.
- 201 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374.
- 202 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 490-491; S.E. I, p. 374.
- 203 - Ibidem, E.S.B. I, p. 491; S.E. I, p. 374.
- 204 - Ibidem, E.S.B. I, p. 491; S.E. I, p. 374.
- 205 - Ibidem, E.S.B. I, p. 491; S.E. I, p. 374-375.
- 206 - Ibidem, E.S.B. I, p. 469 e ss.; S.E. I, p. 357 e ss.
- 207 - Ibidem, E.S.B. I, p. 491; S.E. I, p. 375.
- 208 - Ibidem, E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 375.
- 209 - Ibidem, E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 375.
- 210 - Ver p. 219 acima.
- 211 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 492; S.E. I, pp. 375-376.
- 212 - Ibidem, E.S.B. I, p. 498; S.E. I, p. 380 e ss.
- 213 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 122.
- 214 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 474; S.E. I, p. 361.
- 215 - Ibidem, E.S.B. I, p. 439; S.E. I, p. 332.

- 216 - Ibidem, E.S.B. I, p. 493; S.E. I, p. 376.
- 217 - Ibidem, E.S.B. I, p. 492; S.E. I, p. 376.
- 218 - Ibidem, E.S.B. I, p. 493 e ss.; S.E. I, pp. 376 e ss.
- 219 - Ibidem, E.S.B. I, p. 495; S.E. I, p. 378. (Os grifos são do autor).
- 220 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 493-494; S.E. I, pp. 376-377.
- 221 - Ibidem, E.S.B. I, p. 494; S.E. I, p. 377.
- 222 - Ibidem, E.S.B. I, p. 494; S.E. I, p. 377.
- 223 - Ibidem, E.S.B. I, p. 494; S.E. I, p. 377.
- 224 - Ver p. 251 acima.
- 225 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 495; S.E. I, p. 378.
- 226 - Ibidem, E.S.B. I, p. 495; S.E. I, p. 378.
- 227 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 495-496; S.E. I, p. 378.
- 228 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 378.
- 229 - Ibidem, E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383.
- 230 - Ibidem, E.S.B. I, p. 480; S.E. I, p. 366.
- 231 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 378.
- 232 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, pp. 378-379.
- 233 - Ibidem, E.S.B. I, p. 480; S.E. I, pp. 365-366.
- 234 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496 (Cfr. também pp. 401 e 442), S.E. I, p. 379;  
(Cfr. também pp. 300 e 335).
- 235 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 236 - Ibidem, E.S.B. I, p. 443; S.E. I, p. 335.

- 237 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 238 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 239 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 240 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497 (Cfr. também p. 484); S.E. I, p. 379 (Cfr. também p. 368).
- 241 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 242 - Ibidem, E.S.B. I, p. 496; S.E. I, p. 379.
- 243 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 158.
- 244 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 379.
- 245 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 379.
- 246 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 379.
- 247 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 248 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 379.
- 249 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, pp. 379-380.
- 250 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 380.
- 251 - Ibidem, E.S.B. I, p. 497; S.E. I, p. 380. (Os grifos são do autor).
- 252 - Ibidem, E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383.
- 253 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 497-498; S.E. I, p. 380.
- 254 - Ver Cap. III deste trabalho, p. 103.
- 255 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 498; S.E. I, p. 380.
- 256 - Ibidem, E.S.B. I, p. 498; S.E. I, p. 380.
- 257 - Ibidem, E.S.B. I, p. 498; S.E. I, p. 380.

- 258 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 498-499; S.E. I, p. 381.
- 259 - Ibidem, E.S.B. I, p. 499; S.E. I, p. 381.
- 260 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 171-172.
- 261 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 499; S.E. I, pp. 381-382.
- 262 - Ibidem, E.S.B. I, p. 499; S.E. I, p. 382.
- 263 - Ibidem, E.S.B. I, p. 499; S.E. I, p. 381.
- 264 - Ibidem, E.S.B. I, p. 409; S.E. I, p. 307.
- 265 - Ibidem, E.S.B. I, p. 499; S.E. I, p. 381.
- 266 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 401-402 e 423; S.E. I, p. 300-301 e 319. (Ver nota 39 do Cap. III deste trabalho e trecho correspondente à mesma na p. 80 acima).
- 267 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484; S.E. I, pp. 368-369.
- 268 - Ver Cap. V deste trabalho, p. 172.
- 269 - Ver Cap. V deste trabalho, p. 175.
- 270 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 173, 203 e nota 51.
- 271 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382.
- 272 - Ibidem, E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382.
- 273 - Ibidem, E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382.
- 274 - Ibidem, E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382. (O grifado é do autor).
- 275 - Ibidem, E.S.B. I, p. 432; S.E. I, p. 326.
- 276 - Ibidem, E.S.B. I, p. 500; S.E. I, p. 382.
- 277 - Ver p. 267 acima.

- 288 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383. (O grifado é do autor).
- 279 - Ibidem, E.S.B. I, p. 484 e ss.; S.E. I, p. 369 e ss.
- 280 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 281 - Ver p. 250 acima.
- 282 - Ver p. 262 acima.
- 283 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 149-155.
- 284 - Ver p. 261 acima
- 285 - Embora na Parte I do "Projeto" dedicada aos processos secundários os pensamentos judicativo e cognitivo apareçam como equivalentes (Cfr. Cap. IV deste trabalho, p. 149), é preciso frisar que o mesmo não acontece na terceira parte do texto. À luz das colocações que são feitas, pois, nessa última parte, pode-se dizer que haveria algo assim como um contínuo entre pensamento judicativo e pensamento cognitivo, já que este último irá aprofundar o (re)conhecimento obtido pelo pensamento judicativo, sendo nisto guiado pela finalidade de esgotar o conhecimento do objeto perceptivo. Sabemos também que para tanto será atingido aqui um considerável número de lembranças, o que não acontece nem tem necessidade de acontecer no pensamento judicativo. Além disso, o pensamento cognitivo, em sua forma mais alta e segura, implica na existência de uma consciência representativa que é obtida através da catexização, pela atenção, das indicações da fala. Em suma, o pensamento judicativo seria o trecho do pensamento cognitivo que chega até a "compreensão" ou o (re)conhecimento.
- 286 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 504; S.E. I, p. 385.
- 287 - Sob esta última denominação são tacitamente categorizadas, no texto, e depois de terem sido examinadas, todas as fontes de erro que não as falhas lógicas. (Cfr. E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386).

- 288 - Ver Cap. IV deste trabalho, p. 149.
- 289 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 502 (Cfr. também pp. 437 e 480); S.E. I, p. 383 (Cfr. também pp. 331 e 366). A expressão grifada entre chaves é nossa.
- 290 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502 (Cfr. também p. 438); S.E. I, p. 383 (Cfr. também p. 331).
- 291 - Ver Cap. IV deste trabalho, pp. 155-157.
- 292 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 383.
- 293 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 384.
- 294 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502; S.E. I, pp. 383-384; "AdA", p. 381.
- 295 - Ver pp. 257-258 acima.
- 296 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 384.
- 297 - Como era também no caso na "proton pseudos" histórica. (Ver Cap. V deste trabalho, p. 188).
- 298 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 384
- 299 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502; S.E. I, p. 384. (O grifado é do autor).
- 300 - Ibidem, E.S.B. I, p. 502-503; S.E. I, p. 384. (O grifado é do autor).
- 301 - Ver p. 257 acima.
- 302 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 503; S.E. I, p. 384.
- 303 - Ibidem, E.S.B. I, p. 503; S.E. I, p. 384.
- 304 - Ibidem, E.S.B. I, pp. 503-504; S.E. I, p. 385.
- 305 - Ibidem, E.S.B. I, p. 504; S.E. I, p. 385.
- 306 - Ibidem, E.S.B. I, p. 501; S.E. I, p. 383.

- 307 - Ver nota 285 acima.
- 308 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 504; S.E. I, p. 385.
- 309 - Ver p. 271 acima.
- 310 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 504; S.E. I, p. 385.
- 311 - Ibidem, E.S.B. I, p. 490; S.E. I, p. 374.
- 312 - Ver p. 261 acima.
- 313 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 314 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 315 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 316 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 317 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386. (A expressão entre chaves é nossa; o grifado é do autor).
- 318 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386. (A expressão entre chaves é nossa; o grifado é do autor).
- 319 - Ver p. 275 acima.
- 320 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 321 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386.
- 322 - Ibidem, E.S.B. I, p. 505; S.E. I, p. 386. (O grifado é do autor).
- 323 - Ver p. 278 acima.
- 324 - FREUD, S.: "Projeto", E.S.B. I, pp. 505-506; S.E. I, pp. 386-387.
- 325 - Ibidem, E.S.B. I, p.506; S.E. I, p. 387.
- 326 - Ver pp. 207-208 acima.
- 327 - Ver "Introdução" a este trabalho, pp. 23-31.

328 - Conjunto a esse a partir do qual nos foi possível postular como paradigma de processo  $\psi$  normal o pensamento prático correto.

329 - Ver nota 327 acima.

330 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 200-201.

331 - Ver p. 207 acima.

## Notas à Conclusão

- 1 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B. I, p. 459; S.E. I, pp. 348-349. (Ver também nota 72 ao Capítulo V deste trabalho).
- 2 - Ver Cap. I deste trabalho, pp. 44-46.
- 3 - Ver Cap. I deste trabalho, pp. 47-49.
- 4 - Ver Cap. II deste trabalho, p. 73.
- 5 - Ver Cap. I deste trabalho, pp. 35-46.
- 6 - FREUD,S: "Projeto", E.S.B. I, p. 411; S.E. I, p. 309.
- 7 - Ver "Introdução" a este trabalho, p. 24.
- 8 - Ver Cap. V deste trabalho, pp. 201-205.
- 9 - Tal "compreensão" funcionaria do mesmo modo e no mesmo nível em que ela se dera no caso da "compreensão do caráter sexual da vivência" (caso Emma, "Projeto", II), qual seja, intermediada por um ato de julgamento e de maneira não-consciente, embora a situação seja aqui um pouco mais complexa.
- 10 - Ver Cap. V deste trabalho, p. 197.
- 11 - E que mesmo a defesa como "regra biológica" não é plenamente assumida - embora o seja - como uma forma de defesa que se exerce contra representações fortemente impregnadas de desejo.
- 12 - Para que essa derivação fosse possível, seria necessário "naturalizar" a dor da vivência traumática, passá-la para o lado "de dentro", inscrevê-la na matriz do conflito, vinculá-la, de alguma maneira, à ordem do desejo, e enlaçar, em fim, desejo com sexualidade. (Quiçá haveria uma possibilidade disto ter despontado quando, na descrição da ação específica é colocado, entre parênteses, como uma das alterações no mundo externo que essa ação subentende, a "aproximação do objeto

sexual” junto com o “fornecimento de víveres” (Cfr. “Projeto”, E.S.B. I, p. 422; S.E. I, p. 318). É algo suspeito o tácito emparelhamento que aí se estabelece entre aquele que fornece os víveres, “o semelhante”, e o objeto sexual. Sexual por quê? Sexual em que sentido? Se só na puberdade esse objeto poderia ser julgado – isto é, “compreendido” – como sexual?).

13 - Ver “Introdução” a este trabalho, pp. 5-6.

14 - Ver “Introdução” a este trabalho, p. 26.

## Referências Bibliográficas

- ASSOUN, P.L. (1981): *Introduction à l'épistemologie freudienne*, Paris, Payot, 1981.
- (1976): *FREUD - A filosofia e os filósofos*. tr. de Hilton Japiassu, Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves Edit., 1978.
- BETTELHEIM, B. (1982): *Freud e a alma humana*, tr. de Álvaro Cabral, São Paulo, Cultrix, S/D.
- BLACK, M. (1961): *Modelos y Metáforas*, tr. de Victor Sanchez de Zavala, Madrid, Ed. Tecnos (Estructura y Función 23), 1966.
- (1954): "La Metáfora", In: *Modelos y Metáforas*, Black, M., 1961.
- (1960/1958): "Modelos y Arquetipos", In: *Modelos y Metáforas*, Black, M., 1961.
- BRAITHWAITE, R.B. (1959): *La Explicación Científica*, tr. de Victor Sanchez de Zavala, Madrid, Ed. Tecnos (Estructura y Función 15), 1965.
- BRENTANO, F. (1874): *Psychologie du point de vue empirique*, tr. de Maurice Gandillaç Paris, Ed. Aubier-Montaigne, 1944.
- BREUER, J. & FREUD, S. (1893): "On the Psychical Mechanism of Hysterical Phenomena: Preliminary Communication", In: *Studies on Hysteria*, Breuer, J. & Freud, S., S.E. II, London: Hogarth Press, 1955.
- (1893-1895): *Studies on Hysteria*, S.E. II, London: Hogarth Press., 1955.
- BREUER, J. (1895): "Theoretical", In: *Studies on Hysteria*, Breuer, J. & Freud, S., S.E. II, London: Hogarth Press, 1955.
- BREUER, J. & FREUD, S. (1940-41[1892]): "Sketches for the 'Preliminary Communication' of 1893, S.E. I, London: Hogarth Press, 1966.

- DERRIDA, J. (1967): *A Escritura e a Diferença*, tr. de Ma. Beatriz Marques Nizza da Silva, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971.
- DESCARTES, R. (1641): *Meditações*, tr. de J. Guinsburg & Bento Prado Junior, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- FORRESTER, J. (1980): *A Linguagem e as Origens da Psicanálise*, tr. de Ernani Pavanelli Moura, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1983.
- FREUD, S. (1891): *Contribution à la conception des aphasies – Un étude critique*, tr. de Claude Van Reeth, Paris, P.U.F., 1983.
- (1894): “The Neuro-Psychoses of Defence”, S.E. III, London: Hogarth Press, 1955.
- (1895): “The Psychotherapy of Hysteria”, In: *Studies on Hysteria*, Breuer, J. & Freud, S., S.E. II, London, Hogarth Press, 1955.
- (1895): “Fraulein Elisabeth von R.”, In: *Studies on Hysteria*, Breuer, J. & Freud, S., S.E. II, London: Hogarth Press, 1955.
- (1900): *The Interpretation of Dreams*, S.E., IV-V, London: Hogarth Press, 1953.
- (1905): *Three Essays on the Theory of Sexuality*, S.E. VII, London: Hogarth Press, 1953.
- (1915): “Instincts and their Vicissitudes”, S.E. XIV, London: Hogarth Press, 1957.
- (1915): “The Unconscious”, S.E. XIV, London: Hogarth Press, 1957.
- (1915): “Repression”, S.E. XIV, London: Hogarth Press, 1957.
- (1920): *Beyond the Pleasure Principle*, S.E. XVIII, London: Hogarth Press, 1955.
- (1924): “The Economic Problem of Masochism”, S.E. XIX, London: Hogarth Press, 1961.

- (1926): *Inibitions, Symptoms and Anxiety*, S.E. XX, London: Hogarth Press, 1959.
- (1926): *The Question of Lay Analysis*, S.E. XX, London: Hogarth Press, 1959.
- (1937): *Constructions in Analysis*, S.E. XXIII, London: Hogarth Press, 1964.
- (1940[1938]): *An Outline of Psychoanalysis*, S.E. XXIII, London: Hogarth Press, 1964.
- (1950[1895]): *Project for a Scientific Psychology*, S.E. I, London: Hogarth Press, 1966 (*Entwurf einer Psychologie*, In: *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*, Bonaparte, M., Freud, A. e Kris, E. (eds), London: Imago Publishing Co., 1950; *Projecto de uma Psicologia para Neurólogos*, Obras Completas de S. Freud, Vol. I., Madrid, Biblioteca Nueva, 1981; *Projecto de Psicologia*, S. Freud, Obras Completas, Vol. I, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1976.
- (1950[1887-1902]): *Los Orígenes del Psicoanálisis*, Obras Completas de S. Freud, vol. III, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- GABBI JR., O.F.: “Memória e Desejo”, In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 8/1895; Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (UNICAMP).
- “Projeto para uma Psicologia Científica: máquina falante ou fala maquinal?”, In: *Discurso 16*, Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, LECH, 1987.
- *A Pré-História da Teoria Freudiana – Os materiais de Construção*, Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1981.
- “Notas sobre o conceito freudiano de símbolo”, In: *SBPC – Ciência e Cultura*, vol. 40, no. 12, dezembro de 1988, pp. 1164-1167.

- GARCIA-ROZA, L.A. (1990): *O mal radical em Freud*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1990.
- GAY, Peter (1988): *Freud - Uma vida para o nosso tempo*, tr. de Denise Bottmann, São Paulo, Edit. Companhia das Letras, 1989.
- GREEN, A. (1973): *O Discurso Vivo - Uma Teoria Psicanalítica do Afeto*, tr. de Ruth Joffily Dias, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1982.
- HANSON, N.R. (1958): "The Logic of Discovery", In: *The Journal of Philosophy*, vol. IV, 25, pp. 1073-1089, 1958.
- (1958): *Patterns of Discovery*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- HESSE, M. (1966): *Models and Analogies in Science*, Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1970.
- (1963): "The Function of Models: a Dialogue", In: *Models and Analogies in Science*, Hesse, M., 1966.
- (1963): "Material Analogy", In: *Models and Analogies in Science*, Hesse, M., 1966.
- (1964): "The Explanatory Function of Metaphor", In: *Models and Analogies in Science*, Hesse, M., 1966.
- JONES, E. *Vida y Obra de Sigmund Freud*, vol. I, tr. de Mario Carlinsky, Buenos Aires, Ed. Hormé, 1979.
- KANT, I. (1787): *Crítica da Razão Pura*, tr. de Valerio Rohden, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- LACAN, J. (1954-1955): *Le Séminaire - Livro II: Le Moi dans la Théorie de Freud et dans la Technique de la Psychanalyse*, Paris, Éditions du Seuil, 1978.

- *O Seminário - Livro 7: A Ética da Psicanálise (1959-1960)*, tr. de Antonio Quinèz, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1988.
- LAPLANCHE, J. (1970): *Vie et Mort en Psychanalyse*. Suivi de "Derivation des Entités Psychanalytiques", Paris, Flammarion, 1970.
- LAPLANCHE, J. (1980): "L'inconscient et le ça", in: *Problemáticas IV*, Paris, PUF, 1980.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. - B (1967): *Vocabulário da Psicanálise*, tr. de Pedro Tamen, São Paulo, Livr. Martins Fontes, S/D, 6a. Edição.
- LEVIN, K. (1978): *Freud: a primeira psicologia das neuroses - Uma perspectiva histórica*, tr. de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1980.
- MALDAVSKY, D. *Teoría de las Representaciones - Sistemas y matrices, transformaciones y estilos*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1977.
- McINTYRE, A. (1958): *El concepto de inconsciente*. tr. de José Luis Etcheverry, Buenos Aires, amorrotu, 1982.
- (1966): "The Antecedents of Action", In: *British Analytical Philosophy*, (eds) Williams, B. & Montefiore, A., London, Routledge & Kegan Paul, 1966.
- MEZAN, R. (1982): *Freud: a trama dos conceitos*, São Paulo, Ed. Perspectiva (estudos 81), 1982.
- MONZANI, L.R. (1989): *Freud: O Movimento de um Pensamento*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- NAGEL, E. (1961): *The Structure of Science*, London, Routledge & Kegan Paul, 1961.
- "Methodological Issues in Psychoanalytic Theory", In: *Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy (A Symposium edited by S. Hook)*, New York, Gove Press, 1959.

- PEIRCE, Charles S. (1931-35): "Escritos Coligidos", In: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- POLITZER, G. (1927): *Crítica de los Fundamentos de la Psicología*, tr. de F. Gallach, Barcelona, Edic. Matínez Roca S.A. (Coleção Novocurso), 1972.
- PRADO JR., B. (1980): "Hume, Freud, Skinner - (Em torno de um parágrafo de G. Deleuze)". In: *Discurso 12*. Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, LECH, 1981.
- PRIBRAM, K. 7 GILL, M. (1976): *O Projeto de Freud: um exame crítico*, tr. de Álvaro Cabral, São Paulo, Edit. Cultrix, S/D.
- RIKOEUR, P. (1965): *De l'interprétation - essai sur Freud*, Paris, Seuil, 1965.
- (1975): *La métaphore vive*, Paris, Ed. du Seuil, 1975.
- (1990): *O si-mesmo como um outro*, tr. de Lucy Moreira Cesar, Campinas, Papyrus Editora, 1991.
- RYAN, A. (1970): *Filosofia das Ciências Sociais*, tr. de Alberto Oliva e Luiz A. Cerqueira Batista, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1977.
- SOLOMON, R.C.: "A Teoria Neurológica da Mente em Freud", In: R. Wollheim (1974, Compilador), *FREUD - Uma Coletânea de Ensaios Críticos*, Tomo I, trad. de Klaus Scheel, Rio de Janeiro, Artenova, Edit., 1976.
- SULLOWAY, F. (1979): *Freud, Biologist of the Mind*, London, Fontana Paperbacks, 1980.
- TAYLOR, Charles (1968): *Explanation of Behaviour*, London, Routledge and Kegan Paul, 1968.
- "Force et sens, les deux dimensions irréductibles d'une science de l'homme", In: Madison, G.B., Gadamer, H.G. e outros, *Sens et existence, en hommage à P. Ricoeur*, Paris, Editions du Seuil, 1975.

TOULMIN, S. (1953): *The Philosophy of Science*, London, Hutchinson, 1967.

— *Human Understanding - The Collective Use and Evolution of Concepts*, New Jersey, Princeton University Press, 1977.

— “Razones y Causas”, In: *La Explicación en las Ciencias de la Conducta*, (Selección de R. Borger y F. Cioffi); trad. de J. Daniel Quesada, Madrid, Alianza Editorial, 1974.

Von WRIGHT, G.H. (1963): *Explanation and Understanding*, London, Routledge & Kegan Paul, 1970.

WOLLHEIM, R. (1971): *As Idéias de Freud*, tr. de Álvaro Cabral, São Paulo, Cultrix, S/D.